Armas e Troféus

Revista de História e de Arte

Premiada com a medalha de Ouro na Grande Exposição Industrial Portuguêsa. Lisboa. 1932.

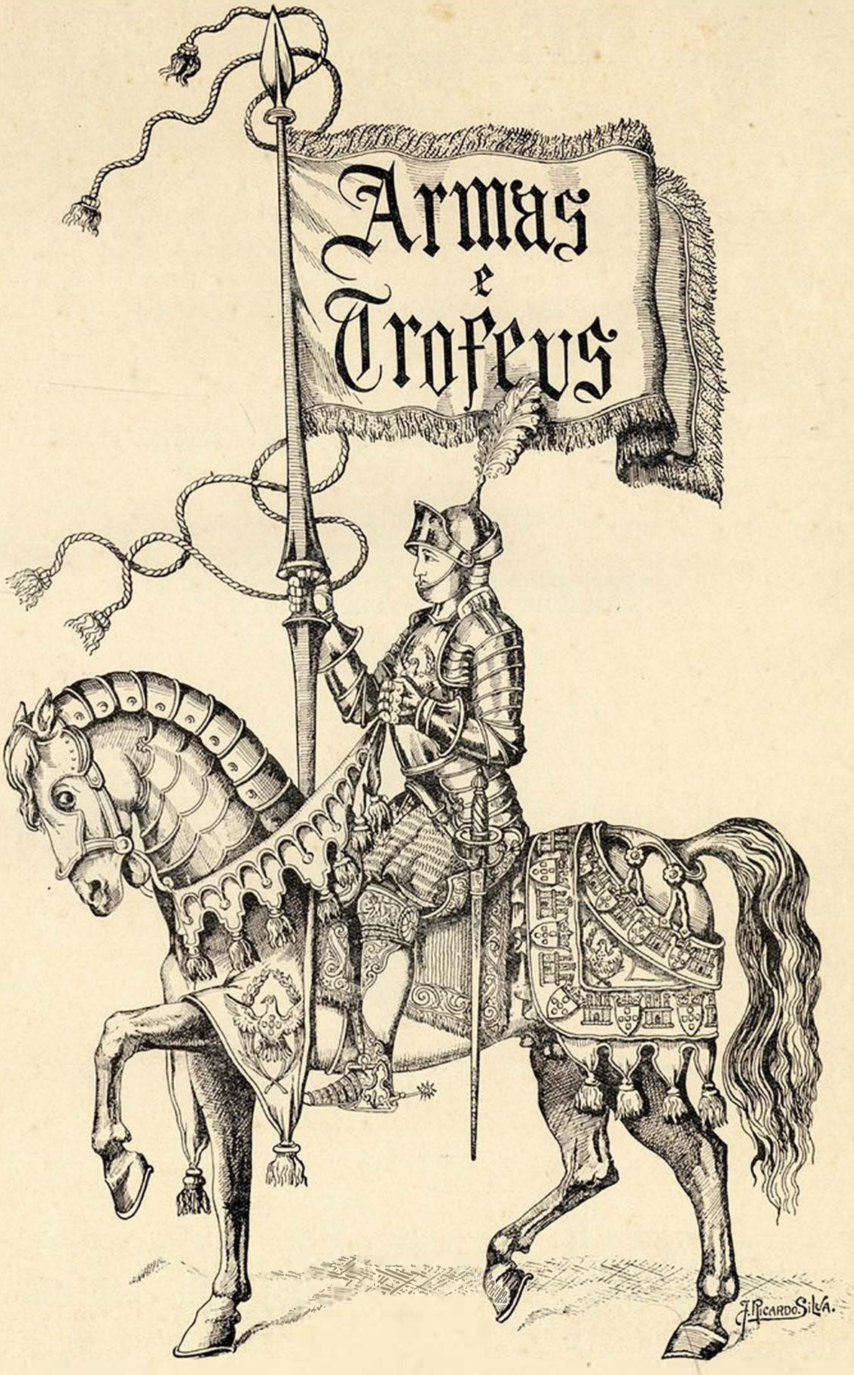
PROPRIETARIO E EDITOR:

Instituto Português de Heráldica

1932 a 1936

INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA
MCMXXVI
LISBOA

LISBOA


Armas
e
Trofeus
J. Ricardo Silva.

Tiragem de 550 exemplares

Composto e impresso no
CENTRO TIP. COLONIAL — L. Rafael Bordalo Pinheiro, 27 e 28

Armas e Troféus

REVISTA DE HISTÓRIA E DE ARTE

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
Instituto Português de Heráldica

VOLUME I
1932

Instituto Português de Heráldica

FUNDADO EM LISBOA EM 1 DE JULHO DE 1929

ESTATUTOS APROVADOS OFICIALMENTE EM 6 DE JUNHO DE 1930

CONSELHO DIRECTOR

(SÓCIOS EFECTIVOS)

PRESIDENTE

D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA
(CONDE DE VILLA FLOR)
Da Academia da História de Madrid e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

CHANCELER

AFFONSO DE DORNELLAS
Da Academia das Ciências de Lisboa—Da Academia da História de Madrid—Presidente do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses

SECRETARIO GERAL

DR. D. ANTONIO PEDRO DE SÃO PAYO MELLO E CASTRO
(CONDE DE SÃO PAYO)
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

CONSERVADOR-BIBLIOTECÁRIO

AUGUSTO CARDOSO PINTO
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

TESOUREIRO

ANTÓNIO MACHADO DE FARIA PINA CABRAL
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

VOGAIS

DR. AMADEU DE CASTRO PEREIRA E SOLLA
(CONDE DE CASTRO E SOLLA)
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ADOLFO TALONE DA COSTA E SILVA
(CONDE DA FOLGOSA)
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

DR. ANTÓNIO SIMÕES BAYÃO
Da Academia das Ciências de Lisboa e Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

TENENTE-CORONEL AUGUSTO BOTELHO DA COSTA VEIGA
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Director da Biblioteca Nacional de Lisboa

DR. CARLOS MANUEL DA SILVA LOPES
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

JACINTHO DE ANDRADE ALBUQUERQUE DE BETTENCOURT
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

JOSÉ AUGUSTO DO AMARAL FRAZÃO DE VASCONCELLOS
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

D. JOSÉ MANUEL DE NORONHA E BRITO MENEZES ALARCÃO
(CONDE DOS ARCOS)
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal

D. JOSÉ PEDRO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA
(CONDE DA AZINHAGA)
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal

JOSÉ DE MELLO
(SABUGOSA)
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal

JOSÉ DE SUCENA
(CONDE DE SUCENA)
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

LUIZ FILIPE DE FREITAS ANDRADE ALBUQUERQUE DE BETTENCOURT
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PEDRO TOVAR DE LEMOS
(CONDE DE TOVAR)
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

SALVADOR CORREIA DE SÁ
(VISCONDE D'ASSECA)
Do Conselho Nobiliárquico de Portugal

PROF. D. THOMAZ DE MELLO BREYNER
(CONDE DE MAFRA)
Da Academia das Ciências de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Proposição

O Instituto Português de Heráldica, fundado em Lisboa em 1 de Julho de 1929, com o objectivo de promover a cultura da Heráldica em todos os seus ramos e manifestações, decidiu editar uma revista onde pudessem ser publicados estudos não só da ciência a que especialmente se dedica, mas ainda das outras ciências auxiliares da História que com ela tenham afinidades ou contribuam para o seu melhor entendimento e progresso, preenchendo assim uma lacuna que se sentia existir na bibliografia portuguesa.

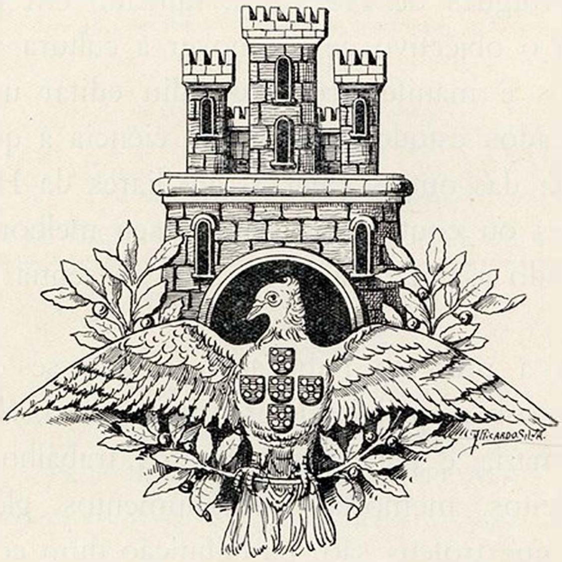
E' essa revista a presente publicação a que se deu o título de «Armas e Troféus», sob o qual bem terão cabimento, àlém das questões pròpriamente de armaria e genealogia, muitos trabalhos em que serão estudados antigos feitos, memórias e monumentos, gloriosas reliquias, emfim, do passado, que troféus são, na definição dum comentador latino, já apontada por venerando mestre na Heráldica e historiografia portuguesas.

A Chancelaria do Instituto Português de Heráldica, constituída pelo Chanceler, pelo Secretário Geral e pelo Conservador-Bibliotecário na qualidade de Delegados permanentes do Conselho Director, foi por êle encarregada de dirigir esta publicação, à qual procurará dar o lustre e desenvolvimento que merece.

O êxito da revista dependerá, porém, da aceitação que venha a ter entre os cultores dos assuntos que nela se versarão, representando o

maior serviço que para tal fim se possa prestar, o procurar dar-lhe ampla expansão, conseguindo-lhe o maior número possível de assinaturas. Mas não o será menor a colaboração científica com que os seus estudiosos assinantes a queiram honrar, enviando-lhe quér trabalhos, quér rectificações, ou, emfim, quaisquer elementos que possam completar, emendar ou confirmar o que for publicado na revista que se inicia.

Todos êsses auxílios se agradecem reconhecidamente.



D. António Manuel de Vilhena

GRÃO MESTRE DA ORDEM DE MALTA

POR D. THOMAZ D'ALMEIDA MANUEL DE VILHENA
(CONDE DE VILA FLOR)

Na Chronica dos Hospitalários, tão esmaltada por grandes feitos e serviços á Religião e á Humanidade, marcou um lugar de brilhante relevo o seu LXVI Grão Mestre, Fr. D. António Manoel de Vilhena. (1) Foi o terceiro português (2) exalçado ao supremo magistério da Sagrada Milicia dos Cavaleiros do Hospital de S. João de Jerusalem, ao depois tambem denominada de Malta, desde 1530: época em que o Imperador Carlos V, lhe conferiu a soberania dessa Ilha, instalando-se ali a séde da Ordem, regida então pelo incansável Grão Mestre Viliers de Isle-Adam. (3)

Nasceu D. António Manoel de Vilhena em Lisboa, a 28 de Maio de 1663, (4). Era 6.º filho do egrégio (5) D. Sancho Manoel de Vilhena, 1.º Conde de Villa Flor (6) que depois de se haver distinguido em tantos combates e investidas nos vários passos da guerra da Restauração, (7) firmou com a sua espada vigorosa, a independência da Patria no Ameixial, (8) pondo em debandada o exercito espanhol comandado pelo celebre D. João d'Austria. (9) Sua mãi, a primeira mulher de D. Sancho, e tambem sua prima, foi a Senhora D. Ana de Noronha, (10) filha de Gaspar de Faria Severim, do Conselho dos Reis D. João IV e D. Affonso VI, seu secretário das Mercês e Expediente e mais tarde secretário do Estado.

A ascendência do Grão Mestre era pois nobilissima. (11) A sua varonia Manoel teve principio no Infante D. Manoel, (12) filho do Santo Rei D. Fernando III de Castela e Leão e da Rainha D. Brites de Suevia, filha de Filippe Imperador da Alemanha. Do casamento daquêle principe com a Infanta D. Brites de Saboya, nasceu D. João Manoel, (13) Principe de Vilhena, Senhor de Escalona e Penafiel, pai de D. Constança Manoel, primeira mulher do Rei D. Pedro I de Portugal, e oitavo avô do nosso Grão Mestre. (14) E assim, Fr. D. António Manoel de Vilhena podia justamente ufanar-se de contar os seus avoengos, entre as familias reinantes de maior prestigio não só da Peninsula (15) como tambem da Europa. (16)

Para a admissão na Ordem de Malta exigiam-se provas de nobreza paterna e materna, (17) e por isso se inculcava como bôa e honrosa situação para os filhos segundos das familias fidalgas. Os primogenitos não se enfileiravam entre os Hospitalários, porque os votos a que êstes se obrigavam, eram absolutamente incompativeis com as responsabilidades da representação das casas nobres. D. António, muito novo partiu para Malta a afiliar-se na Sagrada Milicia. Logo que terminou as suas três caravanas, (18), condição indispensável para seguir carreira na Religião do Hospital, (19) foi nomeado Patrão da Capitania de uma armada malteza. Nêsse pôsto, em 1680, ficou ferido em um combate contra dois navios de Tripoli que após renhida peleja foram aprisionados pelo General António Correia de Souza, tambem português.

Quatro anos depois, e contando apenas 21 primave-

ras, já o vêmos Capitão de um dos navios da Ordem, encarregado de auxiliar os venezianos na conquista da Morea. Foi depois promovido a major e a coronel das milicias de campanha. Em 1692 deram-lhe o comando da oitava galera, e em 1693 o da galera de St.º António.

Em todos êstes cargos de responsabilidade que não era vulgar confiarem-se á gente nova, D. António portou-se com tanto acerto e coragem que não só lhe mereceu o apreço dos seus confrades como tambem a simpatia do nosso Rei, D. Pedro II. Desvanecido o Monarca ao saber continuadas no jovem cavaleiro as tradições de brio e de heroicidade dos seus maiores, de motu proprio, influiu junto da Santidade de Innocencio XII para que fôsse promovido a Gran Cruz. O Breve *Annuimus perlibentur*, (20) de 10 de Outubro de 1694, veiu comprovar a aquiescencia do Pontifice. De outros cargos de monta se foi desempenhando sempre com distinção, até que em 1713 ascendeu ao alto posto de Grão Chanceler e chefe da Lingua de Castella e Portugal, e três anos depois deram-lhe o Bailiado de Acre.

Em 1720 confiaram-lhe a procuradoria do Tesouro.

Morto o Grão Mestre Marco António Zoudodari (21) em 16 de Junho de 1722, (22) que muito rápidamente passou pelo governo da Ordem deixando aliás recordação honrada e saudosa, o Bailio de Negro Ponto, Raimundo d'Espong, Lugar Tenente do Magistério, reuniu o concilio; e depois das cerimonias rituais, os eleitores elegeram por unanimidade para Grão Mestre, Fr. D. António Manoel de Vilhena, em 17 de Julho, (23) um mês e um dia depois da morte do seu antecessor.

Estreou o seu glorioso govêrno defendendo a Ilha, com coragem e suma arte, de uma investida dos turcos, comandada pelo terrível Abdi-Pachá; dominando ao mesmo tempo, em terra, uma revolta dos numerosos captivos, conjugada com o ataque feito pela armada dos infieis. (24) E a êstes se impôs por tal forma, com firmeza, tacto e autoridade que compeliu o Grão-Vizir de Constantinopla a propôr-lhe uma troca de prisioneiros e um tratado de paz.

As esquadras maltezas policiavam o Mediterraneo, protegendo a navegação cristã e batendo-se com exito contra os islamitas, tirando-lhes das garras muitos prisioneiros cristãos. Num dêsses recontros ficou prisioneiro um almirante turco e a bela sultana Kali-Michemet.

O Bailio Chambrai que na época de que nos estamos ocupando teve uma situação importante na Ordem de Malta, escreveu a crónica (25) dêstes feitos maritimos, pormenorizando o bombardeio de Tripoli, porventura um dos triunfos mais retumbantes do govêrno de D. António. Cometeu êle esta arriscada empreza aos denodados cavaleiros Trans e Aubepoint, facultando-lhes um belo ensejo de se recobrirem de gloria.

Ás brilhantes qualidades de chefe militar que o fizeram temido dos seus adversários e admirado por toda a Cristandade, aliava o Grão Mestre português excelentes predicados de administrador, previdente, de iniciativa rasgada e esclarecida, generosa e persistente, sem desfalecimentos e sem intermitências. Muito lhe deveu Malta. (26)

Para melhor garantir a defeza da Ilha, mandou erguer á sua custa (27), o imponente forte Manoel, (28) á entrada do porto de Marsa-Musset.

Não só com os recursos da Ordem, como tambem com seus proprios rendimentos, aumentou a armada malteza, aperfeiçoou-lhe a instrução e apurou-lhe a disciplina. (29)

Ampliou a cidade de La Valetta com o burgo Vilhena, e erigiu aí um vasto e cómodo azilo, destinado a albergar soldados invalidos e velhos e doentes incuraveis de ambos os sexos. (30) O número dêstes beneficiados subiu a mil, e era tambem á sua custa que o benemérito fundador os mantinha. E para garantir a continuidade da sua obra, confiou-a a quatro Cavaleiros de diferentes nações sob a presidência de um Gran-Cruz. (31)

A sua pia generosidade não esqueceu a Igreja de S. João, dotando-a com riquissimos paramentos e alfaias e muita prata de bom trabalho artistico. (32)

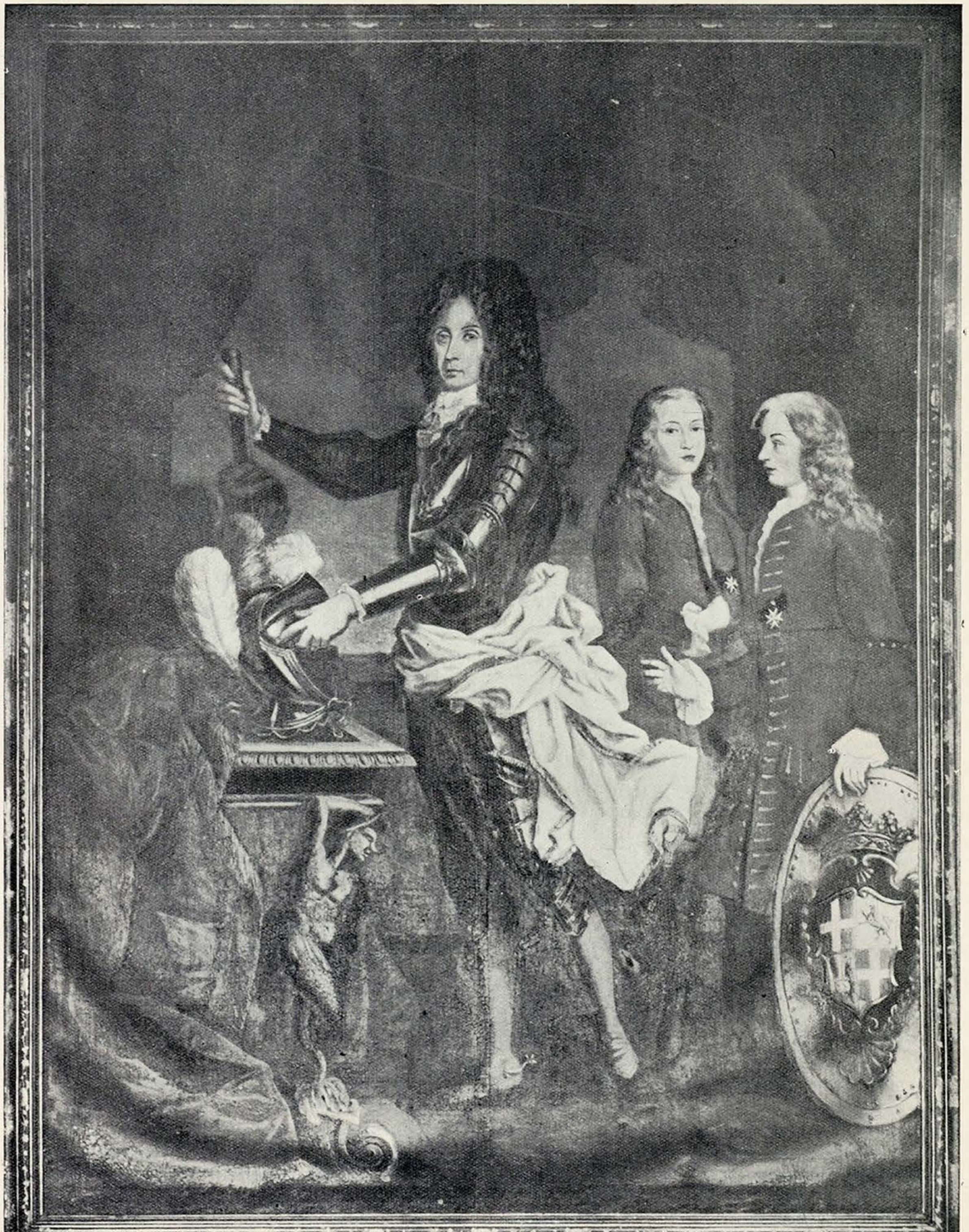
Conforme era de uso já antigo na sua ordem, D. António na qualidade de Grão Mestre, Principe de Malta, tinha a sua casa e côrte organisadas segundo o ritual adoptado pelos Soberanos seus contemporaneos, com os vários Oficiais-Mores que além das atribuições práticas inherentes aos respectivos oficios, serviam o Chefe nas grandes solenidades e banquetes públicos e formavam o seu brilhante séquito. (33)

Tambem havia o Grão Mestre um corpo de guardas privativo, cem de infantaria que faziam o policiamento do palacio magistral, e cincoenta de cavalaria que o escoltavam quando saía da capital, precedidos por vistosos timbaleiros e trombeteiros. Creou esta milicia em 1710, o Grão Mestre D. Raymundo de Ferellos, com o número de cem; D. António acrescentou-a com mais cincoenta. Bem mais remota era a instituição dos chamados Familiares do Grão Mestre, constando de uma companhia de sessenta homens tirados da burguesia, comandados pelo Vice Mordomo, os quais compareciam no palacio sempre que se dava qualquer alarme. (34)

A etiqueta na côrte de Malta era solene e rigorosissima.

Fr. D. António Manoel de Vilhena já pelas suas atraentes qualidades pessoais, pela sua cultura, bondade, generosidade, já pelos seus altos dotes militares e politicos, bem como pela sua edificante piedade e austero caracter, mereceu ser estimado e respeitado por todos os soberanos da Europa, distinguindo-o com particular amizade o Rei de França Luis XIV. Este tratáva-o por primo, os Reis de Portugal e Espanha por Irmão.

Como subido premio pelos seus constantes serviços prestados á Cristandade, enviou-lhe o Papa Benedicto XIII, o estoque de prata e o gorro vermelho, (35) bentos solenemente na noite de Natal, (36) o maior galardão que a Curia concedia só a principes e personagens



Retrato do Grão Mestre da Ordem de Malta D. Fr. Antonio Manuel de Vilhena (Propriedade do Conde de Vila Flor)—(O original mede 2 metros e 63 centimetros por 1 metro e 96 centimetros).

notabilissimos que se extremassem por acções memoráveis nas lutas contra os infieis. (37) Foi D. António o primeiro chefe da Ordem de Malta que alcançou essa honra. (38) O breve apostólico que lh'a conferiu, tem a data de 27 de Fevereiro de 1725. (39) Foi portador dêle e das insignias o Cavaleiro Francesco degli Abbati Olivieri.

Português de iei, o filho do vencedor do Ameixial, nunca esqueceu a sua Patria nem a sua familia. Sonhe honrá-las uma e outra. Apenas eleito, por um requinte de gentileza para com o Rei de Portugal, ao tempo o Sr. D. João V, mandou-lhe os falcões, tributo a que só estava obrigado para com o Rei da Sicilia. (40)

Em Setembro de 1724, entraram no porto de Lisboa três naus de guerra maltezas, (41) tripuladas por uma brilhante pleiade de Cavaleiros Hospitalarios. Foram recebidos em solenes audiências pelas Magestades e Altezas; e El-Rei D. João V «lhe fez muitas honras em demonstração do muito que estimava aquela Religião e a pessoa do Grão-Mestre.» (42) O Infante D. Francisco, Grão Prior do Crato, tambem os acolheu com grande gentileza, na sua quinta de Belem, e mandou distribuir por todos os navios da esquadra um copioso refresco. (43)

D. Sancho Manoel de Vilhena, filho primogénito do 2.º Conde de Villa Flor, (44) e portanto chefe da familia do lado paterno do Grão-Mestre, (45) e seu sobrinho direito, ofereceu no seu palacio de Arroyos um magnifico jantar não só ao comandante e Cavaleiros que faziam parte da frota, como tambem a muitos do seus confrades desta Côrte. (46) D. António que almejava por abraçar êste tão proximo parente, filho de um irmão muito querido, mandou-o conduzir na esquadra para Malta, (47) onde o recebeu com muita amizade e o mimou com valiosos presentes.

No dia 13 de Setembro de 1728, ancoraram no Tejo quatro naus de guerra da Ordem de Malta, sob o comando do Comendador Romagere, tripuladas por muitos Cavaleiros de várias nacionalidades, e trazendo a seu bordo o Bailio Fr. Wenceslau, Conde de Harrach, como Embaixador extraordinário do Grão Mestre, para dar os parabens a El-Rei e á Familia Real pelos auspiciosos e reciprocos enlaces dos Principes do Brazil e Asturias. (48)

Demorou-se a embaixada em Lisboa até meados de Dezembro e tanto do Paço, como da nobreza, recebeu os melhores testemunhos de consideração e de carinho.

No dia 22 de Outubro fez o Embaixador a sua entrada publica, acompanhado pela sua brilhante comitiva, e pelo comandante e mais Cavaleiros que guarneciam as naus, aos quais se agregaram os Hospitalarios portugueses que se encontravam na Capital presididos por D. Lopo de Almeida, Bailio de Negro Ponto. (49) Conduzido pelo Conde da Atalaya, D. João Manoel de Noronha, mestre de campo general, foi o Conde de Harrach, recebido em uma das salas do Paço pelo Veador da Casa Real, D. Francisco de Souza, e sendo admitido á Audiencia, El-Rei tratou o Embaixador com muito acolhimento, mostrando que estimava muito a Religião de Malta». (50) Foi depois o venerando Dignitário recebido pela Rainha, pelo Principe da Beira e pelos Infantes seus irmãos; e, dias depois, pelos Infantes D. Francisco e D. António.

D. Sancho Manoel de Vilhena ofereceu dois banquetes magnificos ao Embaixador e aos Cavaleiros que faziam parte da esquadra. (51)

Tambem o Conde da Atalaya obsequiou o Conde de Harrach com um grande jantar de mais de sessenta talheres. (52) Por seu turno o Embaixador mimoseou a nobreza com um sumptuoso banquete em 17 de Novembro, (53) seguindo-se outros para contemplar todos os personagens que tinham ido visitá-lo; e por remate convidou para uma bela serenata constante de excelente musica e de um primoroso serviço de refrescos. (54)

Em Dezembro foi novamente recebido o Embaixador por El-Rei, em audiência de despedida, e partiu verdadeiramente encantado com a recepção que houve na gloriosa Patria de seu egrégio Grão Mestre. E querendo D. João V afirmar mais uma vez a alta estima em que tinha D. António Manoel de Vilhena, (55) enviou-lhe pela mesma frota que viéra cumprimentá-lo, muitas peças de artilharia de bronze para o forte Manoel que assim, ainda ficou mais português.

Espirito organisador por excelencia, o nosso Grão Mestre, reconhecendo as dificiências das instituições por que se regia o pôvo maltez, já obsoletas algumas, mandou compilar um novo código. (56) Infelismente a morte não o deixou concluir e coube ao Grão Mestre Rohan pôr remate em 1782 a éssa obra notável e que mereceu geral aceitação. (57)

Deve-se tambem a D. António a importante reforma do sistema monetário de Malta. (58)

Quatorze anos e seis meses durou o glorioso governo do Eminentissimo (59) Fr. D. António Manoel de Vilhena, (60) com grande aproveitamento e lustre para a Religião de Malta, para os seus subditos, (61) para a Cristandade (62) e com muita honra para a Patria Portuguesa (63) mui justamente desvanecida de haver tal filho.

Aos setenta e três anos de uma vida de trabalhos intensissimos e de lutas vigorosas, a doença que o vinha minando agravou-se com sofrimentos crueis que suportou com exemplar resignação. Em 9 de Dezembro, com perfeita lucidez, com a mais edificante piedade, recebeu D. António o conforto de todos os Sacramentos da Igreja. Depois de dar beija-mão aos Senhores do seu Conselho que lhe assistiam comovidissimos, exortou-se a que elegessem «um bom sucessor conforme a necessidade da Religião», e que soubesse enxugar as lagrimas da sua orfandade». E aqueles altos dignitários que tanta vez afrontaram impávidos os maiores perigos, desafiando a morte sem um estremecimento, nas mais asperas pelejas, na terra e nos mares, ante a grandiosidade daquela solene e derradeira despedida não poderam conter o pranto. E o moribundo, com o mais enter-



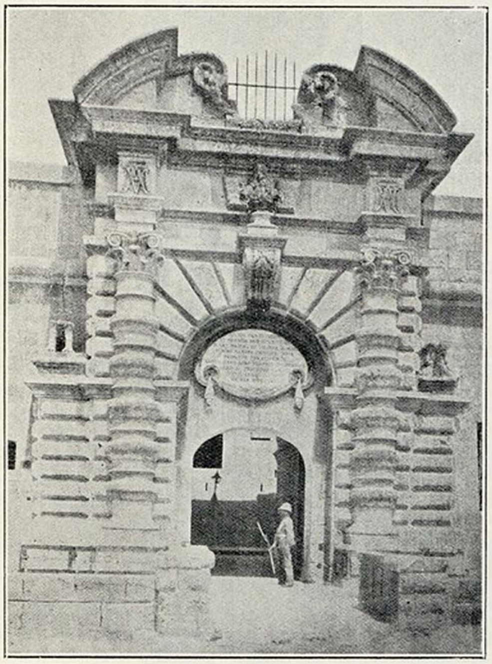
Figure de Lestoc et du Chapeau Envoiez au grand M.e Manoël de Vilhena par sa Sainteté 1725

Reproducção de unica gravura da obra: Relation de la function solemnelle de l'estoc et du chapeau, envoyez par notre Saint Pere le Pape Benoist XIII a son altesse eminentissime Dom Antoine Manoel de Vilhena, Grand-Maistre de l'Ordre de S. Jean de Jerusalem; Présentez à Son Eminence par Monsieur Abbati Olivieri, Camérier d'honneur de Sa Sainteté; etc. Chevalier du dit Ordre. A Paris, MDCCXXV. (Este exemplar pertence ao Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima)

necedor carinho paternal, tentou dar-lhes animo. No dia 12, pelas 6 horas da manhã, Fr. D. António Manoel de Vilhena entregava a alma a Deus.

Quando o troar da artilharia do Forte Manoel e das outras fortificações, e o plangente dobrar dos sinos de todos os campanários da Ilha anunciaram á população o trânsito do seu amado Soberano o sentimento foi profundo, foi geral. Fizeram-lhe um enterro magnifico. Oito dos mais categorisados bailios, ostentando os seus mantos negros sôbre os quais se destacava a Cruz branca oitavada, simbolo das oito bemaventuranças, transportaram o féretro do saudoso Chefe do Palacio Magistral para a Igreja de S. João.

Celebraram-se ali, perante uma multidão consternada, exequias solenes. Pregou a oração funebre o Padre Francisco Ursini, com a sua costumada elegancia. (64)



Porta do Forte Manuel (1726)—Reprodução de uma das gravuras da obra «Malta» de Roberto Paribeni—Bergamo—1930.—(Da Bibliotheca do Conde de Vila Flor).

Em meados de Fevereiro de 1737, segundo informa a «*Gazeta de Lisboa*» (65) recebeu-se na Capital, trazida pelo correio ordinário da Sicilia, a noticia da morte (66) do nosso Grão Mestre.

A Venerável Ordem Terceira de Penitência, da qual era confrade e bemfeitor, fez-lhe pomposas exequias na sua Igreja (a Jesus), no seguinte mês de Março (67): havendo pronunciado o elogio funebre Fr. Joaquim de S. Joseph. (68)

A êste tempo o sobrinho e representante do Grão Mestre, D. Sancho Manoel de Vilhena, encontrava-se em Campo Maior, comandando um regimento de Cavalaria que fazia parte da guarnição daquela praça. Foi na Matriz dessa «leal e valorosa vila» (69) que D. Sancho mandou celebrar em 16 de Março imponentes sufrágios pela alma do seu glorioso tio: a que assistiu com seus filhos e seu irmão D. António, havendo concorrido a Nobreza, tôdas as autoridades civis e militares, todos os sacerdotes e comunidades religiosas da região. Pregou «com a sua costumada erudição e elegancia» (70) o Padre Mestre Fr. Manoel de Figueiredo, (71) ermita de Santo Agostinho e Cronista da sua Ordem.

Malta não se mostrou ingrata; soube honrar a memória do benemérito Grão Mestre português.

Os seus restos mortais foram encerrados em um mausoleu magnifico, (72) primorosa obra de arte (73) que tem sido comparado com os dos Medicis em Florença. Está situado em uma das Capelas do lado da Epistola, na Igreja de S. João. Ainda hoje êste precioso monumento continúa a ser visitado e admirado por quantos viajantes passam por Malta. (74)

No centro da praça forte do Forte Manoel, (75) mandou o comendador Suso (76) erigir a estatua, em corpo inteiro de Fr. D. António Manoel de Vilhena, insculpindo-lhe no pedestal uma inscrição encomiástica, em lingua latina. (77) Uma outra estatua de bronze, de bom lavor, tambem lhe levantaram na sala de armas do Palacio Magistral. (78)

Mas, para que não se olvidassem alguns dos factos notáveis do seu governo, cunharam-se medalhas memorando-os. Cinco destas medalhas encontram-se descritas no precioso livro de Furse: (79) celebrisando três a erecção do forte Manoel, e duas a graça pontificia do estoque de prata e do gorro vermelho concedida a D. António por Benedicto XIII, como já acima referimos.

O meu saudoso amigo e erudito numismata Artur Lamas, descobriu uma outra medalha, cuja noticia não figura no livro de Furse. Estampa-a e descreve-a minuciosamente em uma interessante monografia intitulada: *Uma Medalha de Fr. D. António Manoel de Vilhena Grão Mestre Português da Ordem de S. João de Jerusalem Inedita no Livro de Furse*. Sobretudo pelo desenho do pedestal, presumo que ésta medalha alude á estatua de D. António que figura na Sala d'armas do Palacio Magistral.

Os grão Mestres desta prestimosa Religião usavam (80) e ainda usam (81) o seu brazão—e apenas êles disfrutam semelhante prerogativa — esquartelado (82) com as armas da Ordem e as armas da sua familia. Assim no escudo de D. António vê-se no n.º 1 e 4 a Cruz de prata resaltando do campo vermelho, insignia magistral; no n.º 2 em campo de prata um leão de purpura e no n.º 3, em campo vermelho uma asa aberta de oiro, terminada por uma mão de carnação empunhando uma espada de prata guarnecida de oiro. (83) São estas as armas dos Manoeis de Vilhena. (84)

Êste egrégio português que exerceu uma soberania de suma importância na sua época, não esquecendo

nunca a terra que lhe foi berço, procurando sempre honrá-la, captivando pelos seus feitos guerreiros, pelas suas virtudes e talentos o respeito da Cristandade, e a estima dos principais soberanos seus contemporâneos, tem grande direito a que a sua Pátria o relembre com gratidão. (85)

NOTAS

(1) O Abade de Vertot dedicando-lhe a sua *Histoire des Chevaliers Hospitaliers de S. Jean de Jerusalem*, editada em Paris em 1726, escreve: «...vous assurez aux chrétiens la liberté de la navigation, en même temps que vous travaillez à faire fleurir dans vôtre ordre, la justice, l'union, la paix, la piété. C'est ce qui vous merite aujourd'hui les voeux unanimes de tous vos Fréres pour la durée d'un si sage gouvernement. Foi esta obra traduzida em inglês: *The History of tre Knights of Malta*, e lindamente editada em Londres em 1728.

(2) O primeiro grão Mestre português foi D. Affonso de Portugal, filho bastardo de El-Rei D. Affonso Henriques.

Foi curto o seu governo (1194 a 1195) porque abdicou, vindo morrer a Portugal. (Ver sôbre êste principe a *História Genealógica* da Casa Real Portuguesa fl. 61 e 62 e *Monarchia Lusitana*, T. III. L. X. Cap. XX). O segundo português que ocupou o supremo magistrério foi Luis Mendes de Vasconcellos que faleceu pouco depois de ser eleito em 1622. Depois de D. António ainda um outro português, tambem distintissimo, exerceu a soberania em Malta, Manoel Pinto da Fonseca, eleito em 1741, governou a ordem durante 32 anos com acerto e brilho.

(3) «...depois de várias negociações o incansável Isle-Adam obteve a soberania de Malta e Tripoli com o unico reconhecimento de um falcão por ano ao rei da Sicilia, que Carlos V. lhe concedeu por conhecer quanto a ordem era util ao comércio e navegação dos principes christãos, e as vantagens que della se podia tirar em uma posição conveniente como aquela ilha». *História da Religião de Malta, ou dos Cavalleiros de S. João de Jerusalem*, por D.—S. M. de V. S. Vol. 5.º do *Panorama* em 1841—Fr. Lucas de S. Catharina. *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*. fol. 55.—D. Felix António de Christoforo de Alós. *Memorias Histórico-Politico-Militares de Malta*. fol. 97.

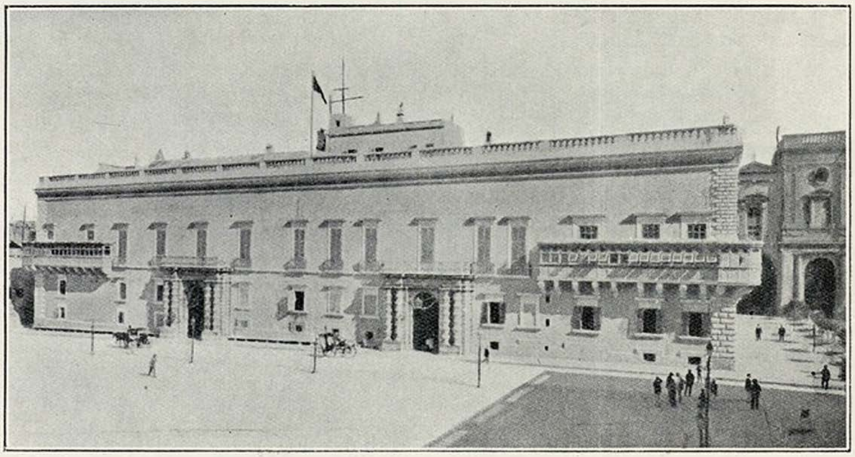
(4) *Memorias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal* por D. António Caetano de Souza, fol. 626.

(5) «Varão grande que com singular valor eternisou o seu nome em gloriosas acções». *Histórica Genealógica* loc. cit. T. XII. P. II fl. 829.

(6) Este titulo lhe concedeu El-Rei D. Affonso VI por carta passada a 23 de Junho de 1661, que está no livro 24 da sua Chancellaria.

(7) *História de Portugal Restaurado*, por Luís de Meneses Conde da Ericeira, T. II.

(8) No dia 8 de Junho de 1663.—«A batalha do Ameixial alcançou notória nomeada na Europa... Pelo que nos disse respeito, emfim, esta estrondosa victória punha o remate a muitos anos de ardorosas ilusões e de esperanças tristemente dissipadas... Dava-nos emfim a esperança de conseguir-se de vez a almejada independência da Patria...» (Gomes de Brito. *A Batalha do Ameixial. Documentos do Archivo dos Medicis de Florença*, fol. 4 e 5). «O Conde de Villa Flor principalmente foi o heroi do dia, mas nem o mais leve premio recompensou o vencedor do Ameixial. A posteridade nem sempre é ingrata como as côrtes, e o Conde de Villa Flor, se foi olvidado pelo monarcha ou pelos seus ministros, viu na história portuguesa o seu nome inscrito com os mais enthusiásticos louvores, ao lado do do Marquez de Marialva e do de Mathias de Albuquerque». (*História de Portugal*, segundo o plano de F. Dinis, por uma sociedade de Homens de Lettras, Vol. VI. Cap. XII). Anotando esta ingratidão, escreve o Conde da Ericeira no seu *Portugal Restaurado*, T. II fol. 573. «...porém as sem-razões do tempo não puderão escurecer-lhe as luzes da gloria que conseguiu».



Palacio de D. Frei Antonio Manoel de Vilhena em Malta.—Reprodução de uma das gravuras da obra «Malta» de Roberto Paribeni—Bergamo—1930.—(Da Bibliotheca do Conde de Vila Flor).

(9) Era filho bastardo de Filippe IV de Espanha.

(10) *História Genealógica*. Loc. cit. T. XII. P. II. fol. 830.

(11) D. António Caetano de Souza—*Memórias Históricas e Genealógicas dos grandes de Portugal*, fol. 624.

(12) Idem.

(13) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* T. I. fol. 376.

(14) João Carlos Feo. *Memórias Genealógicas e Históricas*. fol. 245.

(15) *História da Vida Acções heroicas e Virtudes insignes do glorioso S. Fernando Rey de Castella e Leão, escrita por Dom Affonso Nunes de Castro cronista dos Reys de Portugal e Castella* e traduzida e acrescentada em lingua portugnesa pelo Padre José Pereira Bayão, a fol. 9.

(16) Reproduzimos aqui a tábua genealógica N.º 22, do Tomo I fol. 382, da citada História Genealógica da Casa Real Portuguesa, a fol. 22 referente a D. João Manoel 8.º avô do Grão Mestre:

D. Joaõ Manoel, Principe de Vilhena † em 1362.	O Infante D. Manoel. Senhor de Escalona, e Peñafiel.	S. Fernando III Rey de Castela, e Leaõ † em 30. de Mayo de 1252.	D. Afonso IX. Rey de Leaõ † em 24. de Setembro de 1230.	D. Feruando II. Rei de Leão † 1188. A Rainha D. Urraca, Infanta de Portugal.
			D. Berenguela, Rainha de Castela, seg. mulher † em 1244.	D. Affonso VIII. Rey de Castella † em 22 de Setembro de 1214. A Rainha D. Leonor, Princeza de Inglaterra † 31. de Outubro de 1214.
		A Rainha D. Brites de Suevia † em 1235.	Filippe, Emperador dos Romanos, Duque de Suevia † em 1208.	Federico I. Empeıador dos Romanos † em 10. de Junho de 1190. A Emperatriz Brites de Borgonha † em 1190.
			A Emperatriz Irene † em 1208.	Isacio, Emperador da Constatinopla † em 1204. A Emperatriz Maria de Hungria.
	A Infanta D. Brites de Saboya, segunda mulher.	Amadeo IV Conde de Saboya † em 24, de Junho de 1253.	Thomás I. Conde de Saboya n. 20. Mayo 1177. † 20. de Janeiro de 1233.	Humberto III. Conde de Saboya n. 1. Agosto 1136. † 4 Março 1188. A Condessa Brites de Vienne † em 1184.
			A Condessa Margarida de Foucigny, segunda mulher. H.	Guilherme II. Senhor de Foucigny, vivía em 1202. N ....
		A Condessa Cecilia de Beaux segunda mulher.	Bertrando I. Baraõ de Beaux, e de Venaisin, Visconde de Marselha.	Raymundo, Baraõ de Beaux. Estevania de Provença, filha, ou irmãa de Gilberto, C. de Provença.
			Tiburgia de Orange, segunda mulher.	Guilhelmo II. Principe de Orange. A Princeza Tibugia, primeira mulher, filha de Rambaldo II. Conde de Orange † em 1115.

(17) Fr. Lucas de S. Catharina.—*Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta*. fol. 117.

(18) Escreve o acima citado Fr. Lucas: «Caravana he vocabulo Arabico, com que a Ordem explica aquella Congregação de Militares unidos para alguma facção, que se aplicam a subsidios em Armadas, Campanhas ou Fortalezas» fol. 158.

(19) Do mesmo Fr. Lucas: ...«he inálterável o Estatuto, de que nenhum Cavalleiro ou Servente de armas, consiga Commenda de cabimento, ou Graça, sem ter feito três Caravanas, ou dar Cavalleiro por si que as faça». fol. 158.

(20) Archivo da Torre do Tombo. *Breves*, maço 1 e 2 N.º 9.

21) *Lettera All'Illustrissimo Signor Bali d'Acri Fra Don Antonio Emanuel, de Lisbona, contenente la Relazione delle Feste fatte in Siena in occasione delle'Esaltazione al Gran Magistero di Malta dell'Eminentissimo e Reverendissimo Fra. Marc'Antonio Zondodari.*

(2) Cte. Carlo Augusto Bertini Frassoni. *Il Sovrano Militare Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme detto di Malta*. fol. 14.

(23) O Abbade Vertot (loc. cit.) escreve: «...sa naisance, ses vertus personnelles, et sa parfaite connaissance des maximes de l'Ordre rendent digne de cette elevation».—Alega o já citado Fr. Lucas de S. Catharina: «...porque dando-lhe a mão o valor, a nobreza e a benevolência, (que o fez bemquisto) subio ao Throno do Magistério, seguindo aos votos dos eleitores o commum applauso de seus Cavalleiros e Vassalos». (fol. 95).

(24) Nicolas de Saint-Allais. L'Ordre de Malta. fol. 89. Edição de Paris de 1836.

(25) Esta crónica manuscrita, citada pelo auctor do artigo do *Panorama*, exisia na Bibliotéca Real de Paris.

(26) O correspondente de Malta, para a *Gazeta de Lisboa*, escreve em 10 de Julho de 1728: «O Grão Mestre continua no seu govêrno com grande approvação e complacência de seus subditos». (fol. 298).

(27) D. Felix António de Christoforo de Alós. *Memorias Histórico-Politico-Militares de Malta*. fol. 124.—Bernardo Fernandes Gayo. *Relação da morte e enterro do Eminentissimo Senhor D. Fr. António Manoel de Vilhena*, etc. fol. 6.—Escreve Carlos José Caldeira:

«...Forte Manoel que é uma das obras de defeza desta enseada, e que foi construido á sua custa por um Grão-Mestre português D. António Manoel de Vilhena... A sua fama voou por tôda a Europa e deixou grande nomeada na história da Ordem». (*Apontamentos duma viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa*. T. 1 fol. 27—) A. Lobes Mendes. *A India Portuguesa* T. I. fol. 6.—Artigo do *Panorama*. loc. cit. fol. 323.

(28) «On avait depuis longtemps projeté d'eriger cette fortification; mais le mérite de l'executer en était réservé au Grand Maitre Vilhena. Ce fort fut tracé, en Juin 1723, par le Chevalier de Tigné, à son troisième voyage à Malte. L'exécution fut continnée par le Chevalier de Mondiou «qui la rendù un dés plus beaux morseaux de fortification de ce pays la et, par conséquent, de toutte l'Europe». (L. Héritte. *essai sur l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean-de Jerusalem et de son gouvernement Civil et Militaire a Malte au commencemment du XVIII*e *siecle d'après des documents inédits de l'epoque*. fol. 116.

(29) Idem. fol. 99.

(30) D. Felix António Christoforo de Alós. Loc. cit. fol. 122.

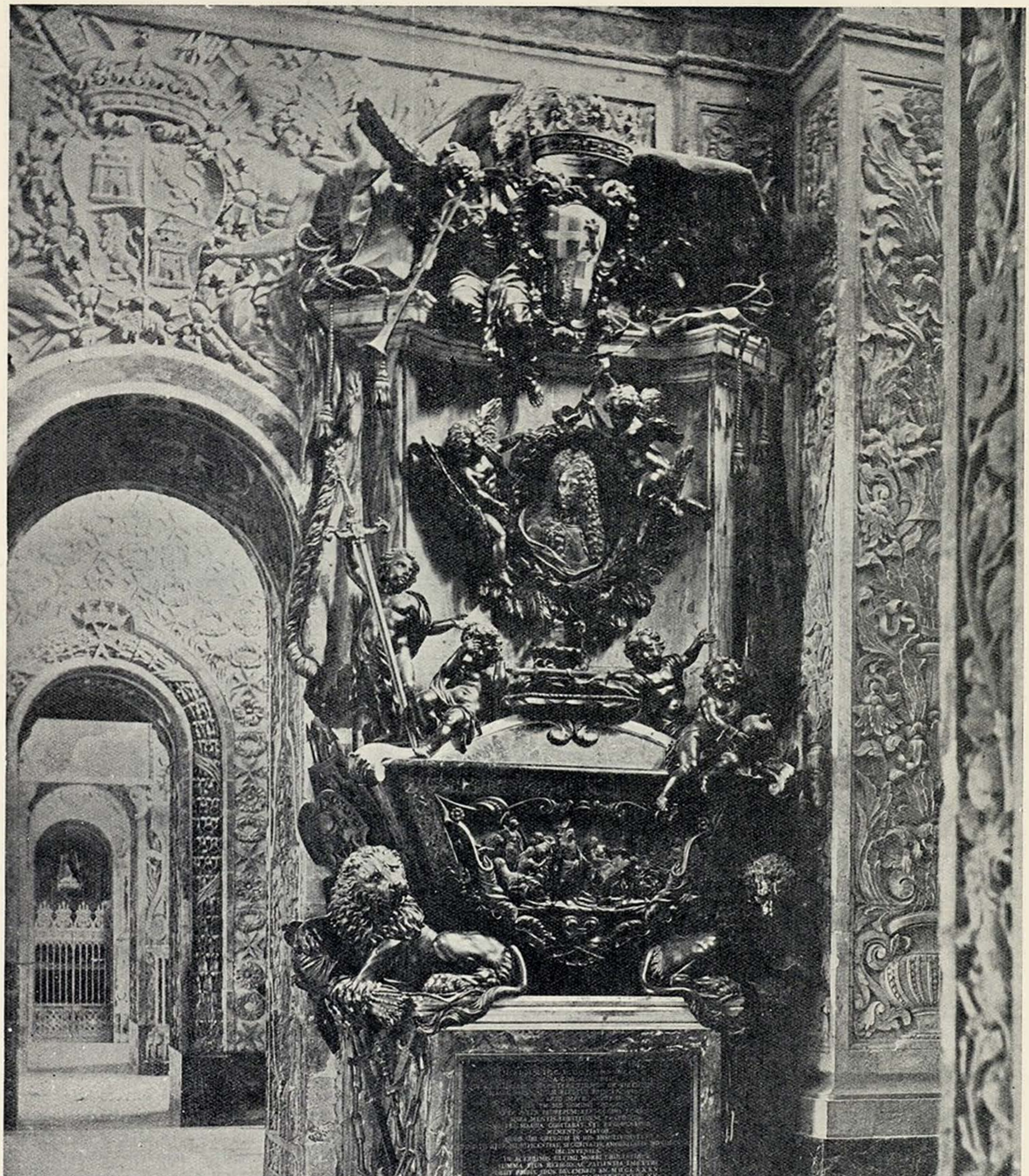
(31) Bernardo Fernandes Gayo. Loc. cit. fol. 6.

(32) Bernardo Fernandes Gayo. Loc. cit. fol. 8.

(33) Em Junho de 1723, tinha D. António Manoel de Vilhena a sua casa assim organisada: *Senescal:* D. Raymundo Puche, Bailio de Mayorca; *Mordomo:* O Cavaleiro de Romieu; *Estribeiro-Mór:* O Cavaleiro de Chabrillant; *Recebedor:* D. Juan de Veralesse; *Procurador do Grão-Mestre junto do Thesouro:* O Cavaleiro de Romieu; *Camarista-Mór:* D. Raymundo de Souza; *Vice-mordomo:* O Cavaleiro de Provam; *Primeiro estribeiro:* O Cavaleiro D. Manoel António de Souza; *Falcoeiro:* D. Francisco Manoel de Vilhena; *Comandante das guardas:* O Cavaleiro d'Angeville; *Esmoler:* O Comendador Loppin. Mais três *Capellães* além dêste: o Abbade Guyot, o Comendador Fagolare e o Abbade Bourgerel. Três *Secretários das Linguas:* o Abbade Alferan, o Cavaleiro de Scevoli e D. José Douegnas. Três *Auditores:* O Comendador Balzan, o Abbade de Vagnolis, e Formica. O *Copeiro:* Grossart; O *Intendente:* Conde de Betioli. Além dos pagens com o seu respectivo governador e de quatro camareiros. (L. Heritte loc. cit. fol. 71).

(34) L. Heritte. Loc. cit. fol. 26.

(35) «Il barrettone detto anche pileo o cimiero é uma specie-



Sepultura do Grão Mestre D. Frei Antonio Manoel de Vilhena, existente na Igreja de S. João em Malta.—(Reprodução d'uma fotografia do Arquivo do Conde de Vila Flor).

di capello del medio evo, una grande berretta foderata di velluto colore cremisi, ornata di armellini e di perle, cinta di un cordone simbolo dello Spirito Santo. Il barrettone stepo é sempre accompagnato dallo stocco, sorta di spada con pomo d'oro sull'elsa».

(*Lo Stoco e Barretone donati al Gran Maestra di Malta Pinto da Fonseca*. Memoria del Conte Baldassarre Capogrossi Guarna. fol. 5).

(36) Bouaventura Angeli. *Gli ordini et i modi osservati dai sommi pontifici nel donare lo stocco et il capello nella solennitá del Natale*.

(37) «Tu questo mai sempre riputato un decoroso el insigne guiderdone papale, e la piú alta ricompensa che possa desiderare un guerriero devoto et amico della religione». (Conte Baldassarre Capogrossi Guarna. Loc. cit. fol. 5)—Atribue-se a creação desta alta honraria ao Papa Urbano VI, o qual encontrando-se em Lucca, benseu na noite de Natal de 1386, o estoque e o barrete para agraciar o general Fortiguerra. Vide. Ammirato *Istorie Fiorantine*. T. XII. fol. 110.

(38) «...per rimunerar-lo meritevolmente delle su premure e fatiche nella poteme ed animosa difesa che faceva di quell' isola contra incessanti mene ostili dell impero ottomano». (Conte Baldassarre Capogrossi Guarna. Loc. cit. fol. 11).

(39) *Brevia ad Principes Benedicti XIII*. pont. a 1 fol. 445.

(40) Fr. Lucas de St.ª Catharina. Loc. cit. fol. 97.

(41) *Gazeta de Lisboa* de 28 de Setembro de 1724. fol. 312.

(42) Gazeta de Lisboa. de 5 de Outubro de 1724. fol. 320.

(43) Idem.

(44) «...servio com o Conde seu pay na guerra, achando-se em muitas occasioens, em que se distinguio, mostrando o illustre sangue de quem descendia. No anno de 1704 o tinha nomeado El-Rei Dom Pedro II para servir na provincia da Beira na campanha futura; e estando em Santarem morreo a 17 de Julho do dito anno». (*História Genealógica*). Loc. cit. T. XII. Parte II. fol. 832.

(45) *História Genealógica*. Loc. cit. Tomo XII. Parte II. fol. 832.

(46) *Gazeta de Lisboa*. de 28 de Setembro de 1724. fol. 312.

(47) Idem. Informa a *Gazeta de Lisboa* de 28 de Junho de 1725. fol. 208. do regresso de D. Sancho a Lisboa.—O mesmo navio que reconduziu o sobrinho do Grão Mestre, trouxe um delicado presente para o Padre. Fr. Lucas de Santa Catharina que já aqui temos citado. Sabedor D. António de que o frade recebera a incumbência de escrever a História da Illustre Religião de Malta, envion-lhe cinco tomos dos mais célebres Chronistas da Ordem, Bosio e Pozo; dois dobrões de ouro e doze zekinos, fabricados no mesmo anno de 1725, com a sua effigie de uma parte, e da outra as suas armas familiares esquarteladas, e mais uma grande medalha de ouro comemorativa da edificação do forte Manoel. Tódas estas prendas vinham encerradas em uma caixa de ouro bem lavrada, e acompanhadas de uma carta do Grão-Mestre cheia de expressões agradaveis para o nosso Fr. Lucas. As *Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta*, foram publicadas em 1734, dois anos antes da morte de D. António que ainda delas teve conhecimento; como se deduz da censura que a Academia Real da História Portuguesa, encarregou o seu académico Martinho de Mendonça de Pina e de Proença de fazer á citada obra. E assim se explica o erudito censor, depois de louvar por conta propria o trabalho do seu infatigável consócio: «Nem he de menor pezo o juizo, que destas Memórias, e seu doutissimo author, fez o Gram Mestre da Religião de Malta, que como legitimo sucessor não só do Real sangue do Infante D. João Manoel, mas tambem das suas heroicas virtudes, unio sempre o valor invicto com o estudo das boas lettras; e não sómente louvou e approvou, mas premiou os estudos e indagações do nosso Académico, com hum eterno testemunho do merecimento do Historiador e da liberalidade dêste heroe, em cujo feliz governo he justo que se publiquem estas Memórias, que o seu nome ha-de coroar».

(48) *História Genealógica*. loc. cit. T. VIII. fol. 264.

(49) *História Genealógica*. loc. cit. T. VIII. fol. 265.—Lê-se na *Gazeta de Lisboa* de 28 de Outubro. a fol. 351: «Desembarcaram na ponte da Casa da India, e foram continuando a marcha na fórma seguinte: os creados de pé do conductor, guarda portão do Embaixador, dois Heiduques de grande estatura magnificamente vestidos, vinte lacayos do Embaixador com o seu decano, vestidos de pano de escarlate, guarnecidos de prata tecidos com sêda, dous grandes negros vestidos á mourisca, quatro pagens vestidos de escarlata galoados de prata com vestias de gaze escura de prata; os gentishomens do Condutor, os gentishomens do Embaixador, oitenta Cavaleiros da Ordem de Malta que veem embarcados na Esquadra, além dos Portugueses Cavalleiros da mes Ordem».

(50) *História Genealógica*. Idem.

(51) *Gazeta de Lisboa* de 21 de Outubro de 1728. fol. 344. e de 4 de Novembro. fol. 353.

(52) *Gazeta de Lisboa* de 25 de Novembro de 1728. fol. 384.

(53) *Gazeta de Lisboa* de 11 de Novembro de 1728. fol. 368.

(54) *Gazeta de Lisboa* de 18 de Novembro de 1728. fol. 376.

(55) «El-Rey teve com o Grão Mestre, e com tôda a Religião diversas attenções, em que deu a conhecer o quanto estimava, e lhe mandou muitas peças de artilharia de bronze para o forte Manoel que elle havia edificado, e dado o nome do seu ppellido». (*História Genealógica* Loc. cit. T. VIII fol. 265).

(56) *La Soberana Ordem Militar de San Juan de Jerusalém ó de Malta*, por un Cballero de la Orden. fol. 66.

(57) Cte. Carlos Augusto Bertini Frassoni. Loc. cit. fol. 15.

(58) Edouard Henri Furse. *Memoires Numismatiques de l'Ordre Souverin de Saint Jean de Jerusalem*. fol. 245.

(59) Foi o LVI Grão Mestre de Malta António de Paula, o primeiro que recebeu o titulo de Eminência. Conferiu-lho o Papa Urbano VIII, por decreto de 10 de Junho de 1630.

«Questo titulo fu poi riconfermato al Gr. Maestro, Fr. Giovanni Batista Chechi a Santa Croce ed ai suoi successori, mediante Breve di *motu proprio* di S. S. Leone XIII del 12 Giugo de 1888». Cte. Carlo Augusto Bertini Frassoni Loc. cit. fol. 13) —Fue—Manuel Pinto da Fonseca—el primeiro de los Grandes Maestros que dejando el titulo de *Eminencia*, comenzó á usar el de *Alteza Eminentissima*, reconocido por los Caballeros y por los embajadores extranjeros; y adoptó una corona cerrada como la de los soberanos». (*La Soberana Orden Militar de San Juan de Jerusalem ó de Malta* por un Cballero de la Orden. fol. 116).

(60) «A sua fama soou por tôda a Europa deixou grande nomeada na história da Ordem». (Carlos José Caldeira. *Apontamentos d'uma viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa*. fol. 27.

(61) On doit aux soins vigilans de ce grand Maitre des établissements de bienfaisance dignes des plus grands eloges et des ouvrages qui contribuent a la defense de Malte. Ce qui doit ajouter à la reconaissance de l'Ordre envers lui, c'est qui aprés avoir fait des établissements à ses fraix, il laissa encore un fond de ses propres deniers pour l'entretien de ses deux hospitaux et des fortifications du fort Manuel». (*Annales Historiques de l'Ordre Souverin de Saint Jean de Jerusalem*. fol. 4 e 5).

(62) Tout le Regne du Grand Maitre Villhena fut employé à des expeditions glorieuses contre les pirates africans, et marquè par la protection qu'il ne cessa de donner à toutes les Nations qui naviguent et commercent dans la Méditerranée». (Idem. fol. 11).

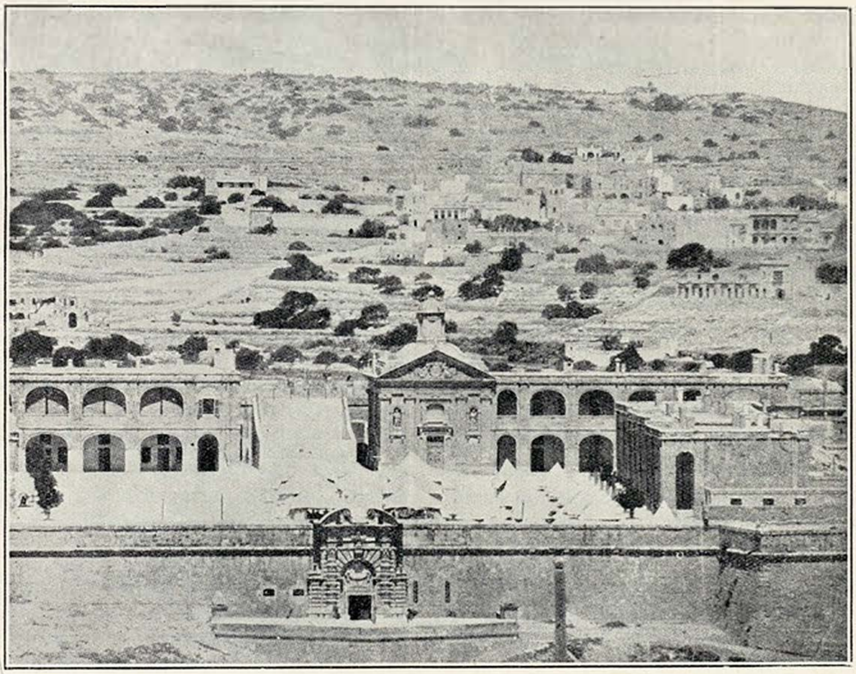
(63) Lê-se no já citado artigo do *Panorama* de 1838, a fol. 324: «A lembrança, emfim, do seu brilhante governo, foi tão duradoura e grata nos animos dos Cavalleiros Maltezes, que entre elles ficou glorioso o nome lusitano; e por ventura que, ainda alguns annos depois esta lembrança contribuiu para a eleição de outro portuguez á supremo dignidade, o qual foi

o Grão Mestre Pinto, 4.º e ultimo desta nação, de quem os annaes da Ordem tambem fazem honrosa menção».—O honrado e erudito Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, no diário da sua viagem de *Lisboa a Góa* (1856) mencionando a sua passagem pela Ilha de Malta, escreve: «...fomos a terra (La Valetta), e começamos pela Cathedral, antiga casa capitular da illustre Ordem de S. João de Jerusalem. A elegancia e sumptuosidade d'esta magnifica Igreja, não é facil de descrever; sobretudo o pavimento inteiramente coberto de campas entalhadas de mosaico finissimo, com os brazões e epitafios dos mais celebres cavalleiros da Ordem, é cousa muito para vêr-se e admirar-se. Mas, o que para mim foi ainda mais para vêr e admirar, foi achar quasi em cada epitafio a memoria de algum Cavalleiro portuguez. Parecia-me estar n'uma Igreja de Portugal. Bem quizera eu poder aqui mencionar tódas essas memórias, mas a rapidez necessária da visita mal me permittio colher um ou outro apontamento. Não descreverei os dous sumptuosos mausoleus dos Gran Mestres D. António Manoel de Vilhena e Manoel Pinto da Fonseca, ambos na mesma Capella do lado da Epistola; nem tão pouco o do Gran Mestre Luiz Mendes de Vasconcellos na Capella subterranea. Estes trez tumulos, e as acções dos celebres Gran-Mestres, cujas cinzas encerram, estão mencionados nas relações de todos os viajantes e em grande quantidade de livros. (fol. 12) Deixando a Cathedral, e caminhando pela cidade a cada passo se descobrem outros monumentos e obras de Portuguezes. Aqui o soberbo Palacio chamado de Castela, fundado pelo Gran-Mestre Manoel Pinto da Fonseca:—Alli o forte *Manoel:* acolá o *Theatro Vilhena*. Finalmente não ha obra grande em Malta, a que não esteja associado o nome de algum illustre Portuguez. Se entraes no Palacio do Governo, antiga residencia dos Gran-Mestres alli vereis mil vezes repetidas os retratos de Vilhena e de Pinto; e lá vos dirão que a este deve o Palacio grandes melhoramentos. (fol. 14).

Temos visto ser Malta tão abundante de monumentos e memórias portuguezas, que seria sem dúvida interessante á honra e crédito nacional, colligi-las e descrevê-las em corpo separado. O volume que se podesse inscrever—*Os Portuguezes em Malta*—não seria menos curioso que os que tratam das acções dos Portuguezes em Africa, Asia ou América». (fol. 18).

(64) Quasi todos êstes pormenores foram recolhidos na *Relação da morte e enterro do Eminentissimo Senhor D. Fr. António Manoel de Vilhena Grão Mestre da Religião do Santo Sepulchro de Jerusalem que vulgarmente se chama de Malta, dedicada ao Senhor D. Sancho Manoel de Vilhena commendador na Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, e Coronel de Cavalaria da praça de Campo Maior* etc. por Bernardo Fernandes Gayo. Lisboa 1737. A dedicatória resa assim: Senhor. Os ultimos periodos da heroica vida e Christã morte do Eminentissimo Senhor D. Fr. António Manoel de Vilhena Grão Mestre da Religião do Hospital de Jerusalem, que vulgarmente se chama de Malta, pertencem tanto a V. Senhoria, que não póde todo o conhecimento, que eu tenho de minha humildade, despersuadir-me do atrevimento, com que procuro o seu patrocinio para esta relação. Considerey em Vossa Senhoria o unico Varão que ficou do Real tronco dos Manoeis de Vilhena em tôda a Hespanha; e renascem em Vossa Senhoria as esperanças tódas desta esclarecida progenie com muitas vantagens possuidas gloriosamente; e illustradas com o hereditario militar explendor. A humanissima benignidade, que resplandece em V. Senhoria deu alento ao meu temor, e a dignidade do assunto elevou a minha idéa, até me pôr aos pés de V. Senhoria: por uma ou por outra póde ter a minha ouzadia ou merecimento ou disculpa. N. Senhor guarde a Pessoa de V. Senhoria os muitos annos que os seus criados havemos mister. De V. Senhoria mais humilde Servo—Bernardo Fernandes Gayo.—Este curioso folheto, rarissimo, encontra-se nos *Reservados* da Biblioteca Nacional).

(65) De 21 de Fevereiro de 1737. fol. 95.



Forte Manuel—Rebrodução de uma das gravuras da obra «Malta» de Roberto Parabeni—Bergamo—1930—(Da Bibliotheca do Conde de Vila Flor).

(66) «...depois de haver governado perto de 15 annos com grande rectidão e particular zelo do augmento e progresso da mesma Ordem». *Idem.*

(67) *Gazeta de Lisboa* de 21 de Março de 1737, a fol. 144.

(68) Innocencio Francisc da Silva, escreve a seguinte curiosa nota: «Fr. Joaquim de S. Joseph, Franciscano da terceira Ordem, Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, Defenidor geral da sua Ordem e Provincial da provincia. ...seu discipulo e amigo Fr. Manoel do Cenaculo, depois arcebispo de Evora, fez a imprimir um *Elogio funebre* á sua memória o qual sahiu acompanhado de um retrato desenhado e gravado pelo artista portuguez António Joaquim Padrão. A ternura de Cenaculo para com o seu mestre era tal, que emquanto viveu conservava sempre á vista, no proprio aposento, o craneo de Fr. Joaquim, guardando-o como saudosa reliquia, e mandando-o por fim sepultar juntamente com o seu cadaver no mesmo jazigo. Não deixou êste padre impressa mais composição sua, além do seguinte sermão que publicou e que Cenaculo qualifica de elegante: *Oração funebre, pathetica, histórica e encomiástica nas exequias de D. Fr. António de Vilhena, Grão Mestre da Ordem de Malta, no Convento de N. S. de Jesus.* (*Diccionário Bibliographico portuguez.* Tomo quarto. fol. 90).

(69) Em Abril de 1811, os governadores do reino em nome do Principe Regente em testemunho da lealdade e heroismo com que se portaram os habitantes desta villa defendendo-a contra os franceses, determinaram que d'ahi em diante se denominasse—A leal e valorosa villa de Campo Maior.—(António Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno.* Vol. II fol. 72).

(70) *Gazeta de Lisboa* de 11 de Abril de 1737. fol. 177.

(71) «...muito acreditado Pregador no seu tempo. Foi natural de Campo Maior. (—Innocencio Francisco da Silva.—Loc. cit. Tomo quinto. fol. 428).

(72) Nêle se lê o epitafio em latim que reproduzimos em vulgar porque é por assim dizer a biografia do Grão Mestre: «.A Deus optimo e maximo.—Aqui jaz o Grão Mestre D. Fr. António Manoel de Vilhena, descendente do tronco real, o qual elevado á suprema dignidade do mestrado, por causa da sua virtude, mais parecia principe por nascimento, do que por eleição. Apenas tomou o leme do estado, edificou a fortaleza que delle teve o nome. Verdadeiramente pai dos pobres, fundou para elles azilos. Dotado de admirável vigor de animo, ora traçava grandes cousas ora as punha por obra. Lembra-te, oh peregrino, que em qualquer lugar em que pares nestas Ilhas (Malta e Gozo) ahi acharás monumentos da sua piedade, munificencia, segurança e brandura. A sua religião e paciência resplandeceram entre as crudelissimas angustias de ultima doença. Finou-se a doze de Dezembro de 1736—no 73.º anno da sua edade, e décimo quinto do seu mestrado.» (Vem o epitáfio latino e esta tradução no já citado artigo de *Panorama* de 1838 a fol. 324).

(73) Foi seu auctor o florentino De Soldanis.

(74) As fotografias dêste célebre mausoleu, teem corrido mundo em quantas ilustrações e livros d'arte que se ocupam de Malta. Ainda no ano passado, a magnifica *Collezione di Monografie Illustrati.* Serie 1.ª *Italia Artistica—Malta.*, a fol. 94 e 95, apresenta duas bellas fotogravuras do tumulo do Grão Mestre de Vilhena; a fol. 134 uma outra do forte Manoel.

(75) «...Obra primorosa do nosso conterraneo D. António Manoel de Vilhena que o construiu com quantas belezas a arte e a sciencia de guerra exigem». (Capitão Tenente Celestino Soares. *Itinerário de Bombain a Lisboa,* publicado no *Diário do Govêrno* de 26 de Julho de 1838. fol. 745.

(76) *Annales Historiques de l'Ordre Souverin de Saint Jean de Jerusalem.* fol. 4.

(77) Esta inscrição foi copiada pelo Dr. Celestino Soares, e transcrita no seu *Itenerário de Bombain, a Lisboa,* publicado no *Diario do Govêrno,* de 26 de Julho de 1838. fol. 745.

(78) Do já citado artigo do *Panorama* de 1838.

(79) Edouard Henri Furse. *Memoires Numismátiques de l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jerusalem,* fol. 348 e 352.

(80) P. Menestrier. —Nouvelle Mèthode Raisonnée du Brason ou de l'Art Heraldique. fol. 423.

(81) No actual brazão acrescentou-se o seguinte: «Lo scudo é circondado dal collare del Gran Maestro ed i timbrato della corona magistrale, che è quella reale chiusa a fiorni foderata di nero i surmontada de una croce a 8 punta d'oro.—Cte. Carlo Augusto Bertini Frassoni. Loc. cit. fol. 86.

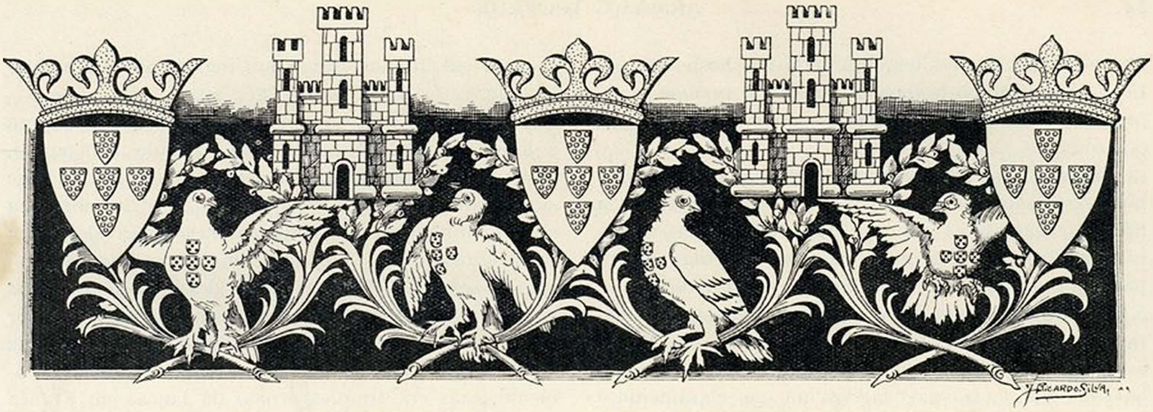
(82) Foi o Grão Mestre Pedro d'Abusson o primeiro que esquartelou as suas armas de familia com as da Ordem.—Eugène Harot. *Essai* d'Armorial des Grands Maitres de l'Ordre de Saint Jean de Jerusalem. fol. 8.

(83) *Armorial português* por G. L. Santos Ferreira. I parte. fol. 202.—Eugène Harot Loc. cit. fol. 27.

(84) Escreve Manoel Severim de Faria: «Os Manoeis ou de Vilhena, como descendentes do Infante D. Manoel, filho del Rey D. Fernando o Santo de Castella trazem as armas que o mesmo Infante tomou que foram um Escudo quarteado numa parte um Leão, que significa o brazão dos Reis de Leão, e noutra um braço com uma aza, e na mão uma espada que vem a ser a mão de um Anjo, aludindo a sua may, que era descendente de Angelo Emperador de Constantinopla». *Noticias de Portugal.* fol. 102.

(85) Miguel Lopes Ferreira traduziu de Castelhano a *Vida e Acçoens de Sua Alteza Serenissima Fr. Luiz Mendes de Vaconcellos, Grão Mestre da Sagrada Religião de Malta, etc.,* e imprimindo essa tradução na oficina Ferreyriana em 1731, dedicou-a a D. António Manoel de Vilhena, com uma carta que termina assim:

«A generosidade de Vossa Eminencia antes, e depois de Soberano, as magnificas embaixadas a todos os Principes da Europa, em que se distinguio em honras e luzimento a que vio e admirou a nossa Côrte de Lisboa, continuando nas aves mais nobres as repetidas demonstraçoens com que Vossa Eminencia justifica o amor que lhe deve a sua Patria, e o Rey que felizmente a governa, e os acertos repetidos com que na direcção de Vossa Eminencia triunfa a Fé, florescem as armas, e se aperfeicôa o governo politico, e economico, tendo por subditos, não só Grandes mas Principes das primeiras casas da Europa, melhor que eu divulgam nas muitas linguas em que a Milicia Sagrada se divide, tantas acçoens, tantos triunfos, tantas virtudes, e tantas glorias».



A Nomenclatura das Signas Medievais

Comunicação apresentada pelo Conde de São Payo (D. António) à Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em sessão de 7 de Janeiro de 1931.

Fixemos os valores das palavras. É uma aspiração constante do espirito que procura apreender uma ideia, ou transmiti-la com precisão e clareza, é uma necessidade imperiosa para a sistematisação de qualquer soma de conhecimentos, para a sua investigação, para sua discussão, e para a sua exposição finalmente. Sente-se agudamente essa necessidade ao abordar-se o estudo das signas portuguesas, estudo verdadeiramente incipiente no nosso país, e onde vamos encontrar na linguagem comum e até nos dicionaristas, a confusão e smonimia das multiplas vozes pelas quais se designaram diversas especies e formas de signas militares. É neles assim constante a equivalencia de bandeira por estandarte, estandarte por pendão, pendão por balsão, balsão por guião, etc.

Necessario se torna pois uma investigação historica para bem se poder defenir estes e outros vocábulos da historia militar medieval.

O pequeno estudo que em seguida encetamos é uma pequena contribuição para esse efeito, certos, como estamos, de que estas materias não se podem estabelecer dum folgo só.

*
* *

Desde a mais remota antiguidade, desde a proto-historia porventura, ou da pre-historia mesmo, que existe a ensignia pessoal da tribu, da clan ou da familia, arvorada ao alto duma aste, ou figurada num tecido. Nas pinturas de ceramica descobertas nas tumbas da época primaria do Egypto, pertencentes portanto ás tribus aborigenes, já aparecem figurações de choças, construidas de canas, separadas entre si por meio de palissadas de troncos de arvores, que formam como que uns rudimentares circuitos de defeza, e em cima das choças, pelo meio das quais se veem os primitivos habitantes—com suas mulheres, filhos e rebanhos, se divisa uma bandeira flutuando ao vento, e nela a imagem do animal sagrado, venerado pela familia ou pela tribu, o *Totem*. Os assirios usaram bandeiras com pombas pintadas; os medas com trez coroas, os armenios com um leão coroado, e os citas, um raio. As doze tribus israelitas distinguiam-se pelas côres das suas bandeiras e pelas efigies nelas pintadas. Os gregos usaram bandeiras desde o tempo de Licurgo; a divisa de Esparta era Castor e Polux; de Atenas, um mocho, a ave de Palas; de Tebas, a esfinge; de Corinto, um lobo; da Macedonia, a clava de Hercules. Tambem os romanos usaram como emblemas *(signa)*, efigies de animais como a loba, o cavalo, o mitológico minotauro, e o javali; durante o consulado de Mario adoptaram a aguia, que veio a ser com o tempo, o unico emblema da legião, emquanto que para o manipulo (companhia de 200 soldados, nome que deriva de uma mão cheia de feno que, no reinado de Romulo, substituia a bandeira) adoptou-se uma insignia *manipulus*, e para a cavalaria o *vexillum* a qual consistia numa tela quadrada, unida a um pao da mesma largura, pendente duma haste, com ela formando cruz, á moda dos *pendões* das nossas procissões. Constantino iniciou o uso do *lábaro*, um pano tinto de purpura, pendente duma haste, tal como o *vexillum*, e assinou-lhe uma guarda especial de cincoenta homens.

Depois da sua victoria sobre Maxencio, recebeu o *lábaro* o monograma de Cristo, ou sómente a cruz grega. É esta a origem dos estandartes religiosos da Egreja Católica.

Na peninsula iberica, depois de se nelà terem visto os *manipuli*, os *vexili*, e os lábaros dos conquistadores,

Santo Isidoro diz-nos ter observado nas hostes visigoticas do seu tempo o *dragão*, a *aquila*, o *vexilum*, a *esfera*, e o manipulo, insignias certamente conservadas dos romanos.

Não são estas insignias as que porem precisamente nos preocupam. As que no presente estudo chamam a nossa atenção são as insignias medievais usadas na peninsula iberica em geral, e na nação portuguesa em particular e que não remontam para além do seculo XII nem ultrapassam o XVI:—as que recaem verdadeiramente debaixo do dominio da heraldica.

Possuimos felizmente, veneranda fonte, mais do que qualquér outro paiz talvez, em que claramente e com juridica precisão possamos estudar as signas medievais. É a celebre compilação de leis e preceitos coligida pelo sabio Rei Afonso X de Castela, verdadeiro Solon peninsular, conhecida pelo nome das Sete Partidas. Codigo das leis reguladoras de toda a vida social de então, não lhe falta uma organisação do exercito, e uma exposição da teoria das signas militares. Esta celebre compilação informou toda a vida social medieval em Castella, Leão, Galiza, e Portugal e teve grande força juridica, como fonte subsidiaria, até a introdução do direito romano. Em Portugal temos fortes vestigios que nos provam terem sido observadas as suas prescrições quanto ás signas militares, nem outra coisa deveria ter acontecido, sendo demais a compilação das sete Partidas antes uma coleção do direito consuetudinario, observado por igual em toda a cristandade peninsular, do que uma imposição legislativa criada *ad hoc*.

As signas do codigo afonsino podem classificar-se de duas maneiras: formalmente e militarmente.

Formalmente, a lei considera tres tipos diferentes de signas correspondendo a cada tipo um nome especial: *estandarte*, *pendão* (com varios sub-tipos), e *bandeira*.

Militarmente, devidia os tipos das signas conforme o numero de homens da hoste que o capitão comandava, especificando-se tipos diferentes para a hoste de 2 até 5, 10, 50, e 100 homens, e deste total para cima.

As leis 13 e 14 do titulo 23 da segunda Partida tratam em primeiro lugar do *estandarte*.

Era esta signa, segundo aquele vestusto codigo, quadrada e inteira, e não deveria ser empregada senão por um principe soberano «porque assi como (señas) nen son departidas, assi non deben ser partidos los Reynos donde son señores.» Era portanto esta signa o emblema de soberania, e ostentava, na inteiresa do seu pano, o brazão do soberano.

Bandeira, segundo as mesmas Partidas, era uma signa rectangular, como vulgarmente hoje é figurada, mas com a particularidade de ser arvorada a um terço da haste, ou venabulo.

Chamam genericamente as Partidas, *pendão*, a todas as outras signas, acrescentando-se-lhes por vezes uns qualificativos para designar diversas variantes como adeante exporemos. Deriva o vocabulo, ao que parece, do baixo latim *penno*, já por si derivado do alto alemão *vanno*, dando *pendon*, em espanhol, *pennon* em francês, *pennone* em italiano, *penon* em inglez, *pennó* em catalão, etc.

A sua forma mais vulgar em toda a cristandade, era a de um triangulo esosceles, com o angulo mais agudo, fluctuante, e não ostentava geralmente o brazão mas sim côres diferentes, dêsse brazão, ou da libré, ou alguns emblemas. Em geral a lança do cavaleiro era sempre guarnecida com esta signa, e mais tarde veremos no seculo XV todas as lanças dos homens de armas igualmente guarnecidas com a mesma signa, como por exemplo nas tapeçarias de Pastrana se veem com a cruz de S. Jorge. Quando não servia de sinal de agrupamento, mas era simples ornato da lança, em França chamava-se-lhe *penoncelle*, entre nós designou-se porém sempre genericamente por pendão quer numa quer noutra função.

Na sua primeira função de signa de agrupamento, as Partidas mencionam-na concedendo o seu uso ao cavaleiro vassalo cuja hoste numerasse entre 100 a 50 unidades montadas.

Era o seu uso concedido aos Mestres das Ordens Militares, e aos seus comendadores na sua ausencia.

Igualmente se empregava esta signa para indicar o lugar ou lugares onde se aposentaria o exercito, sendo levado por um oficial que a arvorava no local escolhido, e o Regimento da Guerra de D. Afonso V mandava demarcar o acampamento com estes pendões colocados todo a volta a intervalos regulares. Nesta função era chamado pendão aposentador.

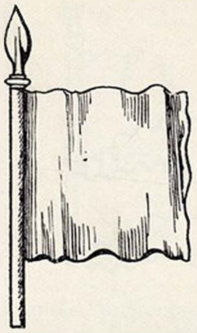
Reconheciam porem as Partidas uma signa de categoria superior, intermediaria entre este pendão e o estandarte. Era o pendão chamado *caudal*, diferindo em ser um rectangulo terminando em segmento de circulo na menor dimensão flutuante, e cujo uso era privativo dos capitães que levassem na sua hoste para cima de cem vassalos montados, por isso denominados caudilhos,—deviam de ser os ricos-homens. O seu uso era tambem permitido aos concelhos das cidades e vilas, sendo destas, provavelmente pelo espirito da lei, apenas as principais, chamadas em Portugal, *notaveis*. No Nobiliario do Conde D. Pedro, encontra-se uma passagem curiosa sobre o pendão como signa dos ricos-homens, juntamente com o seu conhecido e conjunto atributo, a caldeira. Diz assim o tit. XXIII ao referir-se a Rui Gomez de Briteiros, que era infanção, e que roçou D. Elvira Annes, com quem depois casou: *E depois fez El-Rei Dom Afonso este Dom Rui Gomez ricome e deulhi pendon e caldeira*».

Para o cavaleiro, capitão duma hoste entre 50 a 10 unidades, as Partidas concediam o uso duma signa rectangular, a qual se usaria porem com uma particularidade, e era de que seria arvorada apenas á altura de um terço da haste. A esta signa, dizem as partidas, alguns chamavam *bandeira*.

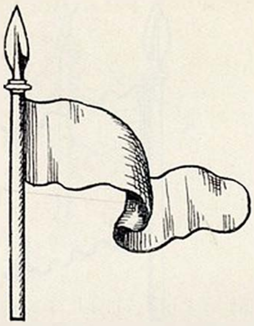
Ainda o mesmo codigo indica uma outra signa, retangular, tambem, mas estreita e comprida e partida do meio em duas pontas farpadas que seria trazida pelos oficiais mores d'El-Rei, acrescentando Fernão Me-

xia no seu *Nobiliario Vero* que esta signa era propria igualmente dos capitães de 10 até 5 homens: igualmente as trariam os adaís, juntamente com as signas dos concelhos quando saíssem a campanha com eles; poderiam traze-la os almocadães se ela lhes fosse concedida na sua investidura, explicando o mesmo autor que ao almogavar não era concedido signa alguma.

É curioso o facto das partidas não indicarem nome especial para esta signa. Foi isto provavelmente que



Bandeira quadrada ou real



Pendão caudal

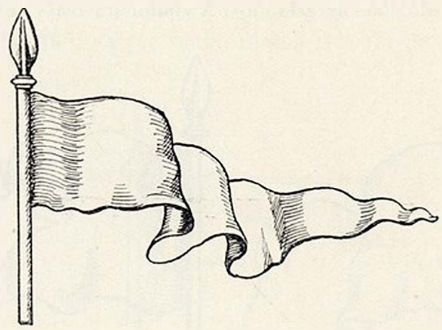
fez com que já no seculo XV, senão anteriormente, se passasse a denominar estandarte a bandeira rial, e de se chamar a esta signa partida de duas pontas farpadas, *estandarte,* como veremos adiante fizeram evidentemente alguns autores. É até precisamente esta a significação que autores modernos dão a estes dois vocabulos, reservando o termo bandeira (bannière), para a signa quadrada, rial, e estandarte para a signa secundaria.

Citaremos Gevaert, entre os belgas, representando a tradicção borgonhesa, que diz no seu grande tratado de heraldica, «*L'Heraldique son esprit, son langage et ces aplications*»: «La Bannière doit, en effet d'après tous les exemples, et c'est sa caracteristique, porter les couleurs et les figures hèraldiques directement et entiérement, et les presenter parfaitement visibles, sa surface sert de champ. C'est ce qui la distinguie de l'étendard. Il n'est donc pas etonnant que le blazon ait donné le non de bannière a tout champ de forme exactement rectangulaire. L'étendart n'est pas un champ pour les armes, comme la bannière. Il est un terrain d'application de l'heraldique... il porte d'autres sujets que les armes: attributs, emblèmes, divises, chiffres ou mentions quelconques.»

Tambem Charles Boutell na sua obra «*English Heraldry*», mostra um estandarte de Sir Henry Stafford, cavaleiro da Jarreteira, (circa 1475), que apresenta duas pontas, classificadas como de rabo de andorinha, comquanto a sua forma geral se assemelhe á de um pendão caudal, e diz que estas signas se destinavam a ostentar não brazões de armas, mas outros emblemas heraldicos como empresas, divisas, motes etc. eram geralmente de duas cores dispostas em faixa, tiradas das armas ou da libré; em inglaterra, costumavam ostentar junto da tralha a cruz vermelha de São Jorge, em campo de prata. Eram tambem circundadas estas signas por um cordão ou franja, com as mesmas côres alternadas. Continuou-se em Inglaterra todavia, e ainda hoje se mantem, a chamar á bandeira real, quadrada, com as armas em todo o pano, *estandarte,* reminescencia sem duvida da alta edade média em que esta voz se reservava á signa real, como sustentam as Partidas do rei castelhano.

Resta falar duma signa cujo nome aparece em outros textos como proprio, a *balsa,* ou *balsão,* e que posteriormente por extensão foi aplicado a outras signas indistinctamente. Concordam todos os nossos antiquarios que *balsa* ou *balsão* era denominação especial que tinha a signa da Ordem do Templo, a qual era, quanto á sua composição, partida de negro e branco, com a cruz vermelha do Templo sobreposta. Mas seria a voz *balsa* especial para uma certa forma de signa, ou seria um nome pelo qual era simplesmente conhecida? Indicava forma especial ou composição? Referia-se apenas á composição. Os nossos antiquarios não indicam a etimologia da palavra, podemos porem aventar com muita probabilidade que a palavra balsão é uma corrupção portugueza do termo «*beau séant*» grito de guerra dos Templarios com que se chamava egualmente á signa desta Ordem. Era o nome de guerra da signa, como hoje se chama á bandeira ingleza «*Union Jack*», e nada tem com qualquer forma especial que afectasse.

Vê-se, pelo exposto que as Partidas usaram ou adoptaram uma nomenclatura especifica e perfeitamente definida. Pensamos que por lhe encontrar estas qualidades, aliadas á sua antiguidade, a deveremos adoptar daqui em diante, não só na linguagem heraldica, mas como o faremos, daqui por diante na exposição da materia deste estudo, abrindo excepção porem para o ter-



Pendão

mo *estandarte,* que passou a ter significação diferente, como dissemos atraz e adiante confirmaremos.

É claro que a velha legislação das Partidas, redigida no seculo XII, não foi observada pontualmente pelos tempos adiante, talvez mesmo o não tivesse sido nunca. A tecnica de nomenclatura principalmente degenerou bastante, introduzindo-se nos textos, e por certo na linguagem comum portanto, a confusão, a inversão, a flutuação das vozes, e por fim a sinonimia entre ter-

mos originariamente diferentes. A revolução joanina deveria ter contribuido mesmo para o estabelecimento de uma enorme confusão que jamais foi desfeita inteiramente, bastará atentarmos naquele passo de Fernão Lopes em que refere ás circunstancias da Batalha de Aljubarrota neste particular: «e estes tinhão hũa alta bandeira de São Jorge, e outros balsões de mistura: assi que a az da vanguarda com suas alas, era semeada de bandeiras, e pendoens, como a cada hum prazia de ter: e a hi num avia entam Rey de armas, nem outro Arauto, que o ninguem desdissesse». Temos porem bastas provas que, comquanto obscurecida, a sua tradição se manteve em Portugal e Castela até o fim da cavalaria, como vamos demonstrar.

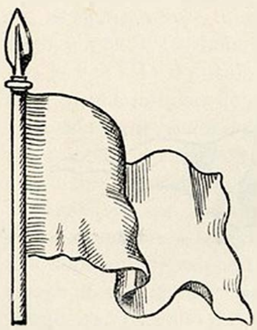
Das primeiras inversões ou confusões a estabelecerem-se foi entre o sentido de *estandarte* tal como ele vem nas Partidas, (principal signa real, quadrada), e a de *bandeira*, com quanto lhe venham a chamar real e quadrada. Isto é, chama-se real (quadrada) áquilo a que as Partidas chamam *estandarte*, e estandarte, a uma outra signa.

Balsão, chamou-se depois genericamente a toda a outra signa que não bandeira real, ou estandarte.

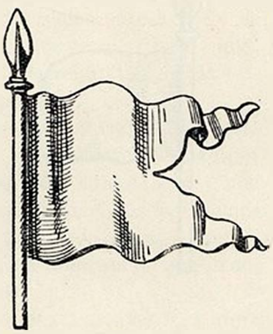
A bandeira, deixou de se usar a um terço da haste, se é que alguma vez se usou.

Abandonou-se egualmente o uso do pendão caudal.

Assim, Rui de Pina, na cronica de D. Duarte, ao descrever as cerimonias da trasladação de El-Rei D. João I, refere que iam no cortejo doze nobres levando os cavalos, bandeiras, e armas do Rei defunto, sendo o primeiro á frente Pedro Gonçalves, vedor da Fazenda que levava «a bandeira real em sua haste emburilhada, derribada sobre o hombro», outro levava «o estandarte», outro «o guião», e que o derradeiro levava solto «um balsão preto com a haste sobre o hombro, cujas pontas iam pelo chão arrastando». A «bandeira real» devia ser



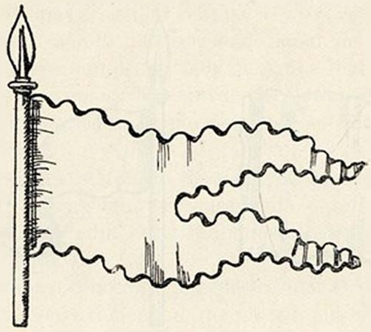
Bandeira



Estandarte

a bandeira quadrada com as armas reais ocupando o pano inteiro, tal como as Partidas prescrevem dever ser ostentadas na signa principal do Rei, e como os exemplos posteriores sempre confirmam, isto é, aquela signa que as mesmas Partidas denominam *estandarte* real: o «estandarte» devia ser uma signa cuja forma e figuração não podêmos ao certo determinar, mas que seria muito provavelmente ou a de pendão, como vemos algumas com a cruz vermelha em campo branco, chamada de S. Jorge, nas tapeçarias de Pastrana, ou aquele rectangulo com duas pontas farpadas que as Partidas afectavam aos oficiais mores, semeado com o moto ou letra do defunto Rei, o qual. como é sabido era, «Por Bem».

Com efeito, convem na verdade atentar por um lado que ha uma certa equivalencia das signas levadas pelos



Gongolão

oficiais nesta cerimonia, com as gualdrapas dos cavalos que nela figuravam. O 1.º ia revestido de damasquim branco e vermelho, com a cruz de S. Jorge; o 2.º de azul e vermelho com as armas reais, o qual corresponde evidentemente á bandeira real; o 3.º com o moto e letra d'El-Rei de *por bem* bordado em muitas partes, e o 4.º com a divisa dos pilriteiros, que correspondem evidentemente ás divisas do «estandarte» e «guião», e o 5.º ia todo de negro, correspondendo ao «balsão».

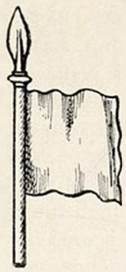
Ha tambem, para a boa interpretação deste passo da crónica de o compararmos com uma célebre série de gravuras representando as não menos célebres exequias que o Imperador Carlos V em vida mandou realisar, como se já estivesse defunto, e que foram executadas por João e Lucas Doetechum.

Nelas se vê, por cada um dos estados, do qual o bisonho retirando de S. Justo era soberano, uma representação de três cavalos gualdrapados com as suas armas moto e divisa ou empresa, correspondendo cada um a três signas—bandeira real, estandarte, e guião—que eram egualmente levados no cortejo. Por aqui se vê que a trasladação do nosso Rei de Boa Memoria em nada ficou a dever em correcção e pompa áquela com que o maior soberano da Europa, no auge do renascimento, simulou a sua morte para o mundo que havia governado com imperial sceptro. Em ambos se observou o mais correcto protocolo, e a melhor sciencia heraldica, aplicada de maneira igual.

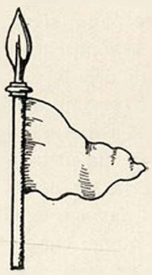
O «guião» devia ser a signa pequena quadrada, ou de uma ponta farpada, com a mesma empreza, tal como usou D. Afonso V, e se vê nas mesmas tapeçarias. O «balsão» encontra-se suficientemente descrito na cronica.

O regimento da guerra, ordenado por Afonso V, in-

serto nas suas ordenações, liv. I tit. LI, está egualmente informado pela doutrina das signas do codigo de Afonso X de Castela, comquanto tambem tenha a nomenclatura trocada... Lá se fala (art. 5) na bandeira real, na mesma acepção em que a emprega Rui de Pina, que, como já vimos, é a de *estandarte* nas Partidas, a qual se vê nas famosas tapeçarias afonsinas, quadrada, e ostentando as armas reais em todo o pano; lá se encontram



Guião



Guião (de ponta)

os pendões (aposentadeiros), (art. 14, 17, do tit. LII) que serviriam para demarcar o arraial, e que aparecem naquelas tapeçarias em forma de bandeiras rectangulares pequenas, ostentando o distintivo da guerra, a cruz vermelha de São Jorge; lá se diz das *bandeiras* dos fidalgos, (capitães de hoste), cujas formas seriam diferentes segundo a categoria, ou talvez capricho de cada um, conforme se vê nas mesmas tapeçarias, onde aparecem bandeiras rectangulares, e pendões de uma ponta farpada, ostentando as côres das librés ou das armas dêsses fidalgos; lá se escreve dos balsões (art. 22) no sentido formal de pendões das Partidas, e nas tapeçarias parece-nos ver bastantes com a cruz de São Jorge.

A confusão que já então reinava na denominação formal das signas evidencia-se no artigo 41, onde se prescreve que ninguem se aparte da formatura em volta do *pendão* do seu capitão ou senhor, sendo certo que atraz, o mesmo regimento não se refere a esta signa, mas ás bandeiras e balsões. No artigo 54 fala-se da bandeira ou pendão de São Jorge não se percebendo se a conjunção é dijuntiva se copolativa comquanto nas tapeçarias se observem as duas signas.

No art. 4 do tit. LIV, (Regimento do almirante) encontra-se referencia a um estandarte das armas reais, que o Rei em sinal do seu caudilhamento deveria entregar ao almirante no acto da sua investidura.

No art. 4 do tit. 56 (Reg. do alferes-mor) se fala na *principal signa* d'El-Rei, que seria confiada á sua guarda, e somente tirada da funda e desfraldada, á vista do inimigo, e só então seria permitido aos senhores tender as suas. É o estandarte real, ou bandeira real quadrada.

No art. 12 do tit. 65, se faz referencia á signa que poderá usar o adaíl.

No art. 7 do tit. 66 (Reg. dos almocadens) se faz referencia á lança que deveria ter o oficial no acto da sua investidura, «com seu pendon».

A regra da Ordem de S. Tiago, ordenada em 1508 pelo Sr. D. Jorge, na parte referente á signa da Ordem, e das suas dignidades, ultimamente tão bem comentada pelo nosso consocio Augusto Cardoso Pinto no seu magnifico estudo «As bandeiras das trez Ordens militares», fala em bandeira quadrada, em guião, e em estandarte.

Por este regimento se vê que o Mestre da Ordem usava, já desde recuada data, da bandeira quadrada, quando comandasse a sua hoste;—já se haviam esquecido as prescrições das Partidas, e a sua insignia, subira varios furos na escala de hierarquica.

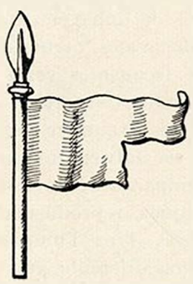
O Comendador mor, imediato ao grão-mestre, poderia usar uma signa que a Regra assemelha ao *guião,* quando comandasse a Ordem na hoste de El-Rei. O Sr. Augusto Cardoso Pinto entende que esta signa seria triangular, como o *guião* de D. Afonso V que se vê nas Tapeçarias de Pastrana. Confesso que a interpretação deste passo me não parece indiscutivel, pois não tem em si elementos para podermos avaliar a forma exacta deste guião. Quer-nos antes parecer que seria antes quadrada, porque o autor parece referir-se a esta signa como diferindo da bandeira quadrada apenas no tamanho. Nem o Sr. Augusto Cardoso Pinto diz, nem da regra se pode inferir, a forma do «estandarte», signa que levaria o comendador, mas quando fosse na hoste do Mestre; conjecturamos que seria um pendão.

*

* *

Os heraldistas do seculo XV reconheceram ainda a teoria das signas das Partidas, comquanto a deturpassem um pouco, e a ampliassem com outras signas que as Partidas não mencionam, ou foram introduzidas depois.

Gratia Dei, na sua obra «Blason General de todas



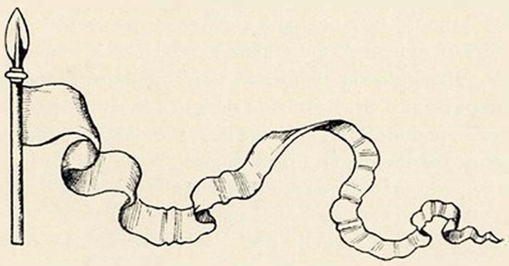
Palão

las ensignias del Universo», impresso em Çoria em 1489, para a qual recentemente tem convergido a atenção dos heraldistas portugueses, apresenta diferentes signas, todas copiadas depois para o armorial do Sr. D. Duarte, as quais foram publicadas pelo Sr. Afonso de Dornellas no Elucidario Nobiliarquico vol. II pag. 124, completadas com as signas que veem no codice 273 da Biblioteca Municipal do Porto, onde se encontra egual-

mente a copia conhecida do citado armorial, cujo original desapareceu, as quais foram egualmente copiadas para o livro de apontamentos heraldicos de Antonio Soares de Albergaria que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa, apontado pelo Sr. Antonio Machado Faria de Pina Cabral no seu notavel estudo sobre este heraldista.

Lá se encontram o pendão caudal, o guião de ponta farpada, e a bandeira real quadrada, principal signa d'El-Rei.

Gratia Dei apresenta tambem a signa rectangular partida desde o meio em duas pontas farpadas, que as Partidas destinavam aos oficiais mores do Rei, denominando-a de *faló* que em portuguez se deverá verter para *falão* (gonfalão), e mostra uma outra signa em tudo semelhante a esta, mas com as pontas ondeadas, que ele denomina de estandarte, e que, segundo ele, seria afecta aos grandes do reino. Parece haver aqui uma evidente inversão, pois a signa de pontas ondea-



Flamula

das é geralmente classificada pelos heraldistas de *gonfalão*, e assim o apresenta Fernão Mexia—outro autor quatrocentista—de que vamos adiante falar.

Gratia Dei apresenta mais uma signa curiosa, quadrilatera, com uma ponta apenas na sua metade superior, a que chama palão (paló) e o cod. 273, talão; destina-a aos nobres de linhagem, que não comandassem mais do que 10 cavalos, acrescenta Fernão Mexia. Esta signa aparece frequentes vezes na heraldica estrangeira, e a traz Emile Gevaert no seu magistral tratado. Não conhecemos exemplar algum portuguez ou castelhano, a não ser talvez uma curiosissima signa que se vê numa campa da Sé de Lisboa, dum parente de Bartolomeu Joannes, reprodusida pelo Sr. Virgilio Correia na sua obra «Trez Tumulos», a qual, comquanto seja de forma diferente, me faz suspeitar que fosse de aplicação identica. Cita tambem o mesmo autor a *grimpa* ou *grimpola*, da gente do mar;—uma signa quadrilonga; a sua sciencia neste capitulo deixa-nos contudo bastante abalados, ao classificar a signa dos guardas d'El-Rei como pendão, quando a gravura mostra claramente uma bandeira quadrada, a não ser que a gravura esteja errada, hipotese que não custa admitir.

Fernão Mexia no seu Nobiliario Vero, depois de expor egualmente as signas do codigo afonsino, enumera mais as seguintes, reconhecendo o seu uso consuetudinario, internacional, ou que se tivesse introduzido mais tarde: o *guião* que descreve como uma signa pequena e quadrada, usada pelos monarcas, para indicar a sua presença em qualquer lugar do exercito para onde se deslocasse, e que poderia ser usada pelos capitães generais quando o monarca não fosse em pessoa no exercito; o *gonfalão*, tornado celebre nas republicas italianas, (voz derivada do alto alemão *guntfano*, *gunt* combate *fano*, pano, signa), signa de pano, hasteada, com o dobro de comprimento que de largura, cortada de um terço para deante em duas ou mais pontas ondeadas, de que se serviam alguns principes e senhores de grande estado; a mesma signa rectangular com uma ponta apenas na sua metade superior, citada por Gratia Dei, que deveria ser usada pelos simples nobres de linhagem; e a *flamula*, egual á signa actualmente conhecida por este nome; chama porem *palão* a uma outra signa rectangular com muitas pontas redondas, *estandarte* á signa dos oficiais mores do Rei, segundo as Partidas, e *grimpola* a uma outra signa semelhante, mas de menores dimensões.

Fernão Mexia, e já Gratia Dei, regista uma curiosa signa que ambos atribuem ao corpo de tropas encarregado de levar abastecimentos de boca ao arraial, e era uma signa rectangular com um entalhe em forma de semi-circulo (boca) praticado ao meio da parte flutuante do pano. A sua côr devia ser verde. Não sabemos se jamais foi posta em uso efectivo.

Não queremos deixar de mencionar ainda um texto muito elucidativo, dentre outros muitos que por ventura haverá, para o estudo desta materia. Referimo-nos ao interessantissimo inventario da Fazenda de El-Rei D. João III que foi publicado pelo saudoso Anselmo Braamcamp Freire, no volume 8.º do Arquivo Historico Portuguez. Neste inventario, onde figuram uma quantidade enorme de peças que haviam sido do seu falecido pai, El-Rei D. Manuel I, talvez mesmo a grande maioria, veem inventariadas e descritas muitas bandeiras, não só pelo numero, mas tambem pela diversidade. Lá encontramos uma grande quantidade de bandeiras reais, quadradas, com toda a probabilidade, pois não só se diz coisa alguma de especial sobre a sua forma, como se descrevem tendo as armas reais bordadas ou pintadas de ambos os lados, sobre o pano todo.

Lá se fala num guião «huma bandeira de giam, de damasco branco e vermelho, franjado de retroz de côres...», e lá se fala em dois *estandartes*, sensivelmente eguais, de damasco branco e carmezim, descrito «um com cinco esferas de ouro de pintor damballas partes, e pelas bordas um cordão do mesmo ouro, *a feiçam he de rabo de gallo*; tem de comprido vinte e cinco varas da bainha até as pontas, de huma parte e outra, franjada de barbillho branco e vermelho»; do outro tambem se diz que era de rabo de galo. Parece-nos pois evidente o que se entendia por *estandarte*—a signa com duas pontas farpadas. Creio que ainda se conserva no povo esta designação de *rabo de galo* para tradusir identicas feições.

O inventario menciona ainda algumas signas brancas com a cruz da Ordem de Cristo, umas bandeiras reais com as armas do Rei D. Fernando de Aragão, que se serviram para as suas exequias, para seu *enterro*, como diz o inventariante, e uma outra negra com as armas de Carlos V, que serviu para egual fim.

*
* *

Que conclusões tirar de todo o exposto?

Parecem-nos legitimas as seguintes:

Que se no seculo XII as varias denominações diferentes de signas militares corresponderiam a uma forma certa e determinada, com o andar dos tempos foi-se estabelecendo confusão terminologica, de maneira que é necessario reportarmo-nos a cada periodo historico em particular para determinarmos a significação especial dos nomes de cada signa, nesse periodo, sendo essas significações ainda assim inconstantes; que durante todo o periodo da existencia da cavalaria se manteve todavia uma certa tradição das regras e denominações proprias e originarias dos diferentes signas; que assim, a signa quadrada foi sempre reputada a mais nobre, reservado o seu uso para os soberanos, e por sua concessão especial a certos principes ou entidades mais ou menos soberanas, e foi denominada primitivamente estandarte, e depois bandeira real. Que a signa rectangular com uma ponta redonda, se lhe seguia, em principio, na ordem hierarchica de importancia, e seria destinada principalmente a receber simbolos heraldicos diversos, que não brazões d'armas. Esta signa era chamada entre nós pendão caudal.

Que se lhe seguia em ordem uma signa semelhante mas com ponta farpada, e era destinada ao mesmo uso, denominada pendão (propriamente dito), a qual no seculo XV, senão anteriormente surplantou a signa anterior que possivelmente desapareceu.

Que se chamava *bandeira* á signa rectangular inteira.

Que se chamou, pelo menos desde o seculo XV, *estandarte* a signa rectangular partida até a meio em duas pontas farpadas e nela se ostentaram os emblemas heraldicos, ou simplesmente as côres, e que o seu uso era reservado no seculo XII aos oficiais mores, estendendo-se mais tarde aos grandes, e finalmente aos senhores de estados ou donatarios da corôa.

Que se chamava falão ou gonfalão a uma signa semelhante a esta mas de maiores dimensões, e de formas ondeadas, e com duas ou mais pontas ou linguas, especialmente afecta aos grandes senhores e principes, cujo uso parece não ter sido praticado na peninsula sendo substituido por estandartes, e principalmente por pendões, e que egualmente fóra da peninsula se substituiu por vezes esta signa pelo estandarte, como se vê no cortejo das exequias pelo Imperador Carlos V. Que se chamaria primitivamente por antonomasia, *balsa* e *balsão* á signa da Ordem do Templo, e que por semelhança se estendeu este nome aos outros pendões e até estandartes e gonfalões formando com eles sinonimo.

Que se chamava *guião* a uma signa pequena quadrada, ou triangular, com a ponta farpada, na qual se ostentava a empreza real, destinada a acompanhar o Rei na hoste e indicar sempre onde estava, á qual tambem se chamou, pelo menos em Espanha, pendão punhal.

Que a uma signa de forma particular, rectangular com uma ponta quadrada na sua metade superior, se chamou palão ou talão, cujo uso era afecto pelas regras de armaria aos nobres de linhagem.

Que se usaram *flamulas*, como as regista Fernão Mexia, e que se usavam comumente no alto dos mastros da gavea, como se vê nas Tapeçarias de Pastrana, e em muitas iluminuras.





Duas Tapeçarias respeitantes a Portugal

POR AFFONSO DE DORNELLAS

Uma tapeçaria portuguesa do tempo de D. Manuel I

(Comunicação feita à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa em 14 de Maio de 1931).

No jornal inglês «The Times», de 28 de Abril último, vinha um anúncio da firma Christie, Manson & Woods, informando que se efectuaria em 11 de Junho um leilão de tapeçarias góticas entre as quais umas há que se referem a Portugal.

Foi devido à amabilidade do Sr. Luiz Keil que obtive um catálogo do mesmo leilão. Êste ilustre Conservador do Museu de Arte Antiga, que por meu intermédio teve conhecimento da referida notícia do «Times», dirigiu-se imediatamente a um amigo de Londres a pedir esclarecimentos, recebendo como resposta o referido catálogo.

Uma das tapeçarias representa um episódio do Velho Testamento estando as diferentes figuras classificadas como sendo retratos. Representam essas figuras, o Imperador Frederico III, D. Manuel I de Portugal, etc.

Não é porém esta tapeçaria que desejamos salientar entre as que se vão vender em leilão; é uma outra do tipo daquelas que por vezes trazem a marca de Willem van Pannemaker, tecelão de Bruxelas.

Êste interessante pano mede 5 metros por 1 e 55, tendo ao centro umas Armas de Portugal e o restante ocupado por plantas floridas e cachos de uvas, tendo ainda nos dois topos, quatro esferas armilares.

Diz-me o Sr. Luiz Keil que a factura dessa bela tapeçaria é do primeiro quartel do século XVI.

As esferas armilares ajudam-nos também a fixar esta época; portanto, o pano deveria ter sido do tempo do Rei D. Manuel I que reinou de 1495 a 1521.

As Armas de Portugal estão aqui muito extraordinàriamente ordenadas. O escudo tem a Cruz d'Avis e é encimado pela Serpe conforme foi modificado por D. João I (1385-1433), mas tem as cinco quinas todas pendentes, conforme determinou D. João II (1481-1495). Êste Rei, ao mandar colocar as quinas pendentes, mandou tirar a Cruz d'Avis e reduziu a oito o número de castelos. Temos, portanto, que a tapeçaria tem umas Armas de Portugal como nunca foram usadas, pois até os castelos da orla, foram substituídos por tôrres, o que só foi usado no tempo de D. Pedro II. Não foi com certeza com um desenho ido de Portugal, que aquelas Armas foram tecidas em Bruxelas. Enfim, é uma preciosidade que Portugal devia adquirir aproveitando êste caso único, da mesma tapeçaria ir a leilão.

Se a Academia pudesse chamar a atenção do Sr. Ministro da Instrução para tal facto, ainda um dia a poderiamos admirar no nosso Museu de Arte Antiga.

Uma tapeçaria em que figura o Rei de Portugal D. Manuel I

(Comunicação feita à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa em 28 de Maio de 1931).

Na comunicação que fiz em sessão da classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa, em 14 do corrente mês de Maio, sobre umas tapeçarias góticas que vão a leilão em Londres em 11 de Junho próximo, fiz uma breve referência a uma em que figura o Imperador Frederico III.

Hoje, venho salientar um pouco mais desenvolvidamente, o interesse que êsse admirável pano tem para Portugal.

O Sr. A. F. Kendrick, conservador dos tecidos do Museu Victoria and Albert de Londres, publicou no «Burlington Magazine» referente a Maio de 1931, um resumido estudo sobre os diferentes panos góticos que vão ser leiloados pela firma Christie, Manson & Woods.

A tapeçaria indicada com o n.º 8 do catálogo referente ao mesmo leilão, representa uma scena do Velho Testamento em que as figuras são retratos de pessoas notáveis da época.

Diz o Sr. Kendrick que ha estudiosos que dão à representação do mesmo pano, o significado duma galeria de retratos contemporâneos, atribuíndo a feitura desta tapeçaria ao fim do século quinze.

Diz ainda o mesmo Sr. que a interpretação dada a essas figuras tem mérito, por serem pessoas da respectiva época.

São vinte e duas as pessoas ajoelhadas que formam um grupo que está adorando um sacrário ou relicário que está pôsto a descoberto por dois vultos que abrem umas cortinas.

De pé há várias figuras que cercam o referido relicário, estando essa parte superior da tapeçaria dividida em três corpos por meio de colunas ornamentadas, parecendo que as figuras isoladas nos topos pertencem a outras scenas que não estão completas e que naturalmente se prolongariam noutros panos, que fariam parte desta colecção.



Parte central da tapeçaria em que se vêem as armas de Portugal
(Foi vendida no citado leilão por 300 contos)

O belo quadro de origem flamenga, mede quatro metros e quarenta de altura por três metros e trinta de largura.

As figuras principais são da Casa Real da Alemanha em que imperava Maximiliano I; da Casa Real de Castela e Aragão em que reinavam Fernando e Izabel a Católica e da Casa Real Portuguesa em que reinava D. Manuel I.

No primeiro plano está a figura de Jessé representada pelo Imperador Frederico III, ajoelhado defronte de um

livro que está aberto sôbre um banco coberto de panos de damasco. Este Imperador foi casado com D. Leonor, filha do Rei D. Duarte de Portugal.

Á esquerda de Frederico III está a figura de David

Ao lado de Maximiliano está sua mulher Bianca Maria Sforza.

Ha também opiniões diversas sobre a classificação da figura que se vê por detrás desta Senhora, pois dizem



A tapeçaria em que está retratado D. Manuel — (Foi vendida no citado leilão por 676 contos)

tocando harpa, representada pelo Imperador Maximiliano I, filho de Frederico III e de sua referida mulher a Imperatriz D. Leonor.

uns, que é Loduvicus Maria Sforza, o Mouro, e outros, que é o Duque Galeazzo de Milão.

Atraz de Maximiliano está sua filha Margarida que

foi Duqueza de Saboia e depois de viuva, Regente dos Paises Baixos.

À esquerda de Margarida está sua mãe (Vita), Maria de Borgonha, primeira mulher do Imperador Maximiliano e filha de Carlos o Temerário.

Depois, ha mais cinco pessoas que não estão classificadas mas que, serão certamente pessoas de categoria.

Passando a analisar as figuras que se veem em frente dêstes, temos a figura de Salomão, tendo à direita Belkis, Rainha de Sabá, representados por Filipe o Formoso, futuro Rei de Castela e filho do Imperador Maximiliano, e sua mulher D. Joana (a Louca), filha dos Reis Católicos e mãe do Imperador Carlos V.

Ao lado direito de D. Joana, está uma figura que não está classificada e, por traz desta, o pae de D. Joana, Fernando V de Castela, que tem à sua esquerda, sua filha D. Maria que foi segunda mulher do Rei D. Manuel I de Portugal. À esquerda da futura Rainha de Portugal, D. Maria, está D. Catarina, Mulher do Príncipe Artur de Gales, irmão de Henrique VIII. D. Catarina foi depois Rainha de Inglaterra.

Por detrás da Rainha D. Catarina está a Rainha D. Isabel a Católica que tem à sua direita o Príncipe Artur de Gales, que está a dar a direita ao Príncipe D. João. filho dos Reis Católicos.

Por trás da Rainha Isabel a Católica está o Rei D. Manuel I de Portugal dando a esquerda a D. Isabel, sua primeira mulher, filha dos Reis Católicos e que era viuva do Príncipe D. Afonso, filho de D. João II de Portugal.

Aqui ficam, portanto, uns elementos para o estudo desta tapeçaria que tanto interêsse tem para Portugal e que pode muito bem ser uma das que foram mandadas fazer por D. Margarida, Regente dos Paizes Baixos, filha do Imperador Maximitiano I e, portanto, neta paterna da Imperatriz D. Leonor, filha do Rei D. Duarte de Portugal, para dar a seu irmão Filipe o Formoso.

¿Seria Piter van der Aelst quem teceu esta admirável tapeçaria?

Diz-nos o catálogo referido que, apesar de não aparecerem fios d'ouro na composição dêste pano, os ricos costumes de que estão vestidos tais personagens, teem um tal brilho nas sedas, que dá o efeito de ter fios de ouro.

A orla do pano tem aves e ramos de flores de verde e branco sobre campo azul.

A data aproximada, baseando-se nos casamentos e falecimentos das pessoas figuradas, deve ser 1497, visto que:

Em 1494—16 de Março, O Imperador Maximiliano I casou com Branca Maria Sforza;

Em 1496—O Príncipe Artur de Gales casou com D. Catarina de Aragão;

Em 1497—O Rei D. Manuel I de Portugal casou com D. Isabel, filha dos Reis Católicos.

Em 1497—O Príncipe João das Asturias casou com D. Margarida, filha do Imperador Maximiliano I;

Em 1497—20 de Outubro—Morreu o Príncipe D. João das Astúrias, filho dos Reis Católicos.

Num inventário de tapeçarias da Corôa, feito em Bruxelas em 1732, o seu autor Wauters, menciona uma que a Gran Duquesa Maria Isabel mandou colocar na Capela do Palácio de Orange, a qual tem como título «Árvore Genealógica de Jesse». É bem possivel que seja esta a tapeçaria acima descrita.

Depois da batalha de Fleurus em 1794, muitas tapeçarias foram levadas de Bruxelas para Viana de Áustria.

O desenho do Cartão para a tapeçaria da «Árvore Genealógica de Jesse», foi atribuído a Mabuse que esteve adido à Corte de Isabel de Castela. Atribui-se-lhe a autoria do desenho do painel ilustrado no «Guichard, Tapisseries du Garde-Meuble», que representa as familias de Aragão—Castela e de Habsburgo.

Uma representação semelhante, existe no Museu do Louvre e está mencionada por Betty Kurth a páginas 76 da «Gotische Bildteppiche aus Frankreich und Flandern».

Estas referências que aqui deixo, são destinadas a um melhor estudo feito por alguma autoridade em assuntos tão interessantes.

Pena é que Portugal não possa adquirir esta tapeçaria que muito enriqueceria o nosso Museu de Arte Antiga.

As memórias de Álvaro Lopes, Secretário del Rei D. João II

PELO CONDE DE TOVAR

(Comunicação lida na Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses em sessão de 10 de Junho de 1931)

O Ms. n.º 443 da Colecção Pombalina

Na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, figura um códice manuscrito que o Inventário (impresso em 1891) descreve como se segue:

> N.º 443—«Miscelânea histórica.—Apontamentos vá-«rios, notícias, documentos etc., dos reina-«dos de D. Affonso V, D. João II, etc. Sem «nome de compilador, nem título geral.
> «Ms. in-fol. de 176 folhas, com índice.—Co-«pia do seculo XVII.

Esta designação de «*cópia do século XVII*» não me parece muito exacta. O tipo da letra é realmente aquele em que se encontram escritos quási todos os documentos do século XVII, mas êste tipo de letra começou a usar-se em Portugal muito antes do fim do século anterior. Eu próprio já a encontrei em vários documentos originais datados de 1560 a 1570. E neste códice que nos interessa encontram-se vários pormenores paleográficos que, a meu ver, mostram bem que a cópia foi feita muito antes do fim do século XVI. Seria deslocado entrar aqui n'uma apreciação minuciosa dêste aspecto paleográfico. Baste citar em abôno da minha opinião os seguintes pormenores que se observam no códice em questão: os algarismos representados por letras do alfabeto, com um R quinhentista valendo, por 40 e com o til para designar os milhares;—a marcação de certos parágrafos por um signal semelhante a um C, e várias outras particularidades do século XVI, e completamente caídas em desuso no século XVII. Por estas e outras razões, considero o códice quinhentista e não seiscentista.

A classificação de «*Miscelânea histórica*» que lhe confere o Inventário tambem não me parece que dê uma noção exacta do conteúdo. Costumamos designar por miscelânea uma colecção de documentos (originais ou cópias) dispares, ou, pelo menos, sem nexo aparente entre si. Aqui o nexo existe e está patente: é o da própria personalidade do indivíduo que coligiu os documentos. Não se trata de papéis reünidos e trasladados ao acaso por algum curioso: são materiais ajuntados para uma autobiografia, ou, mais exactamente, para um livro de memórias sôbre os acontecimentos políticos do seu tempo, por um homem que, manifestamente, teve grande ingerência nos negócios públicos nos últimos anos do reinado de D. Afonso V e em quási todo o reinado de D. João II. Em todos—ou quási todos—os documentos transcritos o autor teve alguma intervenção directa ou indirecta, intervenção que êle tem o cuidado de pôr em relêvo por meio de notas mais ou menos extensas, em que êle se exprime constantemente na primeira pessoa.

Por exemplo: quando transcreve alguma carta de D. João II para qualquer personagem, o autor anonimo nunca deixa de dizer que *foi êle* quem a escreveu por

mandado del-Rei, ou que *foi êle* o encarregado de a levar ao destinatário, ou outra cousa semelhante.

Essas notas pessoais deparam-se-nos a cada passo, e por elas se vê que a acção do autor não se limitava às funcções triviais de escrever e entregar cartas. Assistia aos conselhos do Rei, foi mandado a Roma em missão diplomática, foi por várias vezes à Côrte dos Reis Católicos etc.

Esta parte diplomática da sua actividade, entrando mais directamente no ramo de estudos em que me tenho especializado, foi a que, logo de início, mais me prendeu a atenção e mais me despertou a curiosidade. Cuidei que, com o auxílio das crónicas, e valendo-me dos numerosos verbetes que possúo acerca das negociações diplomáticas daquela época, não me seria difícil identificar o personagem.

Tomei nota de meia duzia dessas referências pessoais e levei-as para casa para confrontá-las com os meus apontamentos, e assim identificar o autor do códice. Nessa primeira tentativa nada consegui. No dia seguinte escolhi outras referências pessoais que me pareceram mais próprias para conseguir a identificação, mas o resultado foi igualmente infructífero. O misterioso personagem continuava a intrigar-me e a ludibriar-me como um dominó em época de carnaval... e persistia em não se dar a conhecer. Fui teimando também, e, à quinta ou sexta tentativa, consegui finalmente arrancar-lhe a máscara.

No ano de 1482 mandou D. João II aos Reis Católicos uma embaixada em que iam D. João da Silveira, Barão de Alvito, como embaixador e Rui de Pina como secretário da embaixada. O objectivo desta missão era induzir os Reis Católicos a consentir no relaxamento dalgumas das garantias estipuladas no Tratado das terçarias de 1479, e, em especial, a renunciarem à reclusão imposta à Excelente Senhora. O nosso embaixador foi muito bem recebido e festejado na Côrte de Castela, mas encontrou lá uma atmosféra muito pouco propícia para o fim que tinha em vista. Era manifesto que subsistiam no animo da Rainha D. Isabel e del-Rei D. Fernando as mesmas desconfianças que haviam presidido à redacção das cláusulas de garantia do Tratado das terçarias. Compenetrado da inutilidade dos seus esforços, o Barão regressou a Portugal e, à partida, não quiz aceitar os ricos presentes que, em conformidade com os usos diplomáticos da época, lhe foram oferecidos por parte dos Reis Católicos.

Pouco depois, em Setembro dêsse mesmo ano de 1482, resolveu D. João II fazer nova tentativa junto dos Reis de Castela, e, desta vez, despachou-lhes Rui de Pina sòsinho, com a missão de trabalhar por dissipar a má disposição e a desconfiança que os Reis Católicos conservam a seu respeito. Na sua primeira audiência, Rui de Pina descreveu, o melhor que pôde, os sentimentos de sincera amisade e bemquerença de que El-Rei seu senhor se achava animado para com os Reis Católicos, e o seu ressentimento ao vêr que êstes conservavam para com êle as reservas e suspeições próprias dos tempos passados. Ao discurso de Rui de Pina retorquiram logo os Reis Católicos dizendo que recebiam com muito prazer estes protestos de amisade, e que certamente el-Rei D. João não mandaria fazer taes afirmações se não fôssem sinceras. Acabava porém de dar-se um caso bastante melindroso, e que êles, por um lado, profundamente lastimavam, mas que forneceria a el-Rei D. João uma excelente ocasião para comprovar a sinceridade dos seus sentimentos amistosos. Acabava de ser prêso em Guadelupe um castelhano chamado Pedro Montesino, ao qual haviam sido apreendidos cartas e documentos provando de maneira irrefragável que havia em Portugal algumas personagens, altamente colocados, que mantinham inteligências secretas com a Côrte de Navarra e tramavam uma conspiração envolvendo nada menos do que a evasão da Excelente Senhora, o seu casamento com El-Rei Febus de Navarra, e a ressurreição das suas pretensões ao trono de Castela, o que implicava necessàriamente a abertura de um novo período de dissenções na Península, com o seu inevitável cortejo de guerras e de misérias. Depois das afirmações de amisade que acabavam de ouvir de parte del-Rei D. João II, não lhes era lícito admitir a hipótese dêle ser o instigador, ou dêle ter sequér conhecimento de taes intrigas. Mas as personalidades implicadas na conspiração eram tão chegadas à sua pessoa, que el-Rei de Portugal não deixaria certamente de aplicar-lhes um castigo exemplar, quanto mais não fôsse senão para resalvar a sua responsabilidade e ilibar de nódoa o seu próprio nome. As cartas apreendidas ao Montesino provavam serem três os implicados na parte portuguesa da conspiração: o castelhano D. Gomez de Miranda, antigo Prior de S. Marcos em Castela, e agora Bispo de Lamego;—o castelhano D. Alonso Ferreira, actualmente residente na Côrte Portuguesa; e o português Álvaro Lopes, secretário del-Rei D. João. Para êstes três conspiradores pediam os Reis Católicos um castigo proporcional à gravidade da culpa. As provas para a incriminação estavam à disposição dêle, Rui de Pina. Que as levasse logo a El-Rei D. João. Depois de castigados os conspiradores, voltasse então a tratar da reforma das garantias estipuladas no Tratado, e do relaxamento da reclusão imposta à Excelente Senhora.

Todos êstes pormenores são os que constam da narração do próprio Rui de Pina, na sua crónica de D. João II cap. 8. Não nos descreve os arrepios que lhe correriam pela espinha enquanto os Reis Católicos lhe desenrolavam este tremendo sudário. Diz-nos contudo, na sua linguagem comedida, que os três incriminados continuaram a andar seguros na Côrte Portuguesa, não lhes tendo el-Rei dado aquele castigo que teriam merecido se as suas intrigas tivessem sido movidas contra a sua vontade ou sem o seu conhecimento. E por isso,—acrescenta Rui de Pina—«*não se acharam por El-Rei desculpas assy boas e lidimas com que os Reis de Castela se devessem com razão satisfazer*».

O autor do códice da Biblioteca Nacional refere tam-

bém êstes acontecimentos e a sua narrativa concorda com a de Rui de Pina, fornecendo-nos, porém, alguns detalhes que não se encontram na crónica. Diz que a conspiração chegou ao conhecimento dos Reis Católicos por denúncia de um mensageiro castelhano, chamado Medina, que fôra despachado de Portugal pelo Bispo de Lamego com cartas. Em consequência desta denúncia, foi logo prêso um parente do Bispo, chamado Montesino que residia em Castela, e era um dos implicados na conspiração. Pôsto a tormento, confessou as suas culpas, revelou os nomes dos seus cúmplices e todo o enrêdo da conspiração. Acrescenta o autor desconhecido dêste códice que os Reis de Castela escreveram então a D. João II, exigindo-lhe que infligisse os devidos castigos ao Bispo de Lamego, ao Ferreira *e a mj por bem de hua carta que a Princeza de Navarra me escrevja por o dito Montesino.*

Com esta declaração termina o anonimato que envolvia o autor do códice da Biblioteca Nacional! Rui de Pina, que teve intervenção directa no assunto, declara-nos que os Reis Católicos incriminaram e exigiram o castigo de três conspiradores: de D. Gomez de Miranda, Bispo de Lamego; de Alonso Ferreira, e de Álvaro Lopes, secretário de D. João II.—O autor do códice declara que os Reis Católicos reclamaram o castigo do Bispo de Lamego, do Ferreira e da sua própria pessoa. Não resta portanto dúvida alguma de que o códice de que se trata é da autoria de Álvaro Lopes, secretário e homem da confiança del-Rei D. João II. A designação que compete ao Mss. não é a de «*Miscelânea histórica*», mas sim a de *(Memórias de Álvaro Lopes, secretário del-Rei D. João II.*»

Um livro de Memórias do século XV, escrito pelo secretário de um monarca como D. João II, deveria constituír um monumento de importância primordial para a nossa história pátria. Infelizmente, Álvaro Lopes não acabou as suas memórias. Que a idéia fosse completá-las dar-lhes forma, e fazer delas uma obra literária para a posteridade, é fóra de dúvida, em vista de algumas das suas anotações, disseminadas pelo códice.

Por exemplo: a fls. 158 v.º, depois de transcrever uma carta para o Comendador Mór de Castela, do ano de 1488, diz Álvaro Lopes: «*Após isto entrará o que foi de Beja em 89, e de Evora em 90 por o Regedor*». Mais adeante refere certas negociações que houve para o casamento de D. Afonso V com a Infanta D. Isabel (mais tarde a Rainha Católica) e diz: «*A qual cousa não veio a concruzão e se desviou do que precedeu, e as cousas succederão despois a pior como adiante se verá*». Noutro lugar fala da sua primeira missão á Côrte de Castela e diz: «*Este foi o negocio em que primeiro comecei e com que sahi fóra destes Reinos.—Adiante—e a resposta que trouxe foi a seguinte* (espaço em branco) *e tornei com tal e trouxe tal*». Todas estas anotações mostram claramente que Álvaro Lopes esperava completar mais tarde estas narrativas e pretendia escrever um livro destinado a ser lido por terceiros.

Salvo duas ou três excepções, todos os documentos e factos registados nestas Memórias são dos anos de 1475 a 1489, ou sejam 15 anos certos. Esse ano de 1475 é uma balisa na nossa história do século XV: marca a abertura da grande questão da successão ao trono de Castela e o início das nossas desavenças com o Reino visinho; e marca também a primeira ingerência do Príncipe D. João nos negócios públicos, ficando êle Regente quando D. Afonso V entrou em Castela para reivindicar os direitos da Princesa D. Joana, a Excelente Senhora. O facto destas Memórias começarem precisamente com a entrada do Príncipe Perfeito no tablado da política, mostra bem que já nesse tempo Álvaro Lopes era o confidente e o braço direito daquele que havia de ser El-Rei D. João II. E o facto delas acabarem em 1489 parece indicar que Alvaro Lopes faleceu naquela ocasião, cinco a seis anos, portanto, antes do fim do reinado do seu amo.

Passados muitos anos,—já na segunda metade do século XVI,—algum curioso de assuntos históricos (porventura algum dos nossos historiadores) examinaria êsses papéis de Álvaro Lopes, reconheceria o seu interesse intrínseco, e, talvez por achá-los cheios de rasuras e emendas, e portanto dificeis de consultar naquele estado, encarregaria algum escriba de os trasladar no copiador que agora se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Mas a papelada de Álvaro Lopes, se alguma vez chegou a estar devidamente classificada, já não se encontrava certamente em ordem quando chegou à mão do copista. Este começou a transcrever os papéis pela ordem em que se encontravam no monte, sem tratar de averiguar se essa ordem era a cronológica, ou obedecia a qualquér outro critério de classificação. Desta incuria do copista é que, a meu vêr, resultou a confusão que se nota no códice, em que as folhas referentes ao Reinado de D. João II alternam com outras referentes ao Reinado anterior, sem justificação possível.

Esta falta de critério havida na transcrição dos papéis de Álvaro Lopes, e, por outro lado, a redação confusa e pouco polida dos apontamentos e narrativas do autor, tornam o estudo dêste códice algo difícil e fastidioso. Não hesito contudo em afirmar que, apesar-de não terem sido completadas pelo seu autor, e apesar destas outras dificiências que acabo de apontar, as Memórias de Álvaro Lopes constituem uma importante fonte de informações para o estudo daquelle período tão agitado e ainda tão mal conhecido da nossa história. Não julgo que possam encontrar-se nestas Memórias revelações sensacionais que venham derrubar os conhecimentos que nos legaram Rui de Pina, Garcia de Resende e os cronistas de Castela. Mas o estudo—aliás muito superficial—que fiz dêsse códice já me deu ensejo de verificar que as suas folhas encerram muitos pormenores inéditos que podem servir para esclarecer alguns pontos duvidosos, para completar e ilustrar as crónicas que possuimos, para tornar a história daqueles anos mais animada, mais humana, permitindo-nos assim penetrar um pouco mais a mentalidade e a psico-

logia de uma época tão diferente da nossa. O códice N.º 443 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional já tem captado a atenção de uns poucos de investigadores, e já tem fornecido subsídios para alguns trabalhos justamente apreciados entre os quaes cumpre mencionar: «*D. Afonso V o Principe D. João*», pelo Dr. Manuel Rodrigues Lapa, e a interessantíssima monografia sobre «*A Guarda del-Rei D. João II*», pelo nosso presado consócio Sr. Augusto Cardoso Pinto. Mas muita matéria interessante e inédita pode ainda extrair-se dêste curioso trabalho de Álvaro Lopes.

Para terminar cumpre-me ainda dizer que existe na Tôrre do Tombo uma outra cópia destas Memórias, mas esta muito mais moderna, já do século XVIII, e aparentemente transcrita do próprio códice da Biblioteca Nacional. Também não traz frontispício nem indicação alguma de autor, tendo apenas na lombada a designação de «*Varias Materias dos Reinados de D. Afonso V e D. João II*». Êste códice que, na Tôrre do Tombo, é agora conhecido pelo N.º 1163, pertenceu em tempos ao Visconde de Santarém cujo *ex-libris* ainda conserva. O ilustre investigador aproveitou-o para o *Quadro Elementar* e cita-o repetidas vezes no tomo I, em que chega a qualificá-lo de autêntico. Mas nunca tentou, ou nunca conseguiu identificar-lhe a autoria.

Mais curioso ou mais feliz do que o Visconde de Santarém foi o Dr. Manoel Rodrigues Lapa, que, no seu trabalho já citado, escreve o seguinte:

> «Suspeitamos que foi Afonso Garcês quem «porventura coligiu os documentos insertos «no códice n.º 443 (Pomb.) da Biblioteca Na«cional, e no códice n.º 1163 da Torre do «Tombo. Levam-nos a esta suposição a natu«reza do cargo, alguns passos desses manus«critos, especialmente fls. 80, 98 v., 102 v., «103 e 126 v. (cod. 443) e sobre tudo o desen«volvimento que dá ao noticiario das cortes «de Evora de 1841, nas quais serviu de nota«rio, juntamente com Alvaro Lopes, sobre o «qual tambem poderiam cair algumas proba«bilidades (fls. 46 e 130). Quem quer que «fosse, representou um certo papel na altura «das negociações para o casamento de D. «Afonso V com D. Joana, ainda em vida de «Henrique IV.».

Muito próximo da verdade andou o Sr. Dr. Rodrigues Lapa! Não conseguiu, porém, agarrar uma prova que lhe permitisse pronunciar-se definitivamente entre Álvaro Lopes e Afonso Garcês, e, na dúvida, pendeu de preferência para Afonso Garcês. Coube-me a mim deitar mão à prova que remove as últimas dúvidas àcêrca da paternidade destas Memórias quatrocentistas. E entendi que não me era lícito reservar para uso próprio esta informação de que outros investigadores não deixarão certamente de aproveitar-se.

A Reforma do Brasão Real por D. João II

No meu estudo sôbre «*As Memórias de Álvaro Lopes*» já disse que, apesar-das suas deficiências, estas memórias quatrocentistas poderão fornecer-nos ainda muitos pormenores curiosos e inéditos, próprios para esclarecer alguns pontos duvidósos, para completar e ilustrar as nossas crónicas, para tornar mais animada e mais humana a história daqueles anos, e permitir-nos assim penetrar um pouco mais a mentalidade e a psicologia daquela época tão diferente da nossa.

Verifica-se esta minha opinião, *inter alia*, no que diz respeito à reforma do brasão das armas reais feita por el-rei D. João II no ano de 1485.

Salvo êrro, a única informação que possuímos sôbre êste particular é o que consta da crónica de Rui de Pina:

Diz êste cronista que, em princípios de 1485, D. João II «*se foy a Viana d'Alvito, e d'ahi a Beja, onde teve Conselho sobre a moeda nova que faria, porque ainda depois de regnar a não fizera, pera que ordenou, e emnovou algumas cousas no Real Escudo de suas armas.—A primeira mudança que fez foy, que tirou do dicto Escudo a Cruz Verde da Ordem d'Avis, que nella por grande erro, como parte d'armas sustanciaes, andava já encorporada; porque El-Rey Dom Joham o primeiro seu Bizavoo, ante que devidamente, e per autoridade Apostolica se intitolasse Rey dos Regnos de Portugal, e do Algarve, era Mestre d'Avis: e despois de ser Rey tomou por devaçam da ordem, asentar o dicto Escudo de Portugal sobre a Cruz Verde, com as pontas della fóra do escudo, por nom parecer da essencia delle, como ainda em suas obras Reaes, e muy excellente sepultura oge em dia parece. E despois por negrigencia, e pouco aviso dos pintores, e oficiaes, foi por longo tempo, e por erro, metida dentro do Escudo; e por tirar este inconveniente que parecia labeeo, e magoa d'armas, El-Rei a mandou tirar de todo.— Outro sy porque dos cinquo Escudos do meo do Escudo, que fazem cruz, os dous das ilhargas jaziam derribados, com as pontas atravees pera a cruz, o que era contra regra dereita de armas, e parecia significar alguma grande quebra, ou rota recebida contra si em batalha campal, o que nom era: El-Rei outro si por tirar esta sospeita, e achaque, mandou assentar todolos escudos direitos, e com as pontas pera fundo, como devida, e naturalmente devem andar, e asy andam agora*».

Eis tudo quanto refere Rui de Pina. Garcia de Resende, limita-se a transcrever textualmente Rui de Pina, sem pôr nada de seu, nem mencionar o autor do trecho transcrito. Mas Álvaro Lopes, êsse não copía e o seu relato é bem mais minucioso e interessante do que o de Rui de Pina:

Na mesma era detreminou el-Rei de correger o escudo das armas do Rejno sobre a qual cousa havia tres annos que por vezes se tiverão grandes conselhos sendo eu nelles pre-

zente, e o que mais nisto apontey por algu conhecimento que do officio darmarja tinha, e com conselho e parecer de Rey darmas e ainda (1) *nas cortes primeyras que fez depois do falecimento del-Rey seu Padre por algus procuradores do Reyno foj acerqua dello apontado que ho devia de fazer o sobcisto ouue asaz dapontamentos de pro e de contra, e em comcrusão foy detreminado que tirasse a cruz verde davis que el-Rey Dom João seu visauo posera nas armas e mais que os dous escudos das ylharguas que andauão lancados de ilharga se endireitassem, e todos cimquo andassem direjtos e assj se fez.*

E alem disto algus eram de parecer que se deuião de tomar armas dalem maar por rezam do titulo e de guinea, e el-Rey acordou de somente tomar o titulo de Snôr de Guine sem armas della nem dalem maar, e que fiquassem para se algua vez passasse alem, e tomasse algu luguar que entam pareçeria mais honesto tomar as armas della com o titulo que tinha.» (2)

A redacção pouco polida dêste trecho é típica das Memórias de Álvaro Lopes. Mas estas suas mal alinhavadas linhas dão-nos vários pormenores que não constam das crónicas conhecidas:

Já sabiamos por Rui de Pina que D. João II reformara em 1485 o brasão das armas reais, retirando a cruz de Avis e endireitando os escudos laterais das quinas. O que não sabiamos é que essa reforma foi resultante de 3 annos de acalorados debates, como refere Álvaro Lopes:

que essa discussão heráldica nasceu nas côrtes de 1482, onde foi levantada por alguns dos Procuradores dos Povos, que logo ali apontaram algumas modificações que era conveniente introduzir;

que o projecto ali apresentado não mereceu aprovação geral, dando origem a *«asaz de apontamentos de pro e de contra»;*

que, terminadas as côrtes, o assunto continuou a ser debatido em *grandes conselhos*, que se estenderam de 1482 a 1485;

que a êsses conselhos assistiu o Secretário Álvaro Lopes, o qual, graças *aos seus conhecimentos do officio de armaria*, foi de todos os presentes aquele *que mais apontou* nos debates, sempre de acôrdo com o parecer do Rei de Armas;

que uma das opiniões mais apoiadas era de que elrei devia *tomar armas de alem-mar*, como consequência do seu novo titulo de Senhor da Guiné;

que êste projecto nunca foi completamente posto de parte, ficando apenas adiado para melhor ocasião, por parecer *mais honesto* aguardar que el-rei realizasse alguma nova expedição ultramarina, e alcançasse alguma nova conquista para a Coroa, para então tomar armas novas, representativas dos seus domínios ultramarinos;

que, para pôr ponto final a estas intermináveis discussões é que D. João II resolveu, em 1485, limitar a reforma do brasão aos dois pontos já conhecidos: eliminação da Cruz de Aviz e alteração na posição dos escudos laterais das quinas.

Todas estas novidades não serão talvez de grande transcendência para a nossa História Patria, mas que aspectos curiosos não nos revelam àcêrca da sociedade do século XV! Esta reforma do brasão das armas reais requerida nas côrtes pelos procuradores, e levantando ali debates acalorados e divergências irreconciliáveis! Aqueles problemas de heráldica assumindo fóros de questão nacional e apaixonando a opinião durante 3 anos consecutivos! Quem poderia hoje suspeitá-lo, ao lêr, na crónica de Rui de Pina, que El-Rei D. João, estando em Beja *«ordenou e emnovou algumas cousas no real escudo de suas armas»?*

Uma tapeçaria do século XV

Não posso terminar este estudo sôbre a reforma das armas reais por el-Rei D. João II sem tocar noutro ponto que tem, pelo menos, um interêsse de actualidade.

Amanhã, 11 de junho, deve ser vendida em leilão, em Londres, na mais afamada das casas de venda *(no Christie* como dizem os amadores de antigualhas) uma colecção de tapeçarias dos séculos XV e XVI, de uma riqueza e de uma beleza artística, como não tem aparecido à venda há muitas dezenas de anos.

Uma dessas tapeçarias (medindo 1m,55 de alto por 5 metros de comprimento), traz, sobre um fundo de flores, frutos, e ramagens, um grande escudo das armas reais portuguesas e, nos quatro cantos do pano, quatro esferas armilares. O escudo das armas reais, que ocupa o centro da tapeçaria, oferece particularidades curiosas: assenta ainda sobre a cruz de Aviz, mas os escudetes lateraes das quinas já estão direitos, conforme ficou estabelecido na reforma de 1485.

Este conjunto de circumstâncias suscita um problema de heráldica que os nossos amigos ingleses viram muito bem, mas que não conseguiram resolver. Resume-se na pergunta seguinte: *De que época é esta tapeçaria?* As esferas armilares parecem indicar o reinado de D. Manoel. A cruz de Aviz parece indicar uma época anterior a 1485. E a posição dos escudetes parece indicar o contrário.

O catálogo da casa Christie atribui a tapeçaria aos meados do século XVI, (portanto reinado de D. João III). Mas esta hipótese, que absolutamente nada justifica, não merece sequér ser aqui examinada. Muito mais cauteloso mostra-se o Sr. Kendrick, conservador do Victoria and Albert Museum, num artigo que escreveu àcêrca destas tapeçarias na revista «Burlington Magazine» do mês passado. Com respeito à data desta tapeçaria que nos interessa, limita-se a dizer que as armas são as de D. João II, que reinou de 1481 a 1495;—que o tipo

(1) Parece-me que no original devia lêr-se «com conselho e parecer e ajuda do Rey darmas. Nas cortes primeiras etc.

(2) B. N. L.—Pomb. 443. fls. 123 v. e 124.

e caracteristicas da tapeçaria coadunam-se bem com o Reinado do seu successor D. Manuel (1495-1521); mas que a cruz de Aviz já não se usava no reinado de D. Manuel. Em resumo: O Sr. Kendrick põe o problema mas não se atreve a decidir entre o reinado de D. João II e o de D. Manuel.

O nosso meritissimo consócio Sr. Affonso de Dornellas, também ventilou há poucos dias este problema na Academia das Ciências, e, não conseguindo encontrar-lhe explicação satisfatória, foi constrangido a apresentar a hipótese de não ter sido desenhado em Portugal o risco que serviu de modêlo ao tecelão flamengo. Só com os elementos fornecidos pela crónica de Rui de Pina era, de facto, impossível explicar um escudo em que ainda figura a cruz de Aviz, e em que os escudetes laterais já se encontram direitos.

Mas os pormenores fornecidos por Álvaro Lopes veem alterar profundamente o aspecto dêste problema. Sabemos agora que a reforma de 1485 foi resultante de 3 anos de discussões, durante os quais foram sucessivamente apresentados vários alvitres, dos quais, por fim, El-Rei só aprovou dois, e isto para pôr termo áqueles debates que ameaçavam eternizar-se, sem probabilidade alguma de se chegar a acôrdo.

Com êstes novos conhecimentos podemos agora estabelecer o seguinte raciocinio:

1.°) Este brasão em que ainda figura a cruz de Avis, não pode ser posterior a 1485—data em que foi definitivamente aprovada a supressão daquele emblema.

2.°) Este brasão em que os escudetes laterais das quinas já se encontram direitos, não póde ser anterior a 1482,—data em que, pela primeira vez, se ventilou oficialmente a necessidade de reformar o antigo brasão das armas reais.

Lógo, as armas que figuram na tapeçaria de Londres não podem ter sido desenhadas nem anteriormente a 1482, nem posteriormente a 1485.

Aqui surge, porém outra dúvida: as esferas armilares que se vêm nos 4 cantos da tapeçaria, e que toda a gente sabe serem a divisa del-Rei D. Manuel I. Não constituem elas porventura uma indicação de que a tapeçaria deve ser atribuida ao reinado del-Rei D. Manuel?

Para responder a esta objecção, cêdo a palavra a Damião de Góis. O capitulo V da sua crónica del Rei D. Manuel intitula-se:

> *«Da criação que el-Rei Dom Manvel teue atte ha «idade em que lhe el-Rei dom Ioam deu a fortunata deuisa da Sphera, & assentamento pera «sustentar sua casa».*

e nesse capitulo lê-se o seguinte:

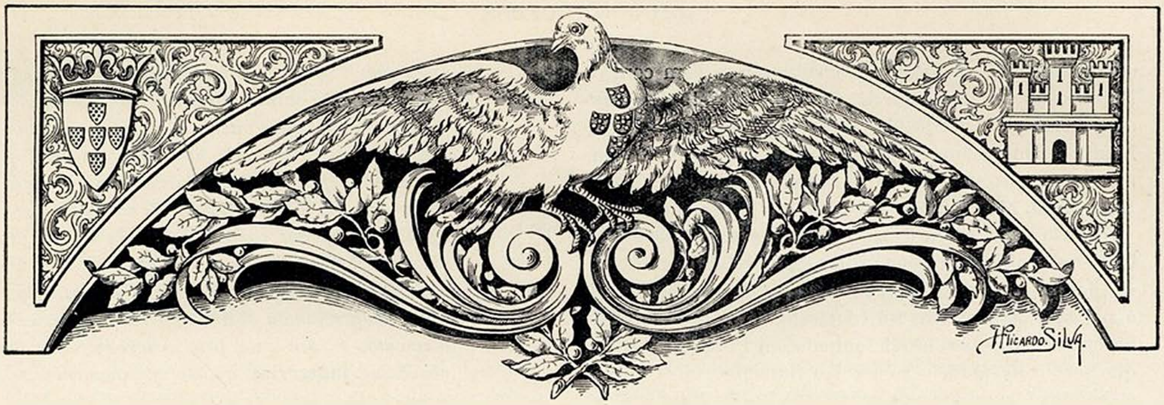
> *«E depois de dom Emanuel tornar de Castella, «foi lá enuiado outra vez no anno de Senhor de «mil, & quatrocentos oitenta, & tres, pera andar «na Corte dos Reis, atte ho tempo em que se «hauiam de fazer hos casamentos do Principe «dom Afonso, & da Prinçesa dona Isabel, se«gundo forma dos contrattos, mas chegando a «Freixinal, primeiro luguar de Castella, se tornou, «por se has terçarias desfazerem. Pera esta via«gem lhe acreçentou el-Rei dom Jõao seu assen«tamento, & deu casa bem ordenada, assi de «beixellas,* **tapeçarias,** *quomo de ornamentos de «sua capella, cantores e ministreis, & pera seu «serviço ordenou que fossem com elle muitos fi«dalgos dos prinçipaes de sua casa, & muitos «moradores della, & por seu aio o mesmo Diogo «da Sylva. Neste tempo dom Emanuel nam era «casado, nem tinha tomado diuisa segundo cos«tume dos Prinçipes, pelo que el-Rei dom Ioão «lhe deu por divisa ha figura da Sphera, perque «hos Mathematicos representam ha forma de toda «a machina de çeo & terra...»*

O estudo do brasão central da tapeçaria de Londres levou-nos ha pouco à conclusão de que o desenho desta tapeçaria não devia ser nem anterior a 1482 nem posterior a 1485. Agora vêmos que, precisamente em 1483, el-Rei D. João II concedeu a D. Manuel a divisa da esfera, e montou-lhe uma casa faustosa, com muitas baixellas e tapeçarias.

Parece-me que esta coincidência perfeita de dados e de datas é bastante convincente, e que podemos ter como certo que a *tapeçaria que amanhã se vende em Londres foi encommendada por El-Rei D. João II no anno de 1483, com destino à casa do seu primo D. Manuel, na ocasião em que lhe montou casa e lhe deu por divisa a esfera.*

E é curioso notar que a tapeçaria de Londres vem fornecer-nos àcêrca desta reforma do Brasão das Armas Reais mais um pormenor que confirma o que diz Álvaro Lopes, mas não se encontra registado nas suas Memórias: é que o endireitar dos escudetes foi aprovado por D. João II antes de resolvida a supressão da cruz de Aviz, visto que, em 1483, na ocasião em que se montou a casa do Infante D. Manuel, aquela primeira alteração já estava virtualmente assente, e a segunda ainda não.

E é lógico que assim tenha sido, porque o endireitar dos escudetes não é de crêr que podesse levantar grande oposição por parte de ninguém; mas a supressão da cruz de Avis, essa é muito natural que fosse contrariada por todos os adeptos daquela ordem, e apoiada acintosamente pelos partidários das outras ordens... bom incentivo para aquelas intermináveis e acaloradas discussões a que se referem as Memórias do nosso Álvaro Lopes!



UMA CADEIRA BRASONADA

POR AUGUSTO CARDOSO PINTO

Embora muita gente pense o contrário, é facto fàcilmente verificável ter sido o fidalgo português sempre sóbrio e comedido no alardear dos seus atributos heráldicos.

Se dêles usava, quér como marca de posse, quér como sinal da sua acção, fazia-o com moderação, num justo sentido das proporções, não sobrecarregando o campo de aplicação, sem espalhafatos irritantes, nem partições complicadas e despindo-os de acessórios exteriores supérfluos. É certo que ornava com êles a frontaria dos palácios e casas que edificava ou reconstruia, os portais das quintas e propriedades, as campas e moimentos funerários que destinava para abrigo dos seus restos mortais e dos dos da sua linhagem, as capelas que a sua fé fazia erguer e os objectos de culto que por devoção ofertava a igrejas e mosteiros, as obras que se executavam por sua iniciativa ou com a sua intervenção, tudo aquilo, enfim, que reflectisse um acto da sua vida merecedor de ser memorado pelos séculos fóra.

Não o obsecava, porém, a mania de em tudo e por tudo exibir os emblemas da sua prosápia. Nos objectos de uso comum, de carácter utilitário, naqueles de que se rodeava pelas necessidades do conforto ou pelas fantasias do luxo, empregava-os parciamoniosamente.

Fóra da cerâmica, cujas admiráveis qualidades como campo de aplicação do desenho heráldico foram bem compreendidas e aproveitadas, êsses objectos só se brasonavam em diminuta percentagem.

Êste desprendimento pela exibição das representações plásticas da qualidade social se tem muito de dignificante para a fidalguia portuguesa, no entanto, lamentável se torna que, em inúmeros casos, se tivesse verificado. É que a heráldica—a-par-da sua sugestiva beleza e do seu forte poder evocativo—fornece um óptimo e seguro meio de identificação. Coisa em que figure um escudo de armas ou mesmo uma simples peça heráldica solta é coisa cuja origem se pode desvendar, cuja época se pode fixar, cuja proveniência e destino se podem apurar, cujo primitivo possuidor ou cujo autor se pode vir a saber quem foi, cuja história se pode, enfim, reconstituir.

Assim, o mistério que encobre tanta obra de arte, tanto monumento interessante, tanta antiqüalha de valor, descerrar-se-ia se a Heráldica neles tivesse intervindo. Quantos factos históricos nublosos não achariam explicação? Quantos problemas de arte não encontrariam solução?

Onde a ausência do elemento heráldico mais se faz notar é, sem dúvida, no mobiliário. O móvel armoriado entre nós constitui, de facto, uma excepção.

Se puzermos de lado os cadeirões de alto espaldar e as cadeiras, também chamadas tamboretes, de costas rectangulares, uns e outros de estirpe quinhentista, solenes nas suas linhas direitas, em cujo encoirado, seguro por reluzente pregaria, com freqüência se gravavam figuras do armorial, rara é a peça de mobiliário que ostente decoração heráldica.

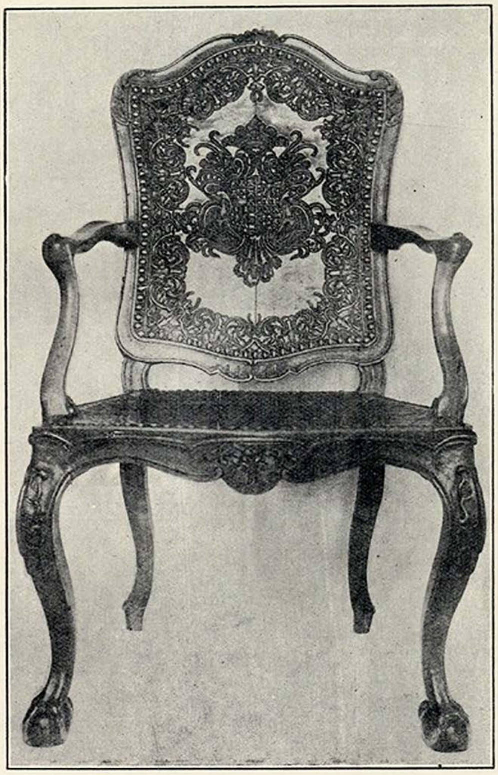
Quem, como nós,—(e em longos anos já!...)—palmi-

lhar quotidianamente a via-sacra do *bric-à-brac* e tiver nos leilões de antiguidades a sua diversão dominical preferida, reconhecerá a justeza desta afirmação.

Eis porque vale a pêna ocupar algum espaço numa publicação que especialmente se dedica às coisas da Heráldica com a reprodução e descrição duma peça que apresenta essa particularidade tão rara no mobiliário que acima apontamos: ser brasonada.

É esta peça uma cadeira de braços, em nogueira nacional, com revestimento de couro lavrado no assento e na espalda.

De acentuada influência francesa, reflectindo o Luís



Dimensões: 1,m10 por 0,m62

XV, salienta-se nela um elemento que, embora de importação, criou fundas raizes entre nós a ponto de se tornar característico do nosso mobiliário: o pé de garra.

Quanto ao revestimento há uma particularidade a notar. Em cadeiras desta forma e estilo, o comummente aplicado é o tecido ou o empalhado. É menos vulgar o assento móvel revestido de couro, sendo raros os exemplos em que o couro se fixa à própria armação da cadeira e mais raros ainda aqueles em que lhe guarnece também o espaldar, como sucede no caso presente.

Vulgar, para não dizermos inferior, como obra de carpintaria, não deixa de ter, no entanto, uma certa elegância e nobreza de linhas e a sua ornamentação, embora sóbria, acha-se bem distribuída. São, porém, os couros que a revestem, do mais lindo desenho e de primorosa execução, que lhe emprestam toda a beleza que dela irradia.

O habilíssimo artista que os fez logrou dar-lhes pelo rebaixamento de certas partes e boleando o contôrno das que ficavam elevadas de modo a disfarçar os bordos agudos das incisões traçadas com inexcedível perícia, um relêvo de magnífico efeito.

O das costas é particularmente belo; o escudo que no meio dêle se destaca, encimado por um elegantíssimo coronel de duque e envolvido por uma ornamentação *rocaille* admiràvelmente lançada, constitui a mais linda, original e equilibrada composição de desenho heráldico que nos tem sido dado contemplar.

Na arte de lavrar o couro não se fazia melhor, nem mais perfeito. É uma obra para consagrar um artista.

Para quem teria sido executado o precioso móvel?

O esquartelado de Portugal alternando com o mantelado de Castela e Lião com bordadura de Velasco de que blasonam os nobilíssimos Noronhas indica-nos que foi para alguém desta linhagem.

Mas quem, naquela primeira metade do século XVIII, que de tal época é a cadeira, poderia ostentar, inteiras e sem mistura, estas armas em que se reüniam os emblemas heráldicos dos três principais reinos peninsulares (1)?

Do tronco dos Noronhas bracejaram vários ramos que deram origem a outras tantas casas, qual delas a mais importante, rica e poderosa. Todas elas, naquela época, floresciam ainda em gerações numerosas de varões ilustres e de donas por via de quem o régio sangue da estirpe entrou em muita família nobre do Reino. Traziam umas dessas casas o escudo conforme se vê na cadeira; sobrepunham-lhe outras, pela sua aliança com os nobilíssimos Menezes, o desta familia.

Com a primeira forma usavam-no a casa dos Arcos e a de Vila-Verde. Da dos Arcos, era senhor, na época a que nos reportamos, D. Tomás de Noronha, 5.º Conde dos Arcos que, do seu primeiro consórcio, deixou três filhos, o mais velho dos quais, D. Marcos, lhe herdou o título e a casa. Teve o Conde D. Tomás, além de outros, dois irmãos, D. Luís e D. Afonso de Noronha, os quais, tendo iniciado a carreira eclesiástica, a abandonaram depois para abraçar a das armas.

A de Vila-Verde achava-se representada, no primeiro quartel do século, pela figura prestigiosa de D. Pedro de Noronha Albuquerque e Sousa, 2.º Conde de Vila-Verde, que se soube ilustrar no desempênho de importantes lugares tanto civis como militares, tendo ocupado com

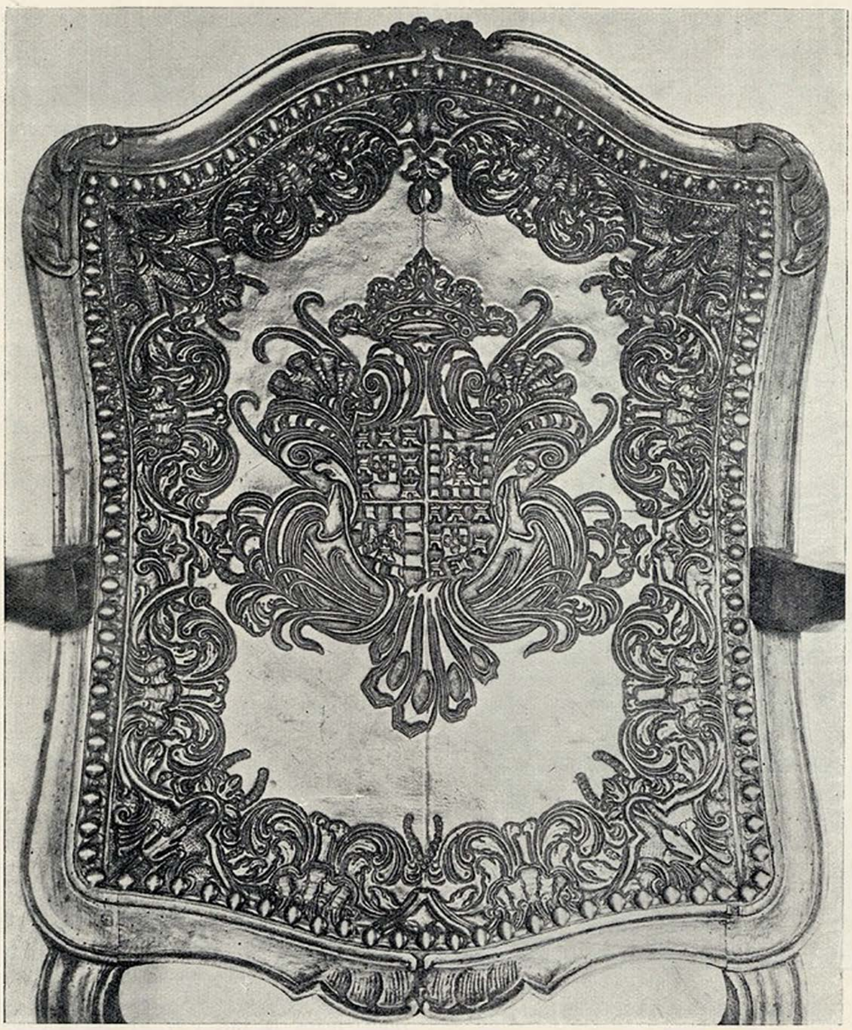
(1) A corôa de duque que encima o escudo nada pode indicar, sabido como é que dela se usou e abusou em Portugal pela forma mais arbitrária, trazendo-a tanto os grandes e os títulos como famílias de pequena nobreza, sem a menor justificação.

brilho os governos da India e do Brazil e a quem D. João V elevou a Marquês de Angeja.

Por sua morte, passaram os títulos e a casa para o seu primogénito, D. António de Noronha, 2.º Marquês de Angeja que como seu pai se revelou bravo militar. Dos outros filhos, D. Henrique graduou-se em cânones e foi deputado da Mesa da Consciência e Ordens, largando depois a vida eclesiástica para casar, tendo sido Porteiro-mór; e D. Diogo, pelo seu casamento, tornou-se Marquês de Marialva.

Teve o 2.º Marquês larga geração; o filho mais velho, D. Pedro José, sucedeu-lhe no título e casa e foi 3.º Marquês de Angeja; um outro, o erudito D. João José Ansberto de Noronha é o bem conhecido Conde de S. Lourenço por Pombal atirado para as prisões da Junqueira.

A qualquer destas personalidades poderia ter pertencido a linda cadeira, hoje na posse do rabiscador destas linhas que com razão a estima como relíquia venerável da arte do móvel em Portugal (2).



Dimensões: 0.m65 por 0.m53

(1) Já depois de composta esta ligeira nota fomos informados pelo Sr. João da Costa Lopes da existência duma outra cadeira igual à nossa e que é propriedade do Pai dêste nosso amigo. Verifica-se assim que faziam ambas parte duma mobília que se dispersou.

Los Primeros Marqueses de Camarena La Real
Los Ovando

NOTAS PARA SU BIOGRAFIA E GENEALOGIA

POR

DON JOSÉ DE RÚJULA Y DE OCHOTORENA, MARQUÉS DE CIADONCHA

Decano de los Reyes de Armas de S. M.

Y

DON ANTONIO DEL SOLAR Y TABOADA

Correspondiente de la Real Academia de la Historia

Caballeros de la Orden de San Juan de Malta y del Real Cuerpo Colegiado de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid

LOS OVANDO

La mayoria de los nobiliarios originales, se ocupan de tan ilustre, noble y antiquisimo linaje español. No hay genealogista que no haya tenido que tratar de él, bien en capitulo especial ó como repetidamente enlazado con las principales casas de nuestra nobleza.

Ocuparse de los Ovando, es iniciar genealógicamente um tratado de la nobleza extremeña. No hay casa importante en esa Región, que no descienda de los Ovando, tenga enlace con ellos, o que de ellas procedan, los de tan histórico apellido.

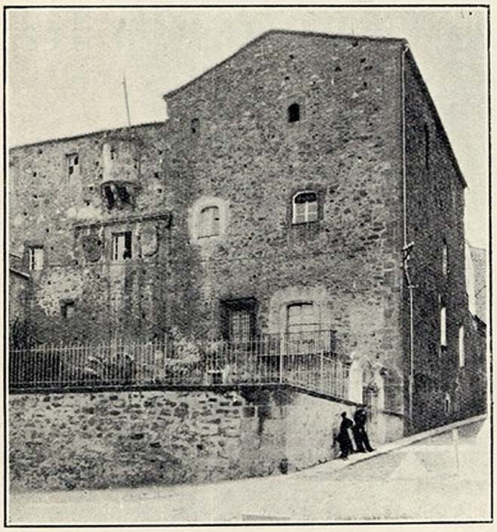
Por esto, cuando Don Vicente Francisco de Ovando, Rol de la Cerda, Castejón, Diez de Aux de Armendariz, Mendoza, Manrique de Lara y de Valencia, Lodeña Bazán y Solis, Comendador de Vallaga y Algarga en la Orden de Calatrava, Marqués de Camarena la Real, Señor del Castillo y casa fuerte de la Arguijuela, Alferez mayor perpetuo de Cáceres, Teniente General de los Reales Ejercitos, Capitán General de la provincia de Extremadura, se dirige al Rey, presentándole un Memorial genealógico, tratando de los Ovando desde los remotos tiempos de los confusos origenes, con todas sus descendencias, colaterales y enlazados hasta el año 1780 en que se escribe, lo que presenta no es un Memorial, es un Nobiliario extremeño, muy superior a todos los de su época.

Su autor es desconocido, pues el documento original manuscrito poseido por la actual Marquesa de Camarena la Real, no lo indica. No se puede atribuir a Don José Pellicer de Ossau y Tovar, que un siglo antes, en 1671, escribió el «Memorial de la calidade y servicios de Don Pedro Francisco de Ovando Castrejon Rol de la Cerda y Mendoza Marqués de Camarena» (la Vieja) padre del Don Vicente Francisco de que tratamos, puesto que en su forma y redacción en nada se parece a los suyos. En cambio teniendo en cuenta que el gran genealogista Don Luis de Salazar y Castro fué su caballero informante cuando ingresó en la Orden de Calatrava en 1705, que hizo uns informaciones magnificas, dignas de su firma, y que en todas las obras suyas al tratar de los diferentes apellidos, coinciden exactamente, hasta en sus términos y redacción con el Memorial, hay que atribuirlo a su talento, y si materialmente el mismo Memorial no fuera suyo, los preciosos elementos de todo su contenido, son o merecen ser de Don Luis de Salazar y Castro, principe de los genealogistas españoles.

Este documento sistematicamente escrito, con un metodo claro y preciso, ordenado y justo, tiene un final titulado «Servicios hechos a la Corona», en que se destacan las figuras gloriosas de un pasado brillante, cuya savia al ir trasmitiendose grado a grado hasta el exponente, va intensificándose, hasta cristalizar en una vida ejemplar de lealtades, sacrificios, amor a la Patria, heroismo, constancia y abnegación, como es la

del primer Marqués de Camarena la Real, recompensada con los altos cargos, jerarquias, honores y titulo que recibió en los últimos años de su vida, asi como con la posible concesión á su favor de la Grandeza de España, que justificaba el Memorial y que sin duda no llegó a concedersele por sorprenderle la muerte.

Su vida preclara, los servicios que tambien prestó á la Patria su hijo Don Vicente, II Marqués de Camarena la Real, nos inspiraron este trabajo, exhumando en él unos modestos apuntes biograficos de tan bizarros soldados, dando al mismo tiempo algunas noticias de su familia, si bien omitimos todo aquello que no se refiera á los antepasados directos de los distinguidos generales



Cáceres. — Palacio de la Generala, en la plaza de Muñoz Torrero 2, restaurado por Francisco de Ovando, el viejo, hermano del Capitán Diego de Caceres de Ovando.

en cada grado, pues hacer un estudio genealogico de esta egregia familia seria empresa superior a los limites a que nos hemos querido ajustar.

Los Ovando motivan por si solo muchas obras, pues su historia familiar es parte importante que integra la historia regional y por lo tanto de la Patria; sus simples relaciones genealogicas se traducen en verdaderos nobiliarios; las casas solariegas, las capillas, sepulcros, retratos, pinturas, miniaturas, piedras armeras, etc., constituyen un verdadero museo de arte.

En la genealogia troncal de los Ovando y de sus enlazados, hemos prescindido de todo aquello qué no está perfectamente comprobado, omitiendo origenes dudosos, que en nada avaloran la rica cadena de generaciones, en que cada uno es un eslabón glorioso.

Por esta causa no ascendemos en la genealogia a los origenes, pero como a tan remotos tiempos no se puede llegar con pruebas documentales hay que recoger la tradición y sacar de ella lo unico que contenga de razonable y veridico, y mas cuando todas las diversas tradiciones coinciden en un punto comun.

Todos los genealogistas afirman un origen vasco, haciendo intervenir á los Ovando en luchas de aquel pais y efectivamente la palabra parece indicarlo, pues los autores como José Francisco de Irigoyen lo traducen como «situatión cercana a una eminencia» y otros como «lo mejor», «lo mas alto o preeminente». Significación que solo tienen los vascos, indicadora del emplazamiento del primitivo solar.

Es tambien indudable que pasaron a Extremadura, asistiendo a su conquista y siendo pobladores y conquistadores de muchas de sus villas y lugares, entre ellos Cáceres. Tambien estuvieron en Galicia, á orillas del rio Ulla, donde tuvieron casa fuerte; Italia e Indias, especialmente Nueva España, cuyo suelo regaron con su gloriosa sangre, alumbrandolo con las luces de su fé y las virtudes de su heroismo. Rara es la casa noble, titulada o Grande que no cuenta con un Ovando en su ascendencia y mucho mas si es extremeña.

Gloria a una raza de varones y caballeros que tanto a honrado a la Patria, ejemplo de generaciones futuras.

BLASON

Es en campo de plata una cruz floreteada de gules, acompañada de cuatro veneras de lo mismo. Bordura roja con ocho aspas de oro.

Asi lo señalan todos los nobiliarios unanimamente, no diferenciandose algunos mas que en los esmaltes, que algunos asignan el campo oro; otros ponen las veneras oro, (poniendo metal sobre metal); tambien varia el color de la cruz. Lo perdurable son las figuras por hallarse en las seculares piedras armeras; lo variable los colores, por libre asignación de los heraldistas.

La cruz floreteada recuerda la asistencia de los Ovando a la batalla de las Navas; las veneras por la tradición de Clavijo; la bordura de aspas por haberse hallado en el socorro del Alcazar de Baeza en 1227.

LAS CASAS DE LOS OVANDO EN CÁCERES

Cáceres es un filigranado relicario de la España católica, hidalga, de la España tradicional. Recorrer sus calles es vivir el ayer, es onyodar los pulmones de glorias, de tradiciones, de sacrificios, de heroismos españoles. El heraldista encuentra en los Palacios y viejas casas solariegas de Cáceres un museo preciadisimo de piedras armeras, de familias que llenaron con sus hechos las páginas de oro de la Historia nacional. El escudo de los Ovando, y esto prueba la importancia y poder del linaje en aquella capital, se multiplica hasta el punto que escaso número de blasones dejan de tener en algun cuartel el de dichos Señores; y como el reseñar todos seria prolijo nos limitamos a mencionar aquelos que lo ostentan con caracter principal, que son: Palacio de «La Generala» situado en la plaza de Muñoz Torrero 2, mansión señorial primero de los Mogollón,

y luego de los Ovando Mogollón, fué restaurado por Francisco de Ovando Mogollón, el viejo, hermano del Capitan Diego de Cáceres Ovando. Casa de Hernando de Ovando, en la plaza de Santa Maria 3; la de «las Cigueñas» del Capitán Diego de Cáceres Ovando, de la plaza de San Mateo, que no conserva escudo. Otra en la plaza mayor Portal Llano 3; y la casa del Conde de Adanero de la plaza de Santa Ana 1.

DATOS BIOGRAFICOS

DON VIĆENTE FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO Y SOLIS, CASTEJON Y ALDANA, fué bautizado en la villa de Cáceres el 22 de Noviembre de 1700, apadrinado por Don Juan de Carvajal y Sande, Conde de la Enjarada, Alferez mayor perpetuo de Cáceres y Agreda, IV Marqués de Camarena le Vieja y probó la nobleza de todos sus ilustres appelidos para ingresar, siendo aun niño, en la Orden Militar de Calatrava en 1705. Sus informaciones genealógicas son magnificas pues se deben como dijimos a uno de los Caballeros informantes, que lo fué nada menos que el gran genealogista Don Luis de Salazar y Castro, entroncando por todas las ascendencias, en linea directa y colaterales, con numerosos caballeros cruzados de Santiago, Calatrava y Alcántara.

Quedó huerfano niño al cuidado de su madre y habiéndose declarado la guerra de sucesión, perdió su casa, la mayor parte de sus granjerias, sirviendo su madre a la subsistencia del ejercito ayudando con dinero y alhajas, haciendo grandes donativos, distinguiéndose en ocasión en que el general Duque de Berwick, estuvo en Brozas, que necesitando de viveres, le dió un presente de cien carneros, doce terneras, y cantidad considerable de aves, pan, vino y dulces, y lo mismo sucedió con el Marqués de Bay a quien le entregó toda la plaja y granos con que se hallaba.

De niño fué a Madrid a hacer sus estudios y recibir dicho Hábito de Calatrava que le fué impuesto el 5 de Abril de 1705, empezó á servir a Don Felipe V en la Compañia española de Guardias de Corps; en 1732 pidió licencia para pasar voluntario a la conquista de Oran, que le fué concedida, yendo como ayudante de campo del General Duque de Montemar, hallándose en el ataque con que fué desalojado la montaña del Santo y guió la caballeria de orden del Duque, hasta incorporarla a la infanteria, siendo de los primeros que entraron en la plaza y sus castillos y en el de Mazarquivir al tiempo que se hizo la capitulación, acreditando en todo momento su celo, valor y aplicación al Real servicio como lo certificó el General en Sevilla, el 18 de Mayo de 1733 y en Liorna a 15 de Marzo de 1736. En recompensa de sus méritos se le ofreció una compañia de caballeria ó dragones, de las que vacaron, que no aceptó por querer continuar su servicio en la suya, en la que habia tomado la bandolera por orden y beneplácito de Don Felipe V quien le honró con los cordones de Cadete, el 29 de Noviembro de 1732, sirviendo como tal en las jornadas de Aranjuez y de San Ildefonso.

Declarada la guerra a Italia, pidió ir a aquella campaña como voluntario, yendo tambien como ayudante de campo del General Duque de Montemar, el 27 de Octubre de 1733; y habiéndose embarcado en Antibo (1) y desembarcado en Génova, pasó á Pisa, donde se incorporó al ejército, llegando a Amversa, siendo destacado con el Conde de Charni, Comandante general de las tropas de S. M., en la Toscana, para el sitio de los castillos de Ovo, Castelnovo y San Telmo de la ciudade de Nápoles, que ocupaban las tropas alemanas, asistiendo a las trincheras y a cuanto se le ofreció y se le mandó con toda exactitud y celo hasta su rendición, segun consta de certificación del mismo Charni en Nápoles 7 de Mayo de 1734. Terminada esta expedicion, pasó el ejército en busca del enemigo que fué atacado en Bitonto en cuya batalla se halló, en la rendición de la ciudad y en la de Bari, en que se hizo prisionero de guerra todo el ejército enemigo de caballeria e infanteria. De alli pasó al sitio de Gaeta, al que asistió desde las prevenciones hasta la rendición. Terminada la campaña en Nápoles, pasó a Sicilia, hallándose en el sitio de la ciudadela de Palermo y bloqueo de la de Mesina. Luego pasó con el Duque de Montemar a reconocer las plazas de Orbitelo y Montefilipo y otras de la Toscana, y habiendo pasado en busca del enemigo hasta el estado veneciano, se proyectó e hizo el sitio de la Mirandula, en que estuvo hasta que rendida Orbitelo en 4 de Agosto de 1735, lo despachó el General Montemar con esta noticia para S. M. a quien la dió el 14 del mismo mes, que entró en el Real Sitio de San Ildefonso, honrándole el Monarca con un bastón de Exempto Supernumerario, el dia 30 siguiente.

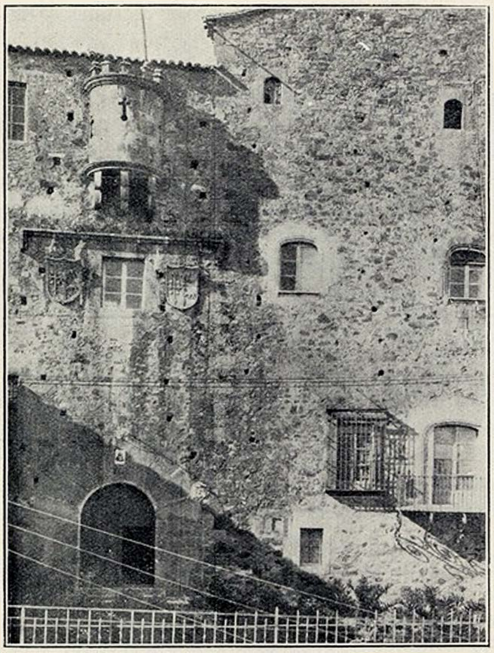
Habiendo vuelto a pedir regia licencia para continuar su mérito de voluntario en el ejército y una vez que le fué otorgada, pasó en posta a Pisa, donde se incorporó siguiendo en todo lo que alli ocurrió; hasta el 15 de Marzo de 1736 que de orden del Rey regresó á España, portándose dignamente como lo certificó en dicha fecha en Liorna, su General.

Llegó a Madrid y asistió al campamento de Aranjuez, continuando el servicio en su Cuerpo, hasta que publicada la segunda expedición a Italia, pidió una vez mas licencia a S. M. para ir voluntario, que le fué concedida en Buen Retiro el 22 de Octubre de 1741, sin embargo de la oposición que a ello hizo su Capitán, el Marqués de Bedmar a pretexto de que se recargaba el trabajo a los demas Exemptos.

Embarcose en Barcelona en el Real Felipe, a cargo del Comandante de la escuadra D. José Navarro, en cuya navegación padecieron graves riesgos, por los vientos contrarios y haberse maltratado el navio en

(1) Hemos respetado la ortografia exacta con referencia a los lugares mencionados en la autobiografia contenida en el Memorial, para evitar errores de interpretación.

disposición de tomar once pulgadas de agua por hora, que precisó con mucho trabajo entrar a repararlo en las Islas de Yeres, y continuando la ruta siguió el mal temporal y se acordó entrar en Puerto Especie, de donde pasó por la Toscana a incorporarse al ejército que estaba en el Adriático, cuya campaña fué de suma fatiga, reducida a marchas y contramarchas, todas muy duras por lo estrecho de los caminos, dandose el caso de salir en muchas ocasiones de un puesto al anochecer y no poder acabar de entrar en el campamento hasta las cuatro de la tarde del dia sigueinte. Separados de Nápoles marchó a Foliño, de donde en 10 de Septiembre de 1742, salió con el Duque de Montemar a



Cáceres.— Entrada del Palacio de la Generala, en la plaza de Muñoz Torrero 2.

Genova en que quedó el ejército, y Ovando dejando alli sus caballos y equipaje, se embarcó en una chalupa, yendo a tomar tierra a Mónaco, corriendo gran riesgo, por estar aquellos mares llenos de Navios ingleses y tomando postas en Antibo, llego a Varró donde estaba el Infante Don Felipe con el ejército que alli obraba.

Por Diciembre del mismo año, el Marqués de la Mina, que lo mandaba, bajo las ordenes de S. A. dispuso entrar en Saboya a atacar el enemigo, lo que se puso en ejecución el 1.° de Enero, y habiendo tomada algunas casas fuertes, que ocupaban, acampó el ejército cerca del mandado por el Rey de Cerdeña, en la Virgen de Nieulant, creyendose inpracticable atacarlo por estar muy fortificado con sus atrincheramientos alli permanecieron pasando todo género de penalidades por no haber puesto tiendas, estando nevando sin interrupción, y con tanto frio que llegó a «helarse el aguardiente» teniendo que arrancar las viñas y desmantelar los tejados para con su madera hacer lumbre.

Hallándose Ovando de Guardia del Infante, llegó el Abad de la Cherena, á quien correspondia la dezmeria de aquellos lugares, manifestando que quedarian destruidos y sus Iglesias si S. A. no daba orden de que no se descepasen las viñas, siendo menos inconveniente que se cortase los nogales, a lo que replicó Ovando que quedaudo alli el ejército, era indispensable quedase todo destruido y que solo podria remediarse dandose Chamberi a la obediencia. Entonces fué cuando el Abad reveló el secreto de que alli en Chamberi, solo habia quinientos hombres, con orden de marchar a avistar cualquier destacamento, lo que Ovando comunicó al Marqués de la Mina, quien envió toda la compañia italiana, con Don Manuel de Sada, y efectivamente antes de llegar, fué evacuado Chamberi, dándose a la obediencia. Creyendo entonces el Rey de Cerdeña que doblarian la montaña para coger su ejército por la retaguardia, levantó el campo, quedando libre la Saboya.

En la campaña de 1743, desde el campo de Montmelian, salió destacado para la guardia del Infante Don Felipe, con quien pasó el Col de Lagñelo y se mantuvo con S. A. hasta que volvió á Chamberi. En la campaña de 1744, entró en el Piamonte a las órdenes del Teniente General Don Francisco Pignatelli y se mantuvo en Chentalo al frente de los enemigos, hasta que este destacamento fué llamado al sitio de Cunio para cubrir el campo de la Espineta y se incorporó al ejército el dia de la batalla de la Madona del Olmo en que se halló el 29 y 30 de Septiembre del mismo año. Tomadas con poca resistencia al enemigo diferentes fortalezas se hizo el sitio de Tortona, cuya guarnición habiendo hecho una regular resistencia, se rindió, capitulando salir por la trinchera con los honores de guerra. De alli pasó el ejército a Castelnovo a atacar al Rey de Cerdeña que lo mandaba. Fué destacado Ovando diferentes veces como Coronel y Exempto y en una ocasión en que avisaron los franceses al Duque de Liria, que cien usares les habian quitado algunos vagajes con sus equipajes, fué con sesenta caballos con orden de seguirlos hasta su ejército, lo que ejecutó, pues aunque a la orilla contraria del Tanaro se formó el destacamento enemigo, fué atacado y puesto en huida, dando muerte a algunos usares y entre ellos un Teniente que era de los mas famosos partidarios que tenian, y solo del destacamento de Ovando se perdieron dos caballos muertos que se reemplazaron con exceso con los que se tomaron al enemigo, y habiendo llegado hasta las grandes guardias de su ejército, logró que recuperasen los franceses todo lo que les habian quitado.

Se halló tambien Ovando en la batalla que se dió al ejército del Rey de Cerdeña, situado en Monte Castelo, habiendole puesto en total huida. Siguiose el sitio de Valencia del Po, y entendiendo el General Conde de Gas, que mandaba el ejército, que del Casal de Monferrato se destacaban trece soldados por compañia para

socorrer la plaza, envió orden al Teniente General Pignatelly, que estaba en Zerella para impedirlo, y este la trasmitió á Ovando, para que como Coronel de Caballeria, que estaba de piquete en el campo, saliese con un destacamento a provocar una falsa alarma al enemigo, que estaba en el dicho Casal de Monferrato. Habiendo salido a las once de la noche llegó antes del dia y ejecutó su empresa con tan exactitud que alborotado y confuso el enemigo, pasó el Po, quemó el puente que sobre él tenia, no envió el socorro proyectado a Valencia y se rindió esta plaza y el Casal se dió a la obediencia de Ovando que con sus fuerzas siguió allanando el pais.

Siguió el sitio de Alejandria de la Palla, á que no pudo asistir dicho Coronel por que Don Francisco Pignatelli lo destacó con doscientos caballos en el lugar de la Roqueta, habiendo marchado despues a Castelnovo de Esquivias.

A poco dias llegó la orden de que todos los Exemptos que estaban en el ejército fuesen a relevar a los que estaban en Madrid y aunque Ovando alegó no debia estar comprendido en ella, por ser voluntario, con particular licencia y merced del Rey, se le obligó cumplirla por ser orden cerrada. Como todo asi consta por las referidas certificaciones y otras del Teniente General Marqués de Monreal, del de Villadarias, de Don Francisco Pignatelly, Don Alvaro Carrillo de Albornoz y del Conde de Valhermoso.

Al volver a Madrid para continuar sus servicios en su Cuerpo, fué creado Brigadier de los Reales Ejércitos el 12 de Abril de 1747, Alferez de su Compañia el 5 de Marzo de 1750, segundo Teniente de ella el 30 de Agosto de 1751, Gobernador Politico y Militar de la Plaza de Alcántara en 5 de Agosto de 1755, donde estuvo durante la guerra con Portugal en 1762, pués aunque pidió licencia para servir en aquel ejército se le contestó lo hiciese en su destino. Hizo allanar y componer la calzada de la montaña sobre el rio Tajo, que baja su puente, dejandola transitable para el paso de la artilleria, ejército y municiones de guerra y boca. Con igual diligencia hizo en los fragosos riveros del Puente de Segura, puesto sobre el rio, que dividia los dos reinos, sin lo cual no hubiera podido pasar a la retirada de campaña, todo el tren de artilleria, por que el rio con las muchas lluvias del invierno venia con gran altura de nivel.

El Rey le concedió el 22 de Julio de 176● el grado de Mariscal de Campo; el 25 de Enero de 1766 le nombró Gobernador Militar de la plaza de Badajoz, de cuyo cargo tomó posesión el 11 de Abril siguiente, sirviendo la Comandancia General de Extremadura hasta el mes de Noviembre de 1773, en que pasó a Madrid con permiso de S. M. que le honró el 14 de Febrero de 1774, con la Capitania General del Ejército y Reinos de Castilla y Leon.

Siendo siempre voluntario se halló en diez campañas, tres batallas, un ataque, nueve sitios, cuatro embarcos con tropa y diversos sin ella, asi como diferentes particulares encuentros.

Como Alferez mayor de Cáceres levantó en la villa el Real pendó en las proclamaciones de Don Luis I, Don Fernando VI y Don Carlos III, procurando con todo ello imitar el generoso ejemplo de sus mayores.

En la Orden de Calatrava fué Comendador de Vallaga y Argarga Decano de la Orden desde 1.° de Marzo de 1731.

Solo pudo heredar al Marquesado de Camarena la Vieja temporalmente, a pesar de ser el hijo unico y heredero de su padre, por que la Chancilleria de Valladolid declaró incompatible el Mayorazgo fundado por Don Juan Gonzalez de Castejón, a que estaba anejo el Titulo, con otros que poseia Don Vicente Francisco, por lo que el Titulo pasó y lo poseia en 1777, su sobrina D. Maria Joseja de Ovando Castejon, esposa de Don Antonio Vicente de Arce, como hija de Don Francisco Antonio Rol de Ovando Carvajal y de D.ª Francisca de Ovando y Vargas; nieta de Don Francisco de Ovando Rol, casado con D.ª Teresa Carvajal Vivero; y biznieta de los referidos Don Francisco Antonio Ovando Rol (hermano del tercier Marqués de Camarena la Vieja Don Pedro Francisco) y de D.ª Mariana de Ovando.

Sin embargo, despues de una vida consagrada a servir a la Patria con tanto valor, constancia y abnegacion, no podia quedar sin su dignidad de Titulo del Reino, una persona que tanto lo mereció, habiendolo perdido tan solo como resultas de un pleito ordinario sobre compatibilidad o no de unos Mayorazgos, que al fin al fundarse no preveian sus fundadores la remota posibilidad de que a ellos estuviesen anejos Titulos concedidos con posterioridad; y el Rey haciéndose eco de la gratitud de la Patria, a un subdito tan benemérito, le concedió nueva merced de Titulo de Marqués, con la denominación de Camarena la Real en 28 de Junio de 1776.

*

* *

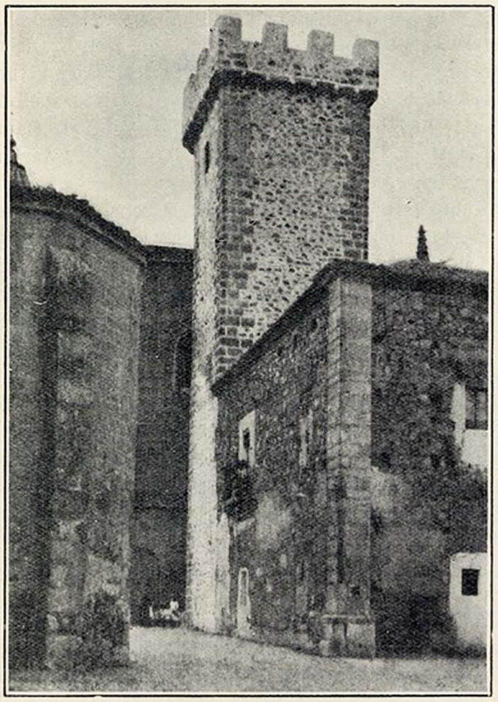
Un dia del caluroso verano de 1767 un humilde fraile agustino se dirigia a la Santa Yglesia Catedral de Badajoz: las mas aristocraticas familias de la ciudad, brillantisima representacion del Ejército que guarnecia la plaza; alli se encontraba tambien, los curiosos, planta exuberante en todas las edades, en todos los tiempos se movian con impaciencia queriendo afilar la vision... Fray Marcos Alegre a pesar de sus reconocidas virtudes, de su despego a las cosas mundanas debia sentir intima complacencia por actuar de padrino en el bautizo de un hijo, del primogénito nada menos del Gobernador Militar de la población y Capitán General de Extremadura. Vicente Maria, se le impuso por primeros nombres en la pila de la Parroquia de San Juan, al niño que el dia 16 de Julio de 1767 habian tenido Don Vicente Francisco de Ovando, Rol de la Cerda, Caste-

jon, Diez de Aux de Almendariz, Mendoza, Lodeña y Bazan, I Marqués de Camarena, Vizconde de Peña Parda, Señor del Castillo y Casa fuerte de la Arguijuela, Alferez Mayor de las villas de Cáceres y Agreda, Mariscal de Campo de los Reales Ejércitos, y Comandante General interino del Ejército de Extremadura, Caballero de la Orden Militar de Calatrava, Comendador de Vallaga y Algarga en el mismo Orden y Doña Cayetana Vicenta de Ovando y Ulloa, Calderon de la Barca, Flores y Montenegro.

*

* *

Era natural que Don Vicente de Ovando y Ovando sintiera apenas tuvo uso de razón resuelta y decidida simpatia por la carrera de las armas, vehementes de-



Cáceres. – Historico edificio de la plaza de San Matec, que ostentaba el blason de los Ovando, sustituido recientemente por el de los Marqueses de la Plata y Carvajal, de los Condes de los Corbos, Marqueses de Camarena la Real

seos de ofrendar la vida, cuanto era y poseia en el altar santo de la Patria, pues nació en una ciudad esencialmente militar, en una casa en la que se preferia a los regalos que proporciona una esplendida fortuna la exposición de servir a España y al Rey. Y esas inclinaciones lejos de cortarse se fomentaron por su padre, que no necesitaba «colocar» al hijo que habia de sucederle en la representacion de su egregia familia, buscarle un medio de vida, pues sobrados tenia por merced Divina. Deseaba sin duda ver a su primogenito vestir el uniforme de los hombres de guerra, conquistar laureles y escalar altas gerarquias, tras haber afrontado todos los peligros, y por eso consiguió para él la gracia de Cadete de menor edad, el 10 de Junio de 1774, cuando contaba Don Vicente tan solo trece años, y en esa situacion permaneció varios años (18 de Enero de 1782). Y en esos años se afianzó mas y mas en su alma el culto a la Patria, amor de los amores de nuestros mayores, asi que no es de extrañar que al romperse las hostilidades entre Francia y España en los ultimos del siglo XVIII, fuese Don Vicente de Ovando, participando del entusiasmo nacional, marchase jubiloso a batirse contra los ejércitos de la nacion vecina, nacion a la que en aquellos instantes solemnes ademas de las fronteras nos separaba un abismo ideologico, abismo cuyos filones por Ley de la vida se atraen y al juntarse estalla vigoroso el choque. En las acciones que se afrecieron, con el batallón de Burdeos, en el ataque del 5 de Febrero sobre las alturas de la Cruz y Perla; en el ataque del 23 de Junio sobre las alturas de Bandaly, y en el de 25 de Julio sobre las alturas de San Juan de Luz y Vera» acreditó Camarena cumplidamente su valor, y en toda la campaña su vocacion militar para arrostrar satisfecho y contento las adversidades que sufre el soldado cuando «la cama es el duro suelo y su descanso el pelear».

Camarena debió despues de su bautismo de fuego sentirse mas digno de representar una gran estirpe: joven y animoso no conocia entonces la planta de la injusticia, que en todos los tiempos suelen cosechar los hombres de buena voluntad, no podia apreciar la responsabilidad moral del alto mando y la responsabilidad que lleva consigo. Regresar al hogar cuando por la bandera patria se ha luchado, podrá sentirse la fatiga del cuerpo, pero el espiritu siempre tiene que sentirse satisfecho y los pulmones saturados de yodo, de brezo, de romero...

*

* *

En la «guerra de las naranjas» tambien tuvo ocasion de probar su valor, de dar brillantes muestras de su entusiasmo asistiendo y distinguiendose en «el Ejército de operaciones de Portugal desde su acantonamiento en 15 de Septiembre de 1800 y con este motivo en la entrada general de 20 de Mayo, en la que dieron principio las hostilidades y se atacó a la plaza de Jurumeña a cuya rendicion igualmente asistió, y pasando enseguida al sitio de Campo Mayor y persecucion del ejército contrario hasta Portalegre, donde se publicó la paz en 3 de Junio de 1801».

*

* *

Era Coronel y mandaba el Regimiento de Valencia cuando España sin distinción de clases, sexos ni edades, se levantó viril, heroica, al intentar el Capitan del siglo

atentar a nuestra independencia: se encontraba en Cartagena, la primera ciudad de la parte oriental de España «donde se lanzó el grito de guerra contra los franceses» y todas las miradas se fijaron en él creyendo que era el llamado a asumir el Gobierno Militar de la poblacion, en tan criticos momentos. No hubo dudas ni vacilaciones en que Don Juan de Mata Butler cesase en tan importante puesto y en que Don Vicente de Ovando lo ocupase. Curiosos documentos que se conservan en el archivo municipal de Cartagena y que en otro lugar insertamos lo atestiguan.

Por verdadera aclamación popular pues, se puso al frente de los destinos de la ciudad, el 24 de Mayo de 1808 con fé, con decison numantina. Grand solemnidad revistió la toma de posesion del Ayuntamiento, y se explica perfectamente, porque a la autoridad legal unia la moral, que dá aquella realce, aureola, respeto unanime.

Sabiendo recojer los latidos del alma popular, desempeñó el Gobierno de la plaza de Cartagena, hasta el 25 de Marzo de 1809 del que por orden de la Junta Suprema, hizo entrega al Jefe de Escuadra Don Gabriel de Ciscar. Y que la dificil mision que con cariño y entusiasmo le fué encomendada con cariño y entusiasmo la llenó, lo demuestran los documentos que en los Apendices publicamos. Quiso salir a batirse al frente de sus soldados y no se le permitio: tenia bastante con asistir a las Juntas, con disponer la defensa de la ciudad, y todos sus anhelos y todos sus afanes no tuvieron para él sin duda alguna el dulce nectar de la interior satisfaccion... a pesar de haber acreditado valor, dotes de mando, generosidad, pues no solo contribuia con lo que era y tenia, a la causa patria, sino que ademas su esposa daba de su fortuna personal esplendidos donativos para el Ejército de Extremadura.

La injusticia le visitó o el estimó que lo habia visitado. Nosotros creemos lo primero. En una instancia que elevó a S. M. se refleja perfectamente. Se lamenta en ella (14 de Enero de 1809) que no se hubiesen tenido en cuenta sus servicios y se le dejase tantos años en el mismo empleo, cuando hasta paisanos se habian hecho Brigadieres. La repuesta que recibió (20 de Febrero del mismo año) es que continuase de Gobernador de Cartagena, conservando el mando del Regimiento de Infanteria de Valencia.

*

* *

Hasta el 24 de Mayo de 1810 siguio mandando el Regimiento de Valencia. En esa fecha obtuvo el retiro con el empleo de Brigadier y siete meses despues, el 30 de Diciembre del mismo año entregaba su alma a Dios, como buen cristiano, en Alicante.

No dejó sucesion. Estuvo casado con Doña Carmen Gragera y Topete, Arguello y Arguello, IV Condessa de la Torre del Fresno, Vizcondesa de San Diego, Sr.ª de Aldonza y de Torre de Caños, hija de D. Toribio Gragera y Arguello, III Conde de la Torre del Fresno, Vizconde de San Diego, Sr. de Aldonza y de Torre de Caños, Mariscal de Campo, Capitan Geral de Extremadura, Gentilhombre de Camara, al servicio del Serenisimo Infante Don Francisco de P. Antonio, Maestrante de Ronda etc., sacrificado por el populacho en 1808 y Doña Juana Topete y Arguello.

GENEALOGIA

I.—FERNAN PEREZ DE OVANDO, recibió del Rey en feudo los lugares de Fuencalada, Pozacos, Cerrazo, Tovar y otros: contrajo matrimonio con Luisa Lopes de Moscoso en quien tuvo por hijo a

II.—SANCHO FERNANDEZ DE OVANDO, Merino mayor de Castilla, que casó con la Infanta D.ª Elvira, Señora de Toro. Esta Sr.ª hizo una donación al Monasterio de Oña, era de 1087, de los lugares que su marido la dejó en su testamento, para que rogasen a Dios por sus ánimas, mandando a sus hijos la respetasen so pena de su maldición. Estos fueron: Alvaro, Abad del Monasterio de Valbanera; Martin, que tuvo en feudo la ciudad de Najera, segun privilegio de Alonso VI, en la era 1115; Fernando Joanes, que sigue

III.—FERNANDO JOANES DE OVANDO, Duque de Limia en Galicia, fiel vasallo de Alonso VII, padre de Pelayo, llamado el Cautivo y de

IV.—PEDRO FERNANDEZ DE OVANDO, que por haber pasado a la Villa de Fuencalada, se le apellidó asi, sirvió al Emperador en Ubeda y fué Maestre de la Orden de Santiago. Su esposa se llamó D.ª Maria de Azagra, de la que tuvo a Rodrigo, Hernan y Cosme.

Rodrigo Perez de Ovando, ostentó el titulo de Conde de Ciudad Rodrigo, que fundó de nuevo con orden del Rey, fortaleciéndola contra las fronteras de Portugal. En 1232 hizo una donación á su hermano Hernan Perez de Ovando de la parte que le correspondió en la conquista de Cáceres, en la que refiere ser hijo de Pedro Fernandez de Fuencalada, Maestre de Santiago y de Maria de Azagra, declarando tener en feudo y gobernación á Ciudad Rodrigo.

V.—HERNAN PEREZ DE OVANDO sirvió á D. Fernando II y despues con sus hermanos a D. Alonso IX en la conquista de Extremadura, acreditando su valor especialmente en la de Cáceres, cuya villa y alcázares le fueron dados en feudo de honor en el año 1230. Fué su hijo.

VI.—FERNANDO FERNANDEZ DE OVANDO, que prestó leales servicios a D. Fernando III y D. Alonso el Sabio, siendo su Embajador en la Corte de Roma, donde murió.

VII.—DON FERNANDO FERNANDEZ DE OVANDO, le sucedió en la casa, siendo esposo de D.ª Ora Blazques Trillo, Señora de Talamanca, del Hábito de Santiago. El Rey Don Sancho IV le dió el titulo de Conde de Tordelaguna y Uzeda. Fueron sus hijos, Don Francisco, que sigue, y D. Fernando, de quien trataremos (§ 1.º).

VIII.—DON FRANCISCO DE OVANDO, vivió en el reinado de D. Alonso VI, asistiendo a las guerras de Portugal y con los mahometanos. Gozó de la dignidad de Ricohombre, como consta en una escritura que otorgó en favor de Diego Garcia de Toledo, de cincuenta mil maravedis en recompensa de la villa de Alcocer, que tenia en honor, y que el Monarca dió graciosamente a la ciudad de Toledo, estando en Algeciras, el 22 de Diciembre de 1380. Casó con D. Maria de Solis, en quien procreó a Don Gutierre y a D.ª Leonor.

IX.—DON GUTIERRE DE OVANDO CACERES Y SOLIS, Conde de Tordelaguna, Uceda y Talamanca, Señor de Sepulveda y treinta lugares en Galicia, Adelantado de Extremadura, Comendador de Azuaga, Proveedor general de las Fronteras, Guarda mayor del Rey, sirvió al Rey Don Alonso y al Rey Don Pedro, quien le dió Sepulveda y otros lugares y cotos en Galicia, pasando al advenimiento de Don Enrique, a Francia, donde murió, siendo sepultado en el Monasterio de Fontanela.

IX.—D.ª LEONOR DE OVANDO Y SOLIS, su hermana, casó con D. Antonio de Vera, uno de los principales caballeros de Extremadura. Dice el memorial que siendo viuda y sin hijos, y de gran hermosura fué pretendida por el Infante Don Fradrique, hijo de Don Alonso XI, quien la dió palabra de casamiento que luego no cumplió. Del Infante y de D.ª Leonor fueron hijos Don Alonso Enriquez, Don Pedro y D.ª Leonor, criados en Guadalcanal al cuidado de Timon y Paloma, judios de nación, los cuales noticiosos de que el Infante proyectava su matrimonio con una hija del Rey de Aragón, lo comunicaron á su hermano el Conde Don Gutierre, quien valido de su influencia con el Rey Don Pedro, movió su animo para que le diese muerte a Don Fradrique.

No estan comprobados estos hechos, a pesar de que el Memorial apoya sus afirmaciones en este punto, en la obra de Pedro Mexia de Ovando folio 196, aduciendo ademas que unas cartas del Infante y une sortija del mismo, se conservaban en poder de su tio, el Conde de Uceda, Don Diego.

Casó el mayor, Don Alonso Enriquez, con D.ª Juana de Mendoza, la ricahembra, de quienes procedia mucha nobleza de estos Reinos, siendo el Marqués de Camarena, por esta rama su décimo nieto.

Don Pedro Enriquez, se desposó con D.ª Isabel de Castro, progenitores de los Condes de Lemos; y D.ª Leonor con Don Diego Perez Sarmiento adelantado mayor de Galicia.

§ 1.°

VIII.—FERNANDO FERNANDEZ DE OVANDO, otro de los hijos de Fernando Fernandez de Ovando y hermano del Conde Don Francisco, contrajo matrimonio con D.ª Francisca de Ulloa, de quienes fui hijo.

IX.—DIEGO FERNANDEZ DE OVANDO, caballero del Hábito de Alcántara, padre de

X.—FERNANDO ALFON DE OVANDO, Mariscal de Castilla, segun consta en una escritura de poder otorgada por su padre Frey Diego Fernandez de Ovando de la Orden de Alcántara, a favor de su hijo Fernando Alfon, para que cobrase de Alfon Sanchez, vecino de Uceda, los maravedis que le debia, por resto de los bienes que le vendió su madre D.ª Francisca de Ulloa, como su tutora, siendo viuda de Don Fernando Fernandez de Ovando, su padre, y le habian tocado por el quiñon de su abuelo el Conde Fernando Fernandez de Ovando segun resultaban de la carta obligación hecha por dicho Alfon Sanchez en 1386, cuyo poder se otorgó en Cáceres el 20 de Septiembre de 1399.

El Mariscal Fernando Alfon de Ovando, vivió en Cáceres con casa en la collación de San Mateo en 1405 y casó con D.ª Teresa Alfon, en la que tuvo a: Fernando Alfonso de Ovando, vasallo de Don Enrique IV, quien le hizo merced de las tercias de Torre Orgaz, segun privilegio firmado en Madrid el 30 de Junio de 1474; Juan de Ovando, Capitan mayor de Cáceres, que servió á D. Juan II en la guerra de Granada y a D.ª Leonor de Ovando, que continua esta genealogia.

XI.—D.ª LEONOR DE OVANDO, contrajo matrimonio con Don Hernan Blazquez de Cáceres Mogollon. Este era hijo de Hernán Blazquez y de Juana Gonzalez; nieto de otro Hernan Blazquez y de Maria Gil Mogollon; biznieto de Juan Blazquez Gordo: tercer nieto de Nuño Blazquez y Maria Sanchez; cuarto nieto de Blasco Muñoz de Cáceres y de su esposa D.ª Pascuala; y quinto nieto de Juán Blazquez de Cáceres y de Teresa Alfon.

Este Juan Blazquez de Cáceres, era del linaje de los Blazquez de Avila, siendo uno de los caballeros que se hallaron en la conquista de Cáceres en 1229, de donde tomó el apellido, siendo alli heredado con repartimientos como tal conquistador. De su matrimonio, ademas de Blasco Muñoz, tuvo a Diego Blazquez de Cáceres y a Teresa Blazquez, esposa de Gomez Fernandez de Solis, con noble descendencia. De Diego vino la casa de los Marqueses de Alcántara.

Los citados Hernan Blazquez de Cáceres Mogollon y Leonor de Ovando fueron padres del Capitán Diego de Cáceres Ovando, de Francisco (§ 3.°), de Teresa que casó con Diego Fernandez Mogollon, con descendencia y otros.

XII.—EL CAPITAN DIEGO DE CACERES OVANDO, que fué el primogenito, se crió en la casa del Rey Don Juan de Navarra, despues de Aragón, siendo muy favorecido de Don Enrique IV, segun se deduce de su Real Cédula, fechada en Madrid el 16 de Julio de 1473, en que le hizo merced de que prosiguiese la obra de su casa que habia comenzado en el solar del Alcazar, valiéndose de los materiales del palacio que alli habia, sin embargo de la contradicción que le habian hecho, el concejo y caballeros, librándole de las penas en que por ello habia incurrido y concediéndole el sitio por juro de heredad. En otro privilegio fechado el 30 de Agosto del mismo año, refrendado de Juan de Ovie-

do, Enrique IV le ordena haga guerra a Alonso de Monroy, Clavero de Alcántara, por haberse hecho elegir Maestre de la Orden, sin consentimiento del Rey ni autoridad apostólica, poniendo a todos sus Freires y Comendadores a las ordenes de dicho Capitán Don Diego. Este obedeciendo la voluntad real, tomó muchas fortalezas, entre ellas la de Benquerencia, en la que estaba como Alcaide, cuando murió el Monarca y tomaron posesión de estos Reinos los Reyes Católicos, los que confirmaron la Cédula anterior, por otra suya firmada en Valladolid el 2 de Mayo de 1475.

La mayor oposición que la entrada en estos Reinos tuvo el Rey Don Alonso de Portugal, fué la que hizo dicho Cápitan Diego de Cáceres Ovando, con su pariente Francisco de Solis, Maestre que se decia de Alcántara, Alonso Portocarrero y otros caballeros de Cáceres, Badajoz y Ciudad Rodrigo, en total unos mil a caballo.

Habiéndose coronado como Rey de Castilla en Plasencia, el Monarca portugues, los Reyes Católicos hicieron en su propia defensa un último esfuerzo, mandando reunir todos sus leales de la ciudades extremeñas y encomendándolos a la sabia dirección de Don Diego proporcionándoles todas las rentas de Sus Altezas para mantener la gente segun Carta dada en Valladolid, el 12 de Mayo de 1475.

Consecuencia de todo ello fue la batalla que se dió entre Toro y Zamora, en la cual Diogo de Cáceres Ovando tuvo importante intervencion, mostrando gran valor, como lo prueba el privilegio Real firmado el 12 de Mayo de 1476, refrendado de Pedro Camañas, en que se manda que todas las torres que tuviesen las casas de los caballeros de Cáceres, fuesen derribadas en el término de treinta dias, exceptuando las que estaba fabricando Don Diego de Ovando, dándole faculdad para que las hiciese como quisiere, y en efecto construyó en ellas una hermosa torre almenada.

Muerto D. Francisco de Solis, electo Maestre de Alcántara, quedó solo su competidor Don Alonso de Monroy, que tambien llevaba la voz de Maestre, por lo que entró á gozar de aquella dignidad. Los Reyes Católicos deseosos de que cesaran las disensiones y bandos y que todos ellos pudieran aplicarse a la guerra contra Portugal, ordenaron a Don Diego de Cáceres Ovando, que dejase a Don Alonso de Monroy como tal Maestre de Alcántara, el castillo, fortaleza y villa de Benquerencia, prometiendo dar al Capitán otra de igual o mayor equivalencia. Mientras esto ocurria le dieron a Don Diego para el Real servicio, el dicho castillo y villa de Benquerencia, las rentas, pechos y derechos de el, mas un cuento ciento treinta y seis mil setecientos cincuenta maravedis de la renta de las dehesas de Berrocal Cabezas Rubias, Mijada el Guijo, Badija, el Cuarto de la Barca de Arroyo Campo, cuarto de la de Ramiro Perez, y en la dehesa de Malpica, Real cédula que se dió en Madrid el 12 de Mayo de 1476, cuyo documento ordena a Alonso de Monroy, el exacto cumplimiento de todo lo referente a Diego de Cáceres, lo que se mantuvo hasta 1480, en que se le hizo entrega de ella al Maestre de Alcántara, Juan de Estuñiga quien firmó al capitán escritura de transacción, bien honrosa para este. Tuvo correspondencia muy familiar con los Reyes Católicos, hasta el dia de su muerte en 1487, siendo a la sazon Al-



Cáceres.— Casa solariega de los Ovando, del siglo XVI, poseida hoy por su descendiente el Conde de Adanero.

caide de la fortaleza de Monleon, en donde habia testado, el 2 de Febrero ante Pedro Garcia.

Habiase desposado el Capitán Don Diego de Cáceres y Ovando, dos veces, la primera con D.ª Isabel Flores, Dama de la Reina Católica, hija de Don Rodrigo Flores y de D.ª Maria Esteban de Paredes; e en segundas con D.ª Catalina de Godoy.

Del primer enlace nacieron:

1—Don Diego de Ovando y Cáceres, heredero en la casa, esposo de D.ª Francisca de Mendoza y Vera, progenitores de los Marqueses de Espinardo y del Reino;

2—Don Hernando, del Habito de Santiago, de cuya descendencia trataremos (§ 2.º).

3—Don Rodrigo de Ovando, que contrajo matrimonio con D.ª Cecilia de Carvajal, con numerosa descendencia de caballeros cruzados;

4—Don Nicolas de Ovando, Comendador mayor de la Orden de Alcantara y de la Camara del Principe Don Juan, hijo de los Reyes Católicos, nombrado en 1501 Gobernador de la Isla Española de Santo Domingo y Capitán General de sus conquistas, en cuyo cargo sirvió diez y siete años en los que pacificó la provincia de Higuey, que estaba amotinada, fundó las Vigas de Santa Maria de la Vera Paz, la ciudad de Santo Domingo, y en ella el Hospital de San Nicolas, con renta suficiente, la de Buenaventura, San Juan de la Maguana, Villa del Puerto de Plata, el Puerto Real, villa de Azua, Lares de Guahaba, Miguey, fortaleza de Jaquimo y villa Cabana; fue sucesor en el cargo Don Diego Colon, y su vuelta a España fue sentidisima por todos los habitantes, habiendo utilizado todas sus rentas y bienes para atender a los pobres, hasta el punto de pedir prestados quinientos pesos para hacer el viaje de regreso. Murió en Alcantara siendo sepultado en la Iglesia del Sacro Convento de su Orden, en la Capilla al lado de la Epistola, que habia fundado y dotado. A su lado se hicieron hombres de tal altura como Hernan Cortes de Monroy; y

5—D.ª Maria de Ovando, que caso con Don Diego Gonzalez Mesia, Señor de Loriana y la Puebla, siendo sus descendientes los Marquezes de Leganes, Loriana y la Puebla.

§ 2.º

POSEEDORES DE LA CASA SOLAR DE LA PLAZA DE SANTA MARIA N.º 3 en CÁCERES.

XIII—DON HERNANDO DE OVANDO, hijo como hemos dicho del Capitán Don Diego de Cáceres Ovando y de D.ª Isabel Flores, fué Caballero del Hábito de Santiago, fundador de dicha casa, y casó con D.ª Mencia Alvarez de Ulloa, hija de Don Gonzalo de Ulloa y de D.ª Juana Gonzalez de Valverde, siendo aquellos padres de Don Nicolas de Ovando, Caballero de Santiago, del Consejo de Ordenes, Alcaide de Bienvenida, fallecido sin sucession, y de Don Diego, que sigue

XIV—Don Diego de Cáceres Ovando, contrajo matrimonio con D.ª Beatriz Coello, Dama de la Reina D.ª Isabel. Fué su hijo

XV—DON HERNANDO DE OVANDO, Comendador de Arguilarejo en la Orden de Santiago, Caballerizo de la Reina D.ª Margarita, esposa de Don Felipe III y Alcaide de la Mota del Cuervo. Contrajo matrimonio con D.ª Isabel de Torres, siendo su hija

XVI—DOÑA BEATRIZ DE OVANDO, que casó con Don Francisco de Ovando, hijo de Don Pedro Rol de Ovando y de D.ª Teresa Rol de la Cerda.

XVII—DOÑA TERESA DE OVANDO y ULLOA, contrajo matrimonio con Don Rodrigo de Ovando Godoy, hijo de Don Cristobal de Ovando y de D.ª Leonor de Godoy, naciendo de este enlace Don Cristobal, que sigue y Don Fernando de Ovando Godoy, Caballero de Alcantara, esposo de D.ª Teresa de Galarza, progenitores estos de los Vizcondes de Peñaparda, Condes de la Gomera, de la Oliva de Gaitan, Fuenrubia etc.

XVIII — DON CRISTOBAL DE OVANDO ULLOA, contrajo matrimonio con D.ª Juana Maria de Ulloa y Golfin, siendo su hijo

XIX — DON JOAQUIN DE OVANDO y ULLOA, Caballero de Calatrava, esposo de D.ª Leonor de Vera Zuñiga y Fajardo Rocaful, de la casa de los Marqueses de Espinardo y de los Velez, como hija de Don Diego de Vera y de D.ª Ana Maria de Zuñiga, Marquesa de Espinardo, padres de Don Diego Antonio, de Don Jorge y Don José, Teniente Coronel en Italia.

XX — DON JORGE DE OVANDO y VERA, casó con D.ª Isabel de Quiñones, hija de Don Jorge de Cáceres y Quiñones y de D.ª Clara de Vela, naciendo de este enlace Don Joaquin, muerto sin sucesion, Don Jorge, esposo de D.ª Antonia de Vera Rocaful, D.ª Maria Juana casada con Don Gabriel Francisco de Saavedra y D.ª Isabel, que sigue.

XXI — D.ª ISABEL DE OVANDO VERA CÁCERES Y ROCAFUL, contrajo matrimonio en San Mateo de Cáceres el 15 de Julio de 1784 con Don Jose Maria de Mayoralgo y Golfin, primer Conde de la Torre de Mayoralgo, el 11 de Mayo de 1801 que testo en Cáceres el 29 de Julio de 1804 ante Juan Garcia Borrego. Fué su hijo

XXII — DON JOSE BIBIANO DE MAYORALGO Y OVANDO, bautizado en la de Santa Maria de Cáceres el 6 de Diciembre de 1785, II Conde de la Torre de Mayoralgo, esposo de D.ª Maria de la Asuncion Vera y los Acevedos y de la Roca. Su hijo

Carvajal, natural de Merida de la casa de los condes de

XXIII — DON MIGUEL DE MAYORALGO Y VERA, III Conde de la Torre de Mayoralgo y Conde de los Acevedos, que recibió el bautismo en la de Santa Maria de Cáceres el 22 de Julio de 1804 testando en la misma el 15 de Noviembre de 1852. Habia sido desposado en la de San Mateo de Cáceres, el 17 de Mayo de 1821 con D.ª Maria de los Dolores de Ovando y Porres. Fueron sus hijos entre otros Don Jose Miguel, que heredó la casa y

XXIV — D.ª PETRA DE MAYORALGO Y OVANDO que recibió el bautismo en Santa Maria la Mayor de

Cáceres el 4 de Mayo de 1823, esposa de Don Tomas Muñoz y Flores de Lizaur, de casa ilustre y nobleza ejecutoriada cuyo desposorio tuvo lugar en el mismo templo el 25 de Marzo de 1843.

XXV — DON MIGUEL MUÑOZ Y MAYORALGO su hijo fué tambien bautizado en la de Santa Maria de Cáceres el 30 de Enero de 1848 casandose en la misma el 10 de Septiembre de 1875 con D.ª Teresa de Torres Cabrera y Gonzalez de la Laguna, hija de los Marqueses de Torres Cabrera; es su hijo

XXVI — DON GARCIA MUÑOZ Y TORRES CABRERA, que recibió el bautismo en San Mateo de Cáceres el 30 de Junio de 1876, Conde de Canilleros, Presidente de la Diputación Provincial de Cáceres, Alcalde Presidente de su Ayuntamiento, Caballero de la Orden Militar de Alcantara, Consejero del Banco de España, casado en Santa Maria la Mayor el 8 de Abril de 1899 con D.ª Beatriz de Higuero y Cotrina, de la misma naturaleza. Padres de:

XXVII—DON MIGUEL MUÑOZ Y HIGUERO, bautizado en Santa Maria de Cáceres el 3 de Enero de 1900, Caballero de la Orden Militar del Santo Sepulcro Abogado, casado con D.ª Julia Isabel Flores de Lizaur y Bonilla, siendo sus hijos

XXVIII — D.ª BEATRIZ, nacida en Cáceres el 12 de Julio de 1926 y D.ª Blanca Victoria, en Brozas el 2 de Noviembre de 1927.

§ 3.º

XII — DON FRANCISCO DE OVANDO, llamado el viejo, hijo segundo, como los anteriores, de Hernan Blazquez de Mogollon y de D.ª Leonor de Ovando (§ 1.º), fué caballero del Hábito de Santiago, Señor del Castillo y Casa fuerte de la Arguijuela, que sirvió con su persona y bienes en las guerras de Portugal a Don Enrique IV, quien le hizo merced de renta de maravedis de juro perpetuo, sobre alcabalas de Cáceres, que fué agregada al Mayorazgo que fundó. Contrajo matrimonio con D.ª Juana de Rivera; siendo padres de

XIII — DON FRANCISCO DE OVANDO el Rico, sucesor en la casa y Mayorazgo de su padre, a que hizo agregacion en Cáceres el 18 de Agosto de 1535 (vinculo litigado en 1713 y 1715); sirvió en ocasion de las luchas de las Comunidades al Emperador Carlos V, desposandose con D.ª Ximena Enriquez de Mayoralgo, cuyos hijos fueron: Francisco, que sigue, Don Cosme, marido de D.ª Beatriz Paredes, Don Cristobal que lo fué de D.ª Maria Becerra y D.ª Juana de Ovando casada con D. Lorenzo de Ulloa, con descendencia.

XIV — DON FRANSCISCO DE OVANDO MAYORALGO, Regidor de Cáceres, como su padre y abuelo, se unió en matrimónio con su sobrina D.ª Maria de la Cerda, hija de Don Diego de Cáceres Ovando y de D.ª Teresa Rol de la Cerda. Fué Señor del castillo y casa fuerte de la Arguijuela. Sus hijos: Don Pedro, que como primogénito sucedió en la casa; Don Fernando, Caballero Gran Cruz de la Orden de San Juan, Comendador de Cerecinos; y Don Cosme de Ovando, caballero de la misma Orden que sirvió á Don Felipe II veinte y dos años en Portugal, Italia y Flandes, con gran valor y reputación, siendo uno de los que mas se señalaron en la defensa de Amberes, cuando se ganó el dique y Rebellin de Hulst, sitio de la esclusa y demas acciones, siendo tres veces aventajado por el Duque de Parma, el Archiduque y otros generales.

XV — DON PEDRO ROL DE LA CERDA OVANDO, fué Alferez mayor de Cáceres y sirvió a D. Felipe II en las revoluciones de Portugal, siendole concedida la fábrica de puentes de madera de los rios Tajo y Almonte, en el sitio de Alconetar, por Real Cedula fecha 26 Febrero de 1580. Fué casado en primeras núpcias con D.ª Teresa Rol de la Cerda, su prima carnal, hija de Don Pedro Rol de la Cerda, Alcaide de la fortaleza de Valencia de Alcántara y de D.ª Isabel de la Peña y Monroy, y en segundas con D.ª Catalina de Rivera. Fueron sus hijos: Don Pedro, que sigue (§ 5.º) y Don Francisco de cuya descendencia vamos a tratar (§ 6.º).

§ 6.º

LINEA DE LOS MARQUESES DE OVANDO
poseedores de la «Casa del Sol» (Cáceres)

XVI — DON FRANCISCO DE RIVERA OVANDO CERDA Y ULLOA, que por sus apellidos tuvo que ser hijo del segundo enlace, fué natural de Cáceres é ingresó en la Orden de Santiago en 1629. Casó tambien dos veces, la primera con D.ª Beatriz de Ovando y Ulloa, hija de Hernando de Ovando, Comendador de Aguilarejo en la Orden de Santiago y de D.ª Isabel de Torres y Toledo, con muy noble e ilustre descendencia. La segunda vez fué desposado con D.ª Isabel de Ovando, hija de Don Pedro de Ovando Perero y de D.ª Maria de Ovando Becerra; nieta materna de Don Cristobal de Ovando y de D. Maria Becerra; y biznieta de los mencionados Don Francisco de Ovando y D.ª Ximena de Mayoralgo. Del segundo enlace nació

XVII — DON PEDRO DE OVANDO, esposo de D.ª Catalina Topete. Giguero. Su hijo

XVIII — DON PEDRO MATEO DE OVANDO Y TOPETE, fué caballero de la Orden de Alcántara, y contrajo matrimonio con D.ª Lucrecia de Solis, hija de Don Alonso de Solis y de D.ª Juana de Aldana; padres de Don Alonso Pablo (§ 4.º), esposo de D.ª Beatriz de Maraver y Vera, de quien trataremos, y de Don Francisco Jose, que sigue

XIX—DON FRANCISCO JOSE DE OVANDO Y SOLIS, fué una de las figuras mas ilustres de la gran Casa de los Ovando, benemerito militar, que sirvió a su Patria y a sus Reyes, desde la infancia hasta la muerte. Empezó su carrera de Oficial de Caballeria en 1710, en la guerra de Portugal, tomando parte en el sitio de Campo Mayor, luego se halló en la campaña de Cataluña, acudiendo al socorro de Manresa, peleando contra los rebeldes de las montañas, siendo nombrado

Ayundante del Duque de Berwick. En 1717 fué nombrado Guardia Marina, luchando al año siguiente contra los ingleses a bordo del navio San Luis. En 1720 volvió al ejercito de tierra, siendo nombrado Capitán del segundo batallon del Regimiento de la Corona. En 1728 volvió a la carrera de marino, con el empleo de Teniente de Navio, ascendiendo en 1733 por sus meritos a Capitán de Fragata y mandando «La Galga», llegó a las costas de Italia, donde desembarcó, sitio y tomo el castillo de Brindis en 1734, cogiendo prisioneros a los setenta y tres alemanes que lo defendian.

Estos eminentes servicios fueron premiados por el Rey Don Carlos, siendolo de Napoles y Sicilia, con el Titulo de Marques de Brindis el 18 de Octubre del mismo año 1734, titulo que usó con la denominacion de MARQUES DE OVANDO.

Vuelto a España fué ascendido a Capitán de Navio, Jefe de Escuadra con cuyo empleo hizo rumbo hacia las Indias Occidentales llegando al Puerto de Cartagena donde desembarcó, hallandose en la batalla del Cerro de San Lazaro contra los ingleses en 1740. De alli pasó a Lima, donde se portó heroicamente en el espantoso terremoto que desolo la ciudad.

Regresado a España el Rey le nombro Inspector y Comandante General del Mar del Sur, ordenandole pasase a Chile, desde cuyo puesto pasó al Gobierno y Capitania General de Filipinas y Presidente de su Real Audiencia, donde fundo una capellania y obra pia dedicada a mantener el culto de N.ª Sr.ª del Buen Fin y la guerra contra moros e infieles, y en el Colegio de Jesuitas de Manila, una Catedra de Matematicas. En su testamento otorgado por sus albaceas en Puebla de los Angeles el 1.º de Septimebre de 1756 ordena se compre una finca en Cáceres, que rentando 400 reales al año, 300 se aplicase a hacer la función el 15 de Agosto a la imagen de N.ª Sr.ª del Buen Fin, que se venera en el Convento de Monjas Clarisas de Cáceres, de cuya capilla eran poseedores o patronos los herederos de su Mayorazgo. El Marqués de Ovando falleció el 9 de Diciembre de 1755 en alta mar, a bordo del galeon Santisima Trinidad, viajando de Filipinas a la America Central.

Habia casado por poder en la Puebla de los Angeles el 27 de Abril de 1753 con su prima D.ª Barbara de Ovando Rivadeneira, yendo a esperarla a Izucar y embarcandose con ella para Filipinas.

En el mar tambien nació su hijo primogenito llamado Jose Francisco y dos años despues, en aquellas Islas su hija D.ª Maria Manuela.

Su viuda radicó en Puebla donde tenia su madre y hermanos y obedeciendo la voluntad de su esposo envió a España a su hijo, que falleció en la Peninsula.

XX—Su hijo Don Jose Francisco, II Marqués, Teniente Coronel del Regimiento de la Princesa murió joven y sin sucesión, en España; y su hermana Doña Manuela casó con el Oidor Don Ramón Gonzalez Becerra, tambien sin sucesión, ingresando despues de viuda, Religiosa.

§ 4.º

XIX—El citado DON ALONSO PABLO DE OVANDO Y SOLIS, hermano mayor del primer Marqués de Ovando, contrajo matrimonio con D.ª Beatriz de Maraver y Vera (hermana de Don Andres del Real y Supremo Consejo y Camara de Castilla), siendo sus hijos DON PEDRO MANUEL, que sigue: D.ª Ana soltera, y D.ª Lucreacia de Ovando Maraver, casada con Don Jose Maria Mayoralgo Regidor perpetuo de Cáceres, padres de Don Miguel, fallecido soltero de Cadete de Reales Guardias de Infanteria Española, Don Luis y D.ª Antonia todos sin sucesión.

XX—DON PEDRO MANUEL DE OVANDO MARAVER, casó en primeras nupcias con D.ª Leonor de Aponte y Zuñiga, hija de los Marqueses de Torreorgaz, sin sucesión, y en segundas con D.ª Maria Pereiro, hija de Don Miguel Alonso Pereiro y Ulloa, Procurador Sindico general perpetuo de Cáceres, naciendo del segundo enlace

XXI—DON VICENTE MARIANO DE OVANDO PEREIRO, que se tituló tercer Marqués de Ovando esposo de D.ª Benedicta Radicati, natural de Turin, sin sucesión.

§ 5.º

XVI—DON PEDRO ROL DE LA CERDA OVANDO, hijo mayor de Don Pedro y de D.ª Teresa Rol de la Cerda, sucedió en la casa y mayorazgos de su padre, que sirvió a Felipe II en la revuelta de Portugal. Por Real Cédula de 26 de Febrero de 1580, se le encargó la fábrica de puentes de madera de Alconetar sobre los rios Tajo y Almonte. Habia nacido en Cáceres, fué Caballero de la Orden de Alcántara y Alferez Mayor de su villa natal. Casó con D.ª Mariana de Galarza, hija de Don Pedro de Bustos Matallana y de D.ª Ana de Galarza, hermana de Don Garcia de Galarza, Obispo de Coria, fundador de vinculo en 1593; nieta de Don Pedro Garcia de Galarza, mayorrazgo de esta Casa en Ronilla y de D.ª Francisca Martinez de Leyba.

XVII—DON FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO ROL DE LA CERDA, su hijo, natural de Cáceres, sirvió a Don Felipe IV en la guerra de Cataluña, con once compañias sueltas sobrantes de los dos tercios de Extremadura. Se halló en el sitio de Tarragona, toma de Villaseca, rompimiento de Martorell, en el del Col de Balaguer, sucesos de Monjui y Camboy; toma del Pla, seguimiento del enemigo a la Montaña, interpresas de Salou y Alcobex, quema de Alforjas, rota de Villalonga, y en las dos sorpresas de Vendrell, por cual lo cual se le dió la Compañia de Corazas el 1.º de Agosto de 1642. Con ella se halló en la rota de Calonja, siguiendo al enemigo estuvo en la interpresa de Tamarit toma de Torredembarra, siendo comisionado para la quema de los panes del Campo del Panadés. El dia que se peleó en las Horcas de Lérida, avanzó con su batallón frente al enemigo, sosteniendo vivamente el combate hasta

dar lugar a que al caballeria se ordenase, cuyo servicio fué digno de remuneración. Se halló en la vanguardia el dia de Santiago, en las huertas de Lérida, donde causó gran daño en la infanteria enemiga, hallandose en el ataque en que se obligó á la caballeria enemiga a retirarse a Lérida. En el sitio y toma de Monzón, en la batalla del dia de Pascua, que salió herido en la cabeza; en el sitio y toma de Lérida, estando de guardia en el ornabeque de la artilleria, hizo el enemigo una salida y lo rechazó con mucho valor en cuyo encuentro le mataron el caballo, hallandose luego en el sitio y toma de Balaguer. En 22 de Julio de 1645, se le dió orden por Don Felipe de Silva para que con doscientos caballos que tenia a su cargo y cien infantes pasase, el ponton del Escarpe, puesto sobre el rio Cinca y entrase socorro en la Torre de Sagre, como lo ejecutó, volviendo a Fraga, sin haber dejado la guerra de Cataluña, desde el principio hasta el fin, segun consta en varias certificaciones y ultimamente el Marques de Leganes lo comunicaba al Rey, con fecha 15 de Diciembre de 1646, diciendo seria «mui digna de su Real Grandeza la onrra y merced que se sirviese hacerle por lo que se ha sabido merecer con su celo y fineza en el servicio de V. M.»... «gastando su Patrimonio para su mexor asistencia, por ho haber echo ausencia ninguna» «cumpliendo siempre con las obligaciones de mui onrrado Cavallero». Despues sirvió en Portugal y perdió muchos bienes por ser su patria la villa de Cáceres, situada en la frontera y en ella como su Alferez mayor, levantó el Estandarte Real por el Rey Don Carlos II. Alli otorgó testamento, el 7 de Septiembre de 1669, ante Juan Fernandez.

Habia contraido matrimonio con D.ª Micaela de Castejón y Mendoza, natural de Madrid, hija de Don Antonio de Castejón y Fonseca de la misma naturaleza, Caballero de la Orden de Calatrava, desde el 10 de Abril de 1584, que testó en esta Corte, ante Diego de Ledesma el 26 de Abril de 1631 y de D.ª Maria de Mendoza y Ludeña. Nieta paterna del Lic.º Don Diego de Castejon, natural de Agreda, Comendador del Tesoro, Caballero de Calatrava, del Consejo de Ordenes y de D.ª Maria de Fonseca y Ulloa, nacida en Toro; nieta materna de Don Jeronimo de Mendoza, Caballero de Calatrava, Comendador de Almodovar, Gentilhombre del Archiduque Alberto y de D.ª Ana de Ludeña y Luzon, nacida en Madrid.

Hermanos de D.ª Micaela de Castejón y Mendoza, fueron: Don Diego de Castejón y Mendoza, nacido en Agreda, que vistió el mismo Habito de la Orden de Calatrava en 1614; y Don José de Castejón y Mendoza, natural de Maryos, que ingresó en la misma Orden en 1638 siendo Alferez Mayor de Agreda y Gentilhombre de Don Juan de Austria.

Este ultimo heredó el MARQUESADO DE CAMARENA LA VIEJA por Real Cedula de 1643, merced que habia sido concedida por Don Felipe IV, el dia 30 de Septiembre de 1642 a su tio carnal Don Diego de Castejón y Fonseca, Obispo de Lugo y de Tarazona, Gobernador del Arzobispado de Toledo y del Consejo de Castilla ,de que fué Presidente desde el 15 de Julio de 1640 a 13 de Marzo de 1643, con faculdad de que pudiera cederlo a la persona que señalase, lo que hizo en favor de su mencionado sobrino Don Jose de Castejón y Mendoza.

Don Francisco Antonio de Ovando y D.ª Micaela de Castejón y Mendoza, fueron padres de: Don Pedro Francisco, que sigue; Don Diego, D. Francisco Antonio y D.ª Isabel, esposa de Don Diego Jose de Gante Señor de Quel y de Fontellas.

El Don Francisco Antonio de Ovando y Castejón, contrajo matrimonio con D.ª Mariana de Ovando, de cuya descendencia trataremos por ser progenitores de los actuales poseedores.

XVIII—DON PEDRO FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO Y CASTEJÓN, hijo primogénito, recibió el



Retrato em miniatura del señor Don Vicente de Ovado y Ovando II Marques de Camerana la Real y Conde de la Torre del Fresno brigadier de los Reales Ejercitos.

bautismo en Cáceres el 23 de Abril de 1630, fué Señor del Castillo y Casa fuerte de la Arguijuela, Alferez mayor de Cáceres y Agreda, Marqués de Camarena la Vieja en sucesión de su tio carnal Don Jose de Castejón y Mendoza, Gentilhombre de Boca de Don Carlos II, Regidor perpetuo de Cáceres, quien como tal Alferez mayor, levantó el estandarte Real por Don Felipe V el 2 de Diciembre de 1700 «con todo el magnifico aparato lucimiento y explendidez que correspondia a funcion tan respetable, segun lo habian hecho sus antecesores» y murió al poco tiempo despues, habiendo testado alli el 26 de Febrero de 1701, ante Miguel Antonio Briceño.

Habia contraido matrimonio con D.ª Juana Maria

Magdalena de Solis y Aldana, bautizada el 26 de Febrero de 1674, hija de Don Alonso de Solis Ovando Perero, natural de Albuquerque, Caballero de Calatrava desde 1671 y de D. Juana Magdalena de Aldana y Chaves, nacida en Cáceres; nieta paterna de Don Gutierre de Solis Ovando y Carvajal, Caballero de Alcántara en 1648 y de D.ª Lucrecia de Perero y Ulloa, naturales de Cáceres; y por linea materna de Don Alonso de Aldana y Golfin de Figueiroa, Caballero de Alcántara en 1641, nacido en Cáceres y de D.ª Francisca de Cheves Orellana, naturales de Trujillo. Fué su hijo

XIX—DON VICENTE FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO SOLIS CASTEJÓN Y ALDANA, ya citado al comienzo de este trabajo.

OTRAS DE SUS ASCENDENCIAS

MOGOLLÓN:

D.ª Maria Gil Mogollón, mujer de Hernan Blazquez, novenos abuelos del Marqués de Camarena la Real, fué hija de Alfón Gil Mogollón y de Martina Gomez; nieta de Pedro Gil Mogollón y de Francisca Garcia, biznieta de otro Pedro Gil Mogollón y de D.ª Maria Ximeno; tercera nieta de Don Gil Alfonso y de D.ª Maria Mogollón; cuarta de Don Martin Alfonso y de D.ª Maria Gonzalez Girón y quinta del Rey Don Alonso X. El citado Gil Alfonso se halló en la conquista de Cáceres donde obtuvo repartimiento.

Sus armas en oro dos osos de su color puestos en pal.

ROL:

Roberto Rol, que segun los genealogistas se le atribuye origen de la casa de Normandia y del Señorio de Azambuja, en Portugal, fué padre de Guillermo, cuyo hijo Alonso tuvo á Juan Rol.

Martin Rol, su nieto, hijo de Alonso, pasó á Castilla y casó en Alcántara con D.ª Teresa Fernandez Hurtado de Mendoza, hija de Martin Fernandez Hurtado de Mendoza, Señor de las Miras. Tuvieron dos hijos, Juan que sigue y Alonso Rol, Comendador de Valencia de Alcántara, de quien fué hijo Martin Rol, Comendador de Cabeza del Buey, Visitador y Definidor general de la Orden, que fundó el Convento de Franciscanas de la Concepción en dicha villa.

Don Juan Rol, ya citado, casó con D.ª Catalina Gonzalez de Carvajal, hija de Don Pedro Gonzalez de Carvajal y D.ª Ines Cid, quienes tuvieron a Don Pedro, que sigue y a D.ª Ines, esposa de Don Rodrigo Palomeque de la casa de los Señores de la Isla y la Aldehuela en Salamanca, de quienes descienden los Marqueses de Torres Davila.

Don Pedro Rol contrajó matrimonio con D.ª Maria de la Cerda, formándose desde entonces el apellido compuesto que usaron sus descendientes.

Don Pedro Rol y D.ª Maria de la Cerda tuvieron por hija á

D.ª Teresa Rol de la Cerda, esposa de Don Diego de Cáceres Ovando hijo de otro Don Diego y de D.ª Francisca de Mendoza y Vera; nieto de Don Diego de Cáceres Ovando (hermano de Don Francisco, el caballero de Santiago, casado con D.ª Juana de Rivera) y de D.ª Isabel Flores, y por linea materna de Don Juan de Vera, del Hábito de Santiago y de D.ª Juana de Sandoval y Mendoza. Aquellos procrearon a D.ª Maria de la Cerda y a Don Pedro Rol de la Cerda.

D.ª Maria de la Cerda, casó como dijimos con Don Francisco de Ovando, Regidor de Cáceres, antepasados directos paternos del Marqués de Camarena.

Y Don Pedro Rol de la Cerda, Alferez Mayor de Cáceres, Alcaide de Alcántara, casó con D.ª Isabel de la Peña Monroy, cuya hija

D.ª Teresa Rol de la Cerda Ovando fué la primera mujer de su primo carnal Don Pedro Rol de Ovando, tambien antepasado directo paterno.

Don Pedro Rol de la Cerda que acabamos de citar, prestó eminentes servicios a Don Felipe II, especialmente en la declaración que se solicitó de Don Enrique de Portugal de corresponder la sucesión de su corona a aquel Monarca, encargandole en sus cartas de 2 y 3 de Julio de 1579 residiese en la fortaleza de Valencia de Alcántara de que era Alcaide, para guardar la frontera. En otra carta de 4 de Enero de 1580, se prueba la gran confianza que en él tenia depositada el Rey, por las misiones especialisimas diplomáticas y de confianza, que en ella y otras anteriores a que se refiere, le tenia encomendado referente todo a Portugal.

D.ª Teresa Rol de la Cerda Ovando, tuvo una hermana llamada D.ª Luisa de la Peña, casada con Don Juan de Carvajal y Sande, abuelos del primer Conde de la Enjarada.

Las armas de los Rol son cinco tortolas en campo de oro.

CERDA:

D.ª Maria de la Cerda, esposa de Don Pedro Rol era hija de Don Gutierre Gonzalez de Trejo, Séptimo Señor de Grimaldo, Almofrague y la Corchuela fundador de Mayorazgo en Plasencia el 10 de Febrero de 1431, con estas villas y de D.ª Violante de la Cerda; nieta de Fernan Gutierrez de Valverde, Señor de Castellanos, Alcaide de Albuquerque y de D.ª Mahalda de la Cerda, vecinos de Cáceres; biznieta de Fernan Rodriguez de Villalobos, Ricohombre, Señor de Villalobos; tercera nieta de Fernan Rodriguez de Villalobos, Merino Mayor de León y Asturias y de D.ª Ines de la Cerda, hija esta de Don Alonso de la Cerda y D.ª Mahalda, de Narbona, nieta de Fernando de la Cerda, primogénito de Don Alonso X.

Blasón cuartelado 1.º y 4.º Castilla partido de León: 2.º y 3.º Francia antiguo.

TREJO:

Dicho Don Gutierre Gonzalez de Trejo, era hijo de Gonzalo Bermudez de Trejo, VI Señor de Grimaldo, Almofrague y Corchuela en 1370 y de D.ª Maria de Ovaudo: nieto de Pedro de Trejo, Señor del Castillo y Villa de Almofrague y de D.ª Urraca Bermudez de Grimaldo, V Señora de Grimaldo, hija de Gonzalo, que se halló en la Batalla del Salado, descendientes de Ruy Garcia Trejo, Merino Mayor de Galicia.

Escudo: En plata un castillo sobre aguas y a cada lado tres menguantes gules.

CASTEJÓN DIEZ DE AUX:

Los Castejón proceden de la villa de Agreda, que segun la tradición recogida por los principales nobiliarios, fué dada en Tenencia por el Conde Fernan Gonzalez, a raiz de su conquista a Martin Gonzalez, que tanto se distinguió en ella.

I—Martin Gonzalez de Castejón fué honrado por Don Alonso XI, con la Orden de caballeria de la Banda, que le impuso personalmente en Burgos, despues de su coronación. Fueron sus hijos Martin y Juan Gonzalez de Castejón.

II—DON MARTIN GONZALEZ DE CASTEJÓN, hermano mayor de Don Juan, llamado Raudona, progénitor de la casa de los Duques de Bejar y de otras muy ilustres enlazadas, contrajo matrimonio con D.ª Ines Sanz de Tejaro, siendo padres de

III—DON MARTIN GONZALEZ DE CASTEJÓN, que en su esposa D.ª Maria Gonzalez procreó á otro

IV—DON MARTIN GONZALEZ DE CASTEJÓN, que casó con D.ª Ines Garcia. Su hijo fué

V—DON MARTIN GONZALEZ DE CASTEJÓN, que de su enlace con D.ª Maria Gonzalez Malo, tuvo a

VI—DON DIEGO GONZALEZ DE CASTEJÓN, cabeza de este linaje en Agreda, esposo de D.ª Catalina del Rio, de ilustre casa de Soria, de la casa de los Condes de Gomara, Condes de Aguilar y Lodosa, Marqueses de Astorga etc. Fué Don Diego Colegial en el mayor de San Bartolomé de Salamanca, Caballero de Calatrava, que otorgó su testamento en Agreda el 23 de Febrero de 1525, ante Juan Fernandez Mingarro, fundando tres mayorazgos para cada uno de sus hijos Martin, Pedro y Juan, y falleció en 1528.

Don Martin, casó con D.ª Leonor de Fuenmayor de quienes procedieron los Marqueses de Belamazan y Gramosa, Condes de Coruña, etc.

VII—DON JUAN GONZALEZ DE CASTEJÓN, Alferez mayor de Agreda, contrajo matrimonio con D.ª Isabel Diez de Aux de Armendariz, hija esta Sra de DON JAIME DIEZ DE AUX ARMENDARIZ, Señor de Cadreita, Capitán General de Navarra, en la jornada de Perpiñan, Regente del Reino y de D.ª Leonor de Beraiz, hija de Don Pedro, Mayordomo mayor y de D.ª Isabel Ruiz de Vergara, que en 26 de Septiembre de 1503 y 5 de Julio de 1511 fundaron mayorazgo de este Señorio, ante Juan Martinez Cavero, y ante Francisco Gomez Castelruiz, Notarios; nieta de otro DON JAIME DIEZ DE AUX, Señor de Cadreita en 1423, Copero y Caballerizo mayor del Principe Don Carlos de Viana, Gobernador de los estados de Gandia y Momblanc, Capitán General de la Frontera de Corella y su Alcaide (hermano de Miguel, Caballero de la Orden de San Juan, Comendador de Auñon, y de Pedro Señor de Permisan y del Castillo de San Matheu, y de D.ª Graciana de Armendariz, Dama de la infanta D.ª Leonor, hermana del Principe, em cuya presencia se hicieron las capitulaciones en Pamplona, el 24 de Agosto de 1448, ante Sancho Perez, hija de Don Juan de Armendariz, Alcaide del Castillo de Laguardia y de Graciana San Per; segunda nieta de HERNANDO DIEZ DE AUX, Señor de Permisan y Luceni, que testó en Barbastro el 12 de Febrero de 1427, ante Bartolomé Beruega, siendo Consejero del Rey y de su esposa D.ª Catalina Porquet y Altarriva, casados en Monzó en 1400; tercera nieta de DON JUAN DIEZ DE AUX, vecino de Daroca, fallecido el 15 de Octubre de 1418, habiendo testado el 11 de Abril ante Jaime Sebastian, enterrandose en la capilla del Sancti Spiritu de la Iglesia de San Jaime de dicho Daroca, donde estaba su sepulcro con un caballero armado, al lado derecho, junto al altar, con una cruz blanca en el pecho y encima tres escudos de armas, y de su esposa D.ª MARTINA.

Estos ultimos tuvieron otro hijo llamado Martin Diez de Aux, Señor de Alfocea, Castellar y Torres de Verile, Justicia de Aragón, Baile General del Reino, Recibidor general de pecurias reales, que testó en el castillo de Játiva el 11 de Agosto de 1440, ante Juan Romero. Gran caballero de mucha notoriedad en Aragón y muy señalado en defensa de los pobres y necessitados.

Los Diez de Aux fueron Conquistadores de la ciudad de Daroca como consta en el testamento de Don Hernando y lo confirma el hecho de estar su blasón en la puerta de la ciudad, que es:

En plata un lucero gules de diez y seis puntas o rayos.

D.ª Isabel Diez de Aux de Armendariz, tuvo hermanos, que fueron: Don Luis, que de la batalla de Ravena salió con diez y nueve heridas, siendo casado con D.ª Ines de Castejón, hermana de su cuñado, progénitores de los Marqueses de Cadreita; Don Jaime, Sr. de Cadreita, que siendo Coronel murió de los primeros en la misma batalla de Rávena, casó con D.ª Violante de Beaumont, ascendientes de los Condes de Atarés; D.ª Graciana esposa de Menaute de Beaumont, Señor de Santa Cara, ascendientes de los poseedores de este Titulo, Barones de Beorlegui; D.ª Ana, casada con Don Francisco de Beaumont, Señor de Monteagudo; D.ª Leonor, que lo fué con Tristán de Ursua y Gentain, progénitores de los Condes de Gerena; D.ª Margarita casada con el capitán Don Lope de Esparza y Artieda,

de quienes procedieron los Marqueses de Besolla; Miguel, Martin y Juan Diez de Aux de Armendariz, Capitanes que murieron en servicio de S. M.

D.ª Isabel Diez de Aux Armendariz y Don Juan Gonzalez de Castejón fueron padres de: Don Juan, que no tuvo sucesión de D.ª Francisca de Alabiano; el Lic.º Don Diego, que sigue; el Dr. Don Julian, Colegial mayor del de Santa Cruz de Valladolid, Fiscal del Supremo Consejo de Castilla, sin sucesión de su matrimonio con D.ª Maria de Arce y Dávilla; D.ª Catalina, casada con Don Garcia de Medrano, Señor de la villa de San Gregorio, de quienes procedieron los Condes de Torrubia; y D.ª Maria esposa de D. Alfonso de Ulmicia.

VIII—DON DIEGO DE CASTEJÓN, natural de Agreda, fué Colegial en el de San Bartolomé de Salamanca, Caballero de Calatrava y del Consejo de Ordenes de cuya plaza tomó posesión el 17 de Diciembre de 1565 y casó con D. Maria de Fonseca y Castilla. Fueron sus hijos Don Antonio que sigue, y Don Diego de Castejón y Fonseca, Obispo de Lugo y de Tarazona, Gobernador del Arzobispado de Toledo y del Consejo de Castilla de que fué Presidente desde el 15 de Julio de 1640 a 13 de Marzo de 1643, a quien Don Felipe IV concedió el Titulo de MARQUÉS DE CAMARENA LA VIEJA, el 30 de Septiembre de 1642, con facultad para poder otorgarse a la persona que él designase.

IX—DON ANTONIO DE CASTEJÓN Y FONSECA, fué Caballero de Calatrava, Comendador de la Huerta de Valdecarabanos, Gentilhombre de Boca de S. M. Alferez mayor de Agreda, Gobernador del partido de Andalucia, Fiscal de la Orden de Calatrava, natural de Madrid, que testó en esta Corte ante Diego de Ledesma el 26 de Abril de 1631. Fué su esposa D.ª Maria de Mendoza Manrique de Lara, hija de Don Jeronimo de Mendoza, Manrique de Lara y Valencia, Comendador de Almodovar del Campo en la Orden de Calatrava, Alferez mayor de ella Gentilhombre de Camara del Archiduque Alberto y de D.ª Ana de Lodeña y Luzón. Fueron sus hijos

X—DON JOSÉ, MARQUÉS DE CAMARENA LA VIEJA, por designación de su tio por R. C. de 20 de Enero de 1643, natural de Martos, Caballero de Calatrava desde 1638, Gentilhombre de Camara de Don Juan de Austria, que casó con D. Maria Gaitan de Mendoza, Marquesa de Torneron, sin sucesión; Don Diego, Caballero de Calatrava, desde 1614, nacido em Agreda; y

X—D.ª MICAELA DE CASTEJÓN Y MENDOZA, nacida en Madrid, que sucedió en la casa de su padre y que como dijimos casó con Don Francisco Antonio de Ovando Rol de la Cerda, abuelos paternos del MARQUÉS DE CAMARENA LA REAL.

El blasón de estos Gonzalez de Castejón, de las casas de Agreda, Marqueses de Camarena la Vieja, Belamazan, Gramosa, Marqueses y Condes de Gonzalez de Castejón enlazados con los Marqueses de Falces, Condes de Santisteban de Lerin y Agramonte, es escudo cuartelado: 1.º y 4.º en gules castillo de oro, aclarado del campo; 2.º y 3.º en plata tres fajas negras. Bordadura general oro con ocho escudetes de azur, cargado cada uno con bandas de oro.

FONSECA:

I—PEDRO RUIZ DE FONSECA, de la ilustre casa portuguesa de su apellido, pasó a Castilla en tiempo de Don Juan I, perdiendo en aquel Reino los Señorios de Olivenza, Fonterreal y Odemira, casó con D.ª Ines Diaz Botello, tia de la Reina D.ª Leonor, siendo progénitores de los Condes de Monterrey, Orellana, Fuentes de Ayala y otros. Testó en Toro en 1419. Fué su hija entre otros

II—D.ª BEATRIZ DE FONSECA, que fué la primogénita, esposa del Dr. Juan Alonso de Ulloa, del Consejo del Rey Don Juan II (hijo de Juan Perez de Ulloa, de este ilustre solar de Galicia y de Maria Yañez Andrade) su Embajador en Navarra, Aragón y Portugal, siendo padres del Cardenal Don Alonso de Fonseca, Arzobispo de Sevilla, del Consejo de Enrique IV; Don Fernando, Señor de Coca y Alaejos; Don Juan Alonso progenitor de los Marqueses de Orellana; D.ª Catalina, esposa de Diego Gonzalez de Acevedo; D.ª Maria, que lo fué de Don Iñigo de Zuñiga; D.ª Beatriz, que casó con Don Pedro de Castilla y Salazar y de Don Pedro.

III—DON PEDRO DE ULLOA Y FONSECA, heredó la casa como primogénito y contrajo matrimonio con D.ª Isabel de Quijada, hija de Don Juan, Señor de Villagarcia y de D.ª Blanca de Guevara, padres de Don Alonso, que sigue, D.ª Blanca, D.ª Beatriz y D.ª Mencia.

IV—DON ALONSO DE FONSECA sucedió en la casa y haciendas de su padre. Fué Obispo de Avila, Cuenca y Osma. Sirvió a los Reyes Católicos en las guerras de Portugal luchando personalmente con valor en la batalla de Toro. Fueron sus hijos: Don Gutierre de Fonseca, que heredó la casa; Don Fernando, Abad del Sepulcro de la ciudad de Toro, y D.ª Ana, esposa de Juan de Tejada.

V—DON GUTIERRE DE FONSECA sucedió en la casa y Mayorazgo fundado por su padre e casó con D.ª Catalina de Ulloa, su sobrina, hija de Don Rodrigo de Ulloa, Señor de la Mota, Alcaide de Toro, Contador mayor de los Reyes Católicos y de D.ª Aldonza de Castilla, descendiente del Rey Don Pedro I, progénitores de los Marqueses de la Mota. Don Antonio y D.ª Catalina tuvieron a Don Antonio que sigue y a D.ª Beatriz, esposa de Gomez Enriquez.

VI—DON ANTONIO DE FONSECA Señor de Villanueva de Cañedo, casó tres veces, de su primer matrimonio con D.ª Isabel Freire de Andrade, tuvo á Don Antonio, de quien proceden los Condes de Villanueva de Cañedo; y de segundas nupcias con D.ª Catalina de Ulloa tuvo a

VII—D.ª MARIA DE FONSECA Y ULLOA, natural

de Toro, esposa como dijimos de Don Diego de Castejón y Diez de Aux Armendariz.

El blasón de los Fonseca es: En oro cinco estrellas gules de ocho puntas puestas en sotuer.

menor edad. Contrajo matrimonio con D.ª Maria de Castilla, hija del Infante Don Tello, padres de Don Pedro, que sigue; Ruy Diaz, Señor de Mendivil la Rivera, Martioda y los Huetos, que casó con D.ª Mayor



Cáceres.— Casa solariega de Don Hernando de Ovando, situada em la plaza de Santa Maria, poseida hoy por sus descendientes los Condes de Canilleros.

MENDOZA:

DON INIGO LOPEZ DE MENDOZA, Señor de Arroyo, junto a Valladolid, descendiente de la gran casa de su apellido, fundador del Mayorazgo que heredó el Marqués de Camarena, fué Señor de Mendivil y Almazan, Alferez mayor de Don Juan I, Ayo y Mayordomo mayor de Don Enrique III y uno de sus tutores en la de Ayala; Don Juan; Don Diego y D.ª Teresa, esposa del Copero mayor Don Alvaro de Luna.

II—DON PEDRO GONZALEZ DE MENDOZA, hijo primogénito heredó el Señorio de Almazan y Monteagudo, Alferez mayor del Rey, Mayordomo de la Infanta D.ª Maria, contrajo nupcias con D.ª Maria Ruiz de Aillón, Señora de Monteagudo, Rello y su tierra, sepultados en la Iglesia de Almazan. Procrearan a:

III—DON JUAN HURTADO DE MENDOZA, llamado el Bueno, Guarda del Rey, tercer Señor de Almazan y Monteagudo, esposo de D.ª Ines Enriquez, hija tercera del Almirante Don Alonso y de D.ª Juana de Mendoza, fundadora de la fortaleza de Monteagudo. Fueron padres de: Don Pedro, que sigue; Don Alonso, Obispo de Coria; Ruy Diaz, Señor de Rivarillo y D.ª Beatriz, que casó con Don Sancho de Castilla, Señor de Herrera.

IV—DON PEDRO DE MENDOZA, llamado el Fuerte, cuarto Señor de Almazan y Monteagudo, Guarda mayor del Rey, casó en primeras nupcias con D.ª Maria de Luna y Alagón. Su hijo primogénito

V—DON PEDRO GONZALEZ DE MENDOZA, quinto Señor de Almazan, primer Conde de Monteagudo, Ricohombre, Guarda mayor de Don Juan II, llamado por su valor también el Fuerte, casó con D.ª Isabel de Zúñiga y Avellaneda, hija de los primeros Condes de Miranda del Castañar, Dou Diego Lopes de Zúñiga y D.ª Aldonza de Avellaneda, de cuyo enlace nacieron: Don Antonio, segundo Conde de Monteagudo, Señor de Almazan; Don Alonso Caballero de Santiago; D.ª Catalina; Don Juan, que falleció joben de un golpe de arco: D.ª Maria; D.ª Aldonza; D.ª Isabel; D.ª Constanza, D.ª Ines y Don Ruy.

VI—DON RUY DIAZ DE MENDOZA, casó en Soria con D.ª Maria de Rivera, siendo Señores de Rivareillo. Su hijo único

VII—DON INIGO LOPEZ DE MENDOZA, el Gordo, Caballero de Santiago, casó con D.ª Maria de Bazan y Zapata, Señora de Arroyo, Dama de la Reina D.ª Isabel, fundadora de Mayorazgo, procreando a Don Jerónimo, que sigue; D.ª Maria, Dama de la Reina Germana de Foix, esposa de Don Lope de Guzman, Señor de Villaverde; y a D.ª Beatriz, que pasó a Portugal de Dama de la Reina D.ª Isabel y casó con Don Manuel de Corte Real.

D.ª Maria Bazan y Zapata, era hija de Don Juan Rodriguez de Bazan, segundo Vizconde del Palacio de la Valduerna, Señor de la Bañeza, San Pedro, la Tarce y Zainos y de D.ª Maria de Zapata, nieta por linea paterna de Don Pedro Gonzalez de Bazan, primer Vizconde de la Valduerna, Señor de San Pedro, la Tarce y Zaicos y de D.ª Manecia de Quiñones (hija esta de Diego Hernandez de Quiñones, Merino mayor de Asturias de la casa y estado de Luna y de D.ª Maria de Toledo); y por linea materna de Ruy Sanchez de Zapata, Señor de Barajas y la Alameda y de Guiomar de Alarcon.

Procedia de la gran casa de los Marqueses de Santa Cruz. Sus armas quince escaques de sable y plata, bordadura roja con ocho aspas de oro.

VIII—DON JERONIMO DE MENDOZA Y BAZAN, Señor de Arroyo; posecdor del Mayorazgo de Valladolid, fué marido de D.ª Ana Manrique de Valencia, hija de Don Fadrique, Mariscal de Castilla, Señor de Fuenteguinaldo, Villatoquite, Revenga y Villamentero, y de D.ª Antonia de Valencia, hija única de Don Alonso de Valencia, Mariscal, Regidor de Zamora y de Juana Sotomayor.

IX—DON JERÓNIMO DE MENDOZA MANRIQUE, su hijo, Comendador de Almodovar del Campo en la Orden de Calatrava, Alferez mayor de ella; Gentilhombre de Cámara del Archiduque Alberto. Fué su esposa D.ª Ana de Lodeña y Luzón, hija de Don Pedro Fernandez de Lodeña y de D.ª Francisca de Luzón, primos hermanos, por que esta era hija de Don Antonio de Luzón y de D.ª Leonor de Lodeña, hija de Pedro Hernandez de Lodeña, Comendador de Aguilarejo y Villanueva de la Fuente en la Orden de Santiago y de D.ª Catalina de Lujan, Señores de Romanillos. Y aquel era hijo de Don Francisco de Alcalá, Regidor de Madrid y de D.ª Maria de Lodeña, hija también de los Señores de Romanillos.

El citado Don Pedro Hernandez, Comendador de Aguilarejo, fué hijo de D.ª Constanza Alvarez de Solis, Señora de Romanillos y de Don Alonso de Robledo Lodeña, también Comendador de Aguilarejo, quien a la vez fué hijo de Juan de Lodeña, Acelilero mayor y caballero de la boca del Rey Don Juan II, Señor de la Casa de Lodeña en Asturias y de D.ª Maria de Valdés, segun se probó en el pleito seguido por el mismo Marques de Camarena, sobre el estado de Romanillos, con el Conde de Montijo, Conde de Casasolas y otros.

Don Antonio de Luzón, Regidor de Madrid, marido de D.ª Leonor de Lodeña fué hijo de Don Francisco de Luzón, Señor de esta Casa, Regidor de Madrid, y de D.ª Catalina de Villalpando; nieto de Don Pedro de Luzón, Tesorero y Maestresala del Rey Don Juan II, Alcaide de los Alcazares Reales.

Don Jerónimo de Mendoza Manrique y D.ª Ana de Lodeña y Luzón fueron padres de:

X—D.ª MARIA MENDOZA LODEÑA MANRIQUE, esposa de Don Antonio de Castejón y Fonseca, bisabuelos del Marqués de Camarena.

El blasón de los Mendoza, de la Casa de los Condes de Monteagudo, es cuartelado en sotuer: 1.º y 4.º en sinople una banda roja, perfilada de oro, 2.º y 3.º en gules diez panelas de plata. Sobre el todo una cadena de plata, puesta en aspa y unida por el jefe y punta.

SOLIS:

GALIN PEREZ PANTOJA, de ilustre casa portuguesa, casó con D.ª Maria de Solis, hija de Don Diego de Cáceres Solis y de D.ª Leonor de Noroña, descendiente directa de la gran casa de los Solis de Asturias, que pasaron a Extremadura siendo Duques de Badajoz, Condes de Coria conquistadores de Cáceres etc. Su hijo

II—DON GUTIERRE DE SOLIS, contrajo matrimonio en Trujillo con D.ª Francisca Rengel y Tapia, quienes procrearon a

III—GUTIERRE DE SOLIS, esposo de D.ª N. de Acevedo. Su hija fué

IV—D.ª MARIA DE SOLIS, que de su enlace con Don Miguel de la Rocha, tuvo a

V—DON GUTIERRE DE SOLIS, marido de D.ª Maria de Ovando en quien procreó a

VI—DON GUTIERRE DE SOLIS OVANDO, casado con D.ª Isabel de Vargas, naturales de Cáceres. Estos tuvieron cuatro hijos: Don Miguel, Bailio de la Orden de San Juan, Gran Canciller de Malta, Embajador de su Religión en España; Don Juan Comendador de Fregenal en la misma Orden, Capitán de una de sus galeras, Gobernador de Lora, de donde partió con doscientos infantes al socorro de Cadiz, cercada por los ingleses; Don Gutierre Antonio, que sigue y Don Francisco, de los Consejos de Castilla y Guerra.

VII—DON GUTIERRE ANTONIO DE SOLIS Y VARGAS, nacido en Cáceres, contrajo matrimonio con D.ª Violante de Carvajal, natural de Trujillo, hija de Don Luis Vargas de Tapia Carvajal y de D.ª Antonia Calderón y Carvajal. Su hijo

VIII—DON GUTIERRE LUIS DE SOLIS Y CARVAJAL, también de Cáceres, ingresó en la Orden Militar de Alcántara en 1648, marido de D.ª Lucrecia de Perero Ulloa, de la misma naturaleza, hermana de Don Francisco, Caballero de Alcántara en 1637, é hija de Don Alonso Perero Rivera y de D.ª Teresa de Ulloa Carvajal; nieta de Don Alonso de Ulloa y de D.ª Teresa de Ulloa. Fueron aquellos padres de Don Gutierre, Caballero de Alcántara en 1658 y

IX—DON ALONSO DE SOLIS Y PERERO, nacido en Albuquerque que vistió el Hábito de Calatrava desde 1671, siendo su mujer D.ª Juana de Aldana y Chaves, nacida en Cáceres, padres de D.ª Maria Juana Magdalena, que sigue; Don Alonso Jacinto, de la Orden de Alcántara, Dignidad de Sacristan mayor de ella, Capellan de honor de S. M., Prior del Convento de San Benito de la misma y Don Gutierre Domingo de Solis, casado con D.ª Catalina de Ulloa.

X—D.ª JUANA MARIA MAGDALENA DE SOLIS Y ALDANA, bautizada el 26 de Febrero de 1674, casó con Don Pedro Francisco de Ovando, padres del Marques de Camarena la Real.

El blasón de los Solis de la casa de los Condes de Coria es: En campo de oro un sol rojo. Bordadura del mismo metal con escaques de veros de azur y plata.

ALDANA:

I—DON PEDRO ALVAREZ DE ALDANA, procedente de los Señores de Aldana en Galicia que tomaron como apellido, hijo de Arias Perez y de D.ª Mayor Perez Redondo, fué padre de

II—DON ALVARO GONZALEZ DE ALDANA, Alcaide de la fortaleza de Alcántara, que contrajo matrimonio con D.ª Urraca Fernandez, siendo su hijo

III—DON RODRIGO ALVAREZ DE ALDANA, desposado en Cáceres con D.ª Ines Fernandez de Sotomayor, Señora de la Lagartera, que heredó su hijo

IV—DON ALVARO DE ALDANA, Señor de Lagartera, que en su esposa D.ª Constanza Martinez de Cáceres Espadero, tuvo á Lorenzo, Inés, Mencia y Isabel.

V—DON LORENZO DE ALDANA, Señor de Lagartera, casó con D.ª Marta Martinez de Orellana.

VI—DON FRANCISCO DE ALDANA, hijo de los anteriores, Señor de Lagartera, casó con D.ª Maria de Ulloa, padres de Don Lorenzo, famoso Capitán que sirvió en la conquista del Perú, siendo Teniente de Gobernador general de lo poblado, Gobernador de Quito y los Reyes, y de Don Alvaro, que sigue:

VII—DON ALVARO DE ALDANA, Señor de Lagartera, se unió en matrimonio con D.ª Teresa de Carvajal, procreando a

VIII—DON FRANCISCO DE ALDANA, Señor de Lagartera, hijodalgo en 1572, que en su esposa, D.ª Leonor de Saavedra, nacida en Cáceres, tuvo a Don Fernando de Aldana, del Hábito de San Juan, Bailio de nueve villas, Embajador de Malta al Rey Don Felipe IV; y a

IX—DON ALVARO DE ALDANA, Señor de Lagartera, natural de Cáceres, marido de D.ª Isabel Golfin de Figueiroa, desposados el 16 de Febrero de 1589, fué Regidor de Cáceres y habia recibido el bautismo en la de San Mateo de ella el 5 de Septiembre de 1566, otorgando su testamento el 28 de Marzo de 1618. D.ª Isabel era hija de Don Garcia Golfin de Figueiroa, natural de Cáceres y de D.ª Beatriz de Portocarrero, de Jerez de los Caballeros, segun consta en su bautismo fecha 7 de Junio de 1568, habiendo testado el 1.º de Diciembre de 1629. Fueron sus hijos: Fray Lorenzo, Religioso de San Juan; Don Rodrigo, Caballero de Justicia de la Orden; y Don Alonso, que sigue:

X—DON ALONSO DE ALDANA GOLFIN DE FIGUEIROA, natural de Cáceres, recibió el bautismo en la de San Mateo, el 9 de Junio de 1593, Regidor de Cáceres, Caballero del Hábito de la Orden de Alcántara en 1640. Casó el 15 de Enero de 1638, con D.ª Francisca de Chaves, nacida en Trujillo y bautizada el 22 de Enero de 1610, hija de Don Cristobal de Chaves y Mendoza, bautizado en Trujillo el 20 de Septiembre de 1571, Alcalde de la Santa Hermandad y de D.ª Juana de Orellana y Aragón que recibió el bautismo en la misma, el 6 de Octubre de 1578, habiendo testado ella ante Pedro Manglano, el 21 de Marzo de 1634; nieta paterna de Don Luis de Chaves Calderon y de D.ª Francisca de Mendoza y Andrade, y materna de Don Gregorio de Orellana y de D.ª Mariana de Toledo, todos de Trujillo.

D.ª Francisca de Chaves y Orellana tuvo por hermanos, á Don Luis Francisco, Caballero de Santiago en 1624, Don Gabriel, Colegial de Oviedo, que ingresó en la misma Orden en 1659, a Don Gregorio, que vistió el de Calatrava en 1651.

Aquellos procrearon a Don Fernando Gabriel de Aldana y Chaves bautizado en San Mateo de Cáceres el 30 de Marzo de 1643, Caballero de Alcántara en 1675; D.ª Isabel casada con Don Francisco de Cáceres Quiñones, en cuya descendencia quedó el Señorio de Lagartera; y D.ª Juana, que sigue.

XI—D.ª JUANA MAGDALENA DE ALDANA Y CHAVES, nacida en Cáceres, que casó como ya dijimos con Don Alonso de Solis Ovando Perero, caballero del Hábito de Calatrava, abuelos maternos del Marqués de Camarena.

El escudo de armas de los Aldana es: En gules cinco flores de lis de oro, segun lo tenian en su casa solar de Cáceres y en el enterramiento en la parroquial de San Mateo.

En las pruebas citadas de la Orden de Alcántara, constan también los blasones de los Chaves, con las cinco llaves; los de Golfin con sus lises; los Figueiroa con las cinco hojas y los Orellana con los diez roeles tan conocidos.

DESCENDENCIAS DE LOS MARQUESADOS DE CAMARENA

CAMARENA LA VIEJA:

I—DON DIEGO DE CASTEJÓN Y FONSECA, Obispo de Lugo y Tarazona, fué agraciado con este Titulo el 30 de Septiembre de 1642, con facultad de poder designar la persona que habia de poseerle. Fué ademas Gobernador del Arzobispado de Toledo, del Consejo de Castilla y su presidente de 1640 al 43. Designó para poseer el Marquesado su sobrino carnal.

II—DON JOSE DE CASTEJÓN Y MENDOZA, natural de Martos, Caballero de Calatrava desde 1638, Alferez mayor de Agreda, Gentilhombre de Don Juan de Austria, que tuvo el Titulo por Real Cedula de 20 de Enero de 1643, hijo de Don Antonio de Castejón y Fonseca, hermano del Obispo, natural de Madrid, Caballero de Calatrava en 1584 y de D.ª Maria de Mendoza y Lodeña. Fué su sucesor su sobrinho carnal.

III — DON PEDRO FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO ROL CASTEJÓN Y MENDOZA, bautizado en Cáceres el 23 de Abril de 1630, Alferez mayor de Cáceres y Agreda, Regidor perpetuo, Gentilhombre de Boca de S. M., que testó el 26 de Febrero de 1701, dejando por hijo único e inmediato sucesor en corta edad a su hijo

IV—DON VICENTE FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO SOLIS CASTEJÓN Y ALDANA bautizado en Cáceres el 22 de Noviembre de 1700, Caballero de Calatrava desde 1705, que no poseyó el Marquesado sino algun tiempo, hasta que sostuvo el pleito con otros parientes sobre incompatibilidad de sus mayorazgos en la Real Chancilleria de Valladolid, por lo que perdió el Marquesado y sus vinculos anejos, lo que dió lugar a que en premio a sus extraordinarios servicios a la Patria el Rey le concedise el Marquesado de CAMARENA LA REAL, el 28 de Junio de 1776. En consecuencia el de Camarena la Vieja pasó a su sobrina.

V—D.ª MARIA JOSEFA DE OVANDO Y OVANDO, bautizada en San Mateo de Cáceres el 25 de Diciembre de 1751, dignidad que poseia en 1777, como hija de Don Francisco Antonio de Ovando y Carvajal, bautizado en la misma Iglesia el 21 de Enero de 1710 y de D.ª Francisca de Ovando y Vargas casados en ella el 4 de Enero de 1750; nieta paterna de Don Francisco de Ovando y Ovando, que recibió el bautismo en la de San Mateo de la villa de Cáceres el 1.º de Julio de 1676 y de D.ª Teresa de Carvajal, desposados en la de Santiago, el 10 de Enero de 1703; biznieto de Don Francisco Antonio de Ovando Rol de la Cerda y Castejón, bautizado en la de San Mateo el 19 de Abril de 1640 y de D.ª Mariana de Ovando, casados en el mismo templo el 24 de Enero de 1674. Dicho Don Francisco Antonio, hermano entero del tercer Marqués de Camarena la Vieja Don Pedro Francisco, como hijos ambos de Don Francisco Antonio de Ovando Rol de la Cerda y de D.ª Micaela de Castejón y Mendoza.

Contrajo matrimonio la V Marquesa de Camarena la Vieja D.ª Maria Josefa de Ovando y Ovando en la misma de San Mateo de Cáceres, el 8 de Diciembre de 1773, con Don Antonio Vicente de Arce Paredes y Ulloa, siendo padres de

VI—DON ANTONIO MARIA DE ARCE Y OVANDO, que recibió el bautismo en la villa de Brozas el 22 de Septiembre de 1775, Caballero de la Orden de Alcántara en 1819, Marqués de Camarena la Vieja en 1818, Marqués del Reino. (1) Fué desposado en Madrid en la parroquial de San Sebastian el 14 de Abril de 1816, con D.ª Maria Josefa de Colon y Sierra, de cuyo enlace nacieron dos hijos, Don José Francisco de Paula, que heredó el Titulo y D.ª Josefa, progénitora de los actuales poseedores.

VII—DON JOSE FRANCISCO DE PAULA DE ARCE Y COLON, fué séptimo Marqués de Camarena la Vieja, esposo de su pariente D.ª Maria de las Mercedes de Aponte y Ortega, Marquesa de Torre Orgáz desde 1864, hermana esta de Don Manuel, cuarto Marqués de Camarena la Real, como luego veremos. Aquellos procrearon a

VIII—DON GARCIA DE ARCE Y APONTE, octavo Marqués de Camarena la Vieja desde 1857, Conde de los Corbos en 1885, Marqués de Torre Orgaz desde 1897. Murió sin sucesión por lo que le heredó.

IX—DON GONZALO DE CARVAJAL Y ARCE, bautizado en San Mateo de Cáceres, el 2 de Octubre de 1844, su primo carnal, como hijo de Don Diego de Carvajal y Pizarro, natural de Plasencia y de D.ª Josefa de Arce y Colon, ya citada hermana del VII Marqués, bautizada en San Mateo de Cáceres, el 29 de Enero de 1821, casados en ella el 24 de Enero de 1844. Fué IX Marqués de Camarena la Vieja, desde el 6 de Abril de 1900, Conde de los Corbos desde el mismo año. De su matrimonio verificado en Cáceres el 6 de Julio de 1874 con D.ª Justa Pastora Lopez Montenegro y Saenz Laguna, es hija la actual poseedora legal.

X—SEÑORA D.ª ADELA CARVAJAL Y LOPEZ MONTENEGRO, Marquesa de Camarena la Vieja desde 1907, por muerte de su padre ocurrida el 17 de Noviembre de 1905.

(1) Litigó el Mayorazgo del Obispo Garcia de Galarza de 1593, en 1777 con el I Marqués de Camarena la Real, y su hijo Vicente.

CAMARENA LA REAL:

I—Fué el primer possedor como sabemos DON VICENTE FRANCISCO ANTONIO DE OVANDO, SOLIS, CASTEJÓN Y ALDANA, bautizado en Cáceres el 22 de Noviembre de 1700, que a la muerte de su padre Don Pedro Francisco heredó la casa con todos sus vinculos y mayorazgos y por lo tanto como su único hijo, el Marquesado de Camarena la Vieja, que no disfrutó hasta su muerte por haberle litigado otros parientes basados en la incompatibilidad con el Mayorazgo de Don Juan Gonzalez de Castejón, declarada asi por la Real Chancilleria de Valladolid. Por sus méritos y servicios extraordinarios a la Patria, le fué concedido el MARQUESADO DE CAMARENA LA REAL, el 28 de Junio de 1776, sobre el cual pidió con magnifico memorial la Grandeza de España, que no le llegó a ser otorgada.

Contrajo matrimonio en San Mateo de Cáceres, el 20 de Noviembre de 1753, con D.ª Cayetana Vicenta de Ovando Sotomayor y Mendoza, de quienes fueron hijos Don Vicente, que sigue y D.ª Vicenta.

II—DON VICENTE DE OVANDO Y OVANDO, segundo Marqués de Camarena la Real, Brigadier de los Reales Ejercitos, Gentilhombre de Cámara de S. M., ya citado, habia recibido el bautismo en la parroquia castrense de Badajoz el 20 de Julio de 1767; estuvo casado como indicamos con D.ª Carmen Gragera y Topete, Arguello y Arguello, Condesa de la Torre del Fresno. Por su fallecimiento sin sucesión pasó la merced a su sobrino carnal.

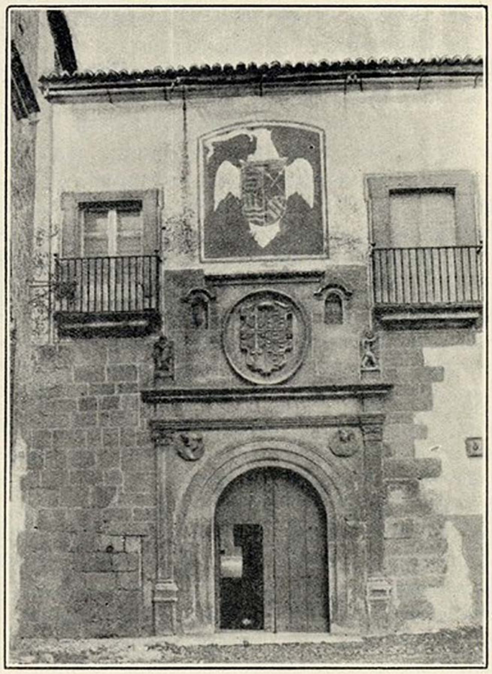
III—DON VICENTE DE APONTE Y OVANDO, bautizado en San Mateo de Cáceres, el 24 de Julio de 1799, tercer Marqués de Camarena 1.º Real, Marqués de Torre Orgaz, como hijo de Don Manuel de Aponte y Topete, Marqués de Torre Orgaz y de D.ª Vicenta Maria de Loreto de Ovando y Ovando, hermana del segundo Marqués de Camarena la Real, bautizada el 17 de Septiembre de 1757, desposados en San Mateo de Cáceres, el 12 de Febrero de 1779.

Casó el tercer Marqués de Camarena la Real en Madrid, iglesia de San Martin, el 24 de Octubre de 1819, con D.ª Ramona de Ortega y Jaraba, de cuyo enlace nacieron dos hijos: Don Manuel, que sigue; y D.ª Maria de las Mercedes Aponte y Ortega, Marquesa de Torre Orgaz desde 1864, casada con el séptimo Marqués de Camarena la Vieja, Don José Francisco de Paula Arce y Colon, padres ambos del octavo Marqués de Camarena la Vieja, Don Garcia de Arce y Aponte.

IV—DON MANUEL DE APONTE Y ORTEGA, bautizado en San Mateo de Cáceres, el 26 de Septiembre de 1821, heredó de su padre el Marquesado de Camarena la Real en 1857, siendo también Marqués de Torre Orgaz desde el mismo año. Falleció en esta Corte, en la feligresia de San Sebastian, el 8 de Enero de 1864. Desde entonces estuvo la merced sin ocupar hasta que recientemente la actual poseedora la

V—SEÑORA D.ª MARIA JUSTA DE CARVAJAL Y LOPEZ MONTENEGRO, Condessa de los Corbos desde 1907 en sucesión de su padre, solicitó y obtuvo rehabilitación a su favor en 1923, siendo por lo tanto quinta MARQUESA DE CAMARENA LA REAL, habiendo probado para ello la misma filiación referida de su hermana la actual Marquesa de Camarena la Vieja, D.ª Adela Carvajal y Lopez Montenegro, quinta nieta de Don Francisco de Ovando y Ovando, primo carnal del primer Marqués.

La normales sucesiones genealógicas en ambos Titulos han hecho que se persiguiesen sin unirse todavia los dos que se declararon incompatibles. Posiblemente



Caceres.— Historica casa llamada del «Sol» en que nació Don Francisco de Ovando y Solis, I Marqués de Ovando. Tiene el blason de los Solis Fué restaurada e vinculada en 1550 por Don Gutierre de Solis Ovando.

se reunirán en un solo sucesor inmediato si no ocurre un reparto de ellos conforme a la Ley, en cuyo caso serán llevados por hermanos, como ya sucedió anteriormente.

La actual Marquesa de Camarena la Real, Condesa de los Corbos, habia casado en Cáceres, el 23 de Abril de 1917, con el Señor Don Fernando Marqués de la Plata y Angioletti, Caballero de Alcántara y Maestrante de la Real de Zaragoza.

MARQUESES DEL REINO

XIII—DON DIEGO DE CÁCERES OVANDO, hijo primogénito del Capitán Don Diego de Cáceres Ovando y de su primera esposa D.ª Isabel Flores, mencionado en la generación XII de la genealogia de los Ovando,

sucedió en la casa de su padre y contrajo matrimonio con D.ª Francisca de Mendoza y Vera, hija de Don Juan de Vera, del Orden de Santiago y de D.ª Juana de Sandoval y Mendoza. Fueron sus hijos: Don Diego, que sigue y Don Juan esposo de D.ª Marina de Monroy y Figueiroa, Señora de Carija y Palazuelo.

XIV—DON DIEGO DE CÁCERES OVANDO, casó con D.ª Teresa Rol de la Cerda siendo padres de

XV—DON DIEGO DE CÁCERES OVANDO, esposo de D.ª Francisca de Torres, de quien tuvo á

XVI—DON FRANCISCODE OVANDO Y TORRES. Fué su mujer D.ª Marina Gomez de Monroy, en la que procreó á

XVII—DON JUAN ANTONIO DE OVANDO, marido de D.ª Juana de Castro.

XVIII—DON DIEGO DE CÁCERES OVANDO, hijo de los anteriores, Caballero de la Orden de Santiago, Señor de la Arguijuela, nacido en Cáceres, contrajo matrimonio con D.ª Catalina de Herrera, natural de Villanueva de la Serena. Fueron padres de

XIX—DON JUAN ANTONIO DE OVANDO Y CÁCERES, nacido también en Villanueva de la Serena, Señor del castillo y casa fuerte de la Arguijuela, Regidor perpetuo de Cáceres. Casó con D.ª Francisca de Solis Aldana, natural de Cáceres, hija de Don Alonso de Solis, Caballero de Calatrava, natural de Albuquerque y de D.ª Juana Magdalena de Aldana y Chacón, de Cáceres. D.ª Francisca séptima nieta de Galin Perez Pantoja y de D.ª Maria de Solis, citados en la genealogia de los Solis. Aquellos procrearon a: Don Diego, Don Alonso, Don Javier, D.ª Juana y D.ª Candida.

XX—DON ALONSO DE OVANDO Y SOLIS, hijo segundo, nació en Cáceres y siendo Capitán de Guardias de Infanteria española, ingresó en la Orden de Calatrava en Julio de 1731. Empezó á servir al Rey Don Felipe V, en 1705. Se halló en la batalla de Gudiña, en la célebre de Villaviciosa, en que salió herido, en las expediciones de Cerdeña, Sicilia, Ceuta y Oran y en toda la campaña de Italia, muriendo a consecuencia de una herida que recibió en la batalla de Campo Santo. Habia llegado al grado de Brigadier de los Reales Ejércitos. Obtuvo el Titulo de MARQUES DEL REINO, por gracia de Don Carlos III, siéndolo de Nápoles el 6 de Diciembre de 1736.

XX—DON DIEGO DE OVANDO CÁCERES, hijo mayor y por lo tanto su hermano primogénito, heredó la casa siendo esposo de D.ª Josefa de Flores y Vargas. Su hijo

XXI—DON JUAN DE OVANDO CÁCERES Y SOLIS, fué Marqués del Reino, Brigadier, casó con D.ª Maria del Carmen Aguilar y Loaysa, Condessa de Encinas, Señora de Villanueva de la Sierra y otras. De este enlace nacieron: Don Diego sucesor y Don Gabriel, Guardia de Corps de la Compañia española.

Posteriormente Don Antonio Maria de Arce y Ovando, VI Marqués de Camarena la Vieja, Caballero de Alcántara en 1819, se titulo MARQUES DEL REINO siendo bisabuelo de las actuales poseedoras.

APENDICES

APENDICE I

DE LA HOJA DE SERVICIOS DEL II MARQUES DE CAMARENA LA REAL QUE SE CONSERVA EN EL ARCHIVO GENERAL MILITAR DE SEGOVIA.

Tiempo en que empezó a servir los empleos	Dia	Mes	Año
Cadete de menor edad	10	Junio	1774
Idem de antiguedad	18	Enero	1782
Teniente	28	Octubre	1782
Capitan	5	Febrero	1784
Teniente Coronel Graduado	14	Enero	1793
Teniente coronel	26	Mayo	1794
Coronel graduado	4	Septiembre	1795
Coronel de Milicias	8	Noviembre	1795
Coronel agregado a Extremadura	15	Febrero	1796
Teniente Coronel del mismo	13	Marzo	1803
Coronel de Valencia	30	Abril	1806

Tiempo que ha servido en cada empleo	Años	Meses	Dias
De Cadete de menor edad	7	7	8
De Cadete con antiguedad	1	9	10
Teniente	1	3	7
Capitan	4	11	9
Teniente Coronel graduado	5	4	12
Teniente Coronel	1	3	8
Coronel graduado	—	2	4
Coronel de Milicias	—	3	7
Coronel agregado a Extremadura	7	—	28
Teniente Coronel del mismo	3	1	17
Coronel de Valencia	1	5	14
Total hasta el 14 de Octubre de 1807	26	8	28

APENDICE II

NOTICIA EN EXTRACTO DE LO OCURRIDO EN LA CIUDAD DE CARTAGENA DESDE LA NOCHE DEL 22 DE MAYO, Y DE LA FORMACION DE SU JUNTA DE GOBIERNO.

En la expresada noche entró un Extraordinario dirigido de Madrid con pliegos para el Capitan general de Marina. Una equivocacion, hija del deseo, esparció la lisongera noticia de que habia vuelto á aquella Corte nuestro Rey y Señor D. Fernando VII, y produxo una multitud de victores expresivos del mas verdadero regocijo: duró esto muy pocos momentos, por quanto no dexaron muy luego de esparcirse voces que convencieron de equivocada la noticia, respecto á que los pliegos se dirigian á la Esquadra correspondiente á este Departamento surta en el puerto de Mahon. Esto solo hizo pronosticar anuncios los mas fúnebres, y pasaron los principios de celebridad al mas profundo sentimiento é incomodidad; y preparados así los ánimos, estuvieron inquietos y vigilantes, esperando la llegada de la Posta ordinaria, que correspondia venir el dia inmediato 23. Llegó en efecto el Correo, y las gazetas anunciaron la decidida abdicacion de la Corona. Sin concluir su lectu-

ra se manifestó todo el Pueblo generalmente incomodado, al mismo tiempo que desconfiado de su actual Gobierno, y decidiéndose en sus honrosas intenciones, reunió todos los Magistrados para que se declarasen á sostener su legitimo Rey y Señor. A las nueve y media de la noche fué proclamado nuestro amado Soberano en la galeria de las Casas Capitulares, donde se hallaba el Ayuntamiento con sus dos Secretarios mayores á la vista de todo el Pueblo que estaba en la plaza de Santa Catalina, tremolando el Estandarte Real el Sr. D. Ciro Garcia de Cáceres, Regidor decano del mismo. En seguida de esto, reunidas ya en las mismas Casas Capitulares todas las Autoridades de la Ciudad, se despacharon Oficiales acompañados de paisanos en posta á Murcia, Granada y Valencia con aviso de la resolucion que habia formado Cartagena, su Departamento de Marina, y numerosa guarnicion, convidando á dichas Ciudades para el mismo objeto. Despues de esto se obligó al Capitan general de Marina á que manifestase los pliegos de Madrid que el dia antes habian llegado por extraordinario, y que ya estaban en poder del Teniente de navio D. Josef Duelo para conducirlos á Mahon, debiendo salir en la misma noche: su contenido fué leido á todo el Pueblo, quien oyendo se reducia á que dicha Esquadra pasase inmediatamente á Tolon, pidió que en vez de ello se despachasen otros á que no se verificase su salida á los puertos de Francia, aguardando ocasion para restituirse á este Departamento, lo que se realizó en la misma noche, concluyéndose la Junta á las quatro de aquella misma mañana; pero á pocas horas fué igualmente preciso se volviese á formar, y sus Vocales, sin descanso alguno, volvieron á reunirse á la vista del Pueblo en las mismas Salas Capitulares, sospechando aquel de la conducta del Gobernador el Mariscal de Campo D. Juan de Mata Butler, y de la del Capitan general de la Armada y del Departamento el Sr. D. Francisco de Borja, y de la del Comandante de Ingenieros de la Plaza D. Vicente Imperial Digueri, á rostro firme pidió se privase á los dos primeros de su mando, y que los tres saliesen, y quedasen separados de la Junta, como lo hicieron, nombrando al Sr. Coronel del Regimiento de infanteria de Valencia, Marques de Camarena la Real, para Gobernador; al Excmo. Sr. D. Baltasar Hidalgo de Cisneros para Capitan general del Departamento, minorando al propio tiempo el número de los individuos de la Junta, que quedó reducida, y se compuso en lo sucesivo del expresado Sr. Gobernador Marques de Camarena la Real, Presidente (1) del Excmo. Sr. D. Baltasar Hidalgo de Cisneros, nuevo Capitan general del Departamento; del Sr. D. Josef Manuel de Vivanco, Mariscal de Campo de los Reales exércitos, y Subinspector de Artilleria; del Sr. D. Nicolas de Estrada, Gefe de Esquadra de la Real Armada, y Comandante general de este Arsenal; del Sr. D. Josef Florez Varela, Intendente general de Marina de este Departamento; del Sr. D. Gabriel de Ciscar, Brigadier de la Real Armada, y Comisario general del Real Cuerpo de Artilleria de Marina; del Señor D. Luis de Villava, Brigadier de los Reales exércitos, y Gefe de Escuela del Real Cuerpo de Artilleria; del Sr. D. Antonio Quesada, Capitan de navio de la Real Armada, y tercer Comandante del propio Arsenal; del Sr. D. Antonio Lechuga, Coronel del Regimiento de infanteria de Castilla; del Sr. D. Jorge Traxler del de Suizos del propio nombre; del Sr. D. Bartolomé Antonio Amorós del de Milicias Provinciales de Murcia (cuyos tres Coroneles á los diez dias de la formacion de la Junta salieron para el exército con sus respectivos Cuerpos); del Sr. D. Manuel Saiz de Villegas, Alcalde mayor por S. M. de esta Ciudad; del Sr. D. Joaquim de Ovalle, Teniente de Rey de esta Plaza; del Sr. D. Ciro Garcia, decano de este ilustre Ayuntamiento; del Sr. D. Francisco Tacon, tambien Regidor del propio ilustre Ayuntamiento; de los Sres. D. Diego de Tapia, y D. Josef Antonio Alcaraz, Diputados del Comun de esta Ciudad; y del Sr. D. Francisco Ximenez de Cisneros, Alguacil mayor del Juzgado ordinario de ella, y como representante del Pueblo, asi como el mencionado Teniente Rey; y para Secretarios los mayores del Ayuntamiento y del Número en la Ciudad D. Joaquin de Madrid, D. Antonio Josef Carreras, y el del Número D. Josef Vicedo Mira; asi como el de la propia clase D. Josef Alcaraz Martinez, tambien del Número, con calidad de ser de diligencias de la Junta, de los quales los tres primeros sirven y desempeñan su encargo sin interes de sueldo ó gratificacion alguna; exigiendo á todos juramento el Pueblo de unirse á él para la defensa de la causa de nuestro Soberano el Sr. D. Fernando VII aunque fuese á costa de perder sus vidas, y las de sus familias para oponerse á las abdicaciones y renuncias hechas con violencia en pais extrangero, y ganadas por los medios los mas horrendos de que es capaz la iniquidad. Se cortó desde el mismo dia toda correspondencia con Madrid; se quemó el papel sellado establecido para la Regencia ó Lugar-Teniente del Reyno en el frances Murat; se detuvieron los postas conductores que venian de Madrid, y se empezaron á dictar las mas activas providencias para habilitacion de trenes de batalla, armas blancas y de fuego, y quanto pudiera ser necessario, ya para la defensa de la Plaza, como para auxiliar las otras que se declarasen por la misma justa causa; todo con tanta eficacia y esmero que no se cesaba de trabajar dia y noche; y luego que se supo que los Reynos de Valencia y Murcia estaban animados de los mismos sentimientos, y que formaban exércitos, no solo les facilitó prontamente quantos auxilios de armas, pertrechos y demas afectos le fueron necesarios, si que ademas se condescendió inmediatamente en la salida de las dos terceras partes de la tropa que guarnecia la Plaza: de quatrocientos hombres de artilleria, y tres trenes de batalla completos con treinta y cinco piezas de artilleria, para lo qual contribuyó el Arsenal de Marina con todos los auxilios que se le pidieron, formando y mandando al exército un Batallon de Vecinos y Maestranza, y á mas dos Compañias sueltas de Voluntarios, la de Granaderos de Marina, y muchos Individuos de Artilleria de ella: invirtió en el apronto y reunion de estos rtenes y armas sobre un millon de reales, que por donativo voluntario de los Vecinos se habia recaudado para las urgencias y atenciones de él, respecto á que el Ministro de Real Hacienda de exército lejos de tener fondos para las citadas atenciones, y para socorrer á las tropas que salieron, se hallaba empeñado con varios particulares de la Ciudad.

Para que todas las vastas atenciones de la Junta pudiesen realizarse con la celeridad y acierto que convenia, se formaron otras varias Juntas de comisiones particulares, compuestas las mas de ellas de Vocales de la de Gobierno, como fueron: la de Guerra, compuesta del Sr. Gobernador del Excmo. Sr. Capitan general del Departamento, del Sr. Comisario general del Real Cuerpo de Artilleria del mismo, del Sr. Comandante de Ingemeros de la Plaza, del Gefe de Escuela de Artilleria, del Comandante del propio Cuerpo, y de los Coroneles de los Regimientos de Castilla, y Suizos de Traxler, sirviendo de Secretario de dicha Junta el Teniente de Navio de la Real Armada D. Alfonso Ballesteros: la de Alistamientos, compuesta del Sr. Alcalde mayor, del Sr. Teniente de Rey D. Joaquin de Ovalle, y del Sr. D. Francisco Ximenez de Cisneros, Alguacil mayor: la de Recoleccion de contribuciones voluntarias y provisiones de voca, compuesta del Sr. D. Gabriel de Ciscár, del Sr. D. Ciro Garcia, y del Sr. D. Diego de Tapia: la de Hacienda, del Sr. D. Josef Florez Varela, Intendente de Marina, del Sr. Administrador de Rentas D. Luis Sanz de Bedoya, y del Sr. D. Tomas Espadero, Capitan de Fragata de la Real Armada: la de Inspeccion de la correspondencia pública, compuesta del ya citado Sr. Alcalde mayor, el Sr. D. Gabriel de Ciscár, y el Sr. Alguacil mayor: la de Policia, compuesta tambien del propio Sr. Alcalde mayor,

(1) Don Vicente de Ovando y Ovando, Marqués de Camarena la Real, Gentilhombre de Cámara de S. M. con ejercicio, Coronel del Regimiento de Infanteria de Valencia, fué nombrado Gobernador de la plaza y Presidente de la Junta que se formó el 24 de Mayo de 1808.

del Sr. D. Antonio Quesada, del Sr. D. Josef Antonio Alcaraz, y del Sr. Alguacil mayor, siendo Secretario de ella el Escribano del Número D. Francisco Jumilla: y la de Abastos, compuesta de los Sres. D. Ciro Garcia, D. Francisco Tacon, D. Diego Tapia, D. Josef Alcaraz Romero, y del Sindico Personero D. Ramon Baldaura, siendo su Secretario D. Antonio Josef Carreras.

Tambien se estableció una Contaduria principal de Guerra, y Tesoreria del mismo ramo, servidos uno y otro empleo, así como los de los Subalternos de cada ramo, gratuitamente por Oficiales del Ministerio de Marina.

La Junta de Cartagena fué creada Superior de Guerra del Reyno de Murcia, y como tal la han obedecido todos sus Pueblos inclusa la Capital: ha sido tambien Suprema en la Marina de su Departamento, y en quanto á los auxilios que ha facilitado ha procedido igualmente por si, sin esperar licencia de ninguna otra Junta, para disponer de los infinitos socorros que ha dado á los Pueblos de Valencia, Murcia, Cataluña, Granada, y hasta la Suprema de Sevilla, á quien mandó dos mil quintales de pólvora, sin que le fuesen pedidos, previendo el grande consumo que habria alli de este género, con concepto al crecido número de tropas que tenia reunidas, y al grande exército enemigo que intentaba batir; en cuya ocasion se remitió tambien pólvora á Almeria y Málaga. A la Junta de Cartagena le mandaron Comisionados la Suprema de Granada en tres distintas ocasiones, la de Murcia, Alicante, Orihuela, Lorca, Elche, Albacete, Tortosa, la Suprema de Cataluña establecida en Lérida, y otras de distintos Pueblos: con solo la Junta de Cartagena se entendieron dichos Comisionados, y esta dió á todos socorros segun su existencia y urgencias, y solo pidió caudales á Valencia y Murcia, porque sin ellos no podia atender á los crecidos gastos que originaba, y aun origina el Parque de Artillería para los surtidos y reemplazos de los exércitos de ambos Reynos, y aunque los auxilios facilitados en aquella ocasion no llegaron á ochocientos mil rs., nada se retardó, valiéndose esta Junta de arbitrios sobre los cortos caudales de su vecindario y campos.

El continuar la Junta de Cartagena á las ordenes de la Capitania general de Valencia por lo tocante á exército, fué porque no se encontró razon para negarle la obediencia que antes se le tenia; pero esto lejos de disminuir la autoridad de la Junta de Cartagena, la corroboró, cometiéndole la de Valencia el cargo, direccion y defensa del Reyno de Murcia en lo respectivo al ramo militar, como que aquella Capitania general abraza ambos Reynos, y en lo civil siempre ha correspondido el Reyno de Murcia al de Granada.

La Junta de Cartagena concedió el nombramiento para General del exército de Murcia á su Vocal el Sr. D. Luis de Villava, Brigadier, y Gefe de Escuela del Real Cuerpo de Artilleria: ha dado grados subalternos de exército, y expedido los correspondientes nombramientos, segun lo han exigido las circunstancias: ha concedido licencias á militares para casarse, y ha hecho otras gracias privativas á la Real Persona en su Real nombre: ha armado y desarmado buques, y destinado otros á comisiones importantes del servicio segun ha estimado conveniente, sin consulta, ni esperar aprobacion alguna; y ha juzgado y sentenciado reos.

Quando las victorias de Andalucia dispuso la Junta una solemne funcion de Iglesia en la Parroquial de esta Ciudad, y «Te Deum» en accion de gracias al Todopoderoso, á que concurrió, yendo sus Vocales en toda ceremonia conducidos en carrozas, llevando batidores y escolta de tropa de caballería, haciéndole los honores de Capitan general una compañia de granaderos que se hallaba formada al frente de dicha Iglesia. Antes de esto, al siguiente dia de la proclamacion de nuestro augusto Soberano, que fué el 24 del citado Mayo, se hizo la correspondiente salva de artilleria, y lo mismo el dia 30 del propio mes con motivo de ser los dias de S. M. Cartagena es capital de su Departamento de Marina, que abraza por la costa desde cabo de Gata hasta el llamado de Creus, que es una extension de mas de 140 leguas: comprehende su jurisdiccion de montes y plantios á los Reynos de Valencia, Murcia, Aragon, Cataluña, parte de los de Granada, Provincia de Cuenca é islas Baleares. Es tambien Departamento de artillería con un Parque y Maestranza, que no tienen los dichos Reynos de Granada, Valencia y Murcia, extendiéndose la autoridad de su Gefe hasta el Reyno de Aragon, al que en casos necesarios debe surtir tambien de los efectos de artilleria que necesite; y finalmente es cabeza de Provincia marítima con total independencia por Reales órdenes, de forma que habiendo sido invitadas las Juntas Supremas para la formacion de la Central, no faltándole requisito á Cartagena para poder concurrir con sus Vocales como todas las demas, por quanto se declaró por si sola y sin noticia de otra en defensa de la justa causa que nos inflama, dirigió órdenes por si á la libertad de la esquadra de Mahon; negó á rostro firme la obediencia al intruso Gobierno; y por último ha procedido á la distribucion de socorros, á la administracion de sus Rentas, y los demas particulares que quedan expresados, todo por si, y guiada solo por su noble patriotismo. Procedió desde luego al nombramiento de sus dos Vocales los Sres. D. Francisco Tacon, y D. Gabriel de Ciscár.

El Marques de Camarena la Real. = Baltasar Hidalgo de Cisneros. = Nicolas de Estrada. = Josef Florez Varela. = Josef Manuel de Vivanco. = Manuel Saiz de Villegas. = Ciro Garcia. = Diego Josef de Tapia. = Josef Antonio Alcaraz Romero. = Francisco Ximenez de Cisneros. = Por la Junta. = Joaquin de Madrid, Secretario. = Antonio Josef Carreras, Secretario.

NOTA. Que el Excmo. Sr. D. Joaquin de Cañaveral, Teniente general de la Real Armada, fué tambien nombrado Vocal de la Junta de Guerra, en alternativa con el Excmo. Sr. Capitan general del Departamento. Y que el Comandante de Ingenieros, cuyo nombre no se expresa, es el Brigadier D. Vicente Imperial Digueri, quien ha desempeñado las funciones de su empleo.

«Es copia de su original, de que certifico».

AYUNTAMIENTO DE CARTAGENA ARCHIVO

APENDICE III

CABILDO MUNICIPAL CELEBRADO EL DIA 15 DE JUNIO DE 1808.

«En este Ayuntamiento mediante la citación general se hizo presente y vió una carta orden de la Suprema Junta de Gobierno de este Reino, expedida en Valencia, la cual obra con otros papeles y documentos de la creada en esta ciudad con motivo de la proclamación que a instancia del todo de su vecindario fué hecha de nuestro Soberano el Señor Don Fernando Septimo, y resistencia a los secretos mandando reconocer por Rey de España a José Bonaparte hermano de Napoleón Emperador de los Franceses, por cuya orden entre otras cosas se aprueba el nombramiento que hizo el pueblo para su Gobernador en el Señor Marqués de Camarena la Real en lugar del Sr. Don Juan de Mata Butler a quien el propio vecindario separó del empleo en veinticuatro del anterior Mayo, aprobandose igualmente dicha Junta de Gobierno y Señores vocales de que se compone. En consecuencia de todo esta ciudad

acuerda: Entre el referido Sr. Marqués a tomar la posesión del corregimiento, para cuyo efecto salgan a recibirle de estas Salas Consistoriales los capitulares D. Nicolas Lambertos, D. Vicente Rato, D. José Angeler y D. Agustin Angosto, y los Diputados del Comun D. Francisco de Paula Exea y D. Diego de Tapia, lo que habiendo verificado volvieron a entrar con su señoria a quien tambien acompañaban los Regidores D. Juan Gonzalez de Rivera, D. Francisco Facón, y D. Francisco Rocafull y el Diputado D. José Alcazar Romero, y acto continuo por dicho Decano presidente de dicho cabildo D. Ciro Garcia se le dió la posesión del citado corregimiento de esta ciudad con entrega de una vara alta de Justicia, en cuya forma fué recibido en dicho empleo por este Ayuntamiento, y seguidamente tomó su señoria el asiento preferente y de presidencia que le corresponde.

Todo lo cual acordó esta ciudad por antenos su Secretario Escribanos mayores de que damos fé.—El Marques de Camarena la Real.—Rubricado. Ciro Garcia.—Rubricado.—Joaquin de Madrid.—Rubricado. (1)

APENDICE IV

Visto en Junta de la noche de 10 de Marzo de 1809.

Excmo Sr.

Habiendo visto por la Orden de la Suprema Junta Central comunicada por el Excmo Sr. D. Martin de Garay, para pase el Excmo. Sr. D. Baltasar Hidalgo de Cisneros al destino que se le habia conferido del Virreynato de Buenos Aires, que se expressa en dicha orden, ser S. E. el Presidente de esta Junta, y habiendo yo desempeñado la presidencia de la misma desde su establecimiento hasta el dia como igualmente de la de Guerra sin que por parte de S. E. ni ningun otro se me haya cuestionado dichas Presidencias como igualmente que cuando el Pueblo me eligió para este cargo y el del Gobierno fué igualmente nombrado como vocal de la Junta el Sr. D. Gabriel de Ciscar; espero que V. E. tengan a bien mandarme librar una expresiva certificación de la verdad de estos hechos para los fines que en lo sucesivo quedan convenirme acreditando con ella lo necesario para hacer ver nada solicité para estas elecciones, ni que tuve la menor parte en ellas a cuyo favor viviré a V. E. eternamente agradecido.

Dios guarde á V. E. muchos años. Cartagena 10 de Marzo de 1809.

El Marqués de Camarena la Real.

APENDICE V

Excmo Sr. Presidente y Junta de Observación y Defensas

En la Sesión celebrada por la Junta de Defensa en la noche del 10 de Marzo de 1809 se vió un oficio del Excmo Sr. D. Martin de Garay fechado en el Real Alcazar de Sevilla el 6 de Marzo insertando la R. O. nombrando Gobernador de la plaza de Cartagena a D. Gabriel de Ciscar.

En la Junta tenida en 13 de Marzo se leyó un oficio del Sr. Marqués de Camarena la Real pidiendo a la Junta le librase certificación de como habia asistido y presidido las actas de guerra que se habian celebrado desde el dia 23 de Mayo del año proximo pasado. Y entendido por esta Junta acuerda: Que siendo constante la asistencia de su señoria asi a las de guerra que se han celebrado como á las que esta á tenido unida con las de gobierno, como presidente de ambas, y en buen desempeño en defensa de la justa causa que se defiende, desde luego se le libré el documento que pide. (1)

(La última Junta que presidió el Marqués de Camarena la Real fué la tenida en la mañana del 22 de Marzo de 1809).

APENDICE VI

En el Cabildo Municipal tenido el dia 20 de Marzo de 1809, se dió lectura a la R. O. de la Junta Suprema Gubernativa del Reino, fechada en Sevilla a 6 de Marzo por lo que se previene que el Excmo S. D. Baltasar Hidalgo de Cisneros, Capitan General de este departamento parta para América á ocupar el importante destino de Virey de Buenos Aires, y nombrando Gobernador Militar y Politico de esta plaza de Cartagena, al Jefe de Escuadra de la Real Armada D. Gabriel Ciscar, actual secretario de la Junta Militar.

El Sr. Marqués de Camarena la Real entregó el gobierno de la plaza a D. Gabriel Ciscar, en la mañana del 25 de Marzo de 1809, y este en el mismo dia se posesionó del Ayuntamiento.

APENDICE VII

Visto en Junta de la noche de 25 de Marzo de 1809.

Excmo SR.

El Rey nuestro Sr. D. Fernando 7.º y en su real nombre la Junta Suprema Central Gubernativa del Reino, se ha servido nombrar para Gobernador de esta Plaza al Jefe de Escuadra el Sr. D. Gabriel de Ciscar, que acaba de encargarse del mando lo que noticio a V. E. para su conocimiento y efectos consiguientes, no siendomo posible hacerlo personalmente por la multitud de negocios que me rodean sobre la entrega de papeles, Archivos y demas pertenecientes al Gobierno.

Dios guarde á V. E. muchos años.

Cartagena 25 de Marzo de 1809.

Marqués de Camarena la Real.

Excmo Sr. Presidente y Junta de Observación y Defensa de esta Plaza.

APENDICE VIII

Visto en Junta de la noche de 18 Abril de 1809.

Excmo Sr.

No me es desconocido el favor que he debido a V. E. desde que tuve el honor de concurrir a esa Junta, formada á instancia de un pueblo, que se decidió generosamente á defender los sagrados derechos de nuestro soberano.

He cesado ya en este encargo por disposición de S. M., y solo me resta ofrecer a V. E. todas cuantas facultades me proporciona mi antiguo destino, deseoso siempre de manifestarle mi sincero agradecimento.

Dios guarde a V. E. muchos años.

Cartagena 17 Abril 1809.

El Marqués de Camarena la Real.

Excmos Sres. Presidente y Junta Superior de Observación y Defensa de esta Plaza.

(1) Archivo Municipal de Cartagena.—Libro de Cavildos Municipales de 1808.

(1) Archivo Municipal de Cartagena: Cuaderno III de acuerdos de la Suprema Junta de Gobierno de la Ciudad de Cartagena de 1.º de Marzo hasta 29 de Abril de 1809.

APENDICE IX

TESTAMENTO DE LOS II MARQUESES DE CAMARENA LA REAL.

En 20 de Abril de 1809. Los SS. Marqueses de Camarena la Real y la Condesa de la Torre del Fresno, su Muger otorgaron su testamento, en Cartagena por Ante Josef Visedo Mira, Essno. del Num.º y de Guerra de Artilleria de dha. Plaza en el g. despues de la protestación de la fe entierro y demas perteneciente alo piadoso se hallan las clausulas seguientes.

Es nra. voluntad legar y mandar como desde luego legamos, y mandamos a D.ª Maria Vara, D. Josef Garcia Carrasco, y a Dn Manl. Garcia Rubio quatro mil r. de vn. a cada uno pr. una vez, entendiendose en los dos ultimos si nos estubiesen sirviendo en sus respectivos Cargos, al tpo de nuestro fallecimiento.

Tambien mandamos y legamos á Manuela Tabarrey a Pilar Benavide nuestras Amas, y a D.ª Maria Loba, Manuel Soriano, Juan Albares, y Manuel Albares, Dos mil r. vn. á cada uno por una vez, alos dos ultimos, si se hallasen en nro. Servicio al tpo. de nro. falle it.º y estas mandas y las de la anterior clausula, deberan pagarse al fallecimt.º del primero de nosostros, recomendamos mutuamt.ᵉ alas expresadas personas, y familias el q. fallezca al q. sobreviva nosostros.

Yo el Marqués lego y mando, en honor al Cariño conexione y justos agradecimtos. a saver ami S.ª la Condessa Viuda de Torre fresno, D.ª Florencia de Arguello, el Alfiler de Guarnición de Brillantes, con el retrato de mi Muger; ami madre politica la S.ª Condessa Torre fresno Viuda Doña Juana Topete de Arguello, la Enma. de plara grande. Ami herm.º Politico, el Marques de Torreorgaz, en justa memoria de nro. fraternal cariño un relox de oro con su cadena de lo mismo de los de mi uso; ami Sobrino Dn Vicente de Aponte el mejor caballo q. tenga, si lo tubiese en aql. caso, y mis Escopetas: amis Sobrinas D.ª Vicenta Aponte, actualmnte. Marquesa de Lorezana un juego de trabar de plata: a D.ª Cayetana Aponte una Docena de Cubiertos, de plaza del preciso uso de una casa. Y a mi herm.ª D.ª Vicenta de Obando tres mil r. de vn. pa. ayuda de su subsistencia, y por una vez.

Yo la Condessa en debida memoria, ami S.ª la Condessa mi Abuela D.ª Florencia de Arguello, y en agradecmt.º del grande amor y Cariño q. me ha tenido spre. habiendome criado asu lado, la lego y mando, el Medallon de la Virgen guarnecido de Vrillantes; y el grande del aderezo guarnecido tambien, de Vrillantes con el retrato de mi Marido, p.ª q. lo tenga en su Memoria: ami amada Madre mi S.ª D.ª Juana Topete Condesa Viuda de Torrefresno, el Collar de Vrillantes: ami herm.ª D.ª Florentina Gragera, la pulsera de aderezo, y una sortija: a mi otra hrn.ª D.ª Joaquina Gragera, los pendientes y una Sortija: á D.ª Petra Gragera, tambien mi herm.ª, la media Luna con una Estrella; dejando todas estas memorias pr. el cariño q. las tengo y pr. q. me tengan presente, p.ª q. me encomienden a Dios; y si pr casualidad, faltasen en el dia de mi fallecimiento algunas de dhas. alajas, es mi voluntad, qe. mi Sa. Abuela siendo una de ellas la suya, elija las que guste de las q. me resten, y a las demas Sas. expresadas, se les recompensen con otras de equivalente valor, alas q. les señalo a cada una. Encargo ami marido, cude de las dos S.ª mi Madre y Abuela y q. si pr. algun a caso llegasen a encontrarse en necesidade las socorra y atienda como es devido asu Clase, y ser madre desu muger. Y para cumplir y pagar todo lo que queda expresado nos nombramos reciprocamte. uno a otro, al q. de nosostros sobreviva por Alb.ª comisario apoderado, y con faculdad absoluta e independiente, pa. todo sin rectrición ni quartacion, pudiendo proceder libremte. como si estubiesemos juntos, y de unanime consentim.º pudiendo ignalmte. vender en publica almoneda, o fuera de ella la parte no legada, p.ª pagar las deudas, el entierro y sufragios, q. dispondra prudentemente avida consideración a el caudal, de q. pueda disponer, y por fallecimiento del ultimo, seran nros. albaceas y comisarios con identicas facultades, Dn Franco. Albarez Caballero, el Marques de Torreorgas, y mi S.ª D.ª Florentina Arguello, o en su defecto mi S.ª D.ª Juana Topete.

Yo el Marques, en devido agradecimiento del honor con q. se ha manejado mi muger D.ª Maria Carmen Vargas Gragera Condesa de la Torrefresno, y el grande cariño q. me profesa; es mi voluntad q. del remante, q. quedare y fincare, de todos mis bienes libres, en q. se incluya el valor de la reedificacion de las Casas de Madrid, sitas en la Calle de las Infantas, señaladas con los num.ºˢ trece y catorce, q. reedifique por providencia del Tribunal de Policia, en atencion ano tener como no tengo abscendientes, ni tampoco descendientes legitimos, y en caso de q. no los tubiera a tiempo de mi fallecimiento, la nombro por mi unica y universal heredera de todos ellos, despues de pagadas las deudas mandas y legados; deviendo formar un inventario de todo p.ª q. despues de sus dias, lo lleben y hereden mis dos sobrinas D.ª Vicenta y D.ª Cayetana Aponte de por mitad y atodas pasadas.

Y yo la Condessa; en igual modo, si a tpo. de mi fallecimt.º no existiese mi madre y Abuela, en el concepto de no poder disponer segun leyes, de mas de una tercera parte de mis vienes en favor de otra Persona q. no sea mi legitimo Sucesor, sobreviviendome alg.ª de otras SS.ª y en cuyo ebento lego y mando de otro tercio y de quanto a mas el oro me pueda permitir, aunque sea el todo al expresado mi Marido; le instituyo y señalo mi unico y universal heredero de todos mis vienes, libres acciones y alajas, q. tengo, y pueda hacer a tiempo de mi muerte, si me sovreviviese formando Ynbentario de todo p.ª q. despues de sus dias, lo lleben a todas pasadas, nro. ahijado y Sobrino Dn. Leopoldo de Combes y Gragera, separando una tercera parte entera q. dejo e mando en aquel caso, p.ª Carlos de Combres y Gragera, con lo que puedan estos sostenerse en la Carrera q. elijan y tambien asu Madre pr. ser la mas Pobre de mis herm.ª la q. disfrutara de los vienes de ambos mis sob.ˢ en caso de q. hubiesen fallecido estos en el tpo. en q. deberian entrar en esta herencia y quando esta fallezca se partiran los vienes a todas pasadas entre mis Sobrinas D.ª Asuncion Albarez y Gragera y D.ª Concepcion Roja y Gragera y Ruego a todos me encomienden a Dios.

[redacted]



DOM THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA, CONDE DE VILA-FLOR
1.º PRESIDENTE DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA

[redacted]

Dom Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena

CONDE DE VILA-FLOR

1.º Presidente do Instituto Português de Heráldica

Como um verdadeiro fidalgo, fiel aos ensinamentos da sua raça cujas lições de Fé e de Patriotismo êle sabia de cór, com edificante resignação cristã e admirável grandeza moral—que o digam essas páginas elevadíssimas que são o seu testamento—rendeu, em 12 de Janeiro do corrente ano seu formosíssimo espírito ao Creador aquele que em vida foi o Conde de Vila Flor, Dom Thomaz Maria de Almeida Manuel de Vilhena.

Sob a sua presidência se constituiu o Conselho Director do Instituto Português de Heráldica, e nesse lugar ficou sendo bem *the right man in the right place*, não só pela nobreza do seu sangue, representante dos Manueis de Vilhena, de régia estirpe em Portugal, onde refulgem os nomes eminentes de D. Sancho Manuel, e de D. Frei António Manuel de Vilhena, como pela elevada posição social e política, que manteve através de dois regimes, e ainda pelo prestígio da sua pena e profundeza da sua cultura histórica e sociológica.

Neste último campo marcara há muito notável lugar sôbre tudo depois da publicação da sua *História da Instituição da Sagrada Ordem da Cavalaria*, não sendo hóspede igualmente na especialidade dos estudos genealógicos pois que iniciára a sua carreira literária publicando já em 1886 o seu substancioso opúsculo «A Casa de Bragança—Memoria historica»).

Era assim actualmente o decano dos autores genealógicos portugueses e, coïncidência curiosa, para êle que não era pròpriamente um genealogista na estrita acepção da palavra, pois que a envergadura da sua inteligência e espírito crítico o levavam com maior deleite para os mais elevados problemas de filosofia da história, foi com um trabalho também genealógico-biográfico que terminou a sua vida de escritor, compondo e, revendo ainda, a notícia genealógico-biográfica e bibliográfica sôbre o Eminentíssimo Grão Mestre de Malta D. António Manuel de Vilhena, esse notável português que no govêrno da sua religião e como soberano daquela ilha tanto honrou o nome de português, estudo com que a revista do Instituto Português de Heráldica, *Armas e Troféus*, teve a honra de iniciar as suas publicações.

A-pesar-de já doente do mal implacável que o victimou, foi com grande carinho, com vivo interêsse mesmo, que o Conde de Vila Flor, já afastado de toda a actividade que fôsse estranha à sua casa, acedeu a tomar a presidência do Instituto Português de Heráldica, que indiscutivelmente era sua *par droit de naissance et par droit de conquête*. Êle porém que toda a sua vida pugnara pelo culto da Pátria, da Tradição, da Arte e da Família sentiu que devia apoiar com a sua autoridade uma instituïção que se destinava ao culto dêsses nobres ideais.

O Senhor Dom Thomaz Maria de Almeida Manuel de Vilhena era actualmente vogal do Conselho Superior da Política Monárquica ; foi fundador da Associação da Mocidade Católica e fez parte de várias instituïções científicas, literárias e de beneficência.

Era Gran Cruz da Ordem de Nossa Senhora de Villa Viçosa; Cavaleiro da Nobilíssima Ordem de Malta; Grande Oficial da Ordem Espanhola de Affonso XII e de outras ordens destinadas a premiar os altos méritos.

Foi ilustre membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Academia Real da História de Madrid, do Instituto de Coimbra, etc., etc.

Conferencista notabilíssimo, jornalista e escritor distinto, investigador dos mais notáveis, foi o Conde de Vila Flor estudioso de invulgar inteligência, tendo feito com brilho o Curso superior de letras e desempenhado com firme aprumo vários cargos politicos.

Deputado eleito por Viana do Castelo nas legislaturas de 1901 a 1907, foi Governador Civil de Braga e do Funchal.

Mudadas as Instituïções, foi *leader* da Minoria Monárquica do Senado. Colaborador muito apreciado da imprensa, foi considerado um dos mais notaveis críticos teatrais sendo muito interessantes as suas crónicas. Entre as suas obras literárias, citaremos como principais:

—Em 1886—«A Dinastia de Bragança», edição comemorativa do Consórcio de Sua Alteza Real o Príncipe D. Carlos, publicada pela livraria editora de Henrique Zeferino de Albuquerque. Esta memória histórica mereceu a medalha de ouro da «Sociedade de Homens de Letras de Paris».

—Em 1889—«Margarida», drama em 4 actos, que foi representado em 9 de Fevereiro do mesmo ano no Teatro D. Maria II.

—Em 1889—«A Marqueza de Verride», também em 4 actos.

—Em 1897—«Guia ilustrado de Lisboa e suas circunvizinhanças», escrito em português e francês.

—Em 1920—«História da Instituïção da Santa Ordem da Cavalaria e das Ordens Militares em Portugal»; notabilíssimo trabalho demonstrativo das mais altas qualidades de investigação e duma extraordinária erudição.

—Em 1931—«D. António Manuel de Vilhena—Grão Mestre da Ordem de Malta», publicado a págs. 9 e seguintes da Revista de História e de Arte «Armas e Troféus», propriedade do Instituto Português de Heráldica de que S. Excelência foi o primeiro Presidente,

—Em 1931—«Santo António de Lisboa»—discurso pronunciado na sessão solemne de 13 de Junho do mesmo ano, comemorativa do VII centenário de St.º António, na Associação dos Arqueólogos Portugueses. O Sr. Conde de Vila Flor destinou êste admirável trabalho à revista «ARMAS E TROFÉUS», que terá muita honra em o incluir brevemente nas suas colunas.

*

* *

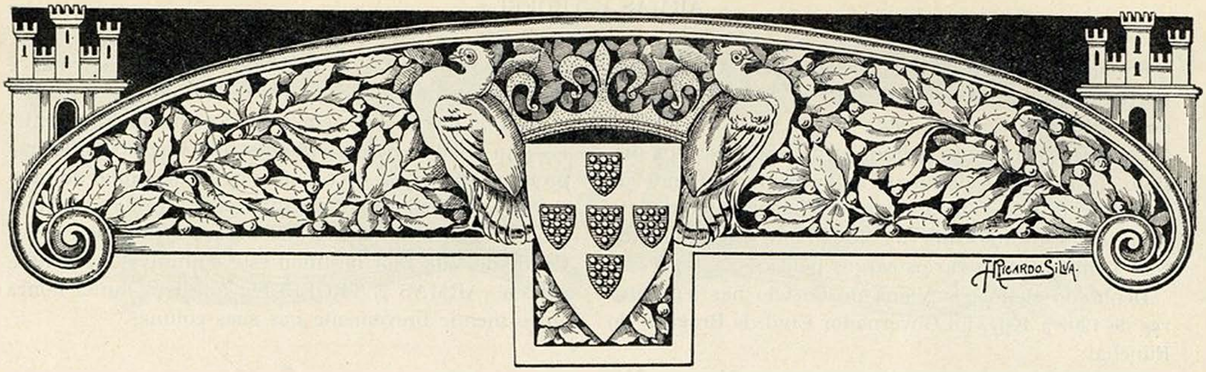
Terminando por aqui, as breves referências aos trabalhos mais notáveis de D. Thomaz Maria de Almeida Manuel de Vilhena, com o intúito de demonstrar a sua variada erudição, diremos ainda que nasceu em 16 de Junho de 1864 e que foi casado com a ilustre Senhora Dona Maria José de Azeredo Teixeira de Aguilar, filha dos 2.^{os} Condes de Samodães, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilar e Dona Henriqueta Adelaide Vieira de Magalhães.

Do casamento dos Condes de Vila Flor, nasceu o Senhor D. Francisco de Azeredo Manuel de Vilhena, Conde de Alpedrinha, engenheiro agrónomo e assistente do Instituto Superior de Agronomia.

*

* *

O Instituto Português de Heráldica dolorosamente atingido pelo passamento daquele que foi seu primeiro Presidente, regista na «Revista de Historia e de Arte ARMAS E TROFEUS» esta manifestação do preito da sua muita veneração e emperecível saüdade pela grande figura que Portugal acaba de perder.



PORCELANA PORTUGUESA

(UMA COLECÇÃO DE PSEUDO-CAMAFEUS)

POR AUGUSTO CARDOSO PINTO

Deve-se à pêna erudita e autorizada do eminente arqueólogo e historiador de arte Snr. D. José Pessanha o estudo dos inícios do fabrico da porcelana entre nós.

Nesse interessante trabalho que é «A Porcelana em Portugal» (1), tão notável pela novidade do assunto como pela probidade com que foi elaborado, historiou o seu autor as primeiras tentativas efectuadas no sentido de se obter êste belíssimo produto cerâmico e pôs em relêvo, tirando-os dum immerecido esquecimento, os nomes daqueles que, à custa de não pequenas canseiras e muita perseverança, quiseram introduzir no país um benefício de largo alcance como era a criação duma indústria nacional da porcelana, espécie cerâmica de tão úteis e variadas aplicações e que proporciona à Arte um magnífico meio de expressão.

Embora os seus esforços viessem breve a morrer estiolados no estreito âmbito dos laboratórios, talvez por insuficiência de protecção da parte dos poderes públicos, e os resultados obtidos nunca chegassem a alcançar a conseqüente industrialização, não deixam tais beneméritos de ter direito ao nosso reconhecimento pela sua patriótica iniciativa. A justiça que era dévida à sua memória prestou-lha o Snr. D. José Pessanha, focando com aquele brilhantismo que costuma emprestar a todos os estudos que saem da sua pêna, as curiosas figuras dos pioneiros desta artística indústria.

No seu trabalho fez S. Ex.ª, a-par da história de tais experiências, o inventário do que delas chegou até nós e que consta de medalhas e imitações de camafeus (no género das de Weedgood),—peças de pequenas dimensões, é certo, mas algumas das quais de real valor artístico,—que descreveu e reproduziu.

A aquisição recente de um grupo (1) destas primícias da porcelana nacional permite-me trazer ligeiras achêgas para o conhecimento de tão curiosa matéria; ligeiras, disse, mas que não são para desprezar num campo em que os elementos de estudo são em extrêmo limitados.

Deveria talvez reduzir-me à descrição das peças desconhecidas e que são apenas duas, mas como há ainda algumas que o Snr. D. José Pessanha não reproduziu a-pezar-de a elas se referir e outras já reproduzidas que, no entanto, apresentam certas particularidades dignas de menção, prefiro descrever toda a colecção, (que é talvez a mais rica em variedade), exceptuando, por ser de sobêjo conhecida, a preciosa medalha rectangular em que é figurada a máquina com que foi levantada a estátua de D. José, de que também possúo um exemplar.

(1) In «Archivo Historico», vol. I, 1903; e depois com aditamentos in «A Terra Portuguesa», vol. III, 1918. Mais tarde saiu, juntamente com «O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça», em volume editado pela Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

(1) Coleccionado, excepto duas peças que posteriormente obtive (n.os 5 e 13), pelo nosso amigo e distinto antiquário Snr. João da Silva Nascimento.

Antes, porém, de apresentar esta espécie de catálogo, julgo conveniente recapitular a história de tais peças, para elucidação do leitor que desconheça ou não tenha presente o referido estudo do Snr. D. José de Pessanha.

*

* *

Se os portugueses, mercê das suas relações com o longínquo Oriente, foram os primeiros, a conhecer a



1 4 5

porcelana, a trazê-la à Europa e ainda a divulgar os processos da sua manipulação, é certo que, por outro lado, foram dos últimos a produzi-la.

Não é para causar admiração êste atrazo em relação aos outros países. Da India, da China e do Japão vinham-nos, outróra, carregamentos e carregamentos das mais ricas, preciosas e delicadas porcelanas que nessas remotas paragens se manufacturavam.

Para quê, portanto, tentar fabricar na nossa casa um produto cuja matéria prima essencial, o caulino, era de difícil obtenção e cujas fórmulas de composição os que as conheciam ciosamente procuravam manter sob rigoroso sigilo (assim se praticava nas principais manufacturas europeias), se a casa alheia no-lo fornecia em extraordinária abundância? Desta maneira se explica talvez que só em 1832 a indústria da porcelana fôsse iniciada no país na fábrica da Vista Alegre fundada em 1824 pelo empreendedor José Ferreira Pinto Basto.

Não foi, entretanto, daí que saiu a primeira porcelana fabricada em Portugal. Já muito antes, ainda em pleno século XVIII, alguns cultores das sciências fisico-químicas haviam intentado com apreciável êxito produzir esta qualidade de cerâmica.

Bartolomeu da Costa em Lisboa, Domingos Vandelli em Coimbra, João Manso Pereira no Brasil, ainda então domínio português, após profiadas investigações e experiências pacientes, venceram as dificuldades que a sua manipulação oferecia, mostrando, assim, que podiamos fazê-la por nossas mãos e com materiais nossos. Outros, ainda, teriam acompanhado ou seguido as suas pisadas, mas dêstes é impreciso, vago mesmo, o que se conhece da sua actividade em tal campo.

Pêna foi que todas estas tentativas, feitas isoladamente e sem terem a ampará-las, na medida necessária, o auxílio dos governos e o interêsse do público, fossem abandonadas antes de se transformarem em prática industrial, remuneradora para os seus autores e benéfica para a economia da Nação.

Conquanto lhe possa ser contestada a descoberta, que o Snr. D. José Pessanha entende dever atribuir-se ao francês Drouet, do caulino empregado nos seus ensaios, cabe ao tenente-general Bartolomeu da Costa o mérito da prioridade na fabricação de porcelana fina, aplicável a trabalhos artísticos delicados.

Com a porcelana que achou,—e que êle, num desculpável orgulho de inventor, considerava superior a quanta se fabricava por êsse mundo de Cristo,—fez cunhar três medalhas, uma rectangular, datada de 1773, comemorativa da descoberta, e as outras duas com data de 1775, sendo uma a de forma edicular, tão conhecida e apreciada pelos amadores de antiqualhas por ser, na verdade, uma pequena maravilha de perfeição e de delicadeza, e em que se representa a máquina com que foi levantada e colocada no carro que a transportou, a estátua eqüeste de D. José I, que se admira no Terreiro do Paço; e outra circular, em que se reproduz a mesma estátua, já assente em seu pedestal (1).

Para as duas últimas abriu os respectivos cunhos o hábil gravador do Arsenal do Exército, João de Figueiredo, que também assinou o conhecido camafeu com o busto de D. Maria I, datado de 1782, e uma medalha circular com os bustos, de perfil, da mesma Rainha e de seu marido D. Pedro III.

De Vandelli, italiano de origem, lente de Química e Ciências Naturais, na Universidade de Coimbra e ceramista notável, que pelo ano de 1789 conseguiu fazer porcelana, conforme expôs numa memória que publicou, nenhuma peça se conhece que se possa dizer saída das suas mãos.

Pelo contrário, de João Manso Pereira, que foi professor de humanidades na Baía e no Rio de Janeiro, perduram algumas belas imitações de camafeus, autenticadas com a sua marca e de primorosa factura, que



8 9 10

nos permitem avaliar o seu labor como ceramista.

Além das peças que se sabe categòricamente serem obra de Bartolomeu da Costa ou de Manso Pereira e de outras que se lhes atribuem, algumas mais existem que revelam ter havido mais alguém a ensaiar o fabrico da porcelana. É possível que a palavra *Lessa* (ou *Lesse ?)* que se lê no camafeu que vem sob o n.º 8 seja o

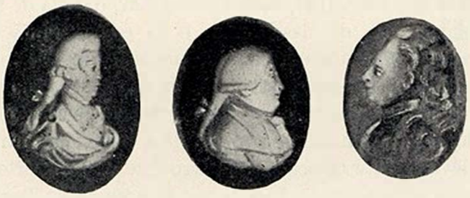
(1) Como se sabe, a fundição desta estátua, feita dum só jacto, foi dirigida por Bartolomeu da Costa.

nome duma dessas pessoas, talvez a mesma que marcou com as iniciais *S L* o que, representando D. Maria I, se descreve sob o n.º 13.

*

* *

1—Camafeu oval (1) com o busto de D. Maria I, a três quartos para a esquerda, cabeça coroada de louros;



11 12 13

a figura a branco sobre fundo *beije;* no reverso, branco, lê-se em toda a volta do rebôrdo a seguinte legenda em relêvo:

JOÃO DE FIGUEIREDO. FECIT · LISBOA ARCENAL REAL DO EXERCITO 1782.

Dimensões: 22^{mm} x 17^{mm}.

(A Porcelana em Portugal, pag. 65, est. II, fig. 2) (2)

Segundo o testemunho de Cirilo Volkmar Machado, citado pelo Snr. D. José Pessanha, a porcelana empregada nesta peça foi a descoberta por Bartolomeu da Costa.

2—Outro exemplar; fundo côr de pinhão.

Dimensões: as mesmas.

3—Outro exemplar; fundo azulado, reverso da mesma côr, sem legenda.

Dimensões: 23^{mm} x 17^{mm}.

Difere dos antecedentes porque ao passo que naqueles o fundo é pintado, neste, ao que parece, a côr é da própria substância que constitui a oval em que assenta a figura que por seu lado não apresenta a mesma alvura que os outros. Houve aqui, sem dúvida diferente técnica como diferente devia ter sido a composição da pasta empregada.

4—Camafeu com a mesma figura dos antecedentes, mas de maiores dimensões; a figura, pelo contrário, é menor, fundo vermelho muito escuro, imperfeito e rugoso. No reverso, branco, a seguinte marca riscada na pasta:

32
As.

Dimensões: 26^{mm} x 19^{mm}.

(A Porcelana, pág. 66).

É certamente uma prova de ensaio e pertencente à colecção da oficina, servindo o número de referência ao respectivo cunho.

5—Camafeu com busto de homem, a três quartos para a esquerda, a cabeça coroada de louros. Fundo côr de ardósia, sem brilho: reverso branco com a legenda seguinte na parte superior:

LISBOA · 1783

Dimensões: 24^{mm} x 19^{mm}.

(A Porcelana, pág. 67, Est. II, fig. 4).

O Snr. José Pessanha, ao descrever este camafeu, de que cita exemplares com fundo azul e côr de pinhão, dá-o como representando o Príncipe do Brasil, D. José, filho de D. Maria I, baseado no que diz um inventário antigo do Museu da Academia (onde existe um exemplar), mas o Snr. Joaquim de Vasconcelos opina que seja D. José I (1). Não me parece que êste camafeu forme par com o de D. Maria I, a-pezar-de com êle ter grandes afinidades: as suas dimensões são sensivelmente maiores.

Quanto à data, nos três exemplares que descrevo, lê-se com nitidez 1783.

6—Outro exemplar; fundo cinzento-esverdeado, brilhante e irregular.

Dimensões: as mesmas.

7—Outro exemplar: o fundo em tom mais carregado que no antecedente; neste, nota-se que a palavra LISBOA e a data estão quási imperceptivelmente mais afastadas da estrelinha que fica no meio de ambas do que nos antecedentemente descritos.

Dimensões: as mesmas.

8—Camafeu com o busto do Príncipe D. João (depois



14 15

D. João VI) de frente, a branco sobre fundo côr de ardósia; no reverso branco, riscada na pasta esta marca:

Lessa. (Lesse ?)
1791

(1) Chamarei a estas peças camafeus para as distinguir das medalhas pròpriamente ditas; como são todas ovais, omitirei esta indicação nas seguintes.

(2) Todas as citações de «A Porcelana em Portugal» se reportam à ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra que é a que tenho presente.

(1) Exposição de Cerâmica, Porto, 1883, pág. 84.

Dimensões: $26^{mm} \times 18^{mm}$.

É sem dúvida êste falso camafeu que o Snr. José Pessanha descreve (A Porcelana, nota II, pág. 95) por dois exemplares que pertencem ao Snr. Luís Keil, sem o reproduzir nem citar a marca que não pode verificar se existia por estarem encastoados.

9—Camafeu com o busto do Príncipe D. João, a três quartos para a direita, a branco sôbre fundo côr de pinhão; reverso branco (1).

Dimensões: $32^{mm} \times 25^{mm}$.

(A Porcelana, pág. 82, est. V, fig. 3).

10—Camafeu com o busto de D. Pedro III (?) de perfil para a direita, a branco sôbre fundo de pasta acinzentada; na secção do braço da figura, vêem-se as letras J M., iniciais de João Manso.

Dimensões: $22^{mm} \times 18^{mm}$.

(A Porcelana, pág. 78, est. V, fig. 2).

A pasta desta peça tem grande semelhança com a do n.º 3.

11—Camafeu com o busto do Príncipe D. João, a branco, de perfil para a direita, sôbre placa azul-acinzentado, tendo no reverso impressa a marca

MANSO
R. JAN.

Dimensões: $29^{mm} \times 21^{mm}$.

Nesta peça, como na que se segue, revela-se um processo de fabríco diferente do empregado em todas as outras.

Ao que se me afigura, aqui o busto foi obtido à parte e depois sobreposto na oval que lhe faz de fundo, sendo de constituïção diferente as pastas dum e doutro.

É o que se verifica com mais nitidez na peça que se descreve a seguir.

Esta peça, que tem par com o busto de D. Carlota Joaquina descrito e reproduzido n'«A Porcelana», pág. 77, est. IV, fig. 4, é descrita na nota I desta obra (pág. 96) e agora reproduzida pela primeira vez. O meu exemplar é, segundo me informam, o mesmo que ali se cita.

(1) Este camafeu tem par com o busto de D. Carlota Joaquina, também descrito n'«A Porcelana».

12 — Camafeu com o busto de personagem desconhecida, trajando à moda do fim do século XVIII, (José Seabra da Silva?), de perfil para a direita a branco sôbre fundo côr de ardósia.

Esta peça é constituída por uma oval de pasta branca revestida no anverso por uma camada duma substância baça, côr de ardósia, sobre a qual assenta a figura, de pasta muito branca e translúcida.

Dimensões: $26^{mm} \times 20^{mm}$.

Não tem qualquer marca e é desconhecida. Pelas afinidades com a peça antecedente que apresenta sou levado a classificá-la como obra de João Manso.

13—Camafeu com o busto de D. Maria I, de perfil para a esquerda (1). A pasta branca com uma grande mancha azul-acinzentada; fundo amarelo torrado; no córte do braço da figura as iniciais: *S L*.

Dimensões: $27^{mm} \times 19^{mm}$.

Descrito, mas não reproduzido n'«A Porcelana», nota II, pág. 95.

14—Camafeu com o busto de D. João VI, de frente, todo branco.

Dimensões: $23^{mm} \times 19^{mm}$.

Muito imperfeito, delgado e translúcido, dum relêvo pouco pronunciado, talvez só com a primeira cosedura, diferença-se dos até agora descritos, não podendo de forma alguma ter a mesma procedência de qualquer dêles.

Pela indumentária e córte do cabelo da figura, acusa datar já dos primeiros 20 anos do século XIX. Possìvelmente resultado das experiências de Pedro Celestino Soares ou, então, um dos primeiros produtos da Vista Alegre.

Não tem marca e é desconhecido.

15—Camafeu com o busto de D. Carlota Joaquina; é o par do antecedente.

Dimensões $25^{mm} \times 18^{mm}$.

Já descrito (mas não reproduzido) n'«A Porcelana», nota I, pág. 96.

(1) Esta peça foi-me gentilmente oferecida pela Ex.ma Senhora D. Guida Keil, pelo que lhe deixo aqui registada a expressão do meu reconhecimento.

ORGANIZAÇÃO DO ARMORIAL

MÉTODO E FONTES

Comunicação lida na Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em sessão de 21 de Janeiro de 1931, por António Machado de Faria de Pina Cabral.

¿ Como se deve organizar um armorial ?

Pregunta que, ainda que pareça inútil, nos vemos obrigados a fazer aos que se dedicam a assuntos heráldicos por havermos reconhecido a oportunidade de enfrentar a questão que, até agora, tem sido considerada de somenos valor ou ainda não lembrada como necessária.

Tornou-se inadiável desde que os estudos heráldicos tomaram em Portugal a orientação scientífica que leva os investigadores a procurarem profundar o passado da nobre arte e que se pensou fazer novas edições do armorial.

É preciso, como seqüência lógica da progressão da Heráldica, que os trabalhos que lhe respeitam saiam fora da apresentação rotineira que teem tido para se procurar oferecê-los por forma mais criteriosa e que maior utilidade tenha para o leitor.

Julgarão que é frivolidade tratar de tal assunto, mas, se souberem avaliar a importância que tem a metodologia na organização dos trabalhos, o seu parecer não poderá ser êsse.

A matéria de uma obra tem de ser distribuída, adentro dela, do modo mais prático e racional, agrupando-a segundo os caracteres comuns que permitam formar tipos diferentes, por origens ou seguindo a ordem cronológica. A alfabetação é o sistema menos aconselhável, se bem que nos armoriais tenha foros de clássico. Os índices remissivos teem sôbre a alfabetação a vantagem de permitirem classificar os elementos constitutivos da obra pela ordem mais consenlânea ou de conservar a cronológica, que mostra ao leitor, como em diagrama, as transformações sofridas através das idades.

Armorial não é qualquer livro em que se tenham reünido brasões de armas, porque esta palavra exige, não sòmente o trabalho de compilador mas o de investigador que tem de apurar a verdade, na medida que as fontes lho consentirem, porquanto, infelizmente, são escassas.

Como fontes oficiais, há : dois livros de armas — o do «Armeiro Mor» e o de António Godinho — guardados no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo ; documentos do Cartório da Nobreza posteriores a 1755 ; cartas de brasão de armas (1) registadas nas chancelarias reais e nos livros das mercês : três tomos do registo de cartas de brasão organizados pelo reformador do Cartório da Nobreza, frei Manuel de Santo António e Silva, que actualmente pertencem ao distinto heraldista senhor Afonso de Dornelas e foram já publicados em extracto pelo seu penúltimo possuïdor senhor doutor José de Sousa Machado, (2) exímio genealógico ; e algumas cartas de brasão cujo registo estava no Cartório da No-

(1) O valor probatório da carta de brasão, como fonte, é muito reduzido. Braamcamp serviu-se dêle em todos os casos ; nós, porém, julgamos que só se lhe deve lançar mão no de único recurso.

As cartas de brasão eram passadas por oficiais geralmente incompetentes, que a maior parte das vezes brasonariam de memoria, embora atestando que o faziam perante os livros. Estavam, portanto, em grande desacôrdo com os textos basilares, discordâncias que correspondem a igual número de erros, alguns dos quais vão até a troca das armas que não são as correspondentes ao apelido indicado.

Ressalvamos, contudo, as cartas de mercê-nova, pois estas são o documento autêntico do respectivo brasão, enquanto as outras são certidões e, portanto, fontes indirectas.

(2) Já em o nosso trabalho «António Soares de Albergaria — Heraldista do Século XVII» fizemos notar que os códices citados teem erros de leitura. A êstes, outros se juntaram na publicação dos «Brasões Ineditos» do senhor doutor Sousa Machado, obra que é deficiente extracto do trabalho de frei Manuel de Santo António.

A infelicidade da publicação foi aumentada com a alteração da ordem cronológica, pois que o senhor doutor Sousa Machado tomou como modêlo o «Archivo Heraldico-Genealogico», do Visconde de Sanches de Baena, obra que de verdadeiramente aproveitável para a Heráldica só tem a transcrição, na íntegra, de algumas cartas de brasão e, essas mesmo, oferecendo pouca garantia de fidelidade por não serem cópias rigorosamente diplomáticas, como provou Braamcamp Freire.

breza, consumido pelo incêndio, saídas à luz da imprensa em diversas publicações.

A documentação oficial é, contudo, ainda muito pouco para um trabalho profundo sôbre a heráldica portuguesa porque, destas fontes, só alguns registos das chancelarias são do século XV e princípios do XVI, sendo as outras posteriores. (3)

(3) A feitura do livro de armas denominado «Livro Grande», mais vulgarmente do «Armeiro Mor», marca o início da reforma heráldica do rei D. Manuel I. João du Cros, rei de armas de Portugal, terminou-o em 15 de Agosto de 1509, servindo-nos, portanto, de fonte oficial preferível às cartas de brasão dadas depois dessa época, exceptuadas as das armas que foram posteriormente concedidas e quanto a timbres de que êle é omisso na sua totalidade.

Como já dissemos em a nota penúltima atribuímos às cartas de brasão fôrça probatória muito relativa.

Por ter desaparecido com a lastimável perda do Cartório da Nobreza o «Livro dos Reis de Armas» temos de recorrer às cartas de brasão anteriores à conclusão do «Livro Grande». Com o fim de facilitar a sua consulta publicamos a seguir a lista, que nos parece ser completa, das até hoje conhecidas.

Gil e Vicente Simões, em 10 de Julho de 1438 (A. P. p. 477); Fernão Gil Montarroio, em 21 de Outubro de 1450 (A. P. p. 335); Vasco Pires Guante, em 20 de Julho de 1454 (A. P. p. 235); Álvaro Gonçalves de Cáceres, em 22 de Junho de 1459 (A. P. p. 97); João Gonçalves da Câmara de Lobos, em 4 de Julho de 1460 (A. P. p. 104); Martim Esteves Bôto, em 1 de Abril de 1462 (A. P. p. 84); Gonçalo Vaz de Campos, em 11 de Maio de 1465 (A. P. p. 109); Álvaro Afonso Frade, em 8 de Novembro de 1471 (A. P. p. 203); Lopo Esteves, em 8 de Novembro de 1471 (A. P. p. 184); António Leme, em 12 de Novembro de 1471 (A. P. p. 263); Fernão Gomes da Mina, em 29 de Agosto de 1474 (A. P. p. 330); Nuno Martins Garro, em 31 de Agosto de 1475 (A. P. p. 221); João Lourenço, em 5 de Setembro de 1475 (A. P. p. 280); Gabriel Gonçalves, em 11 de Outubro de 1475 (A. P. p. 231); Fernão Luís, em 13 de Novembro de 1475 (A. P. p. 283); Álvaro Lopes de Chaves, em 4 de Abril de 1476 (A. P. p. 139); Rui Vasques em 21 de Maio de 1476 (A. P. p. 526); João Lopes, em 6 de Junho de 1476 (A. P. p. 273); João Garcês, em 6 de Novembro de 1481 (A. P. p. 218); Gonçalo Pires da Bandeira, em 4 de Julho de 1483 (A. P. p. 55); Diogo Cão, em 14 de Abril de 1484 (A. P. p. 112); Diogo de Azambuja, em 29 de Julho de 1485 (A. P. p. 48); Pedro da Alcáçova, em 14 de Janeiro de 1491 (A. P. p. 12); Pedro Rodrigues do Amaral, em 31 de Maio de 1491 (A. P. p. 28); Afonso Garcês, em 12 de Março de 1492 (A. P. p. 610); Henrique de Almeida, em 1 de Março de 1494 (A. H. n.º XXXVI); Álvaro Soares, em 24 de Maio de 1501 (B. I. n.º 9); Diogo Pereira de Sampaio, 24 de Dezembro de 1502 (E. N., I p. 182); Volfango Holtzschuher, em 8 de Fevereiro de 1503 (A. P. p. 244); Diogo Borges Pacheco, em 5 de Janeiro de 1504 (A. H. XXVII n.º 5); Gil de Gois, em 6 de Setembro de 1504 (A. H. n.º 946); Diogo Velho, em 21 de Junho de 1505 (A. P. p. 533); André de Bettencourt, em Março de 1502 (A. A., X. p. 452); Nuno Caiado, em 2 de Julho de 1506 (A. H. n.º LXX); D. João Lobo, bispo de Tânger, em 24 de Junho de 1506 (A. P. p. 271); Fernão Cerveira, em 13 de Dezembro de 1507 (A. H. n.º XXVI); Lopo Mexia, em 16 de Novembro de 1507 (B. I. n.º 323); Manuel de Gois de Lacerda, em 15 de Junho de 1508 (A. H. n.º 1898); e Diogo da Cunha, em 3 de Outubro de 1509 (B. I. n.º 121).

As abreviaturas significam «Armaria Portuguesa», «Archivo Heraldico-Genealogico», «Brasões Ineditos» e «Elucidario Nobiliarchico».

Muitas das cartas enumeradas que mandamos ver na «Armaria Portuguesa», encontram-se também transcritas no «Archivo Heraldico», porém citamos a primeira obra preferindo a lição de Braamcamp, por mais segura.

A idade-média heráldica continua em escuridão profunda. Raríssimos monumentos dessa época teem sido estudados e está por fazer o inventário das sepulturas armoriadas, pelo que não é, portanto, proveitoso o estudo isolado de um ou outro monumento.

É preciso primeiro organizar êsse inventário e só depois, por comparação de vários exemplares, se poderão tirar conclusões. Tudo o que até lá fizermos pouco terá de útil.

Não é apenas necessário cotejar exemplares da mesma colecção ; é, também, preciso confrontá-los com os de outras. Para o conhecimento da heráldica da idade-média é de suma importância o estudo esfragístico dos documentos medievos, que ainda se encontra no mesmo estado de atraso que o sepulcral, se bem que presentemente haja vislumbres de em breve se tornar realidade.

Um armorial não deve ter a organização simplista do do senhor Santos Ferreira nem tampouco a que lhe deu Anselmo Braamcamp Freire. Aquêle, achou suficiente os desenhos e a descrição das armas ; êste, dispensou a parte artística e à descritiva juntou a documental.

Um e outro, a nosso ver, deixam muito a desejar na organização.

Entre os brasões de armas das famílias nacionais ou nacionalizadas há a distinguir os de origem portuguesa ou com origem peninsular anterior à formação da nacionalidade, portanto agrupáveis naqueles, e os de ori-

A propósito de João du Cros, juntamos aqui uma valiosa informação que nos parece podermos deduzir da consulta das cartas de brasão do século XV, que tivemos ensejo de fazer na preparação do presente trabalho.

Na carta de brasão de armas passada a 15 de Janeiro de 1491 a Pedro de Alcáçova, figura, como Portugal rei de armas, João Rodrigues, raríssima circunstância esta de ser indicado o nome do oficial de armas nas cartas quinhentistas e única nas do século XV, mas, felizmente, providencial.

Pouco mais de um ano depois, a 12 de Março de 1492, outra carta era passada a Afonso Garcês, mas esta já sem indicação do nome do rei de armas e com forma diferente da das anteriores, que eram dadas em nome do soberano, sendo-o esta no daquele oficial.

A carta, escrita em português, tem a curiosa e singular particularidade de ter a descrição das armas em francês, o que levou Braamcamp a dizer : *É muito interessante esta C. B. sobretudo por ter a descrição das armas em francês, a lingua heraldica por excelencia.*

O erudito investigador não acreditava na existência de João du Cros e, por isso, nenhuma ilacção pôde tirar dêste facto.

Nós, que em «António Soares de Albergaria—Heraldista do Século XVII» provámos que o francês João du Cros havia sido rei de armas principal, tiramos a permitida conclusão de que êle já o era em 12 de Março de 1492 e que o seu antecessor ainda vivia em 15 de Janeiro de 1491.

A carta, feita em duas línguas, mostra bem que João du Cros estava havia pouco em Portugal, pelo que não sabia ainda o nosso idioma, o que o obrigava a brasonar no seu mas já com vestígios peninsulares, sendo o resto da carta escrito por outra pessoa, como era uso.

Perto de vinte anos exerceu, portanto, o nobre ofício das armas o insigne iluminador do «Livro do Armeiro Mor», tanto tempo suposto ser imaginário.

gem estrangeira, provindos de outros países posteriormente à criação do estado portucalense.

Os armoriais descrevem por ordem alfabética, indiferentemente, uns e outros, o que nos parece grande êrro, porque, se pretendemos fazer armorial português, devemos isolar as armas portuguesas das que o não são. Estremadas pela origem poder-se-ão publicar em conjunto, dividindo a obra em duas partes: a primeira, relativa à armaria nacional, justificará o título de português que cabe a êsse trabalho, qualquer que seja o seu nome; a segunda incluirá todos os brasões de armas de famílias estrangeiras que vieram fixar-se em Portugal e que figurem nos armoriais do país de origem. (4)

As armas estrangeiras estão pois fora da alçada da nossa discussão, e, por isso, não temos senão que copiá-las dos armoriais a que pertencem, onde devemos encontrá-las em forma mais certa do que nos nossos. (5)

As famílias exóticas poderão, às vezes, ter de figurar no armorial português, tanto na parte nacional como na estrangeira, porque algumas teem armas da sua nacionalidade e armas portuguesas. Contràriamente, o mesmo poderá acontecer às portuguesas como Cabral, Rodrigues, Vaz, etc.

Os acrescentamentos feitos por soberanos de outros países a nacionais nossos não devem ser embaraço para que as suas armas figurem na primeira parte do armorial, assim como os que os nossos reis concederam a estrangeiros não constituem impedimento para a sua inclusão na segunda.

Uma nota que chame a atenção do leitor sempre que haja transposição de família, por causa heráldica, para fora da sua nacionalidade genealógica, terá a utilidade de lhe fazer ver que outros ramos teem armas de diferente origem.

Falemos agora dos apelidos.

¿ Há conveniência em lançá-los nos armoriais em tôdas as suas formas, antiquadas e presentes?

Não nos parece defensável a resposta afirmativa. O apelido, como todo o vocábulo, evoluiu através dos séculos, evolução que em geral os seus portadores acompanharam. Meia dúzia de famílias que persistem na forma arcaica, fazem-no mais para chamar a atenção, do que com justificadas razões. Pretendem apartar-se da comunidade nominativa pelo uso de forma filológica diferente que, quiçá, julgam poder impor como mais nobre.

Areia que pretendem lançar aos olhos do vulgo iletrado...

A pureza da língua não a justifica porque os mais puritanos em filologia não podem servir-se das palavras na forma original.

Se quiséssemos lançar tôdas as grafias de certos apelidos, encheríamos o armorial de remissões, para o que basta ver o exemplo que segue, com numerosas vozes encontradas em documentos:

Osório, forma actual que é a do nome próprio, com as antigas de *Osouro*, *Osoiro*, *Isouro*, *Isoiro*, *Disouro*, *Disoiro*, *Dosouro*, *do Souro* e as patronímicas *Osores* e *Zores*, além das variantes que resultam do emprêgo do *z* por *s*.

Punhamos pois de parte as excepções e sigamos os apelidos na sua grafia actual.

¿ Como se tem inscrito nos livros de armas os apelidos estrangeiros?

Geralmente, de forma defeituosa, deturpados ou aportuguesados, pelo menos ortogràficamente, como *O'Kelly*, *O'Neill*, *Willoughby* e outros, escritos *Oquelli*, *Oneill*, *Velouvi*, etc. (6).

¿ Como convém alfabetá-los, pelo próprio apelido seguido da partícula nobiliárquica entre parêntesis, ou por esta?

Braamcamp registou uns de um modo e outros de outro; Santos Ferreira adoptou o critério de tomar a inicial da partícula como sendo a do apelido.

Parece-nos que nenhum dos mencionados heraldistas fêz o que seria lógico: lançá-los pela inicial do apelido sem a partícula, que o seguiria. Se, em Portugal, se contam por menos de meia dúzia os que estão nessas circunstâncias, o que aconteceria se fôssem às dezenas ou mesmo às centenas? A confusão, que tornaria difícil a consulta que tão fácil é se a sua ordenação for criteriosa.

¿ E que dizer dos portugueses, deformados por má leitura ou trasladados na errada forma que lhes deram escribas de poucos conhecimentos?

Neiva aparece-nos no armorial de Santos Ferreira escrito *Nieva* por êrro de leitura que não podemos lançar para as largas costas dos tipógrafos, porque a palavra está colocada no lugar que lhe compete na ordem alfabética; e *burgalês*, naturalidade de uns Castros de Burgos, que antigamente se escrevia muitas vezes sem *e* acentuado, foi lido pelo mesmo autor como apelido

(4) Esta parte não pode ser albergue de tôdas as famílias exóticas que se fixaram em Portugal ou que temporàriamente o habitaram. Tem de restringir-se, sòmente, às que encontramos inscritas em armoriais anteriores ao terramoto e às que depois dessa época registaram suas armas no nosso país.

Algumas há que, a-pesar-de não figurarem nos armoriais antigos, merecem a sua inclusão por terem já alguns séculos de existência em Portugal.

(5) Pode acontecer que algumas não tenham registo nesses armoriais ou por serem antigas e haverem sido substituídas por mercês-novas ou por não se ter feito o registo oficial delas. Nestes casos, à falta de melhor fonte, sirvamo-nos das mais antigas e autorizadas existentes em Portugal.

(6) O «Livro do Armeiro Mor» descreve umas armas de *Gill vant vistel*, que o respectivo índice diz de *Gil uanuistre* e que alguns armoriais chamam de *Wister*. A. Braamcamp Freire na «Armaria» diz que são de *Holtschuher*, identificação que fêz por documentos. Neste caso parece-nos mais lógico admitir confusão com as de *Gil uant ouvistel* do que tomar as rubricas indicadas como deturpadas de *Holtzschuher*. De qualquer maneira era impossível reconhecer o apelido verdadeiro sem recorrer aos documentos e aos armoriais estrangeiros.

pluralizado, que nos deu o de *Castro Burgal*, reduzido ao singular. (7)

Quem lida com documentos antigos sabe bem que na escrita de alguns séculos atraz não se fazia sistemàticamente a divisão das palávras mas que se reüniam duas e três e, às vezes, até tôda uma linha na escrita encadeada da chamada letra processual.

O que se dava com palavras grandes, polissilábicas, mais freqüentemente acontecia aos monossílabos, especialmente às preposições, que algumas vezes eram decompostas. São exemplos marcantes alguns apelidos que fazem parte do nosso armorial. Assim: *Fonseca* teve a forma *Afonseca* resultante da separação do artigo que estava ligado à preposição que a antecedia e que se lhe foi juntar; o mesmo se dá com *Deocampo* = *de o Campo*, mais correctamente *do Campo*, actualmente usado no plural precedido da preposição simples; *Dacorda*, resultante da ligação da preposição com o apelido *Corda*; igualmente *Docem* = *do Cem* ou *do Sem*, que é a forma vernácula; *Dantas, Dávallos, Deça, Delcarpio, Depulgares,* (8) *Devismes, Dogaldo, Dopau, Dopó, Dorta, Doutil, Dutra* que mais não são do que *de Antas, de Avallos, de Eça, del Carpio, de Pulgar, de Vismes, do Galdo, do Pau, do Pó, de Orta* ou *de Horta, de Outil, de Utra* e talvez ainda outras.

A corrupção que o apelido *Dornelas* sofreu, deve, talvez, atribuir-se aos escribas, que, mais por ignorância do que por propósito, suprimiram a preposição por a julgarem já ligada ao apelido, ou, com mais probabilidade, ao fenómeno natural de aférese que se deu em virtude da existência de dois sons análogos em *de Dornelas*.

Dulveira é forma correspondente a *de Ulveira*. Erradamente se tem pretendido fazer desta palavra apelido diferente do *de Oliveira*. Numerosos documentos medievais referentes às vilas de Oliveira dizem Ulveira. Esta forma deve ser a escrita sónica do nome dessas vilas. Em linguagem abreviada o *i* não era pronunciado e o *o* inicial tinha, como ainda hoje tem, o som de *u*, especialmente no norte do país.

Outro apelido que merece reparo é o de *Gil uant ouvistet*, que vem no «Livro do Armeiro Mor». Anda em todos os livros de armas, tanto antigos como modernos, escrito em variada forma, não se sabendo qual é a mais correcta ou, mesmo, se o é alguma delas.

Os nomes estrangeiros foram sempre mártires nas penas dos antigos, que os escreviam por modo tal que, muitas vezes, é impossível identificá-los. Freqüentemente, porém, seguiam a escrita sónica como em *Arnau, Bettencourt, Padilla, Pignatelli, Spinola* que escreviam *Ernau, Betancur, Padilha, Pinhatelli, Espinola*, o que, se não é correcto, não tinha, pelo menos, inconveniente.

O referido apelido apresenta nos armoriais a modalidade de *Gil Vaz Veniste* ou de *Veniste* que alguns indicam ser de Gil Vaz, leitura ou tradução que fizeram de *Gil uant*, dando-nos ainda o índice do «Livro do Armeiro Mor» a grafia *Gill vante Ouvistete* e o códice 962 do Fundo Geral dos Manuscritos da Biblioteca Nacional as formas *Vinet* e *Gil Vas Venite*. (9)

---

(7) O «Espelho da Nobreza do Reyno de Portugal» de Francisco Xavier da Serra Craesbeck, manuscrito n.º 963 do Fundo Geral da Biblioteca Nacional regista na fôlha 363 as armas dos *Castros Burgalezes*.

No singular, como acima dizemos, escrito de outro modo, seria *Castro Burgales*, que a Santos Ferreira lhe pareceria discorde por não ler a segunda palavra acentuada na última sílaba, o que lhe dava a impressão de serem dois apelidos, dos quais um estava no singular e o outro no plural. Por isso, resolveu fazer a concordância, criando um novo apelido.

¡ Muito pode o espírito dedutivo quando despreza o uso da hermenêutica e não tem a barrar-lhe os vôos os limites de um critério são!

(8) Este apelido *Depulgares*, ou melhor *de Pulgares*, que encontramos nos armoriais, deve ser o espanhol *del Pulgar* que foi tomado no plural como se encontram freqüentemente os apelidos nos livros de armas antigos.

(9) A páginas 29 do nosso trabalho «António Soares de Albergaria» transcrevemos uma nota dêste heraldista, existente no códice 1118 do Fundo Geral da B. N., que diz: «Gilluant Vistet—Viluante uistetee—em são Gião de Lixª estão estas armas na vidraça e creio q̃ são de hũ estrangeiro Alemão q̃ trouxe a dita igreja muitas reliquias—como se ue do painel q̃ esta na mes[m]a pintado co[m] esta historia».

Ainda o mesmo autor nos «Trivnfos de la Nobleza Lvsitana», manuscrito 1119 do Fundo Geral, na fôlha 185 verso, diz: «Vuister. Parece Aleman este linage, que hallo registrado en la torre del tombo, con estas armas. Escudo a quartel, en el 1.º y vltimo vna Alparca, o, pantufo, negra con los pies, aforrada de roxo, en campo de oro, y en los demas vna cabeça de moro, tocada de plata, de los ombros para arriba, vestido de oro, en campo azul y sobretodo vna cruz de christo. Por timbre medio moro sin braços con vn ropon, y caperuça de oro = Assi se ven pintadas en vnes vidrieras de s. iulian de lisboa, de que parece auer sido benefactor. aunque otros tienen escudo en pala en el 1.º dos alabardas o maças de armas en aspa cabos de oro y hierros de su color. en campo roxo. y en el 2.º de plata cruz de Cristo. y por timbre las los alabardas en aspa, atadas con vn liston roxo—»

O citado códice n.º 962 também lhe dá a mesma naturalidade.

No «Archivo Historico Portuguez» volume VII, página 7, no artigo «A Inquisição em Portugal e no Brazil» do senhor dr. António Baião, em um processo de 1556 fala-se de um mercador alemão João Venysta, casado com Madalena Vernes, flamenga.

¿ Seria êste o possuïdor das armas ou seu próximo parente? Não nos parece absurdo admiti-lo porque não era impossível viver nesse ano o indivíduo que houvesse registado suas armas antes da feitura do «Livro Grande» onde foram lançadas, pois parece que não existiam no «Livro dos Reis de Armas» porque nenhum armorial lá as menciona, quando tal livro costuma ser citado sempre que pode servir de fonte mais antiga.

Pela segunda nota de Albergaria, que atrás deixamos transcrita, os dois brasões que figuram no «Livro do Armeiro Mor» com as designações de *Gil uant ouvistet* e *Gill vant vistet* são de uma só família. Na verdade, a sua semelhança é enorme e a não corresponder a grafias diferentes do mesmo apelido só pode atribuir-se a engano de inscrição. Como Braamcamp identificou o segundo com Holtzschuher, o primeiro deve corresponder a outro ramo descendente de Volfango Holtzschuher, representando as armas de outro apelido mas com a mesma mercê da cruz de Christo, que lhe havia feito o rei D. Manuel.

Os vastos conhecimentos de Soares de Albergaria e sua pro-

O nome de *Gil uant ouvistel,* mencionado no «Livro do Armeiro Mor», deve ser o do indivíduo que registou essas armas em Portugal, pois o autor dêsse precioso códice bastantes vezes fugiu à regra de mencionar o apelido para pôr o nome de quem as recebeu em mercê-nova ou as introduziu no reino. Assim fêz com André Rodrigues, Diogo de Tôrres, D. Vasco da Gama, etc., ao todo trinta e nove.

Parece, pela segunda palavra, ser nome de origem nórdica e que *uant* seja a partícula nobiliárquica *van* ou, até, *van der,* mal escrita ou talvez em forma arcaica. Afigura-se-nos, porém, certo que se esta nossa hipótese não tem consistência menos resistente aos ataques da crítica é a tradução ou leitura de *Gil Vaz.* (10)

Vejamos agora outro assunto que nos parece bastante importante num armorial : a propriedade da classificação das armas.

Todos os que se dedicam ao estudo da História, ainda que não sejam investigadores, sabem que o patronímico foi a primeira forma de diferenciação usada no nome individual e que após essa surgiu a do apelido tirado de origens diversas.

Casos houve, porém, em que o patronímico se transmitiu sucessóriamente com a mesma forma, andando junto ao apelido, pelo que deixou de ser apenas distinção de indivíduos para o ser de famílias. Foi o que aconteceu com os *Soares de Albergaria* e com os *Teles de Meneses* que, em geral, assim se nomeiam, ainda que muitos os hajam separado, seguindo uns o patromínico e outros o apelido pròpriamente dito.

¿ Devem-se lançar as armas destas famílias sob a designação de *Albergarias* e *Meneses, Soares* e *Teles* ou *Soares de Albergaria* e *Teles de Meneses ?*

É preciso adoptar um critério e êsse tem necessàriamente de ser o da uniformização e de que coexistindo patromínico e apelido as armas pertencem a êste e não àquele.

Pouco acertadamente teem andado os heraldistas que inscreveram certas armas, cujo ganhador se conhece, sob rubricas indevidas, como as de *Tânger* dadas com o apelido a Manuel Mendes, descritas em *Mendes de Tânger ;* as de António Marques de Oliveira, em *Marques,* quando parece deveria ser em *Oliveira ;* as de *Rio* que vemos em *Castro do Rio,* etc.

Não menor acêrto nos parece apresentar certos escudos esquartelados que não constituem no todo um apelido, nem teem nenhuma diferença que aconselhe a assim os incluir no armorial, como *Almeida do Sem, Arrais de Mendoça, Bernardes Botado, Teles da Silva,* etc.

Mais grave ainda é atribuir a certos apelidos armas de outros, sòmente porque uma pessoa dessa família usou armas de apelido de que não era portadora. Não é preciso saber muito desta matéria para não ignorar que qualquer indivíduo pode ostentar armas diferentes das dos apelidos que usa, o que é até muito vulgar, no todo ou em parte.

Por isso, quando não se conhecem certas armas não se pode nunca dizer que elas pertencem ao apelido de quem as traz ou usou. Contudo, Braamcamp Freire caiu nêsse êrro, tanto mais indesculpável quanto é certo não ter sido um ignorante ou principiante dêstes assuntos, o que fez com *Azevedos,* de João Rodrigues de Azevedo e outros.

Achamos também de bom rigor não dizer nunca que uma família usa as armas de outra, porque se as usa é por ter sangue dela, e nêsse caso está na tal não correspondência das armas com o apelido, ou o faz abusivamente e, então, é ilegal o seu uso e não devem ser registadas no armorial.

Se assim fôssemos a proceder teríamos de registar cada brasão tantas vezes quantas as famílias armoriadas existentes, o que não seria prático nem correcto.

Dizer-se que uma família não tem armas próprias não significa que usa as de outra, mas que as que lhe correspondem são as daquela de que provém diferençadas no todo ou, sòmente, em parte. Essa diferenciação pode ser a mudança de esmaltes, a alteração do número de peças, a sua troca por outras da mesma espécie, a diversa posição ou distribuïção dos móveis, o acrescentamento, etc. (11)

Todos os armorialistas portugueses citam umas armas de *Correias* (de Belas) cujo escudo é de Atouguia e o timbre de Correia. Estas já não estão no caso acima referido porque o timbre é o do apelido a que são atribuídas, embora seja a influência do nome que os leve a assim procederem por os Atouguias de Belas terem deixado essa designação familiar pela de Correias.

Quando o timbre for de armas diferentes das que estão no escudo devem-se sempre classificar as armas pelas que o escudo representa e não pelo timbre, porque êste foi tomado por diferença ou aliança.

O modo porque são descritas as armas de cada família é também assunto a ponderar. Santos Ferreira, seguindo o método da maioria dos antigos heraldistas, fêz sòmente a descrição, não acrescentando de novo senão o dar-no-la também em francês, sistema que

bidade não nos permitem duvidar da informação; contudo, esperemos que o aparecimento de algum documento oficial ou manuscrito mais pormenorizado nos esclareça o assunto que, para nós, se mantém muito escuro pois não compreendemos o apelido que sob tão variadas formas se nos mostra sempre enigmático.

(10) A nacionalidade alemã do introdutor das referidas armas em Portugal não invalida a hipótese de elas terem origem em país diferente daquele de onde foram trazidas.

(11) Os *Colaços,* de João Álvares Colaço, trazem as armas dos Pinas com esmaltes diferentes; os *Castros,* de D. Álvaro Pires de Castro, reduziram o número de peças e mudaram as côres; os *Coutinhos,* diminuíram o número de raios das estrêlas e trocaram o timbre; os *Felipes,* de Estêvão Vasques, usaram rosas vulgares em lugar de heráldicas; o segundo ramo de *Atouguias,* juntou uma bordadura; os *Costas,* de Alpedrinha, acrescentaram as armas; um ramo de *Unhas,* mudou de armas e conservou o timbre; e os *Silveiras,* diferençaram-se pela troca do timbre. Aqui ficam alguns exemplos de modalidades da diferenciação.

Braamcamp já havia seguido na sua «Armaria», mais completa do que a obra daquele, pela citação de fontes.

Não se nos afigura porém suficiente o que os dois heraldistas fizeram. Um armorial assim organizado, é livro sem vida e não se deve desprezar o que de heroico representam certos escudos.

Além da parte técnica que exige o completo estudo de cada brasão de per si, feito por profunda investigação das fontes oficiais e, em sua falta, das particulares, devem os escudos ser acompanhados da origem que os documentos ou tradição marcam a cada um dêles.

A Heráldica tem um elevado simbolismo, que se manifesta, de modo geral, em cada uma das suas peças e esmaltes, mas que, quando conhecida a intenção que houve ao organizar determinado brasão, redobra de intensidade por ser apreciado em seus pormenores.

É pois necessário fazer conjuntamente a história da sua origem que aí fica em justo lugar porque a outro não pertence.

Há, contudo, armas que, pela sua remota procedência e falta de documentos antigos, não permitem historiar o facto que as originou ; outras, porém, ainda que de grande antiguidade, encontram a sua explicação no conhecimento das armas usadas por todos os ascendentes do indivíduo que as adoptou.

De uma das linhas de que procedia ou de diferentes, êle formou as suas, quer por mudança de esmaltes ou alteração do número de móveis, quer introduzindo novas peças ou compondo-as com as das armas de diversos antepassados.

Deve-se, portanto, fazer acompanhar o estudo de gráficos elucidativos da proveniência do brasão, quando no todo, ou das suas peças, se forem formadas com as de outros.

As armas do nosso armorial podem ser divididas em duas categorias ; armas de progenitor conhecido e armas de progenitor incógnito ou de apelido.

À primeira, pertencem tôdas as de mercê-nova e, em geral, as estrangeiras pela notícia que há de quem as trouxe ao reino ; na segunda, teremos de incluir as restantes, cujo geniarca é ignorado e que, por isso, são, comummente, dadas e usadas por pessoas do mesmo apelido.

Encontramos grande conveniência em indicar sempre em seguida ao apelido, o nome do seu ganhador ou progenitor. Não se confunda porém progenitor de linhagem heráldica com o de linhagem genealógica porque, geralmente, não coïncidem.

O indicador das peças do escudo e do timbre é sempre de muita utilidade, tanto para identificação de peças armoriadas, como para procura dentro do próprio armorial. Não deve abranger ùnicamente o escudo, porque, dêsse modo, a sua utilização restringe-se bastante pois que, muitas vezes, temos só o timbre como elemento de identificação ou por ser empregado isolado ou por ser já impossível ler as armas, estando apenas perceptível o timbre.

Não é de aconselhar a publicação dos desenhos das armas em parte separada da descrição porque além do trabalho que dá manusear simultâneamente dois tomos, ou consultar ao mesmo tempo lugares muito afastados de um livro, há o inconveniente de não se poder verificar com grande facilidade se o debuxo está de harmonia com a parte descritiva.

Discutidos todos os assuntos atinentes à formação de um armorial aqui os deixamos, com a nossa fraquíssima opinião pessoal, submetidos à observação de aquêles que pensem abalançar-se a obra de tão grande envergadura e responsabilidade.

Impressões individuais, por ventura sem nenhum valor, guardá-las-íamos para nós, se não víssemos que, como doença contagiosa, alastra o desejo de fazer publicações do género das que vimos tratando sem que se descortine outro fim que não seja o mercantil.

O sistema de organização, a forma dos apelidos, os êrros reconhecidos e a falta de investigação, são sempre as características do que se tem feito, cópia integral uns dos outros no que de mau encerram.

Panorama de Lisboa em Azulejos existente no Museu Nacional de Arte Antiga

POR AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Desde alguns anos que se acha patente, no grande átrio do Museu Nacional de Arte Antiga no Largo das Janelas Verdes, um extenso *lambris* de azulejos, dividido em vários painéis emoldurados, e assentes os azulejos com gêsso sôbre fundos de madeira.

Êste *lambris* representa a vista panorâmica a azul, da margem direita do Tejo, desde a Igreja da Madre de Deus, a nascente, até ao extinto Convento de S. José de Ribamar, a poente, e tem, como assunto principal, a cidade de Lisboa.

Actualmente (1932) está dividido em dez painéis distintos, com o comprimento total de 20,^{m}58, fazendo os desenhos seguimento de uns para outros; todos teem altura igual de 8 azulejos (1,^{m}13), mas largura variável, compreendida entre 13 e 17 azulejos. É constituído por 1224 azulejos, mas nem todos estão inteiros, pois que, devido provàvelmente às exigências da largura das paredes onde tiveram de ser aplicados, alguns foram cortados ao alto, formando meios azulejos, e até tiras.

O *lambris* esteve aplicado no prédio n.º 9 do Largo de S. Tiago, antigo palácio que foi do Conde de Tentúgal, e que pertencia, quando o Visconde de Castilho escrevia o vol. VII da 2.ª parte da sua monumental *Lisboa Antiga* (1890) aos herdeiros de Eugenio Rustan; os azulejos foram comprados nos meiados do século XIX, por diligência do Marquês de Sousa Holstein, vice-inspector da Academia de Belas Artes, a Francisco de Sande Salema, para a mesma Academia, onde estiveram durante muito tempo encaixotados (1).

Mais tarde, por 1903, foram encaixilhados, e em 1929 foram novamente encaixilhados, dando-se diversa divisão aos painéis, que são actualmente dez, como dissemos. (2)

Entre vários proprietários que foram do palácio, houve um, por nome Antonio da Gama Lobo Pereira, que, por ter mandado proceder a obras importantes em 1619, o sr. Visconde de Castilho presumiu que teria sido quem mandasse fazer o *lambris* para ornamentar a casa.

Todavia, devemos colocar cêrca de 100 anos mais tarde a época da feitura do *lambris*, pois que muitos edifícios ali representados só existem a partir do segundo quartel do século XVIII.

Se as datas citadas pelo Padre João Baptista de Castro estão certas, e se o que está representado nos desenhos no Largo de S. João Nepomuceno é o Hospício da mesma invocação, fundado em 1737, deveriamos colocar posteriormente a êste ano, a data da feitura do *lambris*.

Por outro lado, vendo-se desenhada a tôrre do relógio do Paço Real da Ribeira com a disposição que tinha antes das modificações que nela fez D. João V, em 1734, para a montagem do sino de 400 arrôbas, deveríamos presumir que a data dos azulejos fôsse anterior a 1734.

Porêm, como as datas dos dois factos citados estão em antagonismo, que pode encontrar explicação em ter sido composto o panorama com retalhos tirados em diferentes ocasiões, cerzidos depois, e desenhados durante muitos mezes no vidrado crú dos azulejos, julgamos não nos desviar muito da verdade fixando a data dos painéis nas proximidades do ano de 1734.

Os desenhos parciais, de que o desconhecido artista se serviu para compor o panorama de Lisboa, não foram, na sua reunião, subordinados rigorosamente à sua exacta e sucessiva situação topográfica.

Se isto é assim para os painéis centrais, então quando chegou aos dos extremos o desenhador pôs de parte toda a consideração das distâncias e acumulou ou encaixou os edifícios ao acaso ou onde supôs que melhor efeito produziriam.

Se bem que muitos edifícios estejam incorrectamente representados, e alguns mesmo esquemàticamente, como se pode verificar confrontando-os com os que ainda existem, contudo o merecimento do artista não

(1) V. *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, por Júlio de Castilho, tomo VII, 1890, livro VIII, cap.^{os} XII a XV. O proprietário, Francisco Salema, faleceu, segundo J. de Castilho, em 1854. Idem, idem, pág. 126.

(2) V. *Lisboa Antiga*, *O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª edição, Vol. V, 1904, pag. 369.

se pode pôr em dúvida, atendendo à época em que o desenho foi feito e à especialidade do género de pintura; e como documento iconográfico da Lisboa do século XVIII, conquanto não seja tão fidedigno como o sr. Visconde de Castilho presumia, (1) o *lambris* tem bastante valor, a-pesar-das suas flagrantes incorrecções.

É fácil identificar quási todas as construções e locais que constam do panorama; contudo ainda tivémos algumas dúvidas, e as nossas identificações e referências estão sujeitas a rectificações que um exame mais detalhado, e confrontos mais minuciosos, possam sugerir.

*

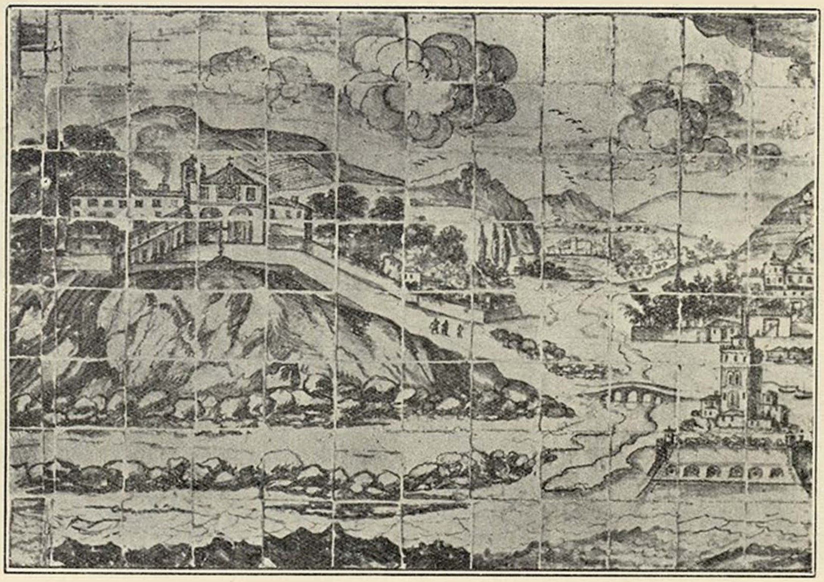
* *

Vamos descrever ràpidamente toda a vista panorâmica, fazendo salientar os edifícios e locais nela representada que lá se vê representada, talhada na rocha, e comunicando o adro com o que era então praia, ainda existe com o mesmo aspecto, no extremo ocidental do jardim de Algés.

O cruzeiro do adro existe mais em baixo, defronte do palácio onde é hoje o Colégio de S. José de Ribamar, e onde funcionou há anos o Casino Ribamar.

Vê-se em seguida a Ponte de Algés, construída pelo Senado de Lisboa no ano de 1608, e representada com 5 arcos, conquanto conste que nunca houvesse tido mais do que um. (1)

A torre de Belém revela muito pouco escrúpulo do desenhador. É êste um monumento que, bem que patente a todas as vistas, tem sido vítima de muitos artistas que, até à descoberta da fotografia, o representaram geralmente deformado nos seus quadros ou desenhos. (2)



I

sentados, e para facilitar as referências, numeraremos os painéis com os algarismos romanos I a X, a começar do lado esquerdo ou ocidental.

I

Os assuntos principais dêste painel são o Convento de S. José de Ribamar e a Torre de Belém.

O convento, de religiosos Arrábidos, fundado em 1559 por D. Francisco de Gusmão, é hoje, bastante modificado, propriedade do sr. Conde da Foz. Todavia a escada

Por trás da tôrre de Belém vê-se uma propriedade murada, que deve ser a extensa quinta do Duque de Cadaval, a qual chega quási à Ribeira de Algés. A cêrca e a casa desta quinta ainda se prolongam para o painel II.

II

Nêste painel nota-se primeiro na praia, perto da tôrre de Belém, um aglomerado de casas que porventura que-

(1) V. *Lisboa Antiga, O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª edição, Vol. V, pág. 370. Fica satisfeita agora a aspiração do erudito investigador da nossa velha cidade, de ser reproduzido e publicado o *retrato* de Lisboa que se encontra no *lambris* de azulejos.

(1) Sôbre o cruzeiro e a ponte de Algés veja-se o *Boletim de Architectura e Archeologia*, tomo X, 4.ª série, n.º 6, 1905, pág. 277.

(2) O desenho que representa a tôrre de Belém tão deformada como a que se vê nos azulejos, é o da pág. 133 da obra: *Les Travaux de Mars ou l'Art de la Guerre*, par Allain Manesson Mallet. — 1.º vol. Paris, 1684.

rem representar o Posto Alfandegário e as Casas de Saúde, já ali instaladas, segundo parece, desde o meiado do século XVI. (1)

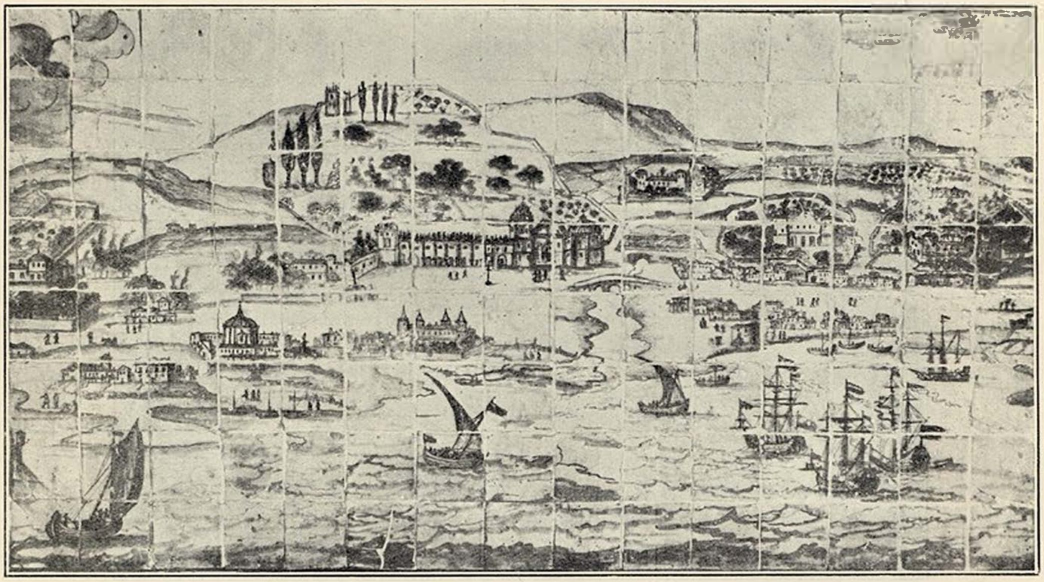
Segue-se o Mosteiro de N.ª Sr.ª do Bom Sucesso, de Dominicas Irlandesas, com a grande tôrre octogonal da sua igreja, fundado em 1626 por D. Iria de Brito, primeira Condessa de Atalaia.

Um pouco mais para a direita vê-se a Quinta da Praia, com o palácio com 4 torreões nos ângulos, cuja data de construção ignoramos. No 3.º quartel do século XVII pertencia aos 2.os Condes de S. Lourenço; o 5.º Conde dêste título, falecido em 1725, vendeu-o a D. João V, passando a ser conhecido por Casa Real de Campo de Belém, e este rei com êle presenteou, posteriormente a 1729, o Marquês de Marialva, que o deixou, por sua morte, a seu filho D. Diogo, tendo-o herdado a Marqueza de Loulé, em cuja casa permaneceu até à praia. A mesma ponte, mas apenas com um arco, acha-se representada no quadro a oleo de Dirck Stoop, conservado no Museu Real de Haia, e cujo assunto principal é o Mosteiro dos Jerónimos.

Ao longe avista-se confusamente um edifício que é porventura o palácio da antiga quinta da Calheta, que no princípio do século XVIII pertencia a D. Pedro de Vasconcelos e Sousa, a quem D. João V a comprou. Também era conhecida por Quinta do Meio ou do Pateo das Vacas, no reinado de D. José, e ali estiveram instaladas as Secretarías de Estado, o Arquivo Militar e, actualmente, é a Secretaría do Jardim Colonial.

Seguem-se duas propriedades muradas, separadas por uma rua; esta corresponde à actual Travessa da Boa Hora, e sendo assim, as duas propriedades serão:

A da esquerda, a Quinta das Aguias, ou da Condessa da Junqueira, actualmente pertencente ao Dr. Manoel



II

1929, em que os seus herdeiros o venderam ao Estado para nêle se instalar a Faculdade de Letras de Lisboa, mas para onde foi afinal o Liceu D. João de Castro. (2)

Por cima dêste palácio ostenta-se a fachada do Convento e Igreja dos Jerónimos, com a sua extensa cêrca até ao alto do monte, no qual se divisa a Capela de S. Jerónimo, e mais abaixo a de St.º Cristo.

Ao convento segue-se uma ponte, também com 5 arcos, e mais acima vê-se outra com um só arco, sobre um riacho, Ribeira dos Pocinhos, que descia sensivelmente paralela à actual Rua dos Jerónimos, e vinha dar

Caroça. O prédio e a quinta foram construídos em 1716, e foi seu segundo proprietário Diogo de Mendonça Corte Real, do que proveio serem também conhecidos os prédios pelo nome dêste filho do ministro de D. João V. (1) O palácio está representado esquemàticamente, pois que mostra 4 arcos na fachada quando êles realmente são 7; mas o seu aspecto geral é suficiente para o identificar.

A da direita é a quinta do primitivo solar dos Saldanhas da Junqueira, construído nos fins do século XVI. (2) Pertenceu aos Condes da Ega e ao Marechal

(1) V. *Rainhas de Portugal*, por F. da Fonseca Benevides, vol. II, 1879, pág. 27.

(2) Apontamentos fornecidos pelo Sr. José Pedro Folque, último proprietário do palácio, que o vendeu ao Estado.

(1) V. *A Quinta de Diogo de Mendonça no sitio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa)*, por Arthur Lamas—Lisboa, 1924.

(2) V. *A Rua da Junqueira, Cartas compiladas e anotadas pelo autor de algumas delas*—Arthur Lamas—Lisboa, 1922, pág. 7. —Numa pia de cantaria do palácio está gravada a data de 1582.

Beresford, e está hoje aí instalado o Arquivo Geral do Ministerio das Colónias.

Segue-se na praia, já na transição do painel II para o III, o Forte da Estrela, sobre o qual se construiu mais tarde uma parte do palácio, não a que fica à face da rua, mas a mais recuada, que foi do Marquês de Angeja, na Rua da Junqueira, sítio do Altinho. É propriedade hoje do Sr. Alves Diniz. Notaremos que a verdadeira situação dêste forte era muito mais à esquerda da representada nos azulejos.

III

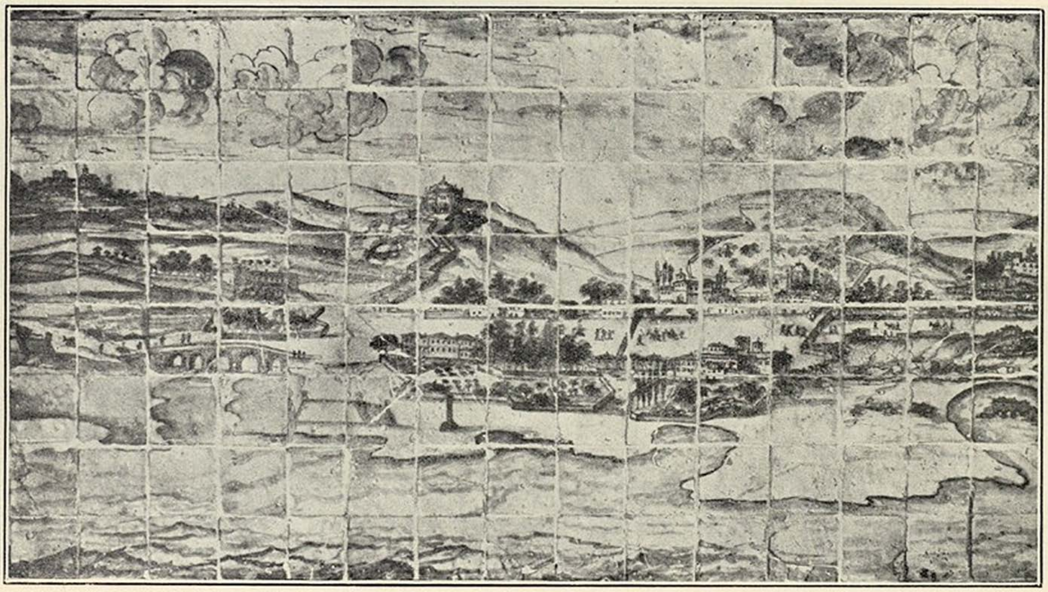
Vê-se primeiro na linha do horizonte a Igreja Paroquial da Ajuda, com a porta principal voltada para o nascente (para a direita), e um cruzeiro no adro.

ao Forte da Estrela, era muito mais para a esquerda, em frente, aproximadamente, da quinta atrás citada de Diogo de Mendonça, e *devia ser tôsca, e muitas vezes devia estar apodrecida,* o que não condiz com a belíssima construção de alvenaria que o desenho aparenta.

Segue-se a antiga capela oitavada de St.º Amaro, com a sua escadaria pela encosta, até à nossa actual Rua 1.º de Maio.

Continuando para a direita, ao longo da rua, vêem-se umas casas com uma quinta com grandes árvores, que eram então propriedade dos antigos Condes de Sabugosa, quasi à esquina da Rua 1.º de Maio para a Rua Luís de Camões, rua esta aberta em terrenos da quinta dos mesmos Condes.

Fronteiro a esta propriedade fica o palácio que foi dos Condes da Ponte, onde actualmente, depois de consideràvelmente modificado, são os escritorios, cocheiras, e outras dependências da Companhia dos Carros Eléctricos. O palácio e quinta foram vendidos em 1864, pelos Condes da Ponte (João Saldanha da Gama e esposa) ao Asilo D. Luís, ao qual foram expropriados, tendo sido arrematados em 1874 pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, antecessora da actual empresa de viação.



III

Mais abaixo está o Palácio de Santo Amaro à Junqueira, construído por José de Saldanha, por volta de 1715, e que mais tarde foi de José Ferreira Pinto Basto. (1)

E ainda por baixo uma ponte com 5 arcos, que quererá porventura representar a Ponte da Junqueira, que foi objecto de estudo do falecido junqueirense Dr. Arthur Lamas. (2) Segundo as deduções dêste douto investigador, a ponte, que no desenho se vê quási contigua

Perto vê-se um pequeno forte, de S. João da Junqueira, que existiu nos terrenos da mesma companhia, e que foi absorvido pelas construções para o serviço ainda dos carros americanos de tracção animal.

Um alto pilar de pedra (?), assente sobre uma base quadrada com 2 degráos, é que não sabemos o que significaria.

Do lado norte da estrada vê-se o Convento de N.ª Sr.ª da Quietação ou das Flamengas, de Religiosas Descalças

(1) V. *A Fabrica da Vista Alegre. O Livro do seu centenário. Noticia histórica das Casas de José Ferreira Pinto Basto e dos seus descendentes na Junqueira,* pelo Dr. Arthur Lamas — Lisboa. 1923.

(2) V. *A Ponte da Junqueira—Comunicação lida em sessão de 31 de Março de 1923 na Associação dos Arqueologos Portugueses,* por Arthur Lamas—Lisboa, 1923.

da Primitiva Regra de St.ª Clara, concluído por 1586. O convento serve hoje de moradia a famílias de funcionarios do ultramar.

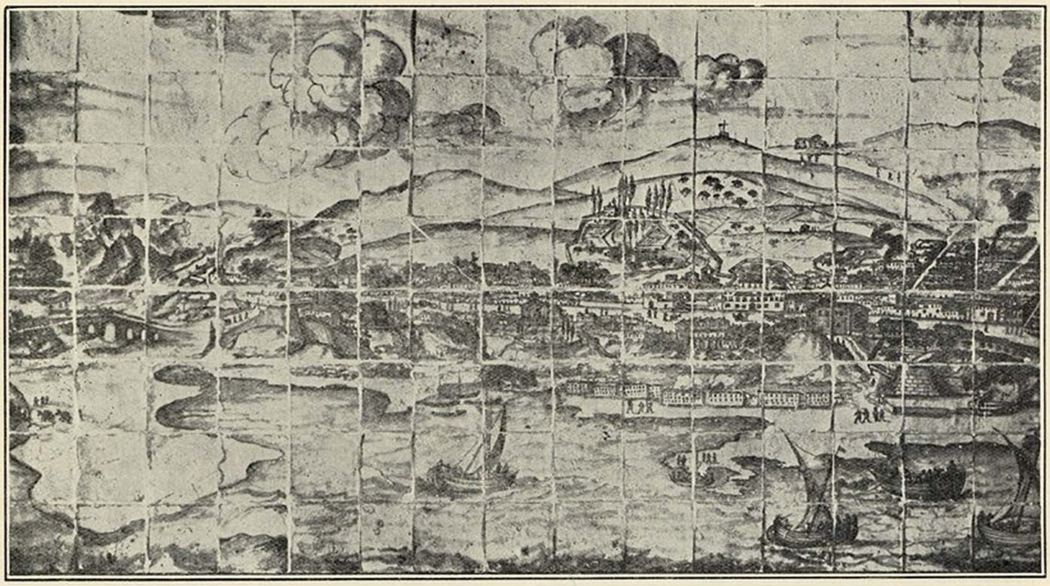
Ao convento fica contíguo o Palácio Real do Calvário, com a sua quinta murada, propriedade que por 1580 pertencia a João Baptista Rovelasco ; o palácio era no local onde hoje se levanta o grande prédio de 4 andares, que faz esquina do Largo do Calvário para a Rua da Créche.

Em frente, do lado sul da Rua de S. Joaquim (hoje 1.º de Maio), vê-se o Mosteiro do Calvário, de Religiosas Franciscanas, fundado em 1617 ; na igreja está actualmente a Esquadra de Polícia do Calvário, e no convento funciona a Escola Primária de D. Pedro V, n.º 56, para o sexo masculino.

É curiosa a disposição que o desenho apresenta nêste sitio. Parece que os muros da cêrca da Quinta Real e do Mosteiro das Flamengas se prolongavam atravessando a rua ou largo fronteiro, unindo-se ao Mosteiro do Calvário e às casas contíguas a êste para o ocidente : em cada um dêsses muros fronteiros havia um vão de porta. ¿ Limitaríam assim com as edificações um largo ou pateo, atravez do qual se estabeleceria a continuidade da estrada de Lisboa para o arrabalde ocidental ? — ¿ Qual seria o fim desta vedação ? — ¿ Obrigação de pagamento de imposto de passagem, revertendo este para qualquer dos mosteiros fronteiros com acésso por aquêle pateo ?

Na extrema direita, passando já para o painel IV, vê-se o Palácio do Fiuza, que pertenceu a antepassados do Marquês de Pombal, antes de ser do Desembargador José Fiuza Corrêa.

Na parte inferior estão uns moínhos de rodizios, movidos com água da caldeira formada na foz do Ribeiro de Alcantara ; lá se vêem dois machos ou burros, carregados com sacos de cereal para ser moído.



IV

IV

À esquerda está a Ponte de Alcantara, de alvenaria, com 6 arcos e em rampas até á parte média, como era geralmente o tipo de muitas pontes antigas. (1)

Na margem oriental da Ribeira de Alcantara distingue-se o Convento do Livramento, perto de uns redentes das fortificações do tempo de D. João IV. Este Convento, de Religiosas da Santissima Trindade, foi construído por 1679, e reedificado por 1698, no sitio onde existira uma pequena capéla fundada em 1610. Desapareceu, e no seu local está hoje o edificio de uma sucursal da Caixa Geral de Depositos.

Mais adeante, depara-se, construído sobre o Baluarte de Alcantara, o Mosteiro do Sacramento, de Religiosas Dominicanas, com a capela oitavada da sua igreja. Foi fundado em 1612, e está hoje servindo de Depósito Geral de Material de Aquartelamento do Exército, e de 4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa.

(1) Parece que nos desenhos antigos os vãos dos arcos das pontes eram um acessório convencional ; o seu número por isso variava conforme os desenhadores.

No desenho da Biblioteca Nacional que representa a Batalha de Alcantara (1580), reproduzido em *Alcantara, apontamentos para uma monografia*, por João Paulo Freire (Mario) (1929), mostra 3 arcos.

Num desenho a tinta, que possuimos, da 2.ª metade do século XVII, apresenta 10 arcos.

Ultimamente, quando foi transformada para ser incorporada na Rua do Livramento, tinha apenas um arco.

A meio do painel está representado esquemàticamente o Convento de S. João de Deus, fundado em 1629, com a sua pequena cêrca para o lado do rio; na margem dêste vê-se uma furna.

No lado norte da rua está o Convento dos Marianos, ou de N.ª Sr.ª dos Remédios, de Religiosos Carmelitas Descalços, fundado no ano de 1606, e concluído em 1611, em que começou a ser habitado; a sua extensa cêrca prolonga-se pela encosta acima.

Ao lado do Convento vê-se o palácio dos Condes de Murça, onde funciona hoje a Escola Industrial de Fonseca Benevides, e por baixo dêle, no lado oposto da rua, o palácio que foi dos Viscondes de Asseca, onde é actualmente a Fábrica da Pregaria e Serraria da Companhia Victória.

Sobre um montículo de terreno está representada a Igreja de Santos-o-Velho, e as casas à sua direita, que depois de terem sido convento, paço real e propriedade dos Lencastres, da Casa de Abrantes, estão hoje transformadas no Palácio da Legação de França. Parece que havia uma rua íngreme comunicando o adro da igreja com a praia, ao longo do muro divisório dos jardins do palácio.

A primeira das ruas que se vê cortando obliquamente para a direita, e em seguida para a esquerda, perdendo-se nas terras do alto do monte, onde está um cruzeiro, é a actual Rua Sára de Matos (antiga Rua das Trinas do Mocambo), continuada pela Rua de Sant'Ana à Lapa.

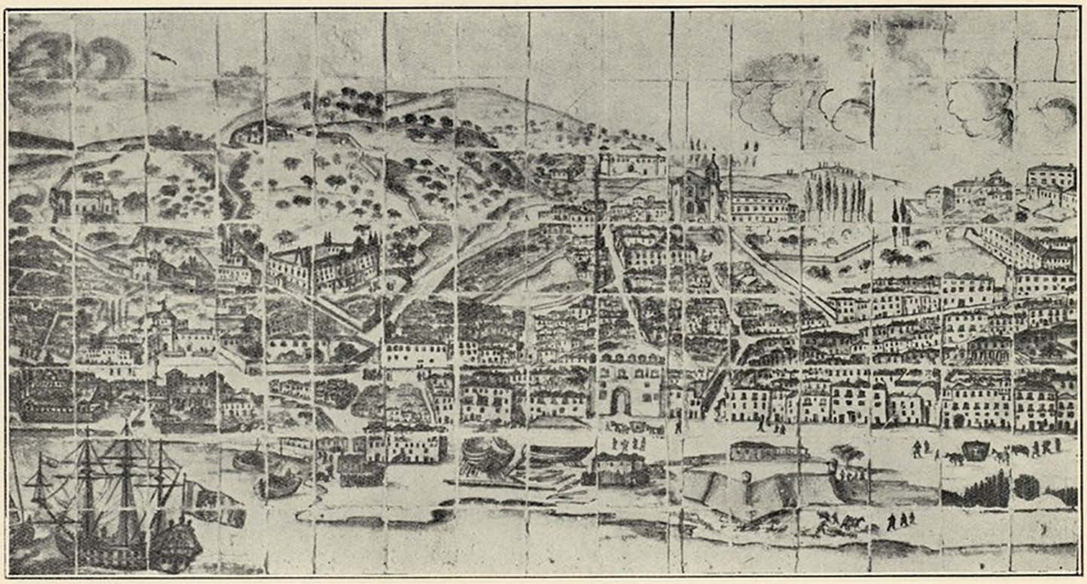
A meio desta via pública avista-se, do lado esquerdo, a Igreja e Convento de N. Sr.ª da Soledade, ou das Trinas Recoletas, construído por 1657, com a sua pequena cêrca murada.

Na rua direita, actualmente Rua da Esperança, quási no extrêmo do painel, vê-se uma fachada na qual se abre um grande portão com acesso por umas escadas em dois lanços paralelos à mesma fachada; trata-se do edifício do Convento de N. Sr.ª da Nazaré ou das Bernardas, fundado em 1652, onde habitam actualmente muitas famílias pobres.

V

Nêste painel, no lado esquerdo, vê-se uma série de conventos, com as suas cêrcas mui próximas, e algumas separadas apenas por uma rua.

Assim, em baixo, está o Convento dos Religiosos Barbadinhos Francezes, ou de N. Sr.ª da Porciúncula, situado na Rua da Esperança, e construído por 1648 em terreno dos jardins do Duque de Aveiro; a cêrca chegava até à praia, em cuja muralha batiam as aguas do Tejo.



V

O Palácio do Duque de Aveiro fica logo a seguir, vendo-se a sua fachada sul com dois torreões nos extremos. (1) Era situado em parte no leito do actual Largo da Esperança, e em parte no local do grande prédio que faz esquina dêste largo para a Rua da Esperança.

Sôbre o mesmo largo, onde existiu um cruzeiro até 1835, deitava a fachada sul do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança, fundado por 1530. A cêrca dêste Mosteiro chegava então até à Calçada da Estrela e ao Caminho Novo, hoje Rua João das Regras.

Por cima dêste mosteiro vêem-se dois, ambos também

(1) V. *A Ribeira de Lisboa*. por Júlio de Castilho—Lisboa, 1893, cap.º XI.

de freiras : o de St.ª Brígida ou de S. Salvador de Sion, ou das Inglesinhas, e o das Francesinhas.

O primeiro, fundado em 1651, e situado no começo inferior da Rua do Quelhas, foi comprado pelos Jesuítas em 1864 para sua residência, e nêle permaneceram até à sua expulsão de Portugal em 1910. A sua cêrca parece que era pequena, e ficava encravada dentro da cêrca muito mais extensa do Convento das Francesinhas.

Á direita do anterior fica o Mosteiro do St.º Crucifixo, vulgarmente chamado das Francesinhas, de Religiosas Capuchas Francesas da Primeira Regra de St.ª Clara. Deu-se-lhe princípio no ano de 1667, e começou a sua demolição por 1911. Hoje (1932) está completamente arrazado.

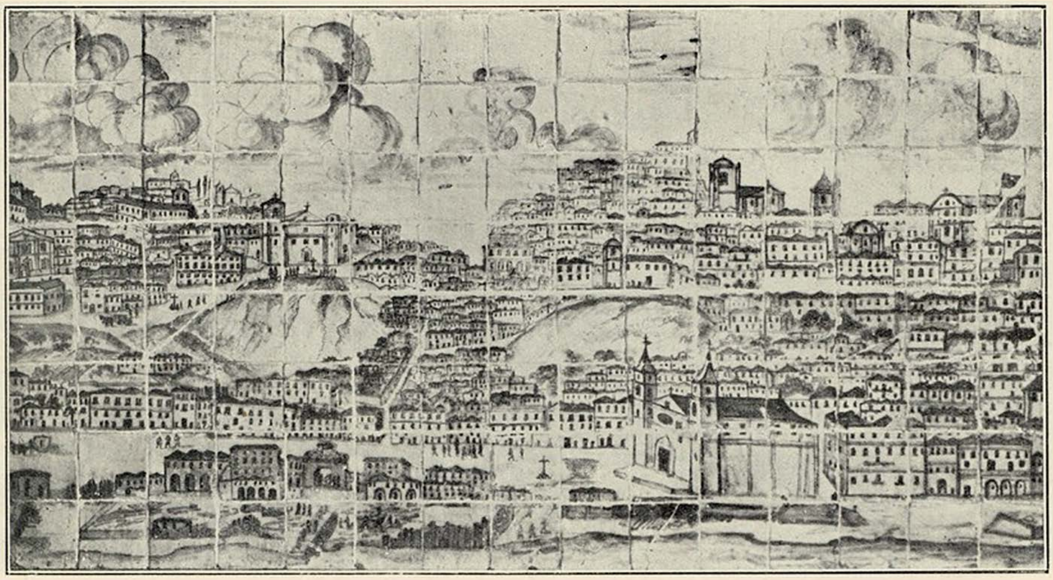
Ao norte dêstes dois mosteiros vê-se uma extensa propriedade murada, que deve ser pertença do palácio que lá se avista, situado na actual Rua do Quelhas, que foi da Condessa de Sarmento, e onde funciona actualmente o Liceu Filipa de Lencastre.

Segue-se o Convento de S. Bento da Saúde, ou dos Negros, fundado em 1598, construção extensa e macissa, o que lhe permitu resistir ao terremoto de 1755. Serve hoje, como se sabe, de Palácio do Congresso, e em parte da ala norte e das casas da frente, está instalado o Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

Os muros da cêrca dêste convento definiram o traçado da actual Calçada da Estrela e do terrapleno ou adro em frente da fachada principal sobre a Rua de S. Bento ; nesta parte vê-se um portão, e no muro que fica fronteiro ao Mosteiro das Francesinhas está outro portão ; devem ser as duas portas do adro a que faz alusão o Padre Carvalho da Costa. (1)

A enorme cêrca do convento, ao longo da encosta, encerra, na sua parte mais alta, o Convento de S. Bento ou da Estrela, fundado em 1571, e pertencente à mesma ordem dos Monges Benedictinos. Nêle está actualmente instalado o Hospital Militar e o Deposito n.º 2 da Farmacia Central do Exército. A pequenez do Convento, quando foi feito de origem, é que originou a fundação do outro convento no actual Largo das Côrtes.

As travessas de St.º Amaro, de St.º Ildefonso, de St.ª Escolástica (actual Rua dos Ferreiros à Estrela), abertas no terreno da cêrca dos frades de S. Bento, receberam os nomes dos oragos de outras tantas capélas da Igreja do seu Convento ; o mesmo sucedeu com as denominações da Travessa de Jesus Maria José (actual Travessa do Cabo a St.ª Isabel) e da Rua de N. Sr.ª dos Prazeres (actual Rua dos Prazeres), abertas nas proximidades da cêrca, mas, porventura, em terrenos pertencentes ao Convento.



V I

Em 1800 havia seguidamente :

a) A Rua da Flor da Murta, desde a Rua do Poço dos Negros até ao começo da calçada que então chamavam *das Francezinhas* e hoje *da Estrela ;*

b) A Rua de S. Bento, desde êste ultimo limite até ao arco monumental das Águas Livres, que hoje atravessa a rua, mas que não está representado no painel de azulejo porque ainda então não havia sido construído.

c) A Estrada de S. Bento, continuação da rua, que se vê subindo pela encosta desguarnecida de casas.

No começo inferior destes arruamentos vê-se o palácio chamado *da Flor da Murta,* uma grande fachada branca com 9 janelas no primeiro andar ; e no alto dos mesmos avista-se o Palácio de D. Rodrigo, ou dos Soares da Cotovia, onde é actualmente a Imprensa Nacio-

(1) V. *Corografia Portugueza*—tomo III, 1712, pág. 513.

nal, e à direita o edifício do Noviciado da Cotovia, da Companhia de Jesus, que ocupava o local do edifício da actual Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (antiga Escola Politécnica).

No primeiro plano está representado o Palácio dos Condes-Barões de Alvito, actualmente dos Condes de Pinhel, com uma rampas de acesso à porta principal; e contíguo fica o Palácio dos Almadas, Provedores da Casa da India, com uma porta monumental, que não corresponde à actual arquitectura do prédio existente.

A Rua das Gaivotas sobe pela encosta, mas em vez de se continuar pela Rua dos Poiais de S. Bento, que se vê por cima do Palácio dos Almadas, liga-se incorrectamente à Rua do Vale, que vai dar ao adro da Igreja do Convento de Jesús.

O Convento de Nossa Senhora de Jesús, de Religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco, fundado em 1615, está representado com uma grande nitidez; do lado esquerdo da Igreja vê-se o Hospital de Jesús, da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco.

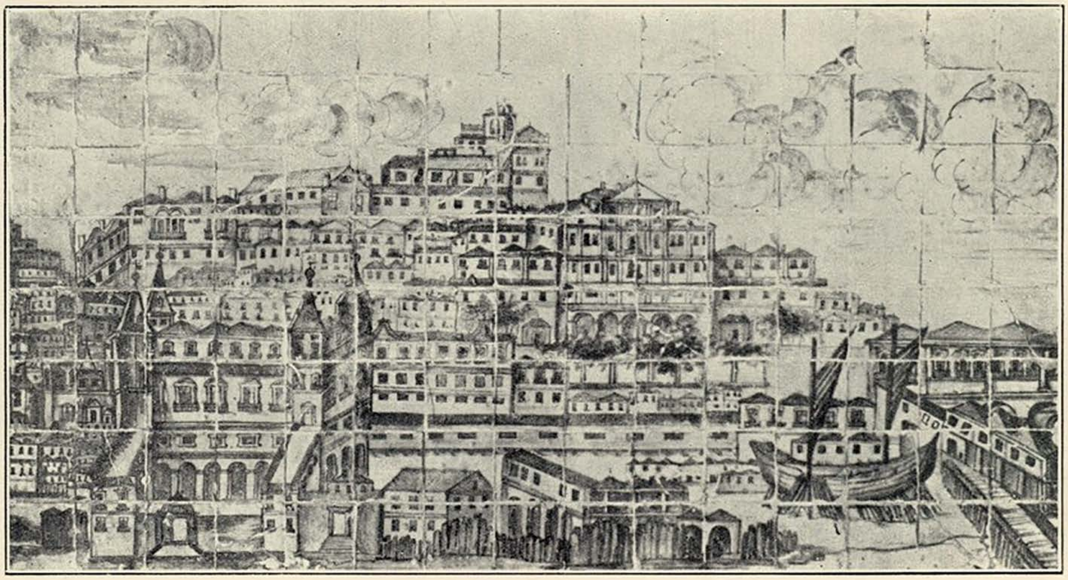
No Convento funciona a Academia das Ciências de Lisboa e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A Igreja é, desde 1835, a paroquial da Freguezia das Mercês.

Contíguo à cêrca dêste Convento fica o Convento do Santíssimo Sacramento de Religiosos Paulistas da Serra de Ossa ou Convento dos Paulistas, fundado em 1647; a Igreja, já desenhada no painel VI, é, desde 1835, a paroquial da Freguezia de St.ª Catarina.

Por cima dêste Convento projecta-se no horizonte o extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição das Freiras Carmelitas Descalças, também conhecido por Mosteiro dos Cardaes, por ficar situado na Rua dos Cardaes de Jesús (hoje Rua Eduardo Coelho), à esquina para a Rua Formosa (hoje Rua do Século). Foi fundado em 1681 e actualmente é um Asilo de Cegos.

A direita, projectando-se igualmente no céo, vê-se um grande edifício, que deve ser o Palácio dos Condes de Soure.

Na orla marítima está representado um forte estrelado, com casas para o aquartelamento da guarnição e duas guaritas nos salientes; julgamos ser produto da fantasia do desenhador, pois que nunca vimos menção de qualquer obra de fortificação importante nêste sítio; havia nêsse tempo apenas um parapeito contínuo para infantaria, desde o Caes do Tojo e Largo do Conde Barão, até ao começo oriental da Rua da Boa Vista, seguindo aproximadamente o traçado das fachadas septentrionais dos prédios ulteriormente construídos ao longo dos ditos arruamentos.



VII

A Calçada do Combro (ou dos Paulistas), e a Travessa do Convento de Jesús estão bem visíveis no desênho, e a Rua Fernandes Tomaz, paralela à primeira, também pode acompanhar-se-lhe o traçado.

VI

Em cima, à esquerda, vêem-se três edifícios religiosos quási sobrepostos: o inferior é evidentemente o Convento de N. Sr.ª da Divina Providência, de Clérigos Regulares de S. Caetano, tambem conhecido por Convento dos Caetanos; foi construído por 1650, ampliado em 1698, e actualmente está nele instalado o Conservatorio Nacional de Teatro.

O edifício superior da esquerda deve ser o Colégio

de S. Pedro e S. Paulo, de Ingleses Católicos Romanos, também chamado, ainda hoje, dos Inglesinhos ; foi fundado em 1632.

O outro edifício superior, da direita, diríamos representar a Ermida de N. Sr.ª da Ajuda e Santos Fieis de Deus, fundada em 1551 na Travessa dos Fieis de Deus, se não fôsse a sua fachada principal estar voltada para o sul, quando na realidade na capela existente o é para nascente, e num plano mais elevado do que o do Convento dos Caetanos. Ao lado dêste vê-se imperfeitamente, por motivo de falhas dos azulejos na sua junção, uma tôrre encimada por uma cruz, que talvez seja a da referida ermida.

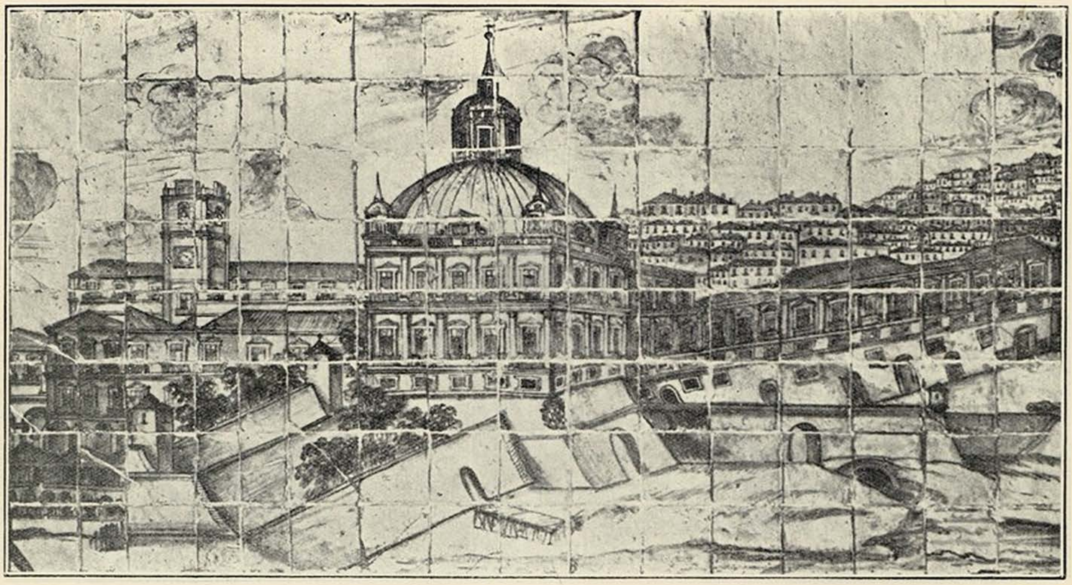
Por baixo destas construções avista-se o Palácio do Marquês de Olhão na Calçada do Combro, onde foi há anos o Correio Geral, e é hoje a séde da Confederação Geral do Trabalho e habitação de familias pobres.

As antigas Igrejas de St.ª Catarina e das Chagas lá se vêem fronteiras uma à outra, cada uma no alto do seu promontório, e separadas por um vale em cujo córrego foi traçada a Rua da Bica de Duarte Belo.

Segue-se no desenho um montículo muito abrupto, que pretende representar o Monte de S. Roque, em cujo alto se vê um edifício que, segundo a perspectiva, deverá ser a Casa Professa de S. Roque.

Descendo obliquamente para a direita, encontra-se primeiro a Igreja do Loreto, com a sua tôrre sineira ; em seguida a da Encarnação, também com uma tôrre elevada ; e por último, na linha do horizonte, o Convento da Trindade com uma tôrre que, por falha do azulejo, parece uma bandeira na fotografia.

Ao longo da praia notam-se sucessivamente os armazens da Junta do Maranhão e da de Pernambuco, a Casa da Moeda, para aí transferida no ano de 1720, e a



VIII

Igreja de S. Paulo, com o seu cruzeiro no adro, tendo a porta principal voltada para o poente. Depois do terramoto de 1755 a sua reconstrução fez-se ficando a fachada principal orientada para nascente.

Pela parte inferior da Igreja está o Forte de S. Paulo ou da Tenência, com os seus armazens, os quais pertencem aos grandes negociantes de ferro e outros metais, Orey, Antunes & C.ª.

Um pouco para a esquerda vê-se a Ermida da Ascenção de Cristo, também na Calçada dos Paulistas, fundada em 1500, mas representada com um aspecto mui diferente do que actualmente possúi.

Ao lado dela foram desenhados o grande prédio que ainda existe no alto da Rua de St.ª Catarina, e o palacete à esquina desta rua para a Travessa da Condessa do Rio, inferiormente à Igreja dos Paulistas, o qual é actualmente de José Matheus de Almeida de Mendia.

Mais abaixo vê-se o Hospício de S. João Nepomuceno e Sant'Ana, fundado em 1737 no Largo de S. João Nepomuceno, onde está instalado desde 1858 o Asilo de St.ª Catarina.

A casa nobre desenhada por baixo dêste Recolhimento ainda lá está na Rua da Bôa Vista, com as suas oito janelas de sacada no 1.º andar.

VII

Este painel abrange principalmente o Arsenal de Marinha e o Monte de S. Francisco cheio de casarío.

Perfilando-se no céo vê-se o primeiro Palácio dos Duques de Bragança ; a seguir a antiga Igreja de N.

Sr.ª dos Mártires, construída onde foi o cemitério dos ingleses durante o cêrco de Lisboa em 1147 ; a Igreja e Convento de S. Francisco, com a sua tôrre sineira na parte mais alta ; e o palácio que foi dos Condes de Vila Franca e da Ribeira, no cimo da actual Rua Victor Cordon (antigamente Rua do Ferregial de Cima). A fachada sul dêste palácio parece que assentava sôbre cinco arcos, e à sua frente tinha, ao nível e até à desaparecida Rua dos Arcos dos Cobertos, um jardim que ocupava o terreno de alguns dos prédios do lado norte da Rua do Arsenal.

No primeiro plano está a Igreja e Convento dos Dominicos Irlandeses, completando a parte que vem do painel VI. Este Convento ou Colégio de N.ª Sr.ª do Rosário, foi fundado no ano de 1659, e reconstruído depois do terremoto de 1755, mui próximo do local que inicialmente ocupava no Largo do Corpo Santo.

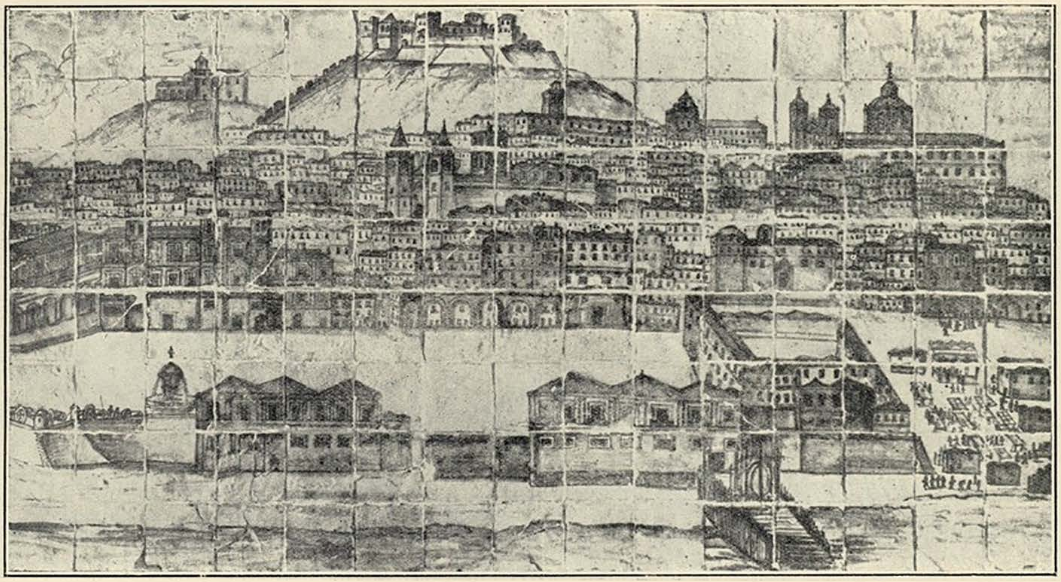
O predio que se vê no desenho contíguo ao do Corte Real deve ser o de Lopo Mendes do Rio, amigo d'El-Rei D. João II.

As últimas construções da direita são já dependências do Paço da Ribeira de que vamos tratar.

VIII

O assunto principal dêste painel é o Paço da Ribeira, tendo ao centro o torreão filipino, que ostenta, num dos cunhais do envasamento, o escudo das armas reais. Parece que êste escudo existia, em posição idêntica, em mais dois cunhais, pelo menos.

Para o lado do rio avançam dois muros paralelos, um dêles com duas guaritas, e o outro com uma porta para a praia, a que se segue uma pequena ponte-caes de madeira. Os muros limitam um recinto com árvores, mas julgamos que estas disposições não correspondiam às verdadeiras do local.



IX

Vê-se também a Ermida de N. Sr.ª da Graça ou do Corpo Santo, com uma tôrre encimada por um coruchéo (?).

Segue-se o Palácio do Corte Real, ou Paços do Sr. Infante (D. Pedro), começado a edificar por 1585 por Christovão de Moura Corte Real, depois Marquês de Castelo Rodrigo, com as duas varandas avançando sobre o Tejo. (1)

A Ribeira das Naos mostra um barco em construção, e ao fundo, ao longo do muro, vê-se a galeria, iluminada por frestas horizontais, mandada fazer por D. Pedro II, em 1668, para comunicar o palácio do Corte Real com o Paço da Ribeira.

À esquerda do torreão vêem-se vários corpos e andares do edifício do palácio, e entre êles sobresai a Tôrre do Relógio, como era antes das modificações mandadas fazer por D. João V em 1734. (1)

Do mesmo lado, e continuando-se no painel VII, notam-se os arcos do Largo do Relógio ou das Tendas da Capela, sobre o qual deitavam as janelas de várias dependências do palácio. O muro norte da Tôrre do Relógio ficava à face com a parede sul do pátio. Encontra-

(1) V. *A Ribeira de Lisboa*, por J. de Castilho—Lisboa, 1893, livro IV, cap.os I e II — *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, por A. Vieira da Silva—Lisboa, 1900, pág. 231.

(1) V. *Relação de varios casos notaveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa*... por Gustavo de Matos Sequeira —Coimbra, 1925, pág. 182.

-se talvez aqui a única vista que exista desta quadra do palácio.

Ao lado direito do torreão liga-se o corpo principal do Paço da Ribeira, e a muralha que limitava pelo sul o recinto do Terreiro do Paço, onde se vê uma porta, e a saída do colectôr que servia para os despejos e esgotos das águas pluviais recolhidas na extensa bacia hidrográfica que se estende até à Penitenciária e Campo Pequeno. Compreende-se fàcilmente que naqueles tempos as aguas corriam antes pelo leito das ruas do que pelo colector. O Terreiro do Paço, e a planicie onde é a nossa Baixa, estavam, antes do terremoto de 1755, em nível muito mais baixo do que o actual, o que contribuía tambem para serem fàcilmente inundáveis.

IX

No cimo dêste painel campeia o Castelo de S. Jorge. que ainda se conserva uma grande parte, e que terminava numa tôrre da fortificação, na Costa do Castelo, que não foi desenhada.

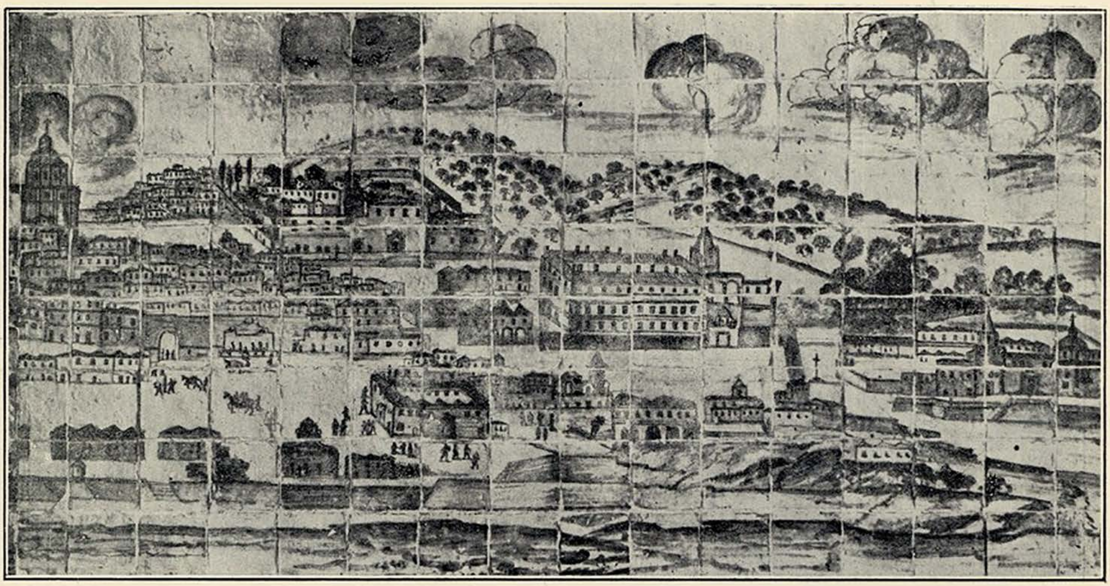
Ao longe avista-se, no alto de outro monte, a antiga Ermida de S. Gens ou de N. Sr.ª do Monte.

Por entre o espesso casario do painel distingue-se, ao centro, a Igreja da Sé, com a sua alta tôrre quadrangular do cruzeiro, desmoronada em 1755, e o Palácio dos Arcebispos, ao seu lado direito.

Por cima dêste palácio está o Convento de St.º Eloy, de Cónegos Regulares de S. João Evangelista, actualmente quartel de uma Companhia da Guarda Nacional Republicana.

Em seguida vê-se o Convento de N. Sr.ª da Graça, de Religiosos Eremitas de St.º Agostinho, encaixado entre o dos Lóios e o de S. Vicente.

Este último, que fica à direita, mostra o elegante zimbório que caíu em 1755.



X

O seu aspecto geral não se assemelha ao representado nas antigas vistas de Lisboa, com as suas elevadas tôrres com coruchéos, corpos de edifícios com vários andares, e toda a apaiatosa construção de quando eram ali os Paços Reais. Não tendo desde já muito tempo aquela aplicação, os edifícios, nos princípios do século XVIII, estavam adaptados a outros fins, e especialmente o alargamento das instalações do Arquivo da Tôrre do Tombo deveria ter originado ali grandes transformações.

Todavia esta vista do castelo não nos deve merecer inteiro crédito, pois vemos a fortaleza isolada no alto do monte, quando sabemos que grande parte da encosta se via, do ponto de onde foi tirado o desenho, povoada de habitações, desde as muralhas do castelo até à orla marítima.

Do lado esquerdo desce uma muralha ameiada, de

No segundo plano do painel está alinhada uma série de construções que formavam o fundo do Terreiro do Paço.

À esquerda vê-se ainda a parte do Paço da Ribeira onde ficava a entrada principal do palácio, uma escadaria com arcadas dando acesso à Sala dos Tudescos.

Segue-se uma parte do palácio com a fachada orientada ao sul, as passagens, mal definidas, que comunicavam o Terreiro com a antiga Rua da Confeitaria, e uns arcos formando uma varanda, debaixo dos quais se instalavam vendedores de várias mercadorias.

No lado esquerdo do Terreiro está o chafariz encimado por uma estátua de Apolo. (1)

(1) V. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, por A. Vieira da Silva—Lisboa, 1900, pág. 254.

O Forte de S. João, ou do Terreiro do Paço, construído durante o primeiro quartel do século XVII, artilhado com algumas bocas de fogo, ocupa a extremidade esquerda do primeiro plano do painel ; segue-se a Alfandega do Jardim do Tabaco, com rez-do-chão e primeiro andar com 7 janelas, um lanço de muralha, e contíguo a esta o edifício da Alfândega do Tabaco, com arquitectura semelhante à do edifício antecedente, também com 7 janelas no primeiro andar. A uma porta do pavimento inferior segue-se uma ponte sobre o rio, vedada com um portão de ferro.

A Alfândega com as suas várias dependências e tribunais ocupava todo o lado oriental da Praça. O grande pátio central descoberto pertencia à Alfândega : o corredor ladeado com lojas, do antigo Terreiro do Trigo, vê-se ao norte do citado pátio.

Por cima do Terreiro do Trigo observa-se o edifício da Misericórdia concluído cerca do ano de 1534, mas com ausência das duas formosas janelas que ladeiam a porta travessa representada no desenho, e que ainda hoje existem.

Mais adiante vemos a Casa dos Bicos, construída por Afonso de Albuquerque (filho) também pela mesma ocasião, com a sua original fachada em toda a altura dos seus quatro andares ; e em seguida uma parte da muralha mourisca.

Em baixo está a Praça da Ribeira, ou mercado dos comestíveis, e as tendas do Malcosinhado, mostrando as mesas dos vendeiros e as barracas dos empregados do fisco.

X

Nêste último painel a noção das distâncias e das proporções foi posta de lado pelo desenhador.

À esquerda vemos uma tôrre cujas dimensões são evidentemente desproporcionadas relativamente às dos edifícios que a rodeiam. Não a soubémos identificar. Quererá representar a, ainda hoje inacabada, Igreja de St.ª Engrácia, completada segundo a fantasia do artista ?

À direita da tôrre fica o Campo de St.ª Clara, a que se segue o Mosteiro das Religiosas Seráficas Observantes da Província de Portugal, ou de St.ª Clara, fundado por 1294. Foi quási completamente arrasado pelo terremoto de 1755, e no seu local construiu-se um edifício militar, dependência do Arsenal do Exército, que é actualmente (1932) a Fábrica de Equipamentos e Arreios.

Por baixo enfileiram-se uns poucos de prédios, com uma cêrca ou jardim murado.

O desenhador suprimiu o Convento dos Barbadinhos Italianos, edifício que então existia como ainda o vemos, e representou logo a seguir o Mosteiro de Santos-o-Novo, com a sua extensa fachada do lado do Tejo munida com 11 janelas em cada andar, bem que na realidade elas sejam 15. A Igreja, com a sua tôrre, fica no lado direito da vasta quadra do claustro, e do mesmo lado vêem-se dois grandes arcos, um dos quais ainda existe entaipado, e o outro foi arrazado. Em parte do mosteiro funciona o Instituto do Professorado Primário Oficial Português, secção masculina, e noutra parte estão morando 12 Comendadeiras da Ordem Militar de Santiágo da Espada, e outras famílias que não pertencem à Ordem.

Na extremidade direita do painel, à beira do Tejo, foi representado um tanto esquemàticamente, o Mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, de Religiosas Franciscanas Descalças, fundado em 1509. Por trás fica a cêrca, e à frente vê-se a via pública suportada por uma muralha, e um caes com duas escadas laterais. (1)

No segundo plano vê-se à esquerda uma porta aberta na muralha da cêrca moura de Lisboa, posta um pouco ao acaso, e o Chafariz d'El-Rei com 5 bicas de água corrente.

Na margem está representado um grupo de edificações, começando por um edifício quadrangular com um pátio interior, e outras construções incaracterísticas, que são porventura as antecessoras dos edifícios que ficam situadas entre o actual Boqueirão da Ponte da Lama e o Caes da Lingueta.

A êstes seguem-se umas construções sobre um escarpado, que pretendem porventura representar os armazens e oficinas de fabrico de material de guerra e de abastecimento das armadas, fundados por El-Rei D. Manuel, e que são os predecessores das actuais instalações do nosso Arsenal do Exército.

Estes armazens ficavam no saliente oriental que a cêrca de D. Fernando formava junto às Portas da Cruz. A muralha aí voltava para o norte, e nela abria-se a Porta da Cruz ; vê-se no desenho o lanço da muralha, onde a porta se não distingue, mas lá está o cruzeiro a marcar o seu local. Porém em vez de seguir o trajecto conhecido, em direcção ao Convento de S. Vicente de Fóra, aquêle lanço da muralha liga-se arbitràriamente a um hipotético muro que se vê à direita do Mosteiro de Santos-o-Novo !

(1) Confronte-se a gravura de Dirck Stoop *Vista do Convento da Madre de Deus* (1662), que é a única que mostra a vista do mosteiro naqueles remotos tempos.

O Guião da divisa de D. Afonso V

POR AUGUSTO CARDOSO PINTO

Tomando por tema desta singela nótula o guião da divisa de D. Afonso V, cumpre que comecemos por prevenir de que pouco ou mesmo nada de novo vimos dizer (1).

A signa particular do «Africano», de que chegou notícia até nós por uma sucinta referência de Rui de Pina na sua crónica dêste Rei, passou a ser conhecida inteiramente desde que o eminente crítico de arte Snr. Dr. Reynaldo dos Santos revelou ao público português essa formidável obra de arte que são as três tapeçarias alusivas à tomada de Arzila por D. Afonso V existentes na Colegiada de Pastrana (Espanha) e em que repetidamente se acha reproduzida a referida signa (2). Ao estudar, num livro que alcançou um merecido sucesso, êsse riquíssimo monumento histórico-artístico em que é evocada uma das páginas mais gloriosas da epopeia norte-africana, o ilustre autor de «A Tôrre de Belém», dedicou especial atenção ao guião afonsino, demorando-se a apurar a composição original da divisa, a que deu, baseado no testemunho do cronista, uma interpretação lógica e verosímil.

O nosso intúito é apenas, — já que nos propomos recolher os subsídios documentais e iconográficos que formos encontrando àcêrca de antigas signas portuguesas, — dar a descrição heráldica, a que juntaremos os ensinamentos que tais tapeçarias nos proporcionam, duma insígnia cujo aparecimento em terras da Mauritânia era triste prenúncio de desvastação e morte.

Durante um largo período de tempo cujos limites não podemos fixar com rigor, os antigos Reis de Portugal usaram, nos seus actos de guerra ou de paz, de três signas diferentes: *a bandeira, o estandarte e o guião*.

Rui de Pina, ao descrever na sua crónica de El-Rei D. Duarte a solene trasladação dos despojos mortais de D. João I para o mosteiro da Batalha em 25 de Outubro de 1433, narra que após o carro funerário que «El-Rey, E os Infantes, e outros grandes Senhores com suas maãos faziom movêr», «seguiam logo doze cavallos em que hyam cavalgando doze nobres homẽs que levavam as Bandeiras, e Armas d'El-Rey, e o dianteiro foy Pedro Gonçalves Veador da Fazenda, que levava a Bandeira Real em sua aste emburilhada, derribada sobre o hombro: e dos outros, huũ levava ho Elmo, houtro o Estandarte, houtro o Guyam, e outro a Lança e houtro a Facha, E assi as outras Armas, salvo que ho derradeiro levava solto, huũ balsão preto com a aste sobre o hombro, cujas pontas hyam pelo chão, arrastando» (3). Num documento do códice 259 da Colecção Pombalina, publicado pelo distinto investigador Snr. António Machado de Faria de Pinna Cabral que o considera como uma ordem do condestável aos oficiais de armas sôbre o que lhes cumpria fazer nos preparativos para uma projectada expedição de D. Manuel à África, diz-se o seguinte:

«que ordene mãdar fazer hm'a bandejra reall do estado do reinno a qual a dir e' rollada e se não sollta senão o dia da batalha ou quãdo ell rey mãdar».

«se mãdara acabar o estendarte q' se fez e' tangere pera gia de todo o exercito».

(1) Este insignificante trabalho constitui uma comunicação que, na falta da que a êsse fim destinávamos e que uma grave doença nos impediu de elaborar, apresentámos ao 1.º Congresso de Heráldica e Genealogia realizado em Barcelona em Novembro de 1929. Publica-se agora com as correcções e alterações que novas leituras e principalmente o conhecimento *de visu* das tapeçarias nos sugeriram, tendo-se-lhe também apensado uns aditamentos.

(2) A existência dêstes panos foi comunicada em 1915 à Academia das Ciências de Lisboa pelo Sr. Dr. José de Figueiredo que, com o Sr. Dr. Reynaldo dos Santos, os vira em Pastrana; a reprodução fotográfica, dada a conhecer pelo livro dêste último escritor, data de 1925.

(3) Pina, Crónica de D. Duarte. Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa, tomo I, pág. 88.

«que se deve fazer gião pera acompanhar a pesoa reall e p'elle se saber e' q' parte vaj» (4).

Do que acabamos de citar, depreende-se, portanto, que tal prática esteve em uso desde D. João I até D. Manuel; mas é bem de crer que ela se tivesse estendido para além e àquém dêste período de século e meio e viesse mesmo já da dinastia afonsina.

A principal dessas signas, a bandeira, de forma quadrada e preenchida pelas armas reais, simbolizava a pátria e portanto o seu uso competia de direito exclusivamente ao Rei como chefe e senhor do Reino que era.

A sua composição tinha carácter permanente, isto é, mantinha-se invariável de reinado para reinado, mas acompanhando, é claro, as alterações que com o tempo o escudo nacional ia sofrendo.

A respeito da segunda, devemos confessar que pouco ou nada sabemos, porquanto os poucos informes que sôbre ela conhecemos, são deficientes e mesmo se contradizem, não permitindo que se chegue a qualquer conclusão àcêrca do seu significado, forma e composição.

Garcia de Resende, descrevendo a cerimónia da elevação de D. Pedro de Menezes, conde de Vila Real, à dignidade de marquês de Vila Real, conta que D. João II «cortou as pontas do estandarte» de D. Pedro, que «ficou em bandeira quadrada como de Principe» (5).

Vê-se por aqui que um estandarte, naquele tempo, era uma signa com duas ou mais pontas, mas há mais de um exemplo de se dar êste nome a signas quadradas.

Sôbre o seu emprêgo, elucida o citado documento que esta signa servia «para guia de todo o exército»; quanto à sua composição nada sabemos.

Parece-nos, portanto, prematura qualquer afirmação que se possa fazer a respeito do que seria o estandarte dos monarcas do nosso período áureo.

Melhor informados estamos àcêrca do guião régio que era uma signa puramente pessoal, variando de rei para rei a sua composição. Tinha a forma dum triângulo isóceles muito alongado e fixava-se à lança pelo lado menor.

No seu campo, cujo esmalte o possuidor escolhia a seu gôsto, colocava-se a divisa que o Rei para si compunha e que constituia uma fórmula emblemática em que se pretendia simbolizar determinada ideia ou pensamento.

Conforme o seu nome indica, o guião, devendo «acompanhar a pesoa reall e p'elle se saber e' que parte vaj», servia para indicar às tropas onde o rei se encontrava; a sua condução cumpria a um págem que destas funções tirava a denominação de «págem do guião».

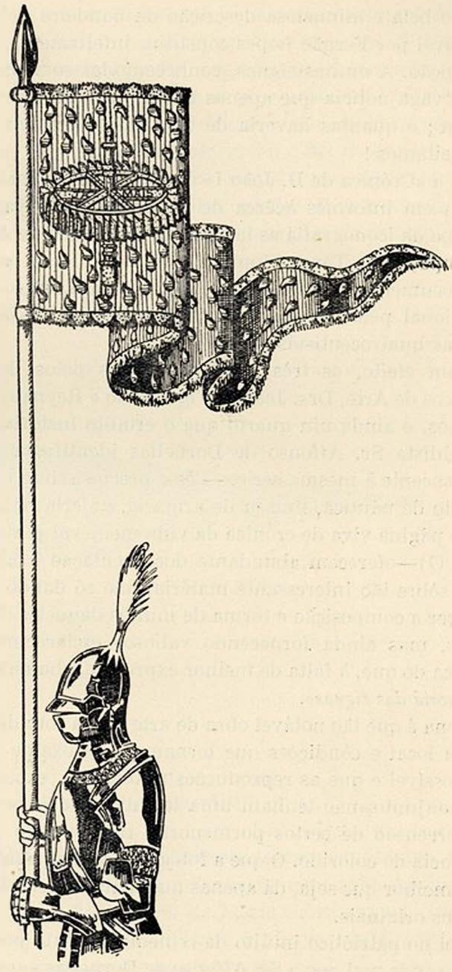
A arrecadação e guarda das signas reais estava a cargo do Armador-Mor que, quando elas deviam servir, as entregava às pessoas a quem cumpria conduzi-las.

(4) A. Machado de Faria de Pinna Cabral, «António Soares de Albergaria, heraldista do século XVII — Subsídios para a história da heráldica portuguesa», separata do «Tombo Histórico», pág. 48.

(5) Garcia de Resende, Crón. de D. João II, cap. LXXVIIII.

No regimento que a êste oficial-mor foi outorgado por D. Manuel em Abrantes a 6 de Julho de 1507, estabelece-se o seguinte:

«Primeiramente ao officio de Armador-Mor pertence ter em guarda de sua mão e em seu poder a nossa bandeira real das armas, e assi o estendarte, e a cota das armas da nossa pessoa e tambẽ a bandeira da ordem de Christo, q hauemos por bem q assi tenha pera de sua



O págem com o guião na «tapeçaria do assalto»

mão auverem as dittas bandeiras e estendarte de serẽ entregues aos officiaes q cõ ellas pello bem de seu officio hão de servir no tempo q comprir por nosso Serviço».

«Pertence ao dito Armador-Mor mandar fazer os guiães q hão de trazer os nossos paies *(pagens)* quando caminhamos e de nos requerer p.ª ello o q comprir e de os dar feitos aos paies p.ª os auerẽ de trazer» (6).

(6) Biblioteca Nacional, Secção de Reservados, Mss., Fundo Geral, códice 8457, fl. 92 v.

A escassez de fontes documentais e iconográficas torna extremamente difícil e árido o estudo das signas medievais.

Dos historiadores, se exceptuarmos Fernão Lopes cuja «Crónica de D. João I» é duma extraordinária riqueza em notícias a respeito de signas, raros são os que se referem a essas insígnias em termos de que possamos depreender qual fôsse a sua composição. Em geral, tais referências são imprecisas, deficientes e pouco claras. A tão bela e minuciosa descrição da bandeira do Condestável por Fernão Lopes constitui, infelizmente, uma excepção. A muitas signas, conhecemo-las sòmente por uma vaga notícia que apenas nos indica que elas existiram ; e quantas haveria de cuja existência nós nem suspeitamos !

Se a «Crónica de D. João I» é a fonte escrita mais copiosa em informes àcêrca de bandeiras medievais no campo da iconografia as tapeçarias da tomada de Arzila e ocupação de Tânger tomam o primeiro logar, graças ao documentário valiosíssimo que encerram, único e excepcional pelo conjunto admirável de reproduções de signas quatrocentistas.

Com efeito, os três panos revelados pelos ilustres críticos de Arte, Drs. José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos, e ainda um quarto que o erudito historiador e heraldista Sr. Affonso de Dornellas identificou como pertencente à mesma série, — êsse preciosíssimo «documento de náutica, museu de armaria, galeria de retratos e página viva de crónica da vida medieval portuguesa», (7)—oferecem abundante documentação iconográfica sôbre tão interessante matéria, não só dando a conhecer a composição e forma de muitos daqueles distintivos, mas ainda fornecendo valiosos esclarecimentos àcêrca do que, à falta de melhor expressão, chamaremos a «*teoria das signas*».

Pena é que tão notável obra de arte esteja fora do país e em local e condições que tornam o seu exame quási impossível e que as reproduções publicadas, excelentes no conjunto, não tenham uma tal nitidez que permita a apreensão de certos pormenores, não falando já na ausência do colorido. O que a fotogravura nos transmite, por melhor que seja, dá apenas uma pálida ideia do que são os originais.

Foi no patriótico intúito de remediar quanto possível tão grande mal que o Sr. Affonso de Dornellas empreendeu realizar uma reprodução colorida dos famosos panos. Para isso, foi a Pastrana e, em frente dêles, reproduziu com atenção e fidelidade o colorido sôbre grandes ampliações fotográficas de que se munira ; mas êste trabalho só se completou ao cabo de muitos mêses (8).

É por meio desta reprodução — feita para sôbre ela se executar uma outra por processos gráficos — que se poderá estudar a Heráldica nas tapeçarias de Arzila e Tânger.

(7) Reynaldo dos Santos, ob. cit., pág. IX.

(8) A. de Dornellas. As tapeçarias do Rei D. Afonso V — Tentativa de reconstituïção, in «Elucidario Nobiliarchico», vol. I, pág. 18.

Do que essa Heráldica nos revela, aproveitaremos aqui apenas o concernente à divisa de D. Afonso V e ao seu guião.

Antes, porém, ouçamos o que diz Rui de Pina no capítulo em que trata da entrada do exército português em terras de Castela no ano de 1475. Descrevendo a ordem em que marchavam as tropas o cronista esclarece que o Rei ia «o mais do tempo» na batalha real, na qual seguiam «suas reaes bandeiras tendidas», mas «porem às vezes com certos ginetes andava provendo de batalha em batalha, trazendo sempre de trás de si nas mãos de um page um guião de sua divisa, que foi um rodizio de moinho com gotas d'agoa derrador espargidas, que tomara pela Rainha D. Isabel sua mulher» (9). É assim a signa que se vê sempre «tendida» à frente do Rei cada vez que êste aparece retratado nas tapeçarias (10).

Na «do desembarque» o Rei é representado duas vezes: uma num batel que se dirige da nau capitania para a praia e outra já em terra, encaminhando-se a pé para as muralhas de Arzila ; nesta dupla figuração o guião aparece ambas as vezes. No pano «do cêrco», o guião lá está à frente do Rei que se encontra à direita, montando no seu corcel de combate (11); um outro guião idêntico se vê à esquerda, não longe duma bandeira real que um grupo de guerreiros, precedido de charameleiros, conduz, marchando na direcção do centro da composição.

Como se explica esta duplicação de signas ? Evidentemente que êsse grupo de guerreiros se prepara para o assalto às muralhas e que essas duas signas se destinam a sêr sobre elas hasteadas logo que êles alí ponham pé triumfantes ; tratava-se, pois, de signas suplementares levadas para tal fim, porquanto as principais não deviam ser arredadas dos seus lugares. Note-se que no pano «do assalto», em que se distingue perfeitamente um alferes cravando, num gesto enérgico, a bandeira real nas muralhas já entradas dos assaltantes, não se vê êste segundo guião.

Neste pano do «assalto», a signa do rodízio acompanha, como sempre, o Rei que ocupa o mesmo lugar que tem no pano anterior.

Quanto ao que representa a ocupação de Tânger, escusado será dizer que o guião não figura alí, porquanto como é sabido D. Afonso V não tomou parte em tal expedição.

(9) Pina, Crónica de D. Afonso V, cap. CLXXVII.

(10) Como se vê, a descrição do cronista não está de acôrdo com as tapeçarias quanto ao lugar em que o guião seguia em relação à pessoa real. Para aquele ia atrás do Rei, nestas ia adiante. Mas o facto de nos diversos panos as signas ocuparem sempre as mesmas posições — guião à frente, bandeira ao lado, signa de S. Jorge atrás — faz-nos crer que quem os desenhou procedeu assim expressamente e para obedecer a determinada pragmática que hoje desconhecemos.

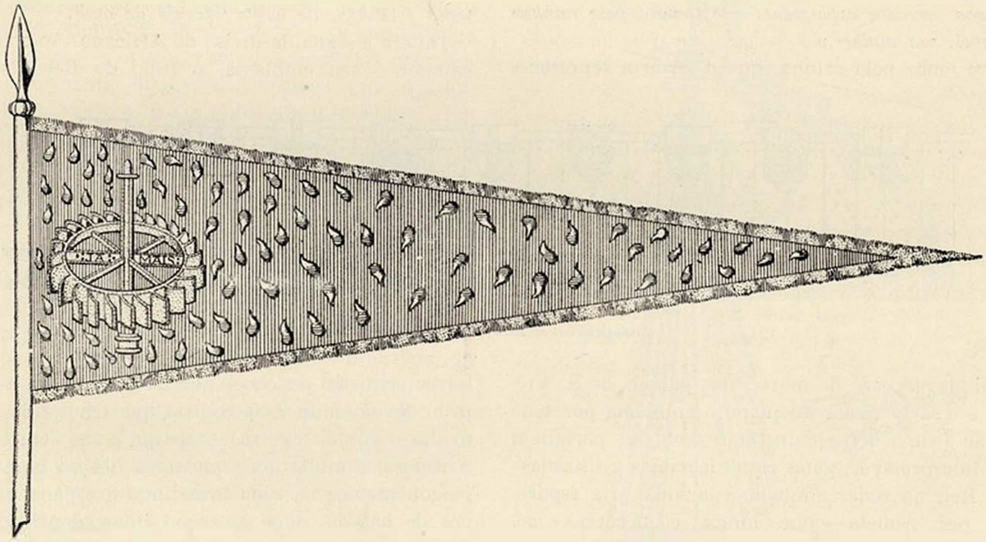
(11) Notemos que êste cavalo, segundo informa o Sr. Dr. Reynaldo dos Santos, está revestido de gualdrapa de «brocado vermelho e ouro», isto é, das côres da divisa régia.

Entremos, agora, pròpriamente, na análise heráldica do guião afonsino tal como no-lo mostram as citadas tapeçarias.

O seu campo é de vermelho, côr que na simbólica heráldica representa guerras, sangue, bravura,—em que esmalte mais apropriado poderia assentar a divisa do indómito batalhador da Alcácer-Ceguer, Benacofú, Arzila e Toro? Escolhendo esta côr, D. Afonso V quiz certamente fixar na sua divisa por meio da Heráldica a tendência dominante do seu espírito — a paixão da guerra.

Sôbre o campo, *a «divisa»* formada pela *«emprêsa»* que é um rodízio de moínho espargindo gotas de água por todo o campo e tendo inscrito nos raios que ficam de frente o *«moto»* francês JAMAIS. Uma larga franja de ouro, metal da peça, envolve o pano da signa (12) que se hasteava numa lança muito alta para satisfazer ao fim a que se destinava: indicar o lugar em que se encontrava o Rei.

«ma completado pelo moto francês *jamais,* inscrito na» «roda — recorda mais uma vez o enigma com que estas» «divisas tem torturado a imaginação dos historiadores.» «Vale a pena esmiuçar êste ponto. O continuador da» «*História Seráfica,* Fr. Fernando da Soledade, *(t. III,l.*» «*III, cap. XIV,* 1705), ao descrever o Varatojo fala no» «emblema de D. Afonso V, *o rodízio dentro do cor-*» «*dão franciscano,* espalhado pelas vidraças, paredes e» «teto da igreja. Só na estante pequena do côro se lhe» «juntava o moto *já mais* (sic) que o cronista interpretara» «num sentido de renúncia após os desastres de Caste-» «la; tanto assim, diz êle, que a tenção só fôra adoptada» «depois de Toro — o que as tapeçarias de Arzila con-» «tradizem. O autor da *História Genealógica,* porem» «*(t. II, pág. 75, 1783),* desccreveu e fêz desenhar a di-» «visa e o moto do *Africano* com o acrescentamento da» «letra E e do número VII, copiados dum confessioná-» «rio do Varatojo, e que um restaurador do convento da»



O Guião da divisa de D. Afonso V. Reconstituição com os esmaltes indicados heráldicamente

É aqui a altura de nos referirmos às acertadas considerações que o Sr. Dr. Reynaldo dos Santos fez àcêrca da divisa de D. Afonso V, considerações estas que constituem uma das mais cintilantes páginas do seu belo livro; e num justo receio de deturpar o pensamento do ilustre crítico de Arte e de tirar a essa página o seu brilho ao transportá-la para a nossa descolorida prosa, preferimos transcrevê-la na integra, do que pedimos vénia ao seu autor.

«O guião do rei, em que o rodízio e as gotas de ouro» «se espargem sôbre um fundo de púrpura (13)—emble-»

(12) A franja larga, da côr da peça principal ou de metal ou mesmo de duas côres alternadas, era um refôrço e adôrno muito usado nas signas dos séculos XV e XVI. Vemo-la nas tapeçarias de Arzila e nas de D. João de Castro, no Livro de Duarte de Armas, etc.

(13) Isto é, de vermelho. A côr que em heráldica se chama púrpura corresponde ao rôxo.

«Batalha não hesitou, no nosso tempo, em esculpir, um» «pouco precipitadamente, no sarcófago de D. Afonso V.»

«Emfim, Fr. Manuel de Maria Santíssima *(Hist. do*» «*Varatojo, etc.,* 1798), repete a história do E e do VII» «no convento de Torres Vedras».

«Estas adições, inventadas ou interpretadas num es-» «pírito infantil de charada pelos cronistas monásticos» «do século XVIII, caem perante os documentos origi-» «nais e inéditos que aqui reproduzimos — dois do fim» «do século XV e um do comêço do século XVI, figuran-» «do a *emprêsa* de D. Afonso V.»

«O mais antigo é o dos pendões das tapeçarias» «(ca. 1471) com o rodízio e as gotas estilizadas acom-» «panhando o moto francês *Jamais.* Pouco posterior é» «o medalhão do portal da igreja do Varatojo (fun-» «dada em 1470 por D. Afonso V) que Jorge Cid dese-» «nhou do natural em 1916 e aqui se reproduz. Nêle» «está esculpido o *rodízio,* sem o *moto,* mas rodeado da»

«corda simbólica de S. Francisco — como o rei se» «envolvera então no estado humilde da ordem a cuja» «sombra se refugiara.»

«Emfim, já no período manuelino, a crónica ilumi-» «nada de D. Afonso V (de Rui de Pina), um dos mais» «preciosos códices da colecção *Leitura Nova*, da Torre» «do Tombo, mostra o *rodizio* espargindo gotas sôbre um» «fundo esquartelado de vermelho e prata e na roda» «o *moto* Jamais. Esta iluminura, posterior à morte» «do *Africano*, devia marcar a última versão da divisa» «régia, ainda aqui idêntica à das tapeçarias. As adi-» «ções do século XVIII são, pois, tão inverosímeis como» «irrisórias e vãs as suas interpretações.»

«Quanto ao simbolismo da emprêsa, é no texto do» «cronista régio que podemos encontrar a base mais» «lógica para a sua definição. Ao descrever «o guião» «da sua divisa», Rui de Pina *(Cron. de D. Afonso V*,» «cap. 177), escreve : foi *um rodizio de moinho com go-*» «*tas dagoa derrador espargidas, que tomara pela rainha*» «*D. Izabel, sua mulher.*»

«O seu amor pela rainha, que o levou a represen-» «tá-la ainda, a-pesar de morta, nos painéis de S. Vi-» «cente, e o facto de ter adoptado o emblema por sua» «intenção (como deixa entrever o cronista) permitem «talvez interpretar as gotas como lágrimas estilizadas» «que o Rei, no rodar simbólico da vida, iria espar-» «gindo por Aquela — que nunca esqueceria — *ja-*» «*mais !*» (14).

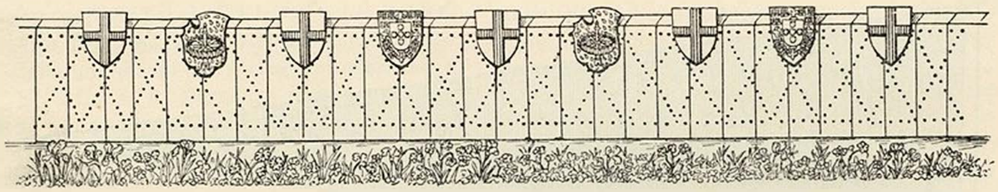
Vimos que no princípio do interessante trecho reproduzido, o seu autor designou as gotas espargidas pelo rodízio como sendo douradas. Ora, num dos seus notáveis trabalhos a respeito das tapeçarias, o sr. Afonso de Dornellas, que, como se disse, esteve em Pastrana e reproduziu as côres dos panos sôbre reproduções fotográficas, diz que o rodízio espalha «lágrimas azuladas em todos os sentidos» (15).

Dêstes dois testemunhos que se contradizem, preferimos o segundo, sem desprimor para quem emitiu o primeiro. A razão da nossa escolha é justificada. O sr. Dr. Reynaldo dos Santos viu as tapeçarias com olhos de historiador e crítico de Arte, o sr. Afonso de Dornellas viu-as com olhos de heraldista. E em Heráldica a água que em rigor se deve representar por *ondado de prata e de azul*, figura-se também pelo *aguado*, que consiste na combinação dêstes dois esmaltes por maneira a obter-se uma representação mais naturalista do que aquela que dá o ondado ; se o campo é de côr, diz-se que o elemento líquido é *de prata aguado de azul* e se é de metal diz-se de azul *aguado de prata* (16). Por isso nos inclinámos para a opinião do sr. Dornellas.

Este pormenor da côr das gotas, parecendo insignificante, é, no entanto, importante sob o ponto de vista heráldico. Daqui a razão de nos determos com êle.

Resumindo : o *guião* que D. Afonso V usou pelo menos desde a tomada de Arzila (1471) era — *de vermelho com um rodizio de moinho de ouro espargindo gotas de prata aguadas de azul e tendo nos raios inscrito o moto JAMAIS, de negro ; franja de ouro.*

Tal era a signa da divisa do Africano. Ao conceber e compor o seu emblema, o filho do Rei Eloqüente, talvez sem dar por isso, nêle se simbolizou a si próprio. Na verdade, êsse rodízio que em fundo de vermelho — côr da guerra — esparge gotas «em todos os sentidos», é ainda o retrato mais fiel do homem que passou metade da vida brandindo a espada nos campos de batalha onde alcançou imorredoura glória, e outra metade «espargindo», como o rodízio da divisa, os bens da sua coroa sôbre as cabeças dos seus felizes vassalos, com mão tão larga e profusa que seu filho, cujas manhas foram tão diferentes, ao recolher a desfalcada herança, não pôde calar a amarga censura de que o pai o deixara «senhor das estradas do Reino !».



Disposição dos escudos na tranqueira de Arzila

(14) Reynaldo dos Santos, ob. cit., págs. 49 e 50.

(15) Afonso de Dornellas, As tapeçarias do Rei D. Afonso V, Tentativa de reconstituïção, in «Elucidario Nobiliarchico», vol. I, pág. 31.

(16) G. L. dos Santos Ferreira, Armorial Português, 2.º vol., III parte, pág. 7.

De facto, quando depois do Congresso de Barcelona nos dirigimos a Sevilha, onde tivemos a inexquecivel emoção de contemplar essas páginas iluminadas da nossa História que são as tapeçarias de Arzila, então em exposição no Pavilhão Português, pudémos verificar que as gotas eram de prata aguadas de azul. Outra coisa não esperávamos encontrar numa composição heráldica criada numa época em que a arte da armaria estava em plena florescência, sendo portanto para estranhar qualquer infracção às suas leis. Notámos ainda que o moto era de negro. Isto nos levou a remodelar esta parte de trabalho. A descrição do guião vai, portanto, já dada com as correcções resultantes do exame dos panos.

ADITAMENTOS

I

Não é só nos guiões que aparece o emblema régio. Vemo-lo espalhado em profusão nos três panos de Arzila. No «do desembarque», à esquerda e em primeiro plano, junto à orla, sobresai a nau capitania que conduziu D. Afonso V, alegremente embandeirada — «nau apendoada de bandeiras», como diria Fernão Lopes ; o cesto de gávea do mastro grande tem a guarnecê-lo um pano em que se acha bordada a divisa do rodízio ; daí pende um longo galhardete ponteagudo, em tudo semelhante ao guião. No tôpo do mastro tremula a bandeira real.

Convém notar que esta nau é a única que ostenta a signa do Reino ; as outras exibem signas diversas. Assim era, sem dúvida, na prática. Temos a confirmação disto em Rui de Pina. Quando, em Novembro de 1463, D. Afonso V, tendo em mira a escalada de Tânger, passou à África com um poderoso exército, uma rija tormenta dispersou a armada que o conduzia. Por esta razão a nau em que iam o soberano e seu irmão o infante D. Fernando, entrou sòsinha no estreito «e», refere o cronista, «havendo o conde D. Duarte conhecimento d'El-Rei pela bandeira real e capitoa que o seu navio trazia, foi-lhe fallar no mar» (17). Este pequeno pormenor é mais uma prova a juntar a outras muitas que atestam o escrúpulo e o respeito pela verdade histórica que presidiram à confecção dos cartões das tapeçarias.

Emfim, nos pavezes que revestem a amurada da proa da nau, escudos em que se contem o rodízio, alternam com outros ostentando a cruz de S. Jorge (18). Nos outros dois panos, entre a larga linha de mastros que enche o fundo da composição, o da nau capitania distingue-se dos outros, mercê dos sinais que acabamos de descrever.

Ainda nestes dois panos, a palissada ou palanques que defendia o arraial português dos ataques do exterior acha-se ornamentado com grande número de escudos em que se vêem nuns as armas reais, noutros a cruz de S. Jorge e noutros, ainda, a divisa real (19). Estes últimos apresentam não a forma de escudo de guerra, comum aos brasões de armas, mas a de tarja, escudo de justa ou torneio, em que usualmente se punha tal espécie de emblemas.

II

Não cabe por inteiro aos historiadores setecentistas a responsabilidade do enxêrto do número 7 e da letra *E* na composição original da divisa de D. Afonso V.

(17) Rui de Pina, Crón. de D. Afonso V, cap. CXLVIII.

(18) Reynaldo dos Santos, ob. cit., pág. 20.

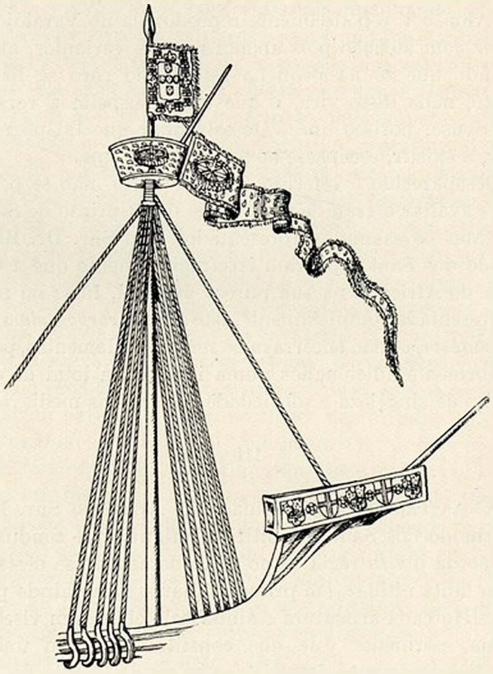
(19) Idem, ibidem, pág. 25.

A menção do sete fá-la pela primeira vez Damião de Góis na sua *Crónica do Principe D. João*. E fá-la por conta própria porque na *Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina, que Góis seguiu a par e passo ao compor a sua, embora engalanando a narrativa do cronista do Africano com as pompas da sua prosa de quinhentista, não se inclui tal número na descrição do referido emblema.

Cotejemos os textos :

Pina : *um guião de sua divisa, que foi um rodizio de moinho de gotas d'agua derrador espargidas...* (20).

Góis : *ho guiam com sua deuiva que era o numero de sette, e hum rodizio de moinho com gotas dagoa, com huma letra que dizia já mais* (21).



A nau capitoa ostentando os emblemas régios

Ora Góis se se desviou do texto de Pina, dando uma descrição da divisa em que introduziu um elemento por êste não indicado, decerto não inventou aquilo que escreveu. O que evidentemente aconteceu foi ter o cronista quinhentista encontrado qualquer representação da divisa em que *viu* ou *julgou ver* o referido número e assim o registou na sua obra. Não admira que Góis quizesse ver na divisa uma composição mais complexa do que ela realmente tinha. No Renascimento êstes emblemas, dum tão singelo simbolismo na época medieval, haviam-se complicado a ponto de constituirem verdadeiros enigmas figurados

(20) Crón. do Príncipe D. João, cap. C.

(21) Crón. de D. Afonso V, cap. CLXXVII.

em que se acumulavam variadíssimos elementos, tornando-se a sua decifração quási impossível.

Sob a influência da intrincada emblemática do seu tempo, nada mais fácil ter Góis sido levado a complicar uma coisa que afinal era simples.

Note-se que Góis tinha o hábito de querer aperfeiçoar as fontes de que se servia e nestes aperfeiçoamentos muitas vezes acabou por deturpar a verdade.

A letra E, essa sim, é que foi introduzida no século XVIII, segundo parece, por D. António Caetano de Sousa que diz tê-la visto, assim como o sete, num confessionário então existente no Varatojo e hoje desaparecido. Nas mesmas águas vai Fr. Manuel de Maria Santíssima na sua *História do Varatojo*. Fr. Fernando da Soledade, porém, que examinou a divisa de D. Afonso V repetidamente reproduzida no Varatojo e o fez com atenção pois aponta as suas variantes, afirmando que só na pequena estante do côro se lia o moto, nada disto vira, o que torna suspeita a versão de Sousa, porisso que é de estranhar que tal pormenor, a existir, escapasse ao seu atento exame.

Desaparecido o referido confessionário, não se pode hoje avaliar o grau de veracidade da descrição de Sousa. Mas os exemplos apresentados pelo Snr. Dr. Reynaldo dos Santos provam irrefragàvelmente que a divisa do Africano na sua pureza original, fôsse ou não representada completamente, isto é, com *corpo* e *alma* ou só com *corpo*, não encerrava os referidos elementos, posteriormente adicionados numa ignorância total do espírito de singeleza e sobriedade das divisas medievais.

III

N'«As Tapeçarias da tomada de Arzila» o Snr. Dr. Reynaldo dos Santos identifica a figura que conduz o guião da divisa régia (e no pano do assalto se destaca com tanta nitidez, em primeiro plano, sobresaindo por sua reforçada armadura e ainda pelo elmo com viseira caída, pormenor êste que constitui excepção única em todos os panos da série) como sendo Duarte de Almeida, o futuro «Decepado» de Toro, acrescentando que êle «*já em 1464 levava em Benacofú o pendão do rei e mais tarde, em 1474, havia de empunhar — pela última vez ! — o «guião da sua divisa*» (22).

Ainda que muito nos pese termos de contraditar o ilustre escritor, reputamos inaceitável esta sua identificação. E' que nada permite afirmar, ou sequer conjecturar, que Duarte de Almeida tivesse sido alguma vez incumbido da guarda e condução da referida signa.

Mas não é para admirar semelhante equívoco, mesmo em autor tão erudito e cuidadoso. O Snr. Dr. Reynaldo dos Santos caíu no lôgro a que as signas arrastam invariàvelmente quem não estiver precavido, por um estudo muito especializado de tão traiçoeira matéria, contra a confusão produzida pela instabilidade que, em todas as épocas, sofreu a nomenclatura dêstes atributos heráldico-militares. De facto, houve de sempre uma pronunciada inconstância de sentido dos vocábulos que os designavam, e, conseqüentemente, uma defeituosa aplicação dêles, notando-se uma tendência para a sinonimia tanto mais acentuada quanto mais ia decorrendo o tempo : de modo que uma palavra que qualificava determinada signa em dada época, encontra-se noutra a designar uma signa diferente ; e a corrupção vai até ao ponto de tais vocábulos se confundirem nos seus significados, deixando de exprimir espécies distintas duma classe de objectos para passarem a ser tomadas como traduzindo indiferentemente qualquer delas.

De tudo isto procede o serem hoje dadas como sinónimas e andarem mal definidas nos dicionários palavras que outrora serviam para especificar coisas duma mesma família, sim, mas que, variavam inteiramente na sua morfologia, emblemática, significado e emprêgo.

Já atrás especificámos que as signas reais eram três: a bandeira, o estandarte e o guião.

Duarte de Almeida achou-se ao lado do seu soberano na desastrada incursão à serra de Benacofú (1464) e na batalha de Toro (1475) e, com tôda a certeza, na expugnação de Arzila, como é evidente pelo facto, revelado por Braamcamp Freire (23) e que o Snr. Dr. Reynaldo dos Santos cita (24), de D. Afonso V lhe ter feito certa mercê por carta passada nessa mesma praça, logo dois dias após a conquista (26 de Agosto de 1471).

Caber-lhe-ia nalguma destas acções a condução do guião real ?

Em Benacofú e Toro é indubitável que não, e quanto a Arzila fortes razões nos fazem pender também para a negativa.

Informa Gomes Anes de Azurara que na mal sucedida correria à serra de Benacofú em que D. Afonso V passou por grande perigo, «seu estendarte foi abatido, e fora tomado senon fora a bondade de Ruy de Sousa, que o defendeo como valente e nobre cavalleiro, e de si o Alferez que era homem Fidalgo e nobre, e nom lhe faleceo o coração e força para soster aquelle trabalho, o qual havia nome Duarte Dalmeida» ; e que num alto que El-Rei fizera para reünir as suas forças àsperamente acossadas da moirama e deliberar sôbre a resolução a tomar em tão séria conjuntura o brioso alferes se dirigira ao monarca para louvar Rui de Sousa pela abnegação e esfôrço dispendidos na defesa da signa, dizendo-lhe : «*Porque, Senhor, se elle nom fora, eu ficara hoje sem vida, e vós sem estandarte*» (25).

E aqui surge uma dúvida provocada por essa insta-

(22) As Tapeçarias, pág. 32.

(23) Brasões da Sala de Sintra, 2.ª ed. vol. II, pág. 323. Carta de mercê de mais uma vida a verificar-se no primogénito de Duarte de Almeida, nas quintas do Fairro e Martanes. (Chanc. de D. Afonso V, liv. 34, fl. 141 v.).

(24) As Tapeçarias, pág. 71.

(25) Azurara, Crón. de D. Duarte de Meneses, cap. CLV.

bilidade na nomenclatura das signas que já atrás apontámos.

Quereria o cronista, ao escrever *estandarte* referir-se à signa de duas pontas assim denominada ou empregaria tal palavra ainda no sentido de signa quadrada? E' que na península, aí pelo século XIII, a esta davase o nome de *estandarte* e o de *bandeira* à de duas pontas, tendo-se operado com o tempo uma inversão dêstes nomes em relação aos objectos que qualificavam, inversão que foi muito lenta, não se podendo precisar em que data se completou, e sendo freqüente encontrar-se a classificação antiga persistindo a par da nova, impossível é saber-se em que sentido Azurara empregou a referida palavra.

Fôsse como fôsse, rectangular ou signa de duas pontas, o que é iniludível é que não se tratava de um guião.

Que foi a bandeira quadrada, com as armas do Reino, que motivou a épica façanha do alferes pequeno do Rei Africano, é facto incontroverso; provam-no à saciedade textos e documentos.

Rui de Pina, descrevendo o heróico lance diz: «*a bandeira real d'el-Rei D. Afonso*» (26). Na carta em que o Rei galardoa Gonçalo Pires, o valente escudeiro que recuperou a perdida insígnia e a foi levar ao Príncipe D. João, com uma tença de 5.000 reais brancos diz-se: «*a minha bandeira*» (27), e na de fidalgo de cota de armas que mais tarde D. João II lhe concede, recordando-se o serviço que provoca a mercê, nomeia-se «*a bandeira do dicto Rey*» e dá-se-lhe, com o direito ao uso do apelido «*Bandeira*», uma bandeira quadrada por peça principal das suas armas (28). «*Pendom de las armas reales*» escrevia o Rei de Castela numa carta à cidade de Baeza (29).

Além das provas que acabámos de aduzir, outras ainda se acham arquivadas pelo inolvidável Braamcamp Freire na obra que temos vindo citando. Não resta, pois dúvida de que foi a bandeira, e não o guião, que deu lugar aos assinalados feitos do *Decepado* e do escudeiro de Gonçalo Vaz Pinto.

E em Arzila?

Admitindo que Duarte de Almeida tomou parte na expedição contra a praça marroquina, o que é inteiramente provável, tê-lo-ia feito como simples combatente ou na honrosa missão de levar uma das signas reais?

São mudas as crónicas a tal respeito, mas a citada carta de mercê passada dois dias depois da conquista da praça é, conforme já atrás deixámos dito, seguro indício da sua assistência nesta gloriosa emprêsa do Africano.

E' de estranhar, no entanto, que nela não se mencione a qualidade de alferes, se bem que tal omissão de modo algum possa só por si, invalidar a hipótese de que êle ia no exercício dêste ofício, porisso que, como é sabido, nos documentos da época nem sempre se enumeram todos os títulos e emprêgos das pessoas a que dizem respeito.

Mas, supondo que alguma signa lhe coube empunhar, não foi certamente o guião da divisa que devia ir nas mãos dum págem, segundo indica Rui de Pina e se estabelece no Regimento do Armador-mor. Eram os pagens, mancebos de boa linhagem que os soberanos e grandes senhores admitiam na sua *criação*, cumprindo-lhes prestar a seus amos serviços de diversa natureza, entre os quais o de conduzir as suas armas e insígnias. Assim, havia o págem da lança, do elmo, do estoque, do guião, das esporas, da tocha, etc.

Na convivência de guerreiros, acompanhando os senhores nas sortidas militares e assistindo-lhes tanto nos torneios como nas batalhas, os págens iam-se habituando a encarar os perigos da guerra sem temor, a guiar-se por entre a confusão e o estrépido dos combates, a familiarizar-se com as pesadas armas e a praticar o seu manejo, a não desfalecer à vista do sangue derramado; e dêste modo as suas qualidades combativas entravam a desabrocar, a sua coragem, o seu sangue frio e seu golpe de vista adquiriam um treino que os tornava aptos para mais tarde poderem abraçar a vida de soldado, para poderem vir enfim, a receber um dia as almejadas honras da cavalaria. Era por págem que se iniciava a carreira militar, ser págem correspondia, por assim dizer, a um tirocínio, a uma aprendizagem para a entrada no mister das armas.

Ora Duarte de Almeida, que já em 1461 é dado como fidalgo da casa del Rei e tinha fôro de cavaleiro da sua casa em 1464, isto é, por ocasião do sucesso de Benacofú estava já casado dois anos depois, sabendo-se que em 1471 já tinha vários filhos, um dos quais em 1476 encontramos assentado em escudeiro fidalgo com 1775 reais no livro das moradias (30); ao tempo de Arzila devia, portanto, andar entre os 25 e 35 anos.

Que se conclui de tudo isto?

Que quem à data da tomada de Arzila já gozava o fôro de cavaleiro da casa do Rei e num combate importante empunhara até uma signa mais categorizada do que um guião, não estava em idade nem em condições de nela ter figurado num papel que cabia a um simples págem.

No cargo de alferes-menor ou pequeno é que Duarte de Almeida teria, talvez, ido a Arzila, embora — não esqueçamos — tal qualidade só lhe seja atribuida em documentos que datam já do ano seguinte ao dêste sucesso (1472); a ser assim, a sua missão era substituir o alferes-mor na condução da bandeira real, sempre que outros deveres obrigassem êste a afastar-se dela. Como é sabido, o alferes-mor, que era sempre um fidalgo dos principais, «um grande do Reino» (e nesta altura eram êles em bem pequeno número!) «*doublé*» de militar

(26) Pina, Crón. de D. Afonso V, cap. CXCL.
(27) Braamcamp, Brasões, vol. II, pág. 327.
(28) Brasões, vol. cit., pág. 328.
(29) Idem, ibidem, pág. 329.

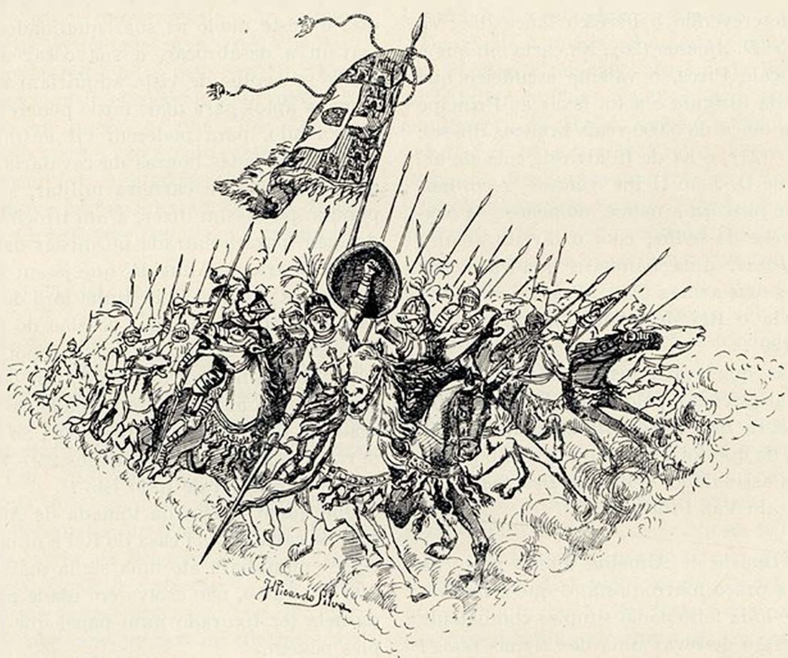
(30) Braamcamp, Brasões, vol. II, pág. 322 e seg.

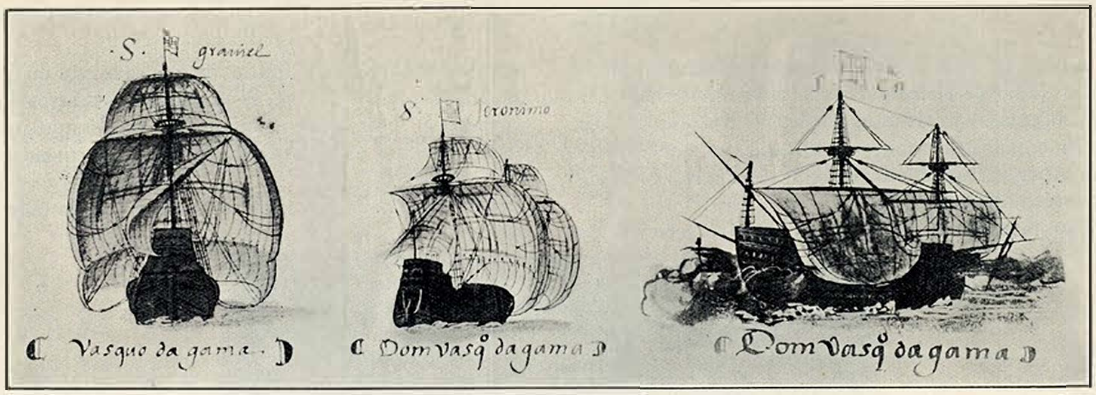
categorizado, não se reduzia apenas a acompanhar o Rei com a bandeira ; figura primacial do exército, era chamado a assumir funções directivas ou a desempenhar, quando as circunstâncias o exigiam, missões de elevada importância e responsabilidade, tendo ainda de chefiar o seu contingente, e então, confiava a bandeira ao seu subordinado (31).

(31) E no impedimento dêste a outro qualquer fidalgo como aconteceu quando D. Afonso V invadiu Castela em 1475. Tendo Duarte de Almeida ficado a tratar de assuntos particulares, foi Vasco da Gama quem «trouxe a nossa bandeira» até 1 de Outubro, pelo que lhe foi feita mercê. Braamcamp, Brasões, vol. II, pág. 324.

Suspeitamos mesmo que quem levava a bandeira era em geral o alferes-menor, empunhando-a o alferes-mor apenas nas ocasiões solenes em que o Rei aparecia rodeado por todos os grandes dignatários da côrte.

Expostos os argumentos que fundamentam a nossa maneira de ver, resta-nos pedir desculpa ao Snr. Dr. Reynaldo dos Santos desta ligeira rectificação que, incidindo apenas sôbre um pormenor secundário, em nada vem diminuir o alto valor do seu aliás completíssimo estudo, pelo qual no decorrer destas despretenciosas notas tivemos ocasião de manifestar por mais de uma vez uma admiração que envolve também a pessoa do seu ilustre autor.





1 2 3

As náus capitanias de Vasco da Gama nas três viagens que fez à India

1—A NÁU «SÃO GABRIEL», 1497. 2—A NÁU «SÃO JERONIMO», 1502. 3—A NÁU «SANTA CATARINA DO MONTE SINAY», 1524.
REPRODUÇÃO DOS DESENHOS AGUARELADOS DO LIVRO INTITULADO «MEMORIA DAS ARMADAS». VALIOSO MANUSCRITO EXECUTÁDO PROVAVELMENTE ENTRE OS ANOS DE 1549 E 1566. PERTENCENTE Á ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA.

As assinaturas de Vasco da Gama

Uma falsa assinatura do navegador português
Criticas, comentários e documentos

POR LUIS KEIL

Sapiens nihil affirmat quod non probet.

As notas que se seguem foram-me sugeridas pela leitura em livro ultimamente publicado, de um facto apoiado sobre um documento referente à vida de Vasco da Gama, e que me pareceu fantasioso.

Como esse documento apresentava certas contradições históricas e cronológicas, quiz, por simples curiosidade, investigar o que havia àcêrca desse facto.

As averiguações a que procedi trouxeram-me, não só a confirmação do que pensava, mas ainda, por uma sequência de observações, a certeza de que a assinatura do nosso imortal navegador, tal qual tem sido reproduzida em numerosas publicações nacionais e estrangeiras, não era dele.

Com a reprodução dos documentos autênticos onde se encontra a assinatura de Vasco da Gama, com o confronto dos fac-similes das assinaturas suspeitas e a publicação do documento apócrifo, afigura-se-me que o problema palpitante fica completamente esclarecido.

Aproveito esta ocasião para, em conjunto, publicar na íntegra e reproduzir pela fotografia, nove documentos assinados pelo heroi nacional, únicos, ao que parece, conhecidos hoje.

Três deles já foram publicados e reproduzidos em fac-simile ; dos outros seis, um foi sómente transcrito, e, apezar da sua extraordinaria importância, é pouco conhecido. Quatro, simples mandados de Vasco da Gama ao feitor de Cananor para entrega de vários objectos, interessantes pelas assinaturas, eram quási ignorados. O último é agora divulgado e reproduzido pela primeira vez. Esquecido, pois só vagamente o citaram, é hoje o mais extenso e importante autógrafo que existe de Vasco da Gama. Simples carta particular, longe do protocolo das ordens e das notas que se conhecem, este documento, interessante contribuição para a biografia do Almirante das Indias, definindo uma fase do seu caracter, mostra na intimidade da sua redação, a prática sempre usada, e ainda hoje seguida, do valimento dos grandes...

*

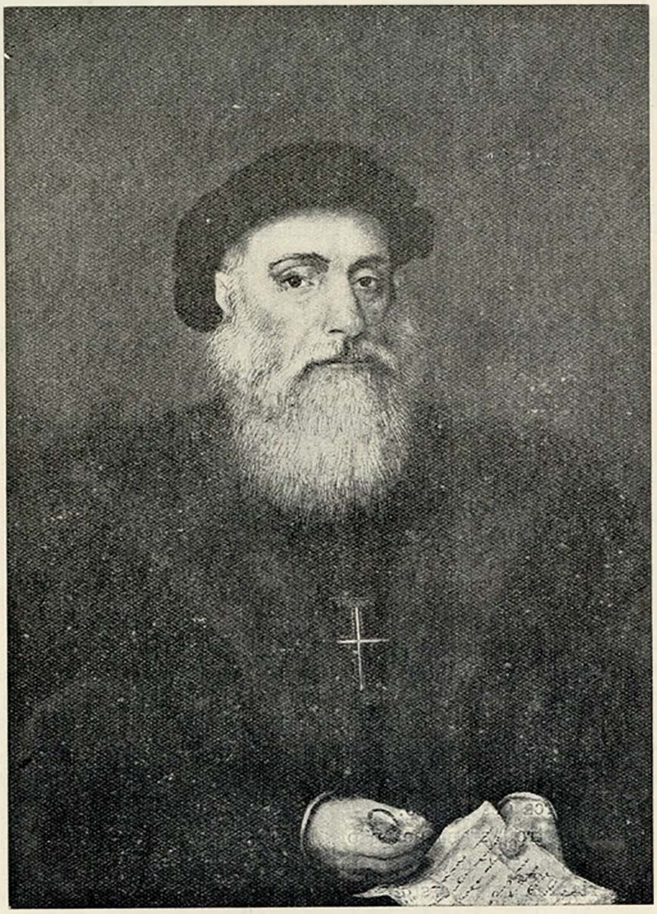
* *

Jean-Paul Alaux publicou recentemente, como se sabe, um livro intitulado «Vasco de Gama ou l'Epopée des Portugais aux Indes» . (1)

A Imprensa recebeu, em geral, com manifesto entusiasmo, talvez um pouco exagerado, o livro, que veio mostrar, numa explendida edição de luxo, com preciosos elementos iconográficos e documentários, a acção épica dos portugueses, no tempo das descobertas e conquistas. Nesse ponto, os elogios dirigidos ao sr. Alaux são bem merecidos e justificados.

A obra tão bem apresentada, não é porém um repertório de novos elementos para os eruditos, nem para aqueles que se interessam a valer pelas coisas do nosso Oriente, pois que, sob o ponto de vista de texto, mediocre e por vezes infantil, nada traz de novo ao que já conhecemos.

São recapitulações, mais ou menos correctas, das



RETRATO DE VASCO DA GAMA

Pintura a oleo sobre madeira (0.25 × 0,20).

Escola de Gregório Lopes, possivelmente pintado em Lisboa ou em Evora nos últimos meses de 1523 ou nos primeiros de 1524. Pertenceu á Casa dos Condes da Vidigueira, depois Marquezes de Niza, tendo sido adquirido em 1815 pelo Conde do Farrobo aos descendentes do navegador português. Em 1866 foi comprado pelo Rei D. Fernando II e oferecido á Academia Real de Bellas Artes Actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga.

(Restaurado em 1845, por Luiz Tirinnanzi e em 1913, pelo Professor Luciano Freire).

Est I

crónicas e das relações escritas pelos portugueses. Nelas recai o autor nos erros de crítica e de cronologia e até mesmo de topografia já cometidos pelos velhos cronistas, erros hoje rectificados, mas que Alaux não curou de consultar nem de corrigir. Alem destes recai ainda noutros, originados pela dificiência da documentação moderna ou actualizada, de que se serviu ou que lhe foi facultada. Foram assim publicados erros imperdoáveis, inconscientemente, quero crer, e que qualquer português medianamente apetrechado emendaria sem hesitação.

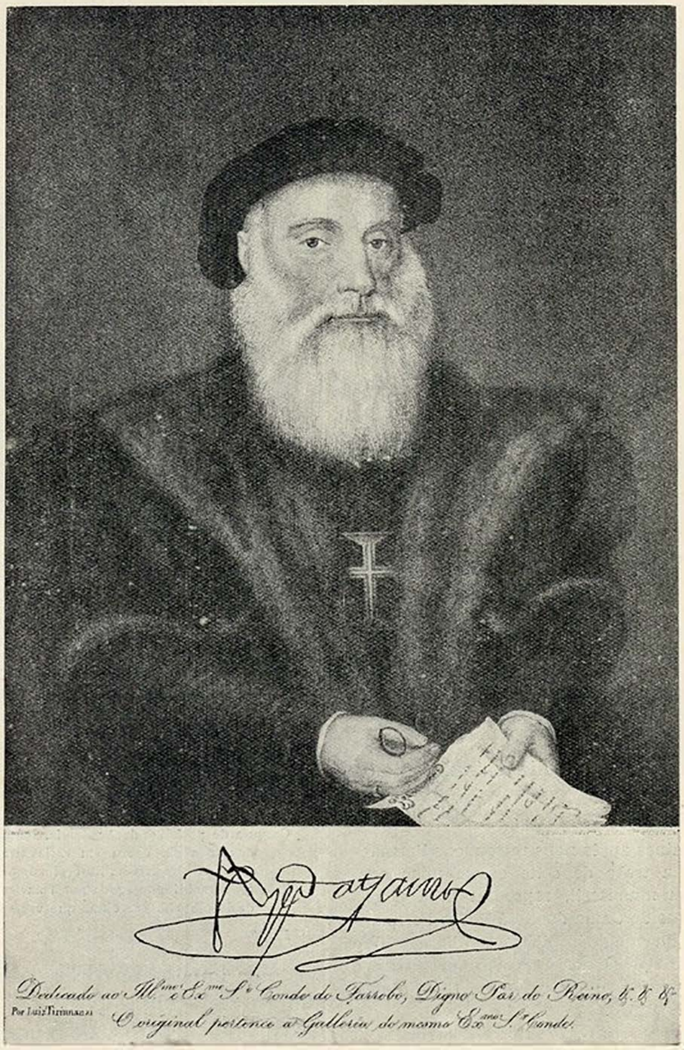
Não vale a pena rectificar esses erros e essas faltas : são muitos.

A obra para os estrangeiros, é muito agradável à vista, e, como prazer estético deveras apreciavel. É tambem um bom meio de propaganda do nosso país. Sendo mais um documento relativo à gloria de Portugal, dele se deve reconhecimento ao seu autor ; mas só por esse facto.

Para os portugueses, a obra do escritor francês, é simplesmente curiosa.

Existem porém várias afirmações, no trabalho do sr. Alaux, que seria imperdoávèl deixar passar em julgado. Mesmo por uma questão de patriotismo, elas devem ser analizadas, para evitar que, mais tarde ou mais cedo, um crítico estrangeiro venha dizer que os portugueses desconheciam alguns factos, relativos às viagens dos nossos grandes navegadores. E, se os conhecimentos desse crítico fôssem mais profundos, iriam demonstrar a falsidade de uma afirmação do sr. Alaux, gràficamente documentada, tornando-nos ridículos, por não conhecermos a história e o valor dos nossos documentos, e, pela falta de capacidade para os discutir.

Ora, justamente para evitar essa possível rectificação de um estrangeiro, em assuntos que se relacionam com Portugal e que nós, primeiro que ninguem, devemos liquidar e aclarar, é que eu venho hoje apresentar a questão, sem outros comentários, além dos que me sugerem as circunstâncias e os que podem reforçar a opi-



RETRATO DE VASCO DA GAMA

Segundo o quadro então pertencente ao Conde do Farrobo

Litografia de Mauricio José Sendim.
mandada fazer por Luiz Tirinnanzi, em 1845.
Pseudo assinatura de Vasco da Gama decalcada num documento do feitor de Ormuz.
— *Christovão da Gama* —

Est 2

nião que defendo, a bem da verdadeira crítica, da história e da ciência.

A outros a missão de estudarem o assunto com mais paciencia e erudição.

*

* *

Trata-se de um documento erradamente atribuido a Vasco da Gama, e que estabeleceu uma confusão, que hoje se procura desfazer.

Fornecido, ao sr. Alaux, este pretendeu com ele demonstrar um episódio da vida de Vasco da Gama, desconhecido dos portugueses.

Seria muito louvável a lição do escritor estrangeiro, apresentando-nos um facto verdadeiro. Mas não é assim.

Esse facto, como se verá é absolutamente inverosimil ; mas veio demonstrar outra coisa. A assinatura de Vasco da Gama conhecida e divulgada, até hoje, por uma grande parte dos seus biógrafos e dos escritores e artistas nacionais e estrangeiros, que se ocuparam da sua personalidade, e reproduziram a sua efígie, desde o fim do primeiro terço do século XIX, não póde ser a do grande descobridôr português.

*

* *

No capítulo XXIV do seu livro, Alaux ocupa-se da terceira viagem de Vasco da Gama à India. O nosso navegador, empreendendo a sua derradeira viagem às terras cujo caminho maritimo descobrira 26 anos antes, partiu de Lisboa a 9 de abril de 1524 e não a 1 desse mês, como escreve Alaux.

A paginas 188 do seu livro, o autor diz textualmente o seguinte :

> «Quelques semaines aprés nous retrouvons l'arma-«da á Ormuz. La trace de cette escale nous est «restée, grace au manuscrit, reproduit á la page «187, ou Dom Vasco de Gama donne á Pedro Fernan-«des, Receveur du magazin d'Ormuz, l'ordre de «donner au Maitre de la nef Saint Antoine quatre «cuirs pour les pompes dudit vaisseau. Il est daté «d'Ormuz 22 juillet 1524.3».

O documento, onde vem o recibo do mestre da nau e do escrivão Gonçalo Homem, é reproduzido em facsimile na pagina anterior (187) desse livro.

Como poude o sr. Alaux asseverar que esse documento era de Vasco da Gama ?

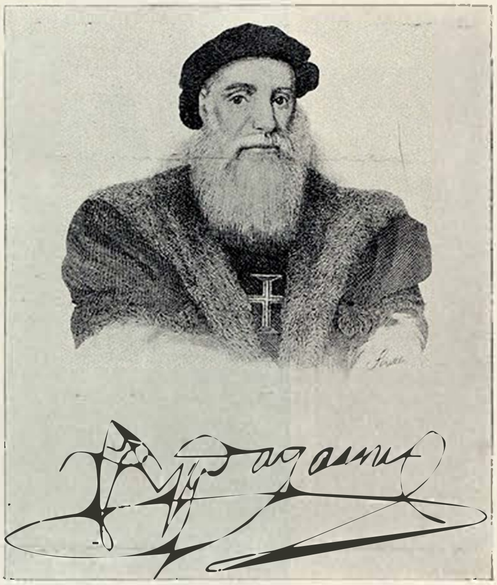
Simplesmente porque o sr. Alaux, cuja erudição é muito superficial e não conhece bem as fontes da história portuguesa, se guiou pelas indicações do sumário transcrito nas costas do documento, onde se lê em letra do século XVIII :

> «Mandado de Vasco da Gama p.ª Pedro Frz. Ftor «do armazem de Urmus p.ª dar ao Me do navio St.º «Antonio quatro couros p.ª a Bomba &&&».

Com os elementos fornecidos por este documento *(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronologico, Parte 2.ª Maço 117 Doc. N.º 61)*, Alaux, que provavelmente o não viu todo em original, quer provar uma coisa impossivel.

Sòmente isto :

A ida a Ormuz da armada de Vasco da Gama, ou pelo menos de um dos navios da sua conserva, três meses e meio depois da sua partida de Lisboa, facto até hoje completamente ignorado por todos os nossos antigos cronistas e escritores contemporâneos !



RETRATO DE VASCO DA GAMA
Segundo o quadro já pertencente à Academia Real de Belias Artes

Gravura do professor da Academia, Joaquim Pedro de Sousa e reproduzida nessa época em varias litografias. A assinatura é uma cópia da que está na litografia de Sendim com ligeiras variantes. Esta gravura foi empregada por Teixeira de Aragão e pelo Visconde de Juromenha nas obras que veem citadas neste estudo.

Est. 3

E digo impossível porque o feito era materialmente impraticável e absurdo.

Alaux não reparou, ao estabelecer a sua afirmação, num facto primordial : o espaço de tempo decorrido entre a partida de Lisboa (9 de abril) e o da hipotetica chegada a Ormuz (22 de julho). Um navio do século XVI, fosse qual fosse, não podia percorrer essa distancia no curto periodo de 112 dias.

Isso devia pô-lo de sobre aviso e não ir sustentar *«á la légère»* uma afirmação, que fazia passar os portugueses por ignorantes de um facto, que destruia por completo os períodos das derrotas seguidas pelas naus portuguesas nesse tempo e nos revelava um episódio, que tinhamos o estricto dever de conhecer, sem necessidade das luzes de um estrangeiro, por mais generoso que ele fôsse.

Só se o sr. Alaux pudesse pensar que a nau «*Santo Antonio*» tivesse sahido pelo canal de Suez, que o génio de Afonso de Albuquerque chegou a antevêr, já três séculos antes do seu glorioso patrício Ferdinand de Lesseps !

em regra seis meses para chegar à India (Cochim, Cananor, Gôa, etc.) com escala por Moçambique, excepto quando os pilotos, por partirem mais tarde de Lisboa ou por atrazo da navegação, passavam a este da ilha de Madagascar.



RETRATO DE VASCO DA GAMA
Segundo o quadro da Academia Real de Bellas Artes

Gravura do desenhador e pintor francês
Armand Dumaresq.
Interpretação fantasiosa de palavras escritas num pergaminho,
que o Almirante tem pendente da mão esquerda.
Est. 4 Lê-se na gravura: *Lisboa... de... de.. Ex.mo Sr.*

E ainda assim resta saber se chegaria a Ormuz a 22 de Julho...

Os navios portugueses, partindo de Lisboa depois de 15 de março, mas nunca antes do fim de maio, levavam

São conhecidas as viagens excepcionaes e felizes, como as de Francisco de Anaia em 1526 (9 de abril-31 de agosto) e de D. João de Castro em 1538 (6 de abril-11 de setembro) durando 5 meses e 5 dias com 14 dias de

escala, e outra, a do vice-rei D. Constantino de Bragança, que em 1558, navegando na náu «*N.ª Senhora da Graça*», gastou de Lisboa a Gôa, quatro meses e vinte seis dias, com demora de 10 dias em Moçambique.

As náus, depois de 120 ou 130 dias de navegação, tocavam em Moçambique onde refrescavam. A demora ali era de um minimo de oito dias, sendo o normal de duas semanas. Logo partiam para a India, aproveitando a monção de julho-agosto, que as levava ás costas do Malabar num período nunca inferior a 20 dias, o que prefazia, como apontei, mais de cinco meses de navegação. (2)

O tempo gasto na derrota de Moçambique a Ormuz era superior a 30 dias de navegação ; portanto maior do que o tempo dispendido até á costa de Malabar.

Na melhor das hipóteses o tempo minimo gasto por uma náu directa de Lisboa a Ormuz, tocando por necessidade absoluta em Moçambique, seria de 140 dias ou sejam mais de quatro meses e meio, o que a faria



Ampliação do pormenor do quadro do Museu Nacional de Arte Antiga, representando o pergaminho pendente das mãos de Vasco da Gama e no qual as palavras escritas são absolutamente indicifraveis. Demonstração de uma falsidade que podia produzir um êrro histórico na hipótese do desaparecimento do painel numa época em que os conhecimentos de crítica e os processos de reprodução fossem dificientes, e caso subsistisse a versão das palavras escritas no pergaminho, segundo as gravuras de Dumaresq e Morelet.

Est. 5

chegar ao porto do golfo pérsico em fins de agosto de de 1524 e nunca antes.

É essa a opinião autorizada do nosso almirante Gago Coutinho, que consultado por mim sobre as possibilidades do tempo gasto até Ormuz, não duvidou afirmar ser impossível, em navegação á vela e com os recursos da época, chegar a esse porto em menos de cinco meses.

Estes factos apontados, razões náuticas e cronólogicas, deviam ter impedido o sr. Alaux de emitir uma opinião, que os mesmos factos destruiam, afirmando ter a esquadra de Vasco da Gama feito escala em Ormuz no dia 22 de julho de 1524.

Acresce ainda que a náu «*Santo Antonio*» citada no aludido documento não foi á India em 1524 na armada de Vasco da Gama. Não consta de qualquer das ementas, relações ou crónicas ou ainda de documentos conservados até hoje.

Uma náu com esse nome foi para a India em 1521. Devia estar em Ormuz, se lá foi, muito antes de julho de 1524. (3) A navegação das costas do Industão para as paragens do golfo pérsico, era feita antes da entrada do inverno (abril-maio) ou depois em agosto. Nas «*Lembranças das coisas da India*» escritas em 1525, não se encontra a náu «*Santo Antonio*» na descriminação dos navios portugueses existentes, nessa época, nas partes da India. (4)

*

* *

Mas porque razão, repito, poude Alaux afirmar que a ordem ao almoxarife dos armazens de Ormuz, para fazer entrega ao mestre Baltazar do navio «*Santo Antonio*», (5) de quatro couros e dois piques, para as bombas do mesmo navio, era subscrita por Vasco da Gama?

Alaux foi levado a essa afirmação e portanto a errar, como já disse, pelo conhecimento, visto ou comunicado, não só do sumário do documento, escrito nas costas do mesmo, no século XVIII, como pela assinatura que se lê, em baixo á esquerda, e que julgou ser a própria de Vasco da Gama, tomando-a como boa por assim provàvelmente lhe ser indicado. Não reparou todavia na súmula *original* das costas que dizia : «*mandado Ftor p.ª dar ao Mte do Sã Ant.º quatro couros e dous piq̃z, aos XXij de julho*» sem indicação do nome do mandante, facto que o poderia ter feito meditar um pouco.

Ora essa assinatura... não podia ser, nem é a do nosso glorioso navegador e por isso o sumário do mandado está mal atribuido pelo compilador do Corpo Cronológico, em 1770, e pelos revisores mais recentes e modernos. A falta de atenção destes, nessa matéria, que devia ser mais cuidadosa, induziu o autor francês num êrro que lhe podia e devia ter sido evitado.

Não houve quem benevolamente o elucidasse...

Alaux, pois, mal amparado na sua erudição, com indicações pouco seguras, arquitectou essa fantástica es-

cala de Ormuz em 1524, revelação sensacional e desconhecida para os portugueses.

Mas continuemos.

Em 1524, Vasco da Gama, almirante do mar da India, conde da Vidigueira, vice-rei da India, Dom Vasco da Gama emfim, nunca assinaria uma ordem, um mandado, simplesmente com o seu nome — Vasco da Gama —.

É necessário conhecer o homem, o tempo, o meio e as circunstâncias para se compreender que Vasco da Gama, não assinaria o seu nome sem uma indicação do seu cargo, das suas honrarias, dos seus títulos.

O seu carácter altivo, «assombrado» e faustoso, despótico mesmo, cioso da sua hierarquia e das prerogativas que ele nobremente ganhara, não se coadunava com o emprêgo do seu nome sem o qualificativo que de direito lhe pertencia e que as proeminências lhe davam.

Assim Vasco da Gama assinaria : *o almirante, o conde almirante, o vice-rei,* mas nunca *Vasco da Gama* e muito menos sem o então rarissimo e invejado *Dom.* depois tão acessível, que, para ele e para a sua família, D. Manuel outorgou em 1499, como suprema recompensa ao seu glorioso feito sendo depois confirmado por carta régia de 10 de janeiro de 1500. (6)

Em todas as assinaturas autênticamente reconhecidas, hoje, como de Vasco da Gama, se observam estas particularidades, que deixo referidas.

Estas são as razões a que posso chamar de ordem psicológica, que deviam indicar ao sr. Alaux, a impossibilidade de atribuir a assinatura do mandado de Ormuz a Vasco da Gama, vice-rei da India.

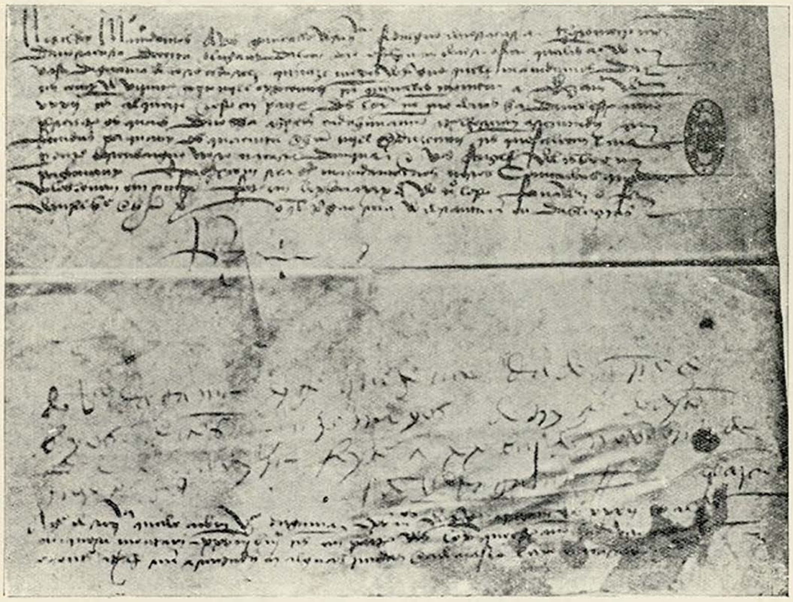
*

* *

Passando em revista as assinaturas conhecidas veremos as sucessivas analogias gráficas que todas elas possuem.

A primeira, encontra-se num documento escrito em pergaminho, existente na Torre do Tombo (Corpo Cronológico : Parte 2.ª. Maço 5. doc. n.º 42).

Já foi publicado em fac-simile, em 1892, na compilação de *«Alguns Documentos da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas dos Portugueses»,* a pag. 516.



Alvará de doação de 15 moios de trigo a Vasco da Gama. Dado em Lisboa a 19 de Novembro de 1501 : assinado por D. Manuel e referendado pelo barão de Alvito. Contem o recibo passado e assinado por Vasco da Gama a 28 do mesmo mês. É o primeiro autógrafo de Vasco da Gama que actualmente se conhece.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Corpo Cronologico. Parte II. Maço 5. Doc. N.º 42).

Est. 6

É um alvará de D. Manuel mandando Gonçalo de Sequeira, tesoureiro-mór de Ceuta, dar 15 moios de trigo a Vasco da Gama, à conta dos que devia receber. Está datado de 19 de novembro de 1501 ; o recibo autógrafo com a assinatura de Vasco da Gama, tem a data de 28 do mesmo mês. Este recibo foi também reproduzido em litografia, em 1898, por Teixeira de Aragão, no seu livro «Vasco da Gama e a Vidigueira», a pág. 51. (7)

Vasco da Gama assina em baixo, como se vê na reprodução : *d. Vco da gama.*

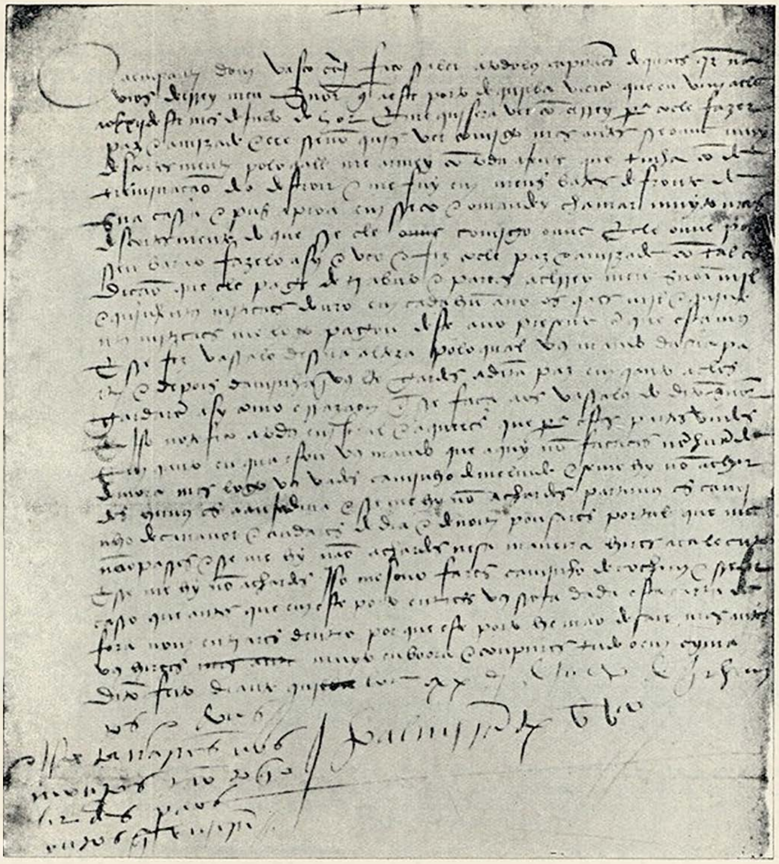
A semelhança caligráfica da assinatura com o nome escrito no começo do texto é perfeita, como se póde fá-

cilmente observar, apezar do estado do documento, em que a tinta do recibo está muito apagada. (8)

«Nos El\ rey mandamos a vos Gomcallo de Sse-
«quera (9) fidalguo de nossa cassa thessoureiro mor
«da nossa cassa de Ceita e lugares dalem e ao
«eseprivam de voso oficio que dees a dom Vasco da
«Guama do nosso comsselho quimze moyos de triguo
«que lhe mandamos dar em comto de vymte e oyto
«mjll oytocemtos rēs que nelles monta a rezam
«e hum. ● ãl triguo sera de ssantarē ou das leziras
Rey
«dõ Vco da gama digo que he verdade q̃ rreceby
«os dictos ōnze moyos de trigo do dyto Gº de
«Sequeyra Feyto a XXVIIj de novēbro de qui-
«nhētos hũ
dõ Vco da Gama.

o barã (10)

«a Gº de Sseqrª que de a dom Vco da gama
«Xv moyos de trigo a rrezam de xxxij rs alqºº



Alvará ou carta, com ordens aos capitães portugueses da armada das Indias. Escrito em Quilôa, a bordo da náu capitania «São Jeronimo», a 20 de Julho de 1502. Subscrita e assinada por Vasco da Gama. Documento valiosissimo em que fica definitivamente esclarecido o valor do tributo e páreas de Quilôa· com cujo ouro foi feita por Gil Vicente a célebre custódia dos Jeronimos. Pertenceu este documento ao cartório da casa dos Condes da Vidigueira. Adquirido em 1897, só foi devidamente catalogado em Junho de 1932.

Est. 7 (Biblioteca Nacional de Lisboa)

«de XXXij rēs alqueire e esto em parte dos Lxx rēs
«que de nos ha daver este anno presemte os quaes
«de nos ha asy em cada huum anno ate lhe sserem
«assemtados em remdas porquanto os quoremta e
«hũum mjll e duzemtos rēs que falecem leva p outrº
«dessenbarguo noso na cassa da Mjna e vos faze lhe
«deles boom pagamento E por este com sseu cõ
«*(conhecimento)* mandamos aos nossos comtadorres
«que volos leuem em comta Feito em Lixboa a
«XIX dias de nº Lopo fernandez o fez de mjll Bº
«em que sse montam xxbiij biijº rs em parte
«dos Lxx que este ano ha dauer como ha hos
«outros anos ate lhe sserē assentados em algũas
«rrendas e a demasia leva na cassa da Gºº.
«[*Guiné*] — (Vide *Est. 6*).

A segunda assinatura (por ordem cronologica) subscreve um documento existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (sem indicação de cota), proveniente do

arquivo dos Condes da Vidigueira e Marquezes de Niza.

É uma carta de seguro, alvará ou «*chapa*», dirigida aos capitães das náus portuguesas, mandada escrever por Vasco da Gama diante de Quilôa, em 20 de julho de 1502, a bordo da náu «*São Jeronimo*». (11)

O documento assinala a vassalagem do rei Habraemo, de Quilôa, para quem pede o devido respeito, e notifica aos capitães portugueses o caminho a seguir e as ordens do almirante.

Este documento tem ainda uma extraordinária importância porque fala dos mil e quinhentos meticaes de ouro recebidos do rei de Quilôa, como tributo ou páreas e que o almirante trouxe para Portugal, onde serviram, como todos sabem, para se fazer a celebre custodia dos Jeronimos, hoje preciosamente guardada no Museu Nacional de Arte Antiga, despida dos enxertos, em antagonismo de estilo, com que a macularam numa transformação a que não foram alheias as intricadas fórmulas da liturgia. Retirados desse ouro, tributo do rei gentio que Vasco da Gama avassalára, os vis acrescentos do metal argentino, a custodia na sua concepção original, tal qual Gil Vicente a «*aqvabov*» em 1506, lá está mostrando aos presentes e aos vindouros o lidimo padrão representativo do início da nossa epopeia nas Indias, e que o Rei Venturoso quiz consagrar para sempre, legando-a a esse outro monumento das nossas descobertas e conquistas que é o Mosteiro de Santa Maria de Belem. (12)

Citado por Luciano Cordeiro em 1892, e transcrito no «*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*» (11.ª serie N.º 4) e ainda por Brito Rebello no tomo XIII da «*Revista de Educação e Ensino*» (pág. 513), este documento é pela primeira vez reproduzido em fac-simile.

A data, a nota à esquerda, em baixo, e a indicação no verso, são escritas por Vasco da Gama.

Vasco da Gama assina : *ho almjrãte dõ Vco.*

A semelhança caligráfica de *dõ vco*, é manifesta, comparando as mesmas palavras do documento anterior.

«O almirante dom Vasco & faço saber a todolos capitães de «quaes q̃r navios delrrey meu Snor q̃ a este porto de qujlloa «vierẽ que eu vim a elo aos Xij deste mes de julho de 502 e me «qujsera ver cõ elrrey pª cõele fazer paz e amizade e ele se nõ «qujz ver comjgo mas antes se ouue muy de cortezmente polo «qall me armey cõ toda a gente que tinha cõ detremjnação de «o destroir e me fuy em meus bates de fronte de sua casa e «pns a proa em seco e o mandey chamar muyto mais descor«tezmente do que ele comjgo ouue E ele ouue por seu barato «fazelo assy e veo e fiz cõ ele paz e amizade cõ tal cõdiçao que «ele page de trabuto e pareas a elrrey meu snõr mjl e qujnhen«tos mjticaes douro em cada hũ ano os quaes mjl e qujnhentos «mjticaes me logo pagou deste presente ẽ que estamos e se «fez vasalo de sua alteza polo qual vos mando da sua parte e «depois da mjnha q̃ vos lhe gardes a dita paz emqanto a eles «gardarẽ asy como e razaom q̃ se faça aos vasalos do dito Snõr «e isto notefico a todos em geral e aqueles que pª estas partes «vindes emqanto eu qua estou vos mando que aquij nõ façaees «neuhuma demora mas logo vos vades camjnho de melinde e «se me hy nõ achardes ir vos es a anjadiva e se me hy nõ «achardes partivos es camjnho de cananor e andares de dia e «de noite pousareis por tal que me não passes e se me hy não «achardes nesa maneira hirẽs a calecut e se me hy nõ achardes «iso mesmo farẽs camjnho de cochim e se for caso que antes «que em este porto entrees vos seja dada esta carta de fora «nom entrarees dentro por que este porto he mao de sair mas «antes vos hirees mujto emboora e couprires tudo o emcjma «dito. feito diante qujloa. XX d. de julho de qjnhentos e dous.

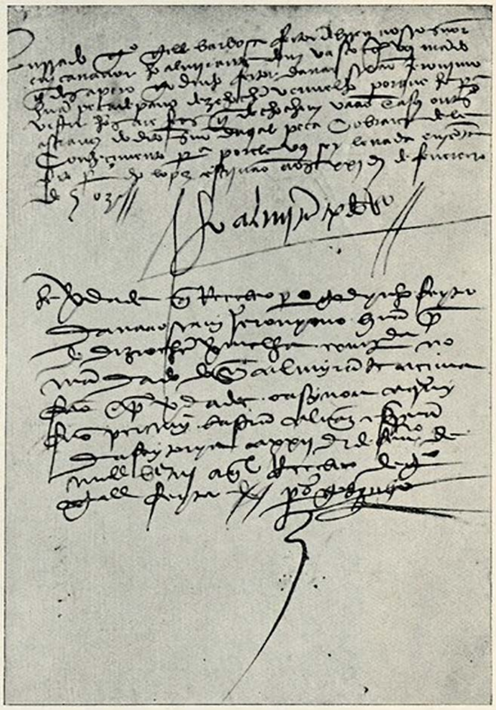
ho almjrãte dõ V co.

e isto tornares aos mouros tãto q̃ o lerdes para os outros q̃ vjerẽ/

(no verso) carta pera os capytães q̃ aquj ujerẽ (13)

(Vide Est. 7)

A terceira assinatura está num mandado do Almirante das Indias a Gonçalo Gil Barbosa, (14) feitor de



Mandado de Vasco da Gama a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor para entregar uma peça de pano para vestir os refens de Cochim. Datado de 21 de Fevereiro de 1503 e assinado por Vasco da Gama.

Est. 8 *(Arquivo Nacional da Torre do Tombo.* Corpo. Cronologico. Parte II. Maço 7. Doc. N.º 19).

Cananôr, para Pero Godinho, feitor da náu *São Jeronimo* (a náu do Almirante), receber uma peça de pano vermelho para se vestirem os refens que de Cochim eram enviados a Portugal. (15)

Tem a data de 21 de fevereiro de 1503 ; o recibo de Pero Godinho é datado do dia seguinte. Este documento encontra-se na Torre do Tombo *(Corpo Cronologico Parte 2.ª, maço 7 n.º 19)*.

«Honrrado gº gill barbosa feitor del rrey nosso snõr em «cananor ho almjrante dom vasco etc. vos mãdo q̃ des a pero «godinho feitor da naao ssãao jeronimo hũa peça de pano de «zehochẽ vermelho porque he pª vestir hos arefees q̃ de cochim

«vãao e asy outs° esrrauos do dito sõr da qal peça cobrareis
«dele conhecimento pª por ele vos ser levada em cõta feito p
«d° lopez escrjuão aos xxj ds de feuereiro de 503.

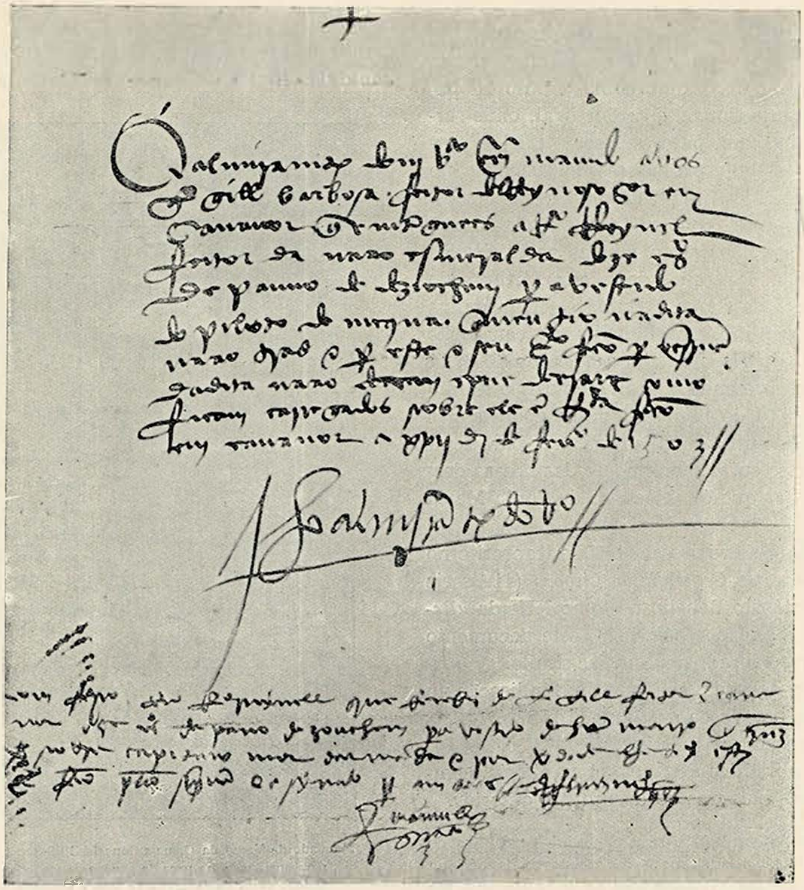
Ho almjrãte dõ Vco.

«he verdade q̃ rreçebeo P° godynho feytor da naao ssam
«Jeronymo hũa pª de dizichẽ vermelha comtdª no mãdado no
«mãdado do Sõr almjrãte açima feco e p° verdade o asynou
«aquy feco per mym bastiã aluãz escpuã da feitorya a xxij ds
«de feur° de mill b iij a ál rrecebeo de g° gill feytor

P° godynho

chem» para um vestido do piloto de Meca, que Vicente Sodré, tio do Almirante, trazia nessa náu. *(A. N. T. T. Corpo Cronologico. Parte 2.ª. Maço 7 n.° 21.*

«O almirante dom V^co etc, mando a vos g° gill barbosa feitor
«del Rey noso Sõr em Cananor q̃ emtguees a R° Reynel feitor
«da naao esmeralda doze c°s de panno de deziochem pª vestido
«do piloto de mequa q̃ meu tio na dita naao tras e p este e
«seu ct° feco p o espuã da dita naao que decrare como ficam



Mandado de Vasco da Gama a Gonçalo Gil Barbosa para entregar a Rodrigo Reinel, feitor da náu «Esmeralda», uma peça de pano para vestir um piloto de Méca. Assinado por Vasco da Gama em Cananor a 22 de Fevereiro de 1503.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Corpo Cronologico. Parte II. Maço 7. Doc N.° 21).

Est. 9

(no verso) honrrado gill barbosa/ mãdo do almirãte e conhecymento de p° godynho feytor de hũa pª de diziochem vermelho. (16)

/pª de pano pª god°/ (Vide Est. 8).

A quarta e quinta assinatura estão igualmente apostas em dois mandados, escritos em Cananôr a 22 de fevereiro. Um deles manda entregar a Rodrigo Reinel feitor da náu *Esmeralda*, doze covados de pano *«dezio-*

«carregados sobre ele ẽ Rtª feco em Cananor a XX i j ds de
«feu° de 1503.

ho almjrãte dõ Vco.

«Comfeso eu R° reynell que rreçeby de g° gill feitor em
«cananor doze cs° de pano de zouchem pª vestido de hũu
«mouro q̃ traz vte Sodre capitam mor darmada e por vdade
«lhe dey este cto feco po spuã e asynado p ambos/

R° rreynel/ manuell estaço/ (17)

(no verso) Cto de R° Reynell de doze cs° de dizioches (Vide Est. 9).

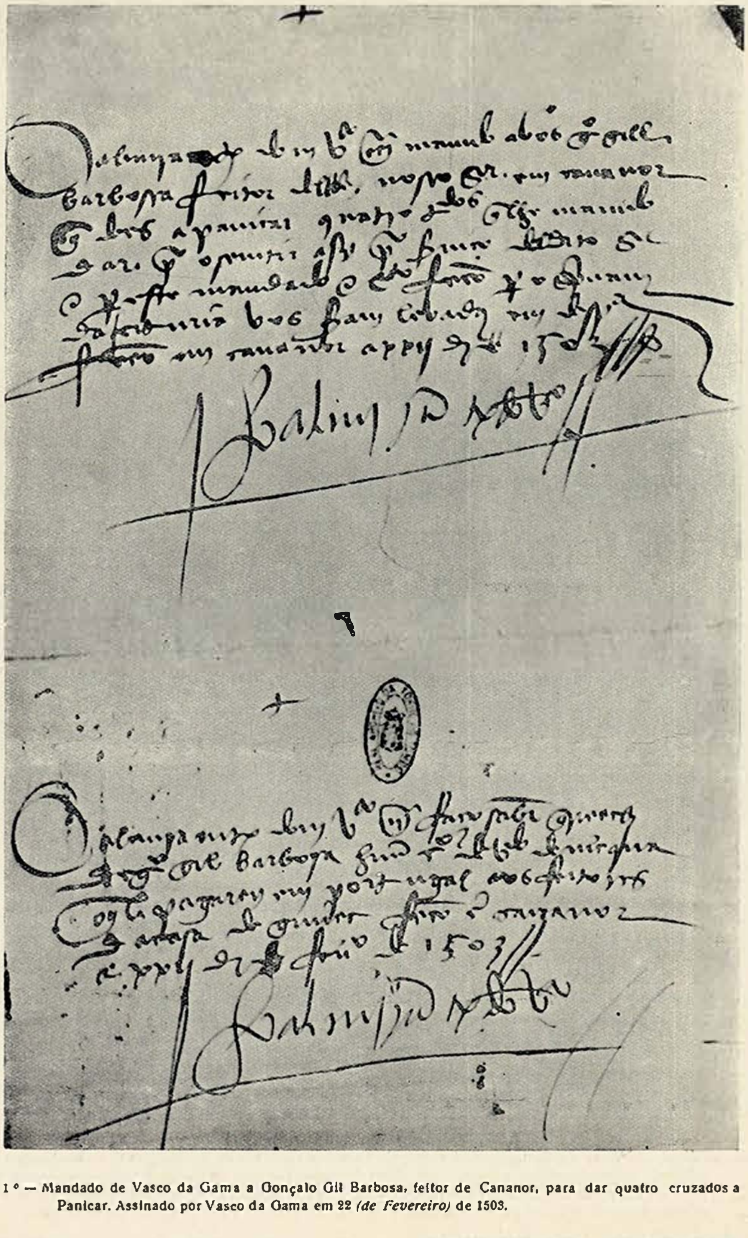
O outro, com a mesma data, faltando o nome do mês, manda que se dê a um tal Panicar (?) quatro cruzados por serviços prestados. *(A. N. T. T. : Corp. Cron. parte 2.ª maço n.º 1)*

«O almirante dom Vco etc. mando a vos gº bill barbosa feitor «del Rey nosso Sõr em cananor q̃ dees a panicar quatro + dos «q̃ lhe mando dar p o semtir asy p seuiço do dito Sõr e p este «mandado e cto feco p o espñam da feituria vos seram levados «em despª feco em cananor a xxij ds de 1503

ho almjrãte dõ Vco/

(no verso) mãdado pª quatº + dos ao panycall/ (Vide Est. 10).

A sexta assinatura subscreve um conhecimento ou

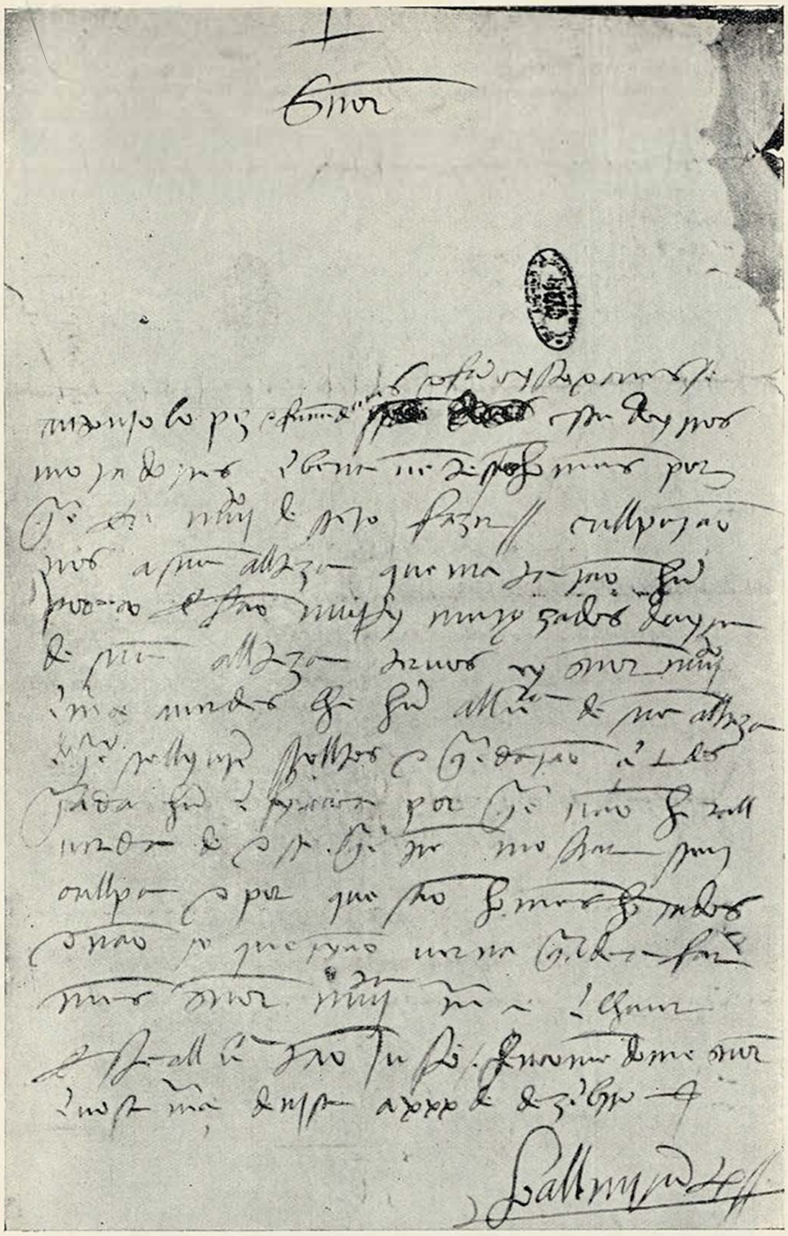


1.º — Mandado de Vasco da Gama a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor, para dar quatro cruzados a Panicar. Assinado por Vasco da Gama em 22 *(de Fevereiro)* de 1503.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Corpo Cronologico. Parte II. Maço 7. Doc. N.º 20).

2.º — Conhecimento *(recibo)* de Vasco da Gama em que declara ter recebido um covado de veludo de Meca e que o pagará em Portugal, na Casa da Guiné. Datado e assinado em Cananor aos 22 de Fevereiro de 1503.

Est. 10 e 11 (Item. Corp. Cron. Part. II. M. 7. Doc. N.º 1)



Carta autógrafa de Vasco da Gama dirigida a Antonio Carneiro, secretário do Rei D. Manuel, na qual pede a sua interferência junto do Rei afim de obter um alvará de perdão para uns escudeiros de Benavente, acusados de matarem um porco sem licença d'El-Rei. Escrita em Niza a 30 de Dezembro (sem indicação do ano mas que se deve presumir seja 1514 ou 1515). É o mais extenso autógrafo de Vasco da Gama, que se conhece.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cartas dos Vice-Reis e outras pessoas para El-Rei Maço Unico. Doc. N.º 93).

Est. 12

obrigação do Almirante dirigido a Gonçalo Gil Barbosa. Compromete-se a pagar em Portugal aos feitores da casa da Guiné (ainda não transformada em casa da India) um covado de veludo de Meca.

Feito em Cananôr a 22 de fevereiro, explica também a minuciosa contabilidade usada então, em que o chefe da armada, o almirante, descarregava ao feitor do rei de Portugal o valor de um simples covado de veludo por meio de um conhecimento em regra.

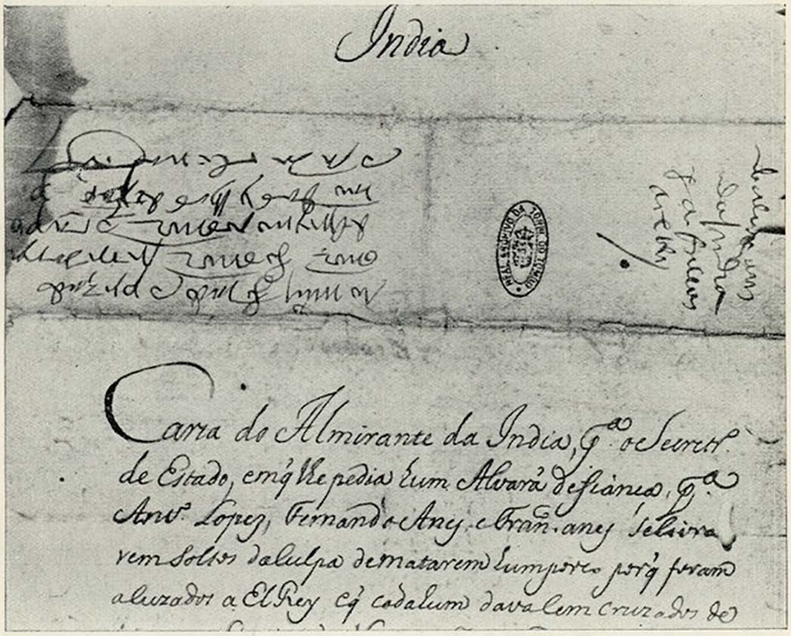
Encontra-se este documento igualmente na Torre do Tombo *(Corp. Cron. parte 2.ª maço 7 n.º 20)*. (18)

«O almirante dom Vco etc. faço saber ǵ receby de gº gil

São agora publicados na íntegra, e pela primeira vez reproduzidos.

A setima assinatura póde-se examinar numa carta escrita de Niza e datada de 30 de dezembro, infelizmente sem indicação do ano, mas que se deve presumir de 1514 ou 1515.

É uma carta de «empenho» como hoje diriamos, para o secretário Antonio Carneiro, em que Vasco da Gama lhe pedia um alvará de fiança para Antonio Lopes, Francisco e Fernando Anes *«de se livrarem soltos»* da culpa de matarem um porco, culpa porque foram acusados a el-rei, prometendo cada um dar 100 cruzados em fiança. (20)



Verso da carta do Vasco da Gama a António Carneiro.
Endereço original de Vasco da Gama, nota do secretário do rei e súmula dos compiladores de 1770.

Est. 13

«barbosa hũu cº de vdo de mequa (19) o ql pagarey em portugal
«aos feitores de casa de guine fec ē cananor a xxij ds de feuro de 1503

ho almjrãte dõ Vco

(no verso) cdo de veludo de mega/ *(Vide Est. 11)*.

Como se vê todas estas quatro assinaturas são semelhantes, e do mesmo tipo da do alvará ou da carta de Quilôa.

Vasco da Gama assina : *ho almjrãte dõ Vco*, com as caracteristicas que já apontei quando falei das assinaturas anteriores.

Brito Rebello, o incansável investigador, na compilação que fez de documentos relativos aos descobridores portugueses e á familia de Vasco da Gama, que deixou incompleta, cita estes documentos. *(Revista de Educação e Ensino — Tomo XIII — pág. 310)*.

Este documento, muito interessante por ser todo escrito pela mão de Vasco da Gama, encontra-se na Torre do Tombo *(Cartas dos Vice-reis e outras pessoas para El-Rei — Maço Unico N.º 98)*. Foi citado por Teixeira de Aragão, sem qualquer outro comentário, no seu livro já mencionado a pág. 14.

E' o mais extenso autógrafo de Vasco da Gama. Apresenta-nos, àlém disso, uma nota interessantíssima para a biografia do Almirante, como já tive ocasião de referir ; é ainda a única carta particular, que se conhece hoje, escrita por ele.

Está assinada : *ho allmjrãte*. Note-se a semelhança da escrita com o n.º 1 (est. 6) e a assinatura tal como a do n.º 2 (est. 7), salvo o emprego de dois L L em logar de um L, e a eliminação das palavras *dõ Vco*. Veja-se

ainda a semelhança com as assinaturas dos n.os 3, 4, 5 e 6 *(est. 8, 9, 10 e 11)*, nas mesmas condições.

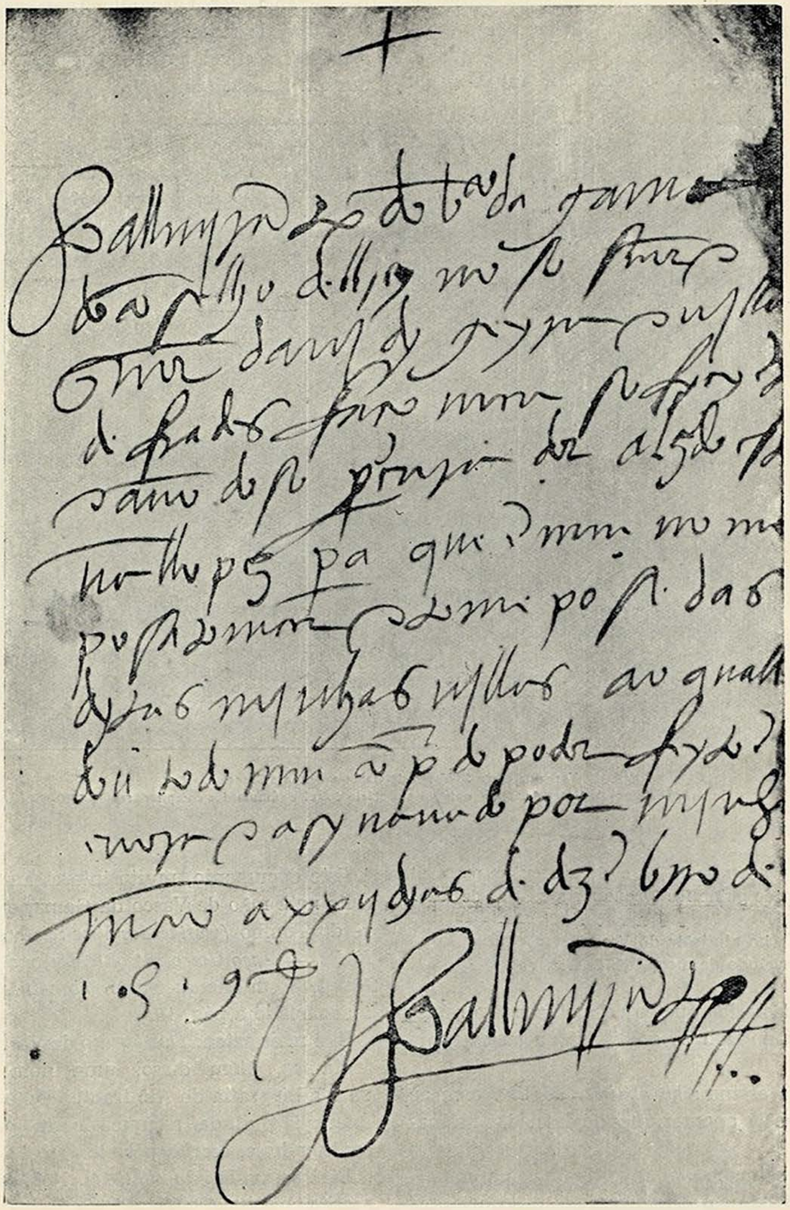
«Snõr.

«Antonjo lopez e fernãd añes e frãcysco añes escudeyrros «moredorres ẽ beneuẽte ssõ hommeẽs porq̃ eu muytº dessejo «fazer : cullparãonos a sua allteza que matarão hũ porco estão «muy tymurysados da yra de sua allteza : ternos ey snõr mutº «ẽ mce auerdes lhe hũ allurª de sua allteza ẽ q̃ sse lyvrẽ solltos «e q̃ darão cẽ + dos qada hũ ẽ fyança por q̃ não he talluerdade e «se q̃rẽ mostrar ssem cullpa e por que ssõ homeẽs hõrados «e não se queryão ver na quadea farmẽs snõr muytª mçe ẽ «lhauer este alura tão justo/ hencomẽdome snõr ẽ uosa mçe/de «njsa a XXX de dezẽbro/

ho allmjrãte

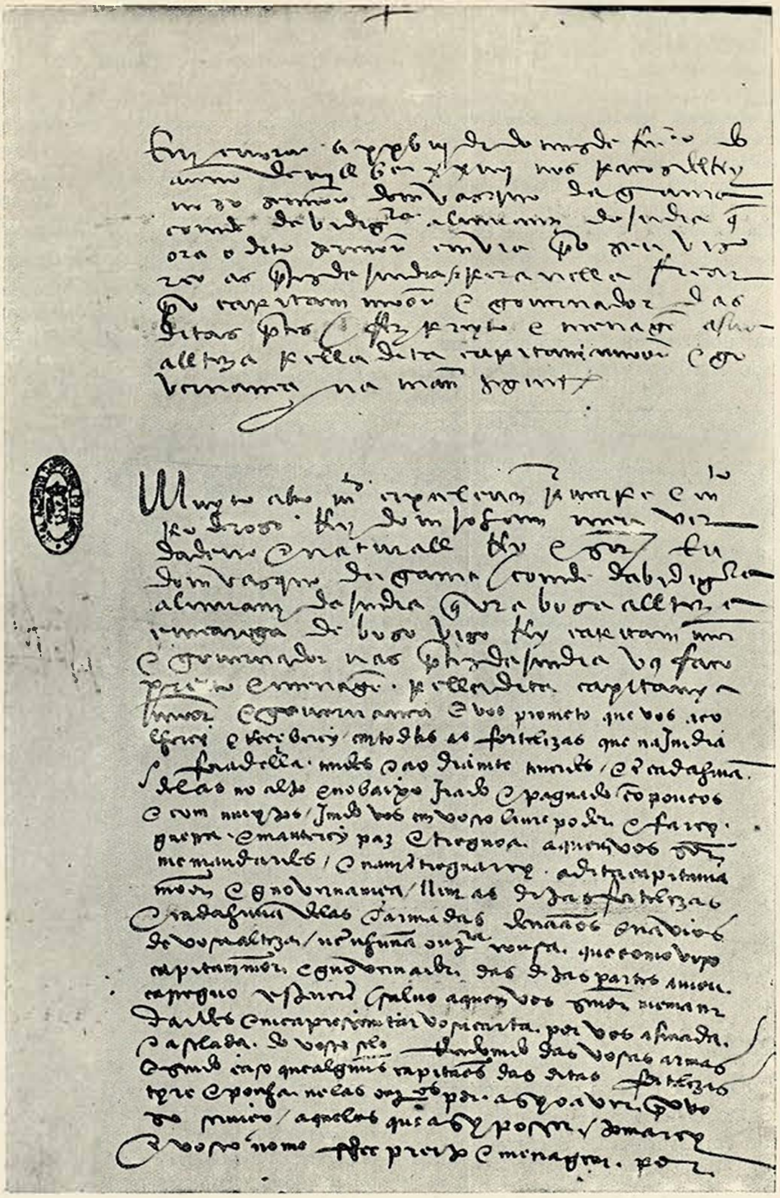
(nas costas) «Ao muytº hõrado e prezado snõr ho snõr ssecre- «taryo del Rey noso Snõr e capytão das ylhas de Pricepe e «Sãtª elena (21).

(por letra de Antonio Carneiro) «do almirãte da jndia pª falar a elrey». *(Vide Estampas 12 e 13)*.



Procuração de Vasco da Gama, escrita e assinada em Évora a 22 de Dezembro de 1519, pela qual dá poderes ao licenciado Estevão Lopes para tomar posse da vila da Vidigueira e da Vila de Frades.

Est. 14 *(Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa).*



Preito e homenagem de D. Vasco da Gama, Conde da Vidigueira e Almirante da India, prestado em Évora perante o Rei D. João III a 28 de fevereiro de 1521. Assinado por Vasco da Gama, como Conde Almirante, e testemunhado pelo Conde do Vimioso e por Bartolomeu de Paiva amo do Rei.

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo.* Corpo Cronologico. Parte I. Maço 30. Doc. N.º 90).

Est. 15 (PRIMEIRA PAGINA)

A oitava assinatura, figura num documento existente hoje na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, adquirido à familia dos condes de Vidigueira, e que foi reproduzido em fac-simile litografado, por Luciano Cordeiro em 1892, no seu trabalho «*De como e quando foi feito conde Vasco da Gama*». (22)

É uma procuração, escrita e assinada por Vasco da Gama a favor do licenceado Estevão Lopes para tomar posse das vilas da Vidigueira e de Frades, datada de Evora aos 22 de dezembro de 1519. (22-a)

Está assinada : *ho allmjrãte*. É de notar ainda a grafía das palavras *dõ. Vᶜᵒ da Gama* no texto autógrafo em tudo semelhante à dos n.ᵒˢ 1 e 2 (est. 6 e 7).

«ho allmyrãte dõ Vco da gama do cõselho d ellrey
«noso Snõr e Snõr da vyla da vydigeira e vylla de
«frades Faço meu sofysyẽte e auõdoso peuradr ao
«Lizdo Stvã llopez pª que ẽ meu nome possa tomar
«e tome posse das dytas mynhas vyllas ao quall dou
«todo meu cõ p do [comprido] poder. feyto ẽ euora
«e asynanada por mynha mão a XXij djas de dzẽbro
«de 1519

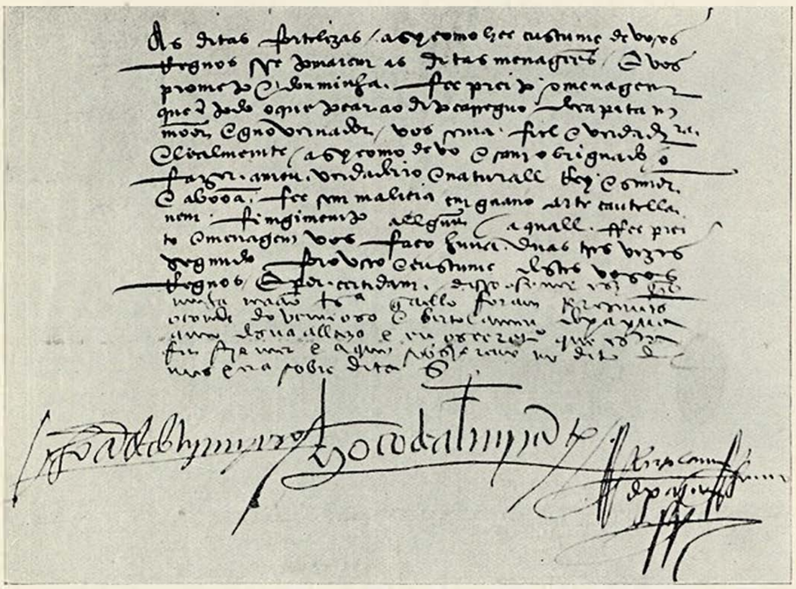
ho allmjrãte. (23)

(Vide Est. 14)

A nona assinatura subscreve um notavel documento guardado na Torre do Tombo *(Corpo Cronologico. Parte*

«comde da Vidigra almirante da India ą ora o dito senhor
«envia pº seu Viso rey as partes da India e pera nella ficar
«pº capitam moor e governador das ditas ptes fez preyto e
«menagẽ a sua allteza pella dita capitania moor e governança
«na mãn seguinte

«Muyto alto mtº eixcilente principe e mtº poderoso Rey
«dom Joham meu verdadeiro e naturall Rey e Sõr. Eu dom
«Vasquo da Gama comde da Vidigra almirante da India ą ora
«vosa allteza emcarrega de voso viso rei capitam moor e go-
«uernador nas ptes da India vos faço preito e menagẽ pella
«dita capytanja moor e gouernança/e vos prometo que vos
«acolherey e reçeberey em todas as fortalezas que na India e
«fora della tendes e ao deamte teverdes/ e ẽ cada hũa delas no
«alto e no baixo jrado e paguado cõ poucos e com muytos
«jndo vos em vosso liure poder e farey guerra e manterey paz
«e tregoa a quem vos Snõr me mandardes/e nam ẽtreguarey a
«dita capitania moor e gouernança /nem as ditas fortalezas e
«cada hũua delas e armadas de nãaos e navios de vosa alteza/



Item.

Est. 15-A (SEGUNDA PAGINA)

1.ª Maço 30. doc. N.º 90), que contem o preito e homenagem de Vasco da Gama, como Vice-rei da India, ao rei D. João III, prestado em Evora a 28 de fevereiro de 1524.

Está assinado : *ho cõde almjrãte*, assinatura muito semelhante em *Ho* e *almjrãte* á dos N.ᵒˢ 3 e 4 (est. 8 e 9), excepto por empregar um só L.

Vasco da Gama, já conde da Vidigueira, faz preceder na sua assinatura, o cargo que exercia, pelo titulo nobiliárquico que quatro anos antes recebera (29 de Dezembro de 1519). (24)

Este documento vem reproduzido em fac-simile, a pág. 485 do livro *«Alguns Documentos da Torre do Tombo...»* e, em parte, a pág. 268 da obra do sr. Alaux. (25)

«Em evora a xxbiij dias do mez de Feuro do anno de mjll
«bcxxiiij nos paços d elrey noso senhor dom Vasquo da Gama

«nẽ nehũma outrª cousa que como voso capitam moor e guo-
«uernador das ditas partes e meu carreguo esteverẽ saluo a
«quem vos Snõr mo mandardes e me apresentar vosa carta por
«vos asinada e aselada de voso selo reedomdo das vosas armas
«e sendo caso que algumns capitães da ditas fortalezas tyre e
«ponha nelas outros por asy o aver p voso serniço/aqueles
«que asy poser tomarey ẽ voso nome ffee preito e menagem
«por as ditas fortalezas asy como hee costume de vosos regnos
«sse tomaram as ditas menageens e (asy) vos prometo e dou
«minha fee preito e menagem que ẽ todo o que tocar ao dito
«carreguo de capitam moor e guovernador vos sirva fiel e ver-
«dadera e lealmente asy como devo e sam obriguado o fazer a
«verdadeiro e naturall Rey e Snõr e a booa fee sem malicia,
«emguano arte cautella nem femgimento allguum a quall ffee
«preito e menagem vos faço huũa duas trez vezes segundo foro
uso e costume destes vosos regnos. E por certidam diso aseney
«este por minha mãao/ Testemunhas que a ello foram presen-
«tes o comde do Vemioso e bertolameu de Payva amo de sua
«allteza e eu o secreyo que esta fiz sprever e aquy sobsprevy
«no dito diia mez e era sobredita.

ho cõde do vymyoso /ho cõde almjrãte/ Bertolameu de payua amo / (26)

(Vide Estampas 15 e 15-a).

*

* *

Chegamos ao momento de analizar gràficamente a assinatura do documento publicado pela primeira vez pelo sr. Alaux, e que se reproduz.

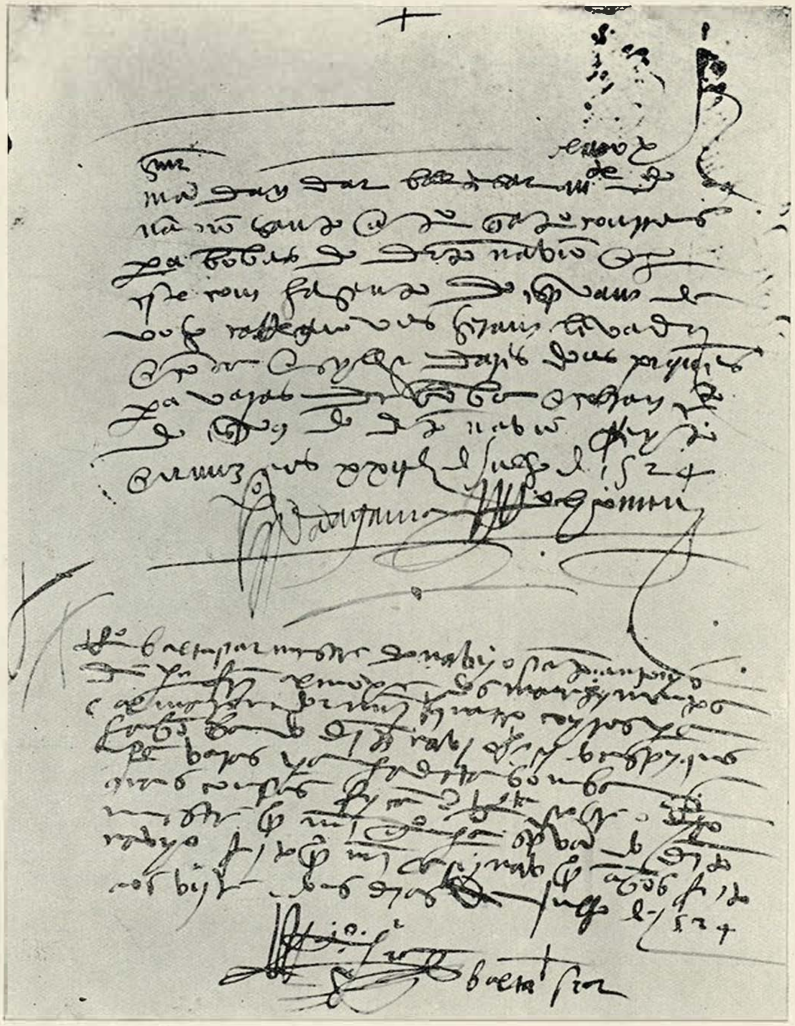
«Snõr almox/ mãday dar balltasar mte do navio sãto Aº «õatº courros pª bõbas do dito navio e per este com hasento «de espvam de vosso carreguo vos seram levados ẽ conta e sy «lhe dares dous piques pª varas de bõba e cobray ctõ [*conhe-«cimento*] do espvam do dito navio feyto ẽ ormuz aos XXII de «julho 1524

Xº vã da Gama Glº Omem.

«Rº Baltasar mestre do navyo sãto antonyo de Pº Frz almoxe «dos mantimentos e almazens de ormuz quatro coyros pª ha «bõba do dyto navyo e asi dous pyques p a vara pª ha dita «bõba as quaes coisas fycã ẽ Rtª sobre o dyto mestre pº my Gº «fia sprvã do dito navyo feito p my e asynado pº ãbos feyto «aos vyte e dous dªs de julho de 524

Gº faria Bal+tasar.

(Vide Est. 16).



Mandado do feitor de Ormuz, Christovão da Gama, a Pero Fernandes almoxarife dos armazens da fortaleza, para entregar ao mestre Baltazar, do navio «Santo Antonio», quatro couros e dois piques para as bombas do dito navio. Datado de 25 de Julho de 1524. É este o «celebre» documento reproduzido por Jean-Paul Alaux no seu livro «Vasco de Gama ou l'Epopée de Portugals aux Indes» e pelo qual afirmou a escala fantástica de Vasco da Gama em Ormuz. .

Est. 16

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Corpo Cronologico. Parte II. Maço 117. Doc. N.º 61.

Como se vê essa assinatura é totalmente diferente daquelas a que anteriormente me tenho referido e que reproduzi.

Nem o espirito da letra e da grafia, nem o aspecto caligráfico, se assemelha ao de leve sequer, a qualquer das outras.

Supostamente escrita (?), quatro mêses depois da do N.º 9 (est. 15) *(côde almjrãte)* que diferença ela apresenta!

O caracter rígido, austero mesmo, anguloso das letras, a secura da guarda, repetida sempre com pequenas variantes de forma, mas com a mesma disposição, nem a mais próxima semelhança gráfica pódem ter com a assinatura do mandado.

Não póde haver a menor hesitação possível na sua apreciação.

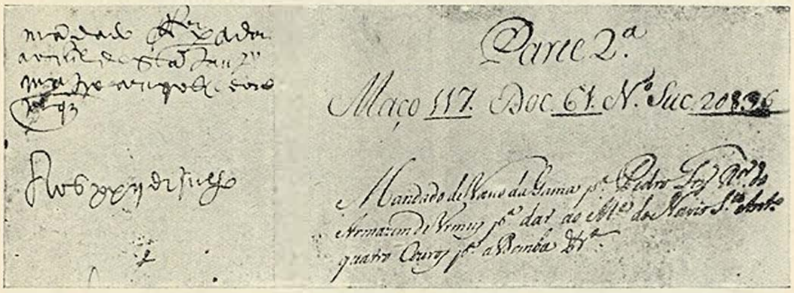
Se Alaux reflectisse mais seguramente em tão profundas diferenças gráficas, e, demais, apresentando um fac-simile de Vasco da Gama, esse autêntico, não teria atribuido ao descobridor da India a assinatura do mandado.

A litografia de Sendim é cópia do quadro a que já aludi e que era tido como um retrato de Vasco da Gama, na familia do almirante das Indias. Corria antes dessa época, como verdadeiro, outro retrato de que se serviram vários outros autores e que tambem pertencia à casa dos condes da Vidigueira. (30) O aparecimento do pequeno painel quinhentista causou uma certa sensação no limitado meio artístico da época. (31)

Era muito mais interessante que o outro conhecido. Restaurado em 1844 pelo pintor e restaurador italiano Luiz Tirinnanzi, este aproveitou a ocasião para o fazer reproduzir em litografia e dedicar essa reprodução ao Mecenas da época, o conde do Farrobo, proprietário do quadro ao tempo. (32)

Procurou-se uma assinatura para ser posta na parte inferior do retrato. A mais parecida gráficamente com o nome foi essa.

Não olharam à cronologia, nem tentaram averiguar a sua exacta proveniência. Estas e outras circunstâncias um pouco desprezadas então fizeram acreditar na autenticidade da assinatura, sem terem reparado nas anoma-


Parte 2ª
Maço 117 Doc. 61

Verso do mandado do Feitor de Ormuz para Pero Fernandes. Data e nota do escrivão Gonçalo Homem
Súmula dos compiladores de 1770, atribuindo a Vasco da Gama a autoria do documento.

Est. 17

Alaux, neste ponto pode ter uma desculpa.

Conhecia-se uma assinatura parecida, reproduzida desde a primeira metade do século XIX em varias gravuras e litografias com o retrato do grande almirante, depois divulgada em publicações mais recentes. (27)

Esses retratos são copias do pequeno painel no estilo da escola de Gregorio Lopes, executado ao redor de 1523, que pertenceu à casa dos marquezes de Niza, depois adquirido pelo conde do Farrobo e desde 1866 na posse do Estado. (28) Guardado hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, está exposto à patriótica admiração do público. *(Vide Est. 1)*

A reprodução mais antiga, que data de 1845, e outras posteriores teem sob a efígie que se presumia ser a de Vasco da Gama uma assinatura que se vê nas estampas 2 e 3, e que, como se póde examinar, bem pouco difere da do mandado de Ormuz. Indubitavelmente é da mesma pessoa. (29)

Não existe nesses livros ou gravuras a indicação de proveniência nem de referencia ao decalque ou cópia do documento em que a assinatura se encontrava.

E talvez aceitável a seguinte explicação.

lias existentes. Assim, sucessivamente empregada, ficou na tradição que foi seguida e inconscientemente tolerada por quem devia rectificál-a em nosso tempo.

Não sou paleógrafo oficial nem arquivista diplomado, mas na minha opinião, vistas e analizadas as objeções que apresentei, essas assinaturas reproduzidas em inúmeras gravuras e litografias, como as de Joaquim Pedro de Sousa e de Mauricio José Sendim, (33) depois apresentadas nos opúsculos do abade de Castro, (33-a) pelo Visconde de Juromenha nas «*Obras de Luiz de Camões*» (34) e por Teixeira de Aragão no «*Vasco da Gama e a Vidigueira*» (35) e outros ainda, que até agora correm como verdadeiras, não são de um Vasco da Gama, mas sim de um Christóvão da Gama. (36)

Provado como está pela crónologia, pelo caracter e pela grafia, não ser de Vasco da Gama a assinatura do documento de 22 de julho de 1524 e sendo, como se viu, tão semelhante aquela que, mesmo actualmente, se presumia pertencer ao celebre almirante, conclue-se que também esta, de fórma alguma, póde ser atribuida ao nosso heroi nacional. (37)

*

* *

O facto é que o livro de Alaux, teve ao menos o merecimento de revelar indirectamente uma cousa quasi plice benevolente, para não ir ferir interesses creados pelas tolerancias e pelas susceptibilidades.

Essa cousa inacreditavel é o emprego em livros, gravuras e reproduções, por vezes oficiais, de uma assinatura, que, à primeira vista, parecia de Vasco da Gama e



VASCO DA GAMA

Retrato pintado em téla nos ultimos anos do século XVII ou no principio do século XVIII. Pertenceu à casa dos Marquezes de Niza e Condes da Vidigueira. Actualmente na posse da Sociedade de Geografia de Lisboa

Est. 18

inacreditavel, e que ha tantos anos a tradição sustentava, presa aos preconceitos que tanto teem influido para a não aclaração de verdades historicas e documentarias, em que a inercia se sobrepõe à verdade, cumnão era dele, sem que houvesse o mais pequeno protesto ou devida rectificação, por quem tinha restricta obrigação moral e profissional de o fazer.

A tradição, baseada num êrro, tem de acabar ; e a

verdade, proveniente de uma analise segura e escrupulosa, deve aparecer.

A assinatura do grande português, que a história universal imortalizou, tem que ser devidamente reconsti-



VASCO DA GAMA
Segundo a gravura anónima inserta no 1.º volume dos *"Lusiadas"*, com os comentários de Manuel de Faria e Sousa, impresso em Madrid, em 1639. É talvez a mais antiga reprodução, em gravura, do retrato do navegador português *Est 19*

tuida e homologada conforme os documentos fidedignos, felizmente conservados, reconhecidos e autenticados, como sendo do descobridor do caminho maritimo para a India.

Assim é que está certo, e ficará, a bem da probidade, corrigido um lapso, que em boa verdade tem sido demasiadamente tolerado.

Foi necessário que surgisse um livro estrangeiro, que embora enaltecendo a epopeia portuguesa, se sujeitou a uma severa crítica pelos seus erros e faltas, estas perdoadas em parte pela ignorância em que deixaram o autor, para que o problema se apresentasse e fosse resolvido.

Objectará o autor francês na sua completa boa fé,

que empregou documentos que lhe foram aqui fornecidos e que julgava, com razão, bons.

Está bem, e assim o creio, não discutindo essa boa fé.

Todavia a boa fé de Alaux foi excessiva, não se preocupando em verificar a razão das divergencias que existiam nos documentos que tinha ao seu dispôr.

Mas a maneira como eles lhe foram comunicados é que me parece muito pouco conscienciosamente e bastante negligentemente feita (para não dizer outra coisa).



VASCO DA GAMA
Reprodução da gravura executada por Thomas Cross (+ 1685) para a tradução inglesa dos "*Lusiadas*„ de Sir Richard Fanshaw (1608-1666) impressa em Londres em 1655

Est. 20

A falta de escrupulosa atenção na escolha e emprego de um documento que, publicado, se podia reputar da maior responsabilidade pelas conclusões a que se ia chegar, é que se não pode admitir.

Ha males que vem por bem...

Felizmente que essa falta, essa pequena ausência de consciência, digamos mesmo esse lapso profissional, deu origem a que um português e não um estrangeiro, podesse fazer este breve estudo e rectificasse o que se impunha a bem do brio nacional.

Podendo ser acusado de falta de patriotismo, por destruir uma versão tolerada, assente e consagrada... pela história, preferi, arrostando com a comodidade e o descanço tão apreciáveis para os egoistas, descobrir a verdade, afogada como estava no poço da tradição, onde passaram indiferentes mãos e olhos (e de que qualidade !) durante mais de oitenta anos.

Deixo à competência e à ciência dos paleógrafos e dos mestres da especialidade a solução «oficial» deste pequeno problema que é a autenticação do documento da Torre do Tombo, cuja assinatura foi erradamente atribuida a Vasco da Gama. Correlativamente fica também resolvida a verdadeira significação das assinaturas das gravuras e a sua identificação.

Póde-se provar, à fé da paleografia, que a assinatura do mandado do feitor de Ormuz para a entrega dos «couros e dos piques» é a de um Gama ; mas não se poderá continuar a dizer e a provar històricamente que ela seja a do nosso descobridor do caminho marítimo para a India, D. Vasco da Gama, como até hoje tem sido.

*
* *

Justamente afigura-se-me que o conhecimento de milhares de documentos dispersos pelos arquivos nacionaes, e ainda não estudados, é o melhor caminho para cada dia resolver pequenos problemas e esclarecer lacunas da nossa história.

São esses pequenos problemas o ponto de partida para a formação de linhas gerais em que deve assentar a resolução de outros problemas mais complexos, mas evidentemente de maior valor para os estudos históricos.

Analisando e escalpelando esses documentos com rigorosa orientação científica, relacionando-os com as crónicas, com outros documentos conhecidos, fazendo uma sábia e ordenada correlação entre eles, não há dúvida que muitos factos virão aclarar pontos obscuros ou pouco estudados da nossa história e trazer à discussão serena desses factos e desses documentos a luz necessária à sua ressureição.

A falta, por vezes, de fontes históricas, convenientemente apresentadas e conhecidas, postas à disposição dos eruditos e dos investigadores, levam a cometer pequenos erros ou pequenas confusões, que, como no caso presente, vem tocar na tradição, que embora se deseje intangível, por patriotismo ou por devoção, não fica mal ser rectificada.

A ciência histórica carece de profundos e sérios estudos revestidos da maior seriedade. Não é com ligeireza que se procede a investigações e sobretudo á apresentação de novos factos históricos, sem a conveniente e sólida preparação para os tornar quási indiscutíveis.

A boa fé do erudito ou a seriedade do historiador póde ser surpreendida ; o seu entusiasmo deve ser li-

mitado até onde a consciência da verdade histórica póde ser atingida.

A falta de fontes históricas ou o conhecimento de elementos pouco seguros, podem-no levar, como disse, à prática de erros, sem que a sua reputação seja por isso diminuida. A reparação porém impõe-se e deve ser feita com a isenção e desprendimento, que são o apanágio honrosíssimo do verdadeiro homem de ciência.

O estudo da nossa preciosa documentação antiga, muito difícil hoje de ser feita com a consciência e o critério que o assunto requere, pela falta de coordenação, de apresentação e de sólidas referencias apezar da boa vontade dos seus depositários e detentores, reserva agradáveis e emotivas surprezas ao investigador e ao erudito.

São satisfações pessoais, recompensas com que porventura o acaso quere premiar, aqueles, a quem um intenso e árduo trabalho faz perder horas infindas nos arquivos, desesperados as mais das vezes de encontrárem o que procuram, em buscas sem catálogos, em identificações sem os mais elementares meios cientificos de investigação, que o estado actual da arquivologia exige e os que a dirigem tem o dever imperioso de pôr à disposição dos que trabalham.

Ocorre-me neste momento, que em todos os arquivos e bibliotecas dos paizes estrangeiros que tenho visitado e onde compulsei documentos, os catálogos bem redigidos, elucidativos e manuseáveis, ocupam quási sempre uma sala especial e são postos, *sem restrições nem condições*, à livre disposição dos estudiosos, que assim pódem consultar os numerosos registos, sempre em dia, sendo extremamente fácil encontrar e requisitar o que desejam, com segurança e sem desperdício de tempo, e obter todos os elementos que necessitam.

Sendo diferente o sistema adoptado entre nós, onde àlém de não existirem catálogos nessas condições, não só se desconhecem as facilidades a dar, como se encontram a cada passo várias e irritantes restrições, ouso formular o voto, acompanhado sem dúvida pelas pessoas que se dedicam a investigações nos arquivos, de que para elas haja uma certa deferência e uma assistência regular, criteriosa e ciêntifica, sem a dependência dos auxílios benévolos, e quási sempre necessários de empregados que pelas suas funções, não são obrigados a tal, nem pela cultura podem ser responsáveis. Além disso a categoria intelectual da maioria das pessoas que necessitam trabalhar nos arquivos não pode estar à mercê da sua passageira bôa ou má vontade.

Os rigorosos regulamentos, estabelecidos, sem dúvida, como tardio meio de defesa, não permitem ao erudito profundar nos árcanos dos arquivos, escondidos e interditos aos que por eles se interessam. A ausência de catálogos especiais, de livre acesso, torna muitas vezes estéril ou, pelo menos, fatigante o trabalho, e assim as investigações redundam numa espécie de monopólio interno, que embora dirigido por pessoas respeitáveis e de autoridade, nem por isso deixa de ser um quási atentado ao saber, ao desinteresse e à inteligência dos que não tem a dita de possuir conhecimentos da arte devinatória, para, no labirinto que se lhes depara, encontrarem o que pretendem.

*

* *

Este estudo foi inicialmente apresentado e lido na secção de Historia do «Congresso para o Avanço das Ciências», na sessão que se realisou no dia 17 de Maio de 1932, na Universidade de Lisboa.



VASCO DA GAMA

Segundo o desenho aguarelado do *"Tratado ou epilogo dos Vice-Reis da India"*, manuscrito de Pedro Barreto de Rezende, feito em Gôa em 1635 (Biblioteca Nacional de Paris — Portugal. I — p. 13 Fonds Colbert n.º 44) É a mais antiga interpretação directa do retrato ao tempo existente no Palacio dos Vice-Reis

Est. 21

Destinado a ser publicado, tanto o assunto me parecia momentoso e de excepcional interesse, pouco o alterei na sua estructura, acrescentando-lhe alguns factos ou notas historicas e bibliográficas, e bem assim certas considerações que esses mesmos factos me sugeriram.

O meu estudo queria demonstrar o êrro histórico que se cometêra, originado pela má leitura e interpretação de um documento da Torre do Tombo, pelo qual se pretendia provar a chegada antecipada de Vasco da Gama à India, quando da sua terceira e ultima viagem em 1524.

Foi à roda desse assunto que construi o meu trabalho, argumentando-o e chegando às conclusões que atraz deixo escritas.

Essas conclusões provaram que o documento não poderia ser de Vasco da Gama, e que a assinatura que nele se encontrava não tinha a minima semelhança com a do Almirante das Indias.

O raciocinio fundado na historia e na cronologia, fatalmente conduziriam esse estudo à finalidade que lhe dei, independentemente d'outra qualquer indicação.

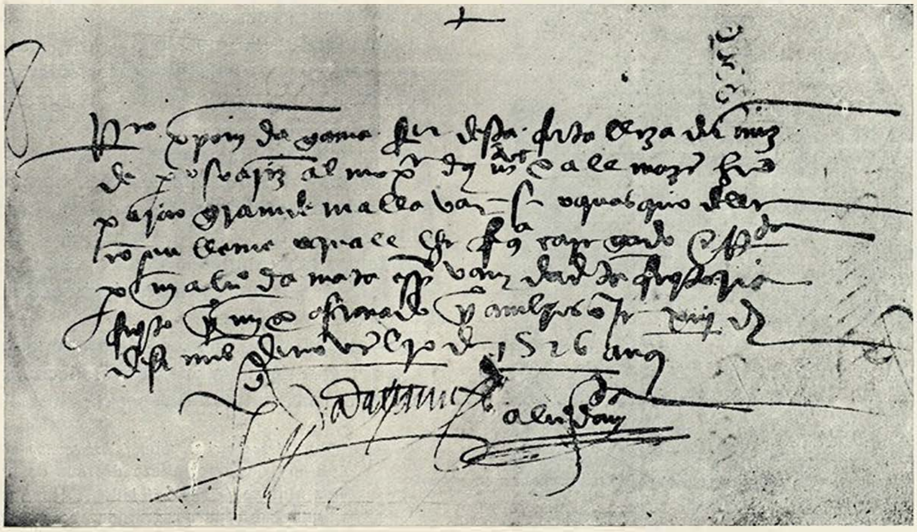
Não tratei, portanto, no meu trabalho de procurar elementos de identificação ácêrca da personalidade que assinára o «*mandado de Ormuz*», pelas razões que deixei apontadas, e que não interessavam ao desenvolvimento da questão que, no momento, queria resolver.

Seria a estranha e inacreditavel confusão que originára desde há muito, o emprego de uma assinatura apócrifa, como sendo a de Vasco da Gama.

A descoberta que fiz no dia 29 de Junho de 1932, veio de forma precisa, confirmar documentalmente o que a lógica já me indicára : a impossibilidade material do «mandado de Ormuz» ter sido rubricado e expedido por Vasco da Gama, em 22 de Julho de 1524, e portanto a possibilidade da assinatura ser de outra pessoa.

Essa descoberta, que pelas suas consequencias vem modificar uma opinião geralmente assente, mas falsa, obriga-me a novas considerações.

Não altero todavia uma só linha do que já escrevêra, pois todos os argumentos que apresentei subsistem plenamente, e vem dar absoluta razão às conclusões a que



Conhecimento *(recibo)* do feitor da fortaleza de Ormuz, Christovão da Gama, em que declara ter recebido do almoxarife dos armazens, um paráo malabar. Assinado e datado de 13 de Novembro de 1526. No texto do conhecimento está escrito por extenso o nome de — *Christovão da Gama* —. A descoberta deste importante documento veio finalmente identificar a personalidade do verdadeiro autor dos mandados, que, confundido no século XVIII, pelos compiladores das súmulas, com o próprio Vasco da Gama pela aparente semelhança gráfica das assinaturas, originou o lamentavel êrro de 1845, sugestionando durante quasi um século os biógrafos do grande navegador português.

Est. 22

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Corpo Cronologico. Parte II. Maço 129. Doc. N.º 216).

A teimosia de investigador, a predilecção pela procura, pelo encontro de material novo que elucidasse a minha legítima curiosidade, um certo diletantismo, enfim, fizeram com que desejasse, depois, aclarar a duvida singular que se tornava em ideia fixa.

¿ Como e porquê fôra empregada como verdadeira, uma assinatura que não era de Vasco da Gama ?

E assim voltei a investigar com outras intenções e directrizes.

Os resultados, confesso, passaram muito além de todas as previsões que ousára fazer.

Fui procurar no «*local do crime*», não os criminosos, porque esses já tinham sido castigados ou recompensados com a imortalidade, mas a solução que explicatinha chegado, confirmadas agora com os documentos irrefutaveis que encontrei.

Proseguindo nas minhas investigações, tratei de desfiar um a um, os documentos de muitos maços da 2.ª parte do Corpo Cronologico, dos quais não existe indice, mas apenas um reduzido sumário de 1763-1773, com extractos apensos a cada maço, onde as mais das vezes, a grande parte dos documentos não são descritos nem indicados com a correção devida. (38) Quási dois séculos depois, as sumulas dos documentos... são as mesmas ! E não digam que as ciências avançam e os inventários se actualizam.

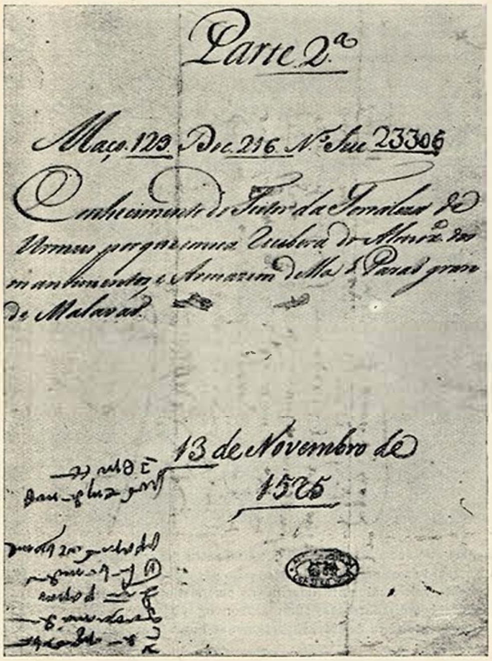
Reduzindo as minhas pesquizas ao primeiro quartel do século XVI, entre os numerosos recibos, mandados,

conhecimentos e ordens dos feitores e almoxarifes das fortalezas da India, encontrei mais de *duzentos documentos* cujas assinaturas eram perfeitamente idênticas à do mandado de Ormuz, fornecido ao sr. Alaux. Fiquei mais do que perplexo, fiquei assombrado ! (39)

Nesses documentos a existencia de um Christovão da Gama, outro que o filho do Almirante das Indias, aparecia de fórma insofismavel.

Esse homem, porventura remoto parente de Vasco da Gama, era, como depois averiguei, feitor da fortaleza de Ormuz, e desde fins de 1523 ou começo de 1524, ali viveu no desempenho apagado do seu cargo. (40)

As suas ordens ou mandados ao almoxarife da feitoria e ao da fortaleza, são inumeras. Todas assinadas *X. OÃO da GAMA,* referem-se a fornecimentos para as


Parte 2ª
Maço 129 Doc 216 Nº Ser 23306
13 de Novembro de 1526

Verso do conhecimento de Christovão da Gama, com data e nota do escrivão Alvaro da Mata. Na súmula escrita em 1770, por curiosa excepção, não vem mencionado o nome de Vasco da Gama.

Est. 23

obras da fortaleza, aprestos navais, entrega de navios ou de mantimentos para as equipagens dos que ali aportavam ou saíam, escambos, trocas, etc.

São redigidos e escritos, em grande parte, pelo escrivão da feitoria, repetindo-se as fórmulas quási invariavelmente. O feitôr limita-se a assinar e por vezes a confirmar com algumas palavras o conteúdo do mandado ; poucos são os documentos escritos todos por sua mão. Em muitos deles o recibo das pessoas a quem os mandados se referiam, vêm logo a seguir ao texto rubricado pelo feitôr.

Os documentos estão, na sua maioria bem conservados. Escritos muitos em papel caracteristicamente oriental, provavelmente de origem persa, raramente atingem as dimensões da folha inteira. A parcimonia em Ormuz, era bem observada !

As sumulas dos documentos, escritas no século XVIII, divergem no nome do mandante ; umas trazem Estevão da Gama, outra Christovão, Afonso, Jorge e a maioria Vasco.

Cognominam o feitôr de capitão-mór, de governador e rarissimas vezes se referem ao seu verdadeiro cargo ; n'alguns documentos há omissão de nomes.

O documento que apresento agora, fala mais eloquentemente que qualquer outra prova ; resolve e liquida a questão do autor da assinatura contestada, identifica a sua personalidade e desfaz por completo a lamentavel confusão que tem havido originada pela errada atribuição dessa mesma assinatura.

A divulgação do documento dispensa quaisquer outros comentários ou uma controvérsia que se torna superflua, no campo restricto em que encerrei o assunto.

Esse documento, cujo achado inesperado me provocou uma emoção bem compreensivel, é um *conhecimento* (hoje dirêmos recibo) de Christovão da Gama feitôr de Ormuz, datado de 13 de Novembro de 1526. É o unico, entre tantos que examinei, onde se encontra o nome do feitôr escrito por extenso no próprio texto e no verso, pelo escrivão da feitoria.

Estava finalmente identificada a assinatura !

Eis a transcrição do irrefutavel documento, desenvolvidas as abreviaturas da época :

> R.co *(recebeu)* Xpõm *(Christovão)* da gama f.or «*(feitor)* desta fortalleza dormuz de pº *(Pero)* soa«rez almoxe *(almoxarife)* dos mtos *(mantimentos)* e «allmazẽ hũ parao graimde malavar- -o quasquo «delle cõ seu lleme o quall lhe fiqª *(fica)* caregado «ẽ Rta *(receita)* p my aluo *(Alvaro)* da mata «espvam *(escrivão)* da dita feytoria feyto p my e «assinado p ambos /oje Xiij ds *(dias)* deste mes de «novẽbro de 1526 anos/
>
> «Xºvã da Gama Aluº damata

no verso : «Ctº *(conhecimento)* de Crystovã da gama de hũ «parao q̃ se vemdeo a pares (?) corvynel aos Xiij «de novẽbro» (41)

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo : Corpo Cronologico 2.ª parte. maço 129. Documento N.º 216).

(Vide Estampas 22 e 23).

Que me relevem insistir no assunto, como passo a fazê-lo.

O esforço que empregára no meu trabalho de analise, as conclusões a que chegára no meu estudo, producto de deduções e de uma sequência de factos a que a logica me obrigava e que eu ia observando cada dia, as correlações que deixei apontadas, as duvidas que ainda no meu espirito pudessem existir, tudo isso me poderia ser evitado, se nas *fontes* históricas a que tanto me referia, *a agua convenientemente filtrada,* trouxesse à superficie a verdade «nua e crua».

Mais uma vez a ausencia de catálogos, de verbetes selecionados com referencias a documentos escrupulosamente cotejados, facultados *sem restrições* à consulta dos investigadores, para facilmente os utilisarem como auxiliares comparativos, confirma tudo quanto escrevi ácêrca dos inventários, catálogos, indices e recheio das nossas preciosas coleções diplomáticas, apreciadas como — «elementos de investigação acessiveis ao publico erudito e postos incondicionalmente à sua disposição para estudos históricos».

Obrigar-nos a confiar apenas na «SORTE» para resolver problemas desta natureza, é uma injustiça que não se compreende.

Chega a ser desprimoroso para quem se tenha dedicado a aturados estudos de investigação, encontrar, apenas por um simples acaso, aparte a questão emotiva, a digna e almejada recompensa do seu trabalho (42).

Devo (e deve-se) antes de tudo uma reparação. Acusei Jean-Paul Alaux.

Alaux não foi verdadeiramente culpado do formidavel êrro que o obrigaram a cometer, ao publicar e comentar o celebre «*mandado de Ormuz*».

Fê-lo na melhor boa fé, aceitando o documento como bom.

E poderia o escritor francês duvidar da documentação que lhe fôra entregue, tendo essa a proveniencia que nós já conhecemos ?

Admito a boa fé de Alaux, mas, no entanto, não desculpo o esquecimento dum dos mais elementares principios de investigação histórica : a verificação e comparação dos documentos.

A existencia nos maços da 2.ª parte do Corpo Cronologico, de *centenas* de mandados semelhantes, não devia ser desconhecida a quem lhe fornecêra, ou fez fornecer, o documento n.º 16 do maço 117 (43). E facto singular, no mesmo maço 117 existem mais *trinta e sete* documentos com a mesma assinatura, e, até o n.º 58, tão proximo do n.º 61, é um mandado quasi analogo ! !

Este imperdoavel desconhecimento é que não se pode admitir.

Foi pena que, ao mesmo tempo, não lhe fossem fornecidos os mandados do maço 124 ou do 131, referentes aos anos de 1525 e 1526. Assim o sr. Alaux, baseando-se em «*documentos oficiais*» ou pelo menos «*oficiosos*», poderia provar, pelas mesmas razões que provou a escala de 22 de junho de 1524 em Ormuz, que Vasco da Gama assinára tambem nessa cidade em 1526, um mandado, dois anos depois de ter falecido ! !

O sr. Alaux tem direito a uma reparação ; tem direito tambem de julgar que fomos pouco correctos para com êle, e talvez tivesse o direito de pensar, se não fosse a sua excessiva boa fé que chega a ser negligencia, outra coisa mais desagradavel : a leviandade ou o desleixo de quem tinha sido encarregado de lhe fornecer a documentação pedida ou desejada.

Contudo Alaux podia e devia ter feito o raciocinio que eu fiz ácêrca do tempo da viagem e das anomalias que dai resultavam. Se fosse mais cauteloso teria descoberto o grosseiro êrro em que caira ou em que o fizeram cair.

Neste ponto ficam de pé as censuras que fiz ao escritor francês. Um facto histórico que se pretende corrigir, como o quiz fazer Alaux, não pode ser corrigido senão depois de um aturado estudo e das mais minuciosas averiguações sobre o assunto. No caso presente estas precauções foram completamente postas de parte.

Por isso, a responsabilidade de Alaux, a-pesar-do que



VASCO DA GAMA

Variante do retrato da Biblioteca Nacional de Paris, segundo uma cópia do manuscrito de Barreto de Rezende, feita em 1646, existente no «British Museum» de Londres (Colecção Sloane. N.º 197)

Est 24

deixo dito e das explicações que lhe dou, é ainda muito grande. Essa responsabilidade pode, em parte, ser atenuada pelo desconhecimento das fontes históricas relativas aos descobrimentos dos portugueses, elementos fundamentais para quem se propõe escrever sobre assuntos semelhantes, e que não foram consultados devidamente. Acresce ainda que as noções possuidas pelo autor, quando escreveu o livro, ácêrca dos modernos processos de critica e investigação histórica, eram muito superficiais.

Mal pensaria eu, ao fazer certas considerações sobre a escolha e o emprego de um documento da maior res-

ponsabilidade, que ia ser publicado, que esse facto provocasse uma tão extraordinaria revelação.

Eu não quero atingir ninguem ; ligam-me mesmo laços de amizade ou de cortezia a pessoas que lastimaria



VASCO DA GAMA

Segundo o retrato da Sala dos Governadores do actual Palácio de Nova-Gôa. E uma palida lembrança do primitivo retrato de 1548, restaurado talvez ainda no século XVI, e refeito, senão modificado no século XVII, e depois sucessivamente *beneficiádo* (Desenho feito em 1840 por Delorme Collaço)

Est. 25

ver envolvidas neste assunto. Desconheço até, por que forma Alaux obteve a sua documentação e quem a forneceu, mas pergunto como se pode justificar esse lapso lamentavel, já não digo ao escritor francês, mas aos olhos dos verdadeiros eruditos que, por ventura, tivessem conhecido o seu livro.

Se Alaux pediu documentos sobre Vasco da Gama, e os obteve pela mesma razão que lhe foi entregue a reprodução fotografica do mandado n.º 61 do maço 117 (e porque não foi a do n.º 58 ?) devia tambem ser servido com todos os outros, cujas súmulas são perfeitamente iguais : «*Mandados de Vasco da Gama* etc., etc.», existentes nos maços 117 a 140 ?

Assim é que devia ser, segundo o criterio empregado e discutido.

O conhecimento de outros mandados com datas posteriores a 24 de dezembro de 1524, (data do falecimento do Conde Almirante), faria imediatamente pôr em duvida, ao menos ilustrado dos leitores, a autenticidade da assinatura já conhecida, e provocaria, como disse, uma rectificação absolutamente necessária.

Nada disso se fez e a «*inercia*» a tal «*cumplice benevolente*» a que me referi, veio provar esse facto inacreditavel, de se fornecer inconscientemente um documento apócrifo, para ser utilizado ou publicado como bom.

E digo inconscientemente, porque de contrario, seria por ignorancia, incuria ou má fé, o que não posso nem ouso acreditar.

Mais uma vez eu pregunto que juizo vai fazer Alaux, quando souber o que lhe aconteceu e a existencia de tantos documentos semelhantes ?

E possivel que não faça nenhum juizo e que não se importe com o caso, no que talvez proceda muito bem. O livro está escrito, publicado e até recompensado (43-a). A consciencia do autor deve estar tranquila.



VASCO DA GAMA

Segundo o desenho à pena, realçado a aguarela, de Gaspar Correia, feito cêrca 1550-1555, para o manuscrito original das "*Lendas da India*". (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Armário dos Tratados. 21/47). Este desenho e o quadro do Museu de Arte Antiga, são os mais antigos retratos, que actualmente se conhecem, de Vasco da Gama

Est. 26

Mas algum leitor erudito que se der ao trabalho de lêr, por acaso, o luxuosissimo livro de Alaux e estes meus comentários, é que pode ter uma opinião diferente.

Uma coisa, porêm, se impõe desde já.

Trata-se de uma das maiores figuras da historia portuguêsa. Uma daquelas, que como a de Luis de Camões, nos deu fama universal.

Vasco da Gama não nos pertence já. Pertence à História da Humanidade.

Não ha direito em pleno século XX, no século da ciência, dos conhecimentos e do progresso, no século onde as investigações paléograficas e os estudos de



VASCO DA GAMA

Segundo uma gravura solta existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Estampas — 17/4 v). O gravador inspirou-se num retrato semelhante ao que Gaspar Correia fizera para as "*Lendas da India*"

Est. 27

arquivologia são tão completos, que essa figura seja tratada, documentalmente, sem o carinho e o respeito devidos, mercê da indiferença daqueles a quem o dever moral impunha tal obrigação. E não falo do dever profissional porque então a indiferença tornar-se-ia grave desleixo, que nem por sombras quero admitir.

Na parte documentária sobretudo, repito, emendando erros e produzindo novos elementos, poder-se-iam reconstituir fases ignoradas da sua vida e velar reverentemente pela sua memoria.

Eu já disse algures que errar não deslustra a reputação de ninguem, quando o reconhecimento do êrro se faz com isenção e desprendimento.

Não ha porem o direito para subsistirem nos nossos arquivos atribuições semelhantes, erradas e não corrigidas, que ha muitos anos já deviam estar modificadas, e não permitiriam agora, esta mais que deploravel e humilhante confusão.

O silencio, hoje, é um cumplice pouco seguro e que traz por vezes desagradaveis consequencias.

*

* *

A escolha, em 1845, da assinatura do feitôr de Ormuz, como sendo a de Vasco da Gama, tem neste momento uma explicação plausivel. Com efeito, nos sumários dos documentos do Corpo Cronologico, a que me tenho referido, encontra-se escrito muitas vezes, como disse, o nome de Vasco da Gama, em letra do século XVIII.

Um curioso ou nóvel investigador da época (falo de 1845), talvez sem conhecimentos de paleógrafia e muito menos de história ou diplomática, encarregado de procurar uma assinatura do imortal português, não duvidou tomar como bôa aquela que subscrevia um documento que o sumário, estabelecido no século XVIII, indicava como sendo de Vasco da Gama, e que a grafia, aparentemente, podia fazer passar como tal, lida ou interpretada por olhos menos experientes. (44) E isso é em parte desculpavel, quando a outros com certas responsabilidades técnicas, o caso se apresentou semelhante e se deixaram sugestionar.

Seja como fôr a assinatura do feitôr de Ormuz foi então copiada ou decalcada. Imediatamente utilizada, divulgada pela litografia ou pela gravura, correu mundo afirmando-se indevidamente como a verdadeira assinatura do descobridor do caminho maritimo para as Indias.

O que me custa a compreender é que ilustres escritores e historiógrafos, não profundassem a questão desfazendo imediatamente o equivoco.

Era tão facil! E justamente por ser tão facil foram necessarios oitenta e sete anos para resolver o assunto. E não foi a perspicácia ou os esforços conjugados dos revisores que o resolveram.

A rectificação dos erros passados, agora tão imprudentemente renovados, tem que se fazer a bem de todos nós e de uma forma definitiva.

A indiferença de uns ou ao desdem de outros oponho a necesidade absoluta de proclamar como falsa uma coisa tida como verdadeira, ou tolerada tacitamente como tal.

Urge que tal se faça e não mais se possa confundir a assinatura de **Cristovão da Gama,** o obscuro feitôr da fortaleza de Ormuz, com a do grande navegador português que se chamava **Vasco da Gama.**

NOTAS

(1) *Vasco de Gama ou l'Epopée des Portugais aux Indes.* Texte de Jean-Paul Alaux. Illustré d'aquarelles de Gustave Alaux, Peintre de la Marine, et de Documents anciens. Paris—Editions Duchartre. 1931.

(2) Aproveitando monções extremamente favoraveis, Alvares Cabral, Afonso de Albuquerque, João da Nova e Estevão da Gama, gastaram de Melinde á India entre 15 e 18 dias.

(3) Em 1523 foi á India uma nau «*Santo Antonio*», de que era capitão Antonio de Abreu. Voltou directamente a Portugal na torna viagem das naus de carga, partindo de Cochim em fevereiro de 1524.

(4) *Subsidios para a Historia da India Portugueza publicados pela Academia Real das Sciencias de Lisboa sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. Tomo V. Lisboa 1868. pag. 7-22. III parte.*

(5) Já depois de escritas estas linhas, pude saber que o navio «Santo Antonio» que estava em Ormuz em 22 de julho de 1524, era uma caravela construida na India.

(6) A data da carta régia em que foi confirmado o DOM assim como outras merçês, entre elas o Almirantado das Indias, estava erradamente atribuida ao ano de 1502, por varios escritores e biografos de Vasco da Gama.

Braamcamp Freire, no seu estudo sobre o «Almirantado da India», publicado no «*Archivo Historico Português*» (*Vol. I pag. 27*), poude provar que a carta régia tinha sido expedida em 10 de janeiro de 1500, quatro meses depois da chegada a Lisboa, do descobridor do caminho maritimo para as Indias. (A. N. T. T. Chancelaria de D. Manuel. Liv. 2.º fol. 3). Estas merçês de D. Manuel, foram ainda confirmadas por seu filho o rei D. João III, por carta de 7 de junho de 1523 (A. N. T. T.— Liv. 3.º das Doações fol. 167).

(7) A parte relativa ao recibo autógrafo de Vasco da Gama, foi reproduzida, em fac-simile reduzido, por E. G. Ravenstein no apendice á tradução do Roteiro de Vasco da Gama, pag. 229. *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama 1497-1499. Translated and Edited, with notes an Introduction and Appendices by E. G. Ravenstein. London MDCCCXCVIII.*

(8) Este alvará de D. Manuel, é do tipo comum usado então pela Chancelaria real nas expedições de tenças e mercês a cobrar nas diversas tesourarias ou casas.

No Corpo Cronológico encontram-se muitos destes documentos obedecendo todos ao mesmo padrão até nas dimensões do pergaminho. A disposição das formulas é sempre semelhante assim como o logar das assinaturas e outras rubricas. E curioso notar que a tinta do recibo do beneficiario, difere quasi sempre daquela empregada pelos secretarios reais ; muito sumida, de qualidade inferior, mal deixa advinhar nalguns, e no caso presente é manifesta, a assinatura do contemplado com a munificencia régia.

(9) Gonçalo de Sequeira, foi á India como capitão mór de uma armada de sete navios ; partiu de Lisboa a 15 de março de 1510. São conhecidas as suas desavenças com Afonso de Albuquerque e na volta ao reino as intrigas que fez, juntamente com Duarte de Lemos, e que tão prejudiciais foram ao grande capitão.

(10) O barão de Alvito, D. Diogo Lobo da Silveira, vedor da fazenda do rei D. Manuel. Todos os alvarás de tenças eram referendados pelo vedor da fazenda.

(11) Neste dia, 20 de julho, partiu Vasco da Gama a caminho de Melinde.

(12) A questão do valor das páreas de Quilôa, de cujo ouro foi feita a custodia dos Jeronimos, tem, com a divulgação deste documento, uma solução definitiva.

Com efeito, varios cronistas atribuiram ao tributo do rei de Quilôa, valores muito diferentes. João de Barros (*Decada I. Livro IV . Cap. III*) diz que foram 500 meticaes de ouro. Gaspar Correia (*Lendas da India. Tomo I, pag. 274*) fala em 3.000 meticaes.

Fernão Lopes de Castanheda (*Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses. Livro I. Cap. LXIV*) e Simão Botelho (*Tombo do Estado da India, pag. 16* in *Subsidios para a Historia da India Portuguesa. Tomo V*) escrevem que o valor das pareas era de 2.000 meticaes de ouro.

Finalmente Thomé Lopes (*Navegação ás Indias Orientaes* in *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia, etc. Tomo II. n.º 5. pag. 169*) reputa o valor do tributo em 1.500 meticaes.

Existe ainda uma referencia ao valor do tributo no Livro 24.º da Chancelaria de D. Manuel (*Fol. 120*). Ali estão declarados tambem 1.500 meticaes.

Teixeira de Aragão nos Estudos sobre Vasco da Gama (Edições de 1871 pag. 35 e de 1898 pag. 110) falando da custodia, do seu peso e valor, faz varias considerações técnicas acerca do valor intrinseco do metical e conclue dizendo que «*parece provar-se*» que o tributo do rei de Quilôa fôra de 1.500 meticaes de ouro, exclusivamente empregados no fabrico da custodia.

O documento agora transcrito, assinado e datado por Vasco da Gama, declarando ter recebido do rei de Quilôa como «trabuto e pareas» 1.500 meticaes de ouro, poucos dias antes, vem estabelecer definitivamente o valor do tributo, confirmando as conclusões de Teixeira de Aragão, baseadas na informação de Thomé Lopes e na passagem da Chancelaria de D. Manuel, esta confirmada ainda por outra da Chancelaria de D. João III (Liv. 3.º, fol. 166).

O marinheiro flamengo, autor anónimo da relação da segunda viagem de Vasco da Gama, impressa em Antuerpia, em neerlandez, no ano de 1506 ao que parece (e não em 1504), tambem fala em 1.500 meticaes de ouro e compara cada metical a 9 soldos e 4 dinheiros da moeda do seu país.

A proposito da custódia dos Jerónimos ter sido mandada fazer por D. Manuel com o *primeiro ouro* que veio nas armadas da India, ocorre-me o facto semelhante e pouco conhecido, de D. João II ter mandado fazer com o *primeiro ouro* que recebeu de São Jorge da Mina, uma cruz para o Convento de Xabregas. D. João II deu essa cruz para substituir uma outra que D. Afonso V, pedira *emprestada* aos frades loyos, para ajuda das guerras de Africa. A cruz de D. João II também desapareceu. Essa preciosa peça de ourivesaria, cujo valor histórico é escusado encarecer, foi vendida em 1576 pelos frades por mais de 3.000 cruzados, sendo logo aplicada a avultada quantia da venda, na completa reconstrução do dormitório.

Diz Frei Francisco de Santa Maria (*O Ceu aberto na Terra.* Lisboa 1697, pag. 489) que os frades por bem avisados assim procederam, com receio de um novo *emprestimo* forçado, pedido por D. Sebastião, para a guerra de Africa.

O desditoso rei português, seguia, para um mesmo objectivo, os processos que, um século antes, outro soberano já empregára: os resultados, porém, é que foram outros.

Também D. Manuel procedeu como seu primo e antecessor, empregando o *primeiro ouro* que recebeu das paragens novamente descobertas, para se fazer uma custosa alfaia religiosa. A custódia dos Jerónimos teve mais sorte que a cruz de Xabregas, pois que chegou quási incólume aos nossos dias.

E sobre o singular destino do *primeiro ouro* que os reis de Portugal recebiam dos tributários de Alem-Mar, cita-se ainda o curioso facto da cópa de ouro, feita para D. Afonso V, com o primeiro dinheiro recebido, em 1463, dos mouros de Alcacer-Ceguer. Este facto é conhecido pela referencia de D. Jerónimo de Mascarenhas na sua «*Historia de Ceuta*», revelada em 1915, pelo incansavel e patriota investigador da ocupação portuguesa no norte de Africa, Afonso de Dornellas.

(13) As investigações a que procedi para este estudo, tiveram ao menos o merecimento de provocar a catalogação e fazer cotar devidamente na Biblioteca Nacional de Lisboa, a carta de Vasco da Gama, que ha perto de quarenta anos aguardava ali esse memorável acontecimento bibliográfico.

(14) Gonçalo Gil Barbosa, escudeiro, de Santarem, tinha ficado por feitor em Cochim no tempo de Pedro Alvares Cabral; foi seu escrivão Lourenço Moreno. Quando da chegada de Vasco da Gama, foi ali substituido por Diogo Fernandes Correia, que viera provido com esse cargo. Gonçalo Gil, quando se assentou a feitoria de Cananor foi nomeado para ela tendo como escrivães Bastião Alvares e Diogo Godinho. Em 1505 substituiram-no por Lopo Cabreira.

(15) A estes refens de Cochim, entregnes a Vasco da Gama, refere-se Fernão Lopes de Castanheda no Livro I, Cap. XLVI da sua *«Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses»*.

(16) *Zeochim:* pano de origem estrangeira, que se encontra raras vezes citado. Só o encontrei numa carta de quitação de D. Manuel a Rui Gil Magro, recebedor do tesouro do rei D. João II, datada de Lisboa a 13 de outubro de 1514. (Chanc. de D. Manuel: Liv. II, fol. 115).

Nas muitas relações e inventários do século XVI não pude encontrar outras referencia a esse pano. Nos inventarios da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel († 1507), no do dote da infanta D. Beatriz, duqueza de Saboia, em 1521 e no de D. Manuel em 1522, bem minuciosos nas descrições das verbas, não existe qualquer referencia a essa *«sorte»* de tecido.

No inventario da casa e guarda-roupa do rei D. João III, feito em Evora em 1534, verdadeiro repositorio para o conhecimento das muitas e variadas especies de tecidos usados ao tempo, não aparece o pano de *zoachim* ou *zeochim*.

Se não fosse a citação no inventario do guarda-roupa de D. João II (muito embora a quitação seja de 1514), presumiria que essa qualidade de pano, cujo nome se encontra tambem ortografado = *zouchem, zeochem* ou *deziochom* = seria importada de Zuaquem ou Cuaquem (hoje Suakim) porto do Mar Vermelho então importante centro de transações comerciais, onde as cáfilas e caravanas do Sudão e do Egipto traziam periodicamente as mercadorias destinadas á India e á Arabia, as quaes embarcadas ali nas náus da Méca e do Guzerate, eram depois levadas aos seus destinos.

Para tornar aceitavel essa hipotese, deve-se pensar no facto de que em 1503, para se mandar vestir um *piloto de Méca* ou os refens de *Cochim*, se empregariam de preferencia os tecidos usados na India.

Na India os panos tomavam como designação comercial o nome do porto ou região de onde provinham, embora a sua origem de fabrico fosse diferente, tal como em Portugal acontecia com alguns dos panos importados de Inglaterra, Flandres e França.

A inclusão, em 1514, numa verba do inventario de Gil Magro, duns tantos covados *de zeochim*, poderia ser devido ao emprego, já generalizado no Reino, desse nome para designar uma qualquer *«sorte»* de pano, usado então e que tivesse semelhanças com o proveniente de Zuaquem.

(17) Vicente Sodré, como se sabe, era irmão da mãe de Vasco da Gama. Comandou uma náu (a Esmeralda) da armada de seu sobrinho em 1502; e depois da partida do Almirante, ficou na India como capitão-mór do mar. Correndo ao estreito de Meca em perseguição dos navios e tendo aprisionado varios e colhido farta riqueza, acolheu-se á ilha de Curia-Muria onde um temporal lhe destruiu dois navios tendo ele ali perecido em 16 de Agosto de 1503.

Rodrigo Reinel, feitor da nau Esmeralda, era irmão dos outros Reineis, celebres cartógrafos do tempo.

(18) É possivel que nas colecções do nosso Arquivo Nacional, se conservem esquecidos e inacesiveis, outros documentos assinados por Vasco da Gama.

O estado actual da organização, inventário e disposição dos documentos não permite alongar as pesquizas, em limitado espaço de tempo e com resultados satisfatórios, a pessoas estranhas aos serviços internos. É natural que a revisão dos indices e sumários e novas catalogações, completadas ao que parece num futuro próximo, (assim é o desejo de todos nós) reservem verdadeiras surprezas.

(19) *Veludo de Meca.* Setim de côr aveludado originário de Alepo ou de Brussa, conforme escreve em 1512 Afonso de Albuquerque. (A. N. T. do T. Corp. Cron. P. I. M. 14. Doc. n.^{os} 2 e 36).

(20) Em certas coutadas, em que os vizinhos não possuiam privilégio especial, pelos forais ou por alvarás do Rei, não se podia caçar sem uma licença muito rara. Era o caso dos protegidos de Vasco da Gama, que tinham incorrido numa pena severa por não observancia das disposições taxativas dos privilegios da corôa.

O próprio Vasco da Gama obteve por carta régia de 1 de Agosto de 1515, privilegio de coutada na sua herdade de Niza o qual lhe foi confirmado em 20 de junho de 1523. (A. N. da T. do T. Chanc. de D. João III. Liv. 3.º fol. 171 v.).

(21) Antonio Carneiro recebeu a capitania da Ilha do Principe ou de Santo Antonio por carta régia de 7 de abril de 1500. (A. N. T. T. Chanc. de D. Manuel. Liv. 21 fol. 18 v.). Não se compreende porque razão Vasco da Gama acrescenta a «ilha de Santa Helena» pois não consta a doação dela a Antonio Carneiro.

(22) O fac-simile da procuração foi tambem publicado por K. G. Jaynes, na sua obra *«Vasco da Gama and his Successors. 1460-1580. London. Methuen & C.º 1910.»*, mas reproduzido sobre a litografia do trabalho de Luciano Cordeiro, embora Jaynes afirme ser sobre o original (pág. 70).

O autor inglês diz que essa procuração é escrita por Vasco da Gama, como conde da Vidigueira e governador da India, o que não é verdade, pois só sete dias passados (29 de dezembro) o Almirante recebeu o titulo que tanto ambicionava e o cargo de governador foi-lhe concedido três anos depois (janeiro de 1524).

Igualmente Jaynes, reproduz o recibo de 1501 (pág. 126), dizendo que o original se encontrava no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa. A reprodução apresentada é feita segundo a litografia do livro de Teixeira de Aragão.

(22-a) As vilas da Vidigueira e de Frades, foram doadas a Vasco da Gama por carta régia de 17 de dezembro de 1519, depois de ter sido concluido o contrato de compra ao Duque de Bragança, D. Jaime. (A. N da T do T. Livro 7.º do Guadiana Fol. 121 v. item Chanc. de D. João III. Liv. III Fol. 171). O original do contrato de compra, celebrado em Evora aos 7 de novembro de 1519, encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(23) No arquivo dos condes da Vidigueira, depois Marquezes de Niza, de certeza teriam existido importantes documentos e autógrafos de Vasco da Gama, fundador da casa. Da incuria e da decadencia dos seus descendentes resultou a sua perda quasi total.

Aparte a carta de Quilôa e a procuração de Evora, provenientes da dispersão desse arquivo, não encontro rasto nem menção de quaisquer outros autógrafos. Oxalá que se possa ainda um dia averiguar o destino que tiveram essas preciosas reliquias do nosso grande navegador, se a venda a peso dos documentos do cartório familiar, como sucedeu a tantos outros, não os destruiu por completo.

O tendeiro para os papeis e o encadernador ou o batechapas para os pergaminhos, eram com raras excepções, os naturais herdeiros dos arquivos das grandes casas caídas na decadencia. Ainda a ajuda de boçais procuradores que destruiam documentos que não compreendiam e dos ratos que os comiam, fez desaparecer para sempre inumeras preciosidades.

No estudo de Latino Coelho sobre Vasco da Gama, editado em 1881 por David Corrazi, vem no I.º volume uma gravura em madeira de J. Pedroso e o fac-simile da assinatura «ho almirãte» decalcada neste documento.

(24) O original da carta régia em que Vasco da Gama era feito Conde da Vidigueira não se encontra em Portugal. Pertencia á familia do Marquez de Niza que o vendeu em 1892 ou

1893. É de notar que não existe qualquer registro da carta na Chancelaria de D. Manuel. Luciano Cordeiro, Brito Rebelo e Perry de Linde publicaram transcrições. Parece que o original está actualmente no Rio de Janeiro.

(25) O fac-simile desta assinatura, assim como a tradução e transcrição do documento, foi tambem publicado em 1869 na obra «*The Three Voyages of Vasco da Gama and his Vice Royalty from the Lendas da India of Gaspar Correia, accompanied by original document traslated from the portuguese with notes and introduction by the Hon. Henry E. J. Stanley. London Hakluyt Society. 1869.* (pág. LXXX e VIII do Apendice). A publicação integral era inedita.

E. G. Ravenstein, na sua obra já citada, tambem se refere á transcrição do preito e homenagem de Evora.

A 2.ª edição do «*Roteiro de Vasco da Gama*» (a 1.ª edição prefaciada por Diogo Kopke, é do Porto, 1838), publicada em 1861 com um estudo historico de Alexandre Herculano e do Barão de Castelo de Paiva, traz um retrato de Vasco da Gama e um fac-simile da sua assinatura. É a do preito e homenagem de Evora.

(26) O conde do Vimioso, D. Francisco de Portugal filho do bispo de Evora D. Afonso. Foi camareiro-mór do principe D. João e vedor da fazenda dos reis D. Manuel e D. João III.

(27) Basta citar entre as muitas publicações um dos mais conceituados manuais de história, que a prática e o uso tornou muito conhecido em Portugal, onde chegou a ser adoptado, como texto de consulta, em estabelecimentos oficiais.

É o «*Cours Complet d'Histoire*» *redigé conformement aux programmes officiels, par Albert Malet.*

No volume 3.º=*Les Temps Modernes*= (8 *eme* Edition-Hachette & Cie Paris 1915) Albert Malet, na pagina 27, publica os fac-similes das assinaturas de Cristovão Colombo e de Vasco da Gama.

A de Vasco da Gama, é a conhecida assinatura que eu contesto não pertencer ao navegador português, e cuja identificação este breve estudo pretende esclarecer completamente.

(28) Comprado nesse ano de 1866, pelo Rei D. Fernando II, que o ofereceu á Academia Real de Belas Artes.

(29) No «*Panorama*» de 1852 (Vol. IX, pág. 201) vem publicada uma gravura em madeira com o retrato de Vasco da Gama, segundo o quadro do Conde do Farrobo, litografado por Sendim. Aparece ali tambem, como original, a assinatura apócrifa.

Edouard Charton, na sua obra «*Voyageurs anciens et modernes*» Paris 1855, publica a pág. 209, este retrato de Vasco da Gama e a mesma assinatura, com a referência de ter sido reproduzida do «*Panorama*». Acompanha a tradução francesa do roteiro de Vasco da Gama, feita por Ferdinand Denis.

No «*Archivo Pitoresco*» de 1859 (Vol. II, pág. 217) vem igualmente publicada uma gravura em madeira aberta por J. Coelho, segundo um desenho de Nogueira da Silva feito sobre o quadro do conde do Farrobo. A figura de Vasco da Gama está voltada á esquerda. A assinatura de Vasco da Gama, que acompanha a gravura é a mesma da litografia de Sendim.

A litografia da 2.ª edição do «Roteiro» (1861) é uma copia livre do quadro do Conde do Farrobo.

(30) Este retrato, que deve ser dos últimos anos do século XVII, existe hoje na Sociedade de Geografia de Lisboa, e serviu, com pequenas variantes, para as muitas reproduções que se fizeram desde o fim do século XVII até meados do XIX. As numerosas litografias do começo do século XIX são nele inspiradas.

Devo tambem dizer, que o retrato de Vasco da Gama existente no Palácio dos Governadores em Gôa, copiado varias vezes e com interpretações diferentes conforme as épocas das cópias, serviu para modêlo de muitas gravuras e litografias.

Ravenstein, na sua obra, que se tem citado, publica no frontispicio o retrato de Vasco da Gama, segundo a pintura da Sociedade de Geografia, e a assinatura *contestada*. A pág. 117, reproduz o retrato do Museu de Arte Antiga, com a assinatura «*ho côde almirãte*».

(31) O retrato de Vasco da Gama foi durante muito tempo atribuido a Cristovão de Utrecht. Os recentes e valiosos trabalhos do dr. José de Figueiredo sobre a pintura portuguesa do século XVI, fizeram-no integrar na escola de Gregório Lopes, que pintou o retábulo de Santa Auta para o Mosteiro da Madre de Deus em Xabregas, e o notavel painel, hoje na Alemanha em poder do Dr. Pauwels, representando a ida da Infanta D. Beatriz para Saboia em 1521, e que eu encontrei em Aachen, no verão de 1921.

O grande marinhista português, deixou-nos nessas suas duas admiráveis obras, os modelos mais interessantes e minuciosos que se conhecem, das náus, caravelas e galés da conquista e navegação dos mares orientais. E, numa delas, naquela que infelizmente já não está em Portugal, Gregorio Lopes pintou a náu «*Santa Catarina do Monte Sinai*», a alterosa náu, na qual Vasco da Gama em Abril de 1524 embarcou para a India, na sua última viagem.

Ao que parece Cristóvão de Utrecht frequentou, em Lisboa, a oficina de Gregório Lopes; pode-se assim talvez conciliar, até certo ponto, a tradição com a realidade.

Vasco da Gama é representado, no painel, aos 53-54 anos (nasceu em 1469), avelhantado e encanecido prematuramente pelos desgostos e pelos trabalhos e lidas do mar. Tem nas mãos um pergaminho, cuja escrita é indicifravel e que vem reproduzido em ampliação, neste estudo, na estampa n.º 5.

Um gravador francês, Armand Dmuaresq, fantasiou nesse pergaminho uma carta e não duvidou gravar: *Lisboa aos... Ex.mo Senhor... etc...* Pode-se ver essa extraordinaria e livre interpretação na estampa n.º 4.

Esta mesma interpretação do retrato de Vasco da Gama, segundo o quadro que fôra do Conde do Farrobo, foi também aproveitada por Arthur Morelet no seu livro «*Journal du voyage de Vasco da Gama en 1497*» impresso em Lyon em 1864; os oculos do Almirante foram transformados numa lente e no pergaminho lê-se o seu nome em caracteres de fantasia!

Devo ainda aqui assinalar, que as interpretações iconográficas do feito de Vasco da Gama em 1497-1499, onde o heroi português é representado com a cruz da Ordem de Christo, não estão certas. Vasco da Gama, ao tempo da descoberta do caminho maritimo para as Indias, era cavaleiro da Ordem de Santiago e possuidor de duas comendas, a de Monguellas e a da Chouparia, que lhe foram dadas em Montemór-o-Novo, respectivamente a 17 e 18 de dezembro de 1495, pelo Mestre da Ordem, D. Jorge, Duque de Coimbra. (A. N. T. T.—*Ordem de Santiago — Liv. 3—fols. 34 e 35*).

Só depois de Junho de 1507, Vasco da Gama pertenceu á Ordem de Christo. Nesse ano, apoz os tristes incidentes de Sines, o Almirante expulso da sua terra natal, que era da Ordem de Santiago, pelas intrigas do inútil bastardo de D. João II, renunciou a comenda da Chouparia, «*trespassando*» á Ordem de Christo e sendo logo dada essa comenda a Francisco de Lemos (*A. N. T. T. — Ordem de Santiago. Liv. 10. Reg. 1505-1507, fol. 130 v.*). A comenda de Mouguellas, deve ter sido renunciada, pouco antes, pois encontrámos, já nela empossado, o licenceado Francisco Barradas, ajudador e chanceler do Mestre D. Jorge, desde 26 de junho de 1506.

Portanto, quando da partida para a India em 1497, Vasco da Gama que era cavaleiro de Santiago, não podia usar a cruz de Christo, como individamente tem sido sempre representado. Acertando, a bem da verdade, a iconografia com a história e a realidade, mais uma vez se rectifica a tradição.

Assim, em qualquer episódio relativo *á descoberta da India e depois até 1507*, onde apareça a figura do grande navegador, este deve ser representado com a cruz florenciada da ordem de Santiago.

Nada tem que ver a cruz de Christo das velas, dos pavezes, das bandeiras e guiões das náus, com os atributos da indu-

mentaria dos capitães. Estes usavam as insignias das ordens a que pertenciam.

Só encontrei uma gravura, aberta em madeira por Caetano Alberto, onde figura um fidalgo do começo do século XVI, barbado, tendo pendente do pescoço uma medalha com uma cruz florenciada. Metade da medalha está cortada pela cercadura da gravura; por isso tanto pode ser de Santiago como de Aviz. Não tem qualquer indicação de nome, mas está numa colectanea de gravuras alusivas a Vasco da Gama embora não tenha correlação com a iconografia conhecida do descobridor da India. Pode também representar Afonso de Albuquerque, que algumas vezes aparece individidamente com a cruz de Christo, que não lhe pertencia, e não com a de Santiago, de cuja Ordem fôra professo.

A iconografia de Vasco da Gama, extremamente vasta, pode porém subordinar-se a cinco tipos:

1.º—Retrato pintado do natural (circa 1524) por um pintor da escola de Gregorio Lopes. É o quadro a que me refiro, actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga. Deve ser considerado o retrato *«veridico»* do grande navegador português.

2.º—Retrato feito na India nos meados do século XVI (circa 1548), provavelmente por Gaspar Correia ou sob suas indicações, destinado ao Palácio dos Governadores. O original deve ter sido completamente repintado, senão substituido por uma cópia, no século XVII. Este retrato foi copiado em 1635, possivelmente antes das *«beneficiações»*, por Pedro Barreto de Rezende, secretário do Vice-Rei Conde de Linhares, para ilustrar o manuscrito do seu trabalho *«Breve tratado ou epilogo de todos os Vice-Reis que tem havido no Estado da India & & &»* (Existem cópias deste manuscrito no British Museum, *Col. Sloane n.º 197*, e na Biblioteca Nacional de Paris).

O copista interpretou certos pormenores do retrato de Vasco da Gama influenciado pelo espirito artístico e pelas caracteristicas da época.

O manuscrito de Londres, foi para ali levado em 1680, por Sir Francis Parry, embaixador britanico em Lisboa. O manuscrito, que se compõe de 416 folhas de grande formato, tem a data de 1646. Os desenhos coloridos representando os retratos dos governadores da India, até D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, medem cêrca de 0,18 cent. de altura.

Os manuscritos de Paris, são dois. Um pertenceu ao célebre ministro de Luis XIV, Colbert. É um livro com 422 folhas (0,42 x 0,27), cuja primeira parte, a que trata dos vice-reis e governadores, termina no governo do Conde de Linhares em 1635. (B. N. de Paris—Portugal. 1—[*Fonds Colbert n.º 44*].

O outro deve ter sido levado de Lisboa, em 1808, por Geoffroy Saint-Hilaire, que por ordem de Junot *procurara* nos arquivos e cartórios portugueses, documentos interessantes para serem enviados a Paris. Compõe-se de 412 folhas (0,30 x 0,20), e termina a primeira parte, com a viagem de regresso do Conde de Linhares (1636-1637). (B. N. de Paris—Portugal. 36—[*Anc. Supp. Fr. n.º 4024-2*]. Os retratos iluminados deste ultimo exemplar são mais pequenos e menos cuidados no desenho.

Salvo melhor opinião, julgo ser o manuscrito da antiga livraria de Colbert, o original de Barreto de Rezende, ou, pelo menos, a cópia mais antiga do manuscrito primitivo.

Convem notar que os retratos do manuscrito de Londres, embora estrictamente semelhantes aos outros, como técnica e processos de desenho, possuem menos dureza e têm uma leve expressão que os torna mais agradaveis.

Não se pode asseverar se os retratos do manuscrito primitivo foram todos copiados directamente por Barreto de Rezende, e, muito menos os das cópias que actualmente se conhecem.

São, como se vê nas reproduções, duma estructura especial, com os troncos disformes, atarracados, as cabeças descumunais e os membros curtos; o todo, enfim, sem proporções correctas. Observa-se, também, nos retratos uma certa influencia caracteristicamente oriental, que altera os traços fisionómicos europeus, dos fidalgos portugueses.

Do curioso trabalho do capitão Pedro Barreto de Rezende, existem ainda várias cópias mais recentes, e, entre elas uma, da primeira metade do século XIX, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Edouard Charton, na obra já citada, a pág. 215, publica também o retrato de Vasco da Gama, segundo o manuscrito de Rezende. Já anteriormente, Ferdinand Denis, no seu livro *«Portugal»* (Paris 1846) reproduzira o mesmo retrato. Estas reproduções foram corrigidas devidamente, para obedecerem ás proporções normais.

Os quadros da Sala dos Governadores, devem ter sido limpos e talvez... beneficiados, em 1616. Se a nota de Diogo do Couto, não faz directamente referencia a esse facto, a remodelação e limpeza dos *painéis das armadas*, que estavão tão proximos, implicaria a mesma operação nos retratos, pelo menos nos mais antigos ou deteriorados. Quando nos ultimos anos do século XVII, se transferiu a residencia dos Governadores da India, do palácio da Fortaleza para o Palácio de São Pedro, é provavel que nos arranjos das salas, os retratos fossem ainda limpos.

Os retratos dos Vice-Reis e Governadores da India, que existiam no velho Palacio de Gôa, foram transferidos em 1840 para o Palácio actual, tendo ainda recebido, depois dessa data, alguns restauros e limpezas.

Após tantas limpezas, restauros e beneficiações, o que resta dos retratos dos primeiros governadores da India, mandados pintar por D. João de Castro, e que escapou ás vicissitudes do tempo e dos homens, pouco pode conservar da primitiva estructura dos originais de Gaspar Correia.

(Vid. est. 21, 24 e 25).

3.º—Desenho aguarelado de Gaspar Correia, no manuscrito das «Lendas da India» existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Deve ter sido feito entre os anos de 1550-1560.

Depois do retrato de Vasco da Gama, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, é o desenho de Gaspar Correia o melhor e mais perfeito documento iconográfico, que se conhece, do primeiro Almirante da India.

(Vid. est. 26).

4.º—Retrato pintado em 1577 para o Senado da Camara de Gôa. Nova interpretação ou cópia do retrato de 1548 da Sala dos Governadores. Deste retrato, que sofreu tambem no século XVII *«importantes restauros»*, é sem dúvida cópia muito livre, o retrato em busto que existia na casa dos Marquezes de Niza, hoje na Sociedade de Geografia de Lisboa, e que, executado nos fins do século XVII, foi posteriormente repintado. (Vid. est. 18).

5.º—Retrato enviado da India em 1774, pelo Arcebispo de Gôa, D. Francisco de Assunção e Brito, *como copia fiel* do retrato do Almirante. É uma variante do N.º 4.

Domingos José da Silva, executou uma gravura copiada deste quadro. Na 1.ª edição do *«Roteiro de Vasco da Gama»*, João Baptista Ribeiro, encarregado por Diogo Kopke, de reproduzir a efigie do Almirante, serviu-se da estampa de Silva para desenhar as feições. A indumentária foi copiada pelo artista, do desenho, muito convencional, que Gérard fizéra em 1816, para a célebre edição dos *«Lusiadas»*, do Morgado de Matheus.

Ignoro onde se encontra actualmente o quadro que pertenceu a D. Frei Francisco de Brito, que também serviu de modêlo a outros desenhadores e gravadores dos fins do século XVIII.

Alaux, no seu livro, reproduz a pág. 44, um retrato de Vasco da Gama segundo uma gravura em madeira das *«Lendas da India»*, existente, conforme ele declara, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ora como se sabe, nunca existiram gravuras em madeira nas *«Lendas da India»* e o retrato que lá vem é muito diferente. Alaux equivocou-se, ou não se preocupou em averiguar com exactidão a origem do documento de que se servia.

O retrato que publica é simplesmente uma reprodução de uma gravura avulsa, sem nome do autor nem data, conservada numa colectanea da Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Estampas-17/4-v.). O autor francês recai no mesmo êrro ao reproduzir mais adeante (pág. 147) o retrato de D. Afonso de Noronha, da mesma colectanea.

O desenhador ou gravador anónimo do retrato de Vasco da Gama, talvez conhecesse a cópia do painel de Gôa pelo manuscrito de Barreto de Rezende, ou por outra cópia perdida. Mas o que ele conheceu, sem duvida nenhuma, foi um retrato semelhante àquele que Gaspar Correia, desenhara, quási um século antes para o seu manuscrito das *«Lendas da India»* ; e, é mesmo possivel que tivesse visto o do proprio original de Gaspar Correia, já nesse tempo em Portugal. As afinidades da gravura com o desenho de Gaspar Correia, são flagrantes, embora a modificação de alguns acessórios (a espada e a petrina por exemplo), caracteristicos do século XVII, désse uma feição mais moderna ao trajo do Almirante.

Existem outras gravuras nas mesmas circunstancias.

A gravura representando Vasco da Gama, que vem na edição dos *«Lusiadas»*, impressa em Madrid no ano de 1639, com os comentários de Manuel de Faria e Sousa, e que reputo ser anterior á estampa da Biblioteca Nacional de Lisboa, foi feita segundo um desenho do quadro da Sala dos Governadores, em Gôa.

Esse desenho, executado por certo, nos fins do século XVI, fóra enviado de Gôa, juntamente com as cópias dos retratos dos outros Governadores da India, ao crónista de Castela, Tomas Tamayo. É o que diz Faria e Sousa, que deles se aproveitou (cf. *«Lusiadas»* Madrid 1639—1.º vol. pág. 533 e pass.).

Mas a gravura, a-pesar-da categórica afirmação de Faria e Sousa, não se parece nada com o retrato de Gôa, tal como era conhecido no século XVII reproduzido por Barreto de Rezende. Certos pormenores da indumentária, tais como o gibão, os calções, as mangas, a capa e a vara que o Vice-Rei empunha na mão direita, assim como a posição da espada, aproximam muito esta gravura do desenho original das *«Lendas da India»*.

Estas particularidades, levam-me a supôr que o retrato de Vasco da Gama, da Sala dos Governadores, repintado pelo menos duas vezes no século XVII, como referi, fôra já anteriormente modificado, ou mesmo substituido, adaptando-se nessa ocasião parte do trajo do Vice-Rei, ás exigencias da moda então predominante. A mudança da vara de comando por um simples bastão e o deslocamento da mão esquerda, do punho da espada para cima de um capacete colocado junto da figura, obedeceu, sem duvida, aos mesmos preconceitos que devem ter feito modificar as atitudes de alguns dos outros retratados. São essas modificações que podem talvez explicar a divergencia que se nota entre as gravuras, todas do mesmo tipo, e os desenhos de Barreto de Rezende.

E, sendo assim, chega-se quási a acreditar, que o retrato de Vasco da Gama, mandado pintar por D. João de Castro a Gaspar Correia, e o que este desenhou para as *«Lendas da India»*, pouca diferença fariam um do outro, no tempo em que foram executados.

O retrato de Vasco da Gama, gravado em cobre por Thomas Cross († 1685), publicado em Londres em 1655, na tradução dos inglesa dos *«Lusiadas»*, de Sir Richard Fanshaw, que depois foi embaixador da Gran-Bretanha em Portugal durante a minoridade de D. Afonso VI, é, áparte alguns pequenos pormenores de fantasia, inspirado nos mesmos documentos iconográficos de que se serviram o gravador da estampa de Lisboa e o da edição dos *«Lusiadas»* de Madrid.

O mesmo direi da gravura que foi feita para ilustrar a *«Asia Portuguesa»* de Manuel de Faria e Sousa, impressa em Lisboa em 1666, e que o autor declara também ser cópia do retrato de Gôa (Vol. 1.º pág. 127). Esta gravura, modificação da que vem reproduzida nos *«Lusiadas»* de 1639, e bem assim a da 2.ª edição da *«Asia Portuguesa»* (1703), são muito semelhantes á estampa da Biblioteca Nacional.

Se, portanto, analizarmos as gravuras de Madrid, de Londres, da Biblioteca Nacional e ainda a da *«Asia Portuguesa»*, das mais antigas que se conhecem, se as compararmos com os desenhos coloridos de Barreto de Rezende, a mais remota interpretação directa dos retratos de Gôa, é facil verificar que, no meado do século XVII, a iconografia de Vasco da Gama, limitava-se a dois tipos. Estes dois tipos, com reminiscencias comuns como se vê, eram o desenho da *«Lendas da India»* e o retrato da Sala dos Governadores, de Gôa. Posteriormente, o conhecimento de outros retratos e a fantasia dos artistas, veio modificar a interpretação convencional seiscentista da efígie do navegador português.

Quanto a mim, julgo que o retrato do Museu de Arte Antiga, executado por um pintor da escóla de Gregório Lopes, por um verdadeiro artista da época, deve ser considerado como o único documento iconográfico coevo do grande Almirante. As tradições seculares de familia existentes na casa dos condes da Vidigueira, o respeito com que era conservado o painel, alienado sómente numa dificilima situação financeira, as caracteristicas da pessoa retratada e a raridade dos retratos dessa época, tudo concorre para se aceitar tal atribuição.

Os outros, obra de curiosos cheios de boa vontade mas com mediocres conhecimentos de desenho e de pintura, foram executados, pelo menos o primeiro, vinte e quatro anos depois da morte de Vasco da Gama, de uma maneira muito convencional e com fortissimas influencias do meio onde os pintaram.

Basta reparar nas caracteristicas de todos os retratos dos Governadores do século XVI, e atender na referencia do proprio Gaspar Correia, quando diz ter sido auxiliado por um *«pintor homem da terra»*. Ora o auxilio de um *«pintor da terra»*, implicaria desde logo, o emprêgo de processos com caracter nitidamente oriental, que alterava a estructura das figuras europeias.

Ainda que assim não fôsse, as sucessivas camadas de tinta provenientes das beneficiações periódicas, e a mais que possivel substituição do primeiro retrato da sala dos Governadores, pouco poderiam deixar subsistir do original de 1548.

Convem acentuar mais uma vez, que a representação e a composição de alguns dos pormenores dos retratos, é manifestamente seiscentista, o que confirma, como já referi, a modificação por assim dizer quasi completa, que os paineis sofreram nessa época.

E, sem mesmo exceptuar o desenho das «Lendas da India», que, embora obedecendo a todas as incorreções e influencias dos outros, está porém intacto, podemos chegar á conclusão que nenhum desses retratos representa, *de forma rigorosa*, a efigie de Vasco da Gama. O tempo decorrido entre a morte de Vasco da Gama e a execução do seu retrato em Gôa, deve ter atenuado em muito, a lembrança dos traços fisionómicos do Almirante, quando os quizeram reproduzir. Se a um artista profissional, com técnica segura e mérito reconhecido, era já dificil fixá-los, quanto mais dificil seria ainda a um curioso amador, sem sólidos conhecimentos de desenho, tentar reproduzi-los ?

Dentro da lógica e do bom senso, a par de uma rigorosa critica de arte e de história, dadas as circunstancias actualmente conhecidas, pode-se atribuir ao retrato do Museu de Arte Antiga, a representação da verdadeira efígie de Vasco da Gama.

O estudo pormenorizado da iconografia de Vasco da Gama, ainda por fazer e que pode reservar surprezas, não cabe no âmbito deste trabalho e muito menos nas suas notas.

Deixo aqui sómente apontadas ligeiras reflexões, que me foram sucessivamente sugeridas ao consultar e coligir documentos para este estudo. Essas reflexões e a reduzida documentação que as acompanha, podem todavia servir de base,

ou serem aproveitadas, para estudos mais complexos e documentados. (Vid. est. 19, 20 e 27).

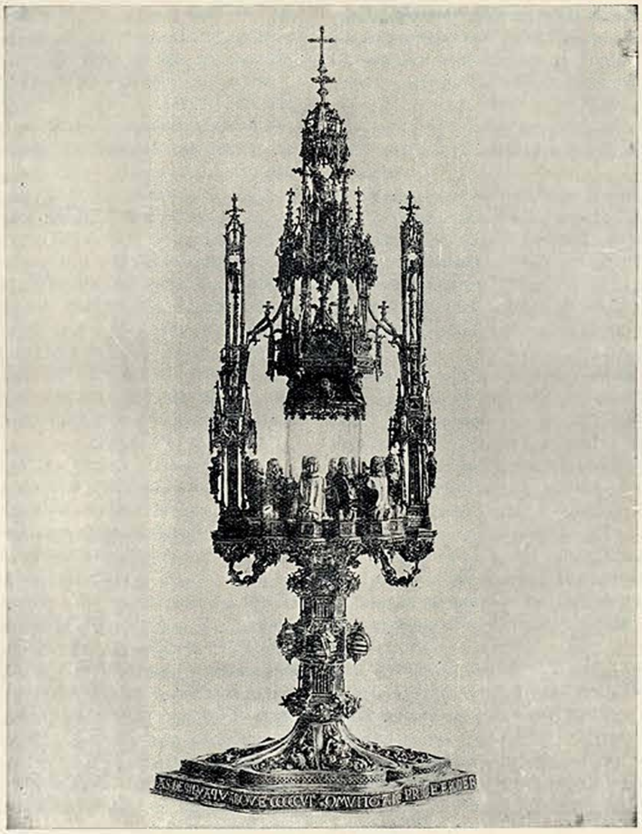
(32) Luiz Tirinnanzi, era um pintor e restaurador de quadros que viera para Portugal em 1815. Era amigo e compatriota de meu avô José Cinatti, para quem trabalhou. Restaurou varios quadros conhecidos, entre eles o *«São Miguel»* da casa Palmela e uma *«Adoração dos Magos»*, que pertencia a Lord Howard de Walden.

Tirinnanzi quando restaurou o retrato de Vasco da Gama publicou uma noticia *«Descripção artistica do retrato do insigne*

ressante está hoje em mãos de pessoa competentissima e a quem a arte antiga portuguêsa muito deve.

(33) A litografia de Mauricio José Sendim, foi mandada fazer por Tirinnanzi, e vendida ao publico por assinatura.

(33-a) Antonio Damaso de Castro e Sousa, abade titular de Santa Eulalia de Rio de Moinhos, (1804 + 1866), mais conhecido pelo «abade de Castro», era, na primeira metade do século XIX, *«autoridade»* em matéria erudita de critica histórica e artistica (a erudição, nessa época e nessas materias, era muito relativa).



CUSTÓDIA DOS JERÓNIMOS

Mandada fazer pelo rei D. Manuel I com o ouro proveniente dos 1.500 meticáis, tributo ou páreas do rei Habraemo, de Quilôa. Sobre o quantitativo desse tributo, que Vasco da Gama trouxe para Portugal em 1503, divergiam as opiniões dos antigos crónistas; o seu valor fica porém completamente esclarecido pelo documento reproduzido na estampa 7. A célebre custódia acabada por Gil Vicente em 1506, modificada e acrescentada nos fins do século XVI, foi reintegrada no seu estado primitivo em 1929.

(Museu Nacional de Arte Antiga.)

Vasco da Gama, oferecido ao publico por Luiz Tirinnanzi» no «Diario do Govêrno» de 21 de junho de 1845.

Nessa descripção declara que o quadro estava muito deteriorado e ser o unico retrato que existia do proprio Vasco da Gama e atribue-o a Cristovão de Utrecht, o mesmo pintor que pintára os quadros do arcaz da sacristia da Madre de Deus, no que quasi acertava.

Ha cêrca de vinte anos encontrei um livrinho, especie de diario manuscrito, em que um colaborador de Tirinnanzi anotava todos os quadros que se restauravam no atelier do artista e os nomes dos seus possuidores; essa relação bastante inte-

Escrevia sobre todos os assuntos historicos.

Publicou, em 1848, num dos seus numerosos, mas pouco substanciosos opúsculos, que todavia mereciam rasgados encómios das Academias contemporaneas, uma série de fac-similes das assinaturas dos reis e personagens célebres de Portugal.

As assinaturas de Vasco da Gama são duas: uma é a de *«Christovão da Gama»* tal como a da litografia de Sendim, acrescentada do distico = *D. Vasco da Gama, affamado e corajoso argonauta* =. A outra, subordinada á epigrafe *«D. Vasco da Gama, como almirante dos mares das Indias Orientaes»*, é

muito semelhante á que vem reproduzida na estampa 12 (Carta de Niza).

Possivelmente deve ser essa, embora os L L e o I não sejam iguais aos do documento original. Não teem, no opúsculo, indicação de proveniencia. Vide: «*Fac-similes das assinaturas dos senhores reis, rainhas e infantes que teem governado este reino de Portugal até hoje. Copiados de varios documentos originaes existentes no archivo real ou cartorio de todo o reino, chamado Torre do Tombo. Pelo abade A. D. de Castro e Sousa. Academico Honorario da Academia das Bellas Artes, Socio Effectivo do Conservatorio Real de Lisboa, Socio Effectivo do Gremio Litterario, etc., etc. Lisboa 1848.*

(34) *Obras de Luiz de Camões*. Precedidas de um ensaio biographico no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentadas com algumas composições ineditas do poeta. Pelo Visconde de Juromenha. Lisboa. Imprensa Nacional. 1860-1869.

(35) *D. Vasco da Gama e a Villa da Vidigueira*. Bosquejo Historico por A. C. Teixeira de Aragão. Lisboa. Tipografia Universal. 1871.

Vasco da Gama e a Vidigueira. Estudo Historico por A. C. Teixeira de Aragão. Lisboa. Imprensa Nacional. 1898.

(36) A assinatura do mandado de Ormuz, e consequentemente a que figura nos retratos, é de um Christovão da Gama. E a unica lição aceitavel. Note-se o X com o pequeno O, o V largo e o A que é tilado pela volta de um D a que está ligado; estas letras formam a palavra *X°v ã*, abreviatura usual, no século XVI, do nome Christovão.

Atendendo á data, 1524, duas vezes repetida e insuspeita, não se pode atribuir a assinatura a Christovão da Gama, filho de Almirante, que só em 1532, sendo muito novo (16-17 anos) passou á India pela primeira vez com seus irmãos Estevão e Paulo, tendo regressado ao reino em 1535. Em 1538, Christovão da Gama partiu de Lisboa, na armada do vice-rei D. Garcia de Noronha, comandando a náu «*Santo Antonio*». Nela serviu nos mares da India, foi a Malaca em 1539 com Pero de Faria, e voltou a Cochim em 1540 com seu irmão Estevão da Gama, que poucas semanas depois da chegada foi, por sucessão, governador da India. Na viagem desse ano a náu «*Santo Antonio*» veiu para Portugal onde chegou em setembro.

A assinatura do valoroso e juvenil capitão português não se parece com a do mandado. Sendo indubitavelmente 1524 a data escrita no documento, e sobre isso não pode haver qualquer discussão, quem seria esse Christovão da Gama que assinou a requisição em Ormuz, para o navio «*Santo Antonio*» ?

(37) Limitei-me nas minhas investigações, a colher unicamente os elementos necessarios para provar que a assinatura do mandado não podia ser a de Vasco da Gama. As deduções que fiz basearam-se nesse facto; por isso não tentei profundar nos arquivos a identificação da personagem que se substituira a Vasco da Gama.

Não quiz, nem me importei de saber, de quem seria a assinatura, pois que isso em nada adeantava o fim que me propuzera e conseguira. As considerações da nota anterior, acerca do nome adaptavel, são simples sugestões que me permiti fazer destinadas a provocar pesquizas, que estimarei sejam fructiferas. Todos com elas aproveitarão, e eu mais do que ninguem, por ver coroado, com o exito da continuidade, um assunto que tive a satisfação de investigar primeiro.

Como correcção final a esta nota, devo dizer que as sugestões e considerações que formulei, são completamente confirmadas pela segunda parte do meu estudo.

Por um escrúpulo, talvez exagerado, não modifiquei o texto das notas referentes á primeira parte deste trabalho, tendo somente acrescentado os dados bibliográficos e iconográficos que coligi posteriormente.

(38) ...As faltas de menção de documentos são numerosas, especialmente no indice do Corpo Cronologico, sendo tambem abertos os sumarios muitas vezes por nomes com que não era de contar.

Pedro d'Azevedo e Antonio Baião. *O ARCHIVO DA TORRE DO TOMBO. Lisboa, 1905. pág. 48.*

(39) *Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

Corpo Cronologico = 2.ª Parte :

Maço 10 Doc. N.° 20. Este documento está deslocado; a sumula tem a data de 5 de setembro de *1505*, (que deve ser de *1525*), e portanto devia estar cronologicamente colocado no maço 125 ou 126.

Maço 117. Doc. N.os 2. 6. 28. 29. 32. 48. 51. 52. 56. 58. 61. 79. 80. 81. 82. 83. 86. 89. 90. 95. 107. 112. 116. 117. 120. 130. 132. 139. 141. 147. 148. 168. 178. 183. 184. 185. 188. 191.

Maço 121. Doc. N.os 16. 70. 88. 89. 90. 113. 119. 120. 121. 151. 156. 163. 164. 165. 166. 168. 169. 172. 185. 186.

Maço 124. Doc. N.os 46. 47. 54. 55. 61. 62. 86. 113. 114. 115. 123. 169. 170. 177. 183.

Maço 125. Doc. N.os 1. 6. 8. 10. 38. 43. 45. 77. 86. 87. 88. 89. 91. 92. 94. 96. 158. 159. 160. 185. 190. 193. 194. 197. 200. 201. 202. 208. 211. 212.

Maço 126. Doc. N.os 3. 11. 13. 15. 16. 17. 18. 54. 55. 56. 57. 60. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 83. 94. 95. 96. 104. 151. 163. 164.

Maço 127. Doc. N.os 20. 26. 27. 30. 31. 45. 47. 64. 77. 88. 93. 96. 99. 100. 103. 109. 110. 136. 140.

Maço 128. Doc. N.os 19. 20. 30. 40. 41. 53. 55. 56. 58. 59. 62. 64. 66. 68. 101. 111. 123. 125. 129. 139. 146. 150. 159. 161.

Maço 129. Doc. N.os 5. 7. 8. 9. 14. 16. 20. 21. 26. 30. 39. 45. 52. 54. 55. 81. 84. 85. 87. 100. 111. 135. 148. 151. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 165. 166. 167. 170. 171. 174. 179. 180. 181. 190. 196. 202. 205. 207. 216. 225. 227. 228. 230.

Maço 131. Doc. N.os 25. 37.

Maço 140. Doc. N.° 41.

A verificação e selecção rigorosa destes documentos, assistiu a Doutora Elisabeth Reuter, que na Torre do Tombo estudou tão proficientemente as chancelarias medievais portuguesas. Esta ilustre e erudita senhora, emprega nos seus estudos os mais recentes métodos de investigação, que a ciência da arquivologia actualmente conhece e aconselha.

(40) Christovão da Gama deve ter sucedido ao feitor Ignacio de Bulhões que estava em Ormuz nomeado pelo Governador D. Duarte de Menezes. São conhecidos os actos criminosos ali praticados e as prevaricações do Governador da India, do capitão de Ormuz Diogo de Melo e do feitor Ignacio de Bulhões, os quaes sabidos em Portugal, provocaram um rigoroso inquerito, a que não foi estranha a nomeação de Vasco da Gama para Vice-Rei, e que terminou com a prisão de D. Duarte de Menezes e a sentença de morte de Diogo de Melo, que foi comutada em desterro para a Africa. Ignacio de Bulhões parece ter morrido antes de findar o inquerito.

(41) A súmula deste documento, escrita no século XVIII como todas as outras, não traz, como se vê perfeitamente na reprodução, o nome de Vasco da Gama mas somente — *Do Feitor da Fortaleza de Urmuz.*

Este Corvinel, a quem se vendeu um parão, e cujo prenome é difícil interpretar, devia ser parente do armador florentino Francisco Corvinel, que partiu para a India em 1509, e depois foi o primeiro feitor de Góa.

(42) Qualquer documento inesperado vem alterar, superficialmente nuns casos, profundamente noutros, o que tanto trabalho de investigação nos custou.

Entre nós é preciso paciencia de anjo, e por tanto sobrehumana, para se procurarem os documentos historicos; é preciso a sorte do Dr. Fausto, para que o diabo nos mostre a Margarida por que suspiramos, quasi sempre um bem carcomido pergaminho.

....

Quantos preciosissimos documentos não existem na Torre do Tombo com os quaes só por acaso se pode dar?

....

Colecções existem catalogadas; mas de que servem esses catalogos, se alguns não são de confiança, outros falto de dizeres, e nenhum impresso, todos aferrolhados lá no arquivo? Havendo catalogos bem feitos e impressos, poderia o estudioso em sua casa apontar os documentos que lhe convinha examinar, e só teria na Torre de os pedir e estudar. Numa semana, num mez, conseguiria colijir documentos, que pela forma como eles agora jazem, se arrisca a não encontrar nem em cincoenta anos de buscas, porque necessita muita vez de um favoravel acaso.

Anselmo Braamcamp Freire. *CRITICA E HISTORIA. Estudos. Lisboa 1910.* págs. 214-216.

....

Toda a catalogação está muito longe de atingir a perfeição que se deve ter em vista.

A falta capital é porém, a de um catalogo geral dos documentos do archivo pelo qual se saiba em poucos minutos que peça o estudioso terá de requisitar, evitando assim o trabalho de consultar catalogos parciaes, correndo-lhe agora, apezar de todo o cuidado, o risco de omitir algum.

P. d'Azevedo e A. Baião. *Obra citada.* págs. 48 e 49.

...mas nós que frequentamos o Arquivo Nacional, sabemos que por falta de catalogação adequada ele é um *«mare ignotum»*.

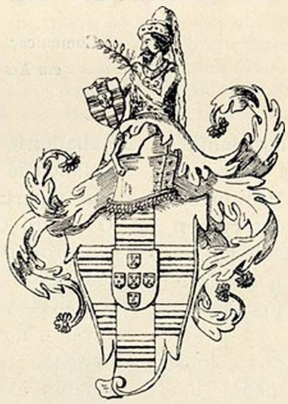
Edgar Prestage. *As duas embaixadas do primeiro Marquez de Niza a França. Coimbra 1919.* pág. 84.

A opinião unanime dos eruditos investigadores da Torre do Tombo, Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo, Antonio Baião e Edgar Prestage, não citando outros ainda, deixa-me a consciencia tranquila nas apreciações e comentarios que tenho feito.

(43) Examinei e contei 226 documentos. É muito provavel que existam mais, mas para prova do que afirmei penso que esse numero já basta e pode satisfazer os mais exigentes. Tanto mais que encontrando o doc. n.º 216 do maço 129, não precisava alongar mais as minhas pesquizas; o fim que me propuzera fôra atingido e mesmo ultrapassado.

(43-a) Jean-Paul-Alaux, já foi condecorado com a Ordem de Christo.

(44) Não me sobrou tempo para averiguar em qual dos numerosos documentos foi decalcada a assinatura de Cristovão da Gama que serviu para as primeiras reproduções. A assinatura do feitor de Ormuz conservando sempre os mesmos componentes e a mesma estructura paleográfica, varia porém muitas vezes em dimensões e aspecto caligráfico devido provavelmente ás condições em que era aposta nos mandados. A guarda ou complemento da assinatura aparece tambem por vezes modificada, sem contudo alterar a forma original sempre empregada.





Carlos Magno, imperador



Bispo de Chalon, conde



Conde de Tulosa

Subsídios para o estudo da iluminura em Portugal

O «LIVRO GRANDE» OU DO «ARMEIRO-MOR»

POR ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

Comunicação lida na Associação dos Arqueólogos Portugueses em Assembleia Geral de 27 de Abril de 1933.

No trabalho do senhor doutor Reinaldo dos Santos, publicado há poucos meses no «Bulletin de la Société Française de Reproductions de Manuscrits à Peintures», sob o título de «Les principaux manuscrits conservés en Portugal» (1), notam-se grandes deficiências de bibliografia, lastimáveis em obra que se destina, pode dizer-se, à divulgação dos primores da iluminura existentes em Portugal.

Não é o nosso, de-certo, um país em que esta interessante arte esteja bem estudada, mas não é tão exígua, como neste trabalho pode parecer, a lista das obras que fornecem elementos, alguns bem valiosos, para êsse estudo.

Sentimos sinceramente que o senhor doutor Reinaldo dos Santos desconheça alguns trabalhos capitais para a história de certos iluminados, obras sérias, que, conquanto não se revistam do espalhafato que serve de chamariz a tantas outras, cujo valor parece consubstanciado na capa, identificam o autor, facto de suma importância para o seu estudo.

O «Livro Grande», mais conhecido por «Livro do «Armeiro-mor», é um dos manuscritos iluminados que estão nestas condições porque tem uma bibliografia que não se resume sòmente nos «Brasões da Sala de Sintra» e no «Album de phototypies» indicados pelo autor (1).

Quanto à história do códice não foi Braamcamp Freire nos «Brasões» quem disse a última palavra para que não se citem os estudos posteriores ; e com respeito à reprodução das iluminuras mais alguém houve, além de Carlos Relvas, que a fêz, pois o senhor Afonso de Dornelas reproduziu quarenta e seis páginas do «Livro Grande» num seu trabalho sôbre êste manuscrito (2).

(1) Êste número do boletim, correspondente ao décimo quarto ano — 1930 — saiu no de 1932. A divulgação do referido trabalho é ainda recente porque, em Portugal, só foi pôsto à venda no final dêste ano.

(1) Página 22, da citada publicação.

(2) *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, Lisboa, 1925, volume I, *O Livro do Armeiro-Mór ou o Livro Grande*. O mesmo estudo se encontra com outros que o autor coligiu e publicou nos seus *Apontamentos*, Lisboa, 1926, volume I.


Duque de Bregonha


Armas do Imperador da Alemanha


Duque da Gujena

O primeiro escritor que sabemos ter-se ocupado da autoria dêste iluminado foi o padre D. António Caetano de Sousa (3), que a atribuiu a um mestre Arriet, de nacionalidade alemã, ao qual seguiu as pisadas o primeiro visconde de Sanches de Baena (4), que, referindo-se ao livro, lhe deu o mesmo autor indicado pelo frade teatino.

Foi Anselmo Braamcamp Freire quem na primeira edição dos seus eruditos «Brasões da Sala de Sintra»,

(3) *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tômo I. *Apparato*, página CXCIII, onde diz: «Na casa dos Armeiros móres se conserva o tal livro, que foy feito por Mestre Arriet Alemão, ainda mais perfeito, que o que existe na Torre do Tombo...»

(4) *Archivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, 1872, *Preliminares*, página XIII, onde se lê: «Recaiu a escolha para tão honroso encargo (reforma da armaria) no bacharel em leis Antonio Rodrigues, que pelos annos aproximadamente de 1509 partiu para o seu destino, acompanhado do arauto Martim Vaz. Em seguida creou o mesmo soberano uma comissão composta do principal rei de armas, do mestre Arriet (pintor alemão), e de Antonio Godinho, escrivão de sua camara, e ordenou-lhes que compozessem dois livros com as armas illuminadas de todas as familias do reino, um que se guardaria na Torre do Tombo o outro que ficaria em poder do armeiro-mór».

Entre muita fantasia, aparece o mestre Arriet, trazido das páginas da «Historia Genealogica».

Antes de Sanches de Baena o Conde A. Raczynski, no *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, na página 14, trata de Arriet, mas não diz mais do que a «Historia Genealogica» de D. Antonio Caetano de Sousa, nem se refere especialmente ao «Livro Grande».


Conde palatino do Rym


Júlio Cesar, imperador


Marquês de Brandebur



Rei Gudufroy de Bulhom



Beltram de Geselym



Heytor, duque

em 1899 (5), reivindicou para um português a feitura dêsse valioso manuscrito, imputando-a ao bacharel António Rodrigues, rei de armas Portugal.

O senhor doutor Júlio Dantas, em um artigo que escreveu no «Diário de Notícias» de 14 de Agôsto de 1912, também indicava como iluminador o rei de armas apontado por Braamcamp, embora dissesse que a pintura, pela abundância do verde, denota escola alemã, o que tinha a vantagem de permitir-lhe apoiar-se na opinião abalizada dêste investigador, sem, contudo, confessar que repudiava a de D. António Caetano de Sousa, ficando, portanto, apto a segurar-se a esta quando aquela fôsse rebatida (6).

(5) Livro primeiro, *Preambulo*, página XV. No lugar citado diz: «O segundo livro dos brasões foi mandado fazer por D. Manuel, que da sua pintura, ou pelo menos da sua ordenação encarregou ao bacharel Antonio Rodrigues, rei d'armas Portugal, e juiz da nobresa, o qual o fez depois de prestar juramento de a cada um guardar sua justiça, e o assignou e sellou com suas armas em Lisboa a 15 de agosto de 1509. E este livro o chamado do *Armeiro-mór*, em cuja casa esteve depositado durante seculos, e que hoje está em poder de el-Rei».

(6) O mencionado artigo foi transcrito pelo Senhor Afonso de Dornelas no primeiro dos estudos referidos e são dêle os seguintes trechos ...«o velho *Livro do Armeiro-Mór*, maravilha da illuminura alemã»... ; ...«diferente da pintura de penejado vulgar dos illuminados franceses e italianos do fim do século XV e principio do seculo XVI»... ; ...«inesperado subsidio iconografico para o estudo das grandes figuras coetaneas, do eleitorado palatino e da alta nobreza e do alto cléro francez»...

O senhor doutor Júlio Dantas além de chegar à conclusão da origem germânica do códice pela análise das figuras repre-



Bispo de Nayon, conde



Rei de Framça



Arcebispo de Lau, duque

Até aqui havia sòmente opiniões, sem que se aduzissem documentos comprovativos, nem se fizesse o estudo a fundo do códice iluminado. Assim se manteve na segunda edição dos «Brasões da Sala de Sintra» sendo já depois da morte do incansável pesquisador Braamcamp Freire que o senhor Afonso de Dornelas tratou de estudar o assunto com profundeza.

Desde a história dêste manuscrito até à sua minuciosa descrição e à análise das suas páginas que sàbiamente interpretou e profusamente reproduziu, o senhor cionado e, em geral, sôbre tudo que diz respeito à organização heráldica ; e o «Cartório da Nobreza», que em barda devia guardar interessantíssimos documentos e o registo dos dêle emanados, ardeu infelizmente no incêndio provocado pelo terramoto de 1755.

Como insuspeito investigador que foi Braamcamp, aceitou o senhor Afonso de Dornelas o bacharel António Rodrigues que aquêle dissera haver sido a pessoa encarregada pelo rei D. Manuel I de organizar e iluminar o «Livro Grande», e crente dessa identificação



Verso da primeira fôlha do «Livro Grande»

Afonso de Dornelas procurou alcançar a verdade servindo-se do escrúpulo que emprega em todos os seus trabalhos.

As chancelarias régias são mudas sôbre o códice men- atribui-lhe duas curiosas cartas existentes no arquivo do antigo Hospital Real de Todos os Santos, hoje no de S. José, escritas pelo monarca a quem estava iluminando o livro. Só a esta pessoa podiam referir-se as

sentadas, pela maneira da pintura, pelo colorido, etc., ainda a reforçou com as viagens de António Rodrigues à Alemanha e as relações de Dürer com Damião de Góis.

Quanto à influência da ida de António Rodrigues à Alemanha nenhuma poderia ter sido porque, como dizemos no nosso estudo *António Soares de Albergaria Heraldista do Século XVII*, estava lá em 1510, já depois do códice terminado.

Também não conseguimos compreender como foi possível influirem na iluminura do «Livro Grande» as relações de Damião de Góis com Alberto Dürer, porque aquêle nasceu em Fevereiro de 1502 contando sòmente sete anos e meio quando o livro se concluiu, idade em que, de-certo, apenas o preocupavam os brinquedos. Em 1523 Damião de Góis foi nomeado escrivão da feitoria da Flandres, iniciando-se então as suas relações com os grandes vultos da época.

O senhor doutor Júlio Dantas parece ter-se esquecido de que a História não consente, nem aos mais hábeis romancistas, fantasiosos vôos, mas que se baseia em documentos e se apoia numa sciência chamada Cronologia.



Duque de Saxonya



Arcebispo de Treues



Conde de Champanha



Rei Alexandre



Armas da India Menor



Rei Daujit



Arcebispo de Langre, duque e abade



Arcebispo de Collonha



Bispo de Beanuois, conde

missivas reais, embora nelas não estivesse declarado o nome do indivíduo, que se tinha por seguro ser o bacharel António Rodrigues.

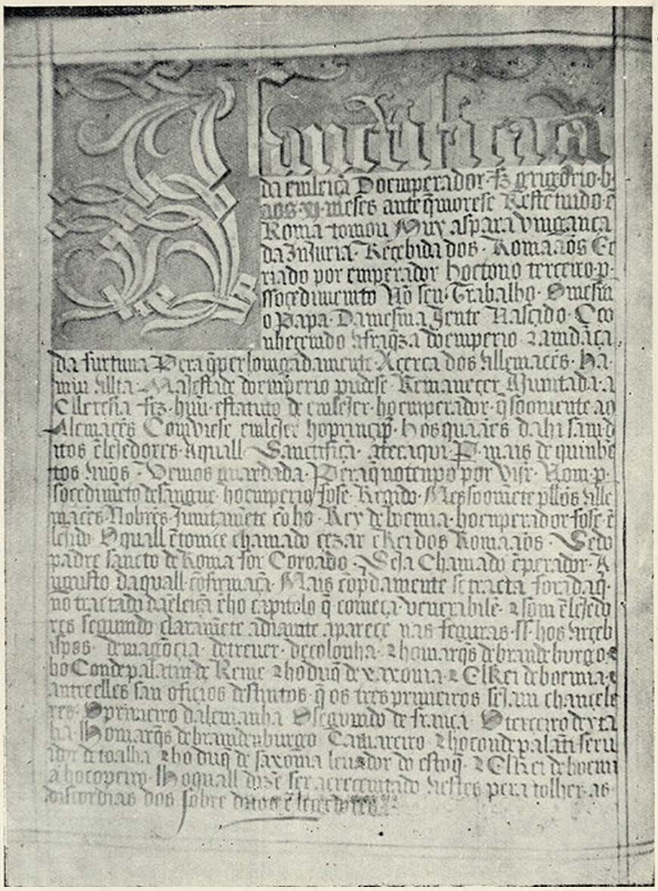
Parecia finalmente arrumado o assunto, de que nunca houvera controversia sôbre o autor do manuscrito, mas assim não aconteceu.

Em 1928 estudávamos vários códices da Biblioteca Nacional, escritos, desenhados e iluminados pelo padre António Soares de Albergaria, notável heraldista do século XVII, até então desconhecido no valor e quási ignorado no nome, quando nêles se nos depararam referências diversas a Arrieta, rei de armas de D. João I, segundo aquêle clérigo inglês de nação, o que nos levou a aproximarmos estas indicações das de D. António Caetano de Sousa, acêrca do alemão mestre Arriet.

Por outro lado apareceram nos manuscritos de Albergaria alusões ao rei de armas João du Cros, cujas armas aí se encontram algumas vezes descritas e desenhadas.

Despercebido não nos passou o nome dêste oficial da nobreza das armas porque dêle não se conheciam documentos em que interviesse desempenhando as suas funções, nem concessão de mercê ou outro qualquer diploma régio que lhe dissesse respeito.

Havia porém uma ligeira referência no «Archivo Heraldico-Genealogico» ao francês Jean du Cros, que o seu autor encontrara mencionado em um manuscrito de 1525 (7). Braamcamp pusera-a de remissa porque



Fôlha 30 do «Livro Grande»

(7) *Archivo Heraldico-Genealogico, Preliminares,* página XIII, nota 2, onde se lê: «Parece que Antonio Rodrigues ao recolher-se a Portugal trouxera comsigo o francez Jean du Cros. V. no I. H. artigo *Cros*».

No *Indice Heraldico*, do mesmo autor, para onde naquele passo remete o leitor na página VI, diz: «*Cros (du)*. Em um trabalho heraldico (Manuscripto de 1525) achamos um rei de armas Portugal (que nos parece ser contemporaneo do bacharel Antonio Rodrigues), chamado Jean du Cros, com as armas descriptas. Pela maneira porque estava escripto o nome e appellido, não offerece duvida que era francez, e é muito de

aquêle escritor não era de confiança, o que êle diversas vezes verificou, especialmente a-quando da elaboração da sua «Armaria Portugueza», onde lhe consagrou algumas notas profundamente acrimoniosas.

Afinal a referência era verídica e permitiu-nos saber a época em que vivera o tal francês.

Fazendo o confronto de certas armas que o padre Soares de Albergaria descreve, com as que se encontram na «Armaria Portugueza» de Braamcamp, nesta obra achámos atribuídas ao apelido *Rodrigues* (de António Rodrigues, rei de armas) as que naquele víamos subordinadas ao título de *Cros* (de João de Cros, rei de armas).

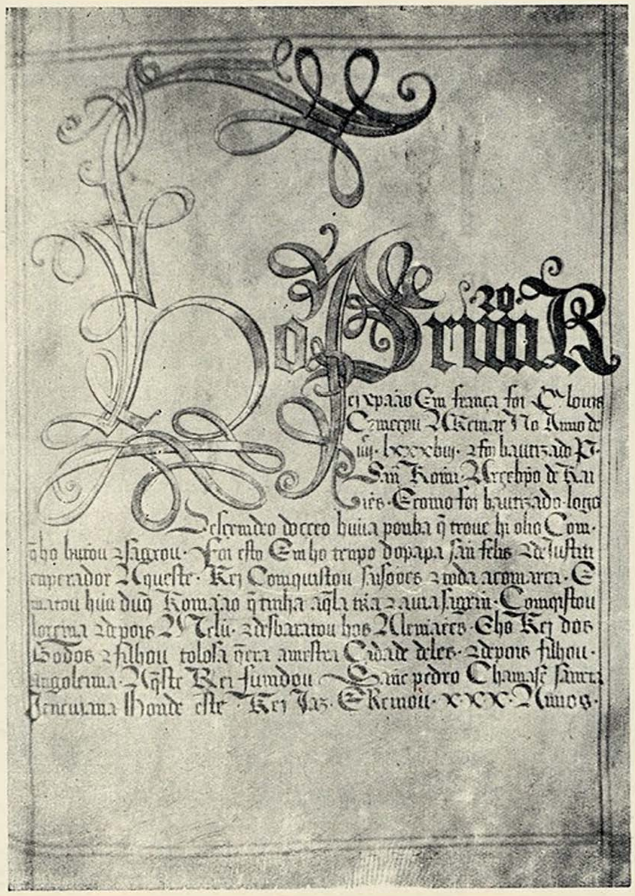
Como Braamcamp, sempre meticuloso, citava as fontes dos seus trabalhos, ficámos sabendo que êle assim as classificava apenas por elas se acharem no prefácio do «Livro Grande», cujo iluminador, que êle dizia ser o bacharel António Rodrigues, declara firmá-lo com seu *«propio synall e armas»*.

Este sinal, o do ofício que o iluminador exercia, não servia para identificar o indivíduo que o fêz; e as armas, de uso desconhecido, também não permitiam classificar o apelido que representavam.

O sinal levantava uma pregunta: ¿quem era em 15 de Agôsto de 1509 o rei de armas principal?

Conhecido o seu nome igualmente o estava o do iluminador do «Livro Grande». Havia porém dificuldade em sabê-lo porque as cartas de brasão, em geral, não dizem o nome particular dos oficiais que as passaram.

Com notável leviandade procedeu o cuidadoso Braamcamp à sua identificação; e tão apressadamente a fêz que cometeu uma série de erros importantes: encartou no ofício de rei de armas Portugal o bacharel António Rodrigues alguns anos antes de a êle ser promovido; deu-lhe por antecessor Martim Vaz, que nunca chegou a ter tal ofício pois não passou de rei de armas Índia; e atribuiu àquele oficial o sinal e as



Fôlha 35 do «Livro Grande»

suppôr que viesse de França com o dito bacharel, quando lá foi por mandado de el-rei D. Manuel, estudar a arte do brazão. Ainda mais se nos afigura que assim podesse ser, por ter o dito mr. du Cros tido um dos logares de rei de armas».

armas que subscrevem o prólogo do «Livro Grande», quando pertenciam a outro (8).

A estas conclusões chegou o erudito escritor sem documentos ou factos que o conduzissem indubitàvelmente à averiguação do artista.

Suspeitamos que sob os olhos de Braamcamp passaram as descrições das armas de João du Cros, de António Rodrigues e de Martim Vaz em qualquer dos manuscritos do padre Soares de Albergaria, mas que talvez uma injustificada idea patriótica o levasse a fingir ignorá-las a-fim-de poder dar a um português a glória de iluminador do códice, porque, como já dissemos no nosso estudo sôbre êste heraldista, Braamcamp não pode ter desconhecido o indice manuscrito das obras heráldicas e genealógicas da Biblioteca Nacional, onde aquelas armas veem apontadas.

Um dos códices incluído nesse índice — o n.º 259 da Colecção Pombalina — é bastantes vezes citado na «Armaria Portuguesa» e, no entanto, os passos que podiam servir de esclarecimento na matéria de que nos ocupamos no presente trabalho permaneceram esquecidos (9).



Sagração do rei de Framça

(8) Este autor tratou do assunto no *Preambulo* do *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Cintra*, publicado em Lisboa em 1899 e no livro terceiro, impresso em 1905, nos *Retoques*, página 173. Nesta edição dava por antecessor de António Rodrigues, o também Portugal rei de armas João Rodrigues, referindo-se levemente a Martim Vaz nos *Retoques*, em um aditamento ao preâmbulo.

No *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, segunda edição publicada em Coimbra em 1921, incluiu o aditamento no texto do *Preambulo*, modificando o que dizia na primeira edição, porquanto passou a considerar antecessor de António Rodrigues o rei de armas Martim Vaz.

(9) O nosso estudo sôbre os trabalhos do padre António Soares de Albergaria, onde se pode ver o que escrevemos acêrca do «Livro do Armeiro-mor», foi publicado em 1929 no primeiro volume do *Tombo Histórico-Genealógico de Portugal* (segunda

Neste pé estava o assunto quando o senhor doutor Reinaldo dos Santos escreveu o seu trabalho. Mais informações podemos dar agora, uma das quais já publicada, que comunicámos em 21 de Janeiro de 1931 à Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses; e outra há pouco tempo colhida em um manuscrito pertencente à senhora Viscondessa de Meireles, cuja consulta fizemos por amável interferência de seu genro o senhor Conde de Tovar.

Aquela é sôbre a época em que João du Cros principiou a exercitar o ofício de rei de armas principal e, possivelmente, da sua vinda para o reino, que, como dizemos no estudo em que a publicámos, demarcamos entre 15 de Janeiro de 1491 e 12 de Março de 1492 (10).

A segunda indicação refere-se ao início da feitura do «Livro Grande». No códice da senhora Viscondessa de Meireles acha-se transcrita uma carta de brasão de armas passada em 22 de Fevereiro de 1506 a Sebastião Dias (Picanço), da qual trasladamos o seguinte passo: «*dei o sobred.º Sebastião Dias supp.te as armas contheudas no mejo desta minha certidaõ assim como estaõ asentadas nos liuros da nobreza q̃ em meu poder saõ como juiz della, e assim ficaõ asentadas no liuro do Tombo, q̃ hora ElRey nosso sr. mandou fazer por industria de mi portugal*» (11).



O imperador na sua cadeira da eleição

série), com o título de *António Soares de Albergaria Heraldista do Século XVII—Subsídios para a história da heráldica portuguesa*, do qual foi posta à venda uma separata em Abril do mesmo ano.

A parte referente ao códice iluminado serviu de tema a uma comunicação feita à Associação dos Arqueólogos Portugueses em Assembleia Geral de 28 de Junho de 1928, sob o título de *¿ Quem ordenou e iluminou o «Livro do Armeiro-mor» ?* que saiu em *Arqueologia e História*, Lisboa, 1928, volume VI, publicação destinada aos trabalhos da citada colectividade.

(10) *Organização do Armorial—Método e fontes*, nota 3, na revista *Armas e Troféus*, Lisboa, 1933, volume I, fascículo IV. Dêste estudo foi tirada separata que entrou no mercado.

(11) Códice original do padre Manuel Luís Maldonado, sob pseudónimo de Menaldo Lomon da Silva, com o título de *Primum Vivens da Fenix Angrense, ou Fenix Renascida. No alento do*



Conde de Flandes



Arcebispo de Maguncia



Conde de Normandia



Armas del-Rei D. João II e de sua mulher a Rainha D. Leonor, num só escudo



Armas da Rainha D. Maria, em lisonja



Armas del-Rei D. Manuel I e de sua mulher a Rainha D. Maria, num só escudo



Armas das familias Frazão, Telve, Alcoforado e Homem



Judas Macabeu



Rei de Boemia

Não sabemos a latitude que o rei de armas Portugal deu à expressão «q̃ hora ElRey nosso sr. mandou fazer», mas não poderia ir muito atrás do mês em que tal declarou o encargo cometido pelo soberano. O «Livro Grande» levou, por conseguinte, três anos e meio a fazer.

Uma referência ao livro em uma carta de brasão passada em 2 de Junho de 1506 (12) deixa supor que nessa ocasião, quatro a cinco meses depois da incumbência régia, João du Cros já tinha ordenado o «Livro Grande» pois diz: ...*«e estão registadas no livro da nobreza do tempo que el-rei nosso senhor mandou por mim ordenar»*. É possível que se apressasse a dar cumprimento ao real mandato reünindo os elementos necessários, isto é, registando num livro todos os brasões pela ordem em que deviam ficar ou seja, por termos mais correctos, *ordenando o livro*. O trabalho de pintura, além de demorado, não pôde, de-certo, executá-lo com a presteza que desejaria porque a doença lho impediu, como o mostram as duas cartas missivas do Rei, publicadas pelo senhor Afonso de Dornelas. E grave devia ser a doença para que o monarca se enchesse de tantos cuidados recomendando o seu tratamento e mandando dar-lhe os remédios precisos (13).

Parece-nos que deixamos, agora, suficientemente historiado, o curioso manuscrito quinhentista, de que tantos estudiosos já se ocuparam.



Armas da familia Rita Fria

Seja-nos consentido preguntar, para esclarecimento de uma dúvida que nos alormenta: ¿consultou o senhor doutor Reinaldo dos Santos o original do «Livro Grande» ou seguiu apenas o que Braamcamp escreveu e Carlos Relvas reproduziu?

ser e substancia dos primeiros povoadores da ilha Terceira, na fôlha 222 verso, do qual, dizem Inocêncio e José do Couto, se guardava cópia na Tôrre do Tombo, hoje desaparecida.

Ao nosso consócio senhor Conde de Tovar e à senhora Viscondessa de Meireles aqui deixamos a expressão do nosso reconhecimento pelo valioso auxílio que nos prestaram facultando-nos a consulta de tão curioso manuscrito.

(12) Visconde de Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico, Supplemento*, página 681, carta número LXX.

(13) Além do estudo que já citámos o senhor Afonso de Dornelas publicou outro com o título de *O Livro Grande—Tratado da Nobreza Universal* in *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, Lisboa, 1927, volume II, o qual se pode ler também no volume II dos seus *Apontamentos*, Lisboa, 1931.



Josué, duque



Armas da Casa de Bragança



Rei Artur de Imgraterra

Se folheou o códice referido, se olhou para o seu prólogo, de-certo não teve a seu lado alguém que lhe lesse ao menos as linhas finais e uma certa palavra rabiscada que está por baixo, à qual o autor chama *assinatura de António Rodrigues* (14) e nós, mesmo que o manuscrito o não especificasse, classificaríamos como sinal de quem o iluminou e ordenou.

Não sabemos se o senhor doutor Reinaldo dos Santos vê bem o caso : como S. Ex.ª afirma, estaria lá muito explicitamente António Rodrigues, rei de armas : como nós e o códice dizemos encontra-se, sòmente, o sinal do cargo : *Rey darmas Pourtugall* (15).

Parece que faz alguma diferença.

NOTA

Ao senhor Afonso de Dornelas testemunhamos o nosso agradecimento pelas amáveis referências à nossa contribuïção para o estudo do «Livro Grande», consagrando-nos uma página especial no segundo volume da sua excelente revista *Elucidário Nobiliarchico*, Lisboa, 1929, e na apresentação do *Tratado Geral de Nobreza* escrito pelo Portugal rei de armas António Rodrigues, que a Biblioteca Municipal do Pôrto publicou em 1931, onde transcreve numerosos passos do nosso trabalho sôbre António Soares de Albergaria.

---

(14) Devido à raridade do trabalho do senhor doutor Reinaldo dos Santos, de que foram postos à venda poucos exemplares, transcrevemos a seguir tudo quanto nêle se diz sôbre o códice de que tratamos.

Livre d'Armories

Lisbonne, Archives nationales, Armario dos Tratados
Connu comme «Livro do Armeiro-Mor».
Commencement du XVIᵉ. siècle. Portugais.
[Pl. XXVII]

Parchemin ; feuillets non numerotés ; 0,315×0.405 ; *Traité de la Noblesse* et *Livre d'armoiries du Portugal*. Fait par le roi d'armes Antonio Rodrigues (signé) sur commande du roi Manuel, pour codifier l'héraldique du royaume après les recherches de 1495 à 1509. Ce livro devait être toujours entre les mains du *Armeiro Mor* dont le titre et les fonctions se sont conservés chez les descendants de D. Alvaro da Costa, qui, du temps du roi Manuel Ier, les avait en garde. Le livre même y était encore vers la fin du XIXᵉ siècle lorqu'il a passé dans la bibliothèque du roi Carlos, d'où après la république (1910) on l'a transféré aux Archives nationales. Écrit en portugais, caractères gothiques, daté de *Lisbonne, le 15 août 1509* et signé *Antonio Rodrigues, roi d'armes.*

Relié en velours.

Chaque page est consacrée à un blason. Nous reproduisons (pl. XXVII le *Sacre de Clovis* du fol. 35 v.º.

Le caractère de la décoration fait croire à une influence allemande. D'après Braamcamp Freire (*Brazões*, préambule), toutes les images sont de la même main jusqu'au fol. 135.

On y rencontre quelques physionomies qui ne sont pas dépourvues de caractère.

Bibliographie.—Braamcamp Freire, *Brazões*, vol. I. préambule, Coimbra. 1921.—C. Relvas, *Album de phototypies*, Lisbonne, 1882.

Esta descrição do «Livro Grande» pode fazer julgar ao leitor que êle tem como título e sub-título algumas rubricas que, acima, vão em tipo diferente, mas assim não acontece. O códice não tem título algum e aquêles por que é designado provêm-lhe já de êle ser maior do que o «Livro dos Reis de Armas», por cujo motivo assim o nomeia António Godinho para dêle o diferençar, já da circunstância de estar à guarda do armeiro-mór.

Qualquer dos nomes porque é conhecido resulta de uma necessidade de identificação originada na falta de título, que nunca teve.

(15) A forma porque se encontra escrita a palavra Portugal mostra bem que o foi por quem não tinha perfeito conhecimento da língua portuguesa. Veja-se a reprodução que apresentamos do verso da primeira fôlha do «Livro Grande».

Com raro desassombro êste distinto investigador confessa erros cometidos, confissão que só o eleva no conceito dos seus admiradores, entre os quais nos conta.

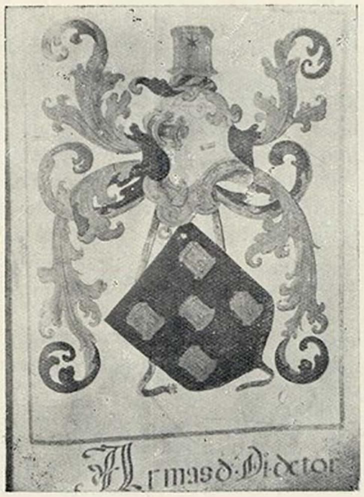
Muito lhe devem a História e a Arte pelos valiosos elementos que tem reünido e pelas espécies que tem salvo e identificado.

Quando o senhor doutor Reinaldo dos Santos encontrou e provou que três das famosas tapeçarias de Pastrana eram de assuntos portugueses, o senhor Afonso de Dornelas descobriu grande parte da inscrição de uma delas e mais três tapeçarias também referentes a Portugal, publicando a êste respeito cinco curiosos estudos no segundo volume dos seus *Apontamentos*.

Por amavel cedência do senhor Afonso de Dornelas apresentamos a maior parte das reproduções das fôlhas do «Livro Grande», que publicou no volume II do «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal».

Fazemos notar que, entre elas, as referentes às armas de Diogo de Tôrres e da família Riba Fria, não foram iluminadas por João du Cros mas por continuadores do códice, ainda não identificados.

Nos dísticos que subscrevem as gravuras só conservamos a grafia das palavras que dão nome aos títulos, já usada pelo senhor Afonso de Dornelas, que a trasladou do índice do «Livro Grande» onde não se manteve a forma das legendas que acompanham as iluminuras.



Armas de Diogo de Torres

Malta e os Grão-Mestres Portugueses da Ordem de S. João de Jerusalém

PELO PROF. CUSTÓDIO CABEÇA

Em Abril de 1927 o *Stella Polaris* levou-nos à Ilha de Malta onde tantas recordações portuguêsas nos foi grato encontrar; há no pôrto marítimo, nas ruas, nas praças, dentro dos museus, obras de arte, monumentos que evocam o nome português.

Entre os monumentos da cidade sobressai a Igreja de S. João, bela pela riqueza de decoração dos seus marmores policromos, das suas capelas e pelas recordações históricas. Começada em 1573 foi consagrada em 1578. Todos os Grão-Mestres profiavam em engrandecê-la sucessivamente e os portugueses lá têm também as suas lembranças: os dois grandes sinos foram presente do Grão-Mestre Manuel Pinto da Fonseca.

Tem a Igreja várias colunas e cada uma com duas estatuas ilustrando a Ordem de S. João: do lado direito, no terceiro arco, há a estatua de Garsia Martinez, um confessor que resignou a capelania ao Rei de Portugal para se dedicar aos escravos, que poderá ter sido a terceira classe da ordem.

Quem era Garsia Martinez que assim escrito parecia de origem espanhola?

No livro «O Balio de Leça» de Arnaldo Gama encontramos talvez a explicação. «Na sacristia da Igreja de Leça e nas paredes laterais viam-se alguns túmulos de antigos cavaleiros da Ordem, metidos nelas, dentro de pequenos arcos. Do lado direito do altar e a pequena distancia dele, havia um ataúde pousado sobre quatro leões, tudo feito de granito, toscamente cinzelado. Na cabeceira deste tumulo via-se embutida na tampa uma pequena pedra de um palmo em quadrado e nela um letreiro aberto a cinzel com caracteres rudes e grosseiros. Este letreiro dizia: Na era de 1244 (Ano de Christo de 1306) morreu na fé de Jesus Christo, no mês de Janeiro, fr. D. Garcia Martins, graão comendador dos cinco reinos de Espanha, nesta religião».

A data da publicação da lenda do século XIV, em 1899, ainda o tumulo se encontra na velha Igreja de Leça do Balio, encostado à parede do lado do Evangelho e pouco acima do baptisterio. Há séculos que nos habitantes da antiga baliagem corre a tradição sobre a santidade do Grão comendador D. fr. Garcia Martins. Tinha sido em Portugal balio de Leça e grão-prior da Ordem do Hospital. Tendo vivido na ultima metade do século XIII e principios do século XIV (1250 a 1300 e tal) foi talvez ainda encontrar os cavaleiros da Ordem em S. João de Acre porque êles aí estiveram até 1291; depois da tomada de Chypre, a Ordem aí fica até 1306, indo então instalar-se em Rhodes. Por isto se vê quanto deve ter sido movimentada a estada de fr. Garcia naquelas paragens.

O logar de comendador dos cinco reinos ou da lingua de Espanha compreendendo Portugal, Leão, Castella, Aragão e Navarra, era importantissimo e superior ao de todos os pilares ou chefes, porque superitendia em todos.

Não sei quando voltou a Portugal, faço porém notar a coincidência do ano da sua morte com a tomada de Rhodes.

No livro citado de Arnaldo Gama se vê ainda que D. fr. Garcia Martins era tido por santo e dele se contavam vários milagres.

A segunda capela à direita é dedicada a S. Tiago e destinada às linguas de Castella e Portugal. Na parede esquerda estão os monumentos de dois Grão-Mestres portugueses que foram D. Manuel de Vilhena e D. Manuel Pinto. O primeiro é de bronze, executado em Itália, ornado com as armas de guerra então usadas e com um grupo comemorando a construção do forte Manuel. É certamente digno de admiração mas de forma alguma se pode comparar com o tumulo dos Medicis em Florença.

O segundo, junto à porta de entrada é em marmore

e tem por cima o retrato de Manuel Pinto, célebre porque ao vê-lo dir-se-hia ser pintado, sendo no entanto feito de belo mosaico.

A quarta capela contem um retrato de S. Francisco Xavier de quem vamos encontrar um outro retrato na Igreja de Jesus.

Vemos ainda no chão a pedra tumular de Fr. D. Antonio Correa de Sousa morto a 27 de Março de 1696 com um escudo esquartelado e tendo o leão amarelo em fundo vermelho, e mais adiante a de Fr. D. Heitor



D. Affonso de Portugal (reprodução do retrato existente no Palacio das Necessidades.

Pinto de Miranda morto a 23 de Junho de 1709. E certamente outras viriamos a encontrar se o tempo o permitisse.

Na cripta ou capela da Cucificação estão as cinzas do Grão-Mestre D. Manuel de Vasconcelos.

Das outras recordações portuguêsas que se encontram na cidade diremos quando falarmos dos Grão-Mestres.

Foi a ordem de S. João de Jerusalem que levou os portugueses áquelas paragens; instituida em Jerusalem os seus cavaleiros são expulsos por Saladino em 1187 e fixam-se no Acre em 1191 onde permanecem cem anos até 1291 e, sendo obrigados a evacuá-lo, tomam Chypre. Quinze anos depois (1306) conquistam Rhodes e denominam-se Cavaleiros de Rhodes; defendem-se de vários ataques turcos sendo o maior em 1840 ficando sempre vencedores, mas em 1522 Solimão II propõe-lhes uma capitulação honrosa e vão estabelecer-se em Malta onde fundam a congregação com o nome de S. João de Malta.

É justamente um século depois que é eleito o primeiro Grão-Mestre português em Malta, 1622, mas o segunda da Ordem de S. João de Jerusalem.

É dos Grãos-Mestres portugueses que procuraremos fazer um rápido esboço, sendo o primeiro na ordem o XI, D. Afonso de Portugal o que nos merece mais atenção pela discordância que existe entre os numerosos historiadores da ordem, quanto á sua verdadeira origem, nome, data da eleição e por fim sobre a causa da sua morte.

São quatro os Grão-Mestres portugueses de que temos noticia, sendo um eleito ainda em Palestina no ano de 1194 e os outros três muito mais tarde, quatro séculos passados, já em Malta.

O eleito de 1194 foi D. Afonso de Portugal que então

devia ter 66 anos de idade (nasceu em 1128); sobre ele se travaram grandes discussões chegando mesmo a negar-se que tivesse existido ou confundindo-o com um seu Tio D. Pedro Affonso irmão bastardo do Rei D. Affonso Henriques. Nas Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta, Fr. Lucas de St.ª Catarina, pag. 21, 22 e 23 ; Lisboa, 1734, encontram-se elementos preciosos sobre a vida de tão ilustre presonagem : «era filho natural do grande Rei D. Affonso Henriques, mas legitimo herdeiro do seu generoso coração e esforço, como discipulo da sua disciplina militar, que o mesmo Rei viu e estimou praticado, quando escalando as muralhas de Santarem o viu em segundo lugar, coroando o muro e atropelando o perigo, preludio que já o vaticinava heroi e confirmava aquele grande espirito que não satisfeito com a estimavel gloria que lhe dera a fortuna de nascer à sombra de uma corôa passou a buscar o berço da Palestina em que o reproduzissem os progressos da sua espada. Estes e os da sua prudência, favorecido do seu alto nascimento o colocaram no trono do Magisterio».

Fr. Manuel de Figueiredo numa Dissertação Histórica e Crítica que escreveu para distinguir D. Pedro Affonso, filho do Conde D. Henrique e D. Pedro Affonso, filho do Rei D. Affonso Henriques, Lisboa 1789, diz : D. Pedro Affonso, filho ilegitimo do Conde D. Henque, foi um grande e valente guerreiro, acompanhou seu irmão na batalha de Ourique ; foi o primeiro chefe da Ordem Militar de S. Bento de Aviz e mais tarde despiu as armas e vestiu em Alcobaça a hábito de Cister, para praticar com mais austeridade o Instituto que já professava, vindo a morrer em 9 de Maio de 1169.

Os arquivos da Ordem de Malta e os documentos em que dá carta de Foral aos povoadores de Figueiró em Maio de 1204 e aos de Vila de Pedrogão em Fevereiro de 1206, confirmam positivamente a existência de D. Pedro Affonso filho ilegitimo do Rei D. Affonso Henriques que depois passa para o Mestrado com o nome de Affonso de Portugal.

O rei D. Affonso Henriques morre no ano seguinte ao da segunda batalha de Santarem, em 1185, e o filho natural vendo-se isolado, vai para a Palestina onde o vamos encontrar em 1194.

Os cavaleiros de S. João expulsos de Jerusalem por Saladino em 1187, seguem para o Norte da Palestina e vão fixar-se em S. João d'Acre no ano de 1191, à beira do Mediterraneo e na mais importante das antigas Ptolomaïs.

É provavel que quando saíu de Portugal tivesse gráu na ordem que já estava instituída no reino, em Leça, depois Leça do Bailio, onde foi o primeiro convento da ordem. E tambem é provavel que lhe servisse de recomendação a estada do Avô, o Conde D. Henrique na Palestina, porque : «não ha couza alguma que nos embarasse a ser por agora provado por aqueles escurissimos e incertissimos tempos que o Snr. Conde D. Henrique voltasse da Palestina» [1].

E Camões, nos Luziadas, canto III :

> Já tinha vindo Anrique da conquista
> Da cidade Hierosolima sagrada,
> E do Jordão a areia tinha visto,
> Que viu de Deus a carne em si lavada.

Naturalmente nas batalhas de Jerusalem contra Saladino em 1187 e nas que se seguiram depois até à fixação no Acre tomou parte D. Affonso de Portugal, o que o fez propor e ganhar a eleição em 1194. Elevado à maior dignidade da ordem, convocou o seu capitulo geral a reunir-se na Cidade de Margato, para confirmar os antigos estatutos e crear outros novos. Foi a creação de novos estatutos e a exigencia da estricta observância deles e dos antigos que determinaram a curta duração da sua mestria. «Era homem de grande coração mas queria ser obedecido e tornou-se tão severo e rigoroso que por isso foi mal querido». Por outro lado ele julgava que para bem da sua reputação e da religião não devia transigir da sua autoridade nem flectir do seu rigor e portanto renunciou o seu alto cargo voltando para Portugal em 1196.

Diversos autores afirmaram que ele era filho de D. Guelvira Paes de Trava, a quem, dizem, D. Affonso Henriques tomou legalmente por primeira mulher e sendo portanto D. Affonso de Portugal seu sucessor legitimo ao trono, causa essa que o fez abandonar o Mestrado da Ordem e voltar a Portugal para se apoderar do trono. Basta lembrar que ele saíu de Portugal quando da morte de Seu Pae e só voltou 11 anos depois de Seu Irmão o Rei D. Sancho ter subido ao trono.

«Como a idade, riquezas e qualidades dos professores da Ordem não tornassem fácil e livre de desgostos a autoridade com que ele quiz fazer uma grande reforma, que ele começou por si, renunciou à dignidade e veiu para Portugal retirando-se para Figueiró e Pedrogão em 1204». Morreu a 1 de Março de 1207.

Na Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa, Liv. I, fol. 61, escrita por D. Antonio Caetano de Sousa lê-se : jaz na Igreja de S. João de Alporão de Santarem (hoje o Museu Arqueológico) da parte esquerda do Altar-Mór, em um nicho ali existente onde se lê :

In aera MCCXXXXV, kalendis Martü obüt F. Alphonsus Magister Hospitalis Hierusalem.
Quisquis ades, qui morte cadis, perlege, plora.
Sum quod eris, fueram quod es, pro me, precor, ora.

A tradução poderá ser talvez esta :

Na era de 1245, Kalendas de Março, morreu o Grão Mestre Affonso da Ordem do Hospital de Jerusalem.

---

1) Nova historia da Ordem de Malta em Portugal, 1800, tomo I, pag. 19.

Sejas quem fôres que caias pela morte, lê com atenção e chora.

Sou o que tu serás, eu tinha sido o que tu és, ora por mim, peço-te.

armas da ordem e as suas armas ou da sua familia . nos números 1 e 4 vê-se a cruz que é a insignia magistral e os números 2 e 3 veem-se nove castelos dispostos 3. 3. 3. Reparando no escudo colocado por baixo do



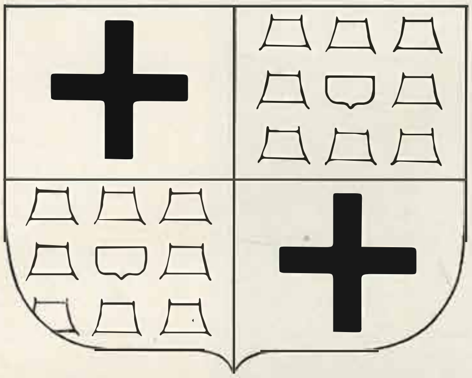
Reprodução de uma fotografia que se vende actualmente em Malta

O Grão-Mestre Affonso de Portugal tem no Museu de Malta duas gravuras em cobre, uma com o seu retrato e a outra com o seu escudo, sendo isto comum a todos os Grão-Mestres. O escudo é esquartelado com as retrato vemos que ele é esquartelado, com a cruz nos números 1 e 4, mas nos 2 e 3 estão as quinas cercadas por 7 castelos dispostos 3. 2. 2.

A confusão sôbre o verdadeiro escudo de Fr.

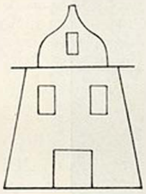
D. Affonso de Portugal é muito grande e dificil de resolver. Ainda em Malta, na escadaria do Museu que é o palácio do Governador há pintado o escudo com 7 castelos e as 5 quinas, lendo-se por baixo : 1194 abdicou.

Na ilha de Rhodes o escudo é esquartelado mas a disposição depois faz-se segundo dois tipos : num há em 2 e 3 os 7 castelos, ao passo que no outro tipo eles



Croquis das armas atribuidas ao Mestre D. Affonso de Portugal (1194-1196).

estão colocados nos 1 e 4. E devemos ainda notar a forma dos castelos que em logar de torres crenadas lembram moinhos.



Croquis do desenho dos castelos das armas de D. Affonso de Portugal

Mais tarde fomos encontrar no *Nobiliaire Universel de France*, vol. 20, pag. 181, de Saint Allais : «Il portait pour armes, de gueules à l'écusson d'argent, chargé de cinc cœurs d'azur, posés 2. 2. 1. à l'orle, de huit tours d'argent maçonnées de sable».

Uma descrição semelhante vem nos *Annales de l'Ordre de Malte*, Vienne, 1889, de Felix de Salles : «de gueules à l'écusson d'argent en abîme, portant cinq autres petits écus d'azur en croix (posées 2. 2. 1.) ceux-ci portant chacun cinq écus d'argent en croix. L'écusson entouré de sept tours (maçonnées de sable). Ou bien : des gueules aux huit tours d'argent semé de cinq cœurs d'azur» [1].

Edouard Henri Furse diz nas suas *Memoires Numismatiques de l'Ordre Souveraine de Saint Jean de Jerusalem*, Roma, 1885, pag. 15 : «de gueules, dans le centre un écusson d'argent portant cinq autres petits écussons en croix d'azur. Les petits écussons portant chacun cinq écus d'argent en croix. L'écusson entouré de sept tours».

Merece particular atenção a referência de Eugéne Harot no seu livro : *Essai d'Armorial des Grands Maîtres de l'Ordre de S. Jean de Jerusalem*, Roma, Collegio Araldico, 1911, pag. 13 : «d'argent à cinq écussons d'azur posés en croix chargés chacun de cinq besantes d'argent, marqués d'un point de sable, posés en sautoir à une bordure de gueules chargés de sept châteaux d'or». Agora o seu comentário : «Tous les heraldiques lui ont attribué les armes de la maison royale du Portugal telles qu'on les connait aujourd-hui, mais il est probable que si il porta jamais des armoiries, ces derniéres ne comportaient pas la bordure chargée de sept châteaux, bordure qui à en croire les anciens auteurs (le pére Anselme Chevillard) aurai été ajouté par le roi Alphonse III (1246-1279) à cause des royaumes des Algarves, qui lui fut apporté par Béatrice de Castille son épouse, ce qui justifie autant mieux que sur les plus anciens monuments ces châteaux à trois donjons d'or ouverts et ajourés d'azur, sont semblables à celui qui figure sur les armes de Castille. De nos jours on les remplace à tort par des simples tours. Or à l'époque oú cette addition fût faite Alphonse de Portugal était mort. La légende rapporte que les cinq écussons d'azur posés en croix chargés chacun de cinq besants, furent prises après la bataille d'Ourique par le Rei Alphonse I (1139-1185) en l'honneur des cinq rois maures qu'il avait vaincu. D'autres y voient les cinq plaies du Christ».

Tendo pedido a autorizada opinião do Ex.^mo Snr. Affonso de Dornellas eis a resposta que ele nos deu e que muito agradecemos :

> «Quando alguém pensou em representar ou em colecionar as armas dos Grãos-Mestres, inventou o que lhe pareceu para aquelas de que não encontrou sêlo ou referencia. Com o velho hábito de copiarem uns dos outros, vieram até nós tremendos disparates que por infelicidade se manteem.
>
> Se quizermos organizar heraldicamente as armas, que pelas leis mais tarde estabelecidas deveria usar ou pertenciam a D. Affonso, teriamos de empregar a cruz azul sobre o campo de prata, carregada a cruz ao centro e nas pontas por 11 besantes, 3. 2. 3. 2. 1.
>
> Ainda para melhor representação heraldica seriam estas armas cortadas em contra-banda por um filete negro, indicando a bastardia.
>
> Como Grão-Mestre esquartelaria estas armas com a cruz de prata em campo vermelho.

1) Livre d'Or des Maitres et Grand-Maitres — Acre et Margat, pag. 310

Ora sucede que o primeiro colecionador das armas dos Grão-Mestres de Malta, o qual existiu já depois de D. Affonso III não sabendo que foi este Rei que cercou as armas de Portugal com a orla dos castelos, desenhou as armas de D. Affonso de Portugal, esquarteladas das armas de Malta com as de Portugal com castelos e tudo. Depois, um mau desenhador, representou o escudete das quinas como se fôsse um dos castelos outros, pouco ou nada adiantam. Houve porém os Archivos de Malta em 7 volumes, dos quais existem só 5, que tratam dos diplomas, bulas, dos Reis de Jerusalem e dos Principes Christãos da Terra Santa ; estes certamente nos poderiam dar as melhores referencias a proposito do Grão-Mestre D. Affonso de Portugal, mas um dos volumes que desapareceram o n.º 5, é o que abrange de 1200 a 1237, e é a época daquele Grão-Mestre. Este volume não existe em Malta, nem o en-



Luiz Mendes de Vasconcellos (reprodução do retrato existente no Palacio das Necessidades).

da orla e aqui tem como V. encontrou umas armas com 9 castelos 3. 3. 3.

O maior número de castelos que há na Armaria Portuguesa de familias é de 7 e pertencem à familia Moura que nada tem com D. Affonso de Portugal que não deixou filhos».

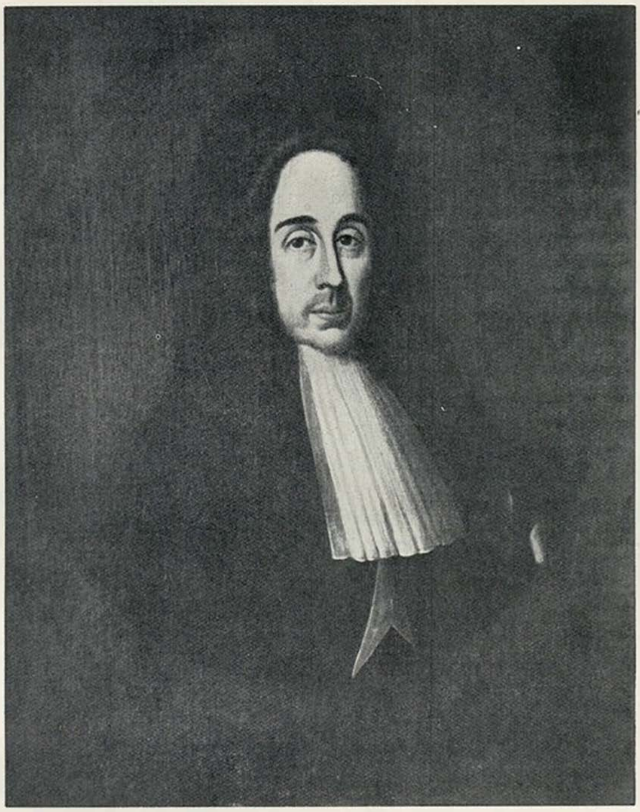
Muito vasta é a bibliografia sobre a ordem de S. João de Jerusalem e dela tenho referencias em mais de 94 trabalhos que devo ao favor de meu Primo e Amigo, o Snr. Alberto Pereira da Costa, mas todos eles são escritos muito posteriormente e copiando-se uns aos contrei em Londres nem em Paris. É possivel que exista em Roma na biblioteca do Vaticano, mas aí não o procurei.

O segundo Grão-Mestre, já eleito em Malta a 17 de Setembro de 1622 foi Fr. D. Luiz Mendez de Vasconcelos que só exerceu o cargo cinco meses e alguns dias pois morreu a 7 de Março de 1623.

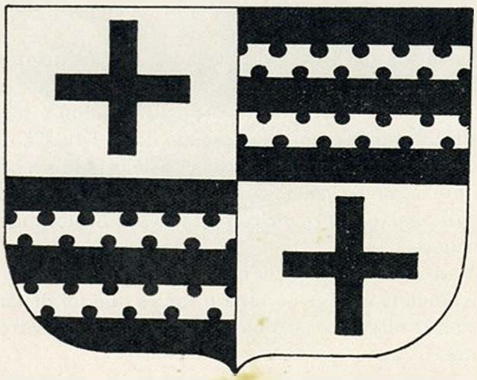
Em Malta o que resta é o seu modesto tumulo na cripta e em Lisboa os apontamentos que pude colher foi na *Nova História da Ordem de Malta em Portugal,* José Anastácio de Figueiredo, tomo III, Lisboa 1800.

Eles dizem : «Era comendador e procurador geral da

Ordem neste reino, quando se expediram as confirmações gerais d'El-rei D. Filipe I. E talvez já seria o Procurador e Recebedor Geral da Ordem que se mandou fôsse presente a todas as contas que se fizessem da renda do Priorado, e comendas, que foram de D. Antonio, em o tempo da sua desgraça e antes da sua privação. Era balio do Acre quando foi eleito Grão-Mestre.



D. Antonio Manuel de Vilhena (reprodução do retrato existente no Palacio das Necessidades).



Croquis das armas existentes no tumulo (crypta) do Mestre Luiz Mendes de Vasconcellos (1622-1623).

O terceiro Grão-Mestre Fr. D. Antonio Manuel de Vilhena foi o maior dos mestres portugueses; começou por ser grande na sua Pátria, pois era de inclita e régia descendência, trazendo a sua origem no esclarecido rei D. Fernando III de Castella, cognominado o Santo; seu Pae foi o General D. Sancho Manuel de Vilhena, 1.º Conde de Villa Flôr, um dos famosos generais que viram as campanhas portuguêsas coroadas de victorias nas linhas d'Elvas e do Ameixial; grande foi em toda longa preparação que fez para ascender ao alto cargo da Ordem de S. João, pois lhe vemos apontados feitos já aos 17 anos de idade e só 42 anos mais tarde êle foi eleito Grão-Mestre, e, grande foi depois de eleito durante os 14 anos do seu reinado quer como guerreiro, quer como administrador, diplomata e humanista.

A estada de D. Antonio em Malta foi muito longa embora o seu reinado durasse só 14 anos a verdade é que nomeado Cavaleiro de S. João ainda em Portugal o vemos já aos 17 anos ao serviço da Ordem em combates no Mediterrâneo contra os Tripolitanos, na tomada do Morea e assim o vemos sucessivamente feito

aos 32 anos Gran-Cruz, depois Grão-Chanceler, Chefe da lingua de Portugal e Castella, Balio do Acre.

Como guerreiro fez construir obras de defeza da Ilha. Quem entra o porto e olha a estibordo vê primeiro um pequeno forte e depois um segundo, maior e que se chama o forte Manuel. Embora o desenvolvimento da Ilha seja maior do lado oposto onde é hoje o porto comercial ou grande porto, talvez já naquele tempo o porto de Marsa Mnscheto, onde hoje estão os navios de guerra ingleses de menor tonelagem, torpedeiros, submarinos, tivesse grande valor estratégico e fôsse portanto o ponto escolhido para a construção do forte. Sob a sua protecção está o lazareto elemento indispensável de protecção à saúde pública naqueles tempos e sob o ponto de vista de imigração.

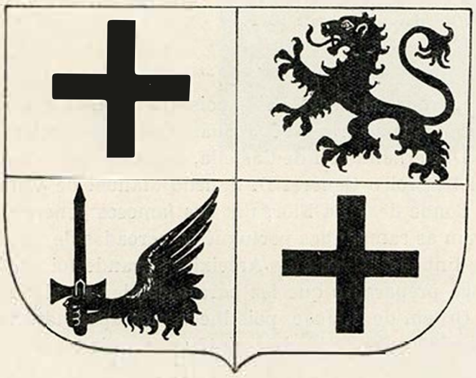
Como administrador fez construir um teatro e os jardins que tiveram o seu nome e hoje mais conhecidos pelo de Floriana nome derivado do italiano enviado do Papa em 1653 e que aí fez construir a fortaleza que tem o seu nome. Mas se os jardins perderam o seu nome, lá está ao fundo, face à Porta Reale a estatua em bronze de D. Antonio Manuel e os restos do seu hospital e casa de repouso para velhos e incuraveis.

Como humanista diz-nos a historia que estas construções foram feitas à sua custa e deixando — ou legando-lhe ainda os meios necesários para a sua sustentação.

É no seu reinado que a Turquia faz a última tentativa de se apoderar de Malta que foi mal sucedida e depois de vários incidentes o governo de Malta entrou em plena concórdia com os diferentes estados europeus, asiáticos e africanos.

Morreu a 12 de Dezembro de 1736 : com 73 anos de idade.

O seu escudo é o seguinte :



Croquis das armas existentes no tumulo de bronze do Mestro Antonio Manuel de Vilhena (1722-1736).

braço armado e alado que é o braço do archanjo S. Miguel pelejando em favor do Rei de Portugal D. Affonso Henriques (Santarem) ; simbolo da ordem de S. Miguel da Aza, alta nobreza, instituida em 1170 e que pouco tempo durou por falta de meios.

Gravuras das moedas cunhadas durante o seu reinado não as poude obter por estarem esgotadas, mas tenho as gravuras das duas medalhas comemorando factos seus.

A de 1725 tem na frente o seu busto lembrando o do Marquez de Pombal, com armadura, tendo sobre o peito direito um leão e ao centro a cruz das oito pontas, como se chamava à cruz de Malta. No reverso da medalha está o forte Manuel cuja inauguração ela comemora: à direita uma nau saindo do porto e ao centro um guerreiro armado e um leão protegendo as armas usadas naquele tempo, espada seta e lança.

Em baixo um letrei indica:

Fortes creantur fortibus.

A de 1729 julgo ser comemorativa do presente que o Papa Bento XIII lhe fez, mercê que Roma só tinha concedido a principes e personagens altamente insignes. Um guerreiro acompanhado do leão recebe das mãos duma mulher, a fé, a religião ou a egreja, um estoque e um capacete: por detraz da mulher estão dois anjos alados um com a cruz de Cristo na mão direita e na esquerda um calix; o outro tem na mão esquerda um livro e com a direita aponta ao guerreiro onde o seu nome vai ser inscripto.

Em cima um letreiro diz:

Insignis' Gloria' facti

E no fundo de tudo as chaves de S. Pedro e a mitra Papal.

O quarto Grão-Mestre foi Fr. D. Manuel Pinto da Fonseca eleito em 1741, pela morte do Grande Manuel de Vilhena em Dezembro de 1736 tinha sido eleito Grão-Mestre Raymond d'Espuig; Senescal e Balio de Maiorca, descendente duma distinta familia residente nessa Ilha. A sua mestria durou quatro anos e poucos mêses voltando outra vez para o dominio português.

Se Fr. Emmanuele Pinto, como lá se escreve, não tem em Malta tantas recordações como D. Antonio Manuel de Vilhena, as que tem são belas e dignas de admiração.

Quem sobe do porto pelo elevador aos jardins de Floriana, encontra logo o Albergue de Castella, que como se sabe esteve ligado com Portugal; olhando o torreão central vemos à esquerda o escudo de castella e à direita o de Portugal com as quinas e castelos. Mais a baixo, e sobre a grande janela central o escudo de Fr. Manuel e mais abaixo, sobre o rico portal o seu busto, tudo em marmore.

O albergue de Castella e Portugal é o mais rico dos que ainda existem e só falta o inglês que foi deitado a baixo, tendo-se construido no seu logar o teatro da Opera.

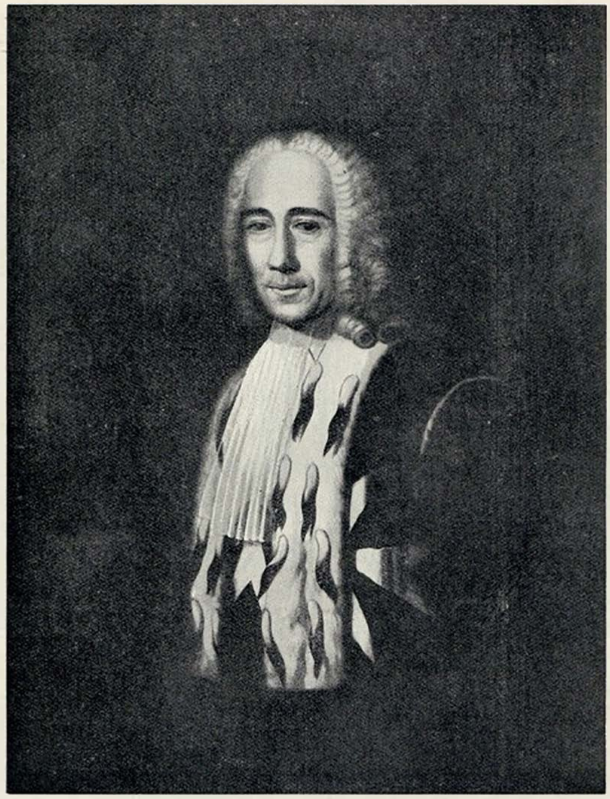
O Albergue é hoje um museu onde há muitas armaduras e armas de guerra daqueles tempos.



Reprodução da folha XXXVIII de uma obra desconhecida. (Foi a mesma folha adquirida em Malta).



Reprodução da folha XXXIX de uma obra desconhecida. (Foi a mesma folha adquirida em Malta).



Manuel Pinto da Fonseca (reprodução do retrato existente no Palacio das Necessidades).

No museu da Ordem de S. João há vitrines com as moedas mandadas cunhar pelos Grão-Mestres. Tenho a reproducção de 10 cunhagens mandadas fazer por Fr. Manuel em ouro, prata e cobre e correspondentes aos anos - 1741 - 54 - 56 - 61 e 64.

O seu tumulo na Igreja de S. João é belo e a ele me referi já atraz.

Em 1769 creou o Grão Mestre Pinto uma Universidade onde eram concedidos graus académicos aos estudantes. Em 1756 fundou uma imprensa, utilizada



Albergue de Castela e de Portugal



Reprodução da folha XXV de uma obra desconhecida. (Foi a mesma folha adquirida em Malta)

pelo público, mas principalmente destinada à impressão da bula da Sª. Cruzada e que funcionava no próprio palácio do Magistério.

D. Manuel Pinto da Fonseca nasceu em Lamego em



Reprodução de um postal que se vende actualmente em Malta

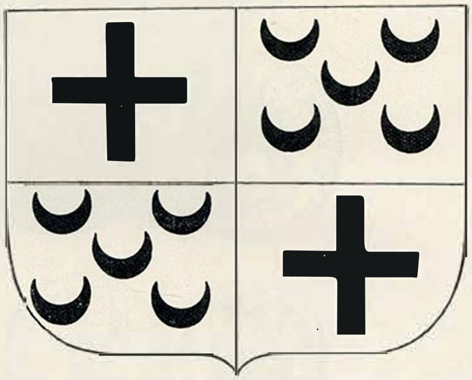
1681 e passou depois ao Porto onde foi nomeado juiz ordinário e conservador da Ordem de Malta. Quando foi para a Ilha era Grão Mestre D. Manuel de Vilhena.

Eleito para a mestria em 1741 dele vemos as melhores referencias nos: Annales Historiques de l'Ordre Souverain de St. Jean de Jerusalem, depuis l'année 1725 — época em que termina a: Histoire de l'Ordre de Malta — do abade francês René Vertot, impressos em S. Petersburgo, em 1779, na Imprensa Imperial.

Esses *Annales Historiques,* dizem-nos : «Em 1471 foi eleito Emmanuel Pinto, português, que reinou trinta e dois anos com glória e consideração. Era um Principe dum grande caracter, que pelas suas qualidades distinctas, pelo seu espirito tão amavel como esclarecido, soube conciliar a estima dos seus vassalos, o respeito dos seu Cavaleiros, a amizade dos Principes da Europa e a estima universal. Pode dizer-se dele que os seus Estados eram muito pequenos para a Grandeza do seu génio.

No palácio do actual governador há um retrato pintado a oleo da Imperatriz Catarina da Russia muito reduzido de volume é certo, e por ela oferecido ao Grão-Mestre Pinto.

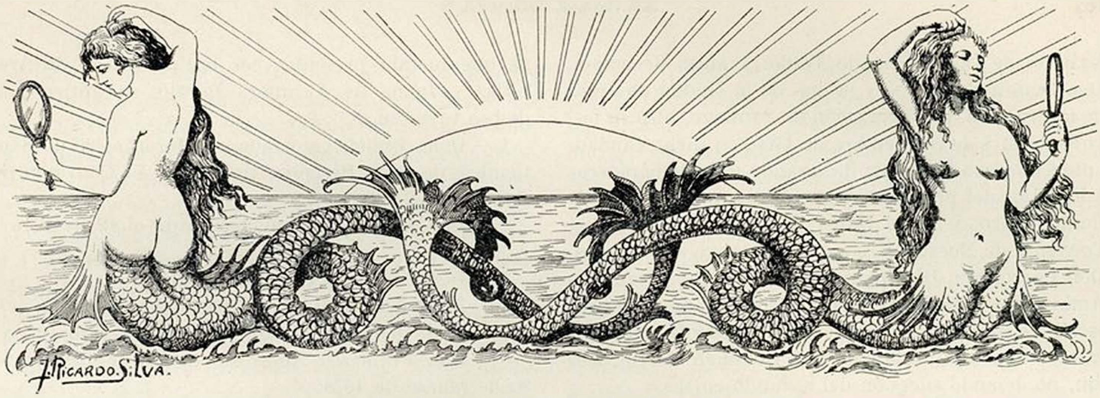
O seu escudo é o seguinte:



Croquis das armas existentes no tumulo do Mestre Manuel Pinto da Fonseca (1741 a 1773).

Morreu em 1773 com 92 anos de idade e 32 de reinado.

Lisboa, Julho, 1932.



LOS RIVERO
de Freixedas, Moron y Jerez de la Frontera
Datos para su historia genealogica y nobiliaria

POR EL MARQUÉS DE CIADONCHA

En memoria del Ill.mo Señor Don Joaquin M.ª Rivero y Gonzalez, modelo de Caballeros, patriotas, monarquicos y ciudadanos cuyo recuerdo y profundo cariño conservara siempre

EL AUCTOR

RIVERO

Este ilustre y nobilisimo linaje, que radicó en Moron y Jerez de la Frontera, tuvu su origen de Portugal, de una noble casa solar centenaria radicada en el lugar y feligresia de Freixedas, situado en Beira Baixa, comarca y concejo de Pinhel. Tenia en 1757 trescientos cincuenta e tres hogares y su iglesia de San Martin Obispo, correspondiente al Obispado de Lamego, distrito de Guarda.

Su blason es un escudo de sable (negro) con tres fajas veradas y contraveradas de plata y gules. Al timbre un leon negro, fajado de plata, como consta en la carta de armas o certificacion de blasones espedida por nuestro antecesor Don Juan Alfonso de Guerra y Sandoval, Cronista Rey de armas de Don Felipe V, el 28 de Octubre de 1727, a favor de Don Domingo Martin y Rivero, Capitan de Dragones del Regimento de Lusitania, a que haremos referencia al tratar de la siguiente genealogia:

I — DON SIMON RIVERO, marido de Doña Maria Hernandez, vecinos del lugar y feligresia de las Freixedas, termino de la villa de Pinhel, en Portugal, que de sus proprios bienes y hacienda instituyeron y fundaron una Capellania, nombrando para desempeñarla a su hijo el Prebistero Don Esteban, y al fallecimiento de éste por patronos a su nieto Don Francisco, hijo de Don Domingo y a sus dos biznietos Don Juan y Don Pedro Rivero y a sus descendientes perpetuamente.

De aquel enlace fueron hijos los mencionados Don Domingo, Don Esteban, Clérigo y Fray Simon Rivero y Hernandez, Religioso del de San Francisco de Paula.

II — DON DOMINGO RIVERO Y HERNANDEZ, otorgó su testamento el 14 de Octubre de 1672 en la villa de Moron de la Frontera, (Cadiz) por testimonio del Escribano Pedro Martinez; manda que su cadaver sea sepultado en Iglesia parroquial de San Miguel, vestido con el habito de San Francisco de Asís;instituye por heredero de sus bienes y de los que le pertenezcan en el Reino de Portugal a Doña Francisca Rivero, mujer de Don Domingo Martin y a Don Francisco Antonio Rivero y Gonzalez, sus hijos legitimos y de su mujer Doña Isabel Gonzalez, con la cual habia contraido matrimonio en la de Moron el 22 de Enero de 1640.

La Doña Isabel Gonzalez de Leon, hija de Don Antonio Gonzalez y de Doña Maria de Juan, siendo mujer

legitima de Don Fernando Valdés y antes del citado Don Domingo Rivero y vecina de la ciudad de Jerez de la Frontera, en la collación de Santiago, hizo su testamento el 8 de Septiembre de 1700, en dicha Ciudad, ante Francisco Marquez: declarando por sus herederos a los hijos del primer matrimonio: Don Francisco Antonio Rivero, y Doña Isabel Gonzalez, Religiosa del Convento de Nuestra Señora de Gracia, y a los nietos, Don Pedro, Don Domingo, Doña Lucia, Don Francisco Ambrosio y Don Juan Rivero Gonzalez, en representación de su hija Doña Francisca de Paula Rivero Gonzalez, entonces difunta y de Don Domingo Martin Sendin, no dejando sucesión del segundo enlace.

Consta la limpieza de sangre del Don Francisco Antonio y Doña Francisca de Paula Rivero Gonzalez, hermanos, en una información testifical hecha en el Reino de Portugal, villa de Pinhel, ante el Juez Carlos Pinto de Fonseca, y Escribano Luiz Pinto Caldera, fecha 15 de Octubre de 1700.

Doña Francisca de Paula Rivero y Gonzalez fué bautizada en la Parroquia de Moron de la Frontera el 20 de Febrero de 1650, por Don Pedro de Angulo Balbuena, Cura de las Iglesias de la misma y siendo su padrino Don Francisco Bellido. El 31 de Mayo de 1665 contrajo matrimonio con Don Domingo Martin Sendin y Gonzalez, hijo de Don Jacinto Martin y de Doña Isabel Gonzalez, natural del lugar de San Cristobal, en el Reino de Galicia, cuya unión bendijo el licenciado Diego Blas, de que fueram presentes por testigos Diego de Arenillas y Juana de Alcantara Parejo, su mujer. Los dichos tuvieron a

1 — Doña Isabel, bautizada en Moron el 29 de Septiembre de 1666, Religiosa profesa en el Convento de Santa Maria de Gracia.

2 — Don Juan Francisco, bautizado el 12 de Febrero de 1669;

3 — Don Pedro, el 4 de Junio 1671;

4 — Doña Lucia, el 25 de Deciembre de 1673;

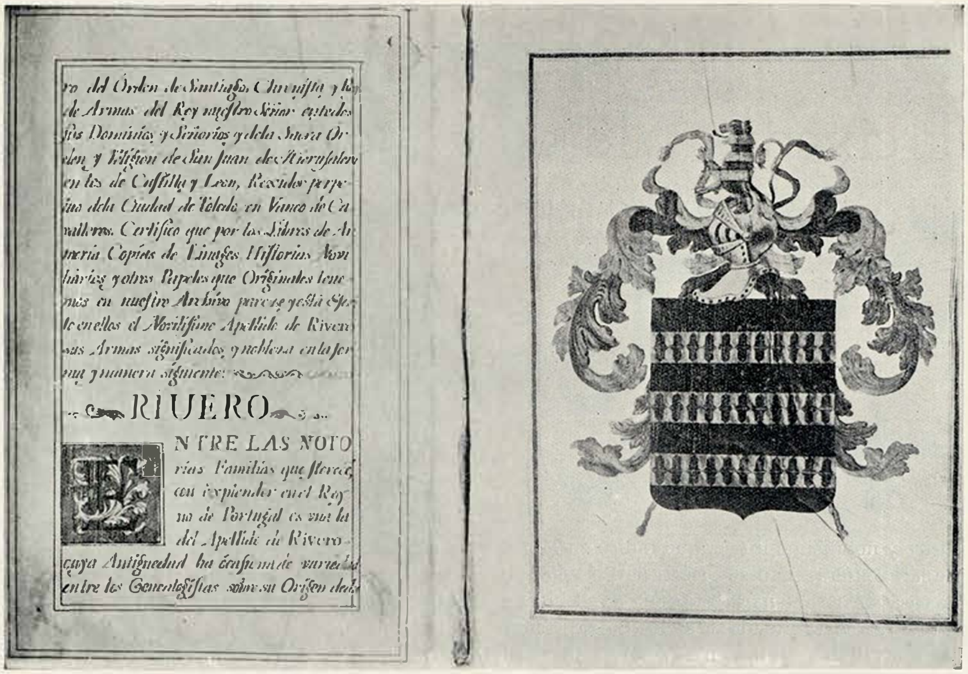
5 — Don Domingo, el 26 de Febrero 1676; y

6 — Don Francisco Ambrosio Martin y Riviero el 30 de Marzo de 1678;

El Mayor Don Juan Francisco Martin Rivero casó el 12 de Septiembre de 1694 en la Parroquial de Santiago de Jerez, con Doña Josefa Maria Rodriguez hija de Don Agustin Rodriguez y de Doña Maria Magdalena, padres aquellos de

Don Agustin Salvador Rivero y Rodriguez, como se prueba por la partida de su bautismo, verificado en dicha Iglesia de Santiago el 15 de Agosto de 1698.

Dicho Don Pedro Martin Rivero y su hermana Doña Lucia, por si y en nombre de Don Domingo Martin Rivero, ausente, hicieron Información testifical de ser familia ilustre, cristianos viejos, limpios de toda mala raza ante el Señor Don Andrés Benitez de Saona, Alcalde ord.º de la Ciudad de Jerez de la Frontera, en 7 de Septiembre de 1723, por testimonio del



Reprodução de parte do certificado das armas de Rivero

Escribano Don Francisco Gallegos, y en virtud de requisitoria de éste, se hizo otra información en el lugar de San Cristobal, el 13 de Deciembre del mismo año, para justificar su linea paterna, cuyo testimonio escrito en ochenta y ocho hojas, fué autorizado signado y firmado por Alonso José de la Cuesta, Escribano publico e del numero de Jerez de la Frontera, el 11 de Noviembre de 1724, el cual legalizaron tres Escribanos.

A continuación tiene certificado que dice así: «Francisco Gallegos Escribano del Rey nuestro señor, publico del numero de esta Ciudad de Xerez de la Frontera, doy fé que hoy de la fecha de éste, por auto provehido ante mi, por el Sr. Don Luis Francisco de Medina Estupiñan Villavicencio, Alcalde ordinario de esta dicha Ciudad, se mandaron protocolar y protocolaron las probanzas que han hecho en sus informaciones Pedro Martin Rivero Sendin y sus hermanos por originales en el libro de registro de escrituras publicas de esta Ciudad. Y por que conste donde convenga a pedimento del dicho Pedro Rivero, doy el presente en Xerez de la Frontera en ella en veinte y seis de Septiembre d mil setecientos y veinte cuatro as — Está firmado — Franc.°, gallegos Esc.° puc.°—»

Como hemos dicho, Don Juan Alfonso de Guerra y Sandoval, Cronista Rey de Armas del Rey Don Felipe V, con fecha 28 de Octubre de 1727, expedió un Despacho confirmatorio de hidalguia y blasones a pedimento de dicho Don Domingo Martin Rivero y Sendin, Capitan de Dragones del Regimento de Lusitania, en que los escudos que le correspondian por cada apelido. (La minuta original se encuentra en la Biblioteca Nacional — Manuscritos 11795 — f.° 1284 y el documento lo poseen los descendientes en Jerez)

Segun testimonio dado por Don Jeronimo Caezas y Don Pedro Lopez Pacheco, Escribanos mayores del Cabildo de la repetida ciudad de Jerez, su fecha en ella a 4 de Abril de 1733, consta que desde el año 1731, en que habian ejercido la escribania mayor del Cabildo, en los repartimientos y cargas concejiles y pechos que se habian realizado, asi de caballos como de armas y otros, no se habia incluido el Capitan Don Domingo Martin Sendin Rivero, ni Don Pedro Sendin Rivero, ni Don Agustin Sendin Rivero ni por los libros de veinte años antes, que habian reconocido, constaba ni parecia haberseles repartido cosa alguna por razón de pechos, con que contribuian los del estado llano, vecinos de la ciudad; que no se habian ejectuado padrones de vecindario con distinción de hidalgos y hombres llanos, sino unicamente se habia observado el guardar a cada uno el que le correspondia, a unos por notoriedad antigua y a otros por haber constado su calidad con papeles y despachos que habian hecho notorios en el Ayuntamiento, que era lo que en razón de la costumbre podian decir.

Existe ademas una Real Carta de hidalguia, expedida en la Real Chancilleria de Granada a 15 de Junio de 1733, firmada de los Alcaldes de hijosdalgo de ella, Don Hermenegildo de Abalos, Don Sancho de Inclan de Iguarda y Don Francisco Manresa, Chanciller Mayor Don Agustin Duarez Uribe, registrada de Don José Luzuriaga Villavicencio, refrendada de Don Nicolas José de Robles y Velasco, Escribano mayor de los hijosdalgo del Reino que la hizo escribir por acuerdo de los Alcaldes , a favor de los dichos Don Domingo Martin Sendin y Riviero y consortes, Don Pedro y Don Agustin Sendin Rivero, vecinos de Jerez de la Frontera. A continuación de la Real Carta se halla el acuerdo de la dicha Ciudad, en que consta que habiendo sido llamados para leer el Real Despacho de S. M. y Señores de la Sala de hijosdalgo, librado a favor del Capitan Don Domingo Martin Rivero y consortes, con objeto de que se les recibiese en el estado de hijosdalgo, habiendolo oido, la obedecieron con el acatamiento y respeto debido y acordaron se guardase cumpliese y ejectuase lo en él prevenido, quedando copia en el libro capitular y devolviendo el original con el testimonio del acuerdo y asi lo mandaron.

III — DON FRANCISCO ANTONIO RIVERO Y GONZALEZ, hijo de Don Domingo y de Doña Isabel, nació en Moron de la Frontera y fué bautizado en su Iglesia Parroquial el 12 de Enero de 1666; casado en la de Santiago de Jerez, el 21 de Septiembre de 1687, con Inés Camacho, cuyos padres se llamaron Don Francisco Nuñez y Doña Margarita Rivero. Aquellos procrearon a

IV — DON PEDRO AGUSTIN RIVERO Y CAMACHO, natural de Jerez de la Frontera bautizado en la Parroquia de Santiago el 3 de Junio de 1691. Fué Cadete, y Alcalde ordinario de Jerez. Se desposó y veló en aquella Parroquia el 4 de Agosto de 1723, con Doña Inés Patricia Beato de Rojas y Mateo de los Buenoshijuelos. Esta Señora habia sido bautizada en la de San Juan de Letran de Jerez, el 24 de Marzo de 1708, constando ser sus padres Don Nicolas Beato de Rojas y Benitez, nacido y bautizado en la misma el 19 de Julio de 1655, y su mujer Doña Josefa Teodora Franco Moreno de Sierra Garcia Palomino Rendon, en la de San Dionisio de Jerez el lunes, 7 de Octubre de 1669, casados en la de San Miguel el 5 de Junio de 1707, constando que él era viudo de Doña Leonor Maria Portocarrero ; abuelos paternos, Don Pedro Beato de Rojas y Sierra, bautizado en la de San Juan de Letran, el 20 de Enero de 1614, y casado el 18 de Abril de 1638 en la de Santiago de Jerez, con Doña Inés Benitez de la Sierra ; abuelos maternos Don Bartolomé Moreno Franco y Doña Maria de Alfaro Sierra y Vargas, desposados y velados en la de San Miguel el 27 de Febrero de 1658, y él bautizado en la misma el 11 de Mayo de 1635 ; bisabuelos paternos Don Anton Beato de Rojas y Gonzalez, cuyo bautismo recibió el 27 de Enero de 1585 y Doña Maria de Sierra, desposados el 3 de Febrero de 1608; Don Nicolas Mateos y Doña Juana

Benitez; bisabuelos maternos, Don Pedro Moreno Franco y Doña Elvira de Espino y Morales, casados en la Parroquia de San Miguel de Jerez, el 25 de Junio de 1634; Don Diego Felipe de Sierra y Vargas y Doña Magdalena de Alfaro; terceros abuelos paternos, Don Anton Beato de Rojas e Doña Beatriz Gonzalez; Don Pedro Garcia Constantina y Doña Teresa de Sierra, maternos Don Andres Franco y Doña Maria Gutierrez, desposados el 9 de Febrero de 1603, en la dicha de San Miguel; Don Bartolomé Gonzalez Torvisco y Doña Maria Espino; cuartos abuelos Don Pedro Fernandes Franco y Doña Catalina Fernandez Rendon; Don Diego Garcia y Doña Antonia Garcia.

Dicha Doña Inés Beato de Rojas otorgó testamento por poder de su marido Don Pedro Augustin Rivero Camacho, el 28 de Abril de 1774, ante el Escribano Antonio Dominguez Julian, declarando por hijos:

1º — Don Francisco, Presbitero, bautizado en la de San Juan de Letran, el 4 de Septiembre de 1729 y fallecido antes que su padre;

2º — Doña Inés;

3º — Don Nicolás, bautizado el 17 de Enero de 1732, Alcalde mayor y de la Hermandad por el estado de hijosdalgo de Jerez de la Frontera el año de 1792 y Procurador general el de 1758;

4º — Don José, de quien trataremos mas adelante;

5º y 6.º — Don Domingo José y Don Vicente, gemelos, bautizados el 24 de Enero de 1748;

7º — Doña Maria del Rosario;

8º — Don Pedro Agustin; y

9º — Doña Josefa Rivero y Beato de Rojas.

Dicho Don Pedro Agustin Rivero y Beato de Rojas, recibió el bautismo en la de Santiago de Jerez el 19 de Febrero de 1751, casó con su prima Doña Maria Rivero y Palomino, hija de Don Juan Rivero Gonzalez y de Doña Inés Palomino y Rendon, nieta de Don Antonio Rivero Cabeza Leal y de Doña Isabel Gonzalez, biznieta de Don Juan Rivero Cabeza Leal y de Doña Maria Franco Mateo de los Buenoshijuelos, de Don Esteban Gonzalez y de Doña Ana Roman Rodriguez.

La mencionada Doña Ines Palomino y Rendon era hija de Don Fernando Martin Palomino y de Doña Maria Luisa de Medina y Durán, desposados en la del Salvador de Jerez, el 14 de Abril de 1716, nieta paterna de Don Pedro Palomino Boto, bautizado en la misma el 22 de Noviembre de 1643 y Doña Maria Rodriguez Conte, casados el 15 de Agosto de 1672, y materna de Don Alonso Martin de Medina y Doña Ines Durán y Cañas, velados en 1º de Noviembre de 1695 en la del Salvador de Jerez, biznieta de Don Lázaro Martin Palomino y Doña Maria Boto, de Don Pedro Rodriguez y Doña Jeronima Conte, tercera nieta de Don Pedro Fernandez y Doña Leonor Palomino, de Don Domingo Martin y Doña Maria de Medina, de Don Domingo Durán y Doña Isabel de Cañas.

Este Don Domingo Durán Rodriguez, era hijo de Don Pedro Domingo Durán y Doña Magdalena Rodriguez, nieto de Don Domingo Durán Jimenez y Doña Juana Gomez Franco, biznieto de Don Pedro Garcia Palomino Rendón y Doña Juana Jimenez Pineda y tercero nieto de Don Pedro Garcia Palomino Rendon, de esta ilustre casa, que obtuvo ejecutoria de nobleza, Don Vicente Maria Rivero y Beato de Rojas con sus dos hijos Don Juan y Don Cayetano Rivero se encuentran inscritos como hijosdalgo en el padron formado en Jerez el año 1792.

V — DON JOSE RIVERO Y BEATO DE ROJAS, nació en Jerez de la Frontera y fué bautizado en la Parroquia de San Juan de Letrán, el 18 de Febrero de 1734; consta empadronado como hijodalgo, con su madre y hermano el 7 de Marzo de 1752 y su fallecimiento en la misma ciudad, el 2 de Agosto de 1778. Habia contraido matrimonio el 11 de Mayo de 1761 en la ciudad del Puerto de Santa Maria, con Doña Maria Josefa de la Herran y Diaz, bautizada en ella el 17 de Abril de 1743, hermana de Doña Isabel y Don Juan de la Herrán y Diaz, é hijos todos de Don Nicolas de la Herrán y Bejarano y Doña Sebastiana Petronila Diaz Torrero, naturales del Puerto de Santa Maria, donde casaron el 25 de Octubre de 1733; nietos por linea paterna de Don Nicolas de la Herrán y Doña Isabel Bejarano, y por la materna de Don Juan Lorenzo Torrero y Doña Francisca Enriquez.

Dicha Doña Maria Josefa de la Herrán y Diaz, en virtud de poder, testó en nombre de su marido, ante Diego de Flores Riquelme, el 29 de Julio de 1779, en el que declaran por hijos a:

1º — Don Pedro Agustin;

2º — Doña Ines;

3º — Don José;

4º — Doña Josefa;

5º — Don Sebastian; y

6º — Don Luis Rivero y de la Herrán.

La citada Doña Ines Rivero y de la Herrán, fué bautizada en la de Santiago de Jerez el 10 de Noviembre de 1766 y contrajo matrimonio en de de San Marcos con Don Pablo Perez Seoane y de los Reyes, en la misma ciudad el 22 de Marzo de 1796; siendo su hijo Don Manuel Perez Seoane y Rivero 1º conde de Velle desde 1850, bautizado el la del Sagrario de Sevilla el 24 de Noviembre de 1803, de cuyo enlace con Doña Maria Josefa Marín y San Martin, nacieron:

1º—Don Pablo Perez Seoane Marin Rivero y San Martin, bautizado en Granada parroquia de San Justo el 20 de Octubre de 1831, 2º Conde de Velle 1860, Caballero investido con el Colar de la Orden de Carlos III, marido de Doña Enriqueta Roca de Togores y Corradini, Condessa y primera Duquesa de Pinohermoso, Condesa de Villaleal. Son sus hijos: Don Manuel Perez de Seoane y Roca de Togores, actual Duque de Pi-

nohermoso, Conde de Velle, Caballero de la Inclita y Soberana Orden Militar de San Juan de Malta y Vice--Presidente del Real Cuerpo Colegiado de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid, Primer Introductor de Embajadores, Ministro Plenipotenciario de primera clase, Gran Cruz de Carlos III é Isabel la Catolica, etc. ; Gentilhombre de Camara de S. M. con ejercicio y servidumbre y Don Juan Nepomuceno, Conde de Riudoms, Caballero de San Juan de Malta Camarero Secreto de Espada y Capa de Su Santidad. Gentilhombre de Camara de S. M., y D. José, Conde de Villaleal.

2° — Don Manuel Perez Seoane Marin y Rivero, primer Conde de Gomar, desde 1875, que de su esposa la Señora de Villalobos, tuvo á Don José Perez de Seoane y Villalobos, segundo Conde de Gomar desde 1901. Titulo que hoy posee D. Manuel Perez Seoane y Fernandez de Salamanca, desde 1919.

VI — El primogénito DON PEDRO AGUSTIN RIVERO Y DE LA HERRAN, nació en el Puerto de Santa Maria, siendo bautizado el jueves 14 de Enero de 1762. Fué inscrito como hijodalgo, en los padrones de los años 1782, 1783 y 1791, é hizo su testamento el 2 de Octubre de 1819 ante Don Cristobal Gonzalez Barrero. Su matrimonio se verificó en la Parroquia de San Marcos de Jerez, el 21 de Diciembre de 1791, con Doña Tomasa de la Tixera y Menchaca. Esta Señora habia sido bautizada en la misma, el 26 de Diciembre de 1765, hija de Don Francisco Antonio de la Tixera y de la Fontecilla, natural de Llanes, que recibió las aguas del bautismo el 10 de Octubre de 1728 y obtuvo Real Titulo de declaracion de nobleza, dado en Aranjuez el 30 de Abril de 1791, refrendado por Don Miguel de Aizpuru y Redin ; y de Doña Isidora de Menchaca y Triano, bautizada en la de San Dionisio de Jerez, el 24 de Diciembre de 1733, desposados el 4 de Abril de 1764, en el Puerto de Santa Maria ; nieta paterna de Don Francisco de la Tixera y Arroyo, bautizado el 20 de Julio de 1692, en Llanes, y Doña Maria Antonia de la Fontecilla y Perez, casados el 2 de Abril de 1715, en el lugar de Irias y materna de Don Antonio de Menchaca y Saez, nacido en Budia y Doña Tomasa Triano y Lopez, desposados en la de San Marcos de Jerez, el 22 de Enero de 1723 ; biznieta paterna de Don José de la Tixera y de la Fontecilla y Doña Maria del Arroyo y Susvilla, de Don Francisco de la Fontecilla Valle y Doña Maria Perez, vecinos del lugar de Irias, y materna de Don Antonio de Menchaca y Doña Francisca Saenz, de Don Manuel Triano y Doña Maria Lopez.

De Don Pedro Agustin Rivero y de la Herrán y Doña Tomasa de la Tixera, resultaron por hijos :

1° — Doña Maria del Rosario ; casada com D. José Rivero y de la Herrán ;

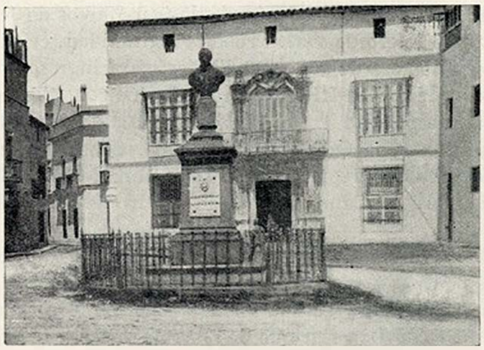
2° — Don Joaquin ;

3° — Don Francisco ;



DON RAFAEL RIVERO DE LA TIXERA

4° — Don Rafael ; nombre ilustre modelo de Patricios, gran patriota, que acaudillo una pleyade de jerezanos ilustres que enriquecieron la ciudad dotandola con la primera linea ferrea de las construidas en Andalucia y la tercera de las que se hicieron en España, surtiendola ademas del rico manantial de aguas de Tempul. Dotado de gran corazon, modelo de caridad cristiana, atendió personalmente con solicitud paternal



JEREZ Casa solar de los RIVERO en la Plaza de Don Rafael Rivero, con su estatua.

a los colericos en el año 1854, socorriendolos ademas con la mayor explendidez. Perpetua su memoria un monumento en bronce, en la plaza que lleva su nom-

bre, delante de la tipica y señorial casa de su apellido.

Fue comendador de la Ordem de Carlos III desde el 5 de Diciembre de 1854, Comendador de Isabel la Catolica en el mismo dia (por sus meritos en la citada epidemia, y a pesar de la renuncia que hizo de la merced por su excesiva modestia). Senador del Reino en 29 de Marzo de 1867, de que tomó posesion en 13 de Juino. Fallecido en su casa solariega de Jerez el 11 de Agosto de 1881.

5° — Doña Maria de la Paz, casada con Don Enrique de Oneale y Saelices ;

6° — Doña Josefa, esposa de Don Miguel de Giles ;

7° — Doña Maria de las Mercedes, casada con Don Francisco Oneto, padres de Don Francisco y Doña Mercedes, que de su enlace con Don Pedro Simó, tuvo a Don Pedro, Doña Josefa y Doña Maria de las Mercedes.

8° — Doña Maria de las Angustias Rivero y de la Tixera, esposa de Don José de Lacoste.

Doña Maria del Rosario Rivero y de la Tixera, bautizada en la de Santiago de Jerez el 26 de Febrero de 1794, casó con su tio Don José Rivero y de la Herrán, Magistrado de la Audiencia de Sevilla, el 25 de Agosto de 1819 y tuvo a Doña Maria del Rosario Rivero y Rivero, natural de Sevilla, bautizada en la del Sagrario el 25 de Mayo de 1826, la cual contrajo matrimonio con Don Fernando Rodriguez de Rivas y Garcia de Tejada, primer Conde de Castilleja de Guzmán (1866), padres estos de Don Fernando, segundo Conde desde 1874, titulo este que hoy posee Don Joaquim Rodriguez de Rivas y de la Gandara, desde 1906 ; Don Anselmo y Don José Maria, Marqués de Angulo Caballeros de la Orden Militar de Santiago (para cuyo ingreso probaron la nobleza del su apellido materno Rivero) y de Doña Maria del Rosario Rodriguez de Rivas y Rivero, natural de Sevilla, bautizada en la del Sagrario el 4 de Diciembre de 1849, esposa de Don Juan de Cardenas y Espejo.

Don Francisco Maria del Rosario Rivero y de la Tixera, recibió el bautismo en la de San Marcos de Jerez el 23 de Enero de 1799. Probó la legitimidad, cristiandad y nobleza de sus ascendientes, para ingreso en la Orden de Carlos III, cuya gracia le fué concedida por Real Decreto de 1° de Marzo de 1833, y en la Real Maestranza de Caballeria de Ronda, Caballero de la Orden de San Juan en 14 de Diciembre de 1874, Gentilhombre de Camara de S. M. el 18 de Septiembre de 1833.

Dicha Doña Maria de la Paz Rivero y de la Tixera fué bautizada en la de San Marcos de Jerez, el 27 de Enero de 1802 y casada en la misma el 16 de Mayo de 1827 con Don Enrique de O'Neale y Saelices, natural del Puerto de Santa Maria, descendiente de los O'Neale de Ballyneale, rama segunda de la casa Real de Ulster, por Constantino, hijo segundo de Nial VII, familia que fue despojada de sus feudos y desterrada de Irlanda en 1692, viniendo a España, residiendo algunos años en Coruña y estableciendose definitivamente en el Puerto de Santa Maria, en cuyos padrones de nobleza constan inscritos desde aquella epoca.

Aquellos fueron padres de Don Enrique, Don Patricio, Teniente-coronel de E. M. D. Francisco, comandante, Doña Tomasa y Doña Rosario.

El mayor, Don Enrique O'Neale y Rivero, fue esposo de Doña Isidora de Giles, hija de Don Rafael, Caballero Maestrante de Ronda, siendo sus hijos Don Enrique, Don Rafael, Don Isidoro y Doña Maria de la Paz.

D.ª Tomasa O'Neale y Rivero caso con Don Jose E. Ivison, de nacionalidade inglesa, Comendador de numero de la Real Orden de Carlos III, siendo su hijo Don Francisco Ivison y O'Neale, Viale y Rivero, Caballero de honor y de la Soberana Orden de San Juan de Malta, de la lengua de la Gran Bretaña, Caballero de Justicia de la Orden Constantiana de San Jorge, condecorado con la Cruz de beneficencia de 1.ª classe, hermano de Don José, D.ª Maria de la Paz y Don Patricio.

Dicha D.ª Rosario de O'Neale y Rivero, fue desposada con Don Diego Gutierrez Laborde, Abogado de los Tribunales de la Nacion, padres de Doña Maria Antonia.

La citada D.ª Josefa Rivero y de la Tixera, habia recibido las aguas bastimales en la de San Marcos de Jerez el 5 de Octubre de 1805, contrayendo matrimonio en la de San Miguel de la misma ciudad el 8 de Septiembre de 1835 con Don Miguel de Giles y Fernandez del Rivero, que habia nacido en Ronda en 1807, cuya nobleza fue probada para su ingresso en la Orden de Carlos III año 1845 y en la Real Maestranza de Ronda. Fue su hija D.ª Maria del Rosario de Giles y Rivero bautizada en la de San Miguel de Jerez el 12 de Febrero de 1837, Dama Noble de la Orden de Maria Luisa; en el mismo templo recibio las bendiciones nupciales el 16 de Diciembre de 1853 con Don Francisco Javier Lopez de Carrizosa y Pavon, Marques de Casa Pavon y Mochales, Maestrante de Sevilha, Gran-Cruz de Isabel la Catolica, nacido en Jerez, feligresia de San Lucas en 1825.

De este enlace nacieron: Don Francisco Javier, Marques de Casa Pavon, Caballero Gran Cruz de las Ordenes de Carlos III e Isabel la Catolica; Don Miguel, Marques de Mochales, Ministro de la Corona; Don Jose, Marques de Casa Bermeja, Gran Cruz de Isabel la Catolica; Don Lorenzo, Marques del Salobral, Gran Cruz de Isabel la Catolica, que probó nuevamente la nobleza del apellido para su ingreso en el Real Cuerpo Colegiado de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid; Don Luis, Conde de Peraleja; y Don Pedro, Baron de Algar del Campo, todos ellos Maestrantes de Ronda.

Y la mencionada D.ª Maria de las Angustias Rivero y de la Tixera, fue esposa como dijimos de Don Jose de Lacoste, descendiente de la noble casa de su apellido en el Bearne, poseedora alli de los Señorios de Viellesegure y Laá segun consta en las actas capitulares de Jerez de La Frontera, al ser alli recibidos en el es-

lado noble en 1785. Fueron sus hijos: D.ª Gertrudis que caso con Don Jose de la Herran y Lacoste y D.ª Rafaela esposa de Don Lorenzo Ponce de Leon y Velasquez Gaztelu, Marques de Casinas, Gran Cruz de Isabel la Catolica.

VIII — DON JOAQUIN RIVERO DE LA TIXERA, fué bautizado el 26 de Septiembre de 1797 en la referida de San Marcos de Jerez, presentó sus pruebas de nobleza para ingresso en la Orden de Carlos III, que le fué concedida por Decreto de 10 de Febrero de 1833, mereciendo la aprobacion de la Asamblea, su expediente, el 23 de Marzo; y tambien ingressó en la Real Maestranza de Caballeria de Zaragoza, en el mismo año. Como Caballero hijodalgo desempeño el cargo de Alcalde de la Santa Hermandad en 1819. Se unió en matrimonio con Doña Maria del Carmen de O'Neale y Saelices, en el Puerto de Santa Maria, el 25 de Febrero de 1826, en donde ella habia sido bautizada el 20 de Abril de 1805. Fallecieron el 11 de Diciembre de 1868 y 26 de Enero de 1859, dejando los siguientes hijos:

1.° — Doña Maria del Rosario, nacida en Jerez el 2 de Enero de 1827 y bautizada el 6 siguiente. Falleció el 28 de Julio de 1866. Habia casado con D. José de Salar y Rodriguez Morzo, sin sucesion.

2.° — Don Henrique Pedro Pio, nacido en Puerto de Santa Maria el 11 de Julio de 1828, Guardia de Corps, por Real Orden de 14 de Diciembre de 1832;

3.° — Don Pedro Agustin, nacido en Jerez de la Frontera el 4 de Enero de 1830 y bautizado el 9 en la de San Marcos. Fué tambien Guardia de Corps desde la misma fecha que su hermano. Murió el 21 de Diciembre de 1845;

4.° — Doña Maria del Carmen, nacida en Jerez el 30 de Septiembre de 1831, fallecida el 18 de Enero de 1860;

5.° — Don Joaquin Maria, de igual naturaleza, nacido el 2 de Marzo de 1833, Guardia Marina Capitan de Navio, condecorado com la Medalla de Africa y la de 2.ª clase del Merito militar, Oficial de la Secretaria del Almirantazgo el año 1872 ; casó con D. Maria del Carmen Gordon y Prendergast, padres de D.ª Maria del Carmen, D.ª Elena, D.ª Rafaela, D. Joaquin, D.ª Dolores, monja, D. Carlos y D.ª Maria de Jesus, monja.

6.° — Don Tomas que sigue;

7.° — Don Federico Reinero, nacido el 17 de Junio de 1837 y bautizado el 19 en la de San Marcos, Ingeniero; y

8.°—Don Salvador Peregrino Rivero y O'Neale, bautizado el 3 de Mayo de 1842 en la de San Juan de los Caballeros de Jerez. Sirvió en el Ejercito como Comandante de Estado Mayor, Caballero de la Orden del Mérito Militar. Este contrajo matrimonio en la de San Miguel de la misma ciudad el 18 de Mayo de 1871, con Doña Maria Enriqueta Pastor y Marra, padres de D. Rafael, D. Enrique, D.ª Josefa ; D.ª Emilia y D.ª Maria del Pilar ; del segundo enlace con su cuñada D.ª Emilia Pastor y Marra tuvo a D. Salvador, bautizado en San Miguel de Jerez el 10 de Febrero de 1866.

Don Salvador Rivero y Pastor, Caballero de la Orden de Calatrava, desde 1924. Abogado, contrajo matrimonio el 1.° de Diciembre de 1917, en la Iglesia de San



DON JOAQUIN RIVERO Y ONEALE

Ignacio, feligresia de San Marcos, con D.ª Maria Josefa Sanchez Romate y Pemartin, siendo estos padres de: Don Salvador, Don Carlos, D.ª Maria a Inmaculada, D.ª Mercedes, Don Rafael y Don Francisco Javier.

El Don Henrique Rivero y Pastor recibio el bautismo en la parroquial Castrense de San Fernando el 31 de Agosto de 1873, contrayendo matrimonio con D.ª Maria Sabina de Pereda y de la Revilla, siendo sus hijos: D.ª Maria, Don Enrique, Caballero de la Orden de Calatrava en 1925, Don Salvador, Don Rafael, Caballero de la Orden de San Juan de Malta desde 1927, Agosto de 1873, contrayendo matrimonio con D.ª Maria Teresa.

VIII — DON TOMAS DE AQUINO MARCELO RAMON SEBASTIAN PANTALEON RIVERO Y ONEALE, nació el 16 de Enero de 1835 y fué bautizado con estos nombres cuatro dias depues en la Parroquia de San Marcos de dicho Jerez, por Don Fernando José Rodriguez, prebistero, siendo madrina sua hermana Doña Maria del Rosario. Sirvió en la Armada Real obteniendo el empleo de Capitan de fragata y la Cruz de Caballero de la Orden Militar de San Fernando el año 1865. Condecorado con la Medalla de Africa. Contrajo

matrimonio el 28 de Febrero de este mismo año en la de San Marcos de Jerez con Doña Emilia Gonzalez y Soto, bautizada en la de San Miguel el 5 de Diciembre de 1841, hija de Don Manuel GonzalezAngel, Gran Cruz



DON TOMAS RIVERO Y ONEALE

de Isabel la Católica, Diputado por Jerez y de Doña Maria Victorina de Soto y Lavaggi, fallecida el 27 de Dic. de 1889. Hermana del Marqués de Torresoto de Briviesca, Don Pedro Gonzalez Soto. Fueron sus hijos:

1.° — Don Joaquin Maria, que sigue;

2.° — Don Manuel, nacido el 13 de Septiembre de 1867 y bautizado en la de San Marcos. Casó en la de Santo Domingo de Sanlucar de Barrameda el 3 de Enero de 1895 con Doña Maria de Angulo y Martinez, nacida en dicho Sanlucar el 29 de Septiembre de 1868 y bautizada en la de Nuestra Señora de la O.

3.° — Doña Maria Rafaela, nacida en Jerez el 15 de Abril de 1869 y casada el 26 de Noviembre de 1892 con Don Pedro Domeqc y Villavicencio Marqués de Casa Domecq, Caballero de la Orden de Calatrava y Gran Cruz de Isabel la Catolica; padres de D. Pedro, Marqués de Domecq d'Usquain.

4.° — Don Pedro Agustin, nacido en Sanlucar de Barrameda el 29 de Septiembre de 1870, desposado en primeras nupcias el 20 de Septiembre de 1898, en el Puerto de Santa Maria con Doña Maria Osborne y Guezala, nacida alli, fallecida el 13 de Dic. de 1900 y en segundas en la parroquia de San Miguel de Jerez el 1 de Octubre de 1905, con Doña Maria del Carmen de Ondovilla y Sotes natural de Madrid ;

5.° — Don Tomas, que murió niño; y

6.° — Doña Josefa Eulalia el 10 de Diciembre de 1875, Religiosa en el Convento del Sagrado Corazón, fallecida.

IX — DON JOAQUIN MARIA DEMETRIO RAMON JOSE ROQUE MANUEL SEBASTIAN PANTALEON RIVERO, GONZALEZ, ONEALE Y SOTO, hijo primogénito, recibió estos nombres en el bautismo que en la Prioral de San Sebastian de la villa de Puerto Real, y por la jurisdicion castrense, le administró Don Sebastian Herrero Espinosa de los Monteros el 22 de Diciembre de 1865, siendo su padrino el abuelo paterno.

Fué Caballero del Real Cuerpo Colegiado de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid, para cuyo ingresso probó la nobleza nuevamente de sus ilustres antepasados, Mayordomo de Semana de S. M. Camarero Secreto de Espada y Capa de Su Santidad, Comendador de la Orden de Victoria de la Gran Bretaña, Caballero de la Real y Distinguida Orden española de Carlos III, con-



ILLM.° SEÑOR DON JOAQUIN M.ª RIVERO Y GONZALEZ

decorado con las cruces de segunda clase de Mérito Militar y Mérito Naval, placa de honor y mérito de la Cruz Roja Española, con las Medallas de Oro de los centenarios de Puente Sampayo, Astorga, Brihuega y

Batalla de Villaviciosa, Chiclana y Ciudad Rodrigo, y con las de plata de Alfonso XIII, Zaragoza y Cádiz. Falleció en su finca «El Recreo» de Jerez de la Frontera el 19 de Enero de 1922.



JEREZ. Residencia «El Recreo» de Don Joaquin M.ª Rivero y Gonzalez.

Fue, como hoy lo son sus hijos, proprietario de la gran casa: productora y exportadora de vinos de Jerez de la marca C. Z. de fama universal, cuyo importante negocio era secular en su familia.

La casa fue fundada a mediados del siglo XVII, adoptando dicha Marca por ser su fundador Don Pedro Alonso Cabeza de Aranda y Zarco. Fue su descendiente y heredero Don Antonio Cabeza de Aranda primer Marqués de Montaña, Vizconde de Buenavista por Cedula Real de 4 de Abril de 1775. Este Señor tuvo tan importante explotacion en union de Don Francisco Antonio de la Tixera y de la Fontecilla, suegro como hemos visto de Don Pedro Agustin Rivero y de la Herran, y asi por ley de herencia y de generacion en generacion, han consagrado todas sus actividades al fomento y conservacion de esta rica fuente de riqueza nacional, tan tipica y tradicionalmente compatible y hermanada, con los privilegios inherentes a la posesion y ejercicio de su estado nobiliario.

Contrajo matrimonio D. Joaquin M.ª Riviero el 9 de Junio de 1889 con la Señora Doña Enriqueta Dávila y Agreda, en la parroquia de San Juan de los Caballeros, de Jerez, de donde era natural, é hija de los Señores Don Alvaro Dávila y Perez de Grandallana y Doña Francisca de Agreda y Balleras, Marqueses de Villamarta Dávila y de Mirabal, Condes de Villafuente Fuente Bermeja. Son sus hijos:

1.º — Don Tomas de Aquino Rivero y Dávila, nacido en Jerez el 7 de Abril de 1890, Conde de Casa de Agreda desde 1917 hasta 1919 en que por sentencia judicial pasó el Titulo á Don José Antonio de Agreda y Perez de Grandallana, su tio;

2.º — Don Alvaro Maria Pantaleón, nacido el 27 de Julio de 1891, Teniente de Infanteria ; casado con D.ª Maria del Carmen Ivison y Pastor ;

3.º — Don Joaquin Manuel Maria, el 20 de Septiembre de 1892; que contrajo matrimonio con D.ª Maria Gordon y Liclzeffel, fallecida, sin sucesión;

4.º — Doña Emilia Maria Teresa, el 21 de Septiembre de 1894 ; casada el 12 Octubre de 1919 con su tio D. Carlos Gonzalez Gordon hijo de los Marqueses de Torre Soto de Briviesca, padres de Don Carlos ;

5.º — Don Luis Gonzaga, el 14 de Junio de 1896; Capitan de Infanteria, jefe de la Guardia particular de S. A. J. el Jalifa, en Tetuan, casado con D.ª Rosario Merry y Gordon, siendo padres de D. Joaquin, D. Luis, D.ª Socorro y D.ª Maria Antonia;

6.º — Don Manuel José, el 30 de Abril de 1898;

7.º — Doña Maria del Carmen, el 16 de Julio de 1900; esposa de Don Antonio Gomez Ferrer;

8.º — Don Pedro Agustin, el 17 de Febrero de 1902;

9.º — Doña Enriqueta, el 21 de Marzo de 1903; que contrajo matrimonio con Don José Luis Mauri y Benedito, siendo sus hijos D. Joaquin y Don José Luis;

10.º — Don Rafael Maria Rivero y Dávila, el 18 de Septiembre de 1904; casado con D.ª Maria Teresa Valcarce y Heras, padres de D.ª Maria del Carmen y de Don Rafael.

Los quatro primeros recibieron el bautismo en la Parroquia de San Marcos de Jerez y los seis ultimos en la de Santiago, por corresponder á esta feligresia la finca «El Recreo» residencia de los citados Señores.

Del matrimonio de Don Manuel Rivero y Gonzalez con Doña Maria de Angulo y Martinez, son hijos:

1.º — Don Tomas Rivero y Angulo nacido en Jerez el 21 de Octubre de 1895 y bautizado en la de San Marcos; Teniente de Infanteria, fallecido, esposo de D.ª Concepcion Olmedo y Puig, siendo sus hijos D.ª



Jerez. Otro aspecto de la finca El Recreo

Maria de los Angeles, D. José Maria, D. Tomas, D.ª Concepcion y D.ª Luisa.

2.º — Don Manuel, nacido en la misma ciudad el 22 de Enero de 1897 bautizado tambien en la de San Marcos;

3.º — Don Jerónimo, que recibió el bautismo en la Colegial de Jerez habiendo nacido el 18 de Abril de 1898;

4.° — Doña Carmen, nacida 9 de Junio 1899, feligresia de la Colegial;

5.° — Don José Maria, nacido en la misma collacion el 11 de Noviembre de 1900. Falleció el 17 de Marzo de 1903;

6.° — Don Pedro Rivero, nacido el 5 de Octubre de 1902 y bautizado en la de San Miguel; casado con D.ª Maria Torrejon y Montero, fallecida, padres de D.ª Maria Teresa y D.ª Luisa.

7.° — Don José, que nació el 18 de Mayo de 1904, en la misma de San Miguel;

8.° — Doña Emilia, el 14 de Octubre de 1905;

9.° — Doña Maria, el 25 de Julio de 1907, y bautizada como la anterior en la de San Miguel; esposa de Don José de Olmedo y Puig;

10.° — Doña Mercedes, nacida en Sarriá (Barcelona) el 30 de Diciembre de 1908 y bautizada en la de San Vicente. Murió en Sevilla el 24 de Noviembre de 1911;

11.° — Don Enrique, que nació en Sevilha el 5 de Mayo de 1910 recebiendo el bautismo en la del Sagrario; y

12.° — Don Juan Pedro Rivero y Angulo, nacido en Sanlucar de Barrameda el 31 de Julio de 1912 y bautisado en la de Santo Domingo.

De los Señores Marqueses de Casa Domecq Don Pedro Domecq y Nuñez de Villavicencio y Doña Maria Rafaela Rivero y Gonzalez, casados el 16 de Novembro de 1892, son hijos :

1.° — Don Pedro nacido en Jerez el 7 de Deciembre de de 1893 siendo bautizado en el mismo dia por Don Francisco Jimenez Leon en la Parroquial ;

2.° — Don Tomas, el 25 de Diciembre de 1894, siendo bautizado el mismo dia por Don José de la Riva Castro;

3.° — Don José, el 30 de Diciembre de 1895, recibiendo el bautismo de manos de Don José Rodriguez Madera;

4.° — Doña Maria del Carmen, nacida el 4 de Enero de 1897, siendo bautizada el mismo dia por Don Manuel Lopez Cala;

5.° — Doña Emilia de Jesus, nacida y bautizada el 16 de Enero de 1898;

6.° — Doña Maria de los Angeles, que nació el 24 de Enero de 1899, siendo bautizada por Don José Maria Rodriguez Sanchez;

7.° — Doña Maria de la Concepcion, nacida el 6 de Deciembre de 1900 que recibió el bautismo el mismo dia, de Don Cristobal Gomez;

8.° — Doña Maria Josefa, que nació el 20 de Marzo de 1902 y bautizada al dia siguiente por Don Manuel Jimenez Durán.

9.° — Don Luis, el 16 de Julio de 1905, bautizado al siguiente dia por Don Blas de Jesus de Oliva;

10.° — Don Fernando, nacido el 14 de Enero de 1907 y bautizado el 15 por Don Manuel Lopez Avalos;

11.° — Doña Maria de la Consolacion, que nació el 1 de Diciembre de 1908 y bautizada el 3 por Don José Maria Rodriguez Sanchez; y

12.° — Don Juan Pedro Domecq y Rivero, nacido el 7 de Agosto de 1910 y bautizado al seguiente dia por el R. P. Pedro de Alcantara, Religioso Fransciscano:

Todos nacidos en la feligresia de el Salvador de la citada ciudad de Jerez de la Frontera, siendo bautizados en la Colegial.

Don Pedro Agustin Rivero y Gonzalez, de su primer matrimonio con Doña Maria de Osborne tuvo a:

1.° — Don Tomas Maria Rivero y Osborne, nacido en Jerez el 30 de Septiembre de 1900, bautizado en la de San Miguel;

Del segundo enlace con Doña Maria del Carmen Ondovilla y Sotes nacieron:

2.° — Don Pedro Agustin, el 11 de Febrero de 1910 y bautizado en la misma de San Miguel de Jerez; y

3.° — Doña Maria de Lourdes Isabel Rivero y Ondovilla, en San Sebastian (Guipuzcoa) el 8 de Julio de 1918 y bautizada en la del Buen Pastor.

4.° — Don Ignacio

5.° — D.ª Maria del Carmen

6.° — Don Agustin; y

7.° — Don Fernando.

Machado de Castro e a estatua equestre

POR LUCIANO RIBEIRO

A Estátua levantada no Terreiro do Paço a El-Rei D. José I, esse exemplar da escultura portuguesa que a nacionaes e estrangeiros tem merecido pelo tempo fora os mais rasgados elogios, tem a sua historia. Refere-a o proprio escultor no seu livro «Descripção Analytica da Execução da Estatua Equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I» Lisboa, na Imprensa Regia 1810.

Por esse facto me dispenso de a reproduzir aqui, que tal não viria mais fazer do que ocupar espaço e enfadar os que me lerem, porquanto este trabalho se destina tão sómente a dar á estampa um desenho primoroso a lapis sanguineo, o qual é o do primeiro projecto que o nosso genial artista imaginou para a representação do *Heroe* (como ele diz in op. cit.).

Foi a 19 de Outubro de 1770, que Domingos da Silva Raposo, ajudante de arquitectura da Casa do Risco das Obras Públicas, mandou convidar Machado de Castro, que estava na sua Escola de Mafra, para entrar no pseudo concurso que, para a execução da Estátua, foi aberto.

Foi nos fins de Dezembro de 1770 que Machado de Castro deu princípio ao pequeno primeiro modêlo que elaborou (Machado Castro op. cit. pág. 24).

As torturas que o artista passou por não poder afastar-se dos desenhos que lhe foram fornecidos, transparece clara e absolutamente através de tôda a descrição feita pelo estatuário.

Assim diz :

«...e cuidando que pouco a pouco venceria (ao me-«nos) não ser o Heroe vestido de ferro, nem ter capa-«cete na cabeça, totalmente me enganei ; porque fal-«lando varias vezes neste ponto,............ se me deo ulti-«mamente huma resposta desagradavel, etc.»

e mais adiante :

«porém no que eu desejava mais anciosamente affas-«tar-me dos desenhos, pelo que respeitava ao trage do «Heroe, era em o vestir ao antigo uso Romano, como «são vestidas as melhores Estatuas Equestres, e Pe-«destres que existem, por ser este modo de vestir tão «bello, que nenhum Professor intelligente se tem atre-«vido a deixallo, ainda à força das mais serias e cas-«tigadas reflexões : sendo a principal causa desta bel-«leza, verem-se em quasi toda a figura os contornos do «nú, como diz Sally. A imagem deste modo fica mais «esbelta, e por conseguinte mais airosa. Em lugar de «capacete, levar só a coroa de louro sobre o cabello, «concorre muito para o esbelto : e o capacete, como «augmenta o vulto da cabeça, faz parecer a figura anã: «a Chlamyde, serve para interromper os contornos do «nú, e alguma secura, que poderia resultar sem este «adjunto, com o qual se consegue parte daquella qua-«lidade, a que os Professores chamão *paston*. Este es-«tilo de vestir sempre foi bello, e distincto ; e como «tem mais nobreza, e mais formosura, este he o que se «devia eleger e não outro.» (1)

Ora temos no desenho que se apresenta o Heroe vestido *ao antigo uso Romano*, com a corôa de louros na cabeça e a Chlamyde, tal como refere a descripção.

(1) Op. Cit. pág. 25 e seg.



Projecto da Estatua de El-Rei D. José I

É curioso notar na composição os elementos que acompanham a peça principal e à sua direita :

Um cão, símbolo da fidelidade, sustentando na bôca um ramo de oliveira, o clássico símbolo da paz ; depois um génio alado, levando no braço direito um escudo com as Armas de Portugal, com um capacête na cabeça ; na sinistra uma lança e aos ombros um manto. O curioso de tudo isto é que no capacête, o génio ostenta as armas dos Carvalhos, as quais se repetem, sucessivamente, na bordadura do manto.

Mede o desenho 37 centímetros ao alto por 27 ao baixo.

Acêrca da Estátua Equestre vasta é a bibliografia que tem vindo a lume nêste século e meio de sua existência. Damos a seguir a da autoria do estatuário :

A primeira, e decerto mais importante, é a «Descripção Analytica da Execução da Estátua Equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I,......... escrita e dedicada ao Principe Regente N. Senhor, pelo estatuário da mesma régia Estatua Joaquim Machado de Castro, professo na Ordem de Christo, Escultor da Casa Real, e Obras Públicas, etc. Lisboa, na Imprensa Régia. 1810.

No Jornal de Coimbra 1812-13, como aditamento à Descrição analytica, publicou uma memória sôbre a Estátua Equestre do Senhor Rei D. José I, em que desenvolve alguns dos pontos ali tratados. (1)

(1) Joaquim Machado de Castro, escultor conimbricense — por Henrique de Campos Ferreira Lima — Coimbra, Imp. da Univ. 1925, pág. XXIII e XXIV e 341 e seg.

No mesmo Jornal, Vol. II 1812 pág. 348 a 350, publicou uma «Introdução à memória sôbre Estátua Equestre. (1)

Num impresso avulso de que existe um exemplar na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa publicou Machado de Castro um soneto que se refere à Estátua Equestre, e se intitula : «*Ao Felicissimo cumpreannos de S. Magestade, conduzindo o povo de Lisboa numa das pedras para o pedestal da sua estátua equestre.*» (2)

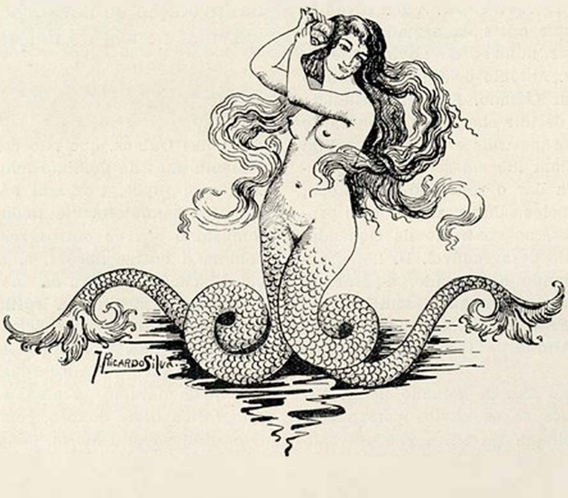
Em 1775 publicou «Ao Rey Fidelissimo Dom José I Nosso Senhor, collocando-se a sua colossal Estatua Equestre na Praça do Commercio, Ode por Joaquim Machado de Castro, Estatuário da mesma régia Estátua e de tôda a Escultura adjacente. (3)

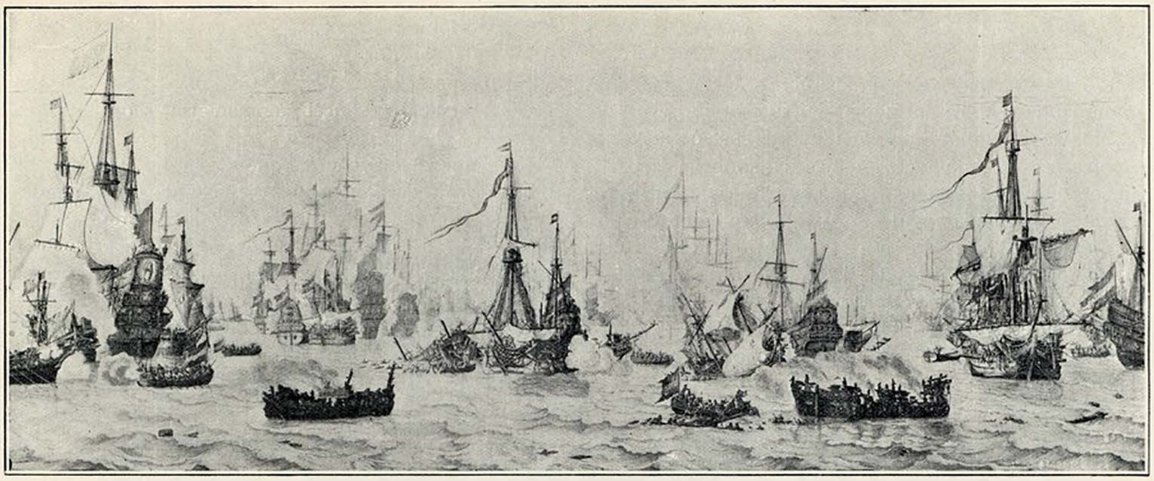
No Jornal de Coimbra, Vol. II 1812 pág. 348 a 350 «*Introdução á Memória sôbre a Estátua Equestre.*» (4)

Eis aqui a largos traços, o que conhecemos deste genial artista sôbre o assunto.

Joaquim Machado de Castro foi dos homens mais notáveis da nossa terra. A sua produção no campo das artes e das letras, foi enorme. Escultor dos mais admiráveis, desenhador primoroso e cultor apaixonado das letras, a sua memória merece a nossa homenagem, a nossa consideração e o nosso respeito.

(1) Ferreira Lima — Op. Cit. pág. 335 e seg.
(2) Ferreira Lima — Op. Cit. pág. 56-57.
(3) Ferreira Lima — Op. Cit. pág. 59 e seg.
(4) Ferreira Lima — Ob. Cit. pág. 335 e seg.





Batalha das Dunas em 1639. Quadro da autoria de Willen van de Velde existente no Museu Naval de Amsterdão. O original mede 188 c/m. por 121 c/m.

O galeão «Santa Teresa» que tomou parte na batalha das Dunas, em 1639

POR FRAZÃO DE VASCONCELOS
Do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

Na batalha das Dunas, em 1639, desastrosa para castelhanos e portugueses, tomaram parte navios nossos, de três dos quais se conhecem os nomes: *Santa Teresa, Santa Ana e S. Baltasar.* (1)

Da fase final, ou quási final, da batalha, quando ao *Santa Teresa* se comunicava o fogo dos brulotes holandeses, existe no Museu Naval de Amsterdão uma preciosa pintura (2) datada de 1659, isto é, de vinte anos depois da acção, da autoria do célebre marinhista Willen van de Velde.

Nêste belo quadro vê-se, em destaque, o galeão português *Santa Teresa*, representado de pôpa, na qual o artista pintou, aliás com errada iconografia, a imagem da invocação do navio.

Temos notícia de um galeão *Santa Teresa* que se es-

(1) O *Santa Teresa* foi construído para capitânia de Portugal mas não sabemos que insígnia arvorava então. A seu bordo ia D. Lopo de Hoces y Córdova, que antes da armada saír da Corunha governava muito maior número de navios que os que sob as suas ordens tinha D. António de Oquendo, com o título de Almirante Real do Mar Oceano. Esta circunstância motivou uma questão e para a decidir chamou o Marquês de Valparaizo a conselho os oficiais generais e o Duque de Vila Formosa, e seu irmão, que tinham ido em socorro da Corunha. O conselho propendia para dar o comando a D. Lopo, que contava ali muitos amigos, pelos saber grangear com prudência e cultivar com benefícios, ao contrário de Oquendo, homem de engenho curto e génio desagradável. D. Lopo, porém, atalhou a decisão, declarando e instando, a-pesar do voto do conselho, que queria fazer a campanha, sem insígnia alguma, a bordo do seu galeão *Santa Teresa*, o que se lhe concedeu, embarcando com êle o Almirante Tomáz de Chaburú. (*Anais*, de Costa Quintela).

Estávamos então no penúltimo ano de reinado de D. Felipe, III em Portugal. Ignoramos se os navios portugueses encorporados na esquadra castelhana içavam a gloriosa bandeira das Quinas, que não deixou de percorrer os mares nos sessenta anos do domínio felipino. Ao contrário do que geralmente se supõe, Portugal não perdeu a sua independência em 1580; simplesmente ficou então com um soberano que também o era de outros reinos da Europa. Tinha um Rei comum a outras nações, e, até, êsse Rei era tão português como castelhano... Era da Casa de Austria!... Em 1640 o que se restaurou foi a dinastia legitima, a dinastia portuguesa.

(2) Aproveitamos o ensejo de renovar os nossos agradecimentos ao Sr. W. Woorbeijtel Cannenburg, ilustre director do Museu Naval de Amsterdão, e ao nosso amigo C. R. Boxer, aos quais devemos a amabilidade de uma bela reprodução fotográfica deste quadro, com destino às «Armas e Trofeus». O original mede 188 c/m. de largura por 121 c/m. de altura.

tava construindo no Pôrto em 1636, de 1.000 toneladas e com a lotação de 200 homens de mar e 400 de guerra. Será êste o famoso navio do mesmo nome, também construído no Pôrto e que em 1639 tomou parte na batalha das Dunas?

Do representado no quadro a que nos referimos foi construtor Bento Francisco, a quem D. Francisco Manuel alude. Era armado com 60 peças de bronze. Na batalha das Dunas o *Santa Teresa* repeliu todos os navios do almirante Tromp que o atacaram, e só as batarias de estibordo dispararam 1.520 tiros.

«Na retaguarda deste nauegava a Teresa, que fora por capitanea deste reyno, fabricada por Bento Francisco, homem notavel entre os nossos, cujo nome é bem que ande em memoria pelos poderosos e excelentes nauios que fez nesta cidade: pois assim o pae natural de filhos nobres e grandes é digno da veneração da posteridade, não menos o deve ser aquelle que artificialmente gerou obras, não só ilustres por sua majestade, mas utilissimas por sua fortaleza á republica: em a qual virtude não sabemos outro que até ao presente mayor lembrança haja merecido» (3).

Isto diz D. Francisco Manuel, e referindo-se depois à fortaleza do galeão, fabricado de madeiras da província do Minho, transcreve o que a respeito destas dizia um general a D. Felipe III:

«Eram dignos de ser guardados, como o próprio serro de Petossi, aqueles montes de Portugal onde tais madeiras se criavam.»



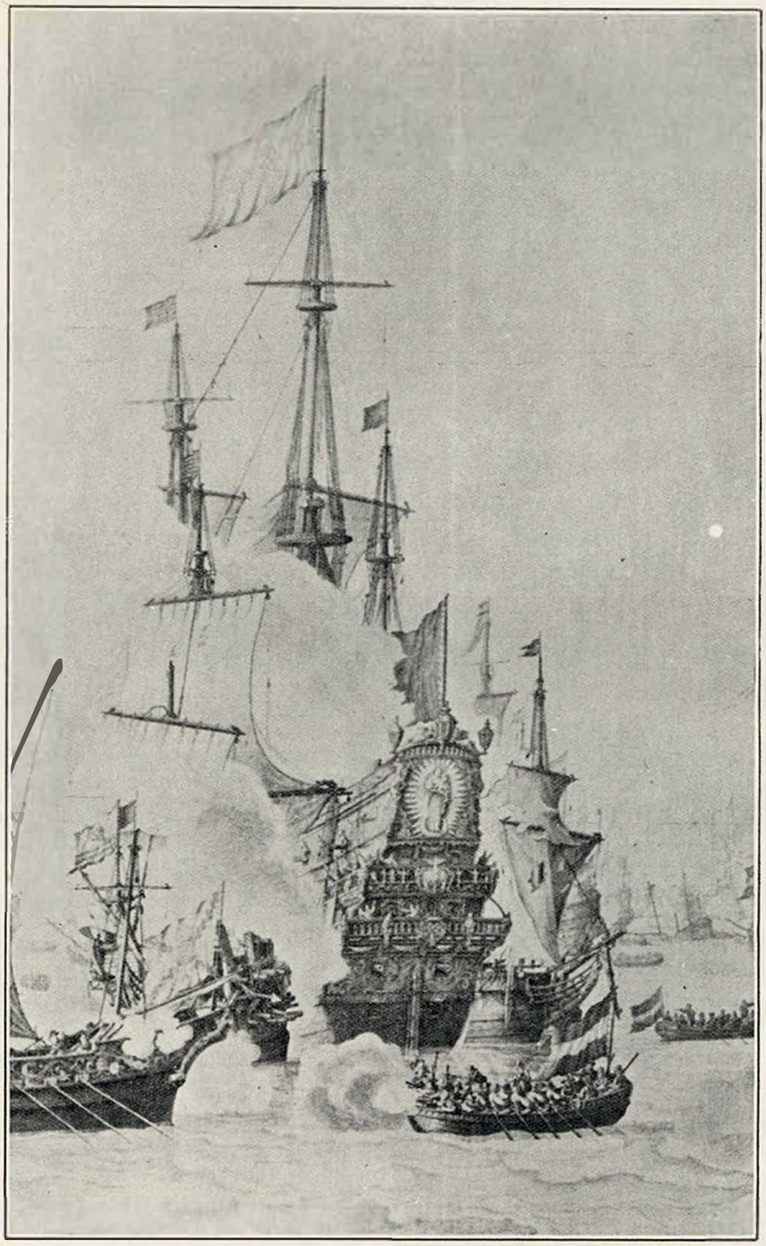
Pormenor do quadro do Museu Naval de Amsterdão, vendo-se à esquerda o galeão «Santa Teresa»

*

* *

Da esquadra hispano-portuguesa, além de várias galés, faziam parte 53 naus e galeões, 40 dos quais foram tomados, destruídos ou arribaram às praias. O capitão-General Oquendo conseguiu escapar-se, com sete naus, até Dunquerque.

(3) *Epanáfora bélica*.



Pormenor do quadro do Museu de Amsterdão. O galeão «Santa Teresa»

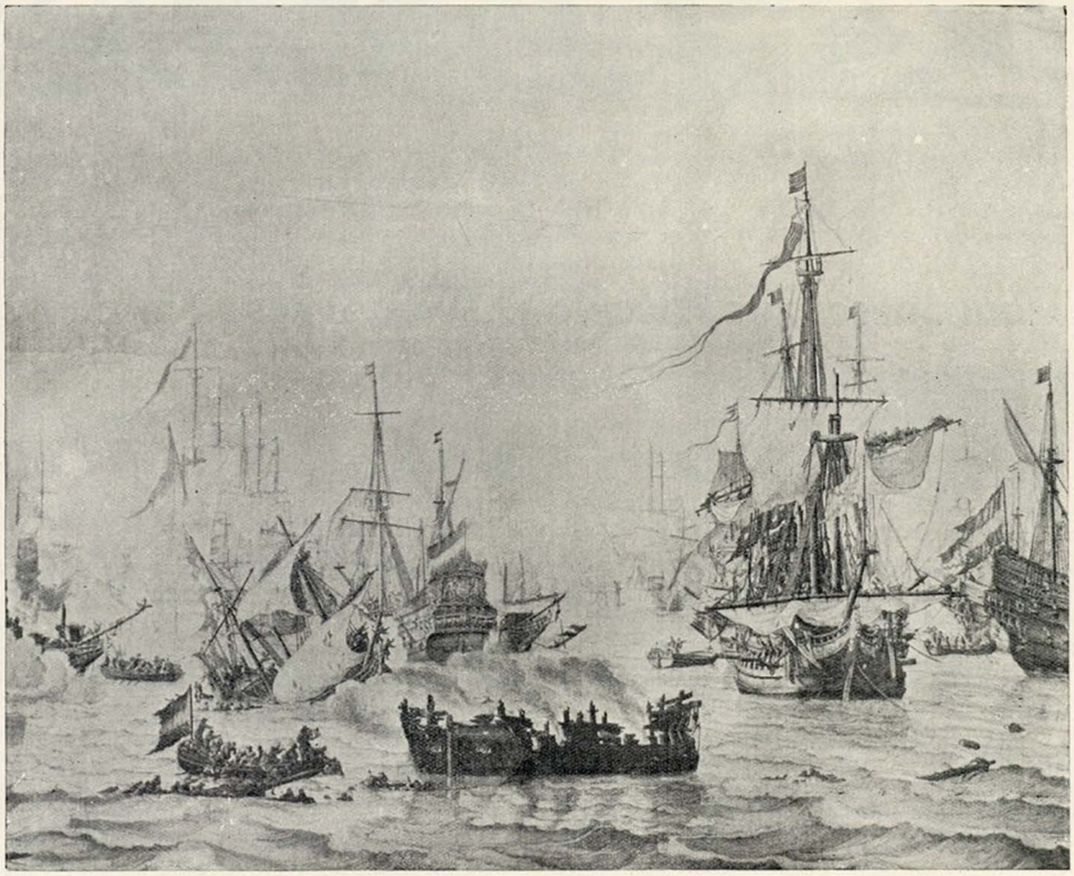
A armada holandesa compunha-se de 105 unidades de combate, além de 12 brulotes, tendo perdido na batalha apenas uma nau, que, depois de ter conseguido abordar o galeão português *Santa Teresa*, foi por êle metida a pique.

O Almirante da Galiza, D. Francisco de Sottomaior, com 1.800 homens, foi levado cativo a Haia, e perto de 7.000 homens de Espanha e Portugal perderam a vida nêste desastroso encontro. D. Lopo Hoces de Córdoba pereceu também. Os holandeses tiveram cêrca de 200 baixas (4).

O *Santa Teresa*, que depois de incendiado se afundou, era, segundo os holandeses, de 2.450 toneladas (!!!), armava com 68 canhões e tinha mil homens de tripulação.

Sousa Viterbo, nos *Trabalhos nauticos dos portugueses*, refere-se a Bento Francisco, mestre da Ribeira do Pôrto e construtor do galeão *Santa Teresa*, e publica dois documentos que lhe respeitam : a sua nomeação para o referido cargo de mestre da Ribeira do Pôrto, em 1643, em atenção aos serviços que de treze anos atrás havia prestado, e a mercê do Hábito de Sant'Iago, também do mesmo ano.

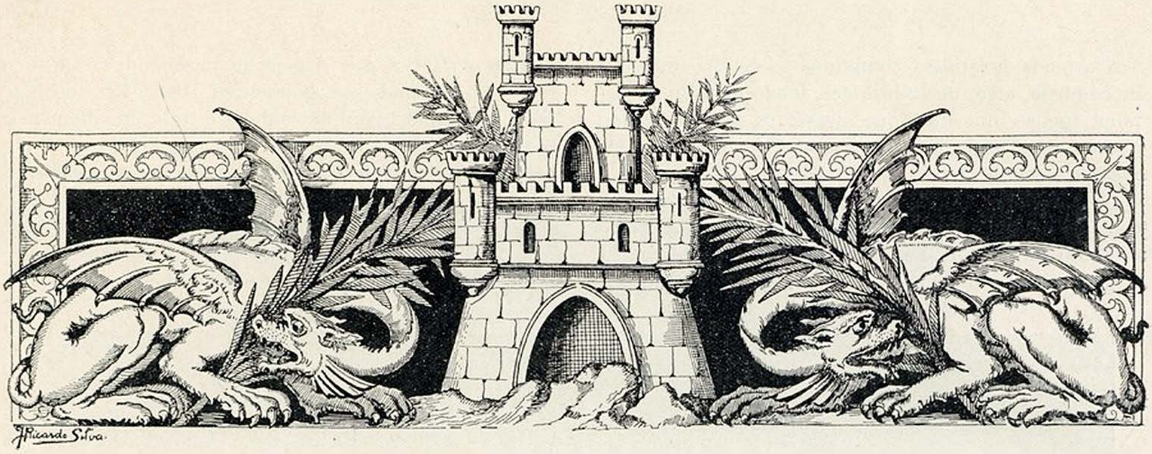
Podemos acrescentar que em 1645 lhe foi concedido o fôro de cavaleiro-fidalgo, com 700 réis de moradia e um alqueire de cevada por dia, ainda em atenção aos seus serviços prestados *na fábrica dos galeões* (5).



Pormenor do quadro do Museu Naval de Amsterdão

(4) Além da «Epanáfora», a que já nos referimos, veja-se, sôbre a batalha das Dunas : os «Anaes da Marinha Portuguesa», de Costa Quintela ; a «Armada Española», de Fernandez Duro ; «Geschiedenis van het nederlandsche zeewezen», Vol. 1, de Jonge, e, sobretudo, o diário de Tromp, publicado pelo nosso amigo C. R. Boxer : «The Journal of Maarten Harpertszoon Tromp, Anno 1639». Cambridge-1930. 238 pág. com numerosas ilustrações.

(5) Tôrre do Tombo, «Matrícula dos Moradores da Casa Real», Livro IV, fls. 85 v.



¿ Portuguêses do Século XVII feitos Marquêses pelo Rei da Polónia ?

POR FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

São varias já as noticias, supostamente inéditas, que o desempenho do nosso serviço na Biblioteca da Ajuda nos tem trazido á mão.

Efectivamente, aquele manancial manuscrito que, ha quasi cinco anos, começámos a catalogar, alguma coisa nos traz, de vez em quando, não só de verdadeiramente precioso, mas, pelo menos para nós (e creio que tambem para muito boa gente), de completamente inédito.

Desde certa data, e precedendo licença, aceite o convite amavel para colaborar com alguma coisa sobre o *Sitio da Ajuda,* começámos publicando uns artiguelhos na *Voz de Belem,* a que puzemos o titulo de: *Joias da Biblioteca da Ajuda.*

São já mais de duas dezenas de artigos os publicados e crêmos que pela primeira vez, embora resumidissimo, em simples apontamento rápido, sai á luz algo catalogado daquele riquissimo pecúlio manuscrito que faz parte da Biblioteca da Ajuda.

No decurso dessa publicação temos tido a satisfação, com que não contávamos, de ver que homens de bom saber, espiritos estudiosos, valores certos do nosso meio investigador se tem dignado encorajar-nos a que prosigâmos, querendo coleccionar êsses artigos.

Que paga magnifica tem sido essa para nós !

Do que vamos assinalando nas colunas do simpatico periodico local e doutro trabalho já precedentemente realisado, temos tomado nota de peças dum maior interesse ou especial valor, que supômos inéditas e até algumas inteiramente desconhecidas, para as publicarmos, oferecendo-as assim ao mais facil estudo dos interessados.

Infelizmente, nem sempre é facil neste ramo levarmos a cabo os nosso desejos, tantas são as dificuldades com que é preciso lutar.

Ainda ha pouco, porem, a erudita revista *Brotéria* quiz dar-nos a honra de nova colaboração nossa, e assim ali saiu, com o Catecismo de São Francisco Xavier, uma nótula que escrevemos sobre essa especie, por nós encontrada numa das muitas miscelânias daquela Casa.

Hoje, por oferta amabilissima do ilustre Director desta Revista, sai outra nótula nossa, acompanhando um documento conservado na Biblioteca da Ajuda. Permita S. Ex.ª que, ao nosso agradecimento, juntemos a confissão da alegria que nos dá podermos divulgar mais alguma coisa de interessante, encontrada por efeito do nosso trabalho.

O recheio da terceira prateleira da Estante 51 inicia-se por uma pasta de documentos varios, que tem pois a cota : 51-III-1, e por titulo : «*Correspondência de e para D. João de Sousa, Arcediago de Santa Cristina, Bispo do*

Porto, Arcebispo de Braga e de Lisboa». Esta correspondencia está, por sua vez, contida em cinco pastas de papel. A primeira encerra 63 cartas autógrafas de D. João de Sousa, Arcebispo de Braga e depois de Lisboa, das quais 59 dirigidas a seu sobrinho, Tomé de Sousa Coutinho, 2.º Conde de Redondo (1699 a 1706). A segunda abrange 49 cartas, escritas por varias pessoas e dirigidas áquele prelado (1673 a 1709), sendo seus autores: D. João da Silva (?); Antonio de Saldanha; Francisco Niccolini, Arcebispo de Rhodes e Nuncio em Lisboa; Diogo de Carvalho Cerqueira; 1.º Duque de Cadaval; Frei Filipe de São Tiago; Padre Afonso da Silveira; Francisco Nunes Sanches; Frei Gabriel de Serento (?); Amelot; Fr. João de Santo Estevão; João Mendes da Mota; Frei (?) Simão da Cunha; Antonio Ranuncio Filipe da Gama de Pádua; D. Antonio Pereira da Silva, Bispo do Algarve e de Evora; D. Tomaz de Almeida (o futuro 1.º Patriarca de Lisboa); 3.º Conde de Soure e Diogo de Mendonça Corte Real. A terceira dessas pastas é preenchida por 98 cartas de Francisco Peres Vergueiro, dirigidas de Roma a D. João de Sousa, quando Bispo do Porto e depois Arcebispo de Braga (1687 a 1702), de que adiante mostraremos o interesse. A quarta é ocupada por 35 espécies: 32 cartas, 1 noticia e 2 cartas em copia, do já mencionado acima Gama de Pádua (1696 a 1703). Por fim, a quinta pasta consta de 3 cartas do 1.º Conde de Redondo para Roma, 8 de Francisco Barreto e 3 de D. João de Sousa, tambem para Roma, sendo as primeiras e as ultimas em copia.

Como se vê esta pasta faz parte da compra feita por El-Rei D. José á Casa de Redondo.

*

* *

É na terceira destas pastas de papel que encontrámos o documento que dá causa ao presente artigo.

São essas cartas, como vimos, do português *Francisco Peres Vergueiro*, que, habitando em Roma, era um dos agentes que ali tinha D. João de Sousa, para os seus constantes negocios com a Cúria. E dizemos: «um dos agentes», porque o supra-citado Antonio Ranuncio Filipe da Gama de Pádua, tambem nas suas missivas mostra sê-lo e, por sinal, grande inimigo de Vergueiro, de quem se queixa freqüentes vezes, sendo pessoa mais ilustrada e escrevendo melhor.

Nas 98 cartas de Vergueiro, este agente parece tenacíssimo; dá em todas mostra de tratar os negócios de quem é procurador com o maior cuidado, ao passo que revela ter as melhores relações nos tribunais papalinos e entre os membros do Sacro Colegio. Atestam ainda esses documentos um tratamento respeitosíssimo por parte do signatário, umas escrupulosas contas e que seus serviços eram do agrado de D. João de Sousa, pois algumas vezes se referem a pagamentos deste pelos serviços prestados, com liberalidade e recompensando-os alem do que era esperado por quem os fazia.

Ora a 43.ª dessas cartas (que tem pois a cota: 51-III-1 — n.º 3 — r. r.), é a que nos traz a noticia inesperada de serem galardoados alguns nossos compatriotas com as honras de Marquês no Reino da Polónia.

Nessa missiva dá conta a D. João de Sousa o seu agente Francisco Peres Vergueiro que o Rei da Polónia lhe deu a ele e a seus irmãos o titulo de Marquês, nas linhas masculina e feminina, para sempre. Nada menos!

Mas transcrevâmos a carta, que vale a pena:

«Ill.^mo^ e R.^mo^ Sr. Ainda o corr.º não he chegado; e se não sabe a cauza de tanta tardança; queira Deos proseda som.^te^ das Neves e grandes chuvas q̃ ouverão neste anno; e q̃ VS. Ill.^ma^ goze humma perfeitissima saude como lhe dezeio. *Dou parte a VS. Ill.^ma^ como a Magestade del Rei de Polonia foi servido honrarme do titolo de Marques e a meos Irmaos e a todos nossos descendentes in perpetuum in Linea masculina et femenina; com q̃ VS. Ill.^ma^ será servido de conhecernos por Criados mais autorizados; e humilissimos de VS. Ill.^ma^* Inclusa vai carta de emformação da Congregasão do Consilio p.ª VS. Ill.^ma^ toccante ao neg.º das recolhidas de Santa Izabel; e da incluza instrussão será VS. Ill.^ma^ servido governarçe p.ª a Reposta q̃ me remetterá; e com ella trattarei do despacho da graça. O Procurador do Cabb.º me parese deve la avizar o dezenganno; porq̃ aqui lhe estão fechadas as Portas a outro ricurso e eu estou com a vigilansia e cuidado q̃ devo; e assim VS. Ill.^ma^ pode estar bem descansado nesta parte. As hordeñs de VS. Ill.^ma^ estou prontiss.^mo^ e a Vida de VS. Ill.^m^ Deos me g.^de^ por largos e filiciss.^mos^ annos.

Roma. 12 de Março 1695.

De VS. Ill.^ma^ e R.^ma^

Ill.^mo^ e R.^mo^ Sr. D. João
de Sousa Bispo do Porto.

Humiliss.^mo^ e obrigadiss.^mo^ Criado
\+
a) Franc.º Peres Verg.^ro^».

Transcrevemos todo o documento por que êle serve para se ver a forma respeitosa como o seu autor se dirige ao prelado ilustre, como mostra cuidado nos negócios dêste pendentes dos tribunais da Cúria Romana e até... como recheia a sua prosa de êrros de ortografia.

Mas desta carta vê-se, iniludivelmente, qual a mercê feita áquele português, residente em Roma. Quais fossem as razões que levaram João III Sobiesky, Rei da Polónia, para semelhante acto não o sabemos porem.

E tambem não conseguimos saber, por mais esforços feitos, quem fossem esses Vergueiros, dum dos quais apenas conhecemos o nome completo e que vivia

em Roma, sem mais indicações, infelizmente. Vergueiro é familia de que não falam os nobiliarios e, apenas, o «Diccionario Popular...» de Pinheiro Chagas, Letra V, pag. 329, Col. II, cita um Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, natural de Valporto, freguesia de São Vicente do termo de Bragança, nascido em 1798 e importante politico brasileiro. Do nosso conhecimento pessoal apenas nos lembrâmos daquele militar, Director, ha bons trinta enos, da Carreira de Tiro, em Pedrouços, Tenente-coronel Alberto José Vergueiro, que deu o nome, pelo aperfeiçoamento que lhes introduziu, ás espingardas «Mauser-Vergueiro».

Deve este porem ser da familia do politico brasileiro acima referido ; pois no Tomo VI das «Memorias Arqueológico-Historicas do Distrito de Bragança» do Rev. Pe Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, a fls. 142, consta ser ele filho de João Manuel Vergueiro, de Gebelim, Capitão-mor de milicias da Vila de Chacim (irmão de Antonio José Xavier Vergueiro, Abade de Sambade, Conego hon.º da Sé de Braga e grande politico constitucional, nascido em 1791).

Ora isto é muito pouco para se saber onde param os descendentes actuais (se é que os ha) dos Marqueses polacos de apelido Vergueiro e de portuguesa origem.

Ajuda, 28 de Abril de 1936.

*

Não ficaria bem com a minha consciencia se não procurasse esgotar todas as fontes para deslindar o caso e assim, sem ter a honra embora de pessoalmente conhecer o Rev. Sr. P.e Francisco Manuel Alves, já citado, me resolvi escrever-lhe. Amavelmente este senhor me respondeu, dizendo não conhecer o caso, remetendo-me porem para o Ex.mo Senhor Capitão João José Pereira Vaz de Moraes de Abreu Sarmento. Na sua carta corrigia o termo «Valporto» do Dicionario de Pinheiro Chagas, dizendo dever ser «Val da Porca».

Claro que me dirigi imediatamente ao Senhor Capitão Abreu Sarmento, de quem acabo de receber esta carta, que, por ser interessantissima (embora não decifre o enigma) me parece dever ser aqui junta, o que, com a devida venia faço e é a razão deste *Post scriptum*.

...Senhor Perry Vidal.

Espero que V... me desculpará de só hoje responder á carta de V... de 6 do corrente, mas não quiz faze-lo sem ver se me seria possivel contribuir com qualquer indicação, por pequena que fosse, que pudesse prender-se com o assunto que V... deseja ver esclarecido. Acho deveras interessante a descoberta de taes marquêses e se já fosse do meu conhecimento quando residia lá para as minhas terras transmontanas, eu terme hia esforçado em investigar a genealogia dos Vergueiros que por lá abundavam, principalmente durante o seculo XVIII e que ainda hoje se encontram, embora mais raramente. Conheço apenas uma parte dum ramo de Vergueiros, ligados á minha familia por uma minha 5.a avó paterna, a morgada D. Bernarda Maria Borges de Moraes Vergueiro Pires Duque, nascida em Valbemfeito a 17-8-1744 e que em 8-5-1775 casou na mesma povoação com o então tenente de cavalaria do regimento de Bragança, Antonio Manuel de Abreu Sarmento, a qual D. Bernarda era filha do capitão de ordenanças e morgado de S. João Baptista de Valbemfeito Felix Vergueiro Pires Duque e de sua mulher D. Isabel Maria de Moraes — (pag. 29 e 490 do Vol. VI e 349 e 797 do Vol. VII das Memorias Arqueologio-Historicas do Distrito de Bragança do Sr. Abade de Baçal). O meu 4.º avô, Felix Borges Vergueiro Pires Duque nasceu tambem na minha terra natal, Valbemfeito, do Concelho de Macedo de Cavaleiros, em 6-1-1717, e era filho de João Pires Duque e de sua mulher Maria Borges Vergueiro, filha esta de Domingos Luis Vergueiro, de Gebelim, hoje concelho de Alfandega da Fé, donde era tambem natural o tenente coronel José Alberto (1) Vergueiro. Peres Vergueiros não me recordo de ver nos livros de registo paroquial, mas sim Pires Vergueiros. Assim : no livro de registos de casamentos da freguesia da Sé de Bragança, dos anos de 1754 a 1789, ha um registo de casamento realisado em 12-7-1772 de Diogo Antonio Vergueiro, natural da cidade de Miranda, filho de *Francisco Pires Vergueiro*, natural de Valbemfeito e de sua mulher Jeronima da Silva, da mesma cidade de Miranda, com Bernarda Josefa, filha do tenente de granadeiros Francisco Gomes de Moraes, da cidade de Bragança, e de sua mulher Tereza Bernarda da Pedrosa, natural de Setubal. Ora, é claro, que não seria aquele Francisco Peres Vergueiro, que nos fins do seculo XVII e principios do XVIII esteve em Roma como agente do Bispo D. João de Sousa, mas poderia ser ascendente ou parente.

Não me consta que os Vergueiros tivessem tradições fidalgas, mas a situação de alguns durante o seculo XVIII deveria ser bôa e de apreciavel consideração, visto que os Pires Duques, com quem se ligaram, eram ricos e tratavam-se conforme as leis da nobreza, pois, segundo velhas tradições de familia, provinham de casas importantes de Espanha que descendiam dos antigos Duques de Brabante e de Estralen.

Na Camara Eclesiastica de Bragança, no arquivo do registo paroquial, poderia fazer-se minuciosa investigação dos Vergueiros, mas não conheço lá quem seja capaz de se encarregar de tal assunto e o meu dedicado amigo e grande abade de Baçal tem muitos afazeres e já está saturado de taes investigações.

Se alguma coisa me fôr possivel descobrir terei a maior satisfação de informar V. Ex.a e, caso V. Ex.a consiga qualquer esclarecimento, rogo-lhe o obsequio

(1) Aliás Alberto José.

de m'o comunicar, pois sinto-me interessado com este assunto, para mim absolutamente inedito.

De V...
etc.

Lx.ª, 12 de Maio de 1936.

a) João José Pereira Vaz de Moraes d'Abreu Sarmento

Uma vez mais agradecemos a S. Ex.ª o obsequio desta erudita resposta.

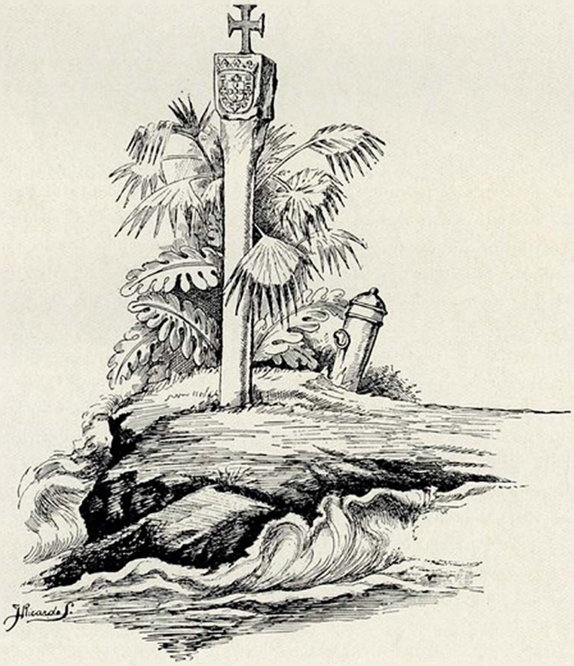
Ah ! como seria agradavel receber cartas como esta, sempre que, no desejo de saber e de nos tornarmos uteis com as nossas pesquizas, nos dirigimos a quem nos pode informar e que, no entanto, quantas vezes isso sucede, nem acusam o nosso pedido !

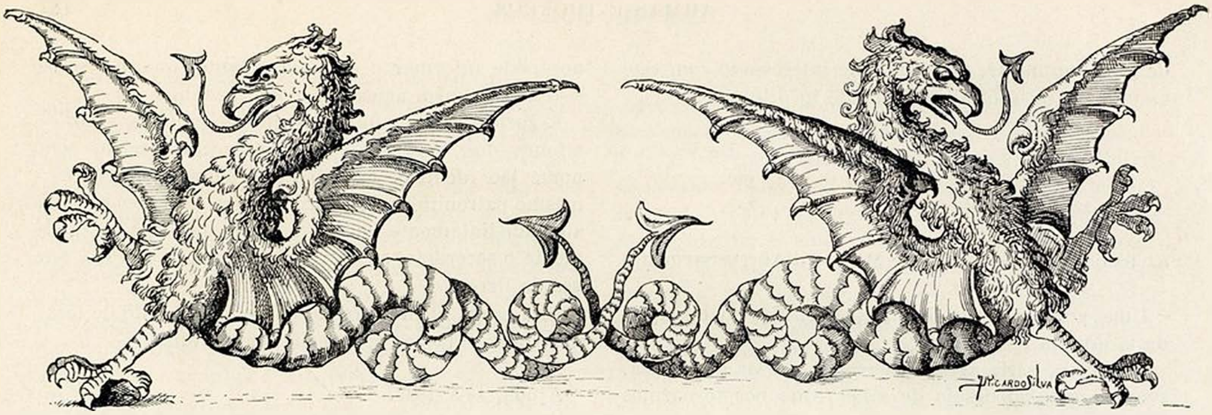
É curiosissima a indicação de por aqueles sitios — alfobre dos Vergueiros — aparecer um registo com nome tão identico. *Pires* e *Peres*, como se sabe, é o mesmo patronimico de Pedro ou Pero ; podia ser usado até indistintamente pela mesma pessoa e podia facilmente o sacerdote, ao escrever o registo, pôr Pires em vez de Peres.

Esta carta, alem do resto, tem pois o merito de localizar os Vergueiros pela região bragantina.

Ajuda, 14-V-1936.

F. G. P. V.





Ilustre descendencia de la gran casa de los Sampayos, de Portugal en el reino de Valencia

POR EL MARQUÉS DE CIADONCHA

La nobilisima y muy antigua familia de Sampayo es originaria del Reino de Portugal, de las mas ilustres y calificadas, de que tratan numerosisimos documentos y nobiliarios originales.

Entre ellos, en la Sección de Manuscritos de la Biblioteca Nacional de Madrid, los titulados : Nobiliario de las casas ilustres de Portugal, que escribió Antonio de Lima Pereira, tomo II n.° 3149, folio 197 ; Familias de Portugal y Castilla, por Alvaro Ferreira de Velasco y Jerónimo de Mascareñas, n.° 3264, folio 367 ; Nobiliario de Linajes del Reino de Portugal, por el mismo Jerónimo de Mascareñas, n.° 3265, folio 363 ; el 11768, Recopilación de linajes por el Cronista Don Lázaro del Valle y de la Puerta, folio 390 ; asi como el Libro de Linajes de Portugal por el Rey de Armas Don Diego Barreiro, que lo fué de Don Felipe IV, folio 86, que original se halla en nuestro Archivo con la signatura E.-4.

En la sección de Manuscritos de la Biblioteca Nacional de Lisboa, son muchisimos los Nobiliarios originales que dan la filiación de tan ilustre casa, entre otros y especialmente el Nobiliario y genealogia de algunas familias de Portugal, escritos y ordenados por Diego Rangel de Macedo, años 1713 al 1726, en cincuenta volumenes ; n.° 398, folios 159 y 207, Titulos de las familias de Portugal compuestos por Luis Gonzalo de Sousa Macedo, Barón de Isla Grande y puestos en orden por el Dr. Diego Rangel de Macedo en 1734, en seis volumenes, n.° 276, folios 101 y 122 ; Familias de Portugal por varios autores, que perteneció á Luis da Mota Feo y Torres, redactado por Manuel de Carvalho de Atayde y José Freire de Monterroyo Mascarenhas, n.° 312, folio 332 ; y el titulado Familias de Portugal por Manuel de Carvalho de Atayde, de 1701 á 1710, n.° 356, folio 13392. Todos de la llamada Colección Pombalina.

Señalan por progenitor de la casa á VASCO PIRES DE SAMPAYO, Señor de Chacim, Vilaflor, Anciaes, Vilariño, Mos, Frechas, Torre de Moncorvo, Parada de Pinhão, Vilas Boas, Mirandela, Alfandega da Fé, etc., nacido segun algunos en el lugar de Sampayo, que le pertenecia, de donde tomaron el apellido, viviendo en tiempo de Don Fernando I y Don Juan I de Portugal, por los años 1381. De él se derivaron numerosas descendencias, mereciendo especial mención para nuestro objeto la siguiente :

I — VASCO PIRES DE SAMPAYO, progenitor, poseedor de los citados Señorios, contrajo matrimonio con Dª Maria de Pereira, hija de Alvaro de Pereira, Mariscal del Reino en tiempo de Don Fernando I, siendo sus hijos :

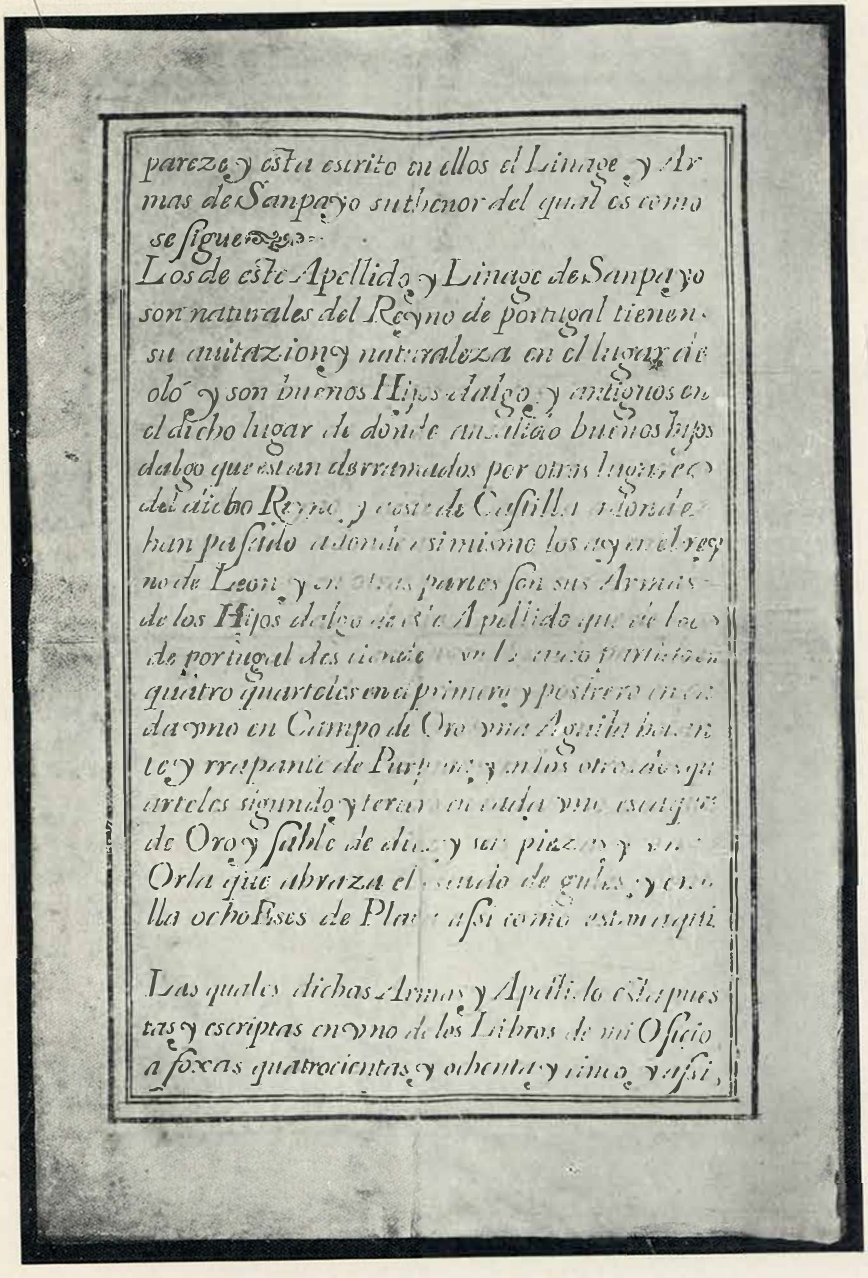
1. — Fernan Vaz de Sampayo, que continua esta genealogia ;

2. — Lopo Vaz de Sampayo, Señor de Anciães, Ribalonga y Vilarinho, esposo de Dª Ines Diaz Pereira, de quienes proceden los Barones de Anciães, Vizcondes de Alcobaza, Condes de Alpendurada, Vizcondes da Bouza, do Espinhal ;

3. — Dª Mencia, casada con Martin Fernandez de



Certidão referente ás armas da Familia São Payo passada em Madrid em 3 de Março de 1643 a pedido do Diogo Teixeira de São Payo residente em Anvers. (1.ª pagina).



parezeͤ y esta escrito en ellos el Linage y Ar
mas de Sanpayo su thenor del qual es como
se sigue
Los de este Apellido y Linage de Sanpayo
son naturales del Reyno de portugal tienen
su auitazion y naturaleza en el lugar de
olo y son buenos Hijos dalgo y antiguos en
el dicho lugar de donde an salido buenos hijos
dalgo que estan derramados por otros lugares
del dicho Reyno y [illegible] de Castilla adonde
han pasido adonde asimismo los ay en el rey
no de Leon y en otras partes son sus Armas
de los Hijos dalgo de este Apellido que de los
de portugal des [illegible] cinco partidos en
quatro quarteles en el primero y postrero en ca
da uno en Campo de Oro una Aguila [illegible]
te y rrapante de Purpura y en los otros dos qu
arteles segundo y terzero en cada uno escaques
de Oro y sable de [illegible] y [illegible] piezas y una
Orla que abraza el escudo de gules y en e
lla ocho Eses de Plata asi como estan aqui

Las quales dichas Armas y Apellido estan pues
tas y escriptas en uno de los Libros de mi Oficio
a foxas quatrocientas y ochenta y cinco y asi,

(2.ª pagina)

Freitas, ascendientes de los Condes de Vilas Boas, y de Alvellos ;

4. — Dª Leonor, casada con Ruy Fernandez de Castro ; y

5. — Dª Ginebra, que contrajo matrimonio con Aires Ferreira, Señor de Cavaleiros, progenitor de los Condes de este Titulo.

II. — FERNAN VAZ DE SAMPAYO, como hijo mayor, heredó los Señorios de Vilaflor y Chacim, casando con Sendriña de Pereyra, vivió en 1395. Su hijo.

III. — VASCO FERNANDES DE SAMPAYO, 3er Señor de Vilaflor y Chacim, vivia em 1449, casó con Mencia de Melo en 1459, hija de Vasco, Alcaide Mayor de Evora y Castelo de Vide y de Beatriz de Acevedo. De este enlace nacieron :

1. — Fernando Vaz de Sampayo, Señor de Vilaflor y Chacim, Alcalde mayor de la Torre de Moncorvo, que vivió en 1474, heredero de la casa, progenitor de numerosas casas ilustres de Portugal, entre ellas de los Condes y Marqueses de Sampayo, Marqueses de Sabugoza, Duques de Albuquerque, Condes de Mesquitella, Condes de Marin, de Vila Flor, de Alpedrinha, Redinha, Vila Franca, Estarreja, Duques de Lafões y de Miranda, Marqueses de Arronches, Condes de Vila Verde, y da Ribeira, Marqueses de Santar, etc.

2. — Francisco, casado con Dª Felipa de Silva ;

3. — Diego, que sigue :

4. — Juan de Melo, Abad Comendatario de Pombeiro, de quienes descienden los Barones de Pombeiro de Riba Vizella ;

5. — Beatriz Pereira, esposa de Jorge Deza, ascendientes de los Marqueses de Montalvão, Condes de Praia da Victoria ;

6. — Felipa, que contrajo matrimonio con Juan de Mendoza, progenitores de los Condes de Lavradio ; y

7. — Juana, casada con Duarte Peixoto, Señor de Penafiel.

IV. — DIEGO DE SAMPAYO, fué primer Señor de Ranhados, por compra de la villa á Alvaro Pires de Tavora, segun consta en la confirmación que de ello le hizo el Rey Don Manuel en 1505. (Libro 4º de Alem Douro, folio 284, del Archivo de la Torre do Tombo). Algunos genealogistas al tratar de él ponen en duda su legitimidad, pero tratadistas modernos han hecho un estudio critico documentado, entre ellos Gaspar Alves de Lousada, afirmando ser legitimo, fundandose en que Diego obtuvo un foro de Mozo fidalgo con mil reales de moradia en 1469, como se ve en la lista de los moradores de la casa del Rey Don Alfonso V, publicada por Don Antonio Cayetano de Sousa en las Pruebas de la Historia Geneologica, tomo II, pag. 43, siendo este foro el mismo de su padre y la misma moradia, sin disminución alguna, por lo cual solo pudo serle trasmitido en herencia como tal hijo legitimo. De su rama habia importantes noticias en el trabajo de dicho Sr Alvez Lousada y en el de José Amado de Azambuja. Fué su esposa Constanza Ines de Mezquita, hija de Martin Gonzalez Pimentel, Pagador General de la provincia de Tras-os-Montes y de Ines de Mezquita. Fué Contador de dicha provincia en propriedad, segun consta en el Archivo de la Torre do Tombo, Libro I, da Beira, folio 23. En 1475 le habia sido concedida una renta de dos mil Coronas, con facultad de poder legar sus tierras a su hija, á falta de hijos varones. Fueron aquellos padres de :

1. — Diego, sin descendencia ;

2. — Antonio, que sigue ;

3. — Juan de Sampayo, esposo de Maria de Melo, con descendencia ;

4. — Violante Pereira, casada con Diego de Magalhães ; y

5. — Ginebra Pereira, que casó con Jorge Barreto, su cuñado.

V. — ANTONIO DE SAMPAYO, apellidado en los documentos SOUSA DE SAMPAYO, fué II Señor de la villa de Ranhados y lugar de Salgueray, vivió por los años de 1528, fecha en que vendió sus Señorios. Casó con Dª Milicia de Sousa y Melo, siendo sus hijos :

1. — Diego, que continua ;

2. — Miguel de Sampayo, esposo de Luisa Cardosa, en Lisboa ;

3. — Antonio Melo de Sampayo, casado con Isabel Brandão ; y

4. — Maria Ines de Melo, esposa de Fernando Brandão.

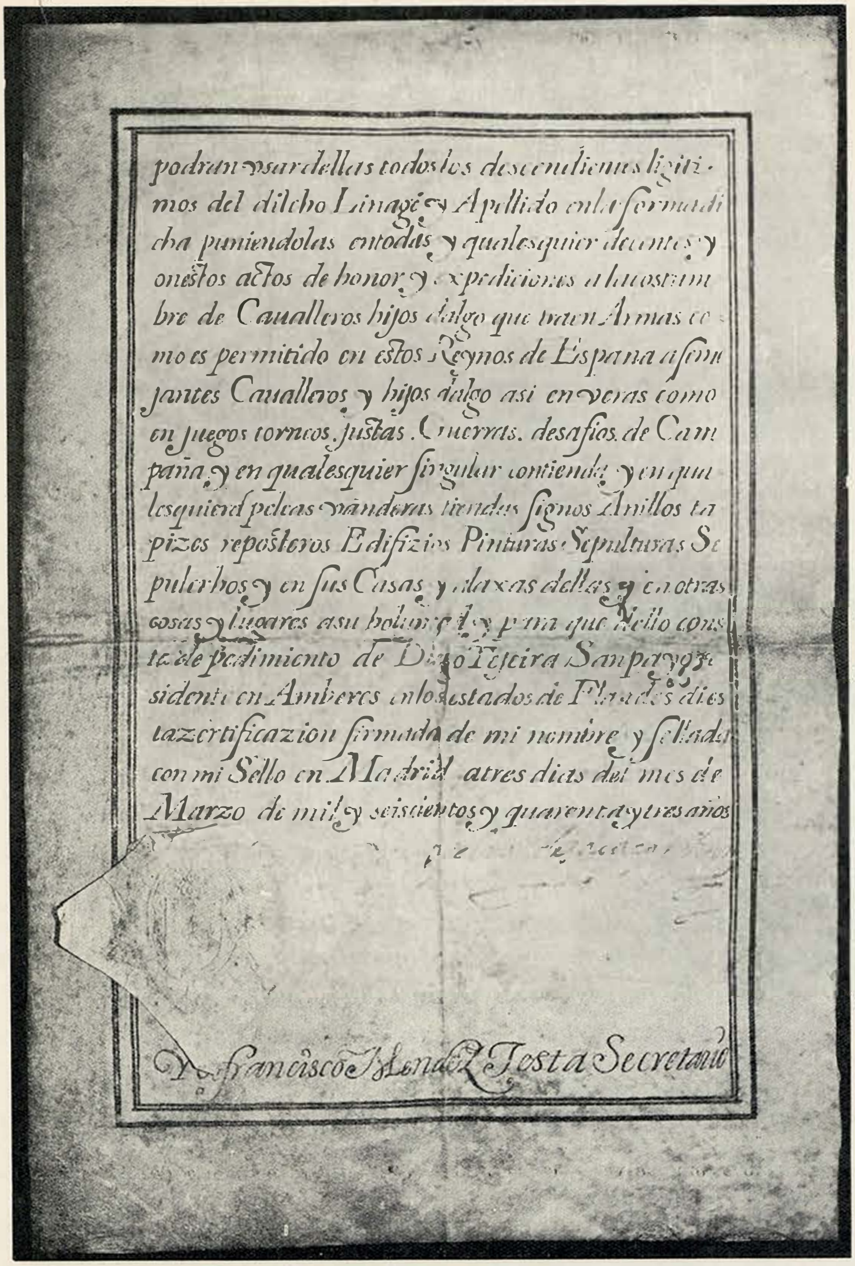
VI. — DIEGO SOUSA DE SAMPAYO Y MELO, fué declarado Mozo fidalgo de la Casa del Rey, segun consta en el libro de las Moradias o de Moradores de ella, en inscripción de 1540, en que se le señala en cada mes 1750 reales de sueldo y tres celemines de cebada cada dia para un caballo (A petición de su hijo German Sousa se sacó certificación del libro correspondiente, el 24 de Febrero de 1568). Contrajo matrimonio en Gouvea, con Guiomar de Sequeira. Estando ambos consortes en Tratajos, obtuvo Diego Sousa de Sampayo, privilegio de perdón del Rey Don Sebastian fecha 23 de Enero de 1562, en que le llama «Muy Fidalgo de su Casa» despues acabado de despachar en Abril de 1564. Registrado luego el Privilegio en la mano 41 de Manaments y Empares de la Curia Civil de Valencia año 1598, folio 22. Aquellos procrearon á

1. — German Sousa de Sampayo, que continua esta genealogia ;

2. — Laureano Sousa de Sampayo, que vivió tambien en Valencia ;

3. — Valentin Vaz de Sampayo, llamado por error Martin, por los genealogistas ; y

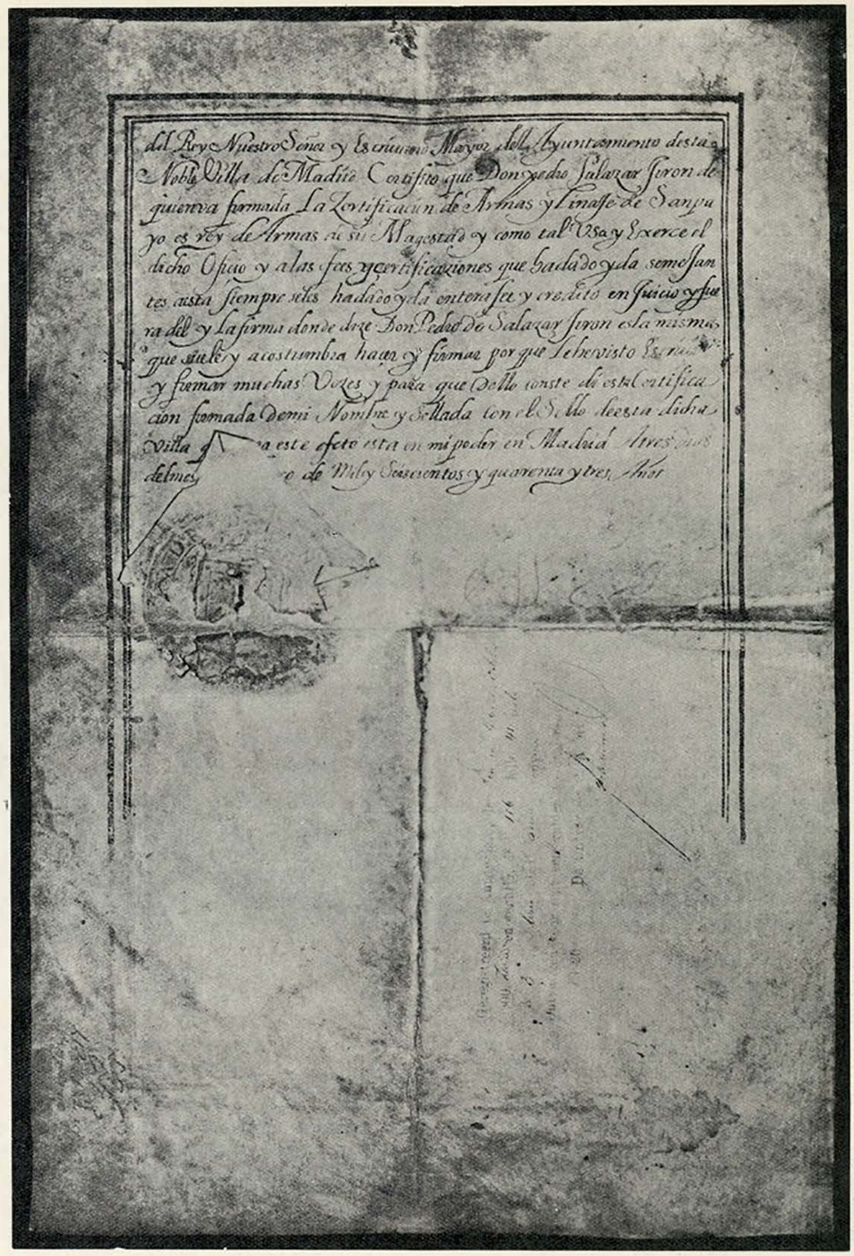
Este Valentin Vaz de Sampayo, sirvió en la India, segun los expresados nobiliarios, con su hermano Antonio, figurando con el nombre de Martin Vaz en un codice de la Biblioteca Nacional de Lisboa titulado «Memoria de las personas que pasaron a la India de 1505 a 1628», en que consta pasó en 1554 llevando el



podran vsar dellas todos los descendientes legiti-
mos del dicho Linage y Apellido enla forma di
cha puniendolas en todas y qualesquier decentes y
onestos actos de honor y expediciones ala costum
bre de Caualleros hijos dalgo que traen Armas co-
mo es permitido en estos Reynos de España a seme
jantes Caualleros y hijos dalgo asi en veras como
en juegos torneos. justas. Guerras. desafios. de Cam
paña y en qualesquier singular contienda y en qua
lesquiera pelea s vanderas tiendas signos Anillos ta
pizes reposteros Edifizios Pinturas Sepulturas Se
pulcrhos y en sus Casas y alaxas dellas y en otras
cosas y lugares asu honor y para que dello cons
te a pedimiento de Diego Teseira Sanpayo re
sidente en Amberes enlos estados de Flandes di es
ta zertificazion firmada de mi nombre y sellada
con mi Sello en Madrid atres dias del mes de
Marzo de mil y seiscientos y quarenta y tres años

Francisco Mendez Tosta Secretario

(3.ª pagina)



del Rey Nuestro Señor y Escrivano Mayor del Ayuntamiento desta
Noble Villa de Madrid Certifico que Don Pedro Salazar Giron de
quien va firmada La Certificacion de Armas y Linaxe de Sanpa
yo es rey de Armas de su Magestad y como tal Usa y Exerce el
dicho Oficio y a las fees y certificaziones que ha dado y da semejan
tes asta siempre se les ha dado y da entera fee y credito en Juicio y fue
ra del y la firma donde dize Don Pedro de Salazar Giron es la misma
que suele y acostumbra hacer y firmar porque se le e visto escrivir
y firmar muchas vezes y para que dello conste di esta Certifica
cion firmada de mi Nombre y Sellada con el Sello de esta dicha
Villa [illegible] a este efeto esta en mi poder en Madrid a tres dias
del mes [illegible] de Mil y Seiscientos y quarenta y tres Años

(4.ª pagina)

foro de Mozo fidalgo y mil reales de moradia al mes. A su regreso a Portugal contrajo matrimonio con Francisca da Silva, hija de Francisco Peixoto da Silva y de Angela Coutinho ; nieta paterna de Duarte Peixoto da Silva, y por linea materna de Ruy Mendez de Figueredo y de Francisca Coutinho : biznieta de Duarte Peixoto da Silva y de Isabel da Silva, y tercera nieta de Juan Peixoto.

Dicho bisabuelo Duarte Peixoto, habia casado, en otras nupcias con Juana Melo de Sampayo, hija de dicho Vasco Fernandes siendo padres de Francisco Peixoto Melo, marido de Ines de Coalha, cuya hija Antonia de Melo caso con *Francisco de Eza*, por cuyo motivo este es llmado «primo de Francisca da Silva», la esposa de Martin Vaz de Sampayo, como luego veremos (siendo en verdad tio suyo, por pertenecer a generacion anterior).

Asi consta todo ello, desde el matrimonio de Martin Vaz de Sampayo y la ascendencia citada de su mujer Francisca de Silva, en los Nobiliarios originales manuscritos de la Biblioteca Nacional de Lisboa : Titulo de la familia de los Peixoto y coleccion de documentos autenticos relativos a varias ramas de esta familia, de la coleccion del Dr. Rangel de Macedo, n.° 278 ; Nobiliario de las familias de Portugal, tomo V, n.° 302, folio 31 ; Nobiliario de las familias de Portugal, recopilado de varios autores e ilustrado con muchas anotaciones, por José Freire de Monterroyo Mascarenhas, n.° 283, folio 377 ; el citado Nobiliario y genealogia de algunas familias de Portugal, por Diego Rangel de Macedo, n.° 392, folio 148, todos de la Coleccion Pombalina.

En la Biblioteca Publica de Porto se conserva el celebre Nobiliario original manuscrito titulado de «Do Cazal do Paço» y en el tomo 210, folio 28 vuelto, cita a Francisco Peixoto (hijo de Duarte Peixoto da Silva) casado con Angela Coutinho, hija de Ruy Mendez Figueredo, Capitan en la China, y al enumerar a sus sijos, cita a FRANCISCA, casada en Sevilla, con descendencia.

En los libros parroquiales de Santa Engracia de Lisboa, centralizados hoy en el Archivo de San Vicente, al folio 83 vuelto, del libro 2, se halla el acta de un matrimonio anterior, que no llego a realizar-se, por desistimiento del contrayente, segun nota marginal, de Martin da Silva de Vasconcelos, viudo, con la citada Francisca da Silva, hija de Francisco Peixoto da Silva y de Angela Coutinho, natural de Lisboa, en Febrero de 1629.

A pesar de la absoluta unanimidad al nombrar al esposo de dicha Francisca da Silva, siempre todos los citados nobiliarios como «Martin Vaz de Sampayo», es lo cierto que su verdadero nombre era VALENTIN VAZ DE SAMPAYO, segun se prueba por un documento, carta autografa suya, firmada en Sevilla, el 2 de Junio de 1648, dirigida «a su primo» el Señor TOMAZ DE SAMPAYO, residente en Amberes, que se conserva en los Archivos de esta ultima villa, en que relata detalladamente su vida, diciendo que estuvo en la India de Portugal, Angola y Brasil (como dicen los nobiliarios) regresando a Lisboa y casandose con «Doña Francisca da Silva hija del Sr. Francisco Peixoto da Silva y prima de Don Francisco de Eça» quien aportó buena dote en hacienda raiz y mayorazgo, pasando a residir a la ciudad de Oporto, donde radicaba. Por los años 1638 estando en su quinta, intervino con un casero en un suceso, en el que murió el Corregidor y un sobrino suyo fue mal herido, teniendo por ello que huir, acompañandole su esposa, y coincidiendo con el levantamiento de Portugal, y falleciendo en estas circunstancias Dª Francisca dejandole hijos. Se refugió en casa de su madre, y como no tenia remedio y su hermana no se lo podia dar, paso a Sevilla, en cuya ciudad escribe relatando lo anterior (coincidiendo con lo que afirma el Nobiliario de Cazal do Paço que aseguraba estaba en Sevilla y con descendencia) y termina pidiendo al Don Tomaz de Sampayo su «primo tan allegado» una carta muy encarecida del SEÑOR DIEGO TEIXEIRA DE SAMPAYO para Marcos de Goes de Morais, su correspondiente, que habia tomado las salinas del Reino de Sevilla, para que le ocupase en una administracion conforme a su calidad, calificandose de «hombre noble».

En el Archivo de Amberes, se halla una carta autografa de Dª Maria de Sampayo, fechada en Sevilla en Junio del Año probable 1648, dirigida al dicho Don Tomaz de Sampayo, en Amberes, en que habla de su hermano VALENTIN VAZ, declarandose prima de Don Tomaz como «hijos de hermanos» y citando a Diego Teixeira.

Otra carta de la misma Dª Maria de Sampayo, fechada el 7 de Marzo, del propio año probable, dirigida a su primo Don Tomaz de Sampayo, en Amberes, confirma este mismo parentesco y le notifica la muerte de su madre, diciendo vivia con su hermano (Valentin) el cual tenia hijos.

Y por ultimo otra carta tambien original, conservada en los mismos Archivos de la villa de Amberes, firmada en Amburgo el 5 de Junio de 1649 por Francisco y Andre Roiz de Andrade, dirigida a Don Tomaz de Sampayo, declara terminantemente el parentesco que este tenia con el Señor Diego Teixeira de Sampayo.

De todos cuyos documentos se deduce claramente que el esposo de D.ª Francisca da Silva, de la casa de los Peixoto da Silva, se llamaba VALENTIN VAZ DE SAMPAYO, y no Martin Vaz, como le llaman por error facil los nobiliarios, teniendo una hermana llamada D.ª Maria de Sampayo, residente como él entonces en la ciudad de Sevilha y estando ambos en relacion con su primo carnal Don Tomas de Sampayo y siendo todos ellos parientes de DON DIEGO TEIXEIRA DE SAMPAYO.

Este Señor Diego Teixeira de Sampayo, habia nacido en Portugal hacia 1580 ; encontrandose en Lisboa el 13

de Julio de 1618, otorgo dos documentos ante el Notario Francisco Coelho relativos a su futuro matrimonio con la Sr.ª Blanca de Andrade hija de Rodrigo de Andrade y de Ana de Milão, que fueron la carta de dote y contrato antenupcial, a los que concurrió el Señor Diego Lopez de Ulhoa, caballero Fidalgo de la casa de S. M. morador en Lisboa, en nombre y como procurador bastante de Jorge de Andrade hermano de D.ª Blanca, como fiador y principal pagador, segun consta en el Libro distribuidor de Notarios, del Archivo da Torre do Tombo n.º 19 f.º 85, del mencionado año 1618.

El matrimonio se verificó por poder en la Iglesia de San Jorge de Amberes, el 26 de Octubre de inmediato, representando al contrayente el mismo Jorge de Andrade, previa dispensa de las tres proclamas, inscribiendose el acta en los libros de la citada Iglesia el mismo dia, en que constan como testigos, Duarte Ximenez, Manuel Ximenez, Francisco Rodriguez de Vera y Luis Alvarez Jorge.

Poco despues pasó á Amberes, puesto que el 6 de Mayo de 1619 ya concurre ante el Notario Giles van den Bossche, de la citada villa para otorgar carta de pago de los siete mil quinhentos cruzados, a que se referia la promesa de dote otorgada en Lisboa el año anterior, por Diego Lopez Ulhoa, en nombre de su cuñado Jorge de Andrade, que le fueron entregadas en piezas de oro, plata y joyas. En el documento se llama Diego Teixeira de Sampayo, como casado y legitimo marido de la Señora Blanca de Andrade, hija de los Señores Rodrigo de Andrade y de Ana de Milao, siendo testigos Gaspar Pels y Alejandro Pegui, moradores de Amberes.

En los libros llamados de Antuerpia, que se conservan en el Archivo de la Torre do Tombo de Lisboa, que contiene las actas originales de la institución del Consulado de Portugal en Amberes, números 210 al 216, consta como asistiendo á sus sesiones, firmando cada una, desde la del 30 de Octubre de 1619, siendo nombrado Consul en 1622 y en 3 de Marzo de 1627, rindió cuentas de los periodos de 1620 al 1625 y del 1625 al 1629 ; En la sesión de 1.º de Octubre de 1626 se le concedió vivir en el Palacio llamado casa de Portugal, con el pago de quinientos florines al año y con la obligación de repararla.



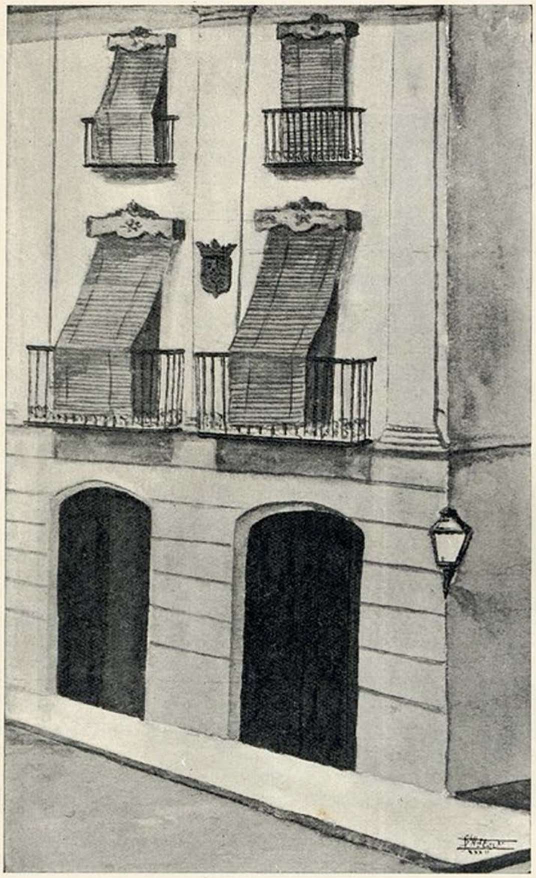
Antigua casa de los Sousa de Sampayo en Camfanar

Tambien figura su nombre en las listas ó nóminas de portugueses, siendo la mas moderna en que se halla la del 12 de Abril de 1646, y la última sesión á que asiste y firma, como casi todas las anteriores, la de 6 de Enero del mismo año. En la de 21 de Octubre de 1646, consta ausente en Colonia, lo que se repite en la del 5 de Noviembre, y en la de 10 de Enero de 1647, se dá cuenta haber sido reparada la casa grande en que vivió el Señor Diego Teixeira de Sampayo. En las actas

de estos años comienza á figurar como asistente y firmando dicho Tomas de Sampayo, su primo, que le sucedió en sus cargos en el Consulado.

Dicho Don Diego Teixeira de Sampayo obtuvo Certificación de armas el 3 de Marzo de 1643, fecha en que residia en Amberes, en cuyo documento se le confirma el blasón del linaje de los Sampayo.

Murió en Amburgo el 25 de Diciembre de 1665, siendo sepultado en el Cementerio de Altona, con su segunda esposa.



Casa en que nació el actual Marquês de Sotelo

*

* *

Volviendo á la relación que interrumpimos de los hijos de Diego Sousa de Sampayo y Melo, Mozo Fidalgo de la Casa del Rey y de D.ª Guiomar de Sequeira, indicaremos que ademas de los citados German, de que trataremos ; Laureano, tambien llamado Valeriano de Melo en los documentos ; Valentin Vaz de quien acabamos de ocuparnos ; D.ª Maria de Sampayo, residente en Sevilha, mencionada en los anteriores documentos y omitida por los genealogistas, fué tambien hijo :

4. — Antonio de Sampayo, que sirvió en la India.

VII. — GERMAN SOUSA DE SAMPAYO Y SEQUEIRA, nació en Portugal y fué el primero que pasó al Reino de Valencia, contrayendo matrimonio en 1560, con D.ª Rafaela de Tallada y Sanz, de la ilustre casa de los Señores y Barones de Barcheta. Dicho Don German Sousa de Sampayo, justificó la nobleza de su ilustre apellido por información testifical recibida en la ciudad de Lisboa el 4 de Febrero de 1568, siendo solicitada por si y por su hermano Valerian de Melo (que debe ser el Laureano citado) concurriendo entre los testigos que declaran en términos favorabilisimos y muy extenso Don Juan de Mendez y otros que manifestaron conocer en Nápoles dos Caballeros Sousa, uno del Habito de Cristo y otro de el de San Juan, que eran parientes de los peticionarios. Unanimamente declaran á los hermanos German y Valerian, como hijos de Don Diego de Sousa y nietos de Antonio de Sousa Sampayo y de Milicia de Sousa y Melo, Señores de Ranhados y lugar de Salgueray. En sus autos fué trasladada la Cédula Real de Moradia de 1540 y toda esta probanza fué registrada en la Corte Civil de Valencia (mano 36 de Manaments y Empares del año 1604, folio 42 pag. 2). En la provisión de justicia ó auto en que se manda registrar dicho privilegio, testifican Cristobal Gomez y Francisco Blandon de Mezquita, afirmando que el documento y su sello son de Portugal, declarando la misma provisión ser German de Sousa hijo de Diego Sousa de Sampayo. Asi constaba ademas en un proceso de alimentos entre el Señor de Barcheta y German de Sousa, que tenia Juan Bautista Marti, escribano de la Real Audiencia y el proceso en la letra G. Dicha Rafaela de Tallada obtuvo dos donaciones, una recibida por Francisco Luis Pastrana en 11 de Enero de 1594, que está en el proceso letra ZZ y otra autorizada por el Notario Juan Alcañiz de unas tierras en Castellón de Jativa. Aquellos procrearon á :

1. — Don Gaspar, que continua esta genealogia ;

2. — Don Luis de Sousa Sampayo, al que se siguió proceso en 1606, en que se testifica el origen Real de los Sousa, en el que declara el Duque de Gandia, Don Carlos de Borja, al folio 375, muy extenso y en términos favorabilisimos, y en cuyos autos se halla tambien la información nobiliaria de su citado padre.

3. — Don Martin de Sousa Sampayo, vecino de Valencia, que tuvo acostamiento de Mozo fidalgo de la Casa Real de Portugal, honrado con dos encomiendas de la Orden de Cristo y el Hábito de ella, Capitan Mayor de Pernanbuco en 1618, esposo de la noble Angela de Rocamora, en la que tuvo

A) — José Sousa de Sampayo, que murió cuando venia de Bahia en 1625 ;

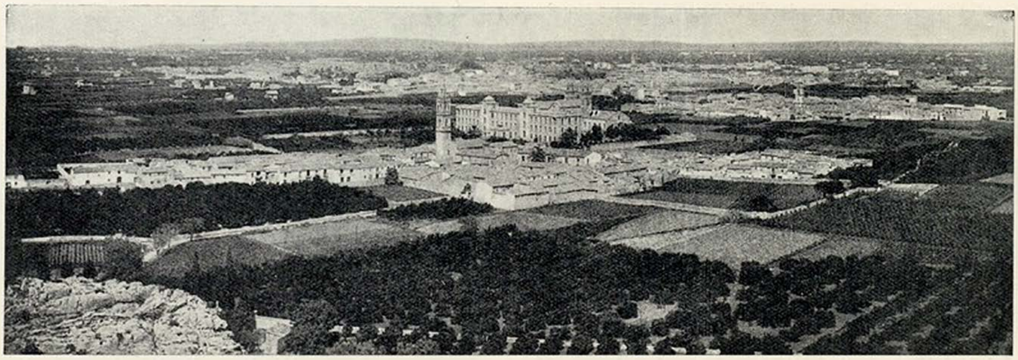
B) — Ignacia de Sousa, casada con Martin Leite Pereira ;

C) — Catalina, madre de José de Sousa ;
D) — Maria ;
E) — Laureano, que vivió en Valencia ;
F) — Manuel ;
G) — Angela ; y
H) — Eugenia.

4. — Calalina de Sousa, casada con Luis Pereira de Sa. Consta la filiación de los tres hermanos Gaspar, Luis y Martin Sousa y Tallada en la declaración de haber sucedido abintestato en los bienes de su madre, fecha 5 de Diciembre de 1598 y la sentencia del 8 inmediata ; en otra sentencia declarandolos hijos de German de Sousa y de Rafaela Tallada, publicada por Pablo Alrcus en nombre de Luis Berbegal, el 10 de Enero de 1600 ; y en otra autorizada por el mismo Escribano de Mandamientos de 7 de Septiembre de 1601 en un proceso de demanda sobre las tierras del castillo de Játiva en cuyos autos aparecen las diligencias de mayoera de las familias mas calificadas de aquel Reino, caballero noble hidalgo, de los mas ilustres, muy limpio de sangre, sin mezcla de raza de judios en ninguna generación y grado por remoto que fuere.

En el Archivo Regional de Valencia, en la citada antigua sección de Manaments y Empares, año 1704 (volumen 3 mano 25, folio 28) hay una información de hidalguia en que consta dicho caballero de Montesa, Don Jerónimo de Sousa, como Gobernador del Condado de Oliva, casado con D.ª Josefa Navarro, tambien de Gandia, padres de Don Gaspar y Don Gavino, fallecidos entonces y de D.ª Magdalena, casada con N. Sant Just.

D.ª Maria Magdalena de Sousa y Sant Just, obtuvo sentencia en 1704, declarando legitima la posesión de una herencia y la donación que hizo al Colegio de Jesuitas de Sacer (Cerdeña) (Manaments y Empares de dicho año, libro 3, mano 25, folio 28).



GANDIA — Vista general — Villa en la que passaron los Sousa de Sampayo, desde Portugal

ria de edad del mismo Gaspar de Sousa Tallada (letra ZZ).

VIII. — GASPAR DE SOUSA Y SAMPAYO, natural de Gandia (aunque algunos documentos dicen de Portugal) contrajo matrimonio en su parroquial con D.ª Ana de Angresola, de la misma naturaleza, hija de Don Vicente, nacido en Valencia y de D.ª Esperanza Sans, de Gandia. Fué Gobernador de Murla. Aquellos procrearon á Don Carlos, que continua esta genealogia y á Don Jerónimo, de quien vamos á tratar.

IX. — DON JERONIMO JOSÉ DE SOUSA Y ANGRESOLA, recibió las aguas bautismales en Murla el 2 de Noviembre de 1600. En Agosto de 1650 se comenzaron sus informaciones nobiliarias para ingresar como Caballero en la Orden Militar de Montensa, las que fueron terminadas favorablemente en 20 de Abril del año siguiente, justificandose una vez mas y de manera plena, la nobleza de sangre de los Sampayo, de que procedia por varonia directa. En la parte de sus pruebas hechas en Madrid, con testigos de Portugal de primera categoria y calidad, consta que su abuelo paterno Don German de Sousa Sampayo, natural de Lisboa,

IX. — DON CARLOS DE SOUSA SAMPAYO Y ANGRESOLA, hermano del Don Jerónimo siendo vecino de la ciudad de Valencia, hizo información de su nobleza en Madrid en el mes de Mayo de 1636, alegando ser hijo de Don Gaspar de Sousa Sampayo, natural de Portugal y vecino de Valencia y de D.ª Ana de Angresola, su mujer, nieto de Don German de Sousa de Sampayo natural del mismo Reino de Portugal y vecino de Valencia, todos cristianos viejos, limpios de toda a raza de moros y judios, de las familias y apellidos mas ilustres del citado Reino, con el fuero y acostamiento de Mozos hidalgos de su Casa Real, como justificó con dos Cédulas ó Albalaes fechados en 19 y 20 de Diciembre de 1608, siendo ademas sobrino cornal de D. Martin de Sousa Sampayo, vecino de la misma ciudad de Valencia, que viniendo á Madrid en el Consejo de Portugal, teniendo noticias de su mucha calidad se le dió el mismo Fuero y acostamiento de Mozo fidalgo, dos encomiendas de la Orden de Cristo, con el Hábito de ella y el cargo de Capitan mayor de Pernanbuco, que no se conferia si no era á los hidalgos, cabelleros notorios y de gran calidad. Fué admitida la pe-

tición y ordenada la practica de la prueba por auto de 20 de Mayo del mismo año 1636, y durante los dias 21, 25 y 27 siguientes fueron recibidas las declaraciones



Barcheta Casa en el lugar donde existió el feudo de los Sousa

extensas de los testigos propuestos, que lo fueron: Don Manuel de Vasconcelos, del Hábito de Cristo, del Consejo de S. M. en el Supremo de Portugal, Don Duarte Luis de Meneses, Conde de Tavora, Caballero de Alcantara, Don Jerónimo de Ataide, Don Francisco de Mascareñas, Caballero de Cristo, del Consejo de S. M. en el Supremo de Portugal, el Dr. Duarte Blandon, Abogado de los Reales Consejos, Don Carlos de Urrea y Aragon, Duque de Villahermosa, del Consejo de Estado de S. M. y Presidente del Supremo de Portugal, Conde de Ficallo, Don Pablo Antonio Julian, vecino de Valencia y Don Gabriel Roig, de la propia vecindad. Todos ellos unanimamente deponen que los apellidos de Sousa y Sampayo, en Portugal, eran muy nobles y calificados, todos cristianos viejos y caballeros hidalgos



Barcheta. La casa de los Sousa. Frente

muy conocidos, y que á ellas pertenecian legitimamente y que de ellas procedian el peticionario y su padre y abuelo, reconociendo la autenticidad de los dos albaales Reales citados que uno á uno les fueron exibidos. Todo ello fué aprobado por auto de 28 del mismo mes de Mayo de 1636, por el Lic.º Don Antonio Ramos de Castilla, Teniente de Corregidor de Madrid, interponiendo su autoridad y decreto judicial, y mandando se diesen á la parte de Don Carlos de Sousa y Sampayo, los traslados que pidiere, firmado de su mano y refrendado por el Escribano José Belarde. Un testimonio fué dado en la misma fecha y legalizado por los Escribanos Juan Gomez Hidalgo, Francisco de Morales, Francisco Mendez Testa, asi como por Tomas Femat, Secretario del Consejo de Aragón. Registrada la información en Manaments y Empares de Valencia año 1703, folio 38.

Dicho Don Carlos de Sousa Sampayo, contrajo matrimonio con D.ª Maria Sanchez Dalmau y Marti, hija de Mosen Melchor Sanchez de Hijar y de D.ª Jerónima

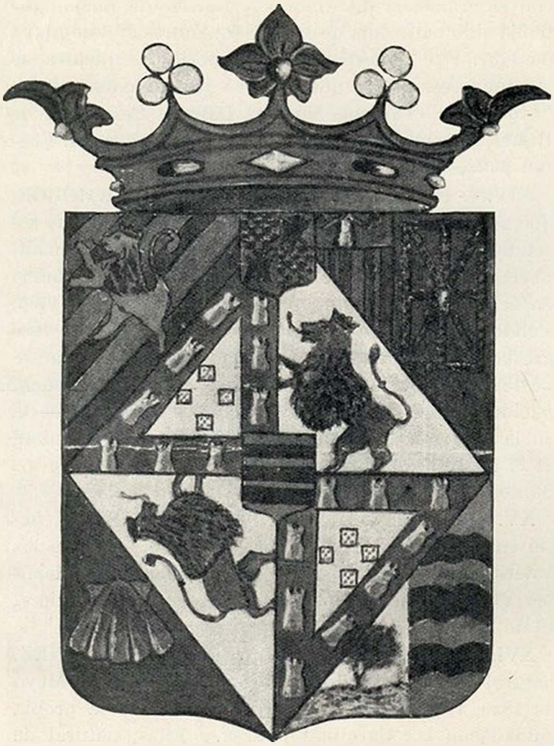


Barcheta. La casa de los Sousa. Vista de lado

Marti y Roig; nieta de Mosen Miguel Sanchez Dalmau, Lugarteniente General, Tesorero General del Reino de Valencia por el Emperador y de D.ª Isabel de Hijar, cuyos capitulos matrimoniales se firmaron en Valladolid el 22 de Enero de 1523; biznieta de Don Juan Fernandez de Hijar, de la gran casa de los Duques de Hijar, Condes de Aliaga y de Belchite, y de D. Isabel de Arellano y Mendoza, hija de los Condes de Aguilar. Fué su hijo primogénito.

X. — DON EUSEBIO DE SOUSA SAMPAYO TALLADA Y SANCHEZ DALMAU, que heredó estas casas. Huyendo de la peste que se declaró en Valencia en 1650, pasó á Cerdeña, donde casó con D.ª Catalina de Sotgiu y Tola. A su favor se declaró la sucesión del vinculo de la villa de Barcheta y del Mayorazgo fundado por Mosen Miguel Sanchez Dalmau, el Tesorero de aquel Reino por sentencia de la Audiencia publicada el 7 de Septiembre de 1662, confirmada por el Su-

premo el 17 de Abril de 1665. En un documento del archivo del Sr. Marques de Sotelo, escrito por este Don Eusebio de Sousa consta que tenia en poder de su tio



Esquartelado — 1.º de Sanches — 2.º partido de Amoros e de Fernandes de Hijar — 3.º de Dalmau e 4.º de Anglesola. Sobre tudo em lusango as armas de Sousa carregadas no crusamento pelas armas de Fallada. No club as armas de Sampayo.

Don Jeronimo las dos Cedulas Reales mencionadas de 19 y 20 de Diciembre de 1608, encuadernadas en un libro en Pergaminho, en cuartro de folio en blanco, cuyos documentos se presentaron en la información de Madrid, y tambien el arbol genealogico de su ascendencia, en pergaminho, autenticado por tres Notarios. Todos propriedad de dicho Don Eusebio que entregó a su mencionado tio para que se los guardase. Fueron sus hijos

1. — D.ª Jerónima, que murió soltera ;

2. — D.ª Ana Maria, Religiosa Dominica en Santa Catalina de Caller ;

3. — Don Carlos, que sigue ; y

4. — Don Jaime de Sousa, que pasó á Valencia para ultimar el pleito del lugar de Barcheta, hasta dejar á su hermano Carlos en la pacifica posesión de dicho Señorio. En la Sección de Consejos del Archivo Historico Nacional se encuentra el pleito original de Don Carlos Tallada y Sousa, con Don Francisco de Mascarell y Pertusa y Gastón Pertusa sobre el fideicomiso instituido por Gaspar José de Tallada, Generoso, Señor de Barcheta, dandose sentencia por la Audiencia de Valencia, el 14 de Junio de 1697, apelada ante el Consejo que la confirmó á favor del mismo Don Carlos de Tallada (Sousa). Los autos originales forman cinco grandes legajos encuadernados en pergaminho que tienen las signaturas 21877 al 81 ; y 22098. Casó en Caller dos veces y no tuvo sucesión.

XI. — DON CARLOS DE SOUSA TALLADA SANCHEZ DALMAU, Señor del lugar de Barcheta, otorgó sus capitulaciones matrimoniales en Caller, el 6 de Junio de 1683, ante Juan Esteban (Real Justicia — libro 8 año 1722 — f.º 7), para casarse con D.ª Isabel de Montes y Suñer. De este enlace fueron hijos :

1. — Don Vicente, que continua ;

2. — Don José, Sacerdote, fallecido en Caller el 3 de Julio de 1737 ;

3. — Sor Antonia, Religiosa en el Monasterio de Santa Catalina de Sena en Caller, del Hábito de Santo Domingo ;



Lapide costeada por la ciudad de Valencia en gratitud al marqués de Sotelo por su gestion como alcalde, que fué colocada en la casa donde nació.

4. — D.ª Maria Teresa, vecina de Valencia, que casó en primeras nupcias con Don Eusebio de Benavides y en segundas con Don Lorenzo de San Roman ;

5. — Don Francisco ;

5. — D.ª Francisca de Paula ; y

7. — D.ª Jerónima (estos tres ultimos muertos de poca edad).

XII. — DON VICENTE GASPAR DE SOUSA Y MONTES, natural de Caller bautizado el 6 de Julio de 1695, Señor y Barón de Barcheta y Campanar, llamado «Tallada Sanchez Dalmau, Fernandez de Hijar Sampayo y Melo» en los autos de su herencia paterna que se encuentran en el Archivo Regional de Valencia, fecha 15 de Julio de 1721 (Real Justicia, libro 10 año 1727, f.º 188). En el terminan las genealogias de un curioso memorial genealogico con sus ascendencias Reales por los Hijar, Ramirez de Arellano y Sousa, que original manuscrito se conserva en el Archivo del Marques de Sotelo. Otrogó su disposición testamentaria el 20 de Abril de 1770, en que ordena ser sepultado en el Convento del Carmen de Valencia donde tenia su supultura. Fué su esposa D.ª Rosalia de Cabrera y Rocamora, que recibió el bautismo en la parroquial de Santa Catalina de la misma ciudad, el 4 de Septiembre de 1698, siendo desposados en la de San Pedro el 30 de Septiembre de 1720. Su hijo



D. Carlos de Sousa Sampayo y Alvarez Marques de Sotelo

XIII. — DON VICENTE DE SOUSA Y CABRERA, recibió las aguas bautismales en la de San Pedro de la Seo el 1.º de Febrero de 1725. Contrajo matrimonio en la de San Esteban de la misma ciudad de Valencia con D.ª Lucrecia de Amoros y Darder de Borja, que habia sido bautizada en la de San Andres el 6 de Mayo de 1737. Fué poseedor de los Señorios y vinculos de sus mayores, por la que aparece apellidandose en los documentos «Tallada, Sanchez Dalmau Fernandez de Hijar, Sampayo de Melo, antes Sousa y Cabrera». Fueron padres de :

XIV. — DON VICENTE DE SOUSA Y AMOROS, que sucedió en los Señorios y vinculaciones de sus ascendientes llamandose «Tallada, Sanchez, Dalmau, Fernandez de Hijar, Sampayo de Melo». Habia nacido en el Poblado de Campanar, el 3 de Marzo de 1764, siendo bautizado en su parroquia, y falleció en la feligresia de San Martin de Valencia, el 28 de Septiembre de 1825. Fué su mujer D.ª Andrea de Castro y Deona, nacida en Novelda, el 30 de Noviembre de 1768, muerta en la feligresia de Santo Tomas de la misma ciudad, el 27 de Julio de 1828, que habian casado en la de los Santos Juanes, el 6 de Mayo de 1789.

XV. — DON MANUEL DE SOUSA Y CASTRO, nació en Valencia el 27 de Febrero de 1804, hijo de los anteriores, siendo desposado con D.ª Jerónima Martinez Villalva, nacida en Campillo (Teruel) y falleció el 13 de Marzo de 1881. Ambos procrearon a :

XVI. — DON MANUEL DE SOUSA Y MARTINEZ, natural de Valencia, donde habia nacido el 25 de Mayo de 1829, fué desposado en la Castrense de la propia ciudad con D.ª Carolina Alvarez y Elias, natural de Madrid, cuya Sr.ª falleció el 16 de Noviembre de 1926 y su esposo el 20 de Febrero de 1909. Es su hijo el

XVII — EXCM.º SEÑOR DON CARLOS DE SOUSA Y ALVAREZ, MARQUES DE SOTELO, nacido en Valencia el 16 de Noviembre de 1862, bautizado al siguiente dia en la parroquial de Santa Cruz, que contrajo matrimonio en la Iglesia Castrense de la misma ciudad el 1.º de Febrero de 1889, con la Excma Sr.ª D.ª Virginia Lopez Chicheri y Garcia Caro, de la misma naturaleza. Contralmirante de la Armada, Caballero Gran Cruz de las Ordenes de Mérito Naval y Mérito Civil, Gentilhombre de Cámara de S. M. con ejercicio, Caballero placa de la Orden de San Hermenegildo, Comendador de la de San Gregorio el Magno y Legión de Honor de Francia, Gran Oficial de la Corona de Italia, condecorado con la Cruz Roja pensionada del Mérito Naval y Cruz Blanca del mismo, con la medalla de la Coronación de Don Alfonso XIII, con la del Homenaje á S. S. M. M. y Conmemorativa de la Paz de Marruecos, Alcalde que fué del Excm.º Ayuntamiento de la ciudad de Valencia, por cuya gestión le fué concedida la medalla de oro de la ciudad. Jefe actual y descendiente legitimo de la gran Casa de los Sampayo, de Portugal, que pasaron al Reino de Valencia.

*

* *

BLANSON — El escudo de armas personal de Don Carlos de Sousa Sampayo y Angresola, organizado con los cuarteles de sus apallidos, Señorios y vinculaciones, usado por todos sus descendientes hasta la actualidad, es el siguiente : Cuartelado : 1.º En gules barras de oro y sobre ellas un leon pardo rampante, coronado de oro, que es de SANCHEZ ; 2.º Partido, a la diestra en oro cuatro palos rojos y a la izquierda en gules una cadena de oro puesta en cruz, aspa y orla, con una esmeralda en su centro, que es de FERNANDEZ DE HIJAR. En el jefe del primero en rojo un chevron de oro, acompañado en punta de una torre de plata aclarada del campo, y en la parte superior de dos estrellas de plata de ocho rayos, que corresponde a AMOROS. 3.º En rojo una concha o venera de oro, que os de DALMAU ; 4.ª Partido, primero en azur un arbol de sinople terrazado, y segundo en oro tres fajas negras ondeadas, de ANGRESOLA. Sobre el todo un losanje grande cuartelado 1.º y 4.º las Armas Reales de Portugal ; 2.º y 3.º En plata un leon rojo rampante y coronado de oro. Sobre el todo del todo un escuson corriente de oro con tres fajas negras, correspondientes ambos a los linajes de SOUSA y TALLADA, el ultimo. Y en un escuson colocado en el jefe del escudo general ; Cuartelado 1.º y 4.º Ajedrezado de oro y negro de diez y seis puntos ; 2.º y 3.º En oro un aguila exployada de purpura, que corresponde a los SAMPAYO. corona de MARQUES.

*

* *

Archivos consultados.

Archivo de la Torre do Tombo.

Biblioteca Nacional de Lisboa en su Seccion de Manuscritos.

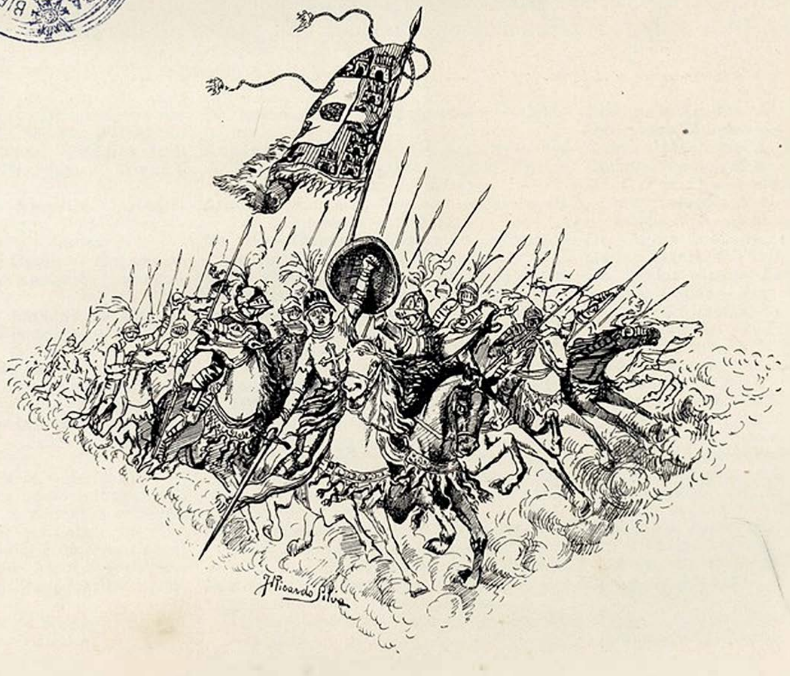
Archivo familiar de los Excm.os Condes y Marqueses de Sampayo.

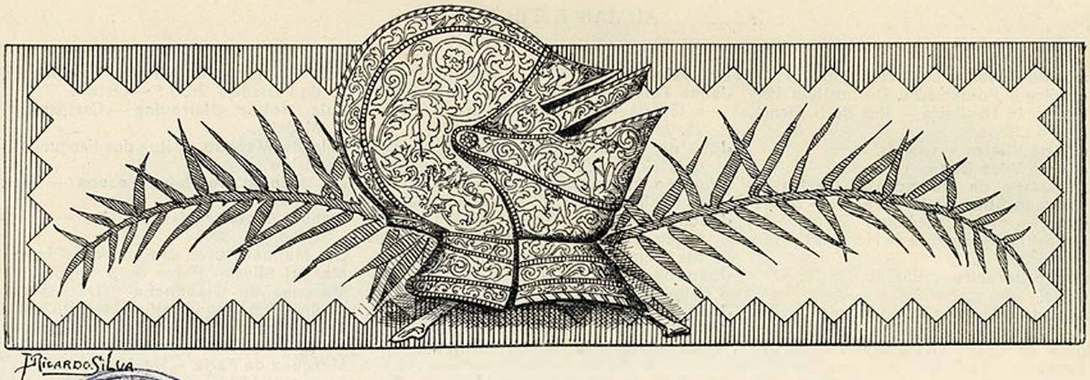
Biblioteca Nacional de Madrid, en su Seccion de Manuscritos.

Archivo Historico Nacional.

Archivo familiar del Excm.º Señor Marques de Sotelo.

Archivo Regional de Valencia.





«ARMAS E TROFÉUS»

O Instituto Português de Heráldica resolveu suspender a publicação dêsta Revista de História e de Arte, dando o seu apoio à publicação de uma Revista onde apenas se tratem assuntos de heraldica, genealogia e nobiliarquia.

Ficará portanto a Revista «ARMAS E TROFÉUS» apenas com um volume pelo menos por emquanto.

Os colaboradores da Revista de História e de Arte, «ARMAS E TROFÉUS», além da Comissão Redactora composta de Affonso de Dornellas, Conde de São Payo e Augusto Cardoso Pinto, foram os Ex.^mos Senhores: Conde de Vila Flôr, Conde de Tovar, Marquês de Ciadoncha, D. António del Solar e Taboada, António Machado de Faria de Pina Cabral, Augusto Vieira da Silva, Luís Keil, Prof. Custódio Cabeça, Luciano Ribeiro, Frazão de Vasconcelos e Frederico Gavazzo Perry Vidal, a quem o Instituto Português de Heráldica se confessa extremamente reconhecido.

As pessoas e colectividades de que haja conhecimento adquiriram a Revista «ARMAS E TROFÉUS» foram as seguintes:

Affonso de Dornellas — Da Academia das Ciências de Lisboa, Chanceler do Instituto Português de Heráldica, Secretário Geral da Cruz Vermelha Portuguesa — Jardim 9 de Abril — Lisboa.

Alberto de Gusmão Navarro — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua 16 de Outubro, 5 — Lisboa.

Dr. Alberto Machado Calejo — Mogadouro.

Alberto Vilares — Rua Alexandre Herculano, 233 — Porto.

Dr. Alfredo Iglezias Mendes da Silva — Rua Nova de S. Mamede, ao Caldas — Lisboa.

Dr. Alvaro de Azevedo Leme Pinto e Melo — Do Instituto Português de Heráldica — Torre do Cabeção — Santa Cruz do Douro.

Amaro Joaquim Maria Barros — Rua Herois de Kionga, 65, 1.º — Lisboa.

Anibal Taborda — Vizeu.

Antero Barreto de Faria — Barcelos.

Dr. Antonio Alcantara de Mendonça Dias — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Vila Franca do Campo.

Antonio Machado de Faria de Pina Cabral — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, do Instituto Português de Heráldica — Lisboa.

Dr. Antonio Palhares de Nogueira Falcão — Juiz de Direito — Barcelos.

Dr. Antonio R. G. de Vasconcelos — Coimbra.

Armando de Matos — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua do Paraizo 3 — S. João da Foz do Douro.

Arquivo Histórico Colonial — Palacio da Ega, á Junqueira — Lisboa.

Dr. Artur Gomes de Carvalho — Avenida Duque de Loulé, 110 — Lisboa.

Artur Gomes Pereira — Banco Lisboa & Açores — Rua do Ouro — Lisboa.

Artur de Oliveira Morgado — Rua João Penha, 22, r/c. — Lisboa.

Dr. Artur Braga — Avenida Fontes, 15, 3.º — Lisboa.

Augusto Botelho da Costa Veiga — Tenente-Coronel, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, Do Instituto Português de Heráldica-R. da Junqueira, 380, 1.º-Lisboa.

Augusto Cardoso Pinto — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, do Instituto Português de Heráldica — Avenida João Crisostomo, 140 — Lisboa.

Augusta Cezar Cardoso Pinto de Queiroz — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua da Junqueira, 3 — Lisboa

Augusto Vieira da Silva — Coronel de Engenheria, Da Academia de Ciências de Lisboa — Rua de S. Domingos á Lapa, 86 — Lisboa.

Biblioteca Erudita — Leiria

Biblioteca Municipal — Castelo Branco.

Camara Municipal da Covilhã.

Camara Municipal de Setubal

Dr. Carlos Figueiredo Valente — Do Instituto Português de Heráldica — Calçada da Estrêla, 175 — Lisboa.

Dr. Carlos Lobo de Oliveira — Lisboa.

Carlos Mantero — Lisboa.

Dr. Carlos Manuel da Penha e Costa da Silva Lopes — Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Rua Luciano Cordeiro, 10, 4.º — Lisboa.

Colégio Vasco da Gama — Travessa das Freiras a Arroios, 2 — Lisboa.

Conde de Castro e Sola — Presidente do Instituto Português de Heráldica, Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua Almirante Pessanha, 10 4.º — Lisboa.

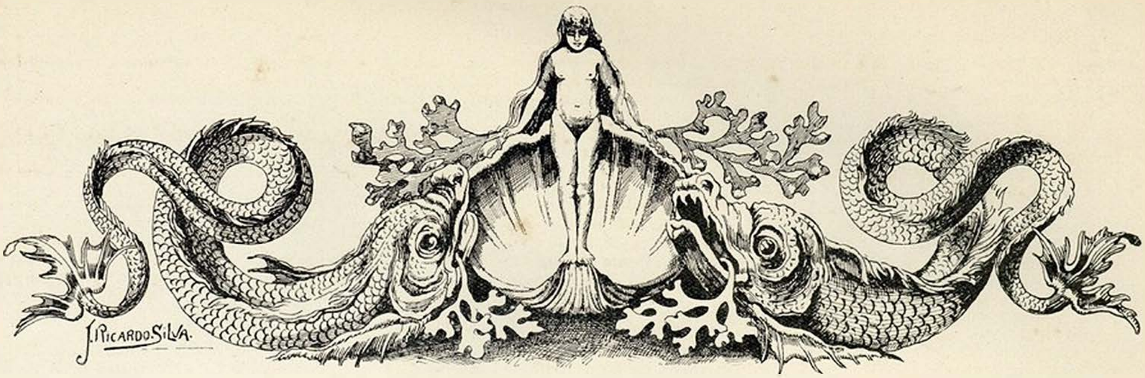
Conde da Folgosa — Do Instituto Português de Heráldica — R. do Quelhas, 29 — Lisboa.

Conde de Penha Garcia — Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa — Praça do Rio de Janeiro, 6 — Lisboa.

Conde de Sucena — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, do Instituto Português de Heráldica — Praça dos Restauradores, 13 — Lisboa.

Conde de Tovar — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Rua de S. Bento, 670 — Lisboa.
Conde de Vilalva — Cascais.
Conde de Vilas Boas — Barcelos.
Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos) — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Vila do Conde.
Eleuterio Cerdeira — Rua do Bolhão, 59 — Porto.
Fabrica de Ceramica «Constancia» — Rua de S. Domingos á Lapa, 8 — Lisboa.
Fabrica da Loiça de Sacavem — Rua da Prata, 28 — Lisboa.
Fernando de Aguiar — Rua Dr. Vieira, 170 — Funchal.
Fernando Amado — Campo Grande, 245 — Lisboa.
Fernando de Menezes Vaz — Conego da Sé do Funchal.
Dr. Francisco Canavarro de Valadares — Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Ribeira da Pena.
Francisco Soares de Lacerda Machado — General Comandante da Região Militar de Tomar. Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Tomar.
G. Bivar Pinto Lopes — Torres Novas.
Dr. Domingos Afonso — Casa do Carvalhal — Braga.
Gastão de Melo de Matos — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses. do Instituto Português de Heráldica — C. de Sant'Ana 50. 3.º D. — Lisboa.
Gualter de Sousa Lobo — Albergaria-A-Velha.
H. Aciaiuoli de Sá Nogueira — Alter do Chão.
Henrique de Campos Mela — Mêda — Coriscada.
Henrique de Campos Ferreira Lima — Coronel de Artilheria. Director do Arquivo Histórico Militar, Da Academia das Ciências de Lisboa, Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Rua das Amoreiras, 33, 3.º — Lisboa.
Henrique Coimbra — Bombarral.
Henrique José Monteiro de Mendonça — Presidente da Cruz Vermelha Portuguêsa, Do Conselho da Ordem de Benemerência —Rua Marquez da Fronteira, 20 — Lisboa.
Jacinto de Andrade Albuquerque de Bettencourt — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Avenida Marquês de Tomar, 91, 3.º — Lisboa.
Jaime Augusto de Moura — Banco Lisboa & Açores — Rua do Ouro — Lisboa.
Dr. Jaime Lopes Dias — Castelo Branco.
Jaime Teixeira de Sousa — Capitão de Mar e Guerra — Rua da Imprensa, á Estrela, 28, 2.º — Lisboa.
João de Azevedo Coutinho — Rua Pascoal de Melo, 5 — Lisboa.
Dr. João Cabral do Nascimento — Rua da Rochinha — Funchal.
Joaquim Cardoso Gonçalves — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua das Pretas, 26, 2.º — Lisboa.
João da Costa Lopes — Vila Pomares — Monte Estoril.
João Domingos Arede —Prior de Cucujães.
João José Pereira Vaz de Moraes d'Abreu Sarmento — Capitão de Infanteria — Macedo de Cavaleiros — Valbemfeito.
Dr. João da Mota Gomes Junior — Avenide Casal Ribeiro, 25, r/c — Lisboa.
Dr. Joaquim Gonçalves Paúl — Viana do Castelo.
Dr. Joaquim Moreira Fontes — Professor da Escola Médica de Lisboa. Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua da Penha de França, 39, 1.º — Lisboa.
Joaquim José Rosado Padinha — Engenheiro — Rua do Século 142 — Lisboa.
José de Campos e Sousa — Rua Almirante Pessanha, 16 — Lisboa.
Dr. José de Figueiredo — Director do Museu Nacional da Arte Antiga, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes. Da Academia das Ciências de Lisboa - Campo de Sant'Ana, 26. 3.º — Lisboa
José Francisco da Costa — Rua Arco Marquez de Alegrete, 92, 1.º, E. — Lisboa.
José de Mancelos Sampaio — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Barcelos.
José Mendes da Cunha Saraiva — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Rua Damasceno Monteiro, 63-A, 1.º — Lisboa.
Dr. José Pessanha — Da Academia Nacional de Belas Artes, Presidente do Instituto Histórico de Sintra, Casa das Magnolias — Sintra.
José Rodrigues Simões — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua Pedro Nunes, 8 — Lisboa.
José de Somer Ribeiro — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua Maria da Fonte, 46 — Lisboa.
Dr. José de Sousa Machado — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Braga.
Karl Andersen — Consul Geral da Estonia — Rua do Ouro, 101, 3.º — Lisboa.
Dr. Luciano José de Oliveira Ribeiro — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Estrada de Bemfica, 463 — Lisboa.
Luiz Bernardo da Silveira Estrela — Rua do Passadiço, 26, 1.º — Lisboa.
Luiz Heitor Clairouins — Campanario — Madeira.
Luiz de Macedo — Rua dos Fanqueiros, 45 Lisboa.
Dr. Manuel de Paiva Pessoa — Castelo Branco.
Manuel Rosado Vasconcelos — Alter do Chão.
Dr. Manuel Ruivo da Fonseca — Luso
Manuel Silva — Povoa do Varzim.
Marquez de Ciadoncha — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Claudio Coelho, 41 — Madrid.
Marquez de Faria — Da Academia das Ciências de Lisboa. Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Avenida Julio Diniz, 26— Lisboa.
Marquez del Saltillo — Do Instituto Português de Heraldica -Villa Mejor, 4 - Madrid.
Matias Rodrigues de Araujo Lima — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses — Rua Alexandre Herculano, 371 — Porto.
Miguel de Noronha Paiva Couceiro — Rua Almeida Brandão, 2 — Lisboa.
Museu Grão Vasco — Vizeu.
Dr. Orlando Melo Rego — Advogado — Rua do Ouro, 74, 2.º — Lisboa.
Pedro Joyce Denis — Engenheiro — Qadech — S. João do Estoril.
Dr. P. M. Laranjo Coelho — Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Português de Heráldica — Rua dos Ferreiros, á Estrela, 60, 1.º — Lisboa.
Raul Cesar Caldeira — Castelo Branco.
Raul Ferreira Marques Marinho — Rua da Constituição, 137 — Porto.
Dr. Raul Teixeira — Bragança.
Rogerio da Silveira de Macedo — Vila Franca de Xira.
Dr. Rodrigo Rodrigues — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Ponta Delgada.
Dr. Rui da Camara — Casa Rocha Machado — Funchal.
Sebastião P. de Vasconcelos — Rua Cristovão Falcão — Porto.
Dr. Teotonio José da Fonseca — Barcelos.
Dr. Vasco Valente — Do Instituto Português de Heráldica — Rua da Liberdade, 5 — Porto.
Visconde de Fervença — Barcelos.
Visconde de Santa Margarida — Avenida Miguel Bombarda, 20 — Lisboa.
Visconde de Santarem — Da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, Do Instituto Português de Heráldica — Rua Castilho, 1 — Lisboa.

Lisboa — Setembro — 1936.



ARMAS E TROFÉUS

SUMÁRIO